

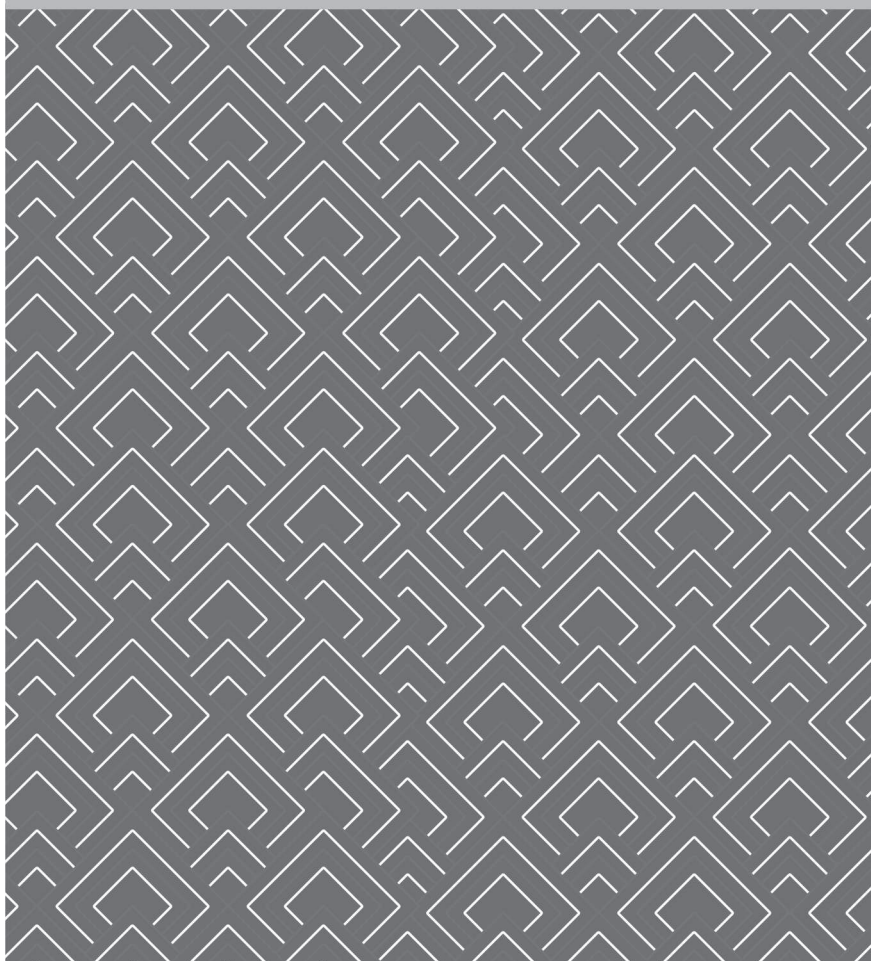
Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas

ORG. ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA E CORNELIA ECKERT

ABA PUBLICAÇÕES

Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas

DOI livro - 10.48006/978-65-5973-032-2-1



COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS ABA – CELCA

Coordenador: Carlos Alberto Steil (UFRGS)

Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Bernardo Fonseca Machado (Unicamp)
Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)
Rodrigo Toniol (UFRJ)
Tânia Welter (UFSC)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)
Antonio Augusto
Arantes Neto (Unicamp)
Carla Costa Teixeira (UnB)
Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)
Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)
Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)
Fabio Mura (UFPB)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPEl)
Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)
María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)
Maristela de Paula Andrade (UFMA)
Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Melo Sampaio (Ufam)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Wilson Trajano Filho (UnB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Presidente

Patricia Birman (UERJ)

Vice-Presidente

Cornelia Eckert (UFRGS)

Secretaria Geral

Carla Costa Teixeira (UnB)

Secretaria Adjunta

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Tesoureira

Andrea de Souza Lobo (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Diretor

Fabio Mura (UFPB)

Diretora

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)

Diretor

João Frederico Rickli (UFPR)

Diretora

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

www.portal.abant.or.br

UNB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa norte Prédio do ICS - Instituto
de Ciências Sociais Térreo - Sala AT-41/29 - Brasília/DF CEP: 70910-900

ABA PUBLICAÇÕES

Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas

ORG. ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA E CORNELIA ECKERT

ABA PUBLICAÇÕES

Brasília
2021

Copyright ©, 2021 dos autores

Organização

Ana Luíza Carvalho da Rocha
e Cornelia Eckert

Coordenação Editorial

Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão

Angélica Machado Mello

Diagramação

Osmair Pereira

Capa

Fabíola de Carvalho Leite Peres

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T288 Tempo e memória ambiental : etnografia da duração das paisagens citadinas
[recurso eletrônico] / Organização Ana Luíza Carvalho da Rocha, Cornelia
Eckert. — Brasília, DF : ABA Publicações, 2021.
416 p. : il.

Coordenação editorial: Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGAS/UFRGS.

ISBN: 978-65-5973-032-2

1. Antropologia. 2. Tempo. 3. Paisagem urbana. I. Rocha, Ana Luíza Carvalho
da. II. Eckert, Cornelia.

DOI livro - 10.48006/978-65-5973-032-2-1

CDD 300

Catálogo na publicação: Aline da Silva Argenta – CRB 10/1725

SUMÁRIO

7	Apresentação <i>Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert</i>
25	Capítulo 1 <i>Cydney K. Seigerman, Raul L. P. Basílio e Donald R. Nelson</i> Secas entrelaçadas: uma abordagem integrativa para explorar a sobreposição parcial e as divisões volúveis entre definições, experiências e memórias da seca no Ceará, Brasil
55	Capítulo 2 <i>Flávio Leonel Abreu da Silveira</i> As paisagens do bairro Lami, na cidade de Porto Alegre (RS): bugios e figueiras no mundo urbano contemporâneo
101	Capítulo 3 <i>Fernanda Rechenberg</i> “A reserva é nossa”. Embates e pertencimentos em uma unidade de conservação no bairro Lami (Porto Alegre, RS)
127	Capítulo 4 <i>Gianpaolo Knoller Adomilli</i> Um percurso de (re) existências em águas salgadas: notas sobre mobilidade e memória do litoral em uma comunidade pesqueira
157	Capítulo 5 <i>Rafael Victorino Devos</i> Porto Alegre sob(re) as águas: memória ambiental em tempos de Antropoceno
187	Capítulo 6 <i>Margarete Fagundes Nunes</i> Trabalho, relações étnico-raciais e paisagem urbana ao sul do Brasil
211	Capítulo 7 <i>Guillermo Stefano Rosa Gómez</i> Quando a ferrovia encontra a campanha: memórias e paisagens ferroviárias no sul do Brasil

243	Capítulo 8 <i>Pamela Jorquera</i> Inca de Oro (Chile), lugar onde a memória pirquinera reverbera
267	Capítulo 9 <i>Viviane Vedana</i> Das sociabilidades às socialidades do mercado: um ensaio sobre formas, relações e encontros em Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP)
295	Capítulo 10 <i>Pedro Paulo Soares</i> Memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una em Belém (PA)
325	Capítulo 11 <i>Ana Luiza Carvalho da Rocha</i> Paisagens hídras e memória ambiental: sobre imaginários e identidades uma etnografia de águas urbanas no Landwehrkanal, Berlim, Alemanha
367	Capítulo 12 <i>Cornelia Eckert</i> O tempo e as árvores, etnografia em Athens (EUA) e Porto Alegre (Brasil)
414	Sobre as autoras e os autores

APRESENTAÇÃO

O tema da memória ambiental, foco deste livro, está vinculado desde a origem, em 1997, à criação do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais em sua pretensão de montagem de um museu virtual da cidade, estruturado sob a forma de coleções de imagens, reunidas a partir de pesquisas etnográficas multimídia realizadas por nós, nossos bolsistas e pesquisadores em antropologia no contexto metropolitano, além de uma etnografia de acervo através da busca de imagens em coleções publicadas ou em originais em acervos públicos ou privados. Este projeto é vinculado ao Laboratório de Antropologia Social, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo recebido, ao longo destes anos, financiamento da FAPERGS, CNPq, CAPES e o apoio incondicional de nosso PPGAS, em Porto Alegre, RS, Brasil.

Observem, leitores e leitoras, que todo o esforço intelectual que temos realizado, até os dias de hoje, para a sistematização dos estudos antropológicos acerca das tecnologias digitais e eletrônicas, assim como da produção de etnografias em hipermídia sempre se orientou para a compreensão dos temas da memória coletiva e do patrimônio etnológico no/do mundo urbano contemporâneo (Eckert e Rocha, 2013, 2015; Rocha e Eckert, 2000, 2014, 2016), desde a perspectiva dos estudos do Imaginário, e não pela “coisa em si”.

Ao nos propormos ao desafio de uma pesquisa etnográfica sobre a memória ambiental dos habitantes na cidade, buscamos a interlocução com mulheres, homens, idosos e jovens sobre suas experiências no fluxo do tempo, tanto quanto investigamos no acervo de uma comunidade urbana. Mergulhamos nas múltiplas imagens que contribuíram para moldar os pensamentos e as ações do seu ser e estar no mundo, no interior de uma narrativa de si no “Tempo”. Tais imagens (orais, escritas, fotografadas, desenhadas, filmadas, sonoras gravadas, pintadas, bordadas, esculpidas etc.) produzidas por nós, ou por outros narradores urbanos, descrevem, por sua vez, distintas modalidades simbólicas de controle do tempo, construídas e reconstruídas, eterna e constantemente, no inte-

rior de uma bacia semântica na qual seu corpo coletivo nasce, cresce e, por vezes, morre.

Estimada leitora, estimado leitor, que experiências de interação com os lugares nos quais você vive ou viveu seriam aquelas escolhidas para contar a sua vida? Que paisagens a sua imaginação descreveria para falar sobre suas memórias de infância, de juventude ou de vida adulta? Que territórios você selecionaria para descrever os afetos e emoções que lhe vinculam a alguns espaços específicos de uma cidade, como praças, jardins, arvoredos ou matas, rios, sangas, riachos, pomares? Quais as reminiscências que você tem dos eventos críticos de estiagens, de chuvas ou de enchentes, de tormentas, de acidentes ambientais ou mesmo ecocídios que abalaram a sua vida cotidiana ou de seus próximos? Que cenários idílicos lembram piqueniques no dia das crianças ou viagens inesquecíveis? Quais os sons e cores que despertam suas memórias quando recorda de acontecimentos nas ruas e nos bairros em que viveu? E as praças, parques e praias? De quais as árvores, em algum “pátio” de seu convívio, você recorda, tomando o chimarrão à sombra? Que animais lhe foram de estimação ou lhe amedrontaram, ou quais animais ameaçados de extinção lhe deixam inconformados? Ou como lhe afeta a ausência de políticas ambientais efetivas que garantam a duração do bioma em que a humanidade caminha?

Estas perguntas têm um ponto em comum, a reflexão sobre imagens que habitam nossas memórias para operacionalizar os tempos pensados e vividos nos contextos que indiciam nossas experiências e norteiam nossas ações no presente. Isso implica considerar as imagens que partilhamos nos processos históricos que ritmam o fluxo de nossas vidas. Vidas humanas são figuradas em um mundo de símbolos que emanam em nossas trajetórias sociais, nossas experiências corporais, nossos processos subjetivos, nossas múltiplas relações e interações em um complexo ecossistema. Os cenários que contemplam nossas experiências são aqui concebidos na inteligibilidade narrada daqueles que se confrontam com a matéria perecível do Tempo, parte das trocas incessantes que construímos com o ambiente cósmico onde nossa existência se expressa.

Sob as pressões das ambiências históricas e sociais, tais constelações de imagens (e suas formas expressivas as mais diversas), transformam-se de uma geração para a outra e moldam os pensamentos e ações de seu ser e estar no mundo, num jogo constante de forças e de níveis de interações entre ambos. As imagens videográficas, fílmicas, sonoras, literárias, iconográficas, poéticas, escultóricas, figurativas ou não, não podem ser, assim, pensadas isoladamente, porque as imagens dialogam umas com as outras, no plano do Imaginário, e não de forma arbitrária, mas segundo os gestos humanos e as matérias que elas evocam.

Nosso desafio é o de propor, em termos teóricos e metodológicos, uma etnografia da duração, inspiração que concebemos a partir da leitura da obra de Gaston Bachelard, em especial *A dialética da duração* (1982) e *A intuição do instante* (1992), aplicada aos estudos da memória ambiental e das paisagens urbanas. Isso alude à sugestão de que, para nós, nossas pesquisas contemplam necessariamente uma imersão nessa dialética sistêmica e mutante dos símbolos que unem os habitantes das cidades ao seu meio cósmico e social. Etnografamos as imagens de todos os gêneros e estilos: escritas, fotografadas, desenhadas, filmadas, discursadas, esculpidas ou gravadas em toda a sorte de suportes, as quais evocam e convocam umas às outras, em múltiplas articulações, segundo seus isomorfismos, e que, arranjadas em constelações, expressam tanto ordens de saberes quanto ordens de realidades (latentes ou manifestas) para o fenômeno urbano característico de nossas sociedades complexas, urbanas e tecnoindustriais.

Pouco a pouco, fomos divulgando nossas reflexões em livros, artigos, teses e dissertações e foi possível tecer uma rede de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de troca acadêmica e intelectual, como fica evidenciado nos autores e nas autoras que contribuem para a publicação deste conjunto de estudos vinculados ao desenvolvimento do projeto BIEV. De nossos questionamentos teóricos e conceituais, oriundos de campos diversos como os da Antropologia Social, Antropologia Urbana, Antropologia Audiovisual, Antropologia da Imagem e Antropologia Ambiental, surgiram outros tantos, por meio dos quais fomos reifi-

nando na pesquisa etnográfica a dimensão do Tempo, entrelaçando-o com os estudos dos processos e das manifestações culturais, das formas sociais, das estruturas e ações políticas nos contextos das metrópoles contemporâneas.

Para este desafio, encontramos um caminho intelectual singular apoiando-nos em algumas obras centrais, mas sempre atentas ao leque ilimitado de autores e tradições intelectuais que tivemos a oportunidade de conhecer e, em todos, buscando apoio conceitual. São intelectuais cujos pensamentos convergem em alguns momentos, e/ou bifurcam-se, em outros, ou pertencem a diferentes gerações. Citemos nossos orientadores de mestrado, dois exemplos paradigmáticos para a nossa formação, como Gilberto Velho e Ruben George Oliven. Esses autores e suas reflexões sobre a complexidade das formas de vida social no interior das sociedades complexas despertaram-nos para os fenômenos da descontinuidade/unidade, universalismo/localismo que acompanham a configuração dos grandes centros urbanos, ou seja, a dimensão que regula as trocas simbólicas entre seus habitantes. A partir de suas obras, podemos citar uma geração de narradores urbanos, brasileiros e estrangeiros, que, com base em pesquisas etnográficas, nos trazem sustento conceitual (Eunice Durham, Roberto Da Matta, Ruth Cardoso, Hélio R. da Silva, Tereza Caldeira, Alba Zaluar, Antônio Arantes, William Foote Whyte, Michel De Certeau, Colette Pétonnet, Michel Maffesoli, Pierre Sansot, Ulf Hannerz, Erving Goffman, Alfred Schutz, Norbert Elias, Richard Sennet, Ariel Gravano etc).

Assim foi que nosso Projeto avançou, cruzou décadas, e a obra que estamos apresentando neste momento aos leitores e às leitoras é uma de suas evidências, do esforço coletivo de inúmeros colegas que atuaram junto ao BIEV. Um trabalho coletivo que nos tem brindado, desde então, com a profusão de novas formas de leituras e escritas, sempre plurais, para a compreensão dos sistemas de vida que configuram o patrimônio da humanidade que são as sociedades complexas (Velho, 1981). Trata-se de um percurso intelectual onde sempre fomos motivadas pelo desafio da densa descrição do ritmo de suas pluralidades

temporais (Bachelard, 1982), que regulam, no presente, as formas de ocupação e o destino das nossas atuais paisagens citadinas, captando as trajetórias sociais, os itinerários, os percursos e deslocamentos dos indivíduos e/ou grupos urbanos, tanto quanto as narrativas por meio das quais os habitantes acomodam os mitos históricos herdados de seus antepassados nos espaços por eles praticados.

Para decifrar os sentidos do que apresentamos neste livro, precisamos ter em mente que a chave interpretativa é o Tempo e que o conceito chave é o da memória ambiental, narrada no interior de uma inteligibilidade que abriga um espaço fantástico, fruto de uma poética do devaneio por meio do qual todos nós modelamos simbolicamente o tempo no interior de uma duração. Tudo aquilo que nos cerca, o “mundo das coisas”, se torna um lugar do “ser no mundo”, nos termos de Gaston Bachelard (1982), “ambiente” habitado por nossos sonhos e desilusões, nossas conquistas e fracassos, isto é, uma obra da cultura humana. Esse é o ponto de onde, prosseguimos em nossas interrogações antropológicas sobre o lugar do “ambiente” para os jogos da memória na perspectiva de nossos estudos de uma etnografia da duração.

Estudar a memória ambiental é rememorar paisagens que, para nós, não mais se encontram nos mesmos lugares, que mudaram suas feições e que perderam sua antiga vibração, mas que, hoje, ainda provocam a imaginação criadora de outras gerações, e por razões diversas das nossas. Sem dúvida, os eventos, os acontecimentos e as situações ditas ambientais assinalam rupturas e perdas para as vidas humanas, às vezes traumáticas, às vezes agradáveis. Mas não nos esqueçamos de que, em todos os jogos da memória ambiental, estão presentes outros humanos e não humanos, uma vez que o ambiente cósmico é igualmente social. Nunca estamos sós, como disse H. Wallon em 1959 (Wallon, 2020), somos todos, queiramos ou não, “geneticamente sociais”. Em todo e qualquer extrato de uma memória ambiental, podemos ver o reflexo do Outro, além de nós mesmos. As múltiplas alteridades com que nos relacionamos, sempre em fluxo, figuram em nossos estudos de memória ambiental, sem esquecer a presença de técnicos, especialistas e políticos que participaram, ainda que indiretamente, das nossas experiências no mundo. Neste ponto, para se investigar a memória ambiental, revela-se

imprescindível percorrer as pesquisas das políticas de Estado e das políticas públicas ao longo do tempo em referência aos lugares, territórios e regiões por nós estudados, levando-se em conta a microfísica dos poderes e dos conflitos que organizam o universo das civilidades.

Com tais considerações iniciais, buscamos sensibilizar os leitores e as leitoras a descobrir os capítulos deste livro que perseveraram na maior parte de nossas pesquisas, desde o tempo fundacional do Banco de Imagens e Efeitos Visuais/Biev, quando elaboramos o Projeto Integrado de Pesquisa, reunindo nossas pesquisas individuais, com financiamento conjunto da FAPERGS e do CNPq. Um projeto que consolidou uma trajetória de pesquisa iniciada nos anos 80, no Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS e ao Grupo de Estudos em Antropologia Simbólica/GEAS (criado por nós e algumas colegas do curso de mestrado), e que continuou com o nosso doutorado, na Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne, com financiamento da CAPES e CNPq, nos idos dos anos 90.

Vários temas têm sido, desde então, importantes para nós e para nossos estudantes, muitos dos quais bolsistas (FAPERGS, CNPq, PROPESQ-UFRGS), e os pesquisadores associados aos subprojetos do BIEV, como, por exemplo, a vida cotidiana dos habitantes nas metrópoles contemporâneas, em seus arranjos sociais, suas práticas e saberes de trabalho, as formas de sociabilidade e estilos de vida, as biografias e envolvimento em projetos públicos atentos às transformações das políticas urbanas e dos ordenamentos jurídico-legais para os usos de seus territórios. Tornamo-nos cada vez mais interessados, todos nós, no estudo das trajetórias sociais, dos itinerários dos grupos urbanos, da memória coletiva e do patrimônio etnológico no contexto dos centros urbano-industriais, assim como da criação das múltiplas formas de arte e estética urbana, formas de interações e ações críticas nos espaços praticados. E, finalmente, do mundo ambiental e dos impactos que dele derivam para a vida de seus habitantes. Em todas essas pesquisas, o uso dos recursos audiovisuais e das tecnologias possibilitadas pelas redes digitais e eletrônicas acompanhavam-nos durante o trabalho de campo e prosseguiam no pós-campo, sempre motivadas pelas ricas possibilida-

des de criação de novas formas de narrativas etnográficas para expressar a compreensão do mundo urbano contemporâneo, tornando-as, assim, acessíveis aos nossos parceiros de pesquisa tanto quanto aos interessados nos resultados de nossos estudos.

Nesse longo caminho, evidenciava-se cada vez mais para nós a importância de compreender, sob a ótica dos jogos da memória, as dimensões das trocas incessantes, dos deslocamentos e dos fluxos no plano do imaginário, uma totalidade sistêmica entre seus saberes cotidianos e suas práticas ordinárias. E é neste momento que o conceito simmeliano de “paisagem”, de 1957 (Simmel, 2009) se tornou fundamental para nós em seu estreito diálogo com o conceito durandiano de “bacia semântica” (Durand, 1984), revelando em nossas pesquisas a singularidade dos estudos de memória ambiental como expressão de processo que emerge de uma convergência simbólica de imagens. Os jogos da memória contemplam certos arranjos de coleções de imagens, as quais, dispostas em torno de determinados núcleos de sentido, sob a forma de constelações, e segundo certas homologias, revelam o percurso singular de uma determinada comunidade de destino em seus territórios de vida.

Um percurso que, como nos alerta Gilbert Durand (1984) em seu conceito de “trajeto antropológico”, nasce e prospera no interior de uma matriz simbólica, a do gesto humano em direção à matéria do seu mundo cósmico, não sendo, portanto, aleatória. Bem ao contrário, ele nasce no interior de uma “tópica sociocultural” (Durand, 1998) de onde emergem as imagens que os indivíduos, grupos sociais e coletivos, constroem para si no diálogo com lugares e territórios onde suas vidas transcorrem. E, mais ainda, mesmo considerando a sua espontaneidade “mitogenética” de origem, para os estudos da memória ambiental, no plano individual ou coletivo, as imagens descrevem o percurso temporal que compreende diferentes níveis e forças: potencialização/heterogeneização e atualização/homogeneização (Durand, 1998). Isso nos obriga a conhecer não apenas as dominantes que estão presentes nos arranjos estabelecidos entre as sociedades humanas com seus territórios de vida, numa determinada época, mas a bacia semântica na qual foram “confeccionados”.

A aplicabilidade do conceito de “tópica sociocultural”, assim como o de bacia semântica para o estudo da memória ambiental, pelo viés de

uma etnografia da duração, permite-nos, assim, discernir o espaço das produções políticas, ideológicas e científicas, tanto quanto os produtos culturais que resultam, em especial, no nosso caso, do processo civilizacional que deu origem às metrópoles contemporâneas e seus centros urbano-industriais-tecnológicos.

Assim sendo, como parte do “patrimônio da humanidade”, a cidade e o fenômeno urbano passam a ser pensados no interior de uma “bacia semântica”, segundo as constelações de imagens e os núcleos de significações que elas evocam nas memórias de seus habitantes e por meio dos quais é possível, ao etnógrafo da duração, o acesso à reserva mitológica herdada por eles de seus antepassados (os mitologemas), tanto quanto ao fluxo rítmico dos instantes responsáveis pela fundação do corpo coletivo ao qual se sentem pertencentes (os ideologemas). São ideologemas e mitologemas (Durand, 1998) que podem ser acessados por nós, antropólogos e antropólogas dedicados à pesquisa na cidade, através do estudo da rítmica das memórias das paisagens urbanas narradas, vividas e pensadas por nossos parceiros e parceiras de pesquisa. Portanto, para o autor, sob a perspectiva dos estudos do Imaginário, essas constelações de imagens estão situadas em regimes antagônicos (diurno e noturno), mas complementares, que se polemizam no plano das estruturas esquizomórficas (por um lado) e mística (por outro), mas que são articulados entre si por uma terceira estrutura (a estrutura sintética, igualmente pertencente ao regime noturno).

Com essa base intelectual, para nós, o estudo da memória ambiental significa pensar o dinamismo das relações entre cidade e natureza a partir, de um lado, da organização dinâmica das imagens relacionadas, no tempo, aos gestos e às formas de ocupação de um ambiente cósmico por um determinado corpo coletivo, nos moldes de um “trajetos antropológico” (Durand, 1984). De outro, a partir do estudo dos vestígios, dos indícios e dos rastros deixados por tais vestígios e complexas formas nas obras que decorrem desta ocupação por nos conduzirem a descobrir, na redundância de esquemas que acompanham épocas históricas, a “bacia semântica” à qual pertencem.

Há, portanto, uma dimensão estética nos estudos de memória ambiental. O “ambiente” não existe assim, por si mesmo, mas como parte

do trajeto antropológico que configura a própria humanidade e dela faz parte, numa interação constante e indissociável.

Nesta comunidade de interpretação, acrescentamos a importância de autores como Pierre Sansot, sobre a dimensão poética e sensível dos/nos estudos da paisagem urbana, Michel Maffesoli e o paradigma estético aplicado ao estudo do conhecimento ordinário e do processo de barroquização do mundo na contemporaneidade e, finalmente, em especial, das obras de Gilbert Durand, já comentadas anteriormente, tais como *Ciência do Homem e Tradição* e *As estruturas Antropológicas do Imaginário*, versando sobre a fantástica transcendental, o trajeto antropológico e o método da convergência, assim como de seus tratados de metodologia. Em consonância com tais autores e obras, a pesquisa conduziu-nos à releitura dos estudos de Gregory Bateson sobre o enquadramento (*framing*), os processos comunicacionais, a ecologia da mente e a teoria do duplo vínculo. Todos esses autores conduziram-nos, finalmente, a situar o tema “ambiental” no interior de nossos estudos antropológicos sobre o Tempo, com base na etnografia da duração na decifração dos arranjos da vida social, no contexto das metrópoles contemporâneas.

Assim foi que a nossa proposta inicial de pesquisa, antes orientada para a criação de novas possibilidades de acesso, apropriação e reinvenção de acervos digitais multimídia na Internet, reunindo os fragmentos da memória coletiva e do patrimônio etnológico de uma comunidade urbana, acabou nos encaminhando para a descoberta de novos horizontes para a produção do conhecimento antropológico. E é ao longo de um tal percurso que esta obra se situa, na esperança de que ela possa nos levar a outros lugares e outras formas de pensar as metrópoles contemporâneas, cada vez mais em termos de um ecossistema sustentável.

Consequentemente, cada um dos capítulos que fazem parte desta coletânea estão problematizando os arranjos entre as complexidades urbanas e o que se costuma nominar de “ambiente”, ou os dilemas do que antes denominávamos de Natureza, em seu diálogo com a Cultura ou a Sociedade, ou, ainda, o que mais recentemente se pretende investigar, em sua nova roupagem, como parte dos estudos antropológicos sobre

as relações entre Humanos e Não-Humanos, o que, de todas as formas, e sob todas as vestes, sempre foi e tem sido objeto do conhecimento antropológico.

Para consolidar ainda mais o que denominamos de estudos de memória ambiental no âmbito dos estudos de Antropologia urbana, tanto quanto Antropologia audiovisual e da imagem, convidamos colegas de uma rede de intercâmbio de pesquisa, da Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, onde desenvolvemos um período curto de pós-doutorado, em 2018, assim como colegas e parceiros de décadas de pesquisas cujos trabalhos estão aqui presentes. Entre eles, ex-orientandos (e orientandas) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, hoje professores em diversas universidades no Brasil afora e no Chile. O convite era para que eles e elas retomassem suas pesquisas de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, agora sob a ótica do estudo cuidadoso da sinuosidade que abarca o desenho do Tempo nas formas diversas com que a vida urbana dialoga com o meio cósmico e onde elas fincam suas raízes.

Quem abre nosso livro são, portanto, nossos colegas, os pesquisadores do *Human and Environmental Change Lab*, Cydney K. Seigerman, Raul L. P. Basílio e Donald R. Nelson, com o Capítulo 1, intitulado *Secas entrelaçadas: uma abordagem integrativa para explorar a sobreposição parcial e as divisões volúveis entre definições, experiências e memórias da seca no Ceará, Brasil*.

Nossos colegas apresentam a perspectiva da memória “socioambiental” das relações humanas com a água sob o olhar pelo seu oposto, a ausência deste “recurso” ou a sua escassez, a seca, e nos termos de seu “ciclo hidrossocial” e de sua distribuição diferencial. No diálogo com as pesquisas e dados desenvolvidos por técnicos e especialistas da área de recursos hídricos no monitoramento do regime das águas no Ceará, Brasil, os autores apresentam-nos o recorte da ecologia política para os estudos das “paisagens hídricas”.

Ao examinarem as experiências locais vividas pelo habitantes do “Vale do Jaguaribe”, com a escassez de água, a leitura do capítulo nos lembra que as lembranças dos moradores locais com a seca remetem, em inúmeros casos, às formas como técnicos, especialistas e políticos

conceberam, ao longo do tempo, o sistema hidrológico para a região, tendo como foco o abastecimento de água para a capital, Fortaleza; uma perspectiva não apenas teórica, mas epistemológica, que nos convida a ampliar a perspectiva dos estudos da memória ambiental incorporando a sua dimensão “socioecológica”. Neste capítulo, salientamos a relevância de congregarmos em nossas pesquisas o estudo das políticas regionais, dos programas governamentais, os modelos hidrólogos, entre outros, como importantes “lugares” nos quais, nas modernas sociedades complexas, se enquadram muitas das lembranças dos indivíduos e/ou grupo humanos com as águas, em sua abundância ou escassez.

O Capítulo 2 é de autoria de Flávio Leonel Abreu da Silveira, intitulado *As paisagens do bairro Lami na cidade de Porto Alegre (RS): bugios e figueiras no mundo urbano contemporâneo*. Neste capítulo, Flávio aborda o tema da memória ambiental, levando-nos para as paisagens, no bairro Lami, na parte mais austral da capital do Rio Grande do Sul. O autor detém seu olhar nas relações entre humanos e não-humanos e seus espaços “co-existenciais” no contexto metropolitano porto-alegrense. Num diálogo original com os estudos de ecologia, Flávio permite-nos contemplar de forma diferenciada as formas de vida social nos grandes centros urbanos. Numa proposta de uma ecoantropologia urbana, nos introduz no interior de tensões e de arranjos que configuram o “coletivo híbrido” do bairro Lami, onde os bugios e os moradores locais dividem seus espaços. Sem dúvida, um enfoque *sui generis*, que nos possibilita pensar os grandes centros urbanos desde a perspectiva de “sociedades multiespécies”, onde os jogos de memória dos seus habitantes contemplam experiências com “alteridades mais que humanas”. O autor desafia-nos, de forma original, a pensar a memória ambiental nas/das grandes metrópoles nos moldes de um estudo de ecossistemas culturais. E, com esse olhar, podemos observar que, hoje, nas “feições paisageiras” do bairro Lami, ainda reverberam, na relação humanos/não-humanos, os jogos da memória ambiental a fundação da capital gaúcha; um território de “tensão biocultural” que expressa, sob muitos ângulos, as “trajecões” dos grupos humanos que por ali passaram e daqueles que ali se estabeleceram.

Também Fernanda Rechenberg nos leva ao bairro Lami. Fernanda é a autora do capítulo 3, com o título “A reserva é nossa”. *Embates e pertencimentos em uma unidade de conservação no bairro Lami (Porto Alegre, RS)*. Tendo por base a pesquisa apresentada no seu mestrado, Fernanda convida-nos a conhecer o bairro a partir de seus dramas e tramas. O Lami é conhecido por suas praias, seu contexto bucólico rururbano, mas também por conter uma área de preservação ambiental denominada oficialmente de Reserva Biológica do Lami, a partir de 1975.

Em um exercício etnográfico intenso, Fernanda apresenta-nos os personagens deste contexto, homens e mulheres em suas memórias de trajetos pessoais e da coletividade. Mergulhados em práticas tradicionais, como pesca, agricultura, pequeno comércio ou atividade fabril, os moradores estão habituados a transitar em uma extensa territorialidade de pertença ambiental. Mas o tempo da experiência de campo (2005-2006) testemunha mudanças políticas que acabam por afetar a gestão do parque ambiental. Uma nova administração altera as diretrizes do plano de manejo e impõe uma série de regramentos que surpreendem os moradores locais em suas práticas tradicionais de uso da territorialidade.

Ao ver seus direitos ameaçados, a comunidade local se mobiliza, contrapondo-se às imposições que se atravessam aos seus valores e práticas de uso da territorialidade. Ao mesmo tempo, entende as contradições entre reformas impostas pela administração municipal, ao sobrepor transformações no bairro para privilegiar a circulação turística (calçadão na praia), em detrimento de um ambiente local natural em suas areias e praias, enquanto impõe regras de limitação do uso do parque natural. Atravessados por razões de pertença territorial e sustentados em suas memórias, a autora está atenta à observação e à escuta desses dilemas e acompanha o enfrentamento de seus interlocutores a essa ambientalização do conflito. Relata esta dramática em torno de uma agitação de direitos que revela narrativas afetivas e de familiaridade ao livre acesso, ao uso tradicional de trabalho, contemplação e congregação. A autora tece esses fios da vida cotidiana, evidenciando a memória ambiental.

O capítulo 4 é de autoria de Gianpaolo Knoller Adomilli, com o título *Um percurso de (re) existências em águas salgadas: notas sobre mobilidade e memória do litoral em uma comunidade pesqueira do extremo sul do RS-Brasil*. Trata-se de uma parte da pesquisa concebida pelo autor

no seu programa de doutoramento, uma etnografia junto a pescadores embarcados de São José do Norte (Rio Grande do Sul).

O relato da pesquisa de Adomilli leva-nos a uma cidade de paisagem idílica, com praias e fronteiras difusas entre a pequena cidade de pescadores de São José do Norte e a cidade portuária de Rio Grande, de grande potencial industrial. Também as áreas aquíferas são plenas de fronteiras difusas, situada entre ‘dois mares’: o ‘mar de dentro’, referência ao estuário da Lagoa dos Patos, e o de fora, o Atlântico; denominada pelos pescadores de “oceano” ou “lá fora”, explica o antropólogo.

O autor vai tecendo as redes de amizade, confiança e reconhecimento dos processos de trabalho, de transmissão intergeracional do ofício da pesca, da confecção das redes, das habilidades da/na prática, e das artes de navegação, circunvagando pelo mundo da pesca.

No acompanhamento da pesca lagunar e marítima e no reconhecimento desta arte de pescar, temos um trabalho marcado de desafios de conhecimento e prática. Na etnografia junto aos pescadores locais, relata suas atividades e a complexidade das trocas e circulação dos produtos. É um mundo de trânsitos entre mar e terra, barcos e cidades, famílias e comunidades que Adomilli vai desvendando pela regularidade da vida cotidiana, atento às narrativas urdidas que configuram as memórias ambientais, as inseguranças e os conflitos cíclicos.

Rafael Victorino Devos tem sua tese de doutorado vinculada ao tema da água, que revisita no capítulo 5, intitulado *Porto Alegre sob(re) as águas: memória ambiental em tempos de Antropoceno*. Nosso antigo parceiro de pesquisa por alguns anos junto ao BIEV amplia nossas preocupações com o tema da memória ambiental, estreitando os laços que unem seus estudos com aqueles dos eventos críticos (grandes inundações, secas extremas, tempestades devastadoras, incêndios incontrolláveis, epidemias etc.), destacando, sob a ótica dos narradores urbanos atingidos por tais catástrofes, as dinâmicas ecológicas que encerram as ações humanas, em nível planetário, sobre morros, planícies de inundação, ilhas, arroios e rios, entre outros, onde elas se instalam e se expandem. O autor retoma, entre outras, suas pesquisas no arquipélago das ilhas e no arroio Dilúvio, ambos situados na cidade de Porto Alegre, amplificando suas reflexões na direção de estudos que tratam dos efeitos dos processos de colonização, exploração e comercialização dos “re-

cursos naturais” no mundo contemporâneo em escala planetária e dos limites do “controle tecno-político” de seus ambientes diversos. Como muitos outros pesquisadores que contribuíram para esse livro, o autor salienta a relevância, para os dias de hoje, de se pensar a memória ambiental no interior de estudos sobre as “conetividades ecossistêmicas” e as “diferenças de escalas” nas quais transcorrem as ações das sociedades humanas sobre seus territórios de vida, com especial destaque à repercussão de ambas para o estudo do fenômeno urbano industrial sobre as bacias hidrográficas nas quais se instalam.

No capítulo 6, uma colega, sem vínculo direto com nosso projeto BIEV, mas parceira de outros projetos com Ana Luiza Carvalho da Rocha na FEEVALE, universidade na cidade de Novo Hamburgo (RS, Brasil), onde ambas lecionam, premeia-nos com seu capítulo intitulado *Trabalho, relações étnico-raciais e paisagem urbana ao sul do Brasil*. Margarete Fagundes Nunes aborda a relação entre trabalho, identidades étnico-raciais e paisagem urbana na região do Vale dos Sinos/RS. Assinala os conflitos sociais e ambientais, as crises e rupturas do mundo do trabalho. Trata-se de resultado de pesquisa cujo objetivo foi compreender os deslocamentos populacionais da região dos Sinos, a rítmica das ocupações territoriais, o fluxo das transformações do mundo do trabalho e as paisagens urbanas à luz das relações étnico-raciais. Neste capítulo, são objetos de reflexão as narrativas etnobiográficas de alguns moradores da região. A partir dos relatos dos sujeitos da pesquisa, os “narradores do trabalho”, expoentes da memória ambiental da região dos Sinos/RS e das suas paisagens citadinas, percorremos suas trajetórias, assinalando os arranjos, as negociações e os conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais ao longo do tempo, na disputa pelos recursos naturais e pela ocupação territorial. Podemos dizer que Margarete Fagundes Nunes, com o Capítulo 6, abre o módulo que relaciona a memória do trabalho e a memória ambiental.

Memória ambiental, memória do trabalho, crise e descontinuidade da vida ritmada pelo trabalho são evocações que o autor Guillermo Stefano Rosa Gómez traz no capítulo 7, intitulado *Quando a ferrovia encontra a campanha: memórias e paisagens ferroviárias no sul do Brasil*. Guillermo desenvolveu um estudo etnográfico na cidade de Pelotas

(Rio Grande do Sul) por cerca de cinco anos. Sua motivação temática converge com o mundo do trabalho ferroviário em um contexto urbano, no qual essa estrutura de transporte desempenhou um papel fundamental na política econômica do Estado-Nação, em expansão na fronteira sul do Brasil.

A partir de uma interlocução intensa com trabalhadores aposentados da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), o autor reconhece os atravessamentos de imagens que suas narrativas trazem às ambiências citadina e rural. Pelotas, uma cidade agroindustrial de origem latifundiária e escravista, foi modernizada no século XX, sendo um dos mais destacados polos de mediações comerciais e industriais, graças ao complexo da rede ferroviária. A ferrovia, em suas diferentes formas, enraizou uma importante comunidade do trabalho “moderno”, que se evidencia no estudo da memória coletiva desses operários.

O autor está atento às contradições e descontinuidades entre esses ciclos temporais e as sobreposições das experiências vividas nas paisagens urbanas e rurais, fazendo vibrar a memória ambiental nos múltiplos arranjos da vida social nas lembranças dos narradores ferroviários.

Outro capítulo que nos é caro, e que processa a relação entre trabalho e ambiente, é o estudo de Pamela Jorquera. O capítulo 8 tem no título o nome da cidade e identifica os trabalhadores guardiões da memória, *Inca de Oro (Chile), lugar onde a memória pirquinera reverbera*. Este é o trabalho da extração do mineral que reuniu, em período auge, uma população de mineiros neste enclave, contexto de expansão promovido igualmente pelo serviço do sistema ferroviário, ligando o pequeno vilarejo aos centros urbanos mais desenvolvidos.

Na ambiência desértica prospera a comunidade de interesse econômico, criando vínculos de família, parentesco e vizinhança que se enraízam na localidade. A autora inicia sua pesquisa no ano 2014, quando a economia já retroagia por seu esgotamento. Atenta à escuta dos velhos aposentados, esposas, viúvas e novas gerações, a pesquisadora mapeia a rotina na paisagem em crise, considerando as formas de sociabilidade e de organização social na cidade cadenciada por este ritmo letárgico. Pamela relata estes convívios, deslocamentos e imagens que testemunham a vida cotidiana na cidade de vocação econômica, agora em crise.

E como os estudos de memória ambiental não se referem exclusivamente ao que se tem por hábito classificar como “ambiente”, “natureza”, “recursos naturais”, mas abarca o ambiente cósmico e social, no capítulo 9, *Das sociabilidades às socialidades do mercado: um ensaio sobre formas, relações e encontros*, temos a contribuição dos estudos de Viviane Vedana, nossa parceira de pesquisa de longa data junto ao BIEV, sobre o mundo do trabalho, as práticas alimentares e as socialidades, no contexto das grandes metrópoles contemporâneas.

A autora retoma suas pesquisas etnográficas de mestrado e doutorado em feiras livres na cidade de Porto Alegre e de São Paulo, agora revisitada por suas preocupações mais recentes com os estudos dos projetos de infraestruturas no mundo contemporâneo (as *plantations*, as fábricas, as transações internacionais, as cadeias de suprimento e de produção de alimentos) e seus efeitos na transformação das práticas cotidianas dos grandes centros urbanos e, em decorrência, em suas paisagens.

Essas situações, tratadas em muitas abordagens de forma isolada conformam, sob o olhar da autora, um conjunto sistêmico integrado onde o etnógrafo, ao mesmo tempo em que descortina os saberes e fazeres dos indivíduos e/ou grupos urbanos, adentra às dinâmicas de compra e venda, às tecnologias de transporte, de armazenamento e de conservação de alimentos, às redes de comunicação entre produtores, intermediários e comerciantes, às instituições de abastecimento e instituições de controle sanitário etc. Descortinam-se, assim, para os estudos de memória ambiental novas possibilidades, agora sob o olhar dos estudos das políticas urbanas, dos projetos de governança e do tempo progressista nos quais emerge, assim, o impacto que resulta para os arranjos das trocas sociais, econômicas e de sociabilidade que conformam as paisagens das nossas grandes metrópoles contemporâneas.

Pedro Paulo Soares assina a autoria do capítulo 10. Este autor desenvolveu sua pesquisa de trabalho de conclusão em Belém sobre o ofício de sapateiros, seu mestrado em Porto Alegre sobre o trabalho de barbeiros, mas, em sua pesquisa de doutorado, dá uma guinada. Retorna a Belém, agora influenciado pelo tema memória ambiental, desenvolvido no projeto BIEV, em suas pesquisas sobre saneamento e águas urbanas. O capítulo intitula-se *Memória ambiental das águas urbanas na Bacia do Una, em Belém (PA)*. Atento às águas subterrâneas, canalizadas, mas po-

luídas, o autor pesquisa as territorialidades em que percorrem a bacia do Una, territórios estes submetidos às reformas urbanas que canalizaram e cobriram as águas em que habitantes se banhavam, pescavam e conviviam, acompanhando seu ciclo de cheias e secas. Agora a bacia, submetida à tecnificação, invisibiliza os cursos naturais de rios e igarapés. As enchentes constantes nos bairros desfavorecidos de equipamentos urbanos, destruindo o patrimônio construído, penalizam uma população que já vive em condições vulneráveis e que reclama da falta de gestão técnica na política de saneamento. O autor relata estas situações críticas, que estão na origem de inúmeros conflitos que analisa, à luz do conceito de ambientalização dos conflitos de José Sérgio Leite Lopes.

O Capítulo 11 é de Ana Luiza Carvalho da Rocha e tem por título *Paisagens hídras e memória ambiental: sobre imaginários e identidades uma etnografia de águas urbanas no Landwehrkanal, Berlim*. Graças a um curto período de pós-doutorado em Berlim, Alemanha, na Universidade Livre de Berlim, a autora desenvolveu um estudo etnográfico em diferentes bairros, seguindo as águas urbanas. Neste estudo, a autora retoma o imaginário da floresta e dos pântanos na memória coletiva dos povos germânicos, seus personagens fantásticos e mitos fundacionais para a compreensão da bacia semântica de onde emerge o paisagismo que acompanha a gestão de águas urbanas em Berlim, tendo o Landwehr canal como foco de investigação.

O capítulo 12, e último, é de Cornelia Eckert, intitulado *O tempo e as árvores, etnografia em Athens (EUA) e Porto Alegre (Brasil)*. Neste capítulo, Cornelia buscou problematizar o tema da memória ambiental, tendo por estudo de caso as árvores como base para o fomento de um acervo de imagens. Esta coleção resulta do exercício da etnografia da duração que implica a disponibilização das imagens estudadas em plataforma eletrônica do BIEV. A autora relaciona experiências de pesquisa etnográfica de rua, de pesquisa de acervo, de escuta de narrativas de habitantes nas cidades de Athens e Porto Alegre. Athens, porque foi nesta cidade que desenvolveu um breve período de pós-doutoramento, sob a orientação do colega Prof. Donald R. Nelson, e Porto Alegre, por ser sua cidade-contexto de pesquisa desde 1996.

A árvore, em seus sentidos polissêmicos na paisagem, na memória dos habitantes, na política ambiental das cidades pesquisadas, é colo-

cada em alto relevo. Apreendida pela autora como mote para narrar experiências temporais a partir de pequenas historietas que percorrem processos históricos, sociológicos, políticos e, sobretudo, ambiental, vislumbra um giro pela ecologia do espírito urbano.

Por fim, explicamos para os leitores e leitoras que as legendas das figuras dos capítulos 03, 11 e 12 encontram-se no final de cada capítulo, antes das referências.

Referências

- BACHELARD, G. *L'intuition de l'instant*. Paris: Stock, 1992.
- BACHELARD, G. *La dialectique de la durée*. Paris: Quadrige/PUF, 1982.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1984.
- DURAND, G. *Science de l'homme et tradition*. Paris: Albin Michel, 1998.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. *Antropologia da e na cidade*. Porto Alegre: Marcavisa, 2013.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. *Etnografia de rua*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- ROCHA, A. L. e ECKERT, C. *A cidade e o tempo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marca Visual, 2014.
- ROCHA, A. L.; ECKERT, C. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2016.
- SIMMEL, G. *A filosofia da paisagem*. Covilhã: LusoSofia, 2009.
- VELHO, G. *Individualismo e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WALLON, H. Le rôle de l'autre dans la conscience du moi. In: *Enfance*, tome 12, n°3-4, 1959. Psychologie et Éducation de l'Enfance. pp. 277-286. Disponível on line: https://www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1959_num_12_3_1443. Acesso em: jun. 2020.

CAPÍTULO 1

SECAS ENTRELAÇADAS: UMA ABORDAGEM INTEGRATIVA PARA EXPLORAR A SOBREPOSIÇÃO PARCIAL E AS DIVISÕES VOLÚVEIS ENTRE DEFINIÇÕES, EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DA SECA NO CEARÁ, BRASIL

Cydney K. Seigerman,
Raul L. P. Basílio
Donald R. Nelson

Introdução

A seca evoca imagens de escassez e falta. Reconhecida como um risco ambiental universal, entende-se geralmente como a falta relativa de água em uma das partes do sistema hidrológico (IPCC, 2014; Van Loon, 2015). As diversas, e frequentemente desesperadoras, consequências físicas e sociais do fenômeno têm resultado no desenvolvimento de um grande número de definições baseadas em indicadores empíricos (Wilhite; Glantz, 1985). Legisladores utilizam essas definições e os indicadores associados para gerir os recursos hídricos e tomar decisões relativas às políticas públicas. No entanto, o que constitui uma seca, incluindo a gravidade de uma seca particular, não é apenas uma questão de métricas padronizadas. Ao contrário, a seca é ativamente (re)definida por meio de relações entre humanos e não humanos que criam paisagens socioecológicas particulares. Os processos de experienciar, definir e lembrar o acontecimento de uma seca são dinâmicos e carregados de poder, inseparáveis das relações socionaturais pelas quais esses processos emergem. Além disso, a experiência de seca em um momento específico é o resultado cumulativo desses processos e das relações contingentes da história. Assim, a medida objetiva de seca produzida pelos hidrólogos fornece perspectivas parciais, embora influentes, dos sentidos da escassez gerados pela seca.

A natureza parcial das abordagens hidrológicas para analisar a seca evidencia-se na diversidade dos impactos de uma seca para um povo, mesmo que os valores gerados por indicadores objetivos não variem

para aquela comunidade. A exploração da heterogeneidade de experiências leva a um refinamento das relações sociopolíticas e materiais desiguais que afetam como a seca é definida e mobilizada. As informações da ecologia política e a dedicação a questões de equidade e dinâmicas de poder por essa disciplina são importantes para melhorar a política e para abordar desigualdades estruturais. Os dois enquadramentos analíticos, porém, permanecem amplamente isolados um do outro, agrupados nos seus silos das ciências hidrológicas e sociais, respectivamente. O reconhecimento da importância de abordagens interdisciplinares para responder à complexidade da dinâmica hidrológica levou a recentes apelos para um maior envolvimento entre perspectivas disciplinares tradicionalmente isoladas (e.g., Krueger *et al.*, 2016; Wesseling; Kooy; Warner, 2017). Colaborações deliberadas que envolvem a crítica simétrica de perspectivas disciplinares podem conduzir a novas ideias sobre as relações entre o ser humano e a água e abordar os desafios da sociedade (Krueger *et al.*, 2016). Com o entendimento de que todo conhecimento está situado (Haraway, 1988), estabelecemos um diálogo entre os estudos hidrológicos de seca e os estudos ecológicos políticos, objetivando explorar como essas abordagens podem auxiliar-se e onde a sua incomensurabilidade tem como resultado a “*productive friction*” (“fricção produtiva”) (Tsing, 2005, p. 3).

Embora o uso de métricas universais para medir a seca sugira que é possível descontextualizá-la da experiência vivida, a seca é performativa, integrando os processos que constituem a memória socioambiental. Esta envolve a memória coletiva de grupos sociais e o resultado agregado dos dinâmicos processos e relações que definem paisagens contemporâneas. Os indicadores selecionados para descrever uma seca afetam o modo de entendê-la ou, em outras palavras, de compreender o que ela é. Os monitores de seca desenvolvidos pelos institutos meteorológicos implicam mapas digitais, que formam parte da cultura material dessas instituições e que são particulares “*lieux de mémoire*” (“lugares de memória”) (Nora, 1989, p. 7) de seca. Cada mapa descreve no presente o impacto cumulativo das interações passadas dentro de processos socioecológicos em vez de uma mudança instantânea ou de uma previsão. Os estudos hidrológicos para prever ou mitigar as condições futuras

de seca afetam a gestão de água, a expectativa de seca e as paisagens que por ela são produzidas. Concorrentemente, o conhecimento e as experiências locais estabelecem lugares de memória que compreendem o uso da terra, as lembranças de chuva e de escassez e a atenção aos fenômenos ecológicos não percebidos nos estudos hidrológicos. Os diversos lugares de memória têm diferentes “durações” (Rocha; Eckert, 2009), dependendo do seu carácter material e social. Cada um deles é realizado em contextos socioecológicos e políticos específicos. A recontextualização dos entendimentos científicos de seca apoia o exame da interação entre as análises hidrológicas e políticas ecológicas. O modo como se define a seca, e quem o faz, decorrem do processo contínuo da memória socioecológica, afetando a política regional e as experiências locais.

No semiárido do Nordeste do Brasil, a água realiza uma abundância de papéis vitais no desenvolvimento dos imaginários ambientais, tanto locais quanto regionais. O padrão cíclico de variação da chuva nessa região está bem documentado, com secas específicas, emblemáticas por sua severidade, através de estatísticas, discursos políticos e representações literais. No século XIX, as elites da região norte do Brasil utilizaram a seca como instrumento discursivo para desenvolver a identidade regional (Albuquerque Júnior, 1994). Já, nos anos 40 do século passado, o governo brasileiro estabeleceu o “Polígono da Seca” dentro do Nordeste, uma região redefinida ao longo do século XX, que segue o foco de programas governamentais para abordar a seca. As narrativas sobre a seca perpetuadas pelo governo ou pelas elites regionais, entretanto, não coincidem, muitas vezes, com a experiência vivida e com as memórias de indivíduos e de comunidades. Para compreender melhor o que é a seca, é necessário considerar quem a está definindo e a que propósitos uma definição pode servir. Com maior entendimento da criação de geografias desiguais de seca pelas interações entre fatores biofísicos, sociopolíticos e tecnológicos, podem ser desenvolvidas abordagens mais justas para responder às causas e às consequências da seca.

Neste capítulo, analisamos a experiência de seca em Fortaleza e no Vale do Jaguaribe, Ceará – Brasil, para explorar como os mesmos padrões climáticos produzem secas diferentes que resultam em falta para alguns, normalidade para outros e contradições entre memórias

ambientais coletivas. Nosso quadro teórico faz uso das ciências hidrológicas, da ecologia política e dos estudos sociais da memória para examinar o surgimento da seca a partir das interações de processos entrelaçados - sociais e físicos. Estudos hidrológicos operacionalizam o conceito da seca através de indicadores quantificáveis que contribuem para a política e a gestão da água. Essas análises promovem a capacidade de utilizar indicadores objetivos para descrever eventos de seca. Os estudos da ecologia política sobre causas e dos impactos da seca chama a atenção para as experiências e para as narrativas de seca situadas em relações sacionaturais carregadas de poder (Sultana, 2020). O conceito da memória ambiental aumenta o foco dos estudos de memória social às paisagens onde essas relações se desenvolvem. A memória social é constantemente (re)construída pela encenação das narrativas que a sustentam - fotografias, atividades domésticas, rituais sagrados etc. (French, 2012). A memória ambiental, ou socioecológica, envolve a geração de paisagens sacionaturais por meio das interações entre humanos e não humanos (Barthel *et al.*, 2014). As configurações atuais de paisagens e as narrativas que as descrevem fornecem a compreensão dos arranjos do passado (Assmann, [1988] 1995). Utilizamos essas fundamentações teóricas para traçar as contribuições de relações biofísicas, sociopolíticas e tecnológicas ao sistema hidrológico do Vale do Jaguaribe e de Fortaleza, criando seca através dos processos da memória socioecológica.

No Ceará, as expectativas de órgãos oficiais governamentais, técnicos de água e comunidades, famílias e indivíduos situados diferentemente divergem sobre onde e com qual objetivo a água deve fluir. A água armazenada nos reservatórios construídos nas zonas rurais é desviada e flui pelo Vale do Jaguaribe até Fortaleza. Os sistemas de açudes e canais, a agricultura irrigada, os rios perenizados e outras infraestruturas hídricas afetam os níveis da água, enquanto modelos hidrológicos, previsões sazonais e monitoramento de seca contribuem para as decisões dos comitês locais e das agências estatais, decisões que atingem a distribuição de água. Disparidades são amplificadas, mas não totalmente causadas, pelos períodos de pouca chuva - o mais recente foi o da última década, considerado um dos piores períodos de seca na história do estado. Tudo isso persiste na memória socioecológica do Ceará, e os

modos diversos como a seca é experimentada e lembrada permanecem dinâmicos, afetados por decisões e suas consequências.

A integração das perspectivas das ciências hidrológicas, da ecologia política e do estudo cultural de memória socioecológica expande as compreensões sobre as complexidades da seca. Na literatura acadêmica, é comum usar uma dessas três abordagens para o estudo. Cada uma desenvolve informações particulares sobre a co-construção do fenômeno com as relações entre os humanos e a água. Depois de introduzir o conceito da seca sob as três perspectivas, baseamo-nos em nosso trabalho contínuo com agricultores e agências do Ceará, além de em estudos prévios, para explorar a co-criação da seca e as expectativas volúveis sobre a chuva e a disponibilidade de água pelas paisagens socioecológicas cearenses. Tecemos compreensões das três abordagens para examinar as experiências e as respostas cearenses frente à seca, chamando a atenção às associações das abordagens e a seus pontos de desacordo. Isso ressalta as complexidades da seca e abre a oportunidade de abordar questões de equidade dentro dos processos de definir e experimentar o fenômeno.

Conceito de seca desde a hidrologia

Dentro das ciências hidrológicas, a seca é reconhecida como um perigo ambiental universal, afetando praticamente todos os climas do mundo. No entanto, o consenso em relação à definição e à identificação da seca permanece desafiador. Ela é entendida amplamente como menos água do que a quantidade normal numa parte do sistema hidrológico (Van Loon; Stahl *et al.*, 2016; Wilhite, 2000). A dificuldade de definir a seca reflete os diversos impactos biofísicos e sociais do fenômeno em diferentes escalas geográficas e temporais (Wilhite; Glantz, 1985). A seca é um “*creeping phenomenon*” (“fenômeno que rasteja”): é difícil determinar o começo e o fim de uma seca e, normalmente, os seus reflexos acumulam-se lentamente, durando até depois de seu declarado término (Tennehill, 1947 *em* Wilhite, 2000, p. 4).

No seu influente trabalho sobre as definições da seca, Wilhite e Glantz (1985) defendem que, devido à complexidade do fenômeno, não é conveniente desenvolver uma definição universal, ou seja, as definições devem ser contextualizadas. Os autores identificam quatro ca-

regorias abrangentes da seca. Tais categorias continuam moldando o conhecimento sobre a seca por mais de 30 anos. As secas meteorológica, agrícola e hidrológica referem-se à carência hídrica quanto à chuva, umidade de solo que afeta a colheita e à água subterrânea e superficial, respectivamente. A seca socioeconômica relaciona-se às repercussões econômicas de menos água que o esperado. No Ceará, é habitual definir as dimensões sociais da seca como os impactos do suprimento limitado de água à sociedade (Marengo; Torres; Alves, 2017).

A conceitualização da seca como risco natural afeta o modo como a vulnerabilidade à seca é entendida na política e nos estudos hidrológicos. A seca socioeconômica, por exemplo, envolve a análise unidirecional de seus reflexos na economia, sem considerar como os processos socioeconômicos impactam a manifestação da seca. Wilhite (2000) defende que a vulnerabilidade à seca pode ser modificada, mas a exposição a ela, não. Ou seja, indivíduos e comunidades podem ser mais ou menos vulneráveis aos fortes efeitos de seca por fatores como *status* socioeconômico, opções de subsistência ou acesso às tecnologias hídricas. A severidade da seca como evento hidrológico, entretanto, está além da influência social. Essa perspectiva aborda parcialmente as causas e às consequências da seca.

Um maior reconhecimento dos vínculos dinâmicos entre os sistemas hidrológico, ecológico e social levou à inclusão explícita dos processos humanos nas definições de seca (Van Loon, Gleeson *et al.*, 2016; Van Loon, Stahl *et al.*, 2016) e no desenvolvimento de indicadores desse fenômeno (Bachmair *et al.*, 2016). Os processos humanos afetam o sistema hidrológico e podem aumentar ou mitigar a seca (Van Loon, Gleeson *et al.*, 2016). Há indicadores prevalentes para definições padrão de seca meteorológica (i.e., nível da precipitação) e hidrológica (i.e., umidade de solo e nível da água superficial), mas permanecem lacunas importantes no desenvolvimento de índices adequados para medir os fatores humanos, *feedbacks* entre processos humanos e biofísicos, e os impactos sociais (Bachmair *et al.*, 2016). Um maior envolvimento com a literatura da ecologia política pode expandir o entendimento da dinâmica entre práticas humanas e a seca por intermédio da análise da coprodução de relações sociais e hidrológicas.

A política ecológica da água e da seca

A ecologia política desenvolve uma compreensão da produção da seca por meio dos processos hidrológicos e sociais que evoluem conjuntamente (Truelove, 2019). Entendido como desastre socionatural, a seca é o produto de fatores sociopolíticos, econômicos e ecológicos (Wisner *et al.*, 2003). A análise de Bakker (2000) da seca de 1995 em Yorkshire, Inglaterra, ilustra a forma como uma das secas mais extremas da região foi produzida por padrões climáticos, a modelagem meteorológica, previsões da demanda hídrica e a reconstrução da companhia privada da água. Suposições sobre os padrões climáticos influenciaram a modelagem meteorológica e contribuíram para as grandes expectativas de chuva (Bakker, 2000). Contudo, um período de relativamente pouca chuva em algumas partes de Yorkshire ocorreu ao mesmo tempo em que vazamentos na infraestrutura hídrica e o aumento de uso pelas comunidades locais levaram a uma maior demanda do que a prevista pela companhia de água (Bakker, 2000). O nível dos açudes despencou, e a seca extrema foi declarada na região (Bakker, 2000).

Mesmo quando a quantidade da chuva está consistente, os processos sociopolíticos e ambientais podem modificar a seca e a escassez da água (Mehta, 2007). No semiárido de Kutch, Índia, cientistas e comunidades locais observaram que as secas eram mais intensas e a escassez da água mais aguda que no passado (Mehta, 2007). Nessa região de ciclos regulares de seca meteorológica, a quantidade medida da chuva cumulativa não tem reduzido, mas a experiência de seca tem sido afetada pelas mudanças no uso da terra, incluindo o desmatamento devido à extração de madeira comercial e ao represamento dos rios, junto com a superexploração dos aquíferos de águas subterrâneas feita, predominantemente, por grandes usuários (Mehta, 2007). Os discursos político e midiático, entretanto, obscurecem esses fatores, enfatizando a perpetuação da percepção de que os níveis da chuva têm reduzido (Mehta, 2007). A seca é o produto de processos sociais e hidrológicos que influenciam as percepções sobre a chuva, sobre a disponibilidade da água e sobre a produção da seca.

A distribuição desigual de água e a produção de experiências diferentes de escassez e normalidade não são processos neutros, e sim

profundamente políticos. As relações de poder e as reivindicações de conhecimento impactam sobremaneira na distribuição de água por uma paisagem (Goldman; Nadasdy; Turner, 2011; Robbins, 2011). As interações entre fatores socioecológicos dentro de relações de poder desiguais também provocam diferente vulnerabilidade à seca dentro duma população, porque as pessoas têm capacidades distintas para prevê-la, lidar com ela, ou responder a ela (Wisner *et al.*, 2003). A marginalização ao longo de dimensões sociais, incluindo classe, gênero e raça, leva a maiores níveis de vulnerabilidade (Wisner *et al.*, 2003), e as identidades marginalizadas intersetoriais produzem desigualdades não contabilizadas (Crenshaw, 1989).

O ciclo hidrossocial é uma ferramenta analítica para examinar a produção de desigualdades hídricas e as relações de poder dentro dos processos da criação, a circulação e o uso de água e conhecimentos dentro de sistemas (Linton, 2010; Linton; Budds, 2014). O privilégio dado às ciências hidrológicas sobre o conhecimento local nas decisões de gestão hídrica pode conduzir à exclusão de usuários de água locais de participar nesses processos de tomada de decisões (Usón; Henríquez; Dame, 2017) e reforçar o acesso desigual à água (Budds, 2009). As decisões de alocação da água ajudam a produzir disparidades de experiências de escassez desse recurso que são ainda mais distintas pelo acesso desigual à infraestrutura hídrica, incluindo encanamento operacional (Anand, 2017) ou armazenamentos domésticos (Millington, 2018). Dado que a produção de escassez nunca é social ou ecologicamente neutra, vários acadêmicos exigem que as decisões socioecológicas sejam feitas de forma mais democrática (Mehta, 2007; Swyngedouw; Kaika; Castro, 2002).

O controle democrático das decisões hídricas, porém, não garante resultados justos para grupos sociais diferentes. A representação de gênero nos grupos locais de tomada de decisão, as práticas socioculturais e a micropolítica afetam a equidade dos resultados das decisões relacionadas à água (Adams; Juran; Ajibade, 2018). As abordagens feministas na ecologia política ampliam a compreensão da navegação de relações hidrossociais desiguais, incluindo experiências iníquas de escassez de água, por indivíduos com identidades intersetoriais através das suas experiências situadas, cotidianas e corporificadas (Crenshaw, 1989;

Sultana, 2011, 2020; Truelove, 2011). Experiências desiguais de seca são parte de relações hidrossociais, relações perpetuadas e contestadas por meio de processos de negociação. Na próxima seção, exploramos a memória socioecológica para desenvolver ainda mais nossa análise de como a experiência de seca molda e está moldada nas paisagens socioecológicas pela experiência vivida e pela cultura material.

A memória socioecológica da seca

A memória socioambiental expande visões da ecologia política da seca como fenômenos heterogêneos e explora a complexidade de como pessoas interagem com seus arredores por meios de percepções, lembranças e ações. Através de contínuos “processos de lembrança”, comunidades criam e implementam memórias em jeitos particulares para o gerenciamento de seus ambientes (Barthel *et al.*, 2014, p. 150; Rigney, 2005;). As memórias não são simples reflexões passivas do passado, mas, criticamente, são construídas e reconstruídas em níveis individuais e coletivos, tornando-se evidentes nas memórias heterogêneas de tempos e lugares particulares. Estão sempre relacionadas com o conhecimento no presente (Assmann, [1988] 1995), situadas dentro de um complexo de espaço, tempo e experiências, inseparáveis dos lugares – materiais e imateriais – onde são constituídas (French, 2012; Nora, 1989).

A análise de “lugares de memória” particulares (Nora, 1989, p. 7) ajuda no entendimento da maneira como eventos são lembrados coletivamente. Enquanto lugares de memória, são frequentemente espaciais (por exemplo, monumentos, árvores, paisagens ou cidades), textos, artefatos e outros sinais também servem como lugares de lembrança coletiva (French, 2012; Nazarea, 2006; Rigney, 2005). A duração da memória coletiva de um lugar particular depende das temporalidades associadas com a do próprio lugar (Rocha; Eckert, 2009). O ritmo cotidiano da vida influencia o desenvolvimento de conexões sociais e de memória coletiva que se estendem além da experiência vivida de um indivíduo por diferentes sinais e símbolos (Rocha; Eckert, 2009). A duração de lugares de memória e o desenvolvimento hegemônico de narrativas da memória estão intimamente ligados a esses ritmos e também às estruturas de poder (Nazarea, 2006). A exploração de lugares de

memória associados com particulares descrições e experiências da seca pode informar entendimentos do processo no qual a seca é definida.

As memórias contribuem para a identidade, a formação, a coesão e o atrito de grupos sociais. As várias funções da memória são evidentes nos jeitos em que comunidades lembram e empregam rememorações de experiências para enriquecer visões singulares do passado e futuro (Rigney, 2005). A inscrição de memórias como afirmações verdadeiras envolve questões de poder (French, 2012), sendo um processo que implica atos de lembrança e esquecimento, em jeitos estratégicos (Halbwachs, [1952] 1992; Nora, 1989). Essa dialética surge na análise de Kenny (2009) do reconhecimento contemporâneo de campos de concentração no Ceará, que formaram parte da resposta do Estado durante as secas no início do século XX. Os campos de concentração foram construídos para controlar o número de flagelados que chegavam a Fortaleza, na corrida contra a destruição causada pela seca. Fome, doenças e mortes preencheram a experiência diária desses campos (Kenny, 2009). Essas condições, mencionadas em jornais da época, junto a entrevistas com sobreviventes décadas depois, formam parte da memória contemporânea da região. Além disso, desde os anos 90, um grupo de moradores da cidade de Senador Pompeu tem promulgado memória coletiva do campo por meio de um “ato público de lembrança” (Rigney, 2005, p. 11): uma peregrinação anual ao Cemitério da Barragem do Patú, construído por residentes da região na época dos campos para o enterro das suas vítimas. Ainda, quando uma ONG local solicitou a transformação do campo de concentração em patrimônio histórico, com os objetivos de estimular o turismo e de relembrar as vítimas, várias pessoas da comunidade criticaram essa proposta performativa de memória (Kenny, 2009). O subsequente reconhecimento oficial do Campo de Concentração do Patú como patrimônio histórico cultural pelo governo cearense, em 2019 (Ministério Público do Estado do Ceará, 2019), estabeleceu uma conta autoritária na memória coletiva da região. O ato público de reconhecimento nega a heterogeneidade das práticas locais de lembrança e valores que compõem memória local dos campos e da seca.

A memória constitui e é constituída por percepções ambientais, incluindo identificações de seca tanto individuais quanto coletivas. Na

Etiópia, as mudanças em precipitação percebidas por agricultores e pecuaristas locais contradizem dados meteorológicos (Meze-Hausken, 2004). Embora os estudos hidrológicos tenham mostrado pouca mudança na precipitação das quatro décadas passadas, os indivíduos entrevistados no estudo consideraram as secas atuais piores que as experienciadas pela geração anterior. Meze-Hausken (2004) examina as discrepâncias entre memória coletiva local e narrativas meteorológicas por meio de uma exploração de vários fatores socioambientais, abrangendo a alteração da dependência de precipitação de acordo com novas estratégias agrícolas, o aumento de desflorestamento, o crescimento populacional e as narrativas de ONGs sobre a mudança do clima. As percepções de chuva inscritas em práticas cotidianas, incluindo culturas plantadas e necessidades de água, influenciam a memória socioambiental da seca entre produtores rurais - para muitos agricultores, colheitas ideais ou de sucesso caracterizam normalidade, enquanto seca é inserida em dificuldades socioeconômicas (Meze-Hausken, 2004). A identificação da seca e as percepções da mudança do clima são partes de uma ampla experiência na qual aspectos materiais, culturais e sociais demonstram a forma como as pessoas entendem o passado e o presente.

Focamos nossa atenção na memória durante o estudo da seca por destacar conexões entre o passado e o futuro pelo fenomenológico presente que se desenvolve constantemente. Com relação a lugares de memória, a memória coletiva estende-se além de indivíduos que comungam atos de lembrança. Enquanto a literatura da memória enfatiza que ela é um processo dinâmico, a memória coletiva requer que alguma coleção de conhecimento do passado exista (Nazarea, 2006). A interação entre indivíduos com suas narrativas pessoais de lembrança e memórias coletivas associadas com lugares que se estendem além do sujeito depende da navegação de desiguais relações socioambientais e políticas de conhecimento. A seca é experienciada no presente, com base não só em expectativas constituídas por processos de lembrança individuais e coletivos, como também em paisagens socioambientais onde elas são formadas.

Facetas da seca cearense

No Ceará, a seca é gerada de forma heterogênea, por meio da confluência de fatores climáticos, sociopolíticos e tecnológicos. Há muito escrito sobre os fatores climáticos que estimulam a seca no estado (e.g., Marengo; Torres; Alves, 2017) e as implicações sociais, políticas e econômicas da seca e da sua política (Bedran-Martins; Lemos, 2017; Kenny, 2002; Nelson; Finan, 2009). Esse estado integra o semiárido da região Nordeste do Brasil, a zona árida mais densamente povoada do mundo (Marengo; Torres; Alves, 2017). A seca recorrente é entendida como parte da variação natural do clima em todo o Nordeste, onde as chuvas variam espacialmente e em escalas de tempo inter e intra-anuais (Marengo; Torres; Alves, 2017). A desigualdade social extrema persiste entre os centros urbanos e as comunidades rurais, e a vulnerabilidade à seca dos pequenos agricultores da região está associada às relações clientelistas contemporâneas (Kenny, 2002; Lemos; de Oliveira, 2004; Nelson; Finan, 2009). Os impactos de seca no Nordeste, historicamente, têm incluído a migração em grande escala de famílias rurais empobrecidas, fome, doença e morte (Nelson; Finan, 2009). O sertão do Ceará é particularmente conhecido pelo sofrimento, pela pobreza e pela seca (Nelson; Finan, 2009).

Para atenuar os impactos de seca, a infraestrutura hídrica (e.g., açudes, canais, cisternas e poços) foi construída com base nas modelagens meteorológica e hidrológica avançada e nas estratégias descentralizadas da gestão da água implementadas ao longo do século passado. Os governos estadual e nacional realizaram projetos de grande escala na infraestrutura hídrica a fim de aumentar o abastecimento de água no Nordeste e transferir esse abastecimento para os centros urbanos. Os desenvolvimentos recentes dos métodos de previsão e a descentralização da gestão da água, repassada aos comitês locais das bacias hidrográficas, focam-se na melhoria da gestão hídrica. A seca cearense é moldada parcialmente por todos esses fatores. A escassez da água entende-se pelos padrões climáticos, pelos níveis dos açudes e pelas restrições hídricas. Essas realidades são somadas aos esforços para manter a experiência de normalidade em Fortaleza e evitar o racionamento na cidade por meio da alocação estratégica de água. Nesta seção, delineamos como as com-

preensões de quantidades normais e escassas de água integram significados de seca no Ceará e como elas dependem de experiências situadas e coletivas, concomitantemente com processos socioecológicos carregados de poder pelos quais lugares de memória se constroem com dinâmicas condições climáticas, infraestrutura e estratégias de gestão da água.

O clima cearense caracteriza-se geralmente por baixos níveis de precipitação e altas taxas de evapotranspiração, tendo uma estação seca e uma chuvosa, claramente definidas. Os padrões de precipitação apresentam grande heterogeneidade espacial e temporal (Souza Filho, 2018): a média anual para o estado é de aproximadamente 800 mm, enquanto o desvio padrão da média anual é de 300 mm, e a média anual para as diferentes bacias hidrográficas varia de menos de 650 mm a mais de 950 mm. A seca meteorológica em nível estadual é definida como precipitação acumulada anual abaixo de 800 mm, ainda que a maior parte das chuvas seja esperada entre janeiro e maio. A posição da Zona de Confluência Intertropical (ZCIT) determina a estação chuvosa principal (de fevereiro a maio), que ocorre quando a ZCIT chega à sua posição mais ao sul (Hastenrath; Heller, 1977; Junior; Jones; Gandu, 2018). A ausência de precipitação durante a estação chuvosa é frequentemente explicada por uma posição anômala ao norte do ZCIT (Hastenrath; Heller, 1977; Hastenrath; Greischar, 1993) ou a fase El Niño do El Niño-Oscilação do Sul (ENOS) no Oceano Pacífico (Kayano; Capistrano, 2014). Os baixos níveis de precipitação durante a seca prolongada de 2012 a 2017 foram atribuídos a vários sistemas climáticos. O começo da seca ocorreu concomitantemente com a migração do norte do ZCIT, enquanto o período de seca foi prolongado por um forte evento de El Niño de 2015 a 2016 (Cunha *et al.*, 2018).

O momento e a intensidade da estação chuvosa, assim como o abastecimento de água de pequenos e grandes reservatórios, impactam fortemente sobre a hora da colheita para os agricultores locais. A falta de água durante esse período é sentida, de modo grave, embora diferentemente, por pequenos agricultores do Vale do Jaguaribe e oficiais estatais nas diversas entidades envolvidas no gerenciamento de água, incluindo a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) e a

Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH). Para agricultores de sequeiro, a falta de chuva pode levar à colheita limitada e à pouca quantidade de água potável acumulada em cisternas individuais ou comunitárias. A experiência da seca, porém, depende não apenas de níveis de chuva, mas também da habilidade de adequação aos padrões de precipitação baseados em outras capacidades adaptativas de cada casa, abarcando diversidade em estratégias de sobrevivência (Eakin; Lemos; Nelson, 2014). Desse modo, uma temporada, ou múltiplas temporadas, de seca meteorológica podem ser lembradas como severas para alguns e esquecidas por outros.

A heterogeneidade de experiências individuais da seca é evidente nas respostas de um questionário conduzido em 1998, no qual 500 produtores rurais foram perguntados sobre a pior seca de que conseguiam lembrar. Enquanto as respostas se encaixavam com alguns dos anos já reconhecidos por suas secas (e.g., 1958, 1983 e 1993), apenas quatro anos entre 1970 e 1997 não foram mencionados por, pelo menos, um dos entrevistados. Vários fatores contribuem para essa variação, que ressalta a dificuldade em definir o conceito de seca. Famílias que têm o seu sustento diretamente relacionado à agricultura de sequeiro são mais sensíveis a alterações em níveis de chuva. Mudanças na disponibilidade de mão de obra - resultante de doença, morte, idade ou migração - influenciam formas como as famílias podem mitigar essa variação de chuva. Outros tipos de choques, ou anos anteriores com piores colheitas, podem criar uma situação na qual pequenas mudanças em indicadores de chuva impactam fortemente nessas famílias.

Essas experiências individuais são condicionadas por amplas características do grau municipal. Uma análise de adaptação à seca no estado mostra que, entre 1975 e 2009, o nível de sensibilidade municipal para variação de precipitação diminuiu ou manteve-se o mesmo em alguns municípios, enquanto reduziu em outros (Nelson *et al.*, 2014). As diferenças são atribuíveis a resultados de esforços específicos por parte de indivíduos e governos para ajustar-se à variabilidade nos sistemas naturais. Medidas podem incluir aumento de novas tecnologias por melhorias no mercado, aumento de investimentos ou disponibilidades para empréstimo, ou leis governamentais que neutralizam os impactos de

variabilidade nos sistemas naturais. Enquanto a agregação de medidas individuais colabora para uma reduzida experiência de seca em nível municipal, a amplitude de escolhas e de possibilidades para indivíduos, determinada por maiores processos sociais, como ideologias sobre desenvolvimento e definições construídas, baseadas em “progresso”, influencia as reais opções disponíveis para a população ou para o indivíduo (King; Nelson; McGreevy, 2019). Relações sociopolíticas afetam as oportunidades, mediando o fluxo de recursos materiais nas escalas locais e estaduais (Nelson; Finan, 2009).

Em Fortaleza, funcionários governamentais avaliam a seca em todo o Ceará usando relatórios sobre medições de chuva, níveis de reservatórios e potencial colapso do abastecimento de água do município, relatórios revisados semanalmente por uma força-tarefa de seca liderada pela SRH e composta por outros funcionários estaduais de agências relacionadas com a água. O abastecimento de água é atentamente monitorado, e as decisões de alocação feitas a cada julho ajudam a garantir os recursos hídricos para a capital do estado, independentemente da quantidade de chuva que cai ou que é coletada nos açudes. A gestão regional bem-sucedida costuma ser sinônimo de prevenção do racionamento de água em Fortaleza, o que permite aos residentes e às indústrias da região metropolitana de Fortaleza uma sensação de normalidade, mesmo durante os anos de 2010 a 2018 - anos de seca meteorológica e de níveis de reservatório criticamente baixos. As narrativas dos períodos de seca desenvolvem-se com a evolução das condições hidrológicas da região. Apesar dos anos de 2012 a 2017 serem frequentemente citados como os piores da seca (Marengo; Torres; Alves, 2017), em 2020, a perspectiva permitiu que os especialistas da COGERH avaliassem os desafios da gestão da água associados aos impactos da chuva limitada regionalmente em todo o estado desde o início dos anos 2000.

A construção de reservatórios a partir do final do século XIX continua mudando o significado relativo da quantidade de água e, portanto, o significado da seca no Ceará, com a construção do açude Castanhão, em 2002, quase dobrando a capacidade de armazenamento de água superficial do estado (Souza Filho, 2018). Quando liberada, a água armazenada atrás de seu vertedouro viaja por um sistema integrado de

açudes e canais em direção a Fortaleza e pelo Vale do Jaguaribe para apoiar a agricultura de irrigação de grande e pequena escala e fornecer água potável local. As expectativas de água e as negociações de alocação giram, em parte, em torno do percentual de abastecimento do Castanhão. A chuva e o açude Orós, construído nos anos de 1960, abastecem o Castanhão, enquanto a evapotranspiração e o lançamento regulado por canais e pelo rio Jaguaribe correspondem à maior parte da saída de água da barragem. O volume da água abastecida no Castanhão caiu drasticamente a partir de 2011 e oscilou entre três e cinco por cento da capacidade do açude ao longo de 2018 e 2019.

A construção dos açudes Orós e Castanhão e os volumes de água direcionados ao rio Jaguaribe desde o sistema de reservatórios mudaram as expectativas hidrológicas de disponibilidade de água e, consequentemente, o entendimento da seca. O rio Jaguaribe, antes intermitente, foi perenizado com a construção do Orós. No início do século XXI, o Castanhão tornou-se o principal contribuinte para a vazão do rio Jaguaribe. Ao longo do rio, diferentes indústrias dependentes de água, incluindo a criação de camarão, foram promovidas pelo estado, e os agricultores locais estabeleceram a agricultura de inundação e o cultivo de arroz. No entanto, nos últimos anos de seca meteorológica e diminuição dos níveis dos reservatórios, essas práticas foram restringidas. Paralelamente, o rio Jaguaribe voltou a ser efêmero a jusante, com a diminuição do volume de água destinado a ele. Os técnicos também acreditam que poços construídos ao longo do rio por residentes locais contribuem para a diminuição da água que flui, pois os poços extraem água subterrânea que, de outra forma, contribuiria para o fluxo do rio. Em resposta a essa possibilidade, em 2017 e 2018, a COGERH e os comitês de bacias hidrográficas responsáveis pela gestão da água nas sub-bacias afetadas estabeleceram regulamentação sobre a distância entre os poços e o litoral.

Os baixos níveis de água do Castanhão durante os anos após 2010 formam parte da experiência regional de seca. Diariamente técnicos da COGERH medem a quantidade de água, tornando essa informação pública em um portal digital. O nível de água do Castanhão no fim da temporada da chuva também serviu como medida para estimar os cenários de alocação de água durante o período de 2012 e 2017 e depois

dele. O diretor de operações da COGERH calcula o fornecimento de água como uma forma de entrada e de saída, com o objetivo de fornecer água a Fortaleza pelos 18 subsequentes meses. As taxas de evapotranspiração simulam perdas de água para atmosfera, acompanhadas das demandas hídricas que servem a área metropolitana de Fortaleza e os irrigadores junto ao sistema de canais e ao rio Jaguaribe, para computar diferentes potenciais resultados descritos nos termos finais dos níveis no reservatório e na garantia limitada de fluxo pelo rio Jaguaribe. A previsão de chuva é a única fonte de água considerada para os cenários. Em 2018, essa entrada foi a precipitação medida em 2016, o ano com a menor quantidade de chuva entre 2012 e 2017. Os cenários foram preparados, partindo do pressuposto de que mais água sairia do reservatório do que seria adicionada a ele, acarretando, inevitavelmente, a redução do nível no reservatório e justificando métodos conservativos de alocação de água. Essas simulações eletrônicas, em que a carência domina o abastecimento, moldam a escassez de água, o entendimento de água limitada.

Nem todas as demandas são consideradas igualmente, como, por exemplo, as de Fortaleza e do Vale do Jaguaribe durante o processo de alocação. De acordo com a COGERH, a porção da demanda de água de Fortaleza alimentada pelo Castanhão supre apenas residências urbanas; as indústrias são abastecidas por reservatórios na região metropolitana. Conforme a lei nacional de água, residências têm maior prioridade de água do que necessidades agrícolas ou industriais. Os agentes governamentais têm usado isso como justificativa para argumentar que o volume de fluxo de água do Castanhão para Fortaleza não é negociável - essa água é necessária para os residentes da capital. Água para Fortaleza é prioridade do estado.

Em contrapartida, o fornecimento de água para os perímetros irrigados e para os pequenos agricultores ao redor do rio Jaguaribe pode ser reduzido, ocasionando o racionamento. Igualmente, os agricultores familiares no Vale do Jaguaribe nem sempre recebem água suficiente para o seu abastecimento. Com os níveis mínimos de água em 2017, por exemplo, os comitês locais votaram num cenário de alocação que não garantiria água para todas as comunidades ao longo do rio. Os compromissos trazem o entendimento de escassez, que se materializa

em índices de fluxo pactuados durante reuniões de alocação no mês de junho, em que os cinco comitês de sub-bacias das bacias hidrográficas do Jaguaribe e do rio Banabuiú e o comitê da região metropolitana de Fortaleza se juntam para selecionar o plano de alocação e de restrição de água para o ano seguinte.

A governança de água no Ceará é co-desenvolvida com a seca, trazendo consigo soluções tradicionais de infraestrutura com a descentralização de gerenciamento de água para o nível da bacia hidrográfica. No começo dos anos 90, o estado implantou esse sistema, seguindo os princípios de gestão integrada de recursos hídricos (Abers; Keck, 2006). Em 1997, a descentralização desses recursos aconteceu em nível nacional; a água tornou-se legalmente reconhecida como um bem comum e econômico, sendo dada prioridade de recursos hídricos ao consumo humano, e não aos usos agrícolas ou industriais (*Da política nacional de recursos hídricos*, 8 de janeiro de 1997). Comitês de bacia hidrográfica foram estabelecidos, representando a sociedade civil, diferentes usuários de águas e instituições governamentais (Lemos; de Oliveira, 2004).

Mesmo descentralizada, a estrutura de governança da água no Ceará continua fortemente controlada por agências estatais. A COGERH é a secretaria executiva dos comitês de bacia e influencia muito as decisões dos comitês por meio de controle dos vários recursos e informações técnicas, incluindo os cenários elaborados por especialistas. Além disso, é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH) que controla as decisões finais sobre a alocação da água entre Fortaleza e o Vale do Jaguaribe. Ele supervisiona todas as decisões sobre os fluxos de água entre duas bacias hidrográficas ou mais. É composto por representantes de 20 organizações relacionadas aos recursos hídricos, incluindo a SRH, a Secretaria de Agricultura, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e a Universidade Federal do Ceará. Um membro e seu suplente representam os 12 comitês de bacia do estado. O CONERH desempenha o papel de supervisão para decisões sobre como a água será liberada das barragens de Orós e Castanhão e levada pelo sistema de canais do Vale do Jaguaribe até Fortaleza.

O relacionamento entre comitês locais e agências estatais continua se desenvolvendo (Lemos *et al.*, 2020). Antes de 2018, gerentes da

COGERH apresentavam os cenários de fluxo hídrico apenas no dia em que a alocação de água seria discutida em reunião. Em 2018, um grupo de trabalho foi organizado pela Companhia e aprovado pela SRH. A pedido dos comitês de bacia, reivindicaram uma maior participação nas decisões de águas originárias do Orós e Castanhão. Foi dada a oportunidade para os representantes dos comitês de bacia considerarem os cenários criados e proporem alternativas antes da sessão plenária de alocação. Durante duas reuniões, em Fortaleza, com representantes da COGERH, o grupo de trabalho modificou os cenários de fluxo de água, exigindo mais informações sobre como as demandas hídricas de Fortaleza eram determinadas e construindo uma lista preliminar de restrições para certos usos de água na região.

Algumas semanas depois, os cenários e as restrições foram apresentados para os seis comitês de bacia da região durante a sessão plenária de alocação. Nessa ocasião, esses comitês votaram num cenário proposto durante a sessão plenária, que diminui a quantidade de água fornecida para Fortaleza pelo Castanhão por um valor abaixo do mínimo previamente decidido pelo CONERH. Este, subsequentemente, rejeitou a decisão dos comitês - o fluxo antes estabelecido para Fortaleza foi mantido, e a alocação final seguiu valores calculados para garantir o fornecimento de água para a capital. O resultado, que não surpreendeu os técnicos da FUNCEME e da COGERH ou os membros dos comitês de bacia, enfatiza a priorização da cidade de Fortaleza pelas decisões administrativas estaduais. Isso também concorreu para a formação do sistema hidrológico e de experiências da seca, abrandando o senso de falta de água na capital e contribuindo para as experiências de escassez no vale.

A modelagem hídrica utilizada para elaborar os cenários de alocação de água reforça conhecimentos particulares da paisagem cearense e de seca. O programa de modelagem computacional desenvolvido por engenheiros da FUNCEME colabora para uma forma de memória socioecológica do Vale do Jaguaribe. As simulações invocam os níveis medidos de chuva de muitas décadas, além de taxas de evaporação calculadas com base na teoria hidrológica. Essa forma quantitativa de memória coletiva também depende das experiências individuais de *experts*. Em 2018, um técnico da COGERH explicou que confiou em sua intuição

sobre o sistema a fim de determinar a combinação de taxas de fluxo para criar cenários regionais de alocação de água. A interação entre os valores de fluxo testados pelo especialista intuitivo, os dados históricos de chuva e as capacidades computacionais do programa promove um conhecimento ambiental especulativo na forma de previsões das taxas de fluxo pelo sistema de canais e pelo sistema fluvial, e a isso se acrescentam os níveis finais de água nos reservatórios, fundamentados nas simulações. Assim, os modelos constroem futuros cenários possíveis utilizando conhecimentos atuais e experiências passadas de seca no Ceará.

Ao contrário dos modelos hidrológicos, que incorporam o conhecimento socioecológico de técnicos para visualizar potenciais futuros, os monitores de seca participam nos processos de seca e de memória socioecológica por meio da produção de narrativas de condições ambientais anteriores. Os monitores usam várias métricas quantitativas para fornecer descrições abrangentes das condições de seca, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade social através de melhores práticas de gestão (Svoboda *et al.*, 2002). Em 2014, por meio de colaborações entre grupos locais, estaduais, federais e internacionais, o governo brasileiro adaptou a metodologia desenvolvida pelo Centro Nacional de Mitigação de Secas dos Estados Unidos para monitorar a seca no Nordeste (Monitor de Secas, 2019). O sistema agrega quantitativos indicadores meteorológicos, hidrológicos e socioeconômicos e, a cada mês, publica, no seu *site*, um mapa com uma narrativa que descreve a severidade da seca na região. O processo visualiza e narra a memória ambiental de seca, informando as experiências de seca regionais e as decisões políticas.

A previsão meteorológica sazonal também contribui para os diálogos de seca entre as paisagens socioecológicas - passadas e futuras. Dada a alta variação pluvial no Ceará, junto com a forte dependência das chuvas para subsistência e produção, a previsão sazonal é tecnicamente desafiadora e politicamente importante. Meteorologistas da FUNCEME constroem previsões que ajudam a moldar as expectativas sobre a estação chuvosa e fortalecem a ênfases na seca meteorológica. Por meio de construção de consenso, os modeladores integram os resultados de modelos estatísticos e dinâmicos e medições oceânicas e atmosféricas para elaborar as previsões. Elas incorporam métricas quantificadas de

incerteza e indicam a probabilidade de seca em nível regional (Winkler *et al.*, 2018). Esses meteorologistas, no entanto, enfrentam grandes desafios para comunicar essa imprecisão de maneira tangível, de modo que as pessoas possam agregar as previsões às decisões relacionadas à água, como seleção das safras ou momento do plantio das sementes. As previsões denotam probabilidades de mais chuva do que a média, menos chuva do que a média e níveis normais de chuva, considerando-se normal a precipitação média agregada ao nível estadual calculada nos últimos 100 anos. A medida quantificada como normal esconde a ampla variabilidade regional de precipitação, além das oscilações inter e intrassazonais. Como resultado, uma narrativa particular de seca baseada em métricas particulares de níveis de chuva agregados é mantida e incorporada nas previsões de futuras condições de seca criadas pela FUNCEME.

Quantificações probabilísticas de risco são projetadas para se encaixarem em estruturas de tomada de decisão de política e gestão, que podem ter gatilhos que ativam respostas à seca, segundo certas distribuições igualmente probabilísticas. Entretanto, muitas vezes, eles não conseguem ressoar com grande parte da população agrícola cearense, atenta a essas previsões, mas pouco confiante em seu valor (Finan; Nelson, 2001). Para os agricultores, a seca não é definida por um conjunto intangível de métricas numéricas; baseia-se, sim, na experiência pessoal e nas memórias coletivas. Deste modo, existem os profetas da chuva, indivíduos com conhecimentos e experiência para observar o meio ambiente e interpretar suas observações a fim de informar previsões sazonais. Enquanto todos os agricultores observam e interpretam a natureza, os profetas desempenham um papel social particular, como árbitros da memória social em relação às pessoas e ao mundo natural (Folhes e Donald, 2007). Não está claro até que ponto os agricultores utilizam as previsões dos profetas da chuva para tomar decisões agrícolas. Sabe-se, no entanto, que, como os profetas organizam a linguagem, as metáforas, as memórias coletivas das pessoas ao seu redor, as previsões e o desempenho delas, suas estimativas servem como importantes marcadores culturais que auxiliam as pessoas a entenderem a variação das chuvas e a influência delas sobre suas vidas e seus meios de subsistência.

Os processos pelos quais a seca é definida no Ceará dependem de expectativas de chuvas e da disponibilidade e do uso da água, com base no conhecimento experiencial e na memória socioecológica. A busca contínua das agências estaduais para avançar no entendimento hidrológico da seca mobiliza definições de seca fundamentadas em indicadores quantificáveis. Modelos hidrológicos e mapas de monitor de estiagem agem como lugares de memória socioecológica dessas abordagens. As definições coexistem e interagem com decisões, nos âmbitos regional e local, sobre a gestão da água e as experiências situadas do povo rural, que conta com múltiplas fontes de informação para tomar decisões agrícolas, incluindo previsões meteorológicas, previsões dos profetas da chuva e seus próprios conhecimentos socioecológicos. As decisões hídricas em diferentes níveis de governança são realizadas dentro de relações socionaturais desiguais. As dinâmicas de poder dessas relações afetam as oportunidades e os resultados para os diversos grupos sociais. Na seção final deste capítulo, analisamos como as abordagens à seca das ciências hidrológicas, da ecologia política e da antropologia da memória se informam mutuamente, considerando também suas possíveis incommensurabilidades. Consideramos as definições do “normal” e da seca desde as três perspectivas e as consequências das definições particulares no contexto da seca cearense.

Discussão

A seca, identificada por intermédio das comparações entre o esperado e o “menos que esperado”, revela-se como conceito relativo, emergindo das comparações baseadas nas experiências humanas ou nas designações formais. Juntas, as três abordagens analíticas contempladas para compreender a seca - estudos hidrológicos, ecologia política e estudos sociais de memória socioambiental - ampliam a concepção de seca pelas maneiras como a quantificação, os poderes que definem relações socioambientais e as experiências humanas perpetuam e desafiam os entendimentos do que é normal e o que é a escassez de água. No Ceará, uma abordagem de seca hidrológica informa os estudos técnicos elaborados pela FUNCEME e pela COGERH. Tais estudos resultam em previsões e modelos que enfocam os níveis de precipitação, a umidade

do solo e as interações entre a oferta e a demanda de água na região. As previsões feitas pelos profetas da chuva também incorporam os padrões pluviais e a oferta e a demanda na sua fala de seca. Os profetas, porém, envolvem, como base de suas interpretações, as memórias e o conhecimento socioecológicos. A memória ilumina o modo como experiências passadas informam a previsão e o reconhecimento nas duas abordagens. Os técnicos dependem das séries históricas e de seu entendimento das condições atuais e futuras, enquanto os profetas integram memórias locais com as observações da natureza. Os lugares de memória socioecológica abrangem essas duas abordagens de fazer previsões e incluem os mapas digitais de seca e as localizações físicas onde os profetas fazem suas observações. As diferenças no poder social e as políticas de conhecimento interagem para determinar a influência relativa dos modelos de previsão e as percepções do normal. Como resultado, as discussões de gestão de água desde a sub-bacia até o nível do estado, usam previsões técnicas e não consideram as previsões dos profetas ou outros tipos de conhecimento experiencial dos agricultores.

A designação oficial de uma seca, baseada em indicadores objetivos, engatilha planos de contingência. A ecologia política chama a atenção para a natureza política desses planos e para as decisões relacionadas com as infraestruturas e com as alocações de recursos que as precedem. Isso inclui a construção de barragens e canais e a alocação de água bruta que passa por eles e pelos rios perenizados. No Ceará, a alocação de água entre os residentes de Fortaleza, as indústrias, os perímetros de irrigação e as comunidades no Vale do Jaguaribe depende de relações políticas e negociações entre grupos e indivíduos cujas identidades podem ultrapassar divisões tradicionais do governo, as organizações de usuários de água e a sociedade civil. Por meio desses processos, a seca ilumina diferenças sociais enquanto se desenrola, agravando as disparidades entre os que têm e os que não têm capital social e material.

A escassez de água é função de demanda, relacionada com pressões econômicas, adaptações aos meios de vida e expectativas baseadas nas experiências passadas. A maneira como se concebe a seca no presente é influenciada pelas memórias de secas e pelas abundâncias passadas (Meze-Hausken, 2004). A alteração decenal para carcinicultura e o au-

mento da agricultura irrigada na beira do rio Jaguaribe, então recentemente perenizado, mudaram as expectativas e as definições do normal. Os últimos anos, com chuvas fracas, em conjunto com as mudanças nas condições hidrológicas, não conseguiram, porém, atender as novas expectativas baseadas nas promessas políticas e as memórias de paisagens aluviais. A seca, assim, pode ser criada, levando em consideração a maneira como expectativas e condições hidrológicas, decisões econômicas e gestão de recursos naturais se entrelaçam (Bakker, 2000). Os processos de lembrar incluem as análises de padrões históricos de chuvas e as peregrinações para comemorar as vítimas dos campos de concentração no século XX, uma vez que ambos promulgam memórias coletivas de secas passadas. A memória socioambiental e a ecologia política chamam a atenção para a importância de experiência na concepção de seca como fenômeno hidrológico que depende, em parte, do que, por quem e como é lembrado nas paisagens socioecológicas dinâmicas.

Quando tecidas juntas, a hidrologia, a ecologia política e as análises baseadas na memória social providenciam uma malha de conceitos fragmentariamente sobrepostos do que é uma seca. A concepção de seca dentro de cada abordagem é parcial, mas útil para entender as diversas facetas de seca. Embora sejam as principais abordagens pelas quais seca é contemplada na literatura acadêmica, dificilmente se encontram integradas nas mesmas discussões. Isso é devido, em parte, às divergências nas bases ontológicas e epistemológicas, que abarcam entendimentos distintos de objetividade e relações humano-ambientais. Além disso, as audiências, muitas vezes, são mais próximas a uma perspectiva, a um vocabulário, ou valorizam mais o conhecimento produzido, fundamentado nas experiências dos indivíduos. Uma maior integração dessas abordagens pode promover processos de tomada de decisão e resultados mais sintonizados com as implicações das relações de poder embutido na construção de realidades hidrológicas e sociais. Essa conexão não supõe a capacidade de superar ou negar as incomensurabilidades fundamentais. O valor é revelado nas maneiras como as abordagens se complementam e se contestam entre si na luta de compreender o fenômeno de seca. É o processo de colocar as perspectivas juntas que torna evidentes as possibilidades de elucidar as definições do que é normal e de contribuir para o entendimento do que é, já foi e poderá ser a seca.

Referências

- ABERS, R. N.; KECK, M. E. Muddy waters: the political construction of deliberative river basin governance in Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 3, p. 601-622, 2006.
- ADAMS, E. A.; JURAN, L.; AJIBADE, I. "Spaces of Exclusion" in community water governance: a feminist political ecology of gender and participation in Malawi's urban water user associations. *Geoforum*, v. 95, p. 133-142, 2018.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.
- ANAND, N. *Hydraulic City: water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham: Duke University Press, 2017.
- ASSMANN, J.; CZAPLICKA, J. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, p. 125-133, 1995.
- BACHMAIR, S. *et al.* Drought indicators revisited: the need for a wider consideration of environment and society. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, v. 3, n. 4, p. 516-536, 2016.
- BAKKER, K. J. Privatizing water, producing scarcity: the Yorkshire drought of 1995. *Economic Geography*, v. 76, n. 1, p. 4-27, 2000.
- BARTHEL, S. *et al.* Urban gardens: pockets of social-ecological memory. In: TIDBALL, K. G.; KRASNY, M. E. (Eds.). *Greening in the red zone: disaster, resilience and community greening*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. p. 145-158. *E-book*.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Lei n. 9.433: Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1997.
- BEDRAN-MARTINS, A. M.; LEMOS, M. C. Politics of drought under Bolsa Familia program in Northeast Brazil. *World Development Perspectives*, v. 7-8, p. 15-21, 2017.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989.

CUNHA, A. P. M. A. *et al.* Changes in the spatial-temporal patterns of droughts in the Brazilian Northeast. *Atmospheric Science Letters*, v. 19, n. 10, p. e855, 2018.

EAKIN, H. C.; LEMOS, M. C.; NELSON, D. R. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions*, v. 27, p. 1-8, 2014.

FINAN, T. J.; NELSON, D. R. Making rain, making roads, making do public and private adaptations to drought in Ceará, Northeast Brazil. *Climate Research*, v. 19, n. 2, p. 97-108, 2001.

FOLHES, M. T.; DONALD, N. Previsões tradicionais de tempo e clima no Ceará: o conhecimento popular à serviço da ciência. *Society & Natural Resources*, v. 19, n. 2, p. 19-31, 2007.

FRENCH, B. M. The semiotics of collective memories. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 337-353, 2012.

GOLDMAN, M. J.; NADASDY, P.; TURNER, M. *Knowing nature: conversations at the intersection of political ecology and science studies*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

HALBWACHS, M. *On collective memory*. Tradução Lewis A. Coser. Chicago: University of Chicago Press, (1952) 1992.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HASTENRATH, S.; GREISCHAR, L. Further work on the prediction of Northeast Brazil rainfall anomalies. *Journal of Climate*, v. 6, n. 4, p. 743-758, 1993.

HASTENRATH, S.; HELLER, L. Dynamics of climatic hazards in northeast Brazil. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, v. 103, n. 435, p. 77-92, 1977.

IPCC. *Climate Change 2014: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. In Core Writing Team; Pachauri, R. K.; Meyer, L. A. (eds.), Geneva (Switzerland): IPCC, 2014.

- KAYANO, M. T.; CAPISTRANO, V. B. How the Atlantic multidecadal oscillation (AMO) modifies the ENSO influence on the South American rainfall. *International Journal of Climatology*, v. 34, n. 1, p. 162-178, 2014.
- KENNY, M. L. Drought, clientalism, fatalism and fear in Northeast Brazil. *Ethics, Place & Environment*, v. 5, n. 2, p. 123-134, 2002.
- KENNY, M. L. Landscapes of memory: concentration camps and drought in Northeastern Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 36, n. 5, p. 21-38, 2009.
- KING, E. G.; NELSON, D. R.; MCGREEVY, J. R. Advancing the integration of ecosystem services and livelihood adaptation. *Environmental Research Letters*, v. 14, n. 12, p. 124057, 2019.
- KRUEGER, T. *et al.* A transdisciplinary account of water research. *WIREs Water*, v. 3, n. 3, p. 369-389, 2016.
- LEMOES, M. C.; DE OLIVEIRA, J. L. F. Can water reform survive politics? Institutional change and river basin management in Ceará, Northeast Brazil. *World Development*, v. 32, n. 12, p. 2121-2137, 2004.
- LEMOES, M. C. *et al.* Building on adaptive capacity to extreme events in Brazil: water reform, participation, and climate information across four river basins. *Regional Environmental Change*, v. 20, n. 2, p. 53, 2020.
- LINTON, J. *What Is water?* The history of a modern abstraction. Vancouver: UBC Press, 2010.
- LINTON, J.; BUDDS, J. The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. *Geoforum*, v. 57, p. 170-180, 2014.
- MARENGO, J. A.; TORRES, R. R.; ALVES, L. M. Drought in Northeast Brazil—past, present, and future. *Theoretical and Applied Climatology*, v. 129, n. 3, p. 1189-1200, 2017.
- MEHTA, L. Whose scarcity? Whose property? The case of water in western India. *Land Use Policy*, v. 4, n. 24, p. 654-663, 2007.
- MEZE-HAUSKEN, E. Contrasting climate variability and meteorological drought with perceived drought and climate change in northern Ethiopia. *Climate Research*, v. 27, p. 19-31, 2004.
- MILLINGTON, N. Producing water scarcity in São Paulo, Brazil: The 2014-2015 water crisis and the binding politics of infrastructure. *Political Geography*, v. 65, p. 26-34, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Tombamento de antigo campo de concentração em Senador Pompeu é resultado de TAC do MPCE. In: Ministério Público do Estado Do Ceará, 2019. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/>

MONITOR DE SECAS. A origem do Monitor de Secas. Monitor de Secas, 2019. <http://monitordesecas.ana.gov.br/>.

NAZAREA, V. D. Local knowledge and memory in biodiversity conservation. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, n. 1, p. 317-335, 2006.

NELSON, D. R.; FINAN, T. J. Praying for drought: persistent vulnerability and the politics of patronage in Ceará, Northeast Brazil. *American Anthropologist*, v. 111, n. 3, p. 302-316, 2009.

NELSON, D. R. *et al.* Trajectories of adaptation: a retrospectus for future dynamics. In: SAKAI, S.; UMETSU, C. (eds.). *Social-Ecological Systems in Transition*. Tokyo: Springer Japan, 2014. p. 121-136.

NORA, P. Between memory and history: les lieux de mémoire. *Representations*, n. 26, p. 7-24, 1989.

RIGNEY, A. Plenitude, scarcity and the circulation of cultural memory. *Journal of European Studies*, v. 35, p. 11-28, 2005.

ROBBINS, P. *Political ecology: A critical introduction*. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.

ROCHA, A. L. C. DA; ECKERT, C. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 105-124, 2009.

SOUZA FILHO, F. DE A. Projeto Ceará 2050: estudo setorial especial - recursos hídricos. Ceará 2050, 2018. Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br>. Acesso em: 10 oct. 2019.

SULTANA, F. Suffering for water, suffering from water: emotional geographies of resource access, control and conflict. *Geoforum*, v. 42, n. 2, p. 163-172, 2011.

SULTANA, F. Political ecology 1: from margins to center. *Progress in Human Geography*, p. 1-10, 2020.

SVOBODA, M. *et al.* The Drought Monitor. *Bulletin of the American Meteorological Society*, v. 83, n. 8, p. 1181-1190, 2002.

SWYNGEDOUW, E.; KAĬKA, M.; CASTRO, E. Urban water: a political-ecology perspective. *Built Environment*, v. 28, n. 2, p. 124-137, 2002.

TANNEHILL, I. R. *Drought: its causes and effects*, Princeton (NJ, EAU): Princeton University Press, 1947.

TRUELOVE, Y. (Re-)Conceptualizing water inequality in Delhi, India through a feminist political ecology framework. *Geoforum*, v. 42, n. 2, p. 143-152, 2011.

TRUELOVE, Y. Rethinking water insecurity, inequality and infrastructure through an embodied urban political ecology. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, v. 6, n. 3, p. e1342, 2019.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

USÓN, T. J.; HENRÍQUEZ, C.; DAME, J. Disputed water: competing knowledge and power asymmetries in the Yali Alto Basin, Chile. *Geoforum*, v. 85, p. 247-258, 2017.

VAN LOON, A. F. Hydrological drought explained. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, v. 2, n. 4, p. 359-392, 2015.

VAN LOON, A. F.; GLEESON, T. *et al.* Drought in the Anthropocene. *Nature Geoscience*, v. 9, n. 2, p. 89-91, 2016.

VAN LOON, A. F.; STAHL, K. *et al.* Drought in a human-modified world: reframing drought definitions, understanding, and analysis approaches. *Hydrology and Earth System Sciences*, v. 20, n. 9, p. 3631-3650, 2016.

VASCONCELOS JUNIOR, F. das C.; JONES, C.; GANDU, A. W. Interannual and intraseasonal variations of the onset and demise of the pre-wet season and the wet season in the northern Northeast Brazil. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 33, n. 3, p. 472-484, 2018.

WESSELINK, A.; KOOY, M.; WARNER, J. Socio-hydrology and hydrosocial analysis: toward dialogues across disciplines. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, v. 4, n. 2, p. e1196, 2017.

WILHITE, D. A. Chapter 1 drought as a natural hazard: concepts and definitions. In: WILHITE, D. A. *Drought: a global assessment*. London: Routledge, 2000. p. 3-18.

WILHITE, D. A.; GLANTZ, M. H. Understanding the drought phenomenon: the role of definitions. *Water International*, v. 10, n. 3, p. 111-120, 1985.

WINKLER, R. L. *et al.* Averaging probability forecasts: back to the future. Harvard Business School Working Paper, No. 19-039, 2018.

WISNER, B. *et al.* *At risk*: natural hazards, people's vulnerability, and disasters. 2nd ed. London: Routledge, 2003.

CAPÍTULO 2

AS PAISAGENS DO BAIRRO LAMI, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS):
BUGIOS E FIGUEIRAS NO MUNDO URBANO CONTEMPORÂNEO¹

Flávio Leonel Abreu da Silveira

Introdução: As paisagens do Lami, ressonâncias gauchescas

A intenção neste capítulo é de contribuir para o debate sobre as relações entre humanos e não-humanos na cidade de Porto Alegre (RS), especialmente no bairro Lami, e a co-participação criativa dos entes nas paisagens da urbe, que noutro momento chamei de coexistenciais (Silveira, 2016). Minhas reflexões partem de certo aporte da antropologia urbana² e pensam a cidade praticada, porque vivida (Certeau, 1997), palmilhada nos itinerários urbanos (Rocha; Eckert, 2005) e trajeções (Berque, 1987; 2000) dos sujeitos, enfim, como motriz e efeito das forças do imaginário urbano³. A experiência de cidade tensiona o mundo da vida⁴ de seus habitantes humanos e não-humanos - entre formas objetivas e subjetivas/sociedade(s) e indivíduo(s) - na configuração das paisagens urbanas.

1 O texto em questão resulta da pesquisa de Pós-doutorado Sênior (2018-19) junto ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) e Navisual (Núcleo de Antropologia Visual), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob supervisão de Cornelia Eckert e Ana Rocha. Sou grato ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa.

2 Neste estudo, aproximo-me de Gilberto Velho (1987; 1994 ; 2011) e de Ruben Oliven (1980; 1996), assim como dos trabalhos de Ana Rocha e Cornelia Eckert (2005; 2013), ou ainda, de certa abordagem antropológica sobre a cidade que oferece o tom do diálogo com outros campos, como a sociologia, a ecologia e a geografia, por exemplo.

3 As reflexões que proponho neste capítulo desdobram-se dos meus interesses de longa data pelas relações (tensionais) entre culturas e naturezas no contemporâneo, sobre memórias e imaginários ligados às paisagens em transformação. Cotejei várias nuances destes temas em diferentes trabalhos (Silveira, 2004, 2014, 2016). Sendo assim, oporo no texto mais livremente. Para o artigo, cito basicamente a bibliografia que utilizo diretamente no texto.

4 Mundo da vida que, seguindo Schutz (1979), e considerando as leituras de Ingold (2000) e Barber (2017), refere-se aqui às experiências humanas e não-humanas vividas no cotidiano dos engajamentos interespecíficos, praticadas (evocando Certeau, 1997), apresentando dimensões pragmáticas e intersubjetivas de coexistência de seres nos lugares. Barber coloca, ainda, que a importância da noção de empatia, de Husserl, o elemento co-presente nas consciências em relações humano-animal (mais especificamente de ligação empática com os animais), seria uma experiência distinta, no sentido de particularizada. Trata de como afetamos os animais através de nossas agências e os incluímos numa província de significados, enquanto somos interpretados mediante idiossincrasias e mundos-próprios animais (retomarei o tema mais adiante). O mundo da vida (rur)urbano, neste texto, tem o sentido de experienciar as formas de entrelaçamentos sensíveis dos entes com os lugares praticados e suas ambiências na cidade. O mundo da vida é um mundo de intencionalidades negociadas entre os seres num contexto de ecologia(s) urbana(s), de “campos de possibilidades” que se apresentam no cenário das intersubjetividades multiespecíficas, em paisagens conflituais, num ecossistema de ideias e imagens plurais

A proposta do estudo volta-se aos entrelaçamentos biossociais que evidenciam um estar-junto multiespécies⁵ configurador de paisagens regionais detentoras de auras, atmosferas repletas de ambiências, nichos e refúgios, evocando constelações de imagens de longa duração, mnemônicas. São imagens locais diversas de forte assento biocultural - uma «ecologia das ideias» (Bateson, 2000) e de entes que mobiliza imagens campeiras, por exemplo⁶ – que encontram no Lami, localizado na estre-madura sul porto-alegrense, tanto a presença dos «quadros de memórias» (Halbwachs, 2006) quanto os «quadros de natureza» (Humboldt, 1952) interligados. Nestes termos, interessam-me os lugares que ocupam as memórias e as imagens de pertença a « coletivos híbridos »⁷ para a conformação do que chamarei aqui de um *mundo da vida vivida de coletivos mais-do-que-humanos na cidade*, na porção austral porto-alegrense.

Neste sentido, interessam-me as configurações de paisagens citadinas a partir de suas tensões com o mundo rural e, mais especificamente, suas interfaces com os estudos das « memórias ambientais »⁸ de certos coletivos humanos e do imaginário. No que tange às expressões imaginárias, é preciso dar atenção às figurações simbólicas das espécies ameaçadas de extinção⁹ e suas implicações para um contexto de proteção (suas imagens carismáticas no mercado simbólico da conservação),

5 Ver Rabinow (1991); Ingold e Palsson (2013); Maffesoli (1987); Velho (1984).

6 A presença do gado nos campos e matilhas, dos galpões sob figueiras, dos cavalos como espécie companheira e de trabalho, além do mate diário, são formas cotidianas que oferecem um tipo de imagem emblemática, certa expressão gauchesca ao lugar.

7 Utilizo o termo a partir de Lestel (1998), mas com proximidades ao pensamento de Haraway (1989; 2010), no sentido de pensar grupos interespecies (com interações mais localizadas), ou multiespecies (interações com abrangências mais amplas), que produzem laços práticos e sensíveis, ou certos ajustes condutuais (Maturana, 1978; 1992) entre existentes diversos e seus meios, no derivar juntos pela cidade ciborgue (Swyngedouw, 2001), no Lami, considerando as suas feições rururbanas.

8 No meu ponto de vista, o campo das memórias ambientais nos conduz a reflexões sobre as formas sociais mais-do-que-humanas na urbe que duram no tempo. Força-nos a ampliar as maneiras pelas quais pensamos o socius, abrangendo as socialidades que evocam ecologias múltiplas e vinculam sensivelmente humanos, não-humanos e sobre-humanos entre si. São interagentes nas feições das paisagens ao longo do tempo, de suas auras. Têm identificações com determinadas marcas, figurações e construtos mestiçados/hibridizados em lugares de co-pertencimento. Paisagens detêm memórias socioambientais que mobilizam as imagens entrelaçadas às matérias nos espaços. Figuram como memórias nos lugares. Há dinamismos transfiguradores das formas que reorganizam os conteúdos no tempo, as dimensões da vida em sociedades multiespécies nas cidades, como ecossistemas socioculturais que experimentam tensões entre lembranças e esquecimentos nos lugares, onde coexistem alteridades mais-do-que-humanas numa duração citadina. A ideia de uma memória ambiental implica, na verdade, um conjunto heterogêneo de experiências socioambientais no espaço-tempo das paisagens atravessadas por vivências, dramas sociais, quando não de tragédias, que (re)configuram, para o caso das cidades, as dinâmicas da ecossistêmica urbana.

9 O espectro da extinção é variável e suas manifestações podem ser locais, de abrangência mais ou menos regional/nacional. Enfim, pode implicar desaparecimento num sentido mais global e fulminante de um existente, uma perda no devir das paisagens. Nos termos de Bateson (1990), com uma extinção perder-se-ia um “padrão que une” a outros diversos, manifestações biossemióticas de comunicação entre os existentes no âmbito planetário, um elo de interações mais ou menos implícitas do vivo.

que mobilizam representações associadas às experiências concretas de praticarem os lugares sob ameaça de desaparecerem.

As “formas sensíveis” (Sansot, 1979) de vivenciar e constituir os lugares praticados (Certeau, 1997) – e as ambiências como expressões de refúgios, de lugares de abrigo e sociação – desdobram-se dinâmicas no formismo transformador/transfigurador das paisagens metropolitanas. Os lugares praticados desde outrora no Lami chocam-se com as lógicas desenvolvimentistas ao longo do tempo, especialmente aquelas geradoras de impactos socioambientais no contemporâneo, tensionando as áreas destinadas à conservação do biodiverso.

É preciso considerar os paradoxos inerentes aos avanços das cidades sobre os lugares dos outros não-humanos, dos ecossistemas altamente fragilizados, indicando uma ecologia do vivido com dilemas ético-morais, mas também de certos dilemas na duração de formas tradicionais e memoriais. Enfim, refere-se a uma crise socioambiental complexa porque atravessada por uma série de problemas de todas as ordens (a ameaça da febre amarela sempre pairando sobre os primatas¹⁰ e, em 2020 a pandemia de covid-19, o aquecimento global, os ciclones e os alagamentos), que colocam em evidência os dramas sociais nas interações entre humanos e não-humanos no extremo sul porto-alegrense, a sua ligação com os dilemas globais.

As paisagens sulistas são muito heterogêneas. Suas feições fito e zoogeográficas associadas ao relevo delinearam fácies diversas pelo contínuo trabalho lapidar do tempo, pois o contexto biogeográfico gaúcho revela-se uma zona de contato tensional entre formas vivas, configurando um conjunto de lugares friccionados que engendraram, diante das condições geomorfológicas e climáticas, condições para o surgimento de arranjos ecossistêmicos singulares nesta porção brasileira. No plano das experiências humanas no decorrer do tempo, a região experimentou dinâmicas socioculturais e econômicas que foram marcadas por fricções interétnicas (Cardoso de Oliveira, 1976) entre coletivos humanos nativos (grupos indígenas de diferentes etnias tomados como empecilhos à ocupação do espaço) e exógenos (europeus conquistadores/colonizado-

10 Ouvi da bióloga Soraya Ribeiro, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM) de Porto Alegre (PoA), que a febre-amarela não teria atingido os bugios do Lami nos últimos anos (desde o início dos anos 2000 há registros de mortandade de primatas no estado), porque o lago Guaíba teria funcionado como uma barreira geográfica ao vírus. O tema será motivo de um artigo oportuno.

res¹¹; coletivos negros diaspóricos, subalternizados pelo escravagismo; outros povos migrantes que uniram esforços na ocupação), envolvendo, assim, processos civilizatórios de apropriação do espaço.

As feições atuais das regiões sul-riograndenses, “a fisionomia geral da paisagem”, nos termos de Balduino Rambo (2005 [1954], p.13), apontam para o fato de que a nossa vida intelectual, volitiva e emocional está estruturada de imagens, lembranças, situações concretas radicadas na paisagem”. O contexto gaúcho seria o resultado de processos friccionais que mesclam tanto dinâmicas evolutivas quanto históricas.¹² Ele seria um esforço cósmico de durar no tempo, desdobrado na duração de dinâmicas bioculturais contemporâneas, energizadas por temporalidades agitadas que estendem suas forças transformacionais, mais ou menos turbulentas, mas nunca destituídas de certo repouso, sobre o solo das escolhas humanas em relação aos outros entes vivos. Entendo o contexto gaúcho como uma zona de tensão biocultural onde o Lami é uma das suas feições paisageiras e espaço das trajetórias humanas (Berque, 2009).

Tais características regionais apontam para o fato de que, pelo menos desde o século XVIII, inúmeros viajantes que percorreram a porção austral brasileira têm se interessado em descrever seus aspectos fisionômicos, revelando uma malha hídrica e geologia singulares, mapeado seus recursos. Mais tarde, a Província de São Pedro ocuparia a atenção de naturalistas europeus que cruzaram seus espaços no decorrer do XIX até a primeira metade do XX. Saint-Hilaire, Bonpland, Avé-Lallement, Lindman, entre outros, apresentariam cenários importantes, com descrições minuciosas de fauna e flora para o entendimento das assimilações e acomodações dos entes aos processos de formação e transforma-

11 O Sistema de Sesmarias que iniciou o parcelamento do solo na região desdobrou-se na zona sul da capital e desembocou no aparecimento de propriedades de grupos familiares, que abrangiam quase toda a área considerada como sendo o Lami, como é o caso da família Bernardes, por exemplo. O Lami adquiriu novas dinâmicas a partir da venda e repasse de terras por herança, que contribuíram na promoção do parcelamento irregular da área, como ouvi diversas vezes. Sobre o lugar “dos Bernardes” neste processo, ver Rechenberg (2007).

12 A ideia de tensão ecológica que identifica a região gaúcha brasileira pode ser entendida, grosso modo, como a existência de um grande ecótono (ou um espaço de proliferação deles), de fluxos de conteúdos e formas, onde zonas (trans)fronteiriças entrelaçam ao longo do tempo ecologias próprias às « naturezas naturais » (Descola, 2001; 2011) àquelas de uma simbólica de imagens, ligadas ao « trajeto antropológico » (Durand, 1989), colocando em relação tensional tanto elementos naturais heteróclitos entre si, quanto culturais, capazes de gestar formas de co-construções de nichos, uma natureculture específica (Fuentes, 2010) vária nos seus biomas, no âmbito nacional.

ção das paisagens austrais ao longo do tempo¹³. Figuras como Rodolph von Ihering e padre Rambo foram fundamentais para a descrição da biodiversidade gaúcha, fornecendo informações valiosas sobre os bichos neotropicais que circulam pelas paisagens campeiras, banhados e “matinhas alegres”, para usar “uma imagem feliz” (Bachelard, 1988), evocada pelo sacerdote quanto à presença arbórea nos espaços sul-riograndenses.

O município de Porto Alegre insere-se neste contexto de significativa riqueza biodiversa que tensiona formações vegetais, especialmente, os biomas Mata Atlântica e Pampa, produzindo paisagens únicas no país. Há que se considerar, ainda, os avanços migratórios de espécies de origem amazônica, chaquenha, andina e patagônica que se encontraram na região mediante vias migratórias distintas, constituindo a variedade vegetacional que compõe as florestas, campos (no topo dos morros graníticos, inclusive), áreas úmidas, restingas, entre outros (Menegat; Porto; Carrao, 1998). Tais características botânicas associam-se à diversidade faunística e à presença de longa data de coletivos indígenas que manejavam ditos elementos a partir de cosmologias específicas. Dinâmicas violentas de conquista e formas diversas de colonização contribuíram para os seus cenários atuais.

A cidade de Porto Alegre experimentou, desde o século XVIII, formas de expansão sobre as diversas áreas do seu entorno imediato (a ampliação da malha urbana sobre zonas “disponíveis” em seu território, dentro dos limites municipais), assim como para além dele - o processo de metropolização capitalista, que amplia urbanizações, criando cenários e pauperizando paisagens, instituindo estruturas de poder (Zukin, 2000), como os condomínios horizontais voltados às classes altas. Empreendimentos de todos os tipos redefinem, física e simbolicamente, os territórios praticados por coletivos distintos (biossociais/humanos/não-humanos/vegetacionais/humanimais) no contexto de Porto Alegre. Ampliam os espaços de ocupação humana associados ao parcelamento do solo de forma desordenada, ligando-se aos usos pouco prudentes das águas que fluem e atravessam a cidade.

13 Para a elaboração de minha tese de doutorado, realizei pesquisa etnográfica na porção noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Silveira, 2004), quando busquei compreender aspectos deste processo de transformação das paisagens ao longo do tempo no contexto das Missões sul-rio-grandenses, a partir de narrativas (“causos”) envolvendo diversas formas de pertença aos lugares praticados por moradores da região. Em diferentes momentos deste estudo, as reflexões da tese emergem transfiguradas, já que, no meu ponto de vista, existem elementos que a aproximam deste estudo que agora apresento.

Os desdobramentos geopolíticos e sociais dos processos de urbanização, nem sempre planejados e ligados à expansão das cidades medianamente a ocupação de terrenos, são as formas conurbadas de aglomerações urbanas, que juntam regiões numa malha contínua – como é o caso da Grande Porto Alegre. Estão relacionadas a obras de expansão viária vinculadas ao crescimento do espaço urbano, dos setores industriais e/ou comerciais em zonas mais afastadas¹⁴, às apropriações do espaço pela demanda de novas habitações (a partir de loteamentos regulares ou não) e que movem a especulação imobiliária em direção às áreas de preservação permanente (APPs), como encostas de morros, campos, regiões de várzeas e próximas de recursos hídricos, por exemplo, avançando sobre os ecossistemas regionais e colocando em risco o biodiverso presente no município, na cidade¹⁵.

O bairro do Lami, situado às margens do lago Guaíba, com seus traços fisionômicos e culturais no cenário porto-alegrense, é associado a lugares remotos em relação ao centro¹⁶. Hoje figura como um logradouro rururbano na capital gaúcha. O Lami é uma dessas localidades cuja duração de devires paisageiros, as memórias do bairro, dão conta da agitação das camadas do tempo que se associam às longínquas transformações fisionômicas, aos formismos que delineiam feições de lugares praticados¹⁷. Existem processos conflitivos, tensões de esquecimentos e lembranças, adesões a imagens que fazem do bairro um lugar pulsante

14 A região metropolitana, pelo menos de Porto Alegre até Novo Hamburgo, é um adensamento urbano. Do interior do metrô de superfície, é como ver uma paisagem urbana contínua que borra os limites das cidades. Por outro lado, o asfaltamento da estrada entre Belém Novo e Lami, que remonta os anos 70, impulsionou o processo de parcelamento do solo na zona sul da capital, acompanhado do crescimento do comércio nesse bairro. Há uma série de problemas socioambientais, entre eles os que ligam as péssimas condições de moradia em zonas de várzea a desmatamentos seguidos de enchentes.

15 Outro aspecto desse processo é a pouca, ou nenhuma, presença de áreas verdes urbanas que produzam certo conforto/saúde ambiental àqueles que vivem nas grandes metrópoles brasileiras contemporâneas, aspecto em que Porto Alegre, na verdade, é uma das exceções. No Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre (2007, p.7) aparece que a capital do estado “destaca-se pela imponente da arborização contida no ambiente urbano, sendo uma das cidades com maior índice de área verde por habitante do país”.

16 Ainda que o Lami diste cerca de 40 km da zona central da cidade de Porto Alegre, o extremo sul do município sempre foi encarado como uma área mais afastada à beira do Guaíba, de difícil acesso por estrada – onde andavam carretas de bois –, situado além de um bairro como Belém Novo, lugar marcante no imaginário citadino pela presença de seus balneários e pelo gosto do contato com as águas. Sobre Belém Novo como espaço de refrigério e balneabilidade no contexto porto-alegrense do século XX, ver Garcia (2017). Sobre os temores e os gostos pelas águas, pelas praias, a balneabilidade, ver Corbin (1989).

17 A dissertação de Fernanda Rechenberg (2007), o trabalho de Adriana Neves (2015) sobre o casarão dos Bernardes e o documento produzido por Bárbara Gonçalves (2019) para constar no Plano de Manejo da Rebio do Lami – José Lutzenberger, são elementos importantes sobre os quais ancorei minhas considerações sobre o Lami. A dissertação de Clarissa Garcia (2017) sobre Belém Novo, bem como as discussões em torno dos dilemas socioambientais relacionados ao Arado Velho, contribuí igualmente para o entendimento de uma região mais abrangente no sul de Porto Alegre.

de relações ecológicas rururbanas, atravessado por assimetrias e situações que envolvem antigos e novos moradores. São, inclusive, formas pelas quais as paisagens se desdobram no tempo (vivido, pensado, memorado), na medida em que são praticadas e modificadas - e seus conteúdos invariavelmente (re)arranjados, com impactos diversos sobre não-humanos que praticam lugares conosco.

O Lami no contexto rururbano porto-alegrense do extremo sul

O município de Porto Alegre apresenta uma área de 476,30 Km² e experimenta intensa ocupação urbana sobre o território. Isso representa a metropolização de seus espaços (bairros, zonas, distritos) em direção ao extremo sul da capital, área que ocupa um lugar biogeográfico importante no município. Revela ecossistemas em espaços de tensão ecológica, já que a região possui feições *sui generis* quanto à distribuição/encontro dos biomas Pampa e Mata Atlântica em âmbito estadual. O Lami representa parte do cenário biodiverso do contexto brasileiro.

As condições de relativo afastamento do Lami das regiões mais centrais da cidade associam-se à forte presença de debates sobre temas ambientais desde, pelo menos, os anos 70 do século passado. Essas polêmicas, voltadas à preservação dos ecossistemas no extremo sul da capital gaúcha e no município vizinho de Viamão, foram materializadas nos embates travados para a efetivação das Unidades de Conservação (UCs)¹⁸, presentes num conjunto heterogêneo de áreas relativamente conservadas no extremo-sul de Porto Alegre/na região de Itapuã (Viamão).

Essas áreas urbanas e rururbanas, com graus diversos de fragmentação e proteção, além de algumas UCs criadas no município, permitem

18 Tais discussões continuam presentes no cenário da capital, mobilizando coletivos urbanos em torno de uma ecologia política de feições heterogêneas, como atestam os embates contemporâneos sobre a preservação da Ponta do Arado, por exemplo, associada à luta por território pelos Guarani. As batalhas levadas a cabo por ambientalistas locais – primeiramente, junto à AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção Ambiental), com figuras como José Lutzenberger, Augusto César Cunha Carneiro (cujo nome figura na Casa Verde, sede da Rebio Lami), entre outros - contra o desmatamento das formações vegetais nativas, a caça indiscriminada de espécies da fauna regional e da extração de rochas (especialmente do granito rosa), com a consequente descaracterização dos morros da região de Porto Alegre e Viamão, entre outros temas polêmicos à época, possibilitou o surgimento de áreas voltadas à preservação da biodiversidade gaúcha dentro de uma lógica que, até certo ponto, via o humano como sinônimo de degradação ambiental, produtor de « ações antrópicas », transformadoras das « paisagens naturais ». Eram tempos de preservacionismos radicais. No entanto, tais agências se desdobraram na criação, em 1975, da REBIO do Lami, bem como no do Parque Estadual de Itapuã (processo que se estenderia de 1973 até 1987). Ao longo dos anos 80, foi criada a CLEPEI (Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã - PEI), que desempenhou papel importante na sua existência como UC, assim como o Projeto Macacos Urbanos, voltado à pesquisa e à conservação de populações de bugios-ruivos (*Alouatta guariba clamitans*) no Lami, Morro São Pedro e Itapuã, por exemplo.

que ecossistemas e populações ameaçadas de diversos coletivos mantenham variados e complexos sistemas de interações ecológicas em espaços alterados que, grosso modo, se estendem numa faixa que vai do Parque Municipal do Morro do Osso (situado entre os bairros Cavallhada, Tristeza, Camaquã e Ipanema), abrangendo o morro do Sabiá (Ipanema) e Belém Novo (com a Ponta do Arado), passando pelo bairro Lami (Reserva Biológica - REBIO do Lami – José Lutzenberger). Não muito longe dali, encontra-se o Refúgio de Vida Silvestre (REVISMSP) do Morro de São Pedro (no bairro Lageado) e do Morro da Extrema (considerado a elevação com a maior porção de Mata Atlântica preservada do município, situado no bairro Cantagalo). Pela praia do Lami, alcançam o Morro do Coco (bastante florestado) e depois o Parque Estadual Itapuá (PEI): um mosaico de paisagens que desenham arranjos fisionômicos e territoriais heterogêneos quanto ao lugar do biodiverso na urbe e suas fronteiras, revelando aspectos do *patrimônio biocultural* da cidade de Porto Alegre.

No Lami, os modos de vida ditos tradicionais (agricultura de subsistência, pesca artesanal, práticas campeiras, lidas com « criações », vida comunitária, relações de vizinhança e parentesco, narrações de causos, entre outros) estão ligados às experiências coletivas detentoras de fortes vínculos simbólico-práticos com os lugares e resguardam formas sensíveis e afetivas de seus moradores, principalmente dos mais antigos – mas também daqueles que buscam viver no bairro movidos por uma vida mais tranquila e até certo ponto alternativa, de contato com a natureza na metrópole – de se relacionarem e constituírem as paisagens de pertencimento. Obviamente, este cenário está atravessado por complexidades relacionadas a certos preceitos de conservação, a uma experiência de crise que se estende no lugar, pelo menos, desde os anos 70 do século passado.

As paisagens no Lami revelam-se “objetos sensíveis” para o observador que participa da vida cotidiana do bairro, que se insere nela a partir de deambulações interessadas pelas ruas. Na tentativa de aderir às imagens do lugar, o etnógrafo que opta pela abordagem do sensível (Sansot, 1979) é conduzido a pensar as formas como devires e afetos nas maneiras de os sujeitos experimentarem os lugares – os pescadores, a dona de casa, as crianças brincando, o carroceiro, os garis, o dono de um pequeno comércio, os funcionários e estagiários da Rebio, entre

outros - todos que animam o cotidiano prosaico e dinâmico do Lami, mas também sociotécnicos da gestão do vivo. Segue atento as tramas das relações entre os seres, às biossocialidades presentes na ecologia urbana do bairro. Os entrelaçamentos não-lineares de mundos-próprios¹⁹ e as relações ecológicas em lugares praticados no bairro o interessam.

As paisagens do Lami são os espaços de experiências localizadas e cotidianas para os moradores. Nelas as visadas e perspectivas ao *corpus* paisageiro do Lami acenam para horizontes possíveis com certos níveis de profundidade. As dimensões espaço-temporais dos lugares no bairro têm concreções materiais da memória local, repletas de imagens simbólicas que evocam ermos, a casa do pescador/de fazenda/veraneio, situadas no extremo. Há o vegetalismo arbóreo progressivo e paciencioso, além das práticas de itinerários e trajeções nos espaços que fazem do “trajeto antropológico no contexto porto-alegrense uma busca incessante pelas águas e portos (mas também pousos), um contínuo estímulo à ocupação do espaço, à expansão urbana. Este é um aspecto pelo qual o Lami se apresenta ao meu olhar.

Em relação ao bairro, é necessário considerar as transformações ocorridas no processo de expansão da metrópole com a instalação de infraestrutura urbanas (arruamentos, saneamento básico, disposição de equipamentos urbanos, iluminação pública etc.), visando ao desenvolvimento acompanhado da destruição/transformação dos ecossistemas ribeirinhos e de sua vegetação, contribuindo para os impactos à Zona de Amortecimento (ZA)²⁰ da Rebio Lami – José Lutzenberger. Acima de

19 Na introdução da edição portuguesa do livro *Dos animais e dos homens* (1933), de Jakob von Uexküll, o pensador Adolf Portman afirma o seguinte: “A doutrina de Uexküll acerca do mundo-próprio, característico de cada espécie animal, veio a constituir uma parte fundamental da biologia moderna, mas a extensão que o autor fez da sua doutrina até ao homem foi, desde o início, justamente contestada. Como a digressão aqui publicada conclui com uma aplicação pormenorizada desta doutrina ao homem, é necessário que nos detenhamos por um momento neste caso limite. O que há de fundamental na teoria do mundo-próprio, de Uexküll, é que, segundo ela, este mundo-próprio tem, para um gato, para um cavalo ou um macaco, a sua forma específica, não obstante as características comuns de mamíferos. Do mesmo modo, é também específico o mundo da gralha, o da galinha-d’água, o do falcão, apesar das suas características comuns de aves. Trata-se de uma particularidade hereditária, tipicamente específica, invariável. Se no mundo do cão ou no do papagaio que habita conosco o mesmo quarto pode aparecer coisas do mundo do homem, elas transformam-se em coisas do papagaio ou do cão, com as suas tonalidades inteiramente próprias. Mas, para ilustrar o seu conceito de mundo-próprio, Uexküll também põe em relevo o mundo diferente em que, separadamente, se move cada pessoa e mostra, com o exemplo da árvore, como a mesma coisa toma, consoante o gênero de vida da pessoa, tonalidades absolutamente diferentes. Aqui escapa-lhe, no entanto, um pormenor: que todas essas maneiras diversas de ver o mundo fazem parte de um mundo comum à espécie, que é possível uma compreensão desses vários mundos-próprios da mesma espécie, que é possível, enfim, existirem contrastes de interpretação” (1933, p.11-12).

20 É uma área limítrofe, portanto, de entorno a uma UC que contempla um raio de 10km, onde as atividades humanas devem ser controladas e compatíveis à conservação do biodiverso. Também chamada de Zona Tampão.

tudo, indica a necessidade de tematizar a noção lefebvrea de “direito a cidade”²¹, neste caso, mais-do-que-humana, onde o bem-estar humano deveria ser proporcional ao dos outros seres, no sentido de uma vida vivida em relação duradoura e, pouco ou nada, agonística com os outros. Os problemas ligados às assimetrias presentes na sociedade brasileira, nas suas grandes metrópoles, impedem que muitos humanos e não-humanos compartilhem os espaços (rur)urbanos, criando situações extremas de extinção de espécies da fauna e da flora: aí reside um ponto de inflexão, um dilema mais-do-que-humano, já que a vida humana torna-se tão precária quanto a dos não-humanos que habitam a cidade, sejam eles silvestres, asselvajados, em situação de rua, e assim por diante.

Apesar dos dilemas socioambientais, o bairro apresenta atmosfera bucólica, revelando uma aura aprazível, que confere certa mística ao lugar devido à presença de geografia dinâmica, associada a uma topografia épica e fantástica de suas paisagens. Tais características referem-se às conexões entre o lago Guaíba e a lagoa dos Patos, e daí com o Atlântico, onde ressoam imagens de um mar interior; à saga de Garibaldi; às imagens do conflito farroupilha na vizinha Itapuá (os artefatos do museu do PEI demonstram isso). A este contexto gauchesco ligam-se os causos de tesouros enterrados (“guardados”) na região, que mencionam as almas que os acompanham, vibrando nesse amplo cenário de guerras no passado.

Neste sentido, as praias de baías calmas, com penínsulas, constituem dobraduras nas paisagens, pois evocam suas memórias épicas e belicosas ligadas aos lugares praticados e, geralmente, associadas às restingas, campos úmidos, ou não; às matinhas próximas aos morros, que mobilizam sensibilidades e despertam atualmente interesses diversos na região, indicando a presença de práticas de lazer e de turismo rural que fazem menções a um universo cultural gaúcho. A isto somam-se os sítios voltados às produções orgânicas e haras, que fazem das paisagens do Lami espaços de produção ecológica e de evasão. No entanto, a existência de conflitos socioambientais também é visível, como a retirada de areia, a pesca ilegal e a ocupação do solo pelos loteamentos irregulares nas zonas de várzea, suscetíveis a alagamentos, como os ocorridos em 2020, pós-ciclones- bomba que acometeram o Sul do país.

21 Ver Lefebvre (2011) e os comentários de Brenner (2000) sobre o trabalho do primeiro.

A persistência no tempo de coletivos-mais-do-que-humanos (ainda que alguns tenham desaparecido, ou escasseado²²), apesar das contínuas transformações das paisagens originárias promovidas pelos agenciamentos simbólico-práticos humanos, revela camadas de memórias sobrepostas que entrelaçam cultura(s) e natureza(s) nos lugares, produzem tensões entre esquecimentos e lembranças que colocam comunidades afetivas/grupos indígenas (Guarani)/estrangeiros/migrantes (de outras partes do estado ou do município), assim como conservacionistas (ambientalistas preocupados com a conservação do vivo/técnicos do campo ambiental), em relação tensional num território disputado diante das paisagens constituídas por elementos naturais ameaçados no Capitaloceno (Moore, 2016), pelas ações fragmentadoras dos laços e « padrões que unem », na medida em que edificam coisas, produzem formas urbanas no espaço-tempo moderno de expansão, enquanto exaurem os ecossistemas.

Os laços convivenciais que nos ligam a outros existentes, a certas «comunidades híbridas» (Lestel, 1998), variáveis, como as áreas de conservação rururbanas e seus entornos, indicam a necessidade de lidarmos com escalas de ocupação dos espaços e, obviamente, às respostas socioambientais a elas, às formas como seres vivos ou não, co-produzem nichos conosco no mundo urbano ao longo do tempo, ou desaparecem frente à expansão desmedida sobre os seus territórios (a ave extinta, o arroio poluído, a várzea ocupada e desmatada). Portanto, tais questões estão relacionadas à conformação de paisagens urbanizadas, ou em tensão com elas, que falam dos usos do que se convencionou chamar de recursos naturais²³, as maneiras como lidamos com os espaços e realizamos sua ocupação.

22 A presença de felinos silvestres na região entre a zona sul de Porto Alegre (Lami) e Viamão (Itapuã), por exemplo, apesar dos impactos ambientais, está registrada. Em áreas como a Rebio Lami e a REVIS Morro São Pedro, gatos-do-mato-pequenos (*Leopardus guttulus*), palheiros (*Leopardus colocola*) e maracajás (*Leopardus wiedii*) - avistados sobre uma figueira na Rebio – também aparecem nos registros das armadilhas fotográficas. No âmbito do PEI, em Viamão, o leão baio (*Puma concolor*), cujas pegadas observamos na praia da Onça, e a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) estão no topo das cadeias tróficas.

23 Aqui faço uma ressalva. Entendo o termo “recurso” (hídrico; natural) como uma forma pela qual o capitalismo se apropria da natureza. O termo tem relação com a ideia de gestão socioambiental dos problemas citadinos que envolvem decisões institucionais e custos. É a noção central no manejo sistêmico das coisas do mundo urbano, da ecologia da/na cidade ciborgue (Swynedouw, 2001), heterogênea. O que se sabe é que a natureza barata chegou ao fim (Moore, 2013a, 2013b, 2016): a acelerada extinção de espécies no contemporâneo reverbera como uma catástrofe planetária; o aquecimento global permanece sendo um fato, apesar dos negacionistas; a contaminação, a má gestão e distribuição da água produz significativos problemas sanitários nas metrópoles brasileiras. Os signos da natureza-recurso explorável até a sua exaustão marcaram o século XX, acirraram assimetrias econômicas e injustiças socioambientais no contemporâneo.

Esboços de uma *ecoantropologia urbana*²⁴ em Porto Alegre

Meu interesse no bairro do Lami está direcionado às relações entre humanos e macacos neotropicais, neste caso, as populações de bugios-ruivos (*Alouatta guariba clamitans*) presentes no sul do Brasil. Em Porto Alegre, as reflexões sobre como os jogos sociais interespecíes macacos-humanos ocorrem no âmbito dos lugares, ambiências e espaços praticados, têm na Zona Sul um *locus* privilegiado para o exercício da observação participante. É onde entrelaçamentos ecológicos multiespecíes mais complexos se manifestam por seu grau de conservação. No meu ponto de vista, tais associações são mais bem compreendidas quando pensamos o bairro como uma porção da capital que se transforma ao longo do tempo e tensiona paisagens rurais e urbanas²⁵ no contemporâneo, vinculadas diretamente ao Lago Guaíba e à REBIOJL.

O Lami é uma das figurações do sociobiodiverso no mundo urbano porto-alegrense. Ele está relacionado às paisagens regionais com atmosfera gauchesca – casas de sítio/fazenda, poteiros, galpões, campos, cavalos e vacas pastando, Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Neste sentido, realizar a etnografia no bairro é percorrê-lo mediante deambulações interessadas pelos espaços, nas suas relações sociais e as imagens que evocam. É andar com atenção sensível às dinâmicas ecoantropológicas²⁶ que pulsam sutis nas ruas e becos, na orla e em suas praias de areias brancas com

24 A ideia de uma ecoantropologia urbana começa a ser instituída a partir da minha formação em Ecologia Humana (1993), por meu interesse na presença dos morros areníticos do Vale dos Sinos, pelas vistas urbanas, ou o lugar, àquela época, conspicuo, do Morro de Sapucaia na cidade de Sapucaia do Sul (RS). A partir daí, a Antropologia interessou-me como campo de conhecimento. A antropologia urbana brasileira e sua influência da Escola de Chicago, somada ao meu interesse em Simmel, na questão da memória, nas imagens/imaginário(s) e em abordagens do sensível, colocam o tema das paisagens urbanas, hoje, para o caso do Lami, como devires de imagens e coisas que produzem formas (rur)urbanas, feições, tensionadas diante das vicissitudes humanas ao praticá-las na cidade de Porto Alegre, pois falam sobre como se transforma(ram) no tempo.

25 No site da Prefeitura de Porto Alegre, aparece o seguinte sobre a « cidade rururbana »: « Até há bem pouco tempo, predominavam na cidade rururbana as atividades rurais, pequenas indústrias de transformação, a exploração de minerais para a construção civil e os núcleos urbanos autônomos de Belém Velho, Belém Novo e Lami. Mais recentemente, esta região tornou-se um local alternativo para o assentamento de núcleos habitacionais de significativa parcela da população, através da ocupação por vilas e loteamentos clandestinos ou irregulares, que se distribuíram principalmente ao longo das estradas estruturadoras da cidade rururbana de forma multipontual. Assim, atualmente, convivem, lado a lado, áreas de produção rural para subsistência e para comércio, sítios de lazer, pequenos comércios, algumas indústrias, núcleos habitacionais tipicamente urbanos ora estruturados, ora não. Há que se salientar que o desenvolvimento destas atividades gerou duas grandes unidades espaciais bem distintas: uma, caracterizada pelo predomínio da habitação sobre o rural e a outra, mais agrária ». http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=15&p_secao=46

26 Estou chamando aqui de ecoantropologia urbana a tentativa de estabelecer um diálogo interdisciplinar entre campos do pensamento, como é o caso da Ecologia e Antropologia Urbanas, mas também da Sociologia, Geografia e História, de temas que pensam a cidade, sua natureza cultura. Trata-se de uma abordagem que adere ao sensível - tem relação com certa forma francesa de pensar temas como imaginário, memória e paisagem, por exemplo, antropofagizados à brasileira.

águas que rumorejam à noite, nos refúgios dos pátios, nas pessoas e suas experiências cotidianas junto aos animais domésticos, à vida silvestre que habita/percorre os lugares, praticando-os de distintas formas.

No Lami é preciso olhar o humano nas suas interfaces com o *oikos* e, por isso mesmo, como vibrações simbólico-práticas de paisagens que constituem mosaicos híbridos de socionaturezas nos lugares praticados pelos diversos coletivos em interação. Paradoxalmente, a Rebio do Lami busca, em termos legais, o oposto, já que se trata de um tipo de Unidade de Conservação (UC) altamente restritiva, com uma série de regras que delimitam os usos e os trânsitos humanos da/naqueles espaços. O problema que reside neste tipo de conservacionismo que evoca o « mito da natureza intocada » é justo o de como conservar o vivo sem repudiar o humano, que é a figura que, invariavelmente, preserva e destrói. Trata-se de um dilema que opõe *anthropos* e *bios* ao invés de uni-los²⁷.

Portanto, acessar a materialidade das paisagens do Lami é aderir às potências imaginárias de suas fulgurações (materiais/simbólicas), às contradições inerentes ao urbano, considerando seus impactos e virtudes sobre determinados lugares, onde porventura se instaura como modo de vida, acompanhado do acréscimo de pessoas de outros lugares que transformam as socionaturezas do bairro. As tensões vividas são aquelas que não levam em conta, por exemplo, a existência da zona de amortecimento no entorno da Rebio e o contexto das ecologias possíveis (talvez pudéssemos falar de formas ecosóficas²⁸) no extremo sul de Porto Alegre. O Lami é uma zona de conflito socioambiental no contexto metropolitano.

27 As marcas, até certo ponto traumáticas, deixadas junto aos moradores locais por uma administração anterior da Rebio, são recorrentes nas narrativas que ouvi e aparecem no estudo de Rechenberg (2007). Elas indicam que a separação entre cultura e natureza, para alguns, parece ser o objetivo da conservação: a distribuição de cartilhas ecológicas não garante muita aproximação. As normas para a conservação de UCs e espécies não podem negar o humano como sujeito consciente de seu mundo e, por isso mesmo, atravessado por conflitos socioambientais, por crises urbanas. Inclusive, o Lami conhece o manejo humano desde longa data. Na própria REBIO do Lami, ocorre um processo de restauração/regeneração dos ecossistemas e formações vegetacionais nativas da área que, no passado, foi uma antiga fazenda, pois apresenta marcas das ações humanas nas suas paisagens – taipas, caminhos, antigas áreas de plantações de arroz, manejo do gado bovino e cavalos, entre outros - e que experimenta hodiernamente uma série de tensões com as áreas lindeiras, como a invasão de gado e de cães, pesca ilegal, entre outros problemas.

28 A ecosofia aplicada ao urbano, como eu a entendo, seria uma espécie de pluralidade ecológica dos coletivos engajados subjetivamente no cotidiano da cidade (movendo emoções, ideias, imagens, formas, agenciamentos), habitando tensionalmente sua naturezicultura, que dura no espaçotempo de seus lugares praticados desde a gênese de um mundo urbano particular em transformação. Obviamente, aqui me apoio em Guattari (1990, 1992) e Maffesoli (2017) para os mitos de fundação de Porto Alegre (Rocha, 1994).

A ecologia das percepções socioambientais no Lami tem relação com o cotidiano do bairro. Reconhece-se integrada aos seus dilemas, ao que decorre e se transforma. Segue os fluxos da vida e se entenece com isso, com os lugares e suas memórias, ao co-derivar criativo dos seres nas paisagens rururbanas, suas feições gauchescas, campeiras. As paisagens têm fortes aderências humanas. São paisagens-pensamento, nos termos de Collot (2013).

As percepções são dimensões sensíveis das práticas dos lugares e acessam imagens poéticas de vários sentidos, compartilhadas. Não se esgotam num psicologismo impressionista do meio (como quer certa percepção ambiental²⁹), porque o *meio* é a forma e o processo como o sujeito deriva-junto, insere-se e percebe o mundo³⁰. Daí que a expressão perceptual das relações - incarnada no corpo que pratica - deste mesmo mundo ocorre a partir de sensibilidades próprias, das relações com as coisas e entes que o animam: é sempre um fenômeno do existente em relação/oposição/convergência ao diverso de si, de senciências/consciências presentes na vida vivida cidadina, num contexto de dilemas socioambientais.

O paisageiro, como dimensão sensível da percepção, revela movências³¹ de sentidos e gestos na configuração do lugar de pertença, reconhece no trabalho do tempo uma ecologia dos sentidos e sentimentos, que são o misto de representações e congruências *nas* e *das* coisas vivas, ou não, (pelas suas agentividades³² e aderências em relação ao meio) pelo convivial, que considera os entrelaçamentos multiespécies

29 Não se trata, necessariamente, da percepção ambiental nos termos de Gibson, e a leitura que faz dele Ingold (2000), por exemplo, mas de um certo senso comum sobre como grupos sociais e indivíduos veem a natureza que se criou em torno do tema, algo também como um olhar que sonda certa realidade por meio da aplicação de questionários.

30 Meio entendido como contexto e processo de derivar das formas, como formismo (Maffesoli, 1987; 1994). O meio abarcaria a amplitude de manifestações perceptuais dos seres, implicaria cosmovisões, ontologias, perspectivas e perspectivismos, mundos da vida, hermenêuticas plurais, enfim, pontos de vista humanos e não-humanos em relação, situados nos lugares praticados a partir das interações de mundos-próprios.

31 A movência, se fala da instabilidade do poema, no sentido de Zumthor (1997), também se refere ao caráter lacunar, às respirações do tempo, ao seu caráter acidentado e à libertação de memórias, no sentido bachelandiano (1988a, 1988b), que uma etnografia da duração (Rocha e Eckert, 2005; 2013) nos auxilia a compreender pela sua preocupação com a pregnância do imaginário na cidade praticada pelos gestos do trabalho, seus saberes-e-fazer, por exemplo, pelos agenciamentos da matéria do tempo da cidade, gestando marcas nas fisionomias das paisagens. As movências das formas no espaço (os formismos produtores de novas imagens rururbanas), seriam o devir das paisagens na duração, configurando a Zona Sul porto-alegrense como um meio onde vetores de relação (Maffesoli, 1987, 1994) ecológicamente se cruzam em lugares de pertença, como o Lami.

32 O tempo das atafonas e da produção de farinha, da pesca praticada à exaustão das espécies, a extração de barro e areia para a construção civil, o desmatamento para venda de lenhas, a caça aos jacarés-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), para obtenção de couro, e às capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), para a carne, a ocupação de banhados e várzeas do Guaíba.

em dada paisagem. Aqui, fulguram imagens do pago/da querência/a morada do gaúcho no extremo sul da capital.

Existem complexidades microssociológicas interespécies; expressões imaginárias e potências subjetivas-objetivas que ligam seres/coisas às imagens que aderem a elas, que vibram na sua duração espaço-temporal a partir daquele que experiencia os lugares, ou ainda, a importância do lugar no mundo da vida. Implica, ainda, o reconhecimento de dinâmicas que antecedem as paisagens coexistenciais como as conhecemos. Presentificam um passado evolutivo quanto ao biodiverso no Lami e seu entorno, concebidos como refúgios e espaços de exceção para a gestão do vivo num período de exacerbação de extinções locais no Capitaloceno (Lorimer, 2015).

O problema é que não há *dentro* ou *fora* rígido numa paisagem, mas convergências e recursividades que instauram expressões formais, onde o corpo, como paisagem em fruição, existe *com* os outros pelo engajamento em ecologias plurais, *humanimais*, mais-que-humanas, com feições sobre-humanas e misteriosas, de amplitude ecosófica e cosmo-política. O corpo é fulguração sensível que vibra na aura da paisagem, na sua movência não-linear; ele pulsa como figuração sensível da alma nas coisas, como memória, e se distende num além de si pelo intrincado de uma ecologia das « formas sensíveis », onde o outro sou eu e vice-versa.

Toda a paisagem é um território existencial de diferenças coligadas/de fronteiras porosas na sua fruição; flexíveis como potência, mas redutíveis pela negação da diferença, portanto, sujeita a crises, à degradação pela ruptura dos elos que unem seus conteúdos em separado (no sentido da autonomia dos seres), numa forma singular do ecossistema urbano. Por isso, a tentativa de isolar o humano dos naturais, em certa medida, desnaturaliza os humanos pela misantropia e culturaliza a natureza como exceção.

Sendo assim, a deriva como expressão paisageira no/do lugar de pertença implica pensar que o olhar que pousa nas ambiências é justo aquele que percebe o si-mesmo incluso na fruição intermitente das coisas, gestos e sentidos que vibram numa ecologia plural, que re-situa o humano como uma paisagem corpórea em devir *com* o diverso de si no Lami, junto a

uma área de conservação do vivo, ao seu entorno. Portanto, numa *unicidade* que se desdobra vária, justo porque as paisagens se transformam pelo devir constante de suas formas, ações humanas – o paradoxo da constância na inconstância – tornam o lugar sempre plural, até porque, « o que se observa depende do observador », diria Maturana (1990), engajado com a heterogeneidade reinante do local. Enfim, numa paisagem, tudo isso decorre da flexibilidade ontológica dos seres pelo querer estar-juntos (Maffesoli, 1987), numa congruência sempre ativa do vivo, constituindo formas sensíveis e tensionais de relações entre alteridades, conflitivas. Isso configura a aura de uma paisagem, de um lugar, de um bairro, que sempre é polimórfica nas suas derivas coexistenciais no mundo-comum (bio e abiótico, sua ecossistêmica), que seria a conjunção de tantos mundos-próprios em relação (animais, humanos/vegetais, microbiológicos) que estabelecem a sinergia do vivo, uma assembleia possível de existentes em permuta mais ou menos agonística.

O bairro e suas temporalidades

Andar pelos espaços do Lami, de certa forma, significa fluir da orla em direção às ruas – de chão batido, ou pela Nova Olinda recém asfaltada, por exemplo - pela avenida. Seguir em direção aos becos com grandes figueiras, sendo este um ponto de vista que me agrada praticar o bairro. Vislumbrar o prosaico da vida cotidiana das pessoas que praticam o lugar, que cumprimentam com um aceno dos pátios que habitam, ou que ignoram o passante diante de afazeres domésticos, bem como topar com a « malandragem » - figuras que indicam certa insegurança nas ambiências do calçadão³³, das praças e becos.

A orla é um dos centros pulsantes da vida *barrial* – para usar a expressão cara aos estudos de Gravano (2005). Ela, como faixa de deriva, é um ponto de observação das paisagens – a abertura de um horizonte e o caráter panorâmico por onde se espraia o lago Guaíba, a Ponta do Cego, o Morro do Coco (Viamão), uma vista que se abre e amplia ao

33 “Aquela porqueira”, como mencionou Edson (35 anos) morador do Lami desde a infância, que, como os interlocutores de Rechenberg (2007), acredita que, a partir da instalação do Calçadão o bairro do Lami, piorou (excesso de transeuntes e barulhos decorrente do veranismo; maior número de pessoas estranhas; insegurança relacionada à violência urbana, entre outros). A “malandragem” está relacionada à certa visão que estigmatiza jovens negros e pardos, provavelmente fora da escola e/ou desempregados, no contexto da capital.

longe, em direção à Lagoa dos Patos, um recorte simmeliano (Simmel, in Maldonado, 2011) do olhar que considera o todo, revela justo a inteireza do dado natural, sua singularidade hermenêutica das relações ecológicas mais-do-que-humanas, seu *sentimento de lugar*. A partir daquele ponto, há possibilidade de conjecturar aspectos mais ou menos lineares da espacialidade do lugar como forma rururbana, no sentido das ruas e becos (o labiríntico), dos terrenos, com ou sem casas, das antigas construções de veraneio, algumas abandonadas; os cães de rua que vagam de um lado a outro, os muitos equinos que pastam à beira-rio. Da orla, vislumbra-se a areia branca da praia, os juncais, os morros ao longe, as matilhas e as pequenas dunas, a avifauna que circula sem parar em busca de alimentação. Ali a vida pulsa – os não-humanos são diversos e intensos na sua vibração paisageira cotidiana.

A simbólica das águas, as imagens que carrega no tempo e que se assentam nos lugares – memórias de navegações; de ancoradouros e ilhas, de banhos de rio, das pescarias às intempéries e alagamentos, dos seres anômalos e fantásticos – estão associadas à sua intensa mobilidade e labor sobre os elementos, às sonoridades das paisagens aquáticas em movimento³⁴.

Andar pelo Lami é encontrar o pescador («pescadores das antigas») que se senta num banco da orla no final da tarde e contempla as águas, a movimentação dos ventos, a conformação dos cúmulos das nuvens na atmosfera próxima, o chumbo do temporal que chega e que se assenta tormentoso. Reconhece nesse conjunto de feições “paisageiras” cíclicas/ climáticas índices da presença dos cardumes de peixes (que sazonalmente podem ser capturados) a partir de hermenêuticas sensíveis que leem o fenômeno climático e o conectam a ecologias outras. Eles estão sempre por ali a observar o mundo aquático e a sonhar com as riquezas piscosas que existem no seu interior, no momento propício de acessá-las; as virações dos ventos e na necessidade de lidarem com o tempo do

34 Para estas considerações, somo a etnografia no Lami com as minhas experiências nas Missões e ao vasto material de pesquisa produzido pelo BIEV/Navisual/UFRGS que tive acesso ao longo dos anos. Ou seja, esta leitura do Lami vem nuançada de hermenêuticas/convergências de imagens/abordagens sensíveis em torno do Rio Grande do Sul/ Porto Alegre, sobre o universo urbano gaúcho tensionado ao rural desde longa data.

defeso³⁵ e das vacas magras no mundo da pesca, como ouvi. Alcançar a orla no final da tarde é, possivelmente, acessar um tempo de diálogo com o pescador que devaneia a pesca e espera, que perscruta o mundo sensivelmente a partir da dinâmica das águas do Guaíba, escrutinando seus mistérios e movimentações. Também é tempo de reparos nas embarcações, como acompanhei entre o primeiro semestre 2019 e o de 2020 junto à família de Michel, jovem pescador local.

As águas que circulam na orla redesenham formas, nutrem a vegetação que cobre a vista e redefinem o panorâmico no Lami. Fazendo isso, deslocam a balneabilidade dos lugares utilizados outrora para o mergulho e asseio, exigem o manejo e a gestão do vivo, tensionam moradores e conservacionistas, acionando a própria Rebio como parte integrante da aplicação de políticas ambientais da Secretaria de Meio Ambiente Municipal (SMAM/PoA), por intermédio de sua direção.

No segundo semestre de 2019, acompanhei a gestora da REBIO, Carmem Sestren-Bastos, e sua equipe técnica nas tomadas de decisões sobre as podas das árvores e a retirada, ou não, dos juncais (*Scirpus californicus*) junto à orla, nas proximidades do Calçadão. Acontece que a força nutriz das águas, o meio, restitui o lugar das matas ribeirinhas, assim como dos juncais, que seriam nichos reconhecidos para a procriação das espécies aquáticas nas praias do Lami. E, diante das normas ambientais ligadas à zona de amortecimento da Rebio, os banhos, como práticas do lugar, deveriam ser controlados, pois as ações humanas de lazer produziriam impactos de diferentes ordens nos ecossistemas lacustres. Este foi um debate promovido pelo Conselho Consultivo da Rebio no dia 17/11/18.

Há, no meu ponto de vista, uma ético-estética que mistura a biologia da conservação a romantismos, que evoca algo alternativo como estilo de vida, oriundo das camadas médias intelectualizadas da capital e que paira na atmosfera do lugar, veiculando imagens em torno das

35 “Defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura por estarem reunidos em cardumes ». <https://www.mma.gov.br/informma/item/10431-per%C3%ADodo-de-defeso.html>

ideias de natureza e ecologia no contemporâneo (certa ecologização do mundo à la Maffesoli). Também parece emergir das manifestações diversas de certo ambientalismo urbano no contexto da Grande Porto Alegre, associado ao meio acadêmico/técnico (as universidades, seus museus, laboratórios, coletivos de pesquisadores – Projeto Macacos Urbanos, p. ex.), à extinta FZB³⁶, às ONGs (Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - InGá), às instituições estaduais de gestão metropolitana e/ou do vivo, entre outros, atravessadas por pragmatismos pela causa ambiental, pelo tema das águas³⁷.

Lembro que, naquele momento, alcançar a orla implicava ouvir reclamações de moradores sobre a situação do banho nas margens do Guaíba, do tamanho dos galhos das árvores no Calçadão, dos juncais que impediam o acesso às águas e, não raro, significava escutar indiretas de que era preciso cortar/retirar o mato para liberar o banho, libertar a vista às lonjuras e, conseqüentemente, mover o comércio de veraneio. Por vezes, fui associado pelos moradores aos técnicos do campo ambiental que atuam na Rebio do Lami. O desbaste controlado da vegetação ocorreu como uma operação da SMAM, de maneira comedida, o que não parece ter agradado alguns dos residentes, que sugeriram que poderiam ter “baixado mais o mato”, conforme percebi quando deambulei pelo local. As considerações dos moradores sobre os dilemas do Lami indicam que o conflito existe e atravessa as temporalidades do lugar quando se toca no tema da conservação da biodiversidade.

36 Sobre a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, ver a dissertação de Dubiela (2019).

37 As lutas contra as poluições atmosférica e hídrica junto ao lago Guaíba, diretamente relacionadas à cidade de Porto Alegre, vêm desde os anos 1970, movidas pela AGAPAN contra a empresa de celulose norueguesa Borregaard, por exemplo, e se estenderam pela balneabilidade, desdobrando-se em políticas públicas e programas como o Guaíba Vive, criado em 1989, que redundou no retorno à balneabilidade no Lami, pois “[a]s obras do projeto de recuperação desse balneário foram iniciadas em 1990 e concluídas em 1992. Através do estudo da microbacia dos arroios ali existentes (Lami, Manecão e Varejão), definiu-se a localização da Estação de Tratamento de Água e a Estação de Tratamento de Esgotos. As obras beneficiaram dois mil habitantes, além de atender os vinte mil usuários na época de verão. No total foram 10.635m de redes de esgoto e 13.375m de rede de água tratada” (Kuajara, 1995:p. 143).

Os pátios do Lami, deambulações etnográficas interessadas nos coletivos multiespécies

Quando o caminhante percorre as ruas do Lami é preciso atentar aos pátios³⁸, aos seus mosaicos heteróclitos, produtores de arranjos formais diversos. Cada espacialidade do lugar que é um pátio tem a potencialidade de figurar como uma espécie de refúgio à fauna silvestre, nicho de uma micro-fito-sociologia doméstica, um desenho de intencionalidades no habitar, já que é um construto humano onde participam certos entes. Os pátios são ambiências e nichos com presença de luz variável. São detentores de espécies vegetais com amplo espectro de possibilidades de arranjos. Por isso, diante da fragmentação dos espaços, são oportunidades para a fauna circulante nos lugares e/ou extensão de seus territórios, especialmente aquelas mais tolerantes ao humano em seus cruzamentos nos espaços. Daí a importância de os pátios estarem associados aos corredores ecológicos.

Eles apresentam desenhos, minúcias, combinações que variam. Neles correm as linhas convergentes e de fuga que fornecem certas feições ao lugar. Evidenciam sistemas em transformação agenciados por desígnios humanos ao longo do tempo. Têm consigo memórias adensadas no lugar e, em conjunto com as moradias, constituem certa atmosfera, ambiências. O pátio é uma paisagem-pensada tanto quanto um deixar ser pelas sucessões mais ou menos aleatórias dos entes no espaço-tempo – a visitação diária ou ocasional; os ciclos de vida e ocupação do ambiente cotidianos; figurações sazonais nos lugares/migrações; fixações no solo e nas reentrâncias; banhar-se na poça d'água; permanecer suspenso pela cauda numa árvore. A abertura não-humana às práticas cotidianas dos artefatos humanos disponíveis, seu manejo inteligente, é um fenômeno diverso com muitas situações ecológicas no Lami: a tarrã, que vocaliza no amanhecer e desperta a casa para o dia, sobrevoa o pátio, canta no topo de alguma árvore por perto. No pátio,

38 A noção de pátio, no contexto da Grande Porto Alegre, é ampla e variável. Geralmente tem relação com o espaço imediato do entorno da morada, que pode estar acompanhada de um arvoredor (constituído por espécies nativas, exóticas ou misturadas) e que, dependendo do tamanho do terreno, pode estender-se aos fundos da propriedade. A criação de cachorros, gatos e galinhas é usual, variando em relação a outros animais, como é o caso dos equinos no Lami, que são relativamente comuns nos pátios do bairro. O jardim, quando existe, geralmente, situa-se na frente da casa. Pode corresponder, por vezes, à ideia romântica de ajardinamento, ou ao ordenamento do quintal, que estetiza a localidade dos espaços praticados por um coletivo humano, um grupo familiar. De qualquer forma, o pátio revela visões de mundo, ethos, percepções de natureza e urbanidade; ele detém funções práticas localizadas.

as aves ocupam nichos, ambiências e espaços, perscrutam as árvores em níveis distintos. Nas estruturas humanas, vasculham entre potes e vasos, visitam os arredores da varanda. No chão, banqueteam-se com restos e pequenos grãos oriundos da cozinha onde a cambacica (*Coereba flaveola*) adentra, como as saracuras (*Aramides cajanea*), os sabiás-laranjeiras (*Turdus rufiventris*), a pomba-de-bando (*Zenaida auriculata*), mas também os lagartos teiú (*Tupinambis merianae*) e os graxains-do-mato (*Cerdocyon thous*). Os gambás-de-orelhas-brancas (*Didelphis albiventris*) e os ouriços-cacheiros (*Sphiggurus villosus*), assim como os bugios-ruivos, têm seus itinerários pelos telhados. À noite, bichos gritam perto da casa.

Por resultarem das escolhas dos moradores, os pátios no Lami produzem ambiências que significam ora deixar o mato crescer ora cortá-lo; permitir que a espécie que nasceu espontaneamente cresça ou não; deixar o solo livre ou colocar lajotas, aterrar a várzea e ocupá-la; experimentar alagamentos. Enfim, implica praticar o lugar pela sua domesticidade, mediante devaneios da intimidade (Bachelard, 1988b), que acompanham formas de urbanização nem sempre sensíveis às alterações não-humanas, e que se imiscuem nos ecossistemas, produzindo paisagens tensionadas³⁹. As cores e movimentos, suas sonoridades prosaicas e intensas⁴⁰, podem ser tanto aquelas dos pássaros e das intensas vocalizações dos bugios-ruivos nas árvores, quanto a melodia de uma música alta, oriunda da festa animada (com gritos efusivos de pessoas) na casa de veraneio ou o barulho de uma máquina qualquer trabalhando a matéria. Os pátios contíguos e as suas disposições diversas e intrincadas no conjunto paisagístico do bairro são signos da heterogeneidade sociocultural no contexto do Lami.

Frequentar pátios ou observá-los de fora é sempre uma experiência sensorial distinta, devido à variedade de conteúdos e as (as)sociações entre existentes na domesticidade do espaço, que pode ser uma espécie de

39 A expansão urbana irregular vem acompanhada de visões de mundo estranhas ao bairro, que não representam os valores compartilhados por moradores antigos e que se chocam com políticas de conservação do vivo, disciplinadoras nas UCs e seus entornos, que, por vezes, mobilizam percepções ecológicas pouco afeitas ao humano. A atual gestão da REBIOJL tem feito um esforço de (re)aproximação com a comunidade (heterogênea) do Lami e suas distintas ocupações em « paradas » distribuídas na região.

40 Rechenberg (2007) comenta em sua dissertação que resolveu gravar alguns sons no/do Lami e que ter-se-ia surpreendido com as sonoridades urbanas várias, as quais não correspondiam ao que esperava encontrar numa área de proteção ambiental. Realmente, quando se pratica a trilha ecológica no interior da Reserva, é possível escutar a dinâmica sonora do bairro (alto-falantes, músicas populares, máquinas em funcionamento, latidos etc), seu cotidiano agitado na zona de amortecimento da UC.

doméstico asselvajado em alguns casos⁴¹. Quando o olhar que se projeta de fora para dentro – a relação ambígua entre casa e rua, os limites entre o privado e o público (Damatta, 1997), meio borrados em certos casos, percebe-se nuances arbóreas definindo o alcance das luzes, os nichos das sombras. A fauna percorre os lugares mais ou menos errantes, por vezes assídua, em suas vicissitudes de praticá-los em busca de alimentos e abrigos. Segue por caminhos definidos e espaços territoriais de errâncias, que incluem terrenos abandonados e os pátios alheios. Aliás, os pátios têm *habitués* não-humanos que dependem das possibilidades proxêmicas com outros seres vivos, neste caso, que os *sapiens* toleram em seus territórios.

As ruas e pátios constituem partes significativas das matérias das memórias socioambientais entrelaçadas nos lugares praticados do bairro Lami. A fluidez das imagens ligadas às experiências campeiras contrasta com ocupações desordenadas e porções do bairro sem saneamento básico. As memórias acerca da pesca artesanal, da balneabilidade e dos veraneios estão presentes na área do bairro conhecida como « praia »⁴², com suas casas de moradores antigos e de veraneio (algumas em arruamento). Aquele ponto representa transformações urbanas do logradouro ao longo do tempo (a iluminação pública, construção do Calçadão, banheiros públicos, calçamento/asfaltamento, serviços de saneamento básico) e identifica certas tensões entre a continuidade das memórias afetivas e as alterações dos modos de vida dos moradores, especialmente diante dos loteamentos, por vezes irregulares, que surgem em determinadas partes do Lami, no extremo sul de Porto Alegre, como os da Parada 21, nas proximidades da Rebio.

41 A ideia de “limpar” o terreno do “mato” é uma visão pela qual os naturais sujam, de que instauram desordens demais, onde a experiência humana exige um grau de organização, da elaboração de domesticidades como experiências familiares, de estabelecimento de um pátio junto à morada. A ausência de plantas nos terrenos, pelo desejo, até certo ponto asséptico, de cimentá-los, funda emocionalmente um lugar de pertença. Por outro lado, o doméstico asselvajado tem relação com pátios onde os proprietários permitem a presença arbórea nativa como um deleite estético, mas também enquanto corredor ecológico para a fauna silvestre. Por isso, um deixar ser, ou um certo compromisso ético com a conservação, produz vínculos com paisagens de pertença, especialmente quando se pensa nos antigos moradores. Seu Carlinhos (79 anos) disse que não mexia no terreno, tinha cuidado com a figueira que abrigava os bugios (“camaradas”) cotidianamente em seu pátio – “o que eu puder fazer, eu faço!” –, que, de vez em quando, dormiam na sua ambiência arbórea (“vieram pra passá a noite”). O senhor ponderou: « cortam o corredor... nossos lugares bonitos estão sumindo ». Recentemente uma jovem ligou para a Rebio, pedindo sugestões sobre espécies vegetais nativas, pois desejava cultivá-las e, assim, auxiliar os bugios que frequentam o seu pátio.

42 Local onde realizei a etnografia com mais intensidade. Trata-se de um conjunto de casas que se distribui ao longo da orla do Guaíba, parte urbanizada que se estende da rua do Pontal (que margeia a Rebio) até, pelo menos, as imediações do casarão dos Bernardes, com arruamentos (alguns muito estreitos, com becos) que representa um núcleo mais antigo do Lami. As imagens do habitar o bairro apresentam-se como oposições entre o « morar na praia » e o “morar na fábrica” (região mais afastada, situada nas imediações da antiga empresa/agroindústria AVIPAL – Aviação Porto-Alegrense S.A.), comumente utilizadas por moradores do Lami.

Sendo assim, as reconfigurações do cotidiano no bairro pela chegada do asfaltamento, da distribuição limitada de bem-feitorias urbanas, além da ocupação desordenada de seus terrenos, permitiram a ampliação do comércio, o que se traduz no aumento populacional que o Lami experimenta nas últimas décadas, acelerado por processos de higienização das regiões centrais (especialmente após as « obras da COPA FIFA 2014 », como ouvi no Lami⁴³). Tais processos de gentrificação humana deslocam as populações de baixa renda para o extremo sul do município em busca de terras baratas para adquirirem ou ocuparem.

O bugio pendurado no galho da figueira: espécies-bandeiras, ou a força das interações no contexto do Lami

O Lami comporta cenários com casas antigas de veraneio e outras mais recentes. Acolhe desde longa data práticas artesanais de trabalho como a pesca, que agrega a feitura e os reparos de redes, a carpintaria de barcos⁴⁴ no pátio e na rua contígua ao terreno; a manutenção de pequenas roças e o cultivo de plantas frutíferas pela região; o manejo de sítios e haras, a presença de fazendas. Há o caráter prosaico das ruas e seus cães comunitários em frente aos portões, assistidos por famílias vizinhas; o chão batido das ruas esburacadas, os fios elétricos praticados por bugios-ruivos e ouriços-cacheiros que deambulam nas linhas. Existem passagens de fauna⁴⁵ (pontes produzidas com cordas e outros materiais, por onde se dão os devires arborícolas) instaladas sobre as ruas, entre os galhos das árvores.

43 Como aparece no estudo de Rechenberg (2007). Ver interessante artigo de Araújo (2014).

44 A figura de seu Gaiola, que aparece como antigo morador do Lami no Plano de Manejo da Rebio (Printes, 2002) e na pesquisa etnográfica de Fernanda Rechenberg, é de um narrador importante para o entendimento das artes de fazer ligadas ao ofício da pesca, à carpintaria naval. Dona Tereza, sua esposa, também narradora naquela etnografia, revela os conhecimentos femininos e as parcerias do trabalho nas artes da pesca. São registros importantes sobre a pesca no Lami de dois antigos moradores da praia.

45 As passagens de fauna, ou “pontes”/“pontes dos bugios”, têm um papel extremamente grande quando se pensa no conjunto de mamíferos arborícolas que as utilizam comumente (gambás, bugios e ouriços, de acordo com seus ritmos circadianos), mas também uma gama de outras espécies. As linhas elétricas são um problema no derivar dos bugios-ruivos pelos espaços, já que a fragmentação dos ecossistemas arbóreos afeta-os diretamente, porque, até certo ponto, as frequentes eletrocuções com mutilações e sequelas de toda ordem, como as que ocorreram em 2019 e 2020 (com a morte de um indivíduo), são um problema na conservação da espécie. Os registros existem, pelo menos, desde 1999 (Lokschin, L. X. et al. (2007). A avifauna local também corre risco. De acordo com o artigo citado acima, a ponte, enquanto um artefato de conservação, assemelha-se “a uma ‘escada de navio’, mas na orientação horizontal. Os ‘degraus da escada’ são usados pelos bugios no plano horizontal (da mesma forma que as escadas são usadas pelos humanos verticalmente)” (ibid, 2007, p. 77). Tradução livre.

As figueiras (*Ficus sp*) ocupam um lugar sensível e ativo nas paisagens do bairro, no mundo campeiro⁴⁶. Cada figueira é um complexo conjunto de ecossistemas e (as)sociações possíveis com outros seres (microorganismos, fungos, formações mutualísticas⁴⁷ de diferentes ordens, com vespas para a reprodução, (epífito)sociologias nas ramagens, de dispersão de sementes por vertebrados), já que o esforço da planta em durar no tempo agrega parceiros ao seu devir que se traduzem em diversas cooperações, assim como interações tensionais envolvendo a proteção do si-vegetal em certas associações, por exemplo. Os processos criativos de elaborações de formas misturadas, « híbridas », de ambiências co-produzidas que persistem e que se renovam, constituem fisiologias e figurações nas paisagens do Lami. Este panorama vibra como uma qualidade de memória coletiva, microsociológica, que concebe formas interespecies de socialidades duradouras, comunicacionais, com níveis significativos de intimidade da matéria viva entre os existentes, que derivam juntos nas temporalidades de suas paisagens e afetam diretamente o humano.

A potência vegetal da figueira traduz-se pelo seu gigantismo arbóreo⁴⁸, pois o devir progressivo da planta almeja as alturas⁴⁹. A figueira, assim, é um marco em torno do qual gravita um mundo de seres em relação, seja na floresta ou no campo. Trata-se de um tipo de recanto ou refúgio, pois, sob a sua galharia e os liames esparramados das barbas-de-pau (*Tilandsia usneoides*), faz-se um mundo, em parte lenhoso e foliar: as bromélias e orquídeas encontram nichos perfeitos de fixação.

46 Elas configuram “marcos paisagísticos” (D’Elboux, 2018, p.1), muitas vezes relacionadas à morada, ao galpão, à casa colocada sob sua galharia, como existem muitas no Lami. Portanto, há certa proximidade com a fauna (e flora) associada a elas, como os bugios. Os contos de João Simões Lopes Neto A Figueira - sobre os dilemas da umidade excessiva da morada sob uma árvore frondosa - e Entre Bugios, indicam, a partir do olhar do escritor, o grau das suas interações com humanos, bem como as fabulações sobre os seres no universo gauchesco. Ver: <http://www.paginadogaucha.com.br/bibli/romualdo.htm>

47 Sobre as interações mutualísticas, grosso modo, é possível afirmar que se trata de um conjunto de interações entre coletivos inter/multiespecies cujo benefício mútuo (reciprocidades biofísicas) pode, ou não, ter consequências quanto à elaboração de formas fisiológicas interdependentes, congruentes no derivar juntos no tempo.

48 O belo texto de Roseli D’Elboux (2018) fornece elementos importantes para pensarmos o lugar das figueiras na experiência humana no mundo, assim como a sua duração no tempo e suas figurações no imaginário paulista, nas memórias dos lugares praticados ao longo do tempo, em paisagens urbanas. Duarte (2007) refere-se a *Ficus* no contexto de Belo Horizonte, abordando o tema do “patrimônio verde” urbano, fornecedor de sombreamentos e refrigérios. A arborização figura como signo de embelezamento e a consequente produção de cartões postais, de túneis verdes, como os de mangueiras (*Mangifera indica*) em Belém (PA).

49 Mas a história de vida de um *Ficus* tem relação direta com o seu crescimento, ou ao seu esparramar-se num raio de extensão pelo vegetalismo ativo. As figueiras podem distribuir o tronco e a galharia em posições pouco elevadas e de fácil acesso à fauna terrestre e aos humanos. Elas produzem formações muito grandes na ocupação de nichos e produção de outros, prestando-se ao devaneio do repouso.

Sabe-se que sua frutificação é um banquete aos convivas de todos os tipos; do seu raizame criam-se adensamentos de memórias nos lugares e uma ambiência melancólica de recolhimento. O imaginário arbóreo das figueiras evoca imagens cuja « pujança simbolizante » (Wunenberger, 2018, p. 58), dinamiza formas paisageiras vegetais que vibram num cenário de interações mais-do-que-humanas. As árvores « enfeixam poderosos potenciais imagéticos » (Farah, 2008, p. 33) e participam na tessitura de vínculos simbólico-afetivos com os lugares de pertença, delongam e persistem agentivas nos lugares, porque desdobram-se nas paisagens, nas feições dos lugares que configuram com outros seres. Elas duram no tempo⁵⁰.

Figueiras sugerem homens lentos, meditativos, no sentido da tradição budista (o lugar de iluminação do Buda embaixo da figueira); requerem uma poética da lentidão, para evocar Sansot (2000), predisposições a certa rítmica da vida vivida e suas deambulações, bem como seus enlaçamentos com os lugares praticados e rememorados no cotidiano. Pago e pouso: a figueira é uma imagem de refúgio. As formas sensíveis vibram no vegetal - nicho sutil e intrincado que compõe uma ecologia de interações mais-do-que-humanas⁵¹. À simbólica da árvore como uma espécie de nutriz do mundo, de guarda-chuva de relações ecológicas, ligam-se as associações do tipo *vespas-figueira-bugios-ruivos*⁵² como imagem icônica para a conservação de espécies neotropicais ameaçadas de extinção no Capitaloceno, na porção austral brasileira.

O complexo bugio-figueira é emblemático no Lami, desdobrando-se nas figurações das *espécies-bandeiras* nos cenários de interação no bairro, produz *carismas*: tanto o bugio-ruivo quanto as figueiras, e as

50 A árvore longeva deve ser encarada como um patrimônio verde, arbóreo, biocultural (Silveira, 2014). Nela reverberam memórias antigas, ligadas à fixação no espaço, pois mobiliza simbólicas de imagens do repouso no lugar, os devaneios da morada (Bachelard, 1988b). As figueiras têm suas agências e sua mística; são concreções da memória viva propícias ao devaneio sobre a matéria sensível do/no tempo, sobre a arquitetura botânica e a tessitura das suas relações, aos feixes de imagens associadas a elas. Ver as reflexões de Blicharska e Mikusinski (2014) sobre as políticas de conservação de “grandes árvores velhas”.

51 Onde vibram imagens que reverberam noutras potências do vivo – desde o solo, passando pelas vespas e bromélias, pelos sabiás e bugios, tocando os humanos, por exemplo.

52 Ver Ma et al. (2009); Chaves, *Jornal da USP* (2018); Bicca-Marques e Chapman (2018). Existem diversos trabalhos sobre alimentação de bugios-ruivos, assim como sobre espécies dispersoras de sementes de *Ficus*. Quanto ao papel de A. g. clamitans na dispersão de sementes de *Ficus*, destaco o estudo de Chaves, Bicca-Marques e Chapman (2018), que se referem aos bugios-ruivos como dispersores eficientes (em termos quali-quantitativos) de sementes, dada a sua flexibilidade dietária (p.1). Eles desempenham um papel impressionante no espalhamento de sementes para espécies de Mata Atlântica (p.9), sendo importantes dispersores para espécies com sementes pequenas, como as figueiras (p.12). A necessidade de as sementes passarem pelo trato digestivo do primata para facilitar a sua germinação é um fato.

suas interações interespécies, são vetores de relação para o conservacionismo no Lami. No devir ecossistêmico, representa um mutualismo devedor de outros bastante sutis: as vespas-do-figo polinizadoras, as figueiras e os bugio-ruivos constituem uma tríade que se conecta por linhas de devires/redes sociotécnicas de gestão do vivo, de conservação do biodiverso, às experiências mais-do-que-humanas que configuram *formas sensíveis da vida biosocial* no mundo rururbano contemporâneo de Porto Alegre. Neste sentido, há uma ecologia política que coloca o Lami no campo de debates em torno da conservação da *natureza natural* e dos mananciais hídricos, que reverberam nas preocupações socioambientais mais globalizantes.

Nestes termos, o acompanhamento das errâncias pelo universo intrincado das ramagens possibilita etnografar/registrar/captar as agências *Alouatta* no mundo com humanos. No Lami, os coletivos se deslocam pelos diversos lugares, certos pontos de parada/sociabilidade e de manejo estabelecidos pelos grupos. Projetam-se e misturam-se nas relações ecológicas do bairro, negociam com o lugar. As linhas de deriva que conectam bugios e figueiras fazem de ambos co-partícipes na *unicidade* que é uma paisagem. A cauda preênsil⁵³ é uma linha de conexão sensível às formas arbóreas, especialmente às figueiras, que são, para usar uma bela imagem de Bateson (1990), um «padrão que une», indicando uma série de biossocialidades, de formas convergentes em determinados lugares do bairro e que encontram no imaginário da morada um refúgio. Esta é uma das figurações paisageiras do Lami que anda em paralelo às ações antropogênicas seculares, e por vezes impactantes, no extremo sul da capital.

Se seguimos Mauss (1974) e Leroi-Gouhran (1965), precisamos pensar na cauda preênsil como porção operatória do corpo, entendida, também, como a primeira ferramenta sensível *Alouatta* e da qual participa uma memória interespécies que adequa formas por convergências, de onde emergem outras imagens que confluem no jogo social interespécies. A cauda preênsil dos bugios é um membro de locomoção e de

53 As reflexões que seguem surgiram de questões difíceis de responder acerca de como seria estar-no-mundo a partir da suspensão de uma cauda preênsil? Como seria a ontologia de um ser-no-mundo que detém uma cauda preênsil e que se engaja nele a partir de outra perspectiva, ou ponto de vista, o da suspensão? Obviamente que não tenho ambições de responder a tais perguntas, mas a perspectiva e as formas de interações *Alouatta* com humanos e não-humanos interessam-me, e nela sua cauda tem lugar relevante.

manejo arborícola que ocupa, certamente, um lugar na economia de seus afetos intra-grupo, no que constitui o mundo-próprio *Alouatta*, definindo pontos de vista e escolhas.

O gesto de agarrar, de enlaçar e alcançar formas vivas (e determinados artefatos humanos), implica domínio de técnicas corporais basicamente arborícolas⁵⁴, num contexto sutil de interagências vegetais. No inverno nublado, por exemplo, (con)fundem-se com o *Ficus* e suas estruturas⁵⁵, nas paisagens. Neste sentido, a cauda preênsil é uma forma que evidencia o devir arbóreo e, por desdobramento, o lugar dos macacos na dispersão de sementes de figueiras pela região, uma espécie de vegetalismo-animal. *Alouatta* e *Ficus* (sem esquecer das vespas polinizadoras) formam um conjunto heteróclito de cooperações e tensionamentos que contribuem para o caráter das paisagens. Anunciam pontos de vista, acolhem ontologias (dos seres em relação nos lugares) que vibram no espaço e no tempo da zona sul porto-alegrense.

O mundo-próprio *Alouatta*, parece-me, é também aquele das acrobacias, de malabarismos ágeis e de desafios cotidianos para deslocamentos e alimentação a partir de cinco membros, mobilizando a ecologia tensional do bairro, da fragmentação dos corredores ecológicos. As deambulações sobre a fiação elétrica são um signo disso. A agilidade com que se deslocam, a precisão, o cálculo e a atenção na travessia somam-se às suspenções pelas caudas de indivíduos jovens situados lado a lado, às vezes três deles, em complexa interação comunicacional. O macho adulto a tudo assiste de uma posição mais elevada; a fêmea cuida do filhote, que se diverte com os membros juvenis do bando. O jogo/a brincadeira é constante e sua função simbólico-afetiva entre macacos de vida livre na urbe, ainda pouco conhecida, mas, certamente, tem importância na aprendizagem pelo ludismo e sociabilidade parental, com relevância para o enfrentamento da vida adulta.

O intrincado da densa galharia de uma figueira revela-se ao olhar quando ela se estende sob a forma de ambiência. Acolhe, mas também potencializa sua presença na paisagem ao longe, quando define um ho-

54 Há registros de bugios deslocando-se no solo, devido à fragmentação dos ecossistemas e à falta de corredores ecológicos e pontes. Deambulam no chão, movimentando-se nos espaços dos lugares praticados por eles, correndo diversos riscos.

55 A imagem que vibra aqui é aquela da capa do livro « A árvore do conhecimento », de Matura e Varela (2001), onde aparece um lagarto-árvore, autopoético, engendrando a si mesmo, um tipo de existente que resulta de um derivar juntos planta-animal, definindo congruências entre si e o meio.

rizonte⁵⁶. Ela também entrelaça inúmeros pátios, porque se expande senhora de si, e se liga às existências outras, confundindo-se na formação arbórea distribuída nos terrenos. Uma figueira *bairral* define contornos simbólicos em torno de territórios coexistentiais – um conjunto delas é uma constelação de forças imagéticas vibrando vivas, tocadas por expressões culturais locais, produzindo vínculos identitários - que « unem em separado » moradores e não-humanos (selváticos/domésticos/asselvajados/amansados/exóticos⁵⁷ mais ou menos invasivos), que praticam os lugares.

Para mim, as grandes figueiras são sempre territórios existenciais de si e dos outros; pontos de ancoragem das memórias coletivas; *axis mundi* de fulgurações sensíveis do/no lugar, quando não, fantasmáticas diante da duração acidentada do tempo, de certa rítmica do gauchesco. A região, certo caráter de mar interno que apresenta, foi palco de enfrentamentos políticos e guerrilhas. O Parque Estadual de Itapuã, situado em região onde circulam narrativas sobre revoluções e conflitos vividos no passado (Revolução Farroupilha, entre outras) está próximo do Lami. O bairro é uma localidade que dura no tempo, um cenário de acomodações tensionais de imagens que giram, simbolicamente, em torno de expressões, formas, sensibilidades e temperamentos do universo gaúcho, na configuração de lugares de pertencimento⁵⁸.

O jovem bugio suspenso pela cauda no fio elétrico alcança o galho do ipê-amarelo (*Handroanthus albus*) e saboreia flores. O outro, sentado na figueira, olha-me meio *blasé* e regala-se com o repasto.

56 Para Wunenburger (2018, p. 62): « Olhar uma árvore, por exemplo, não desperta na consciência somente a representação de ideias simplesmente associadas, como um jardim de prazeres ou o corte da madeira para aquecer, mas conduz, por exemplo, a imagens de vida e mesmo de uma vida dotada de longevidade impressionante, e, finalmente, à ideia de uma eternidade para além da morte. A imagem se torna, a partir de então, em sentido estrito, simbólica, no sentido de que sua força psíquica, sua consistência semântica vem de metassignificações que são, de uma só vez, ligadas ao conteúdo e desligadas, porque pertencem a um outro nível de experiência sensível ou inteligível. A imagem, enquanto símbolo, repousa, portanto, ao mesmo tempo, sobre um elo e uma ruptura (DURAND, 1968; WUNENBURGER, 1998) ».

57 As tarrãs gritam do alto de pés de Eucaliptus; bugios-ruivos dormem em Pinus e forrageiam em cinamomos (*Melia azedarach*).

58 As grandes árvores, como figueiras (*Ficus* sp) e umbus (*Phytolacca dyoica*) - e suas associações com os capões da mata - no contexto missionário gaúcho (Silveira, 2004), desempenharam papéis simbólicos importantes no cenário do « tempo das revoltas », pois, sob as velhas árvores, ocorreram entreveros belicosos. Além disso, os ocos de suas raízes forneceram refúgios às famílias durante turbulências políticas entre os séculos XIX e XX, conforme ouvi dos narradores. Também eram marcos nas paisagens, onde ricos e ladrões enterravam tesouros devido aos saques de coletivos de todas as ordens, de montoneras a serviço de caudilhos latinos, ou de caudilhetes locais.

A naturezacultura como expressão do « mundo da vida rurubana⁵⁹ » no Lami: os bugios-ruivos nos pátios

O beco Beira-Rio é uma ambiência interessante e singular pelos seus meandros. Quase caverna, revela um misto de construto humano e de intensa natureza arbórea, uma socionatureza mestiça, humano-vegetal, que se liga a derivações ecológicas *humanimais* no lugar praticado, com « vetores de relação » do tipo: primatas-figueiras-telhados de moradias-árvores-postes-fios elétricos-passagem de vida silvestre-pátios. A mescla de adensamento de casas mostra uma ocupação dinâmica que dura décadas. Alguns de seus moradores habitam o lugar faz tempo e procuram viver em consonância com a enormidade das árvores e as deambulações de bugios-ruivos e ouriços-cacheiros nos telhados das casas. Apreciam o convívio. Além disso, o beco, como um aglomerado de residências sob figueiras, localiza-se às margens do poluído Manecão, que deságua na praia, justamente aquela mais procurada pelos banhistas durante o veraneio.

Há, pelo menos, um coletivo *Alouatta* que deambula pelos espaços, chamado de « o bando do beco » e que utiliza as árvores, o telhado da casa de Pituca e a passagem de fauna instalada no local. A situação precária da fiação elétrica, o imenso número de « gatos » promovidos pelos moradores, coloca dilemas éticos quanto às condições das vidas humanas, dos macacos e ouriços no local. Assisti a cenas tensas de um jovem bugio deslocando-se pela fiação irregular até alcançar a passagem de fauna.

Tais elementos mencionados acima aparecem de forma distinta na José Bernardes, onde moradores antigos constituem o grosso dos habitantes da rua situada na « praia ». Nela, Bárbara⁶⁰ (35 anos) passou parte da infância, portanto, conhece vários moradores antigos do local, mantendo laços duradouros de vizinhança. A sua trajetória de vida está intimamente ligada às vinculações sensíveis que estabeleceu com o bairro: a meninice vivida no lugar, a orla e os banhos de rio, a liberdade de brincar e viver na zona rural porto-alegrense, a presença cotidiana de bugios, figueiras e tantos outros seres.

⁵⁹ Ver nota 3.

⁶⁰ Ela atuou como estagiária no REBIO Lami. É formada em Educação Física e trabalha com arte-educação. Atualmente, cursa Educação do Campo, na UFRGS.

A casa em que mora está situada num terreno longo que contém diferentes edificações distribuídas na sua espacialidade. Existe uma enorme figueira junto ao muro que dá para a rua Nova Olinda (recém asfaltada, dizem, para facilitar o deslocamento até o Posto de Saúde). Trata-se de um uma construção sólida, com quatro andares (Felipe⁶¹, morador local e ambientalista, chamou-a certa vez de “muralha”). Dali é possível obter uma ampla vista do bairro e da região do entorno do Lami, além de permitir observar bastante de perto uma família de bugios que frequentou seguidamente o terreno (entre 2018-19), forrageando/descansando/socializando junto às figueiras e demais plantas que ocorrem no local, neste caso, na José Bernardes.

O pátio da família vizinha (à esquerda) junto ao de Bárbara e, logo depois, o do falecido seu Carlinhos⁶² (à direita) constituem um fragmento de mata nativa manejado [um capão com figueiras, jerivás (*Syagrus rommanzofiana*), capororocas (*Myrsine sp*), ipês-amarelos e branquinhos (*Sebastiania serrata*), entre outras], que representa importante espaço de forrageio, descanso e frequência de várias espécies da fauna nativa, entre elas bugios-ruivos, ouriços-cacheiros, gambás-de-orelhas-brancas, muitos passeriformes e araquãs (*Ortalis guttata*). Existem três enormes figueiras, uma delas localizada no outro lado da rua, no pátio « dos Ventura », família que vive na região há bastante tempo. As outras duas distribuem-se pelos vizinhos contíguos. Entre as figueiras foi colocada uma ponte de passagem de fauna.

O fato de a casa de Bárbara destacar-se nas paisagens do bairro pela sua altura próxima ao *Ficus*, permite que a observação dos bugios seja muito fácil a partir dele. Inclusive, coletivos *Alouatta* alcançam e

61 Felipe, por sua vez, é outro personagem desta experiência etnográfica, assim como Renata, sua esposa, que é bióloga. O casal possui uma filha, Luana. São vizinhos de Bárbara no Lami. A família possui uma loja de produtos naturais/alternativos (Banana Verde) no Bonfim, “bairro judeu” de classe média/média alta em Porto Alegre. A família de Felipe possui uma área de terras (em torno de 200 hectares florestados e preservados) junto à REVIS - Morro de São Pedro, sendo lindeiros da UC, onde situa-se o Instituto Econsiência. Ele é estudante de geografia e conhece bem as problemáticas socioambientais da região do Lami. Além disso, é um ator importante no cenário da ecologia política local. Participa como conselheiro na REBIO do Lami e no Parque Estadual de Itapuã e também participa dos debates sobre o Morro São Pedro e da região do Arado (área de relevante importância socioambiental da Zona Sul, ameaçada pela especulação imobiliária).

62 Seu Carlinhos, com quem conversei certa vez, morava há mais de 20 anos no local. O idoso também era cuidador de cães de rua – há uma quantidade significativa de cães com guarda compartilhada naquela porção do bairro. Ele possuía uma relação bastante afetuosa com os macacos, indicando que a passagem cotidiana dos coletivos *Alouatta* por sua propriedade era algo que estimava e zelava. Portanto, os primatas têm no seu terreno uma área de descanso e de proteção, já que nele há uma figueira de grandes proporções. Atualmente a sua morada está à venda, como muitas outras no Lami, e parte do corredor foi cortado.

frequentam certos espaços da edificação, pois descansam na chaminé, percorrem as muradas, aproximam-se das janelas. Nos fundos da casa, noutra parte do terreno, há uma figueira frondosa que se situa ao lado de outra, também enorme, no pátio vizinho. É um corredor ecológico importante, ainda que um tanto fragmentado, especialmente quanto aos itinerários urbanos dos macacos. Essas figueiras da Nova Olinda⁶³, junto com as da José Bernardes, constituem um grupo de cinco grandes árvores naquele ponto do bairro, tratando-se de lugar relevante para a conservação das relações mutualistas e sensíveis entre figueiras-bugios-ruivos na « praia », nos ecossistemas rururbanos do Lami.

O coletivo *Alouatta*, *habitué* do pátio, agencia, através de comportamentos, gestos e formas comunicacionais intraespécie, certo saber-viver e exerce o manejo dos elementos constituintes (vivos ou não) na espacialidade do lugar, mediante seus mundos-próprios. A partir dali, seguem os seus trajetos rururbanos nos espaços domésticos através do conjunto de árvores nos pátios, que fornecem acesso aos telhados da casa de seu Carlinhos, de onde alcançam telhados adjacentes. No trajeto, podem utilizar como apoio uma goiabeira (residindo ali um ponto crítico no deslocamento), presente no pátio do vizinho dos fundos. O pequeno cão late estressado para os macacos. Estes alcançam árvores nativas presentes no terreno ao lado, cuja entrada situa-se na Nova Olinda, através do uso dos telhados: o domínio dos caminhos indica um mapeamento da espacialidade dos lugares, certo « mapa mental⁶⁴», e revela uma forma inteligente de acessar fontes alimentares na ausência de plantas que constituam pequenos corredores ecológicos nos interstícios dos pátios, através deles, ou apesar deles⁶⁵.

63 Os primatas precisam vencer um trajeto longo pelos telhados para alcançarem determinadas árvores nativas em que forrageiam, próximas à casa ao lado da de Bárbara. Na rua Nova Olinda, nas proximidades das figueiras, um bugio foi recentemente eletrocutado (junho de 2020) e não resisitu às graves mutilações.

64 A grande figueira é um « marco paisagístico » (D'Elboux, 2018), conspicuo no lugar, e reverbera na percepção inteligente do espaço por coletivos *Alouatta* para a elaboração sensível de « mapas mentais » (Pereira, 2008), a partir de «marcos referenciais» identificados pelos primatas.

65 Se a fragmentação do espaço, acompanhada do desmatamento pela ocupação desordenada do solo, é um problema para animais arborícolas, nota-se que, para os terrestres, diante dos muros, cercas e cães domésticos, pode tornar bastante difícil, ou quase impossível, o deslocamento pelos fragmentos de mata.

Derivas primatas pela « praia »

No primeiro semestre de 2019, acompanhei na rua José Bernardes, onde fica o pátio da casa de Bárbara, uma família de bugios-ruivos alimentando-se ao longo da via e utilizando-se de um conjunto de três figueiras, entre outras espécies vegetais. Os pátios, pelo que tudo indica, constam nos territórios e mapas mentais dos primatas e sua utilização dos espaços citadinos, através das propriedades particulares e terrenos sem habitações, ou áreas de conservação próximas à beira de praia (REBIOJL; FUPALA - Fundação de Proteção ao Ambiente Natural do Lami), torna o acompanhamento difícil quando se movem, interessados por algum motivo. A oportunidade de observá-los, alimentando-se ou descansando em área urbanizada (rua ou pátio), com parcelamento do solo e trânsito contínuo de pessoas e automóveis, permite compreendermos as formas pelas quais os coletivos *Alouatta* agenciam seus cotidianos em relação aos humanos, suas práticas e artefatos (cultivo de espécies nativas e exóticas da flora; colocação de postes e fios elétricos; construção de muros, telhados, chaminés e pátios).

Deambular pelas ruas do Lami é, de alguma forma, interagir com transeuntes, estabelecer conversas, enfim, dialogar com pessoas que praticam os lugares do bairro; ser observado por humanos e não-humanos (silvestres, ou não): matilhas de cães de médio e pequeno porte observam, meio vagabundos, *habitués* das ruas do bairro. Muitos pássaros frequentam o Calçadão, as árvores baixas e a orla do Guaíba. A interação com a avifauna é sempre intensa e variada. O observador de pássaros no Lami se regozija. Mas são os bugios que me interessam mais diretamente.

O caminhante-antropólogo ou o etnógrafo de rua (Eckert e Rocha, 2014), interessado em descobrir as expressões formais da *naturezacultural* no Lami (a fisionomia, a aura, os patrimônios bioculturais, o verde na/da urbe) e instigado pelos seus trânsitos nos espaços da « praia », percebe *in loco* que a socialidade *Alouatta* é íntima das interações *com Ficus* – por si só um universo ecossistêmico complexo. Pode ser um dado ecológico, mas, acima de tudo, revela um *fato social total*, porque dinamiza processos biopsicosociais sutis entre os existentes (incluindo humanos), ora cooperativos, ora agonísticos. Além disso, é preciso ade-

rir sensivelmente às paisagens campeiras, onde a díade figueira-bugio é parte das experiências gaudéias no tempo e que vibram como vivências paisageiras coletivas, gestando arranjos de conteúdos evolutivos e históricos diversos, assim como formas coexistenciais de interações que revelam patrimônios extensivos à natureza e à cultura no bairro.

Os hábitos arborícolas de tais coletivos colocam um desafio metodológico ao observador que percorre o bairro do Lami, de como « persegui-los » nas deambulações que realizam na cidade, ou ainda, de tentar compreender seus múltiplos engajamentos com artefatos e superartefatos humanos (telhados, portões, muros, ruas, fiação elétrica, passagens de fauna etc.) no seu derivar pelo espaço. Por outro lado, é preciso atentar para como os humanos leem/representam/se interessam, ou não, por suas passagens cotidianas no/sobre os pátios e habitações, pela fiação elétrica⁶⁶. Refiro-me mais diretamente àquela porção da « praia » que vai dos limites da Rebio (rua do Pontal) até a altura do « beco Beira-Rio ».

Com um pouco de sorte e atenção, pode-se encontrar bugios-rui- vos em diferentes partes do bairro praticando pátios. Por vezes, existem indícios de que eles deambulam pelos espaços do calçadão (excretas dispersas, bastante frequentes, que demonstram o uso dos lugares para defecação, abaixo da figueira da casa do professor de Filosofia), ou o « gritado » de bugios nas suas derivas *barriais*, significando enfrentamentos e sociabilidades pelo Lami. Mas o interessante é que os bugios nos observam, e com atenção.

A experiência de ser observado muito de perto e, principalmente, por um macho avermelhado e dominante do grupo, que desceu para uma árvore mais baixa a fim de nos observar (eu, Bárbara e sua amiga uruguaia, Caroline) na rua em frente à morada, teve um impacto ético-estético significativo sobre mim como antropólogo, sobre como me relaciono com as alteridades e os mundos outros não-humanos: o olhar do macaco (mas também de seus familiares) re-situou a minha posição no jogo, como indivíduo humano que se relaciona com outras sensibili-

66 Ouvi muitas referências aos bugios e à sua conservação no bairro, tais como: “ficam ali atrás... no matão” (Seu Carlinhos); “andam pra lá e pra cá”, “tão sempre aqui, né”, “tem um filhotinho tri-bonitinho”, “o bando do escabeladinho” expulsou um “bugio véio”, “tem que colocar uma ponte”, pois (no beco) « já morreram uns dois ali » (Almiro); Vera referiu-se à “minha família” (grupo de bugios que acompanha desde 2008); “todo dia de manhã”, passam por cima da casa e retornam à tarde, pois “o canto deles dormir é aqui nesta árvore” (Renata); Seu Alcides: « aqui no Lami tem que preservar! »

dades. Em verdade, o macho curioso e seu bando interagiram conosco, unindo os humanos em torno de emoções compartilhadas, numa paisagem de coexistências. O macho jogou com tolerância proxêmica (Hall, 1977), com os limites entre proximidade-distância (Simmel, 1983) e observou-nos por longo tempo, interessado pela diferença.

A presença dos coletivos de bugios nos espaços ocupados por humanos ocorre tanto nas ruas como na interioridade dos pátios. Bugios desconhecem a oposição público-privado e, por isso mesmo, deambulam *pelas e nas* espacialidades dos lugares (ruas) ou localidades dos espaços (pátios). A sua mobilidade é intensa. Acompanhá-los é, portanto, deslocar-se, perscrutando agentivamente os lugares, engajando-se com eles nas paisagens. Observá-los de perto é, assim, acionar formismos que expressam a proximidade-distância interespecies nos lugares praticados e, desta forma, tocar o tema da desestabilização dos limites, recolocando a condição de estranhamento do familiar (Velho, 1987) e das diferenças no cotidiano da cidade de Porto Alegre, das fronteiras acerca das espécies de companhia paisageira (mais ou menos selváticas, nem tanto domésticas) É um olhar estrangeiro sobre a vida no bairro do Lami. É compor paisagens coexistenciais.

Há momentos de forrageio, quando percorrem os meandros das copas buscando folhas, flores e frutos; de descanso (por vezes, estiram o corpo ao longo do galho deixando as patas suspensas, ou se agrupam tranquilamente na copa de uma árvore) e de jogos sociais como brincadeiras, afagos, *groomings* e, mesmo, de manterem-se suspensos pela cauda preênsil no cabo da fiação elétrica, num tipo de assembleia comunicacional. Existem muitas formas de interação do grupo entre si e deles com os outros.

As socialidades primatas não-humanas ocorrem em diversos lugares praticados pelos humanos, sejam eles públicos ou privados. Nem sempre os passantes se dão conta da presença dos macacos nos cenários no bairro, pois, geralmente, estão concentrados nos seus afazeres e não percebem o coletivo *Alouatta* em posições um pouco mais elevadas em relação aos seus horizontes de visão, ou devido ao fato de que os animais são muito discretos nas suas atividades, vocalizando pouco e, assim, permanecendo sem serem notados nos fios de luz ou nos galhos das

árvores. No entanto, se percebem os primatas, geralmente, param, comentam, fotografam, ou simplesmente admiram e seguem. Em poucas vezes se mostraram indiferentes.

Os vínculos naturezacultura e as figurações mais-que-humanas no Lami

No meu ponto de vista é preciso interagir e compartilhar o espaço com os bugios de forma lenta, com uma abordagem sensível (Sansot, 1979): jamais com movimentos bruscos. O silêncio é um vetor de relação que permite o diálogo pelo olhar, e os macacos barbados, por vezes, demonstram interesse ativo na interação com os primatas nus, porque observam e perscrutam o humano, avaliam a sua presença partir de seus mundos-próprios. As observações nos espaços do bairro deixam claro para mim que os coletivos *Alouatta* são muito curiosos acerca dos humanos e que se, por acaso, se sentirem seguros no lugar, estabelecerão interações proxêmicas de pouca distância, forrageando em lugares com presença de pessoas, onde atividades decorrentes do trabalho humano (e suas sonoridades urbanas) indicam certa flexibilidade por parte dos macacos na formação de coletivos híbridos no Lami.

Aqui é preciso pensar o deslocamento do lugar do observador, já que quem observa também é observado. Uma *eto-etnografia*, ou a aproximação da etologia à etnologia/antropologia, nos termos de Lestel (2006) e de Kohler (2015), exige um deslocamento do cogito e a aceitação de que os não-humanos e, especialmente, os bugios-ruivos, exercem as suas leituras/percepções em relação ao pesquisador/antropólogo, à sua maneira e mediante seus mundos-próprios. O encontro de primatas, de macacos e símios, é uma dança de ontologias, uma orquestração comum de alteridades em jogo. O encontro de miradas revela uma experiência de alteridade radical, de reciprocidades existenciais, até certo ponto, reencontradas. O potencial de re-situar o humano nas suas relações com outros entes, movidos por uma ecologia do sensível nas paisagens coexistenciais, produz pontes no sentido simmeliano (1996), como um valor estético que reúne termos dissociados, fundando uma ética de relação com as diferenças.

Somos nós, animais simbólicos, cujas ações destroem a continuidade de existências outras-não-humanas ao longo do tempo, que colocamos a vida em risco de extinção no Capitaloceno, que negamos, urbanamente, o diverso de si como imagem do selvático na cidade. Portanto, que inferiorizamos a natureza (a partir de certas ideias sobre ela) pela cultura (ligadas às ideias de cultivo e civilidade, por exemplo), ao mesmo tempo em que buscamos conservá-las. Enfim, que produzimos paradoxos.

Neste sentido, deslocar o humano não é assumir uma visada até certo ponto ingênua, uma ecologia biologizante, destituída dos dilemas (e tragédias) da cultura, bem como da empatia, pois é justo pelo olhar que nos olha (Berger, 2009) e nos significa no jogo social que devemos assumir a nossa participação mais-do-que-humana no mundo e escaparmos da insularidade demiúrgica (Morin, 1975). É necessário compreender as alteridades coexistenciais negociadas nas paisagens como expressões dos seres em relação entre si, onde, por certo, somos mais um no coletivo interespécies, mas com enormes dilemas ético-estéticos por estarmos *com* outros não-humanos no mundo. Sem isso, os bugios são « bichos », e não entes inteligentes, com agentividades, capazes de comunicarem as suas experiências sencientes e de indicarem a nossa instigante e/ou precária humanidade, quiçá nossa capacidade de repensá-la.

Os bugios podem ser *habitués* em certos pátios, indo em busca de alimentação e descanso, como vi na propriedade da família de Bárbara, ou seja, os lugares praticados pelos *Alouatta* podem ser aqueles da domesticidade das casas. Percebe-se que « o homem lento », no sentido de Sansot (2000), segue a rítmica e a *poiesis* dos lugares, suas atmosferas sensíveis, e se conecta aos bugios-ruivos, já que os macacos são muito flexíveis à interação humana. Há uma plasticidade possível de interações entre primatas humanos e não-humanos que nos « unem em separado » (Maffesoli, 1987). É certo que, se a ambiência e a espacialidade do lugar permitirem, determinadas relações de proximidade-distância se desdobram dentro de uma margem de negociações *humanimalis* nos usos do espaço físico (com seus entes e coisas associados sob a *forma pátio*), uma paisagem coexistencial que tensiona o doméstico e o selvático na capital.

O problema em torno da questão dos corredores ecológicos, ou ainda, de sua ausência diante da fragmentação das formações arbóreas,

revela-se um drama quando os galhos das árvores alcançam a fiação elétrica, incluindo a proximidade dos telhados que facilita as deambulações pela linha, o que permite o deslocamento de coletivos *Alouatta* « pelos fios », nem sempre seguros, se consideramos que a manutenção pela CEEE⁶⁷ não é regular. Os fios elétricos, especialmente os “gatos”, representam um perigo devido à possibilidade de choques elétricos que podem mutilá-los, ou mesmo, serem fatais⁶⁸. Atravessá-los, principalmente, para os infantes é muito arriscado (apesar das táticas maternas de estimulá-lo a percorrer a linha) e a presença de cães abaixo representa um problema palpável. Acompanhá-los na utilizando da fiação é fundamental para compreendermos as formas como se apropriam dos artefatos humanos no mundo urbano e como incorporam tais trajetos às suas intencionalidades junto à cidade. Os fios são linhas de fuga onde dimensões do devir *Alouatta* efetivam-se no mundo urbano, como necessidade e resistência à fragmentação do espaço. No entanto, precisamos oferecer a eles muito mais que as linhas de eletrificação urbana e seus « gatos », que acompanham o desmatamento. Os dilemas em torno da conservação dos bugios no Lami, em parte, residem na expropriação das populações humanas numa cidade com fortes assimetrias sociais: restam as várzeas, os loteamentos irregulares, a ausência de calçamentos junto às avenidas (que colocam humanos em perigo, como bugios em fios), esses espaços vernaculares onde as tensões socioambientais decorrem da urbanização desregrada e da ausência de políticas públicas de habitação, não contribuindo para o que deveria ser uma cidadania mais-do-que-humana.

As passagens de fauna, enquanto artefatos humanos de conservação, conectam-se às ramagens das árvores⁶⁹, mas também representam linhas de fuga e de repouso para os coletivos. « Na rua da Bárbara », uma família *Alouatta* dormiu na passagem de fauna colocada pelos técnicos do campo ambiental por, pelo menos, duas noites seguidas. For-

67 Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.

68 A eletrocussão recente (abril de 2020) de um bugio na rua Nova Olinda acarretou a mutilação de uma de suas pernas. A tragédia vivida por ele e por seu grupo durante os dias que antecederam a sua morte – já que permaneceu agonizante, sob o olhar de um indivíduo que o acompanhava numa árvore situada no terreno da esquina da José Bernardes com a Beira Rio - revela as dimensões do problema para a conservação de espécies-bandeiras no contexto de Porto Alegre.

69 « (...) na correlação entre divisão e reunião, a ponte acentua o segundo termo e supera o distanciamento das suas extremidades, ao mesmo tempo em que o torna perceptível e mensurável (...) a ponte, linha estendida entre dois pontos, prescreve uma segurança, uma direção absoluta... ». (Simmel, 1996 :p. 13)

maram o que parecia ser uma estrutura fofa de corpos peludos, que os protegeu na noite fria da « praia ». De qualquer maneira, a agentividade dos grupos *Alouatta* é uma forma inteligente de apropriação de artefatos sociotécnicos voltados à conservação, um corredor que pode propiciar repouso na paisagem, de enorme importância para a permanência da espécie no bairro do Lami, um dos signos de religação natureza-cultura nas temporalidades do Lami no Capitaloceno. Para Bateson (1978), seria o caso de se pensar na *saúde urbana* como um bem comum a todos os entes que praticam as cidades, buscando os padrões de união perdidos.

Referências

ARAÚJO, G. O. de. Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações. *Interseções*, Rio de Janeiro, 2(16): 354-378, 2014.

BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988a.

_____. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988b.

BARBER, M. The ecological *epoché*. *Civitas*, Porto Alegre, 3(17): 456-466, 2017.

BATESON, G. Os homens são como planta. A metáfora e o universo do processo mental. In: THOMPSON, W. I. *Gaia uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Gaia, 1990.

_____. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000 [1972].

BERGER, J. *Why look at animals?* Penguin Book, 2009.

BERQUE, A. Milieu et motivation paysagère. *Espace géographique*, 4(16): 241-250, 1987.

_____. *Médiance de milieux en paysage*. Paris: Éditions Belin, 2000.

_____. *El pensamiento paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

BLICHARSKA, M.; MIKUSINSKI, G. Incorporating Social and Cultural Significance of Large Old Trees in Conservation Policy. *Conservation Biology*, 6(28): 1558–1567, 2014.

BRENNER, N. The Urban Question as a Scale Question: Reflections on Henri Lefebvre, Urban Theory and the Politics of Scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2(24): 361-78, 2000.

BUSS, G. et al. A abordagem de espécie-bandeira na Educação Ambiental: estudo de caso do bugio-ruivo (*Alouatta guariba*) e o Programa Macacos Urbanos. In: GORCZEWSKI, C. (Org.). *Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente*, Porto Alegre: Evangraf Editora, 2007, pp.165 – 185.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CHAVES, O. M.; BICCA-MARQUES, J. C.; CHAPMAN, C. A. Quantity and quality of seed dispersal by a large arboreal frugivore in small and large Atlantic forest fragments. *PLoS ONE* 13(3): e0193660. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0193660>

COLLOT, M. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

CORBIN, A. *O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *L'homme dans le paysage*. Paris: Textuel, 2001.

COSGROVE, D. E. *Social formation and symbolic landscape. With a new introduction*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

D'ELBOUX, R. M. M. Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 26: 1-23, 2018.

DAMATTA, R. *A Casa e a Rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESCOLA, P. *Anthropologie de la nature*. Leçon inaugurale, Collège de France, 2001, <http://www.college-de-france.fr>

DOOREN, T. van.; ROSE, D. B. Storied-places in a multispecies city. *Humanimalia: a journal of human/animal interface studies*. 2(3): 1-27, 2012.

DUARTE, L. F. D. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. *Boletim do Museu Nacional*, 41:1-69, 1983.

DUARTE, R. H. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, 2(10): 25-44, 2007.

DUBIELA, D. “A FZB NÃO TEM PREÇO, TEM VALOR!” *Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2019.

DURAND, G. *Science de L’Homme et Tradition*. Paris: Berg International, 1979.

_____. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

ECKERT, C.; ROCHA, A.L.C. *Etnografia de rua*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ELIAS, N. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ESCOBAR, A. *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo?* pp. 113-143. www.clacso/espanol/html/libros/ander/6.pdf

FARAH, I. *Poética das árvores urbanas*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

FOOTE-WHYTE, W. *Sociedade da esquina. Estudo social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

FUENTES, A. Naturalcultural encounters in Bali: monkeys, temples, tourists, and ethnoprimateology. *Cultural Anthropology*, 25(4), 600-624, 2010.

GARCIA, C. M. *Ver o presente, revelar o passado e pensar o futuro: A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre – RS*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, 205p.

GRAVANO, A. *El barrio en la Teoría Social*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, E. T. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

HARAWAY, D. *Gender, race, and nature in the world of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

_____. *Manifeste des espèces de compagnie. Chiens, humains et autres partenaires*. Paris: Éditions de l'éclat, 2010.

HISTÓRICO – PLANO DE MANEJO DA REBIOJL, SMAM: Porto Alegre, 2019, Mimeo, 8ps.

HOUSEMAN, M.; SEVERI, C. Lecture de Bateson anthropologue. In: BATESON, G. *La cérémonie du Naven. Les problèmes posés par la description sous trois rapports d'une tribu de Nouvelle-Guinée*. Paris: Éditions Minuit, 1986, pp. 5-31.

HUMBOLDT, A. von. *Quadros da natureza*. Rio de Janeiro: W.W. Jackson, 1952.

INGOLD, T. *The Perception of the environment. Essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000a.

_____. An Anthropologist Looks at Biology. *Man*, 2(25): 208-229, 1990.

INGOLD, T.; PALSSON, G. (Eds.). *Biosocial Becomings*. New York: Cambridge University Press, 2013.

JORNAL DA USP. Relação de mutualismo entre figueiras e vespas tem nova fase revelada, 2018. <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/relacao-de-mutualismo-entre-figueiras-e-vespas-tem-nova-fase-revelada/>

KIRKSEY, E. *Emergent ecologies*. Durham and London: Duke University Press, 2015.

KOHLER, F. Antropologia e etologia: uma abordagem conceitual. *R@U*, 7 (1): 170-192, 2015.

KUAJARA, O. D. P. Cidade e meio ambiente: o Projeto Guaíba Vive. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, nº 20: 141-144, 1995.

LATOUR, B. *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoria Del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra. Memória e ritmos*. Vol. 1 e 2, Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1965.

LESTEL, D. Ethology and ethnology: the coming synthesis A general introduction. *Social Science Information*, 45(2):147-153, 2006.

_____. L'innovation cognitive dans des communautés hybrides homme/animal de partage de sens d'intérêts et d'affects. *Intellectica*, 1-2, 26-27: 203-226, 1998.

LOKSCHIN, L. X. et al. Power lines and howler monkey conservation in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. *Neotropical Primates* 14(2): 76-80, 2007.

LOWENTHAL, D. Past time, present place. Landscape and memory. *Geographical Review*, 65(1):1-36, 1975.

MA, W.J. et al. Coevolution of reproductive characteristics in three dioecious fig species and their pollinator wasps. *SYMBIOSIS*, 49: 87-94, 2009.

MAFFESOLI, M. *O Tempo das Tribos - O Declínio do individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. O poder dos espaços de celebração. Rio de Janeiro: *Tempo Brasileiro*, nº 116, 1994.

_____. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Écosophie. Une écologie pour notre temp*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2017.

MALDONADO, S. C. (Org.). *Georg Simmel: sentidos, segredos*. Curitiba: Appris, 2011.

MATURANA, H. "Estratégias Cognitivas" In: MORIN, E; PIATELLI-PALMARINI, M. (orgs.). *A Unidade do Homem: invariantes biológicos e universais culturais*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, v.II, 148-172, 1978.

_____. Conhecer o conhecer. *Ciência Hoje*, 14(84): 44-49, 1992.

MATURANA, H., VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases fisiológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, vs.1 e 2, 1974. [1950].

MENEGAT, R.; PORTO, M. L.; CARRAO, C. C. (Org.). *Atlas ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

MORIN, E. *O enigma do homem. Para uma Nova Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MOORE, Jason W. (Ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: Kairos Books, 2016.

_____. El auge de la ecología-mundo capitalista (I). *Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima*. *Laberinto*, 38: 9-26, 2013a.

_____. El auge de la ecología-mundo capitalista (II). *Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima*. *Laberinto*, 39: 21-29, 2013b.

NEVES, A. A. O casarão dos Bernardes: um pedaço de Porto Alegre do século XX. In: VIANA, M. et al (Orgs.). *O historiador e as novas tecnologias – reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do sul, 2015, pp.141-50.

OLIVEN, R. G. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *A Antropologia de Grupos Urbanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, T. da S. *Ecologia Cognitiva e Forrageamento de Alouatta guariba clamitans Cabrera, 1940: Os Bugios Ruivos Possuem Mapas Mentais?* Dissertação de Mestrado/PUCRS, Porto Alegre, 2008, 100pp.

PÉTONNET, C. L'Observation flottante. L'exemple d'un cimetière parisien. *L'Homme*, 22(4):37-47, 1982.

PICOLLI, L. (Coord.). *Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre*. SMAM: Porto Alegre, 2007, 36p.

PORTO ALEGRE. *Diretrizes de Manejo da Reserva Biológica do Lami*. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Porto Alegre: 1979.

PRINTES, R. C. *Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami*. Porto Alegre: SMAM, 2002.

RABINOW, P. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.

RAPCHAN, E. S. Casas, espaços públicos e parques – o caso entre os macacos-prego e a cidade em Maringá. *Iluminuras*, 42(17): 350-371, 2016.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. In: Cadernos Documentos Históricos, nº 31, São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2005[1954], 39pp.

RECHENBERG, F. “Vamo falá do nosso Lami”: estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2007

ROCHA, A. L. C. da. *Le Santuaire de désordre: l'art de savoir vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques*. Paris V, Sorbonne, 1994.

ROCHA, A. L. C. da.; ECKERT, C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.

_____. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

ROSE, D. B.; TSUMURA, Y. Flying Fox: Kin, Keystone, Kontaminant. *Mana*, 2(22): 175-190, 2010.

SANSOT, P. *Les formes sensibles de la vie sociale*. Paris: PUF, 1979.

_____. *Variations paysagères*. Paris: Klincksieck, 1983.

_____. Mémoire collective et perdurances urbaines. Nîmes inondée. *Les Annales de la Recherche Urbaine*. 42: 5-10, 1989.

_____. *Poétique de la ville*. Paris: Petite bibliothèque Payot, 1996.

_____. *Du bon usage de la lenteur*. Paris: Payot et Rivages, 2000.

SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, H. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 32 (15):171-188, 2009.

SILVEIRA, F. L. A. da. *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. PPGSA/UFRGS, 2004.

_____. Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do patrimônio urbano no contexto amazônico. *Antíteses*: Maringá, 7(14): 230-57, 2014.

_____. As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica. *Iluminuras*, Porto Alegre, 42 (17): 288-315, 2016.

SIMMEL, G. *La tragédie de la culture*. Paris: Editions Rivage, 1988.

_____. A Ponte e a Porta. *Política & Trabalho*. João Pessoa, 12: 10-14, 1996.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 83-104.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

UEXKULL, J. V. *Dos animais e dos homens*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1933.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.

_____. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000. p.80-103.

ZUMTHOR, P. *Introdução à Poesia Oral*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

WAGNER, H. (Org.). *Fenomenologias e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Eds., 1979.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: COSAC NAIFY, 2010.

WUNENBURGER, J-J. A árvore de imagens. *Intexto*, Porto Alegre, 41:58-69, 2018.

CAPÍTULO 3

“A RESERVA É NOSSA”: EMBATES E PERTENCIMENTOS EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO BAIRRO LAMI

Fernanda Rechenberg

Temos aprendido, nas últimas décadas, que a questão ambiental mobilizadora de debates públicos não existe *a priori*, mas compreende um conjunto de práticas, habilidades e políticas, no âmbito de diferentes éticas de ação e de relação no mundo vivido. Há quinze anos, iniciava meu percurso como antropóloga no estudo etnográfico sobre memória, cotidiano e meio ambiente em um bairro do extremo sul porto-alegrense⁷⁰. A pesquisa mobilizava a categoria meio ambiente para compreender os possíveis conflitos no modo de vida diverso das aglomerações urbanas das áreas centrais. Em um cenário de praias balneáveis, pesca e ruralidades, escutei narrativas dos antigos face ao ritmo dos tempos que traziam a luz elétrica, o aterramento das margens lacustres, o partilhamento dos terrenos, a deposição de lixo, a indústria e o emprego precário, o asfaltamento das vias de acesso e a vinda de novos moradores. Apreendi o conhecimento tático dos moradores frente aos desafios de habitar áreas alagadiças que anualmente recebem a visita da enchente, as mobilizações comunitárias e um persistir coletivo no lugar conhecido como o “nosso Lami”.

Nesse bairro, uma área delimitada destina-se à preservação de espécies endêmicas da região do extremo sul da América do Sul: a Reserva Biológica do Lami, rebatizada em 2004 com o nome do conhecido ambientalista gaúcho José Lutzenberger, criada em 1975 e que concentra hoje uma área de 204,04 hectares. Situada na principal via de acesso à praia do Lami, a reserva enquadra-se na categoria mais restritiva das unidades de conserva-

⁷⁰ Pesquisa realizada, no mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2005 e 2007, orientação da Profa. Cornelia Eckert. As fotografias deste artigo foram produzidas durante a pesquisa pela autora. Ver Rechenberg (2007).

ção⁷¹, proibindo a visitação pública, exceto em atividades educacionais e de pesquisa científica. No ano de 2006, um episódio ganhou os contornos do que, na época, interpretei como um conflito socioambiental, com a mobilização de um grupo de moradores pela saída da, então, diretora da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger (RBLJL), que havia assumido há cerca de um ano, propondo ações disruptivas à gestão anterior. Mais especificamente, essas ações referiam-se ao descumprimento do plano de manejo participativo, elaborado em 2002, o qual, segundo a administradora, não seguia as diretrizes de uma reserva biológica. Em um momento que considero propício⁷², revisito o episódio da audiência pública realizada em setembro de 2006 na Casa Verde, sede da RBLJL, em que busquei etnografar o conflito socioambiental (Little, 2006) que se colocava entre um grupo de moradores e a administração da reserva. Proponho, a partir desse episódio, refletir acerca das políticas de controle dos ambientes ditos naturais, considerando as relações interespecíficas em um lugar taticamente “possuído” (Mayol, 1996) por seus moradores.



1



2



3

71 Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Art.10, “a reserva biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (Ministério do Meio Ambiente, 2006).

72 Em agosto de 2020, uma nova mobilização reunindo moradores, ambientalistas e pesquisadores da universidade toma forma. Dessa vez, em protesto contra a repentina saída da atual diretora, que é realocada, sem aviso prévio, em um setor de fiscalização ambiental. Ver: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/moradores-do-lami-se-manifestam-contra-sa%C3%ADda-de-diretora-de-reserva-biol%C3%B3gica-jos%C3%A9-lutzenberger-1.467613>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

Situando o conflito

A ambiência pacata do final de tarde em um dia de semana no Lami pouco deixava entrever a tensão que mobilizaria os moradores em poucas horas. Alguns cartazes espalhados nas proximidades da reserva davam o tom da nova situação que se instaurava. A Casa Verde, costumemente fechada, estava com as portas abertas nesse dia. Próximo à reserva, alguns moradores já se reuniam, conversando e preparando os cartazes que seriam empunhados na reunião.

Em cerca de meia hora, o pátio da reserva estava tomado de pessoas: moradores, representantes de secretarias, entidades do poder público municipal, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e policiais da Brigada Militar. O clima tenso que antecedia a audiência era descontraído pelo encontro entre os moradores que, naquela circunstância, apresentavam-se como “a comunidade do Lami”⁷³, identificados em uma luta comum.

A audiência pública, no dia 12 de setembro de 2006, foi o ponto culminante de uma série de desentendimentos entre a nova administração da reserva e os moradores locais, envolvendo principalmente a restrição no uso da Casa Verde, sede da RBLJL. Desde a entrada da nova administração, em 2005, alguns moradores ensaiavam um protesto contra as modificações nas diretrizes da unidade de conservação, que agora seguiam à risca as determinações legais de uma reserva biológica, onde a presença do homem é permitida em casos bastante específicos. A proibição da realização das aulas do MOVA⁷⁴, no auditório da Casa Verde, foi a principal queixa dos moradores que, por meio de um abaixo-assinado escrito à mão, pediam a substituição da administradora. A partir disso, a tentativa de ajustamento do plano de manejo com as diretrizes restritivas da modalidade de reserva biológica foi concomitantemente sendo respondida pela comunidade. Através de abaixo-assina-

73 O termo “comunidade” faz alusão à identidade política evocada por um grupo de moradores na ocasião do conflito na RBLJL, sendo acionada também em outros contextos reivindicatórios (como o abastecimento de água, o saneamento, o aumento nas rondas policiais, a frequência dos ônibus etc.) em que se faz necessária a existência de uma “comunidade” como um grupo coeso e politicamente articulado, a despeito da existência de múltiplas diferenciações internas.

74 O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) foi criado no Brasil em 1989, com o objetivo de combater o analfabetismo e assegurar a escolarização de jovens e adultos. O programa funciona através de convênios entre prefeituras, entidades assistenciais e organizações diversas da sociedade civil. Em Porto Alegre, foi implementado em 1997 pela Secretaria Municipal de Educação. As aulas são ministradas por educadores populares da própria comunidade onde o programa está sediado.

dos, os moradores tentavam exprimir seu descontentamento diante do progressivo fechamento da reserva. A situação avançou para a abertura de um inquérito civil, em fevereiro de 2006, pelo antigo administrador da reserva junto ao Ministério Público, referente ao descumprimento do Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami⁷⁵.

A alteração das diretrizes do plano de manejo pela nova administração visava “corrigir” uma excessiva abertura da unidade de conservação à população do Lami cujas atividades no espaço da reserva eram contempladas no documento. No plano de manejo constava o uso da Casa Verde pela comunidade, legitimando a localização da Farmácia Caseira Comunitária e do MOVA na sede da RBLJL, o que resultava em uma circulação contínua dos moradores nessa área. No zoneamento proposto pelo referido plano, a Casa Verde situa-se na área de uso intensivo⁷⁶, localizando-se bem próxima da rua e representando uma parcela mínima da totalidade da área protegida.

Se, por um lado, o conflito se pessoalizava⁷⁷ na divergência entre duas administrações da reserva, duas competências profissionais e distintas maneiras de gerenciar unidades de conservação de categorias restritivas, como a reserva biológica, por outro lado, conseguia repercussão junto a diversos atores sociais como ONGs, associações de moradores, pesquisadores de universidades e até mesmo diferentes esferas do poder público municipal, estadual e federal, que mantinham posicionamentos contraditórios a respeito.

No âmbito local, o conflito ganhava contorno nas expressões concretas, onde as transformações nas diretrizes da atual administração atravessavam diretamente o cotidiano de determinados grupos de moradores. Um exemplo foi o documento assinado por um grupo de pescadores vinculados à Colônia Z4⁷⁸, em março de 2006, expressando

75 Conforme o Inquérito Civil PI 035/2006, o referido plano de manejo fora cunhado como participativo por ter sido elaborado com a presença da comunidade em diversas reuniões, através de uma “metodologia de consenso” (PRINTES, 2002). O inquérito apoia-se no SNUC, que determina a vigência de 5 anos até que seja feita uma revisão do plano. Nesse caso, o plano havia sido concluído em 2002 e teria, por lei, sua vigência garantida até o ano de 2007.

76 De acordo com o zoneamento proposto pelo referido plano de manejo, a zona de uso intensivo da Reserva Biológica do Lami compreende: “a) a Casa Verde e seu quintal, incluindo o viveiro de mudas nativas, o canteiro de plantas medicinais e a horta demonstrativa; b) a Estação Meteorológica” (PRINTES, 2002).

77 O inquérito apresentava um boletim de ocorrência de um funcionário da reserva que acusava o antigo administrador de tentativa de suborno para que ele difamasse a administração atual. A ocorrência foi anexada ao inquérito sem, no entanto, ganhar maiores dimensões devido à falta de provas.

78 Colônia de pescadores sediada em Itapuã (Viamão – RS) e que acolhe grande parte dos pescadores profissionais de Porto Alegre, especialmente da Zona Sul.

o descontentamento com a mudança da demarcação nas águas da praia do Lami. A demarcação antiga, negociada com os pescadores na construção do plano de manejo, e que previa a distância de 150 metros da costa, foi alterada para 400 metros, o que, segundo os pescadores, prejudicava a navegação na região. Outra reivindicação dos pescadores referia-se às restrições à prática de atracar as embarcações no trapiche situado nos limites da reserva. Tal hábito garantia a segurança dos barcos, especialmente nos períodos de verão, em que a circulação de pessoas de fora do bairro era maior. Na carta, os pescadores também relatavam os constrangimentos sofridos por um pescador profissional do Lami que, desrespeitando a nova demarcação, havia sido conduzido a terra pela administradora e por policiais militares, passando por um extenso interrogatório e sendo expulso da reserva.

O conflito culminou com o fechamento, em meados de 2006, da “farmacinha”, após uma inspeção com representantes do Conselho Regional de Farmácia e da Vigilância Sanitária. A “farmacinha”, como era conhecida a Farmácia Caseira Comunitária do Lami⁷⁹, reunia um grupo de mulheres que manipulavam fitoterápicos, prestando atendimento ao público semanalmente. A “farmacinha” havia sido inserida no plano de manejo da reserva após funcionar alguns anos na casa de uma de suas fundadoras, possuindo, desde então, um espaço na Casa Verde com pia, armários, secador de ervas, entre outros instrumentos e materiais necessários para a fabricação de tinturas e pomadas. No Lami havia grande procura por esse atendimento, já que, no bairro, a presença de farmácias era esporádica. Essa situação, aliada à baixa renda dos moradores e à grande demanda de atendimentos do posto de saúde local, criava laços entre o posto de saúde e a “farmacinha”, tornando-se esta uma aliada⁸⁰ dos funcionários do posto na prevenção de enfermidades através dos fitoterápicos. Em conversa com funcionários do posto, médicos e enfermeiros comentaram a dificuldade em se trabalhar ali: muitos tratamentos não podiam ser realizados no local e, além da demora no encaminhamento para especialistas, boa parte dos moradores não

79 A Farmácia Caseira Comunitária do Lami era vinculada ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entidade que apoia e dá subsídio aos aspectos legais no manuseio das ervas para a confecção dos remédios caseiros, fomentando a prática de uma medicina alternativa.

80 Em alguns eventos do Posto de Saúde, as mulheres da “farmacinha” eram chamadas a palestrar sobre ervas medicinais e prevenção caseira de doenças.

podia sequer pagar a passagem para se deslocar até o centro da cidade. Os médicos do posto tinham conhecimento da existência da “farmacinha” e não faziam objeção quanto ao seu funcionamento, que oferecia um tratamento complementar ao alopático.

A “farmacinha” já estava, desde a entrada da nova administradora, perdendo espaço e certa autonomia, até então mantidas dentro da Casa Verde. Pouco a pouco, as mulheres que ali trabalhavam tiveram restritos os seus dias de trabalho, perdendo o direito à chave da reserva e da sala, podendo reunir-se apenas nos dias oficiais de atendimento, às terças-feiras. Essas restrições faziam com que os funcionários da reserva, velhos conhecidos das mulheres nas redes de sociabilidade do bairro, precisassem impedir sua entrada, mesmo lamentando a situação.

Após um ano de pesquisa de campo, já inserida em uma rede de relações dos moradores antigos do Lami, pude perceber como as “táticas” (Certeau, 1994) de mobilização para fortalecerem uma voz política nas audiências e reuniões conseguiam reunir um grande grupo de moradores capazes de “exigir os seus direitos” diante da presença do poder público municipal. A produção de pequenos folhetos e a distribuição de cartazes nos mercados não foram as únicas táticas acionadas. Dona Maria, uma senhora idosa e bastante popular no bairro pela venda de suas rapaduras e cocadas, percorreu longas distâncias, entregando pessoalmente os convites para as reuniões, a fim de que uma parte significativa dos moradores do Lami comparecesse. Em uma das reuniões, uma mulher jovem com o filho no colo pediu que a discussão fosse encaminhada de forma mais objetiva, pois ela tinha de cuidar dos filhos e só estava ali em consideração ao pedido de Dona Maria. O “boca a boca” é a forma de comunicação mais efetiva e eficaz no Lami, ao passo que aciona redes de relações específicas no bairro, em uma comunidade afetiva, mobilizada na composição de um corpo coletivo político. Essa forma de comunicação, em “o que é dito” importa tanto quanto “quem diz”, mostra um pouco da proximidade das relações e de como elas são construídas a partir de sua localização em uma rede. Em contraposição, era perceptível como as estratégias de propaganda das reuniões na Casa Verde por parte da administradora, feitas através de cartazes, divulga-

ção em grandes jornais ou pela via da associação de moradores⁸¹ eram ineficazes, na medida em que ela própria não estava inserida nessa rede de relações.



4



5

Buscando entender os contornos deste conflito socioambiental em seus interstícios para indagar sobre as conexões entre os grupos e os atores sociais envolvidos no processo (Little, 2006), percebia que o embate de forças na reserva colocava-se nos termos da relação indivíduo/natureza e, mais amplamente, das noções de espaços urbanos *versus* espaços naturais na cidade, ainda que sustentadas em desgastadas dicotomias e oposições. Alguns meses antes da ocasião da audiência, quando o conflito era percebido apenas nos interstícios do cotidiano dos habitantes, tive a oportunidade de visitar a RBLJL para fazer algumas gravações em som⁸². Nesse dia, em conversa com a administradora, ela apresentou alguns de seus pressupostos para gerenciamento das unidades de conservação. Apesar da localização da reserva, em plena área urbana e sem zona de amortecimento, o que coloca a RBLJL em uma situação singular frente à lei, percebia que, na fala da administradora, havia pouco ou nenhum espaço para a interpretação da generalidade das diretrizes traçadas pela lei. Segundo ela, fazia-se urgente a conscientização dos moradores, principalmente os vizinhos e residentes em áreas linde-

81 A Associação de Moradores do Lami, com um histórico bastante atuante no bairro, encontrava-se nessa época deslegitimada pela maior parte dos moradores. Conforme alguns relatos, a atual diretoria havia criado procedimentos que dificultavam a participação, como a cobrança de mensalidades. Isso deixava de fora a maior parte da população do Lami e constituía interesses políticos divergentes entre a “comunidade” e a associação. Tal divergência ficou evidente com a ausência do presidente e representante da associação na audiência pública do dia 12 de setembro.

82 Interessada nas sonoridades que remetessem às características de um ecossistema específico no qual se situa o Lami, povoado por bugios, tarrãs, capivaras e diversos tipos de pássaros, foi surpresa ao escutar, junto às sonoridades da fauna, a intermitente presença dos cachorros, caminhões de feira e aviões atravessando esse espaço sonoro, pretensamente natural.

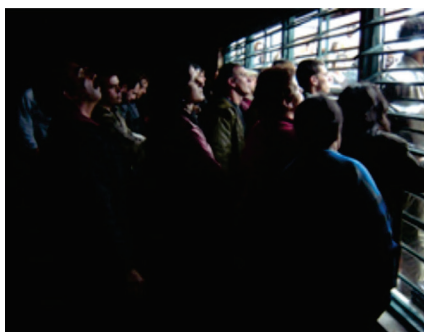
ras aos limites da reserva, sob o risco de comprometer o ecossistema natural. As práticas dos moradores demonstravam, do ponto de vista da administradora, uma “falta de consciência” em relação à importância do ambiente em que viviam. A administradora referia-se às práticas urbanas próprias de uma lógica do doméstico e da bricolagem que configuram o viver-habitar-trabalhar no Lami, como a acumulação de objetos, ou ainda “ferro-velho”, nos pátios das casas situadas próximas aos limites da reserva. Nos termos de Fredrik Barth (2000), diante deste cenário cultural sincrético, o qual pode ser bastante desconfortável para o saber técnico-científico, tende-se a reforçar a consistência e coerência da cultura como um *corpus* unificado de símbolos compartilhados. A ideia de uma “falta de consciência” evocada no discurso de proteção ambiental sugere a necessidade de práticas de espaço desejáveis e de pautas disciplinadoras diante da diversidade aparentemente desconexa de atividades destes bairros.

O conflito, forma particular de coesão e reafirmação do laço social (Simmel, 1983), dava a um grupo de moradores do Lami os contornos de uma “comunidade”, que instituíam um grupo social coeso e homogêneo diante de um objetivo geral e reivindicatório às instituições representativas do poder público municipal: “transferir a diretora”. Mais especificamente, a situação de conflito revelava a impossibilidade do não-enfrentamento e a obrigatoriedade do confronto entre posições divergentes, no âmbito dos saberes técnico-científicos, institucionais e locais. Nesse contexto, se a ideia de “transferir a diretora” soava como uma alternativa que agradaria à “comunidade”, informava-nos também da impossibilidade de situar a administradora da reserva nos laços sociais e afetivos do bairro. Esse desafio, de acordo com os depoimentos, não mudaria, mesmo com a renegociação das novas diretrizes na gestão da reserva, ou seja, a retomada do MOVA e das atividades da “farmacinha”, a redefinição dos marcos para a colocação das boias ou o retorno das atividades de reuniões no auditório da Casa Verde.

Na audiência: posições e divergências

12 de setembro de 2006. Audiência pública. Além dos moradores, da atual administradora, da promotora pública e do secretário do meio

ambiente, estavam presentes representantes de diversas instituições e entidades, como secretarias municipais, ONGs, diretórios acadêmicos, conselhos municipais, entidades de classe, entre outros. A audiência pública tinha o objetivo de ouvir as partes envolvidas, na tentativa da promoção de um acordo entre elas.



6



7

Com o auditório da Casa Verde lotado, a audiência iniciou, presidida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente. Cumprimentando a todos e dando as “boas-vindas” à reserva, o secretário tornou clara a pertença da RBLJL e da Casa Verde às esferas institucionais, mais especificamente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), órgão responsável pelo gerenciamento das unidades de conservação do município. Nesse espaço, os moradores e os demais presentes eram “os convidados”. Abrindo a reunião, o então secretário fez uma explanação que buscava enfatizar as ações da SMAM em melhorias e aportes de recurso à reserva, incluindo seu engajamento pessoal na unidade de conservação. Essas ações referiam-se à possibilidade de ampliação da área em 140 hectares, recuperação do barco e da balsa da unidade de conservação, aquisição de veículo, rádios, lanternas, uniformes e aumento no número de guarda-parques, ações essas direcionadas ao incremento na fiscalização de práticas ilegais da área protegida. O secretário ressaltou ainda as ações feitas pela secretaria na praia do Lami, com a recuperação das churrasqueiras, bancos e *playgrounds* da área de lazer vicinal à reserva. Por fim, destacou a elaboração de um vídeo institucional educativo que seria distribuído nas escolas e na comunidade para promover uma conscientização sobre a importância dessa reserva.

Em tom de prestação de contas à comunidade presente no auditório sobre o empenho da atual Secretaria do Meio Ambiente, a fala do secretário apontava para uma multiplicidade de questões envolvendo as políticas públicas e a ambígua função social que cumpre o bairro Lami na cidade de Porto Alegre. Do lado do poder público municipal, a ênfase dada às atividades de fiscalização e compra de equipamentos confirmam a importância da estruturação interna da reserva nos moldes de um modelo⁸³ de natureza preservada, dados os desafios da manutenção de uma unidade de conservação em espaços urbanos, como é o caso da RBLJL. A praia do Lami, como um espaço de lazer na cidade a ser mantido e preservado, também está sujeita à normatização por parte do poder público que assegure a continuidade, tanto de sua função social como de seu ecossistema. No entanto, a convivência de espaços tão díspares no que diz respeito à presença humana, como a praia do Lami e a RBLJL, na qual a primeira representa um polo atrativo para uma população de baixa renda na cidade e a segunda um núcleo restritivo à circulação humana, ocasiona divergências no próprio interior do poder público municipal, em que as funções de preservação e de uso intensivo não coexistem sem conflitos. A existência de uma unidade de conservação destinada à preservação da natureza, diante da qual a degeneração decorrente das ações do homem é mantida à distância, em meio a um espaço densamente utilizado em determinado período do ano, apresenta-se como uma contradição e um desafio para o próprio poder público municipal. Neste sentido, o uso intensivo da praia do Lami no período do verão necessita de uma normatização para atenuar a deposição de lixo no balneário, a possibilidade de incêndios em decorrência do preparo de comidas junto às árvores e o uso de arbustos como banheiros. A colocação de lixeiras, churrasqueiras, banheiros e a intensa fiscalização da praia no período do verão são algumas das estratégias lançadas pela prefeitura de forma a conter a degradação ambiental decorrente do grande fluxo turístico local, turismo este caracterizado por uma desordem que resiste à normatização do uso do espaço.

De outro lado, entre os moradores mais antigos, o advento do calçadão e do regramento do uso da orla, com a criação de espaços de lazer,

83 Ana Godoy (2000) problematiza a constituição das unidades de conservação a partir de um modelo específico, o qual “explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como reprime a invenção de um conceito de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo de seu processo de construção” (Godoy, 2000:01).

são apontados como fatores que “estragaram” a praia do Lami, trazendo um público novo e estranho às temporadas de veraneio. Para esses moradores, há um declínio na qualidade dos veraneios, que, associada a uma idealização de um tempo passado, confere à praia do Lami uma característica decadente nestes novos tempos. Contrapondo as “melhorias” da praia e da reserva ao “estrago” percebido pelos moradores, é importante pontuar o caráter extra-local das ações do poder público municipal no bairro, que coloca o Lami como um bairro cuja função social na cidade volta-se, em boa medida, para alhures das práticas de seus moradores.

A importância da reserva, bastante pontuada pelo secretário ao longo da audiência, relaciona-se a uma projeção do ecossistema e das ações municipais de proteção à natureza, direcionada à cidade, ao estado, ao país e ao mundo. A unidade de conservação, neste sentido, possuiria o caráter genérico de um “modelo” isento dos contextos socioculturais locais envolvidos em sua constituição, desde a sua criação, em 1975, até os dias de hoje. Essa mesma perspectiva estava presente na fala da administradora da reserva, que fez uma breve apresentação institucional da RBLJL, comentando os objetivos e as ações implementadas desde o início de sua gestão. Ao iniciar a apresentação, a administradora enfatizou as características da reserva biológica e suas restrições à presença do homem:

É importante salientar que, nas reservas biológicas, é proibida a visitação pública, excetuando-se, obviamente, aquelas com objetivos educacionais e propostos nos programas de manejo. Bom, os objetivos de uma reserva biológica, como nós anteriormente estávamos falando, é preservar todo o seu atributo natural e seu entorno e desenvolver os objetivos primordiais, que são a educação ambiental e a pesquisa científica⁸⁴.

O momento da fala da administradora foi o mais conturbado da audiência pública. Logo no início de sua apresentação, o projetor onde seriam mostradas as imagens e os textos explicativos de seu trabalho na RBLJL falhou. O visível constrangimento da administradora diante da

84 Fala da administradora durante a audiência pública, realizada em 12 de setembro de 2006. Gravação e transcrição feitas pela autora.

situação foi acompanhado da insistência, por parte dos moradores, para que ela falasse sem o uso do equipamento. Ânimos exaltados, o conflito ia tomando a forma de um embate de vozes, por vezes discordantes, por vezes ressoando em uníssono.

A apresentação da administradora buscou justificar, pela via do amparo legal, o caráter disruptivo das ações implementadas na reserva, salientando diversas vezes as melhorias que haviam sido feitas desde o início de sua gestão, como a aquisição de equipamentos, o aumento da fiscalização, o controle da invasão de gado das fazendas lindeiras à área da reserva e os projetos educativos. A apresentação seguia com os comentários paralelos do público, que discordava de alguns pontos e das melhorias por ela comentadas, enfatizando que a apresentação não era novidade: reivindicavam a anterioridade de um saber local e territorializado.

Encerrada a conturbada apresentação da administradora, a audiência pública propriamente dita teve início com as inscrições por parte do público para relatar as queixas contra a atual administração, já que o objetivo desse fórum era de que a promotora escutasse a comunidade envolvida. Para cada menção à administradora da reserva, ela possuía direito de réplica, e cada pessoa por ela mencionada teria direito à tréplica. Nesta dinâmica, a mesa reunia dez inscrições para que fosse dado o direito à réplica, o que dava à comunidade a possibilidade de reunir um grande número de reclamações, até que fossem respondidas pela administradora.

A primeira inscrição foi feita por Getúlio, morador do Lami, que, nos cinco minutos destinados à sua fala, fez a seguinte explanação:

Eu gosto de falar olhando no olho de todo mundo. É um sinônimo de franqueza. Por que que eu me inscrevi por primeiro, por que que eu estou aqui... porque esta casa, ela foi construída para a comunidade do Lami e a reserva biológica. Em primeiro lugar, para a comunidade do Lami, em segundo, para a reserva biológica. Eu construí aquele casarão de pedra que tá lá, eu, Getúlio Ramos, construí, para trabalhos laboratoriais, da Reserva Biológica do Lami. Segundo uma pergunta, uma questão: abril de 71 eu vim morar aqui em frente, Otaviano José Pinto (...), tá ali, secretário de associação, presidente, vice-presidente,

delegado do orçamento participativo... o meu sinônimo: eu me chamo comunidade. Por que que eu não fui convidado pra estas reuniões? [aplausos] Terceira questão: plano de manejo: dois anos pra ser elaborado, para ser respeitado por 5 anos, por que este plano de manejo não pode ser respeitado durante 5 anos, tem que ser interrompido no terceiro ano? [aplausos] Isto são apenas questões que nós precisamos fazer uma reflexão muito grande. Não quero desmentir ninguém nem chamar ninguém de mentiroso, porque não é do meu feitio. Mas existe muitas questões aqui que vocês vão sair daqui pensando muito bem o que que tá acontecendo conosco pra mobilizar uma comunidade desta envergadura, deste tamanho, que não cabe aqui dentro, tem pessoas do lado de fora, tem muito mais gente do lado de fora do que aqui dentro! Por que que estão aqui? Será que estão contentes com esta nova administração? É apenas pra reflexão, nós temos aqui o Ministério Público, nós temos o secretário do meio ambiente, são autoridades que merecem respeito e todo nosso carinho. É para eles que nós estamos nos dirigindo. Estou olhando nos olhos de vocês com a franqueza que me é peculiar, mas estas palavras estão sendo dirigidas ao Ministério Público e ao nosso secretário do meio ambiente. Porque nós somos amantes do Lami, nós amamos o Lami, nós criamos raízes no Lami. [aplausos] Enquanto se mostra uma fotografia de um ratão morto, eu trago 500 fotografias de seres humanos mortos no meio da estrada, atropelados por carro, por qualquer coisa que seja. É muito fácil trazer uma fotografia de um ratão morto, e condenar a quem? Atribuir isso a quem, a quê? Quem está pagando o pato? A comunidade do Lami, as pessoas que moram no entorno da reserva, que ajudaram a elaborar este plano de manejo que ainda está em vigor, e ajudaram a preservar a nossa reserva do Lami, porque ela é nossa, não é do Seu Fogaça⁸⁵, não é do... não é de ninguém, é da comunidade do Lami, em primeiro lugar... de Porto Alegre, do RS, do Brasil e do mundo! Mas, se nós não soubermos cuidar da nossa casa, não soubermos cuidar do nosso ambiente, da nossa comunidade, como é que nós vamos cuidar do mundo? Não podemos. Era só isso que eu queria dizer. Então, fica a questão: por que que esse povo todo está aqui hoje? Por que que está contente com essa nova administração?"

85 José Fogaça, prefeito de Porto Alegre no período de 2005 a 2010.

O “não” foi respondido em uníssono pela maior parte da plateia que lotava o auditório da Casa Verde. A fala de Getúlio, como de todos os que depois falariam a favor da comunidade do Lami, foi seguida de aplausos entusiasmados. Embora não se refira especificamente às restrições impostas pela atual administração a respeito da entrada de moradores na área da reserva, como fariam outros moradores inscritos após ele, Getúlio deu forma à voz política da “comunidade” do Lami, ressaltando a co-participação na consolidação da reserva. Representando um grupo de moradores que “amam o Lami” e que ali criaram suas raízes, Getúlio invertia a premissa da universalidade das unidades de conservação ao ressaltar que a reserva pertence, em primeiro lugar, à comunidade do Lami. Em sua fala, ficava evidente o sentimento de que as mudanças no plano de manejo deslegitimam a atuação da comunidade no cuidar deste bem comum. Essa sensibilidade ecológica dos moradores havia sido valorizada na realização do plano de manejo participativo, com a escuta e o debate coletivo como definidores de escolhas em torno do gerenciamento da unidade de conservação. À medida que novas decisões institucionais - definidas alhures - irrompiam no cotidiano dos moradores sem um processo de negociação, suas habilidades construídas em ação contínua no ambiente vivido, tendo em vista as décadas de moradia no Lami e as “raízes” ali criadas, pareciam constituir mais um empecilho do que uma aliança na gestão da área.

Depois de Getúlio, seguiram-se as falas do antigo administrador da reserva, de professoras, ex-estagiários da reserva, funcionários atuais e antigos, pescadores e ex-alunos do MOVA, como Dona Maria. O clima tenso era descontraído pela forte coesão do grupo, unido diante do espaço legítimo de escuta. As reclamações acerca das ações da nova administração intensificavam-se, construindo rapidamente um cenário em que a autoridade da administração era questionada, frente à surpresa do secretário diante da gravidade da situação de afastamento e do descontentamento dos moradores locais.

Todas as mudanças levadas a curso apoiavam-se na justificativa de que o plano de manejo estava em desacordo com a categoria de reserva biológica na qual se inseria a RBLJL. A reserva biológica situa-se como a modalidade mais restritiva das unidades de conservação, restringindo, portanto, a presença do homem em benefício do ecossistema. Sendo assim, o

fechamento da reserva às atividades dos moradores era acompanhado de um incremento no aparato técnico da unidade de conservação, com a compra de novos equipamentos e diversas ações, no sentido de ampliar e tornar mais eficaz a fiscalização nos limites da reserva contra a realização de “crimes ambientais”, como a caça de animais nativos, prática bastante comum na região. A partir desse ponto de vista, a proteção de uma natureza cercada pelos limites da reserva encontra seu principal desafio no estancamento das práticas humanas responsáveis pela degradação do ambiente.

O conflito expunha os desacordos no reconhecimento de éticas diferenciadas, nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), na medida em que a ideia da existência de ilhas ou pedaços do mundo natural em meio à civilização urbano-industrial, destruidora por excelência da natureza preservada (Diegues, 1994), impunha uma consciência planetária disciplinadora às práticas cotidianas de cuidado e preservação da vida. Essa crença na existência de pedaços do “mundo natural” ancorava-se no pensamento de que o homem poderia desfrutar das paisagens naturais para aliviar-se das tensões da cidade, das mazelas oriundas da “vida psíquica” (Simmel, 1967) das grandes metrópoles. Na nostalgia de uma natureza intocada (Diegues, 1994), as paisagens naturais passam a ser um valor desejável pela sociedade⁸⁶.

Alguns autores apontam para a indissociabilidade entre natureza e percepção humana e o caráter inventivo e retórico do conceito de paisagem (Cauquelin, 2003, 2007; Schama, 1996)⁸⁷. Os estudos de Georg Simmel (1996) acerca da impossibilidade das formas puras revelam que o processo de engendramento da paisagem envolve um ato de espírito através do qual o homem modela um grupo de fenômenos para integrá-lo à categoria de paisagem. A natureza é remanejada pelo olhar humano, que a divide, a decompõe e cria individualidades, de forma

86 Segundo Isabel Carvalho (2001), “é bem verdade que esse sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade *burguesa*. Afinal, era essa parcela da população que efetivamente podia dispor de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza. No entanto, a despeito de uma *origem de classe*, as novas sensibilidades para com a natureza não se restringiram a um comportamento ou ideário de uma única classe. Pode-se observar sua generalização como valor para um conjunto bem mais amplo da sociedade” (2001:46).

87 Ao discorrer sobre o parque Yosemite, o primeiro “Éden” americano de preservação da natureza, Simon Schama (1996) comenta: “Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque e os ursos estejam fuçando entre as embalagens do McDonald’s, ainda imaginamos Yosemite como Albert Bierstad o pintou ou Carleton Watkins e Ansel Adams o fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana. É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local já pressupõe nossa presença e, conosco, toda pesada bagagem cultural que carregamos” (1996:17).

que a paisagem possa ser percebida como unidade. Neste sentido, falar em “pedaço de natureza” é, em si, uma contradição, já que a natureza é a própria unidade de um todo, e não seu fragmento⁸⁸.

A sacralização destes espaços naturais, como bem notou Luc Ferry (1994), é expressa no uso de expressões de cunho religioso por grande parte dos ecologistas, nas quais esses lugares são tidos como “santuários da natureza”, imbuídos de “valores sacrossantos”, em que a biosfera é significada enquanto uma entidade quase divina. A ameaça que a entrada do homem representa para esses espaços deve-se ao caráter sagrado atribuído à natureza, que é “poluída” pela presença humana⁸⁹.

Entretanto, a localização das “ilhas naturais” nas grandes cidades, em meio a paisagens construídas e urbanizadas, complexifica o valor de preservação desses espaços no âmbito de uma problemática social inscrita na cidade como um todo, onde as fronteiras entre as paisagens ditas naturais e não naturais são extremamente maleáveis na esfera do cotidiano. Com efeito, a permeabilidade dessas fronteiras não se coloca apenas nos limites físicos dessas áreas: memórias, usos e afetos deste habitar comum fazem do Lami um lugar “praticado” (Certeau, 1994) e “possuído” (Mayol, 1996) por seus moradores.

Ademais, o palco que delineia os contornos de um conflito ambiental no Lami em nada lembra a preservação de uma natureza primitiva, anterior à ação humana. A natureza que compõe a RBLJL está longe de ser intocada. Até a criação da reserva, em 1975, a área era extensivamente utilizada para o plantio de arroz e criação de animais e é, ainda hoje, atravessada pelas práticas de caça de animais, realizadas às escuras devido à proibição. Ao longo de décadas, também, as práticas de veraneio daqueles que passavam até três meses em cabanas de madeira arranjadas para a estação elegeram a praia do Lami como um espaço de lazer na cidade, delineando uma tradição no bairro⁹⁰. As possibilidades

88 Sobre a relação entre paisagem e natureza, Georg Simmel (1996) define: “pelo termo natureza, entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterrupto das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal” (1996:15).

89 Mary Douglas (1976), em estudo já clássico, mostrou que o sagrado precisa estar cercado com proibições, já que é de sua natureza o perigo iminente da perda de seus caracteres distintivos e necessários.

90 Conforme as autoras Ana Luíza Rocha e Cornelia Eckert, “os espaços urbanos construídos e vividos, como objeto etnográfico, vão se revelando não como meros reflexos de políticas urbanísticas, mas como suportes de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de identidades e memórias, remetendo seus territórios aos pretextos e às manipulações humanas” (Rocha e Eckert, 2005, p. 87).

de pesca e caça, aliadas às águas quentes do Lago Guaíba, faziam do Lami um espaço privilegiado para um conjunto de práticas que já não eram mais possíveis nas regiões urbanizadas da cidade. Muitos são os relatos das grandes caçadas de jacarés e capivaras na área onde hoje está situada a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, mobilizando não apenas residentes do extremo sul da cidade, como também de outras regiões. Depois da implementação da unidade de conservação na região, os relatos de caça tornaram-se cada vez menos frequentes, mas ainda ocorriam “às escondidas” na área e no entorno da reserva. No decorrer dos anos, a imagem do Lami enquanto um lugar “selvagem” da cidade, cujo acesso era difícil - onde os terrenos eram esvaziados, sendo possível acampar, pescar e caçar sem restrições - foi sendo ajustada à representação de um espaço “natural” e institucionalizado. No entanto, as práticas associadas ao turismo no Lami hoje também pouco têm a ver com a disciplina que caracteriza uma unidade de conservação e a imagem de um espaço “natural” na cidade: o ritmo impresso nas práticas de veraneio no Lami, por turistas e moradores, persiste na lógica de uma ordem “desordenada”.

Embora desde a sua criação o espaço da reserva fosse pouco a pouco se constituindo como um território interdito no Lami, a permeabilidade destas fronteiras e a pertença desse ambiente à memória dos habitantes integravam a reserva ao conjunto de referências espaciais do Lami. Lembranças como as de Dona Maria, que recorda com saudade a época em que entrava com seu carrinho de rapaduras, vendendo-as durante as aulas e atividades da reserva, ou quando, com fome e cansada, sentava-se à sombra das árvores e comia as laranjinhas da árvore em frente à Casa Verde. Ou ainda, lembranças mais antigas, como as de Seu Gaiola, pescador experiente, que rememora o vilarejo em que habitavam os parentes de sua esposa na área hoje delimitada como RBLJL. Época anterior aos sucessivos aterros, em que o convívio com o ritmo das águas, que trazia sazonalmente as cheias, delineava um saber-fazer capaz de assegurar as condições de perpetuação da vida. Seu Gaiola e Dona Teresa costumavam acampar pelas ilhas e encostas do Guaíba, em especial na Ilha da Formiga, da qual guardam muitas histórias de caçadas, pescarias e tempestades. No ano em que passaram a viver juntos, ficaram seis meses acampados na ilha, onde, segundo Dona Teresa, mantinham uma barraca que era como

“uma casa de moradia”, “no agasalho do mato”, com “tudo varridinho em roda”, na qual eles recebiam amigos e parentes.

As sutilezas da memória afloradas nos relatos desses moradores, posicionados em experiências diversas, elucidam a permeabilidade que atravessa casas, pátios, plantas, animais, ilhas, águas, cheias, barcos, amizades e inimizades, nas relações interespecíficas da vida no Lami. Enquanto narrava a ciência envolvida na construção de um barco, na feitura da tarrafa e nas navegações noturnas pela Lagoa dos Patos, Seu Gaiola desfrutava da sombra e do movimento ondulante dos salseiros que ele mesmo havia plantado à beira da praia. Getúlio, ao reforçar a construção da casa de pedra que abriga a unidade laboratorial da reserva, também nos lembra desta co-participação criadora.

Na perspectiva de uma antropologia da vida e do “estar vivo”, proposta por Tim Ingold (2015), há poucos elementos para compreendermos o ambiente como algo que circunscreve os seres. O ambiente, esse mundo físico fluído, forma-se no emaranhamento de trilhas entrelaçadas, produzindo ao longo das linhas uma série de relações e trajetos em fluxo contínuo (Ingold, 2015). As ações humanas, estabelecendo as condições de desenvolvimento à vida, o fazem não apenas para outros humanos, mas para não humanos: a vida social humana participa dos acontecimentos de todo o mundo orgânico (Ingold, 2015).

É, portanto, nos termos de um engajamento no mundo que os moradores integram a reserva na rede de ações e afetos que congrega humanos e não humanos no Lami, formando uma malha de vidas sendo vividas em um campo relacional. A artificialidade da delimitação espaço-institucional que circunscreve o mundo físico com cercas, que se pretendem fixas e definidoras do ambiente preservado, busca a interrupção destes caminhos de fluxos entre os seres⁹¹. O reconhecimento deste campo relacional de manutenção da vida coloca problemas bastante práticos à gestão e ao manejo das unidades de conservação. As diretrizes de gestão das unidades de conservação, ancoradas no preceito da proteção de amplos espaços naturais capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana (Godoy, 2000), pouco integra a continuidade dos investimentos cotidianos dos

91 Em um livro que provoca um deslocamento expressivo nas dicotomias ocidentais modernas, Davi Kopenawa lembra-nos que, para o povo Yanomami, ecologia é tudo o que ainda não tem cerca (Albert; Kopenawa, 2015).

seres humanos como um aspecto relevante para a duração da vida. Durante as reuniões, perguntava-me constantemente qual a possibilidade de duração (Eckert e Rocha, 2005) da vida urbana mediante políticas de domínio dos ambientes ditos naturais e políticas pedagógicas assentadas na desgastada dicotomia indivíduo/natureza.

As restrições ao uso da Casa Verde aprofundaram a fragmentação da experiência cotidiana dos moradores em relação a um espaço específico do Lami, experiência que possibilita recriar e estabelecer novos usos para um lugar que é restrito, fechado. Especialmente para os moradores mais antigos, que acompanharam o surgimento da reserva, ou mesmo suas diferentes administrações, as plantas, animais, sons e cheiros da área delimitada como reserva constituem a experiência de viver no Lami. Se já não é mais possível circular, plantar e caçar na área de 180 hectares abrangida pela reserva, quais seriam as novas condições de continuidade desse campo relacional?

A audiência pública foi encerrada após quase quatro horas de discursos e embates. Ao final, diversas das colocações dos moradores foram definidas como pautas para reuniões subsequentes, nas quais se rediscutiriam questões como a demarcação das áreas de pesca, a regularização da “farmacinha”, a retomada das atividades do viveiro e uma possível continuidade das aulas do MOVA na Casa Verde. Embora tenham sido encaminhadas novas reuniões para a resolução dos conflitos, o sentimento de boa parte dos moradores, ao final dessa e de outras reuniões, era de que estavam “sendo feitos de bobos” pela prefeitura. Segundo o grupo, a prefeitura achava que “todo o povo é burro, ignorante”. Uma moradora do Lami assim resumiu o final da audiência:

Até essa hora dizendo bobagem, se todo mundo tem que trabalhar amanhã. Em duas horas foi tempo suficiente! Não entrou em consenso nenhum, não vai dar nada! Vai ficar o dito pelo não dito. E a última palavra sendo a dela. Foi o que eu entendi. Na minha ignorância, foi o que eu entendi.

A indignação dos moradores não se referia apenas à impossibilidade de frequentarem o espaço da Casa Verde, mas à sobreposição do poder público frente à organização cotidiana e simbólica no uso desses

espaços. “Ser feito de bobo” pela prefeitura ou pelo secretário é reconhecer a pouca força política frente à definição dos usos de seu próprio território que é, diante da lei, uma área de preservação da natureza, pertencente aos sujeitos genéricos que constituem a humanidade.

A entrada da temática ambiental nos cenários de ações e debates públicos configura distintas compreensões e discursos, elucidando a contradição entre a universalidade de “bem público”, atribuída às questões ambientais, e a diversidade de valores imputados a esse bem, que correspondem a fatores sociais, econômicos e culturais (Fuks, 2011). A noção de “bem público”, no entanto, esbarra concretamente nas distintas pertenças do espaço reivindicadas ora pelo poder público municipal, ora pelos moradores locais, conforme a fala de uma moradora:

Nós queria decisão. Ela abrir mão da reserva. Pras pessoas participarem, eu não quero pra mim a reserva, porque não me faz falta. Eu tenho onde morar! Eu tenho terra. Se ela não tem, eu tenho! E eu trabalhei pra adquirir. Eu não quero nada o que não é meu. Mas isso aqui é nosso! É os nossos impostos que tão aqui! Eu tô reivindicando um direito que é nosso. Isso aí, é um absurdo isso aí! É um despropósito.

Vemos como a entrada da temática ambiental na esfera das arenas públicas amplia o espaço para a disputa e a divergência dos valores atribuídos à “defesa do meio ambiente”. Aqui, a universalidade de um bem público de uso comum - o meio ambiente - sucumbe às diferenças políticas, econômicas e sociais que conferem contornos locais a um tema que se pretende universal (Fuks, 2001:25). Embora a reserva não pertença concretamente à atual administradora, a um ou outro morador ou ao “povo do Lami”, estabelece-se um jogo de forças que direciona os contornos de um conflito socioambiental para uma distinção entre público e privado no gerenciamento e constituição das unidades de conservação.

Para as reuniões subsequentes, os moradores articulavam entre si um encaminhamento do pedido de retirada da atual administradora, a ser levado diretamente ao prefeito. Insatisfeitos com os resultados da audiência pública, o grupo de moradores pretendia encerrar as negociações com o secretário, “exigindo” a saída da diretora. Em outra reunião agen-

dada para o mês de outubro, quando a comunidade havia mobilizado um grande número de pessoas para comparecerem ao local, exigindo a saída da atual administradora, incluindo repórteres de alguns jornais e emissoras da cidade, o secretário e a administradora não compareceram, ficando cerca de 40 pessoas do lado de fora da reserva por uma hora, enquanto essa permanecia com as portas fechadas e luzes apagadas.

Mesmo com a retomada das reuniões que seguiram acontecendo naquele ano para a discussão dos usos da Casa Verde, a comunidade engajada neste processo sentiu-se perdedora do embate de forças. Ainda que tenha sido autorizada a entrada de moradores e reestabelecidas as reuniões da comunidade, as atividades do MOVA e da “farmacinha”, perante condições específicas⁹², o grupo de moradores que viu romper um laço com a reserva optou por não tornar a frequentá-la até a saída da administradora⁹³. Embora os posicionamentos dos moradores sejam também heterogêneos, dinâmicos e por vezes ambíguos, algumas decisões foram tomadas, como no caso das mulheres da “farmacinha”, que optaram pela busca de uma nova sede.

Ampliando a questão

Um ferro-velho vizinho a uma área de proteção, a destinação não disciplinada dos resíduos, animais de estimação que atravessam fronteiras interditas: a culpabilização dos pobres na degradação do meio ambiente não é algo novo e emerge como principal argumento para a retirada das populações residentes em áreas escolhidas para uma requalificação dos espaços, nos termos do que José Sérgio Leite Lopes (2004) chamou de “ambientalização dos conflitos sociais”, decorrentes, em grande medida, das disputas no uso do solo urbano.

Em uma leitura mais ampla, a decomposição do ecossistema em áreas privilegiadas à conservação expõe as contradições da gestão do solo e das águas nas disputas territoriais em Porto Alegre. Há algumas décadas, o extremo sul da cidade vem atraindo investidores de segmentos imobiliários com projetos de condomínios destinados à população de alta renda

92 Em uma das assembleias, ficou decidido que a comunidade poderia voltar a utilizar o auditório da Casa Verde para a realização de reuniões, desde que elas apresentassem fins educativos, versando sobre temáticas ambientais.

93 A percepção de sair perdendo na disputa foi confirmada com a permanência da referida diretora por treze anos na administração da reserva.

que reelabora simbolicamente a vida no campo, no interior de “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000), onde sofisticadas tecnologias de segurança impõem ao território novas determinações de segregação espacial.

A construção de condomínios fechados em áreas consideradas ambientalmente relevantes no âmbito de uma macroética (Oliveira; Oliveira, 1996) encontra resistência em diferentes movimentos organizados da sociedade civil. A recente retomada do grupo indígena Mbyá-Guarani, na Antiga Fazenda Arado Velho, na região ao sul do Lami, conhecida como Ponta do Arado⁹⁴, também tem redimensionado a questão do uso e ocupação dos ecossistemas característicos do extremo sul do país, em termos do problema ético-moral do Estado frente à desterritorialização dos povos originários no sul do Brasil, os quais se colocam em embate com grandes empresas do segmento imobiliário, proprietárias legais da área em questão.

Por fim, cabe ressaltar o caráter polissêmico do que se convencionou chamar de meio ambiente, enquanto noção datada, socialmente construída e politicamente manifestada, que abriga conflitos e reivindicações latentes (Lopes, 2004). Reconhecer a inexistência de um ambiente *a priori* ajuda-nos a deslocar o olhar para a diversidade de problemas cotidianos enfrentados pelos moradores do Lami na convivialidade interespecífica que caracteriza as relações no entorno da RBLJL. No Lami, vemos como a implantação de um aterro sanitário, a proximidade das habitações dos leitos dos rios, as enchentes sazonais e os alagamentos, as indústrias e a precariedade do trabalho elucidam a distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais nas grandes cidades⁹⁵.

Em todos esses casos, que se colocam do lado de fora da área institucionalmente protegida, a vida *ao rés do chão* emerge e se institui cotidianamente nos processos de expansão urbana, elucidando que o engajamento desses moradores se faz em coexistência ao que convençamos chamar de ambiente.

94 A retomada iniciou em junho de 2018. Desde então, as famílias Mbyá-Guarani têm permanecido na área sob ameaças, com mobilidade limitada e acesso dificultado à água, monitorados por seguranças contratados pela empresa proprietária da área vizinha. A posse da área segue sob disputa judicial.

95 Uma discussão sobre o atravessamento desses eventos no cotidiano e memória dos moradores do Lami está em Rechenberg (2007).

Lista de figuras

1 a 3: Entrada da Reserva Biológica do Lami “José Lutzenberger” e os preparativos para a Audiência Pública. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

4 e 5: Dona Maria e seu carrinho levando rapaduras, cocadas e o chamado às mobilizações comunitárias no Lami. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

6 e 7: Audiência pública na noite de 12 de setembro de 2006. Fotografia de Fernanda Rechenberg. Porto Alegre, 2006.

Referências

BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Paisagem, retórica e patrimônio. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, vol.6, n. 1. Salvador: UFBA, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica. Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre; Editora da Universidade, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Vol 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. Vol 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A.L. C. da. Habitantes do arroio: memória ambiental das águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GODOY, Ana. “O modelo da natureza e a natureza do modelo”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.14, n.4, 2000.
- INGOLD, Tim. *Estar Vivo – Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: *Horizontes Antropológicos* 25. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 6ª edição. Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de e OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Ensaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. *Belém Novo. Memória dos Bairros*. Porto Alegre: 2000.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Fauna e Flora da Reserva Biológica Lami José Lutzenberger/ Patrícia Bernardes Rodrigues Witt (coord.) – Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2013.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Plano de manejo participativo da Reserva Biológica do Lami / Rodrigo Cambara Printes (Org.) – Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2002.

RECHENBERG, Fernanda. “*Vamo falá do nosso Lami*”: *Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio Ambiente no bairro Lami, Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. In: *Política e Trabalho* número 12. João Pessoa: UFPB, 1996.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, O. (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

CAPÍTULO 4

UM PERCURSO DE (RE)EXISTÊNCIAS EM ÁGUAS SALGADAS: NOTAS SOBRE MOBILIDADE E MEMÓRIA DO LITORAL EM UMA COMUNIDADE PESQUEIRA

Gianpaolo Knoller Adomilli

Neste trabalho, abordo o tema da mobilidade e da memória, relacionadas com o viver em um ambiente costeiro em contextos de conflito que desencadeiam processos de re/desterritorialização de grupos e comunidades pesqueiras. Para isto, apresento dados e observações da minha tese de doutorado junto a pescadores de São José do Norte – RS, em um percurso narrativo com base nas suas trajetórias de vida.

Trato de iniciar esse percurso pelas paisagens de terra e mar e seus atravessamentos, bem como pelo modo como isso se reverbera nos ritmos locais e nos indícios da ação do tempo. A comunicação e a mobilidade entre pescadores e pescarias também é tratada enquanto parte de uma comunidade pesqueira⁹⁶ inserida no sistema marítimo-lacustre-costeiro, nas relações com os ventos, as águas e as espécies capturadas, envolvendo outros trajetos e movimentos/temporalidades cíclicas.

A partir da pesquisa etnográfica, busco demonstrar como as mudanças das práticas de trabalho e a mobilidade desses pescadores em um período relativamente recente, entre uma e duas gerações, referem-se a limites entre sua condição de vulnerabilidade em contextos de conflito e a dinamicidade do modo de viver. Por sua vez, essa dinamicidade do modo de vida pode ser entendida enquanto (re) existência, no sentido da criatividade e de reelaborações e reconversões sociais e simbólicas para se continuar existindo. Pela via da memória, refere-se à ideia de “duração” no tempo (Eckert; Rocha, 2000) enquanto lembranças ou reminiscências de um tempo vivido, que são revividas porque encadeiam um tema afetivo através da intenção presente, conforme a perspectiva de Gaston Bachelard (1996).

⁹⁶ Conceitualmente, a noção de comunidade pesqueira aqui apresentada deriva de uma forma de comunidade de trabalho em torno da pesca, aproximando-se da noção de proposta por Eckert em sua dissertação de mestrado de 1995 e sua tese de doutorado de 1992 (conforme Eckert, 2012) em seus estudos junto a trabalhadores de uma mina de carvão.

Assim, a questão da memória é tratada enquanto “espaço de construção do conhecimento” (Eckert, Rocha, 2000), seguindo a linha de pensamento da fenomenologia Bachelardiana. Nesse sentido, os ritmos locais apresentam-se nas narrativas dos habitantes de São José do Norte, principalmente na referência aos ‘tempos de crise’, que revelam de forma mais específica questões referentes aos conflitos e dilemas ambientais, no contexto de tensão dos pescadores, relativamente ao mercado da pesca e à política nacional de gerenciamento costeiro.

Por fim, isso nos leva a pensar na questão da memória coletiva do litoral, neste caso, através das narrativas dos fluxos migratórios e dos tempos de crise e de fartura na pesca, no movimento de continuidades/descontinuidades correspondentes a uma ‘cultura marítima’.

Ritmos do tempo entre as paisagens de terra e mar

As primeiras impressões que tive sobre São José do Norte foram de impacto com a singularidade de suas paisagens, sobretudo na estética de uma ‘cidade ruína’, situada entre ‘dois mares’: o ‘mar de dentro’, referência ao estuário da Lagoa dos Patos, e o de fora, o Atlântico. Denominada pelos pescadores de ‘oceano’ ou ‘lá fora’. Havia uma atmosfera de ‘cidade letárgica’, estagnada pelo declínio econômico, que se materializava na arquitetura do centro urbano e das imediações da doca, tomadas por edificações antigas, parte delas em ruínas.

Já no início do trabalho de campo, estas imagens suscitavam questões referentes à metáfora simmeliana da corrosão do tempo pela natureza (Simmel, 1935), e que se mostra com muita força na estética urbana local. Nesse sentido, estar entre dois mares remete à ação das águas salgadas e possibilitava a percepção de outras decomposições: visualmente em metais, como as grades e veículos corroídos de forma impressionante pela oxidação causada pela água do mar, especialmente pelos efeitos da maresia. Essas gotículas, que são carregadas pelo vento, formam esculturas da corrosão. Igualmente, constata-se as madeiras das casas que se apresentavam com partes apodrecidas pela umidade, bem como, olfativamente, a mistura dos cheiros do peixe fresco e do podre (seus restos). Junto com o vento, percebia-se um ar úmido, que mistu-

rava o cheiro de maresia, proveniente do Atlântico, com o de matéria orgânica oriunda das águas salobras do canal da Lagoa dos Patos. Assim, os prédios em ruínas e outras carcaças, como a de veículos, embarcações e peixes revelavam ações do tempo nessas paisagens de terra e mar.

Nas conversas com os habitantes, sobressaía a visão de uma ‘cidade velha’, sob o estigma do ‘fracasso econômico’. Mais especificamente, giravam em torno da situação de ‘crise’ na pesca e na agricultura. Os velhos sobrados do século XIX e as ruínas das salgas e das fábricas de congelamento de pescado mostravam as camadas do tempo. Permaneciam como fraturas expostas de um passado ‘honroso’, uma referência à cidade quando, em um passado distante, ocupava uma posição geopolítica estratégica, na menção direta a batalhas importantes que ali ocorreram, bem como a um passado mais recente, aquele dos ciclos de crescimento econômico ligados à pesca e ao cultivo de cebolas. A primeira era evocada pela elite intelectual local e reforçada nas escolas e nos discursos de alguns políticos, apresentada como uma história heroica, militar, mais próxima às concepções hegemônicas forjadas no tradicionalismo, que revelam uma imagem estereotipada de gaúcho. Já para grande parte da população local não era esse passado da história distante e oficial que importava, mas sim aquele das lembranças, de vivências, o dos ciclos de crescimento econômico da pesca e da produção de cebolas. Por outro lado, havia em comum o sentimento de um lugar que ansiava pela chegada do ‘progresso’, sendo que também aquelas ruínas do século XIX remetiam à cidade velha, que se ligava estruturalmente a essa história mais recente.

A pesca encontrava paralelo com uma fase próspera da cebola, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, uma vez que coincidiu com o período desenvolvimentista implantado pelo Estado brasileiro, através de financiamentos e incentivos fiscais ao setor agrícola e ao pesqueiro. Esse passado contrastava com certo sentimento de ‘desonra’, marcado pela condição de relativo isolamento e da estagnação da cidade, causada pelo declínio econômico.

O acinzentado das edificações em ruínas opunha-se ao colorido dos botes e canoas motorizadas, a maior parte delas ancorada em trapiches de madeira ou em algumas enseadas formadas pelas praias do entorno. Os pescadores de botes e canoas motorizadas atuavam no estu-

ário da Lagoa dos Patos. Dedicavam-se à captura de peixes e crustáceos vindos do oceano e que adentram o estuário. Geralmente, são realizadas jornadas com saídas ainda de madrugada e retorno ao final do mesmo dia, exceto algumas pescarias, como a do camarão, em que parte do pessoal ficava acampada e, portanto, eram dias seguidos na atividade.

Nas proximidades também se avistava um cais de concreto. Tratava-se de um pequeno porto, localizado na área central e onde ficam ancorados os barcos voltados à pesca no Atlântico, barra afora⁹⁷. As pescarias estendiam-se de uma a duas semanas. Assim, enquanto os pescadores da lagoa dormiam em casa, os do oceano dormiam no barco. Os barcos dispunham de uma grande capacidade de captura e armazenamento de pescado, além de motores com autonomia para viagens longas, como exige esse tipo de pescaria. A tripulação também era mais numerosa, entre cinco e sete homens.

Havia momentos em que esse cais era tomado por agrupamentos de trabalhadores da pesca embarcada, chamados de embarcados, que ficavam em meio a grandes extensões de redes, a maior parte delas embolada (fig. 01). Os rostos, enrugados precocemente pelo sol e pelo sal contrastavam com o vigor físico que exige a atividade pesqueira. Uns entretidos na troca de redes ou no reparo dos pequenos remendos; outros, apenas conversando e olhando o trabalho, falavam sobre as pescarias e os companheiros. Em certos momentos, apareciam carroças carregando redes. As malhas mais danificadas eram retiradas dos barcos, sendo levadas para os galpões de redeiros que se espalhavam nessas áreas que margeiam o canal da Lagoa dos Patos. Eram galpões que, originariamente, estocavam cebolas e que se tornaram espaços destinados ao depósito e ao reparo das redes de pesca. Os redeiros são geralmente pessoas de idade mais avançada, pescadores aposentados que fazem o trabalho de montar e reparar as redes para a pesca embarcada. Muitos trabalham nesses galpões grandes, montando e remendando as redes dos barcos de pesca, que apresentam malhas mais extensas. Mas há também galpões menores, dos pescadores proprietários dos botes e canoas motorizadas, onde eles mesmos e os demais pescadores que fazem parte da tripulação se dedicam a essa atividade.

97 Por “barra afora” entende-se a pesca realizada para além da barra, nas áreas costeiras e/ou em alto-mar.



Fig. 1. Cais. Porto pesqueiro de São José do Norte, 2004. Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.



Fig. 2. Remendando rede. 2004. Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.

Já os galpões destinados ao estoque da produção de cebolas encontravam-se em áreas um pouco mais distantes da doca e das vilas do canal.

A “crise da cebola” fez com que alguns dos depósitos que se situavam na doca fossem alugados para os armadores da pesca, dando lugar aos atuais galpões dos redeiros, reflexo de conjunturas passadas de expansão da atividade pesqueira local.

O município movia-se de acordo com o ciclo anual das safras de peixes, do camarão e da cebola. A sensação era de que se vivia o mesmo ritmo de quarenta ou cinquenta anos atrás, quando plantar cebolas em São José do Norte era considerado um negócio próspero. O ritmo da cidade era aquele das safras da agricultura e da pesca, assim como o do cavalo nas estradas arenosas. Esses ritmos da pesca e da agricultura acompanham aproximadamente o compasso das estações do ano. Essa paisagem de campos atravessados pelas areias e pelas águas, das cebolas, peixes e camarões remete, portanto, a temporalidades que se manifestam de forma mais vagarosa e cíclica. Especificamente sobre o universo cultural da pesca, este diz respeito a viver entre dois meios: a terra e o mar (Maldonado, 1994). Os pescadores locais deslocavam-se entre esses dois mares, em percursos e atravessamentos entre mar, terra e oceano. Assim, no movimento da terra dentro do mar e do mar dentro da terra, ocorrem processos de transformação dos materiais e dos corpos dos pescadores, nas trajetórias de humanos e não humanos que se revelam nessas paisagens e em seus movimentos cíclicos.

Pescadores e pescarias no sistema marítimo-lacustre costeiro

O pequeno porto de São José do Norte fica às margens do canal da lagoa dos Patos, que se comunica com Atlântico, possibilitando a entrada e saída dos barcos que pescam no oceano. Essa comunicação entre as águas do oceano e da lagoa permite uma troca entre nutrientes e outras condições importantes para a vida marinha, em especial, de peixes e crustáceos. Portanto, também possibilita as pescarias de botes/canoas motorizadas. Por este canal, que se estende até os molhes da barra, entram e saem crustáceos e cardumes de peixes vindos do oceano, em movimentos que se combinam com a ação de ventos, correntezas e demais condições climáticas. Assim, as águas do estuário, em seus movimentos em relação às águas do oceano, podem ser doces, salobras ou salgadas. Para os pescadores do estuário, a água salgada, por estar associada a esse fluxo de entrada dos cardumes de peixes e crustáceos, é associada a vida. E, assim, a lagoa ‘vive e dá vida’ (Martins, 2002). Já a água doce é associada à morte, pois, além de inviabilizar as principais

pescarias, refere-se às águas poluídas e contaminadas que vêm dos rios e das cidades com as chuvas, especialmente no que se refere aos esgotos das cidades e aos agrotóxicos das lavouras. Também se relaciona ao perigo das áreas inundadas pelas enchentes.

Durante o trabalho de campo, deparei-me com grupos diversos de pescadores e pescarias que a paisagem de barcos e de botes/canoas motorizadas e seus tempos de pescarias já antecipava. Por outro lado, esses dois ‘tipos de pesca’, assim como as águas da lagoa com as do oceano, também se comunicam e se misturam, formando uma comunidade pesqueira inserida no sistema marítimo lacustre costeiro. Ao acompanhar esses grupos de pescadores, as conversas propiciadas por esses encontros giravam principalmente em torno de suas trajetórias de ofício, revelando que boa parte deles já havia transitado entre essas duas pescarias. Nesses movimentos, identificavam-se certa mobilidade e fronteiras porosas entre esses grupos.

A pesca em botes/canoas motorizadas dedica-se à captura de espécies que adentram o estuário durante determinados períodos. Esses animais acompanham, aproximadamente, as estações do ano, sendo chamados de ‘safras’. As principais safras: a do camarão (verão), da tainha (outono), do bagre (inverno) e da corvina (primavera). Já na pesca embarcada, o transporte é voltado também à captura da corvina e da tainha, bem como de outras espécies que não adentram o estuário da Lagoa dos Patos, como a anchova, merluza, castanha, abrótea, cação, dentre outras.

No entanto, a pesca de outras variedades, que eram capturadas em abundância no passado, não é mais realizada atualmente. Por um lado, referem-se a peixes encontrados tão ocasionalmente e em pequenas quantidades nas redes dos pescadores que impossibilitam a sua captura para fins comerciais ou, então, dizem respeito a espécies cuja captura está proibida durante determinados períodos pelos órgãos de fiscalização, como vistas a garantir sua reprodução, como é o caso do estabelecimento de períodos de defeso. Por outro, essas políticas de gerenciamento são definidas com base em estudos técnico-científicos que tendem a não reconhecer os saberes dos pescadores, levando a conflitos ambientais decorrentes dessa assimetria entre conhecimento científico

e tradicional, como demonstram alguns estudos (Moura, 2009; Gonzaga, 2017). Isso resulta, entre outras coisas, em grandes períodos de estagnação da atividade.

Frente à essa situação de estagnação/escassez na pesca do estuário, muitos ingressam na pesca embarcada, que, aparentemente, apresenta uma maior regularidade na produção. Grande parte dos pescadores embarcados incorporou-se à profissão através da pesca na Lagoa dos Patos, alguns, inclusive, tendo pescado ali durante quase toda a vida.

Para além da existência de um processo de “passagem” da pesca em botes/canoas motorizadas para a embarcada e do consequente avanço de uma lógica de produção mais voltada para o mercado, muitos pescadores alternam essas atividades, de acordo com a sazonalidade da pesca. Essa mobilidade gira principalmente em torno da captura do camarão na Lagoa dos Patos durante os meses de verão, quando grande parcela dos embarcados retorna à lagoa para se dedicar a essa pescaria, pois possibilita melhores ganhos, economicamente falando, além de ocorrer em relação a um período de baixa produtividade da pesca embarcada.

Na pesca embarcada, as viagens ocorrem, respectivamente, durante os meses do inverno e da primavera, obedecendo aos movimentos das espécies capturadas. Durante o verão, apenas alguns barcos, os mais equipados e com maior tonelagem, mantêm a sua tripulação, dedicando-se à pesca em áreas mais distantes da costa. Esta organização espaço-temporal remete à complexa relação entre a pesca embarcada e a pesca em botes e canoas, considerando que esses grupos convergem na ordem dos valores sociais e se misturam em suas redes de afinidade e parentesco.



Fig. 03. Céu e mar, que paisagem é esta? Embarcados esperando o momento de puxar a rede.
Fotografia de Gianpaolo Adomili. Fonte: Adomili. 2007.

Nas canoas e botes motorizados, o pescador é o proprietário, podendo trabalhar individualmente, em duplas ou em grupos um pouco maiores, em torno de três a quatro pessoas, a depender do tamanho da embarcação. Os pescadores não-proprietários que compõem essas tripulações são chamados de proeiros⁹⁸. Embora a tripulação seja majoritariamente masculina, nessas pescarias, as mulheres também participam diretamente na captura, em alguns casos como proprietárias de bote ou canoa e, mais frequentemente, trabalhando de proeiro, auxiliando o pai ou o marido. Há também as atividades tradicionais de descascar o camarão, geralmente realizada pelas mulheres, considerada de suma importância, pois o camarão descascado tem maior valor para a venda. Nessas famílias, as crianças interagem com as águas seja brincando na beira da praia, seja auxiliando os pais nas atividades da pesca, principalmente na “despesca”, que consiste em retirar o pescado das redes. Também acompanham, da terra, as marés e mudanças do tempo, os

⁹⁸ Referência a quem atua na proa da embarcação.

calendários das safras de peixes, e, na terra, os trabalhos de manutenção das embarcações e das redes. Aos poucos, vão se inserindo nos saberes que giram em torno das pescarias e do trabalho com os apetrechos de pesca. Assim, as novas gerações vão aprendendo na interação com o meio aquático, em um processo de “educação da atenção” (Ingold, 2010), entendido enquanto engajamento no ambiente através da experiência. Uma parte dos saberes é transmitida de uma geração a outra, mas atualiza-se de forma constante por meio das experiências advindas dos ensinamentos colocados em prática pelos mais jovens, incluindo aí a utilização de novas tecnologias.

Já na pesca embarcada, a tripulação apresenta uma divisão do trabalho entre o mestre, que comanda os demais e detém o conhecimento em busca dos cardumes, e os proeiros, homens que lançam/recolhem as redes e despescam. Dentre estes há ainda aqueles que executam atividades especializadas, como o maquinista, o gelador e o cozinheiro. A tripulação é totalmente masculina. Os homens permanecem por períodos prolongados no mar, e as mulheres administram a vida em terra, sobretudo no gerenciamento do dinheiro recebido pelas pescarias e nos cuidados com a educação dos filhos.

Apesar da divisão do trabalho da pesca embarcada, em São José do Norte, ambas as pescarias podem ser consideradas “tradicionais”, uma vez que envolvem a mesma comunidade, na qual boa parte dos proeiros e mestres transitam entre uma pescaria e outra. Portanto, fazem parte de uma mesma rede de parentesco, sociabilidade e reciprocidade, bem como compartilham uma mesma base de saberes relativos à pesca.

Em nível local, a noção de comunidade pesqueira estende-se ao universo de parentesco e sociabilidade que a compõe. Trata-se de uma cadeia produtiva familiar, com suas extensões de parentesco e de afinidade em torno da pesca, envolvendo, portanto, a captura, seu benefício dentro do trabalho familiar, bem como as relações de reciprocidade que se formam nas redes de parentesco e afinidade. Já a questão da venda do pescado e da tecnologia empregada na atividade (em especial no que se refere às embarcações e equipamentos/apetrechos de pesca), por exemplo, fazem parte de processos que desencadeiam mudanças nas pescarias e as vinculam ao mundo global via mercado da pesca,

derivadas de demandas de consumo e/ou outros processos industriais. Essas comunidades contemplam também a relação com outras atividades profissionais ligadas diretamente à pesca, mas que não são captura, como a de “redeiro” e a de carpinteiro naval. Ademais, outras atividades apresentam vínculos orientados pelas relações de reciprocidade, como é o caso das estabelecidas com pequenos agricultores, ou mesmo em grupos que alternam as duas atividades de forma complementar (agricultura e pesca).

Os peixes, as cebolas e os camarões encontram-se na praia: fluxos migratórios na constituição de uma comunidade pesqueira

No que toca aos pescadores locais, identifica-se um processo de difusão cultural nessa região a partir de fluxos migratórios, em um movimento no qual a pesca se volta cada vez mais à comercialização do peixe, bem como no movimento da agricultura para a pesca. Inicialmente, diz respeito a uma parcela de pescadores portugueses e seus descendentes. Posteriormente, ocorreram outros fluxos: de pescadores catarinenses e de populações negras rurais da região. Os descendentes portugueses concentram-se no núcleo urbano do município e pertencem à última geração que deixou a Póvoa do Varzim, estabelecendo-se na região - num fluxo migratório que durou desde o final do século XIX até meados do século XX. H. Bunse, um filólogo alemão que percorreu essa região em 1959, descreveu-os em algumas notas etnográficas e em registros fotográficos que os mostram reunidos no cais e nas praias circundantes, saindo em barcos a remos ou pequenos veleiros (Bunse, 1982: 86-87).

Tive a oportunidade de entrevistar um desses imigrantes portugueses, que relatou ter vindo para o Brasil em 1928, em sua trajetória ligada ao fluxo de pescadores poveiros para essa região:

Isto aqui era tudo portugueses que trabalhavam, era tudo pescadores. Tinha mais de quinhentos ou seiscentos portugueses, todos de Póvoa de Varzim. Nosso continente era de Póvoa de Varzim, distrito do Porto. Quando eu vim pra aqui, eu já tinha andado no mar lá. Vim de Portugal pra cá a navio. [...]

Eu comecei como proeiro quando criança. Trabalhava aí. Aí depois me casei, fui mestre, e teve possibilidade de eu ter uma parelha e então... Eu comprei para trabalhar e fui trabalhando e pagando a parelha. Fiquei dono da parelha. E tinha de tudo, galpões e parelha... E tanto na lagoa como no oceano era a mesma parelha. Era composta por cinco ou seis embarcações. Tinha redes, duzentas redes... Chamava-se parelha, porque tinha redes pra tudo e era composta por cinco ou seis embarcações. Todas iguais, e cada uma com um mestre. E eram todos da comunidade.

A mudança para o Brasil melhorou sua condição de vida, sobretudo em relação à pesca, se comparada às dificuldades vividas pelos poveiros no exercício da atividade em sua terra natal.

Aqui ganhava melhor. Porque lá, dar pescaria, dava. Não se podia dizer que não dava. Mas era só no oceano. E existiam as invernadas. Lá, no tempo do inverno... era muito forte! Então, naqueles quatro ou cinco meses, ninguém trabalhava. Que não podia trabalhar. Eram temporais, era mar alto... Tinham os obstáculos da vida, do trabalho. Então tinham os pescadores que iam se embora para cá. Que aqui não tinha essas invernadas. Era da barra para dentro. E, no Rio de Janeiro, também se trabalhava. Tinha muito pescador lá naquela época. E o mar lá no Rio de Janeiro é mais calmo. Aqui é muito bravo. E lá em Portugal também era muito bravo! E, com as lanchas daquele tempo... lanchas, lanchões de boca aberta... Sofriam muito! Agora... também a pesca lá agora é moderna. Tem barcos a vapor e todo. Então, quando quer vir embora é só acender o motor. Naquele tempo, não. Era pano! E remo! Levava uma noite... ou um dia para chegar em terra. Então, a vida tornava-se muito dificultosa. E aqui tinha mais facilidade, porque era mar e mar (oceano e lagoa). Dava muito peixe. Não dava dinheiro, mas dava muito peixe!

Em geral, estes pescadores estavam concentrados no Rio de Janeiro, onde formaram comunidades pesqueiras. Mais tarde, alguns deles mudaram-se para outras regiões do país, especialmente para as cidades do Rio Grande e São José do Norte. Estes pescadores trabalhavam no estuário da Lagoa dos Patos e na costa do Oceano Atlântico através do

sistema de “parelhas” - barcos a remos equipados com redes, que operavam com um grande contingente de homens.

Com uma grande experiência de pesca, introduziram novas técnicas de captura e um processo de produção mercantil na região, organizando uma pequena produção destinada ao porto do Rio Grande. O peixe foi salgado, inicialmente para consumo próprio, e alguns destes imigrantes adquiriram capital suficiente para criar as salgas e comercializar o peixe, que depois era exportado para a região Sudeste do Brasil, num processo de consolidação das indústrias de conservas de peixe, através do abastecimento do mercado nacional. Segundo Martins (2001: 04), além dos pescadores de Póvoa do Varzim, o desenvolvimento da atividade pesqueira atraiu outros imigrantes portugueses, que eram portadores de recursos e que se tornaram empresários da pesca, gerando transformações que conduziram à formação de um parque industrial pesqueiro no Rio Grande.

Trata-se de um processo complexo de transformações na atividade pesqueira, a partir do qual foram produzidas estratégias de integração e de difusão cultural entre os poveiros com os nativos da região e os pescadores de Santa Catarina. Inicialmente, a relação entre os poveiros e os pescadores nativos era de pouco contato. Entre os poveiros, formou-se uma comunidade de trabalho étnico, com predominância de casamentos consanguíneos como forma de manter as suas tradições, caracterizando uma comunidade bastante coesa. Esta situação começou a mudar devido ao desenvolvimento da atividade pesqueira na região, com uma maior penetração do mercado e da indústria, associada ao fim da migração destes pescadores para o Brasil. Neste contexto, os pescadores catarinenses começaram a deslocar-se da costa catarinense para esta região, a partir da década de 1940, por trás das capturas de peixe provenientes do sul. A dificuldade em dar continuidade às parelhas levou os portugueses a empregar principalmente pescadores catarinenses, que estavam a emergir em grupos cada vez maiores. O problema da falta de pessoal e da relação com os catarinenses acabou por desestruturar as parelhas portuguesas, o que deu origem às parelhas catarinenses, em maior número e compostas por menos homens (Orlando, 1989).

Olhando essa questão desde Santa Catarina, Rial (1988) observou que os catarinenses passavam longos períodos no Sul, trabalhando na pesca, e às vezes voltavam para Florianópolis casados com mulheres nativas do litoral gaúcho. Em um olhar inverso, desde o Sul, a partir das trajetórias dos pescadores de São José do Norte, constatei que também aconteceu que muitos desses catarinenses fixaram-se na região por meio desses casamentos. Dessa forma, o parentesco entre pescadores (e entre pescadores e agricultores) acabou se estendendo ao longo do território litorâneo entre os dois estados vizinhos, tendo como principais referências as praias de Santa Catarina, principalmente Florianópolis, e, no Rio Grande do Sul, principalmente, São José do Norte e Rio Grande.

Através dos movimentos ao longo da costa do Rio Grande do Sul, muitos destes pescadores acabaram por estabelecer-se na região em virtude de casamentos com mulheres nativas, o que favoreceu uma maior integração com a população local, formada na sua maioria por agricultores e pescadores agricultores. Estes últimos dedicaram-se à pesca de forma complementar à agricultura, interagindo com os portugueses e os catarinenses, principalmente devido ao processo de esvaziamento humano da zona rural e à sua consequente concentração nas cidades mais próximas.

No litoral catarinense, a expansão urbana, especialmente em Florianópolis, impulsionada pela especulação imobiliária derivada do turismo, levou à expropriação de várias comunidades de pescadores e agricultores. A intensidade deste processo acabou desorganizando, em parte, o modo de vida destas comunidades, com base em práticas tradicionais de trabalho, com certas regras para a ocupação dos espaços de pesca na faixa costeira. O excesso de pescadores gerou conflitos e disputas por esses espaços. As inovações tecnológicas e a expansão do mercado da pesca em Santa Catarina também levaram a uma intensificação da atividade. Como estratégia de sobrevivência, muitos destes pescadores deslocaram-se de praia em praia, em movimentos sazonais para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 2003).

Zequinha é um desses pescadores catarinenses que tentaram a sorte nos mares longínquos. Nascido em Bombinhas, ele foi pescar em Rio Grande e depois em São José do Norte, onde acabou se estabelecendo:

Quando eu tinha 15 anos, eu queria ir pra Santos, trabalhar na pesca. E aí meu pai, que ficou muitos anos aqui, disse assim: “Não! Vais pra Rio Grande! E, se hoje em dia eu tenho alguma coisa, agradeço a Rio Grande!”. Eu peguei e disse para ele: Rio Grande? Mas dizem que é muito frio. E ele: “Mas tu vais ver como lá tem peixe.”. E aí, com 16 anos, vim me embora. Aí vim, peguei um caminhão... Não tinha a ponte do Guaíba, era barca. Pelotas era barca. Tubarão, barca; Laguna, barca. Era tudo barca. Naquela época, foi em 56. E eu não conhecia ninguém. Mas, sabe como é... Rapaz novo, trabalhador. Sempre tem lugar. Comecei a trabalhar na praia do Norte. Aqui nessa praia do Norte, com um português chamado Juca, já falecido. Ah, aprendi muita coisa ali. Ganhei um dinheiro bom. Aí fui lá pra Barra, trabalhar com os portugueses. Aí comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar. Aí, depois, tinha aquelas canoas, aqueles botes, né? Eram grandonas, né! Matavam tudo quanto é peixe. Aí dava dinheiro. Mandava dinheiro para casa, fui ver a família e voltei... Aí peguei a gostar daqui. Chegou um ponto que...Casei por aqui. E aqui morei, comprei casa.

Zequinha também lembra da terra dos seus pais, em Santa Catarina, como um lugar onde havia muita fartura, relativa à fertilidade da terra para a agricultura; enquanto em São José do Norte, a terra era arenosa e somente se plantavam cebolas. Ele refere-se a um tempo em que, em vez de comprar o alimento, consumia-se o que era produzido:

Lá o pai tinha canoa e nós ia pescar. Dava para fazer uma pescaria, matar uns peixes para comer. Um vizinho nosso também ia de manhã, voltava de tardezinha, com quarenta, cinquenta, setenta, cem quilos de peixe. Era peixe para comer uma semana. Depois ia de novo. Só vivia da roça. Mas queria um peixe, ia pescar. [...] Tinha mandioca, plantava o milho, plantava o feijão... Galinha, marreca... Tinha de tudo. Agora um pedaço de charque custa uma fortuna. Um salário mínimo custa o quilo de charque. Antigamente, na campanha, matava carne de gado, de porco e botava no sol. Salgava. Depois botava na lata de banha para depois botar no feijão. Coisa boa! Hoje em dia, é tudo comprado! Que nem aqui no Norte, que só vive da cebola! É só cebola, mais nada! Tinha que plantar outras coisas. Lá (Santa Catarina) não se bota esterco, não se bota adubo, não se bota nada. Lá, não, tu tais cavando aquilo lá, e a terra chega a

ser preteada, de forte que é! Aqui a terra é branca. Já botaram adubo, já plantaram tudo... Só na base do remédio.

A referência às práticas de conservação dos alimentos, no qual a carne era salgada, sendo consumidos o charque e o peixe seco, revelam um pouco da dimensão dessas técnicas na vida local, que foram sendo substituídas pela refrigeração e pelo congelamento. O trabalho com os pescadores portugueses era lembrado com nostalgia por Zequinha:

Quando eu cheguei aqui, em 55, nem tinha barco! Era só as parelha dos portugueses. Trabalhei muito com esses portugueses aí. Dava dinheiro. No tempo em que... Era uma fartura! [...]E peixe era... Peixe cozido, peixe frito, pão fresco e vinho... Comiam bem. Ficavam forte. Daquele tempo, tudo terminou. Às vezes, eu olho e digo: é verdade... E a pescaria me dá saudade ainda, mas... Também, desde pequeno trabalhando. Sempre na pescaria. Desde com a idade de 14 anos. De vez em quando, saio para não perder o costume.

Em relação ao êxodo rural, o resultado encontrado diante da escassez no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de San José do Norte e, desta forma, a transição do trabalho agrícola para a pesca. O processo de transição da agricultura para a pesca é semelhante ao ocorrido no litoral catarinense. Porém, em vez da expansão urbana, aqui o fator determinante parece ter sido o modelo de desenvolvimento agrícola, mais especificamente a monocultura da cebola e, nas regiões vizinhas, com a monocultura do arroz e a pecuária, gerando significativa concentração fundiária.

Para além disso, o êxodo rural remete ao problema clássico da divisão de terra (herança) entre as famílias de camponeses, conforme abordado por Bourdieu (1958) e outros. Para Eric Wolf (1976: 37), o processo de herança pode ser “com partilha” a terra “ou” sem compartilhar a terra”, no entanto, sempre implica migração de camponeses.

Juntamente com os descendentes de açorianos, o movimento da agricultura em direção à pesca absorveu comunidades negras rurais que se estabeleceram na região durante o período escravocrata e que viviam há séculos isoladas e exploradas no campo.

Boa parte das narrativas acerca do tempo de fartura da pesca é antecedida pela trajetória familiar de dificuldades econômicas, em um quadro onde o litoral e a atividade pesqueira apresentam-se como lugar dos excluídos socialmente. Para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança de uma longa espera pelos resultados da colheita é substituída pelo retorno imediato das pescarias, não exatamente de dinheiro, mas tendo no peixe um alimento garantido. Essa situação pode ser observada a partir da trajetória de Cláudio, um afrodescendente, mestre de barco, que relata ter vindo do interior de São José do Norte para a beira da praia com sua família, quando ainda criança, fugindo da fome:

Então a gente veio parar aqui. [...]. Naquela época, se usava corrente nos pneus para passar por esses banhados. Não tinha acesso para o interior, era pela praia. Se não tivesse praia, não tinha como chegar lá [...]. Então a gente chegou aqui com muita dificuldade. Muita dificuldade! A gente tinha uma tia minha que morava aqui no Norte; um tio meu trabalhava na prefeitura... E a fartura era tanta de peixe que, numa época dessas de verão, tu comias o peixe que queria. [...] E eu vinha de lá pegar, buscar o que comer. Nós não tínhamos o que comer, então eu arrumava uma farinha na casa de um, outra coisa na casa de outro, e eu vinha de manhã buscar o peixinho aqui.

Assim, o litoral apresenta-se como lugar-refúgio dos socialmente marginalizados, agregando os excluídos do campo e aqueles pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca. A praia consiste em um lugar compartilhado, de “uso comunitário” e, mais do que isso, um espaço liminar entre a terra e o mar, espaço-limite no qual se misturam alguns grupos pelo nomadismo dos excluídos socialmente e onde o ingresso na pesca de parselhas acontecia através do trabalho como proeiro.

Para John Cordell (In: Diegues; Moreira, 2001), que trata da organização social e dos “beirados” da Bahia, o processo de marginalização social, especialmente em relação com a posse da terra, fez as áreas de manguezal e lagoas rasas tornou-se “ponto de não retorno - refúgio” (2001, p.139). Cordell (2001, p.140) também observou que as comunidades piscatórias foram predominantemente formadas por populações negras excluídos das plantações de interior, um processo semelhante ao de São José do Norte.

Desta forma, os homens empregavam-se na pesca como proeiros, uma vez que, no sistema de parelhas, surge o dono da parelha, o mestre e os proeiros. Por sua vez, as mulheres eram empregadas nas salgas, fornecendo mão de obra para o parque industrial pesqueiro que se formou na região. Na beira das praias do canal da Lagoa dos Patos, antes áreas bastante vastas, consideradas fora da cidade, formaram-se pequenas vilas de pescadores, assim como nas praias do Atlântico, em locais onde se cria um vínculo com as pessoas oriundas do campo, que aparecem para ajudar nas pescarias em troca de peixe.

Dos tempos de crise aos tempos de fartura no sistema marítimo-lacustre costeiro

Em suas narrativas, pescadores e ceboleiros reportavam ao presente como um “tempo de crise” e sua sobreposição temporal na referência ao passado enquanto “tempo de fartura”, remetendo às transformações da vida social e das práticas de trabalho. Assim, os tempos de fartura, como memória coletiva e individual, possibilitavam reinventar o cotidiano em consonância rítmica (Bachelard, 1996) com a continuidade do modo de viver, da duração no tempo de comunidades que, de uma forma ou de outra, vêm se adaptando aos “tempos de crise”.

Em linhas gerais, essas transformações referem-se a um contexto marcado pelas consequências de processos de globalização, das demandas do mercado, tendo como marco a chamada “modernização conservadora”, que liga a economia local a essas demandas globais. O incentivo ao modelo agroindustrial estende-se localmente na produção de cebolas, atividade tradicional em São Jose do Norte desde o século XIX. A mudança para a monocultura da cebola ocorreu em detrimento de uma agricultura familiar diversificada, através da difusão do emprego de agrotóxicos nas lavouras e do financiamento de implementos agrícolas. Segundo os agricultores locais, após décadas utilizando agrotóxicos e plantando cebolas em larga escala, a produção ficou mais suscetível ao ataque de pragas, que arruinaram parte das plantações no final da década de 1980, quando muitos perderam suas terras.

Outro aspecto refere-se à “globalização da cebola”, no qual a produção local sofria grande desvalorização devido à concorrência com a

cebola argentina. No setor pesqueiro, ocorre um processo semelhante de modernização, no sentido de que o modelo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado brasileiro vem, desde então, privilegiando a indústria em prejuízo da produção familiar dos pescadores artesanais, tendo gerado uma grande produção durante as décadas de 1960 e 1970, mas resultando em uma série de impactos ambientais nas décadas seguintes, relacionados à escassez de pescado devido às capturas intensas, excedendo a capacidade de reprodução das espécies capturadas. Assim, o surgimento da chamada pesca industrial implicou no aparecimento de barcos cada vez maiores, com redes mais extensas e tecnologia de ponta atuando nessa zona costeira do Atlântico (alguns deles provenientes do porto vizinho de Rio Grande, onde se formou um parque industrial pesqueiro, e outros provenientes de outros estados e países), pode ser definida não mais como pesca no sentido tradicional, mas como uma “guerra contra os peixes”⁹⁹, onde não há alternativa de escape frente ao modelo extremamente agressivo e predatório da pesca industrial.

Dos acampamentos na ilha da Feitoria e do trabalho das mulheres nas salgas e fabricas de congelamento de pescado em São José do Norte

Os tempos de crise e de fartura e seu movimento cíclico entre presente e passado, que se revelam através da memória dessa comunidade pesqueira, mostram um percurso ao longo do tempo que segue um padrão de mobilidade de “ir atrás do peixe”, relativo a processos de des-reterritorialização frente a injunções de mudança, seja através dos fluxos migratórios de pescadores e ceboleiros (nos movimentos de pescadores para São José do Norte e dos ceboleiros para a pesca), seja nos processos de mutação das pescarias desencadeadas pelo mercado. Nesses processos, a dinâmica do modo de viver diz respeito, mais do que estratégias de sobrevivência, a modos de (re) existência dessa comunidade pesqueira. Tendo em vista que tudo o que existe é porque se transforma, é preciso (re)existir. Assim, as narrativas sobre os tempos de fartura fazem também referência a esse momento em que a pesca na lagoa sofre

⁹⁹ A metáfora da “guerra contra os peixes” é inspirada no documentário *End of the line* (2009), do diretor Rupert Murray, baseado no livro de Charles Clover. Revela os impactos e consequências da pesca industrial.

mutações devido ao envolvimento com o mercado da pesca, sobretudo em relação às inovações tecnológicas e demandas de consumo

Nas narrativas de quando se pescava na Lagoa dos Patos, uma pequena ilha pertencente ao município de Pelotas surge como uma importante referência. No estuário próximo ao município de Pelotas, esse local abrigava os pescadores dos municípios ao redor da lagoa, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Além dos habitantes, que formavam um pequeno povoado, pescadores de Pelotas, de Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul acampavam na ilha com suas famílias, permanecendo ali durante os períodos de pesca, que duravam alguns meses, principalmente durante a safra do camarão. Atualmente, esta ilha encontra-se praticamente desabitada, sendo determinante para o seu esvaziamento a diminuição considerável das espécies ali capturadas. Os antigos habitantes da ilha optaram por mudar-se para a Z3, a vila de pescadores mais próxima, que se tornou um bairro da cidade de Pelotas.

Durante este período, novas técnicas de pesca e inovações tecnológicas tornaram-se fundamentais para a transformação das pescarias, como o surgimento do gelo, que possibilitou armazenar mais quantidades de pescado, e do motor, que passou a ser utilizado nas embarcações, - no lugar do remo e das velas. Com embarcações agora motorizadas, as viagens mais distantes, como as feitas à Feitoria, facilitavam o encontro e a comunicação entre pescadores de diferentes localidades. Por outro lado, a imagem de peixes levantados pela força, ferramenta utilizada pelos agricultores, que se apresentam nas narrativas dos pescadores, refere-se a um tempo de abundância associado à mudança de práticas agrícolas para a pesca, em um período de pesca artesanal, no qual ainda não era preciso cuidar da integridade do pescado, segundo as demandas atuais do mercado pesqueiro.

Para além dos acampamentos, embora a divisão de trabalho seja identificada como uma unidade familiar, na qual homens pescam e mulheres, ademais de descascar camarão, geralmente participam de pesca em botes/canoas, é importante esclarecer que parte dessas mulheres também atuava em pequenos botes, sozinhas, com o marido ou com os pais. Nas famílias de pescadores, as mulheres tradicionalmente trabalhavam no preparo do peixe seco, no processo de salga, bem como nas atividades de

descasque do camarão, seja para consumo próprio, seja para venda. Nesses contextos, famílias inteiras também arrastaram redes em águas rasas, na pesca do camarão. Já habituadas à operação de limpeza, retirando as vísceras e preparando o peixe, que era salgado e seco, no núcleo familiar, as mulheres trabalhavam igualmente em empresas de processamento de pescado que se estabeleceram em São José do Norte.

O processo de vinculação da pesca artesanal com o mercado é narrado como referência a um “tempo de abundância” das pescarias, cuja produção de camarão e peixe era incrivelmente maior do que a capacidade de consumo/uso local. Nem com as salgas trabalhando noites inteiras, ou com a distribuição de um grande número de peixes e camarões entre as pessoas da comunidade, impediu-se que toneladas fossem desperdiçadas ou utilizadas como adubo nas plantações de cebolas, visto que não havia tecnologia para a conservação do pescado. Além disso, o processo de decomposição rápida do peixe obrigava os pescadores a venderem sua produção a valores irrisórios para a indústria pesqueira.

Com o surgimento das fábricas de congelamento, o processamento de pescado passou a ser mais rápido, ao mesmo tempo em que aumentava o contingente de trabalhadores nessas fábricas. Com a substituição das salgas por fábricas de congelamento de pescado e do aumento do parque industrial de Rio Grande, já na década de 1970, havia duas filiais dessas empresas em São José do Norte (fig. 02), ambas com sede em Rio Grande.



Fig. 04. Trabalho de descasque do camarão em uma fábrica de congelamento pescado por volta da década de 1970.

Fonte: Imagem cedida (Adomilli, 2007).

A ‘morte da lagoa’ e o surgimento da pesca embarcada, um movimento de dentro para fora.

Em São José do Norte, a pesca embarcada começou apenas na década de 1980, com o surgimento da frota de barcos de pequena e média tonelagem, equipada com algumas tecnologias disponíveis nos navios de pesca industrial, como sondas e bússolas. Neste contexto, pescadores locais da pesca oceânica fazem parte de uma frota costeira que apresenta uma transição da pesca artesanal, baseada principalmente nas relações familiares e nos saberes costeiros dessa comunidade para um modelo com maior envolvimento com o mercado. De certa forma, consiste em uma rearticulação frente a mudanças desencadeadas pela atividade pesqueira industrial. Origina-se das políticas governamentais para o setor, realizadas a partir da década de 1960 e que beneficiaram uma

ampla gama de proprietários de parselhas da Lagoa dos Patos através de incentivos fiscais, com vista a maior equipamento e aquisição de grandes embarcações. Estes, dispondo de melhores condições econômicas, tornaram-se armadores, investindo em barcos equipados com redes e voltados para pesca barra afora. Portanto, a maioria dos proprietários dos barcos são descendentes de imigrantes portugueses, enquanto as comunidades pesqueiras locais, como já observado, são formadas por agricultores excluídos, junto com os pescadores catarinenses que foram “atrás do peixe”, em processos de (re) territorialização/ (re) existência. Os investimentos da indústria pesqueira ampliaram a capacidade de captura, de forma que, nas décadas seguintes, a escassez dos estoques pesqueiros se agravou. Essa pesca em grande escala na zona costeira marítima e a relativa escassez de pesca na lagoa, após exploração intensiva, fez com que as empresas de pescado fechassem ou se transferissem para outras regiões do país. Neste contexto, no final dos anos 1980, alguns armadores com redes de emalhar adquiriram navios maiores, passando para a pesca em águas mais distantes da costa.

Para Cláudio, este é também um tempo identificado como o tempo de fartura da pesca, praticado nas praias do Atlântico e na Lagoa dos Patos até fins da década de 1970. Um passado idealizado, de modernização restrita, no qual havia uma sustentabilidade em razão da abundância de peixes e do emprego de uma tecnologia limitada. A sobrevivência era agora transformada em trabalho-providência, orientada por uma lógica do capital e do emprego, constituindo o mundo da pesca em relações mediadas pelo “dinheiro” (Simmel, 1976).

Eu comecei na barra em 84. Comecei como tripulante. Trabalhei com o falecido Atanásio. O primeiro barco que veio trabalhar aqui no Norte (São José do Norte), que antes não tinha, né! Um barco que o Benjamim construiu, o “Dom Joaquim”. O primeiro barco que ele construiu. Eu entrei até na vaga do canivete, que eu trabalhava na Lagoa dos Patos, mas vi que tava muito defasada. Aí eu agarrei, fui optando, né. Tive que sair da lagoa, porque não tinha mais como sobreviver. A lagoa morreu. O pessoal começou a sair. E nós trabalhava ainda lá na Ilha da Feitoria. E aí, é como diz aquele ditado: Tu tens que sair para sobrevivência, né! Quem ficou naquilo ali não desenvolveu. O

troço ficou difícil. Então... Se a pesca tivesse ficado como era há alguns anos... Eu nunca tive intenção, nunca sonhei que iria trabalhar no oceano.

A trajetória de Claudio é elucidativa de como esse processo adquire o sentido de um movimento de ir atrás do peixe, seguindo um percurso por águas salgadas. Primeiramente, fugindo da fome no campo, no fluxo migratório da agricultura em direção à pesca, quando passou a trabalhar como proeiro nas parelhas portuguesas, aprendendo o ofício e, posteriormente, tornando-se mestre na pesca realizada no estuário da Lagoa dos Patos. Com a ‘morte da lagoa’ e o surgimento da pesca embarcada desencadeada pelas demandas do mercado pesca, Cláudio trabalhou como proeiro e rapidamente se tornou mestre da pesca embarcada¹⁰⁰.

Assim como Cláudio, boa parte da primeira geração de mestres locais havia aprendido com Atanásio a pescar no oceano. Por isso, e por ter “matado muito peixe”, ele era considerado um dos maiores mestres da região. Referiam-se seguidamente a Atanásio como o primeiro mestre da pesca embarcada em São José do Norte. Deste modo, ao mesmo tempo em que identificava um mito messiânico, a referência à figura de Atanásio era recorrente quando o assunto girava em torno de pescadores reconhecidos como portadores de uma tradição na pesca, baseada, entre outras coisas, em práticas pesqueiras.

Antes de embarcar, Atanásio foi mestre de parelha de praia, considerada uma pescaria tradicional. Por outro lado, seu conhecimento ia além do aprendizado geracional, refere-se a uma experiência de anos de práticas pesqueiras, aliado a uma grande capacidade inventiva. Em vista disso, esse conhecimento baseia-se na combinação do aprendizado geracional com a experiência individual.

A relação entre a trajetória de Atanásio e as mudanças na pesca surgem como um episódio emblemático para a compreensão dessas transformações. Em uma conversa com Nibo, pescador embarcado, ele contou um pouco da caminhada do antigo mestre:

100 Atualmente, Cláudio aposentou-se da pesca embarcada e voltou às pescarias no estuário, o que nos permite perceber ainda mais claramente, através desta trajetória, a questão da dinamicidade do modo de vida e dos seus movimentos cíclicos. Assim, a lagoa vive e dá vida, e os ritmos da duração revelam-se nos movimentos no tempo e no espaço.

[...] o Atanásio saiu do nada. Ele começou na pesca de tarrafa na beira da praia, em Santa Catarina, depois ele veio para cá, para o Sul. Primeiro ele foi agarrar de proeiro. De proeiro ele conseguiu comprar um botezinho. E aí, depois, ele comprou outro bote, teve um terreno aqui, teve parrelha de praia... Era muito conhecedor, era homem que subia num caminhão e olhava: “Lá tem peixe!” Largava. Aí, depois, quando ele se sentiu velho, pela pescaria de praia, porque ele era o patrão dele mesmo, se atucanou. [...] Aí ele passou para os barcos. Mas aí ele trabalhou de mestre. Ele não trabalhou no convés. Aconteceu que nem o Cláudio. O Cláudio trabalhou uma safra com o Atanásio no convés e na outra já foi trabalhar de mestre. E, graças a Deus, sempre se deu bem. Então, ele era muito respeitado, porque conhecia tudo e mais um pouco! Desses mestres que tem aqui da volta, e da malha, o Atanásio botava eles tudo no bolso, era professor deles tudo! Ah, era!

Perguntei, então, a Nibo como era possível que Atanásio tivesse se tornado mestre de barco tão rapidamente, já que o estuário e o oceano não eram a mesma coisa, e se ele dispunha, nessas primeiras viagens, de tecnologias como a que vemos hoje nos barcos, como sondas, bússolas e GPS, tecnologias que o auxiliassem nas pescarias. Eu obtive a seguinte resposta:

Não, ele não tinha tecnologia! O Atanásio começou a trabalhar sem uma sonda, sem um navegador... Ele só tinha bússola. Só bússola. [...]Do tempo em que agarrava para ver: “Será que tem peixe aqui? Vamos com o ouvido”. Depois ele agarrou e usou um sistema mais sofisticado para sondar o peixe: um cano. Um cano, tipo... Nunca viu pegar duas latinhas e colocar um fio e fazer auto-escuta? Um desses, só que é um cano. Um cano d’água, de vinte e cinco, aí pega uma tampa... bota do lado dele, a parte tampada larga na água, e escuta na parte adentro. Dá o som nítido, nítido! E aí, se o cara faz as aventuras dele e mata peixe, os outros vão seguir por ele.

A partir da construção social das trajetórias individuais, este caso revela a possibilidade de pensar na interação que permite articular o mundo técnico com uma herança cultural através da metamorfose constante dos pescadores e de sua persistência em “permanecer pescador”. Isso viabiliza

certa duração no tempo, sendo necessário levar em conta as condições de vida e as possibilidades de uma transformação constante da sociedade através do engajamento e da ação criativa dos atores sociais.

Na década de 1990, o esgotamento do modelo de desenvolvimento governamental para o setor pesqueiro, implantado desde década de 1960, principalmente como consequência da ação de grandes navios de pesca, sinalizados através da diminuição das quantidades capturadas, gerou a falências de empresas e fusões, com uma redução da força de trabalho local. Em termos globais, o problema vai além da pesca local e da política de pesca implementada pelo Estado, uma vez que se insere na da captura mundial, destacando a modernização das frotas pesqueiras que, com os avanços do potencial tecnológico empregado, tendem a pescar volumes cada vez maiores, levando à perspectiva sombria de um esgotamento.

Além disso, estudos sobre o impacto da pesca nos estoques pesqueiros chamam a atenção para altas taxas de descarte de espécies por captura de barcos pesqueiros industriais. Isso significa que peixes pequenos e várias outras espécies capturadas em barcos não são aproveitadas, sendo descartadas no mar, sem vida. No caso de pescadores embarcados com redes de emalhar, a prática da pesca é caracterizada pelo uso da rede de espera, considerada uma pescaria mais seletiva que a praticada por barcos pesqueiros industriais. Por outro lado, essa pesca expandiu consideravelmente sua extensão de redes, permanecendo por tempos mais prolongados no mar, na tentativa de retomar a produtividade de períodos anteriores, aquele dos primeiros barcos. O fato de que a pesca com rede de fundo, praticada inicialmente durante o inverno, seja utilizada durante todo o ano, inclusive durante verão, revela o contexto da problemática ambiental que envolve diretamente essa pescaria. Tal situação remete ao fato de que as problemáticas ambientais são colocadas em pauta justamente pelas políticas ambientais, onde a vigência de políticas de fiscalização com poder coercitivo e desigual entre os atores sociais envolvidos insere esta lógica em uma perspectiva individualista, conforme revela Lima (2000; 2004). Para Lima (2004), o dilema da administração dos conflitos no espaço público brasileiro, no qual a tendência em naturalizar a desigualdade através do assentamento legal de uma igualdade formal, assim particularizando os direitos humanos,

diz respeito a um sistema composto por regras que estão sujeitas à interpretação, levando à questão da autoridade interpretativa e da hierarquia que particulariza os valores. Trata-se, portanto, de um modelo de naturalização da desigualdade, onde a problemática ambiental, por se tratar de um bem coletivo, situa-se no meio dessas ambiguidades inerentes aos espaços públicos, implicando questões acerca da legitimidade do poder e da descentralização (Lima, 2004).

Junto a estes aspectos centrais, práticas tradicionais de trabalho vinculadas ao modo de vida estão ligadas ao conhecimento do meio costeiro, a partir dessas experiências relativas ao movimento de algumas gerações de práticas agrícolas em direção à pesca e desta para lugares cada vez mais distantes no mar. Assim, a pesca embarcada, consolidando-se como alternativa à pesca na lagoa, engendra uma série de mudanças nos ritmos de vida e de viver.

Considerações finais

A relação com o meio aquático refere-se às práticas do trabalho e aos ritmos da pesca, no envolvimento das famílias em seus laços de parentesco e solidariedade. Por sua vez, as águas salgadas surgem como novas vias de comunicação entre pescadores de vários locais. Se a mobilidade entre a pesca em botes/canoas motorizadas e a pesca embarcada diz respeito à sazonalidade da pesca - ou seja, é determinada pelo movimento das espécies de peixes, em que há um calendário dos períodos de captura, definidos estes de forma aproximada às estações do ano e demais condições climáticas, o movimento de ir atrás do peixe remete às demandas de captura de uma pesca vinculada ao mercado, como é a pesca artesanal. Igualmente, o conjunto de fluxos migratórios que configuram culturalmente essa comunidade pesqueira ocorre a partir dessa perspectiva, na qual as trajetórias dos pescadores revelam, em poucas gerações, em boa parte dos casos (como observado na trajetória de Claudio, em apenas uma geração), um processo de mudança de pescarias e de ambientes.

Nos processos de (des/re territorialização) dentro do sistema marítimo-lacustre-costeiro, o percurso das águas salgadas revela também a comunicação entre pescadores do entorno da Laguna dos Patos e as viagens mais longas, nas pescarias em barcos que operam no Atlântico.

Assim, tentei demonstrar como essas tensões e reconversões determinadas pelas mudanças sistemáticas derivadas do processo de industrialização na pesca ocorrem em contextos de conflito cujas práticas referem-se a limites entre a condição de vulnerabilidade desses grupos e seus movimentos de (re) existência. Neste contexto, surgem algumas questões relacionadas aos processos de territorialidade e às novas práticas e saberes, que se apresentam como um padrão de mutação. Nesse sentido, as estratégias de duração/continuidade no tempo estão vinculadas a uma constante reelaboração, na dinamicidade do modo de viver, orientados em suas re-existências.

Referências

ADOMILLI, G. *Terra e Mar, do viver e do trabalho na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente com pescadores de São José do Norte - RS*. Tese de Doutorado. PPGAS-UFRGS, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algerie*. Paris: PUF, 1958.

BUNSE, H.W. *São José do Norte: aspectos linguísticos-etnográficos do Antigo município*. Porto Alegre: Editora Globo, 1982.

CORDEL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. En: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A. C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, A.C. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

ECKERT, C. *Memória e trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba, Appris, 2012.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In: KOURY, M. G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

GONZAGA, F. A. *No limiar da lista vermelha: conflito ambiental e fricção epistemológica em torno da proibição da pesca do bagre no Rio Grande do Sul*.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharelado em Ciências Sociais. Porto Alegre, RS 2017.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, 33(1). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>, 2010. Consulta 2 de julho 2010.

LIMA, R. K. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dois modelos de gerenciamento de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*. 13. 23-38, 1999.

LIMA, R. K. Os cruéis modelos jurídicos de controle social. *Insight – Inteligência*. 06 (25), 131-147, 2004.

MALDONADO, Simone, C. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume Editora, 1994.

MARTINS, C. A. A. *No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI n 119 (47), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-47.htm>. Consulta 12 de dezembro 2002.

MOURA, G. G. M. *Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnooceonográfica*. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ORLANDO, A.M. *Alguns aspectos da pesca fazem Camarão não está localizado em Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil*. Rio Grande: CIRM -FURG, (Não publicado), 1989.

RIAL, C. S. *Mar de Dentro. A transformação do Espaço Social na Lagoa da Conceição*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS, 1988.

SIMMEL, G. *Concepto de la tragédia de la cultura y otros ensayos*. Madrid. Revista de Occidente, 1935.

WOLF, Eric. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

CAPÍTULO 5

PORTO ALEGRE SOB(RE) AS ÁGUAS: MEMÓRIA AMBIENTAL EM TEMPOS DE ANTROPOCENO

Rafael Victorino Devos

A enchente de 1941. Entrava-se de barco pelo corredor da velha casa de cômodos onde eu morava. Tínhamos assim um rio só pra nós. um rio de portas adentro. Que dias aqueles! E de noite não era preciso sonhar: pois não andava um barco de verdade assombrando os corredores? Foi também a época em que era absolutamente desnecessário fazer poemas... (Quintana, 1948).

Em *The Great Derangement: climate change and the unthinkable* (Gosh, 2018) o antropólogo e romancista Amitav Gosh pergunta-se por que o romance moderno e a literatura de ficção contemporânea dificilmente incluem a mudança climática (e as catástrofes que a acompanham) em suas tramas narrativas. O autor não se refere ao gênero da ficção científica, da fantasia ou a uma literatura distópica que projetam mundos alternativos ou futuros apocalípticos, mas às narrativas situadas no tempo presente, no mundo em que vivemos, no cotidiano. No entanto, grandes inundações, secas extremas, tempestades devastadoras, incêndios incontrolláveis, epidemias vêm se tornando eventos frequentes a transformar o que entendemos por vida cotidiana. Estes são eventos críticos que ativam forças ambientais que não se contentam com o lugar de cenário, de pano de fundo das ações humanas delegado à Natureza no romance moderno, no qual seu protagonismo é impensável.

Gosh relata que, durante muito tempo, hesitou em narrar em suas obras de ficção a oportunidade que teve de presenciar um tornado quando andava nas ruas de Nova Délhi e acabou no centro do vórtice que destruía tudo ao seu redor. A experiência parecia demasiado inverossímil para não desviar suas descrições de uma Índia contemporânea, com indesejadas doses de exotismo. Foi somente quando passou a incorporar as forças ambientais como agentes capazes de transformar as vidas de seus personagens que tais eventos climáticos passaram a fazer

parte da realidade de suas histórias. Em *The Hungry tide* (Gosh, 2005), ciclones e enchentes transformam a vida de quem circula por Calcutá e a Baía de Bengala e, sobretudo em seu último livro, *Gun Island* (Gosh, 2019), a subida das águas e outros eventos atmosféricos aproximam as vidas de migrantes asiáticos, uma bióloga, uma historiadora, um vendedor de livros antigos, além de golfinhos, serpentes, aranhas e outros seres da água e da terra, entre alagamentos pelos mangues do *Sundarbans* e das lagoas de Veneza.

A leitura de Gosh remeteu-me à minha própria experiência de pesquisa, na medida em que as descrições do autor sobre as forças que atuam no delta do Ganges e na Baía de Bengala, conhecidas por pescadores e navegantes, e surpreendentes para os habitantes de cidades como Calcutá, ressoavam, em sua configuração, com um delta de proporções bem menores, o delta do Jacuí, às margens de Porto Alegre. Refiro-me às narrativas que conheci de homens e mulheres que relatavam experiências de um cotidiano atravessado pela subida das águas em meses de muita chuva, em que se destacam as memórias da grande enchente de 1941.

Em 1941 o mundo de Porto Alegre se transformou. Parecia uma coisa que aquilo era um fim do mundo, que está se transformando num fim de mundo... Na enchente de 41 nós passamos na Av. José Montauri de *caíco*, juntando coisas que vinha água abaixo, que ali se juntava aquelas coisas dos mercados, mas eram coisas assim tanta, tanta, tanta coisa água abaixo que chegava a fazer fila de coisas água abaixo... Bom, quando terminou em 1941, quando terminou a enchente a gente vinha descendo, pelas margens do rio encontrava cadáveres pendurados nos galhos de pau. Com a água baixando eles ficavam ali, aqueles cadáveres, sem saber. Então ali eles pegavam e enterravam ali mesmo nas beiras de água... Então o pai sempre dizia, isso aí é uma força de Deus. Sr. João Mocotó, extrato do documentário “Memórias do Mundo” (Satt e Rocha, 1997).

Narrativas como essa, contada por um antigo barqueiro, morador das ilhas do delta do Jacuí, capturaram-me para os estudos de Antropologia, pelo modo como a memória e a narrativa articulam arranjos entre rios e cidades. A enchente de 1941 deixou vários bairros da cidade de

Porto Alegre sob metros de águas que subiam do lago Guaíba e dos rios que formam sua bacia, por vinte e dois dias. Muitas pessoas sem água potável ou comida, expostas aos sedimentos que circulavam com as águas. Aulas e serviços não essenciais suspensos, exército mobilizado para organizar desabrigados, mas também novas oportunidades. Nos acervos de imagens da cidade, encontram-se fotografias em que grandes embarcações funcionaram como transporte de passageiros, em novas “linhas” anfíbias nas grandes avenidas, e pequenos “caícos” atravessam canais navegáveis nas ruas mais movimentadas do centro urbano, no auxílio a desabrigados, ou em pescarias em lagoas viárias (Guimaraens, 2009, p.62). Apesar de ser um evento histórico importante, sua memória não deixa de ter um tom de realismo mágico, de exotismo e catástrofe improvável, após anos de transformação simbólica e material na relação entre a cidade e as águas. Embora alagamentos causem transtornos no trânsito da cidade, as enchentes mais recentes já não afetam da mesma maneira as áreas mais valorizadas da Região Metropolitana, sendo a subida das águas um fenômeno recorrente em áreas periféricas, que não foram transformadas por obras de infraestrutura de saneamento ou contenção de cheias.

Na memória de moradores das ilhas do delta do Jacuí, enchentes como a de 1941, ou a de 1967, atualizam-se na experiência de outras cheias, como a que presenciei em 2001, em minha pesquisa de campo (Devos, 2007; 2002). A subida das águas é um fenômeno esperado que ocorre com frequência, em menor intensidade, quando se habita um território que é composto, em sua maioria, por áreas úmidas. Nesses estudos anteriores, abordei, através da narrativa oral de habitantes das ilhas, a forma como suas experiências forneciam um enquadre diferenciado da memória das transformações na relação entre o cotidiano urbano e a dinâmica hídrica da bacia hidrográfica do lago Guaíba.



Fotos em preto e branco. Acervo: Fototeca Sioma Breitmann. Fundo de origem: Museu Joaquim Felizardo, Porto Alegre, RS, Brasil. Autores das fotos: desconhecidos.

Foto colorida. Enchente na Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre.

Fonte Dissertação de mestrado intitulada *Uma “ilha assombrada” na cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, dezembro 2002. Autor da foto: Rafael Vitorino Devos.

O delta do rio Jacuí é composto por 16 ilhas, além de pântanos, charcos e canais formados no encontro das águas do rio Jacuí com os rios Sinos, Gravataí e Caí, que desaguam no lago Guaíba. Com mais de 22 mil hectares, constitui uma Área de Proteção Ambiental. É considerado um filtro natural para manter a potabilidade das águas e os níveis de produtividade de pescado do lago Guaíba. As ilhas e canais tributários originam-se do depósito de sedimentos com a desaceleração da velocidade das águas desses afluentes, ao desaguiarem no grande corpo de água que é o lago Guaíba (Menegat e Carraro, 2009, p.51). Entre as ilhas e áreas de margens continentais, encontram-se, nas poucas faixas de terra disponíveis nessas áreas alagadiças, residências de luxo na beira dos rios, barracos de famílias de baixa renda próximos às estradas e as residências de palafita, ocupadas historicamente por famílias que se valem de embarcações e de outras estratégias em épocas de cheias. Entre 2000 e 2006, estudei esse cotidiano e essa memória em minha formação como antropólogo, em diálogo com outras colegas, investigando a diversidade de experiências temporais na cidade, junto à equipe de pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais do PPGAS da UFRGS.¹⁰¹

Conhecendo o cotidiano e a narrativa de antigos moradores das ilhas, acessei uma experiência ribeirinha que parece ter sido soterrada na memória de muitas cidades brasileiras que viveram na segunda metade do Século XX, uma aceleração de um divórcio com as águas, apesar de terem sido construídas na planície alagadiça de rios e córregos. A redescoberta dessa paisagem fluvial no subsolo urbano e de suas dinâmicas ecológicas tem sido o tema de recentes projetos em cidades como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, entre outras (Brocanelli, P. e Stuermer, 2008; Borsagli, 2016; Soares e Carvalho, 2018).

Além dessa experiência de pesquisa nas ilhas, retomarei alguns documentos sobre as transformações da paisagem urbana de Porto Alegre com obras de saneamento como aterramentos, canalização de córregos,

101 A reflexão que faço neste artigo parte dos conhecimentos construídos de forma coletiva tanto com narradores das ilhas do Delta do Jacuí, quanto com colegas que desenvolveram pesquisas sobre as temporalidades urbanas junto ao Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais e ao Núcleo de Antropologia Visual do PPGAS UFRGS. Em especial agradeço às Professoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, e as pesquisadoras Liliane Guterres, Thaís Vieira, Viviane Vedana, Olavo Marques, Alfredo Barros, Ana Paula Soares, Rosana Pinheiro Machado, Paula Biazus, Fernanda Rechenberg, João de Los Santos, Débora Leitão, Rogério Rosa, Rafael Lopo, Anelise Guterres, Januária Monteiro, Luciana Mello, Renata Ribeiro, Luciana Tubello Caldas, Stephanie Bexiga, Patrick Barcelos, Rivail Teixeira, Ana Paula Parodi, Luna Carvalho, Débora Beck, Priscila Farfan, Luciana Prass, Flávio Leonel A. Silveira e Gianpaolo Knoller Adomilli, pelo compartilhar de afluentes dessa memória ambiental.

drenagem, contenção de cheias, já referido em outro texto como uma memória ambiental que enquadrava essa cidade ribeirinha num passado exótico, civilizado pelo progresso (Devos, 2007; Devos, Soares e Rocha; 2010). Tratava-se de uma representação que opunha o ambiente urbano à natureza alagadiça da região, contrastando com a experiência contemporânea dos ilhéus. Na seleção de textos para discutir esse quadro, havia, no entanto, uma falta: as produções técnico-científicas que descrevem a bacia hidrográfica e projetos diversos em meio a esses processos.

Neste texto, analisando publicações recentes de estudos sobre a qualidade das águas, as transformações ocorridas na bacia do lago Guaíba e os riscos para a população que a habita, discuto em tempos de Antropoceno como a memória dessas relações entre cidades e bacias hidrográficas é elaborada, com novas noções a respeito do impensável.

Memória Ambiental e Paisagens no Antropoceno

Os desafios ambientais que marcam o momento em que vivemos têm sido nomeados pela ciência como o Antropoceno. Proposto inicialmente pelo químico Paul Crutzen e pelo ecólogo Eugene Stoermer (2000), o termo descreve um período de transformações ambientais de ordem planetária, induzidas por ações humanas. Trata-se de uma mudança na noção de uma Natureza estável, que marca o progresso científico e tecnológico dos últimos séculos para a de um Planeta Terra ativo, imprevisível e responsivo a mudanças nas configurações do solo, das águas, da atmosfera e das relações ecológicas, provocadas por ações humanas que passaram a ter a grandeza de forças geológicas em seu impacto, agindo sistemicamente, de forma não isolada. Pelo grau de complexidade sistêmica e de imprevisibilidade que lhe é associado, o Antropoceno não pode ser atribuído exclusiva e diretamente a determinados processos de intervenção nas dinâmicas de paisagens do planeta, mas também não se refere a toda e qualquer ação humana de participação nas transformações desses cenários.

No entanto, o geólogo James Syvitski e seus colegas (Syvitski 2008; Syvitski e Kettner, 2011) têm demonstrado que, se os efeitos que provocam mudanças climáticas globais na atmosfera são mais difíceis de

mensurar e localizar, os processos que alteram fluxos de sedimentos em rios e seus deltas podem ser materialmente observados nas chamadas obras de infraestrutura. As ações que instalam e fazem operar barragens, redes viárias, aterramentos, drenagens, mineração, irrigação e redes de tratamento de resíduos aceleraram em poucas décadas transformações na morfologia de rios e lagos que se formaram em processos de centenas de milhares de anos. Em especial, Syvitski reflete sobre os deltas de rios como sentinelas de mudanças nas bacias hidrográficas onde estão inseridos. O antropólogo Atsuro Morita (Morita, 2015; Morita e Jensen 2017; Morita e Suzuki, 2019) comenta a importância dessas paisagens no trabalho de geólogos, hidrólogos, historiadores e cientistas sociais, referindo-se a estudos comparativos de deltas de alguns dos maiores rios ao redor do mundo (Ganges, Amazonas, Nilo, Mississipi, Mekong, Chao Phraya) que desaguam nos oceanos. Pensados comparativamente, o foco localizado na bacia hidrográfica pode ser ampliado ao relacionar processos históricos semelhantes, mostrando o papel de grandes deltas como sentinelas de transformações no ciclo hídrico e no fluxo de sedimentos do planeta. Um aspecto considerado por estes autores é o papel da infraestrutura construída de diques e barragens, da mineração e da irrigação nos rios, que capturam boa parte do sedimento que se depositaria ao longo dos deltas, o que faz as porções de terra afundarem a uma velocidade quatro vezes maior do que a subida do nível do mar (Morita e Suzuki, 2019, p.290.).

Os antropólogos Anna Tsing, Andrew Mathews e Niels Bubandt (2019) sugerem entender o Antropoceno como um processo fragmentado (*patchy*), em que determinadas manchas de paisagens transformadas por processos imperiais e industriais de exploração de “recursos naturais” propiciam transformações inesperadas nos modos de relação entre humanos, flora, fauna, agentes atmosféricos e geológicos. O Antropos, do Antropoceno, não é a humanidade de forma genérica, mas essa figura humana forjada no Iluminismo, o Homem do progresso técnico-científico, voltado para o domínio da Natureza através da razão, que deixa marcas materiais visíveis nas paisagens do planeta. Os efeitos dessas ações, como a degradação de ambientes com a perda de diversidade da vida e da qualidade das águas, do solo e do ar, também não são sentidos inicialmente

por essa figura humana poderosa, mas por homens e mulheres com pertencimentos a parcelas mais vulneráveis da sociedade e a territórios não privilegiados por tais transformações de infraestrutura.

Essa produção científica voltada para tais processos tem realizado uma revisão dos limites do controle tecno-político de ambientes diversos no planeta, repensando noções de risco, responsabilidade, resiliência, incerteza e impacto ambiental que acompanham os processos mais recentes de intervenção nas configurações de bacias hidrográficas, zonas costeiras, florestas, entre outros ecossistemas. A contaminação da cadeia alimentar costeira por microplásticos ou vazamentos de petróleo, as “ondas de lama” geradas pelo rompimento de barragens, o aumento da velocidade de propagação de incêndios em áreas de floresta, as novas patologias que viajam o globo junto com mercadorias e pessoas são alguns exemplos recentes de como as intervenções infraestruturais potencializam as conectividades ecossistêmicas entre manchas de paisagens, assim como geram novas conexões inesperadas entre territórios distantes.

Descrever uma bacia hidrográfica dessa forma, em mosaicos de articulação entre territórios, prestando atenção nessas manchas de paisagens que revelam conectividades de diferentes escalas entre forças mais que humanas, permite-nos perceber um novo enquadre na compreensão da trajetória do Guaíba e do delta do Jacuí. Este não é um processo histórico linear. As sobreposições de processos diversos, como o avanço da monocultura, as grandes obras de infraestrutura ou as formas de planejamento e de revitalização dos rios remetem a temporalidades diversas em cada bacia hidrográfica.

Podemos, assim, entender os documentos técnicos que registram projetos, pareceres, polêmicas e análises diversas a respeito da qualidade das águas e das condições de vida na bacia do lago Guaíba como parte de uma memória ambiental, que revisa o processo histórico resultante das condições materiais atuais dos rios e do lago. Minha intenção não é produzir uma história ambiental, mas refletir sobre a sobreposição de enquadres a respeito das transformações nas relações entre esses corpos hídricos e as atividades urbano-industriais na região.

Assim, seguindo a proposta de Eckert e Rocha a respeito das dinâmicas da memória nas cidades brasileiras (Eckert e Rocha, 2005), é

preciso partir das narrativas e olhares sobre o Tempo no presente, para descobrir as “razões para lembrar”, expressão que as autoras encontram em Bachelard (1988), a respeito da reconstrução constante de continuidades temporais.

Mineração no Guaíba: riscos entre terra e água

No ano de 2019, uma polêmica retomou os debates sobre a importância do delta do Jacuí para a bacia hidrográfica do lago Guaíba. O projeto de construção de um empreendimento de mineração de carvão, areia e cascalho às margens do rio Jacuí, chamado “Mina Guaíba”, causou uma forte reação contrária à sua execução por parte de pesquisadores, ambientalistas, povos indígenas, habitantes do delta do Jacuí, pequenos agricultores e outros membros da sociedade civil (Sul21, 2020).

Em fevereiro de 2020, o licenciamento ambiental da obra foi suspenso pela Justiça Federal, em função de que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do projeto não levaram em conta a existência de comunidades indígenas Mbyá-Guarani na área que seria diretamente afetada pelo empreendimento, componente que também não havia sido exigido pelo órgão estadual que faz o licenciamento no Rio Grande do Sul (FEPAM-RS). Conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes (OIT, 1989), o povo afetado por ato administrativo ou legislativo do Estado deve ser consultado e oferecer seu consentimento, pois medidas de compensação e reassentamento de comunidades teriam de ser negociadas no caso desse empreendimento. Ironicamente, é o povo guarani o responsável pelo nome do lago Guaíba, que significa, em tupi-guarani, “encontro das águas”, ou “bacia de todas as águas” (Andrade et al, 2019, p.230). Como pode esse dado histórico ser desconsiderado? Conforme os estudos de memória social, existem razões no presente para lembrar, mas também para esquecer e silenciar (Pollack, 1989). Além das comunidades indígenas, um assentamento com 70 famílias de agricultores e um condomínio residencial também seriam diretamente afetados pela emissão de gases e materiais particulados com mercúrio em explosões diárias. Os riscos de contaminação da atmosfera também expõem mi-

lhões de outros habitantes da região, mas é o risco de contaminação através das águas que pode ser mais bem avaliado nesse processo.

Um parecer técnico emitido por especialistas em engenharia de recursos hídricos, geologia e ecologia (Possanti, Menegat e Marques, 2019) alerta sobre os impactos possíveis através dos recursos hídricos e sobre o “risco tecnológico” para toda a região à jusante do trecho do rio Jacuí, onde o empreendimento seria instalado. Em caso de eventos críticos como enchentes, os resíduos do empreendimento atingiriam os mananciais de água potável de vários municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, com mais de 2 milhões de habitantes, em territórios que são diretamente conectados pelas águas que atravessam o delta do Jacuí e formam o lago Guaíba.

Destacarei alguns conceitos acionados pelo parecer e por outros documentos que são relevantes para a nossa discussão a respeito de como uma revisão do processo histórico de transformação das águas do delta do Jacuí e do Guaíba pelos usos urbanos (e vice-versa) também pode ser percebida no conhecimento técnico-científico.

Em termos mais pontuais a respeito do projeto da obra, o parecer refere-se a um grave equívoco no planejamento do empreendimento. O projeto situa-se na planície de inundação do rio Jacuí, no canal de passagem das cheias do rio (Possanti, Menegat e Marques, 2019, p. 9), mas não considera a área à jusante do projeto como espaço de influência indireta. Pela lógica hídrica, os resíduos lançados em caso de falha estrutural do sistema de diques do empreendimento seriam transportados pelo rio Jacuí ao seu delta e ao lago Guaíba. Outra limitação mencionada a respeito do projeto é que o Relatório de Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental (Copelmi, 2018) do empreendimento asseguram que seu sistema de diques seria elevado a uma altura superior aos níveis de cheias já observados nas enchentes do rio, mas não apresenta informações sobre o dano que seria causado numa eventual falha estrutural, ruptura que faria sua área de lavra inundar-se, transportando, na sequência, o resíduo da mineração para a região à jusante do Jacuí. Mais grave ainda, “todas as ações contingenciais são orientadas para conter danos dentro da área da mina” (Possanti, Menegat e Marques, 2019, p. 11). As ações previstas pelo projeto, em caso de cheia do Rio Jacuí

e inundação da sua área de lavra, não visam conter danos ambientais fora do perímetro da mina, mas apenas comunicar órgãos ambientais e defesa civil, prefeituras e comunidade do entorno imediato.

Estas limitações apontadas pelo parecer poderiam (e deveriam) ser corrigidas no projeto do empreendimento (e deveriam ser exigidas pelos órgãos licenciadores), mas, independentemente de sua adequação, há uma diferença maior entre o projeto e o parecer a respeito do risco tecnológico e do nível de incerteza para operações na bacia hidrográfica face às pressões sistêmicas exercidas ao juntarem-se dinâmicas climáticas à cobertura do solo e usos da água.

O projeto do empreendimento considera uma média das enchentes históricas do rio Jacuí para avaliar uma previsibilidade do nível seguro para sua contenção. Apoia-se em uma noção da Natureza como um sistema independente das ações humanas, que segue uma regularidade que pode ser mensurada, controlada e explorada pelo conhecimento técnico. Já o parecer técnico é claro ao mencionar as mudanças climáticas, por um lado, e as mudanças nos usos da água pela sociedade, por outro, como parte da incerteza nas transformações sistêmicas a que um empreendimento deve estar preparado para adaptar-se. No primeiro caso, a dinâmica hídrica da bacia é entendida como um sistema complexo cujas transformações podem ser observadas em estatísticas temporais: uma enchente da magnitude da de 1941 poderia repetir-se em 370 anos, segundo cálculos que consideram registros históricos de variação na subida das águas, suas amplitudes e seus intervalos de tempo (Guimarães, 2009, p.93) e que contemplam também fenômenos climáticos recorrentes como o El Niño, que aumenta a incidência de chuvas na região. No segundo caso, o sistema complexo da dinâmica hídrica da bacia está considerando como parte do sistema distintas perturbações que incluem outros eventos climáticos (como o aumento da temperatura média na região): a cobertura do solo por empreendimentos que reduzem sua capacidade de drenagem das águas, as construções de outros diques e barragens na bacia hidrográfica e canais de irrigação, a pressão exercida pelo uso dos rios e do lago pelo saneamento urbano e industrial e, sobretudo, a existência de diferentes empreendimentos na bacia, com risco tecnológico, que reduzem a sua resiliência a novas perturbações.

O conceito de resiliência é central nessa mudança introduzida nos últimos anos na Ciência, em que os ecossistemas passam a ser entendidos como sistemas socioecológicos em constante transformação e adaptação, ou seja, em sua historicidade. O possível impacto ambiental de um empreendimento passa a ser, então, pensado, mais do que em sua capacidade de perturbar consideravelmente uma estabilidade do ambiente, em seu risco de diminuir o potencial do ecossistema para adaptar-se às pressões constantemente exercidas pelas forças que fazem e refazem ambientes como os deltas de rios, incluindo aí a força exercida pelos usos do solo e das águas da bacia hidrográfica pela sociedade. Passa a ser incluído no grau de incerteza de empreendimentos, entendendo aqui incerteza como um conceito que é parte da precisão e do rigor necessário a todo planejamento. Utilizando modelos de sistemas adaptativos complexos, introduzidos pela ciência da computação, passa-se a considerar as diferentes respostas (feedbacks) que podem levar um ecossistema a oscilar entre diferentes equilíbrios possíveis, que correspondem a geomorfologias e economias diversas (Morita e Susuki, 2019, p. 287). Por esta aproximação entre ecologia e modelagem matemática, a noção de resiliência começou a figurar em políticas administrativas de gestão ambiental, tanto nas políticas de licenciamento para a instalação de novos empreendimentos econômicos que passaram a exigir estudos de impacto ambiental, quanto nos instrumentos de planejamento dos usos dos recursos naturais (Morita e Suzuki, 2019, p. 291).

É o caso da Política Nacional dos Recursos Hídricos (Brasil, 1997), com um dos objetivos centrais de proporcionar o uso múltiplo das águas, assegurando sua disponibilidade e padrão de qualidade às futuras gerações. A partir dessa política, foram instituídos nas últimas décadas os Comitês de Bacias Hidrográficas, formados por representantes de diferentes setores da sociedade (industriais, comerciais, órgãos administrativos, sociedade civil organizada, comunidade científica) que atuam tanto na avaliação dos dados sistêmicos a respeito dos riscos presentes na bacia para a manutenção de sua qualidade das águas, quanto no planejamento de formas de uso do solo e das águas que assegurem um melhor padrão e sua disponibilidade de água para a sociedade.

Atsuro Morita (2015), em sua pesquisa, investigando as repercussões de uma inesperada grande enchente no delta do rio Chao Phraya

(Tailândia), ocorrida em 2011, discute como eventos críticos revelam limites desses processos de planejamento. Por um lado, a resiliência do sistema precisa ser reavaliada, na medida em que aumenta o grau de incerteza e de risco de impacto da sinergia entre as diferentes pressões já exercidas pela infraestrutura construída e atuante na bacia hidrográfica. Por outro lado, a fragilidade dessa moderna infraestrutura passa a ser entendida como vulnerabilidade de um modelo de assentamento no território da bacia que privilegiou uma dinâmica de colonização e de desenvolvimento socioeconômico “terrestre” (construção de redes viárias, diques de contenção, aterramentos, canalização e drenagem de corpos hídricos), em detrimento de uma dinâmica “anfíbia” (construção de edificações em palafitas ou mesmo flutuantes, transporte fluvial, agricultura adaptada aos regimes de cheia do delta, uso sazonal da planície alagadiça) das infraestruturas tidas como tradicionais e adaptáveis a fluxos alternantes das águas na região (Morita e Jensen, 2017, p. 121).

Para Morita e Jensen, não se trata de uma dualidade de modelos conflitantes entre visões de mundo tradicionais ou modernas, mas de um entrelaçamento dessas dinâmicas que formam a diversidade de formas de habitar o delta do Chao Phraya. O historiador David Biggs (2010) tem a mesma constatação ao investigar a história ambiental de sucessivos projetos de colonização e desenvolvimento econômico no delta do Rio Mekong, no Vietnã, nos últimos séculos. As áreas de mangue do delta do Mekong estão entre as mais planas dos trópicos, sujeitas às forças da maré oceânica vinda de dois mares diferentes, do golfo da Tailândia e do mar da China Meridional, alagando periodicamente uma área imensa da bacia. Essa característica não impediu que projetos imperiais protagonizados por holandeses, franceses e norte-americanos se sucedessem na tentativa de drenar e canalizar suas águas e de estabelecer uma separação entre terra e água como forma de controle dos usos do solo e das águas da região para a agricultura para o desenvolvimento de centros urbanos de comércio ou centros de controle militar. Biggs mostra como a diversidade de formas de uso das áreas alagadiças do Mekong ao longo do tempo não é apenas um uso tradicional do ambiente, mas formas de diferentes comunidades adaptarem-se tanto às dinâmicas ambientais, quanto às brechas abertas pelas formas de exploração econômica introduzidas no Mekong, como a instalação de mercados flu-

tuantes em meio a canais obstruídos, a abertura de desvios alternativos nos canais de irrigação construídos ou o aproveitamento de seu assoreamento para outras práticas, a alternância entre diferentes cultivos, a pesca e outras atividades (Biggs, 2010). Todas elas, embora sejam formas de resistência aos projetos imperiais, são também parte das transformações infraestruturais que fazem a paisagem atual do delta.

Em minha própria pesquisa como moradores do delta do Jacuí, observei, em momentos de cheia do rio, o quanto essa relação anfíbia com as águas fortalecia-se no cotidiano daqueles que habitavam casas em palafitas, construídas a uma distância razoável da margem, que podiam movimentar-se com embarcações e que reconheciam o prenúncio das cheias nos sinais presentes nas forças atmosféricas (papel dos ventos do quadrante Sul no represamento das águas, efeitos das chuvas, padrões na correnteza do rio). No entanto, o padrão de assentamento das ilhas transformara-se nas últimas décadas, após a construção do sistema de pontes e estradas que cruzam os banhados do delta do Jacuí, que acompanhou o processo de substituição da navegação e da malha ferroviária pelo sistema viário na região. As casas de palafitas passaram a conviver com outras técnicas de aterramento e de elevação de terrenos, na construção de residências tanto de baixo como de alto padrão nas ilhas. As embarcações passaram a dar lugar aos veículos motorizados, ou de tração animal, e as ilhas do delta do Jacuí, atualmente, oscilam entre área de periferia urbana, ou subúrbio de luxo.

Reckziegel, Weschnfelder e Bazzan (2020), apontam as ilhas do delta do Jacuí como uma das zonas da bacia do lago Guaíba com maior vulnerabilidade à inundação. A vulnerabilidade se dá não só pelo risco em termos de localização das comunidades nas áreas alagadiças, mas em termos de suas condições materiais para recuperarem-se de eventos críticos. Embora haja diferenças, em alguns casos, das habitações das ilhas com relação a de outras regiões da parte continental, a infraestrutura dual entre beiras de estrada aterradas e banhados alagados não permite que se tenha no delta do Jacuí um padrão de moradias e de sazonalidade de práticas econômicas como as de comunidades ribeirinhas de regiões mais ao Norte do país.

Para usar os termos de Morita (2015), se táticas anfíbias são acionadas no momento das enchentes, as infraestruturas de estratégias ter-

restres de ocupação das ilhas e também do restante da bacia proporcionam maiores perdas pelas comunidades insulares. Embora as cheias fizessem parte do cotidiano de boa parte dos moradores das ilhas, que aprenderam a esperá-las, sua intensidade era sempre uma incerteza preocupante e destruidora para moradores recém-chegados. Mas é importante não seguir um primeiro enquadramento a que me referia, sobre a memória das transformações ambientais na região. Não se trata de opor um passado ribeirinho, anfíbio, a um presente urbanizado, terrestre, de condições precárias, mas de perceber como há alternativas às formas de habitação e urbanização dessas partes residenciais do delta do Jacuí. Há uma diferença importante a destacar nessa lógica anfíbia, uma relação de submissão às forças atuantes na bacia hidrográfica, enquanto a lógica terrestre persegue o objetivo oposto, dominar tais forças, fixar o limite da margem.

Voltando aos riscos que o empreendimento de mineração trazem aos ambientes do delta do Jacuí e do lago Guaíba, vemos que este empreendimento de mineração situa-se, de fato, em uma das áreas mais vulneráveis a enchentes de toda a Região Metropolitana e, embora um sistema de diques possa protegê-lo dessas cheias, é de se perguntar sobre o impacto dos próprios diques na subida das águas nas áreas de seu entorno. Seu processo de licenciamento deu continuidade ao padrão da economia política da “grande aceleração” da degradação de ecossistemas, do que a antropóloga Anna Tsing chama de *wastelanding*, a exclusão de comunidades humanas e não-humanas, habitantes de paisagens que se tornam enclaves protegidos e prioritários ao desenvolvimento econômico e à segurança estatal (Tsing, 2019, p. 24).

Essa delimitação territorial desses enclaves segue uma lógica terrestre que considera apenas a obra e as propriedades em seu entorno na relação com eventos críticos. Já o parecer a respeito das lacunas no projeto de mineração entende a lógica hídrica como fundamental para as relações sistêmicas no delta do Jacuí, ampliando seus possíveis impactos para as conexões entre terras e águas. Mais do que isso, o documento técnico passa do improvável ao alerta sobre o desastre possível a ser evitado, mencionando previsões, para as próximas décadas, de aumento da competição entre os setores agrícola e industrial, com a demanda de

grandes cidades por água doce (Possanti et al., 2019, p.2). O parecer destaca o risco tecnológico do empreendimento para o contexto de uma parte importante da bacia hidrográfica cuja conectividade sistêmica potencializa os riscos. Ao que tudo indica, as comunidades indígenas, os agricultores e os moradores do delta do Jacuí seriam os primeiros a serem afetados diretamente pelos impactos de atividades como estas, mas milhões de outros habitantes das mesmas águas estariam também expostos.

Habitantes do Arroio – redescobrir as coordenações que fazem a bacia

As políticas e os instrumentos técnicos do final do Século XX com relação ao lago Guaíba visavam uma revitalização da qualidade das águas e das condições de vida na sua bacia hidrográfica. Dos projetos “Rio Guaíba”, “Guaíba Vive”, “Habitantes do Rio” aos que os sucederam, “Pró-Guaíba” e “Programa Integrado Socioambiental”, desenvolveu-se o objetivo de planejar e executar ações que pudessem devolver a balneabilidade das águas do lago, recuperando a qualidade das águas dos rios mais poluídos que o formam (Andrade et al., 2019). Trata-se de recuperar o tempo perdido? São ações que seguem em curso, na medida em que, apesar de alguns avanços conquistados, os objetivos não foram alcançados.

Uma transformação protagonizada pelos saberes técnicos foi a promoção, na política pública, de um maior conhecimento da geomorfologia do Guaíba como um lago, uma mudança na maneira como o mesmo era conhecido (para alguns ainda é) como um rio na memória dos habitantes da Região Metropolitana de Porto Alegre. Não resta dúvidas sobre as características lacustres do Guaíba, já relatadas pelos primeiros cronistas históricos como uma “lagoa” (Saint-Hilaire, 2002), por chegar até o mar ao encontrar-se com a Lagoa dos Patos, que o descreviam sendo formado por cinco rios, os rios que formam o delta do Jacuí (Sinos, Gravataí, Jacuí e Caí) e também o arroio Dilúvio. No entanto, o papel que o Guaíba ocupou na navegação, no processo de assentamento de comunidades e de desenvolvimento do comércio que expandiu muitas cidades em sua bacia, conectando os poderes coloniais ao interior do continente pela sua conexão com o Oceano, aproxima-o

do papel histórico de outros “rios grandes” no país (Isabelle, 2006). Não pretendo me estender nessa polêmica, que já foi discutida em outros trabalhos (Menegat e Camargo, 2009; Andrade et al., 2019; Assis, 1960; Devos, 2007), mas chamar a atenção para o desafio, no ponto de vista do saneamento, nesse processo de assentamento histórico de cidades na sua margem. Pela sua correnteza central e por sua capacidade de armazenamento nas suas laterais, o Guaíba foi usado historicamente tanto como manancial de água potável, quanto como destino de efluentes. Os recentes sistemas que combinam o lançamento, via emissário, de esgotos domésticos na correnteza central do lago, com estações de tratamento de efluentes operam em paralelo aos sistemas de abastecimento de água potável de toda a região para milhões de habitantes, captada em pontos estratégicos. Enquanto no canal central do rio ocorre essa hidrodinâmica de maior diluição de poluentes, nas margens do lago, a água e os sedimentos ficam retidos, o que o caracteriza como um reservatório cuja poluição é resultado dessa retenção. O principal problema é considerado a contaminação dessas águas e de seus grandes afluentes e também das mais de 27 sub-bacias hidrográficas de córregos em sua região mais urbanizada, em que se destaca o arroio Dilúvio.

Entre 2009 e 2010, realizamos uma pesquisa, investigando em diferentes trechos da sub-bacia do arroio Dilúvio, suas relações com os desafios do saneamento no cotidiano e na memória de habitantes de condomínios residenciais de classe média, comunidades periféricas, técnicos de órgãos administrativos e engenheiros que participaram de momentos diferentes das obras de canalização do arroio ou de separação de esgotos domésticos residenciais do escoamento de águas pluviais. (Devos, Soares e Rocha, 2010). A canalização do arroio é considerada uma das maiores obras de engenharia do Século XX na cidade de Porto Alegre, criando um canal de aceleração do escoamento de enxurradas pluviais que permitiu a drenagem de boa parte de sua planície de inundação, transformando os bairros atravessados pelo riacho em áreas valorizadas economicamente. Do ponto de vista da urbanização, alguns críticos consideram que a obra consistiu muito mais na construção de sistemas viários que acompanharam tal aceleração da construção civil na região. As obras de aterramento, que se combinaram à canalização,

permitem entender que essa separação entre terra e água se dá, mais do que pelo distanciamento das margens, pelo gesto contrário, de soterrá-las e de instituir limites menos sujeitos à variação. Junto com as águas das chuvas, esgotos domésticos seguem sendo lançados no arroio em diferentes pontos de seu trajeto, apesar das obras realizadas pelos projetos de recuperação das águas do lago Guaíba, de desvio de parte desses efluentes domésticos para o referido sistema emissário. Assim, embora seja um arroio, um riacho, um córrego na visão de muitos moradores que se lembram de banharem-se ou navegarem em suas águas, é também “esgoto a céu aberto”, “valão”, elemento desagradável e perigoso na paisagem urbana para muitos.

Por suas dimensões, o Dilúvio é um dos poucos arroios restantes que não foram canalizados e encobertos na paisagem da cidade. E, assim como em outras cidades brasileiras construídas sobre as águas de córregos que foram submersos em galerias subterrâneas, os grandes riachos protagonizam iniciativas de revitalização de seu componente ambiental no Século XXI. Projetos de “renaturalização” de sub-bacias e de recuperação de parte de sua planície alagadiça como leito natural têm o objetivo de reabilitá-los não só em sua função hídrica de escoamento pluvial, mas como corredores ecológicos para espécies animais e vegetais que se beneficiariam de uma maior qualidade de suas águas. Estudos em São Paulo (Brocaneli e Stuermet, 2008), Belém do Pará (Soares e Carvalho, 2018) ou Belo Horizonte (Borsagli, 2016), referem-se ao papel desses “rios invisíveis” que, por terem desaparecido da superfície urbana, podem deslocar os riscos de “alagamentos relâmpagos” a determinados pontos de sua bacia pela diminuição da capacidade do solo de absorção das chuvas, combinada à velocidade da vazão das águas que encontram determinados entroncamentos onde ocorre obstrução por sedimentos ou por danos à infraestrutura urbana. Em Belo Horizonte, por exemplo, o novo plano diretor da cidade veda o tamponamento de córregos e recomenda evitar sua canalização, priorizando a manutenção do leito natural (Belo Horizonte, 2019).

Ao final de nossa pesquisa, no ano de 2012, um consórcio entre universidades que se encontram na bacia do arroio Dilúvio, em Porto Alegre, produziu um protocolo semelhante de ações para a sua renatu-

ralização, ou, pelo menos, revitalização.¹⁰² Essas propostas chocam-se com os desafios diários que a própria obra do Dilúvio instituiu em sua canalização - além do aumento da carga de esgotos domésticos com o incremento da ocupação da região, a aceleração realizada pelo leito de concreto do arroio, que atua por gravidade, acumula uma quantidade enorme de sedimentos no trecho final do Dilúvio, que desagua no lago Guaíba. A retirada diária de lama, lixo, pedaços de automóveis, pneus, eletrodomésticos e móveis, entre esses sedimentos, por escavadeiras, mostra-nos que o arroio canalizado é uma obra em perpétua execução. O mesmo ocorre com as galerias subterrâneas de tubulações que conduzem em separado os esgotos domésticos e a água da chuva de terrenos mais elevados ao longo da bacia do Dilúvio. A necessidade de desobstrução dessas galerias e de investigação de ligações clandestinas de esgotos domésticos também é parte dessa canalização constante do riacho. Embora alguns cronistas da cidade apontem um divórcio histórico da cidade com as águas, essa separação de fato entre terra e água não chega a efetivar-se. Basta assistir, em dias de muita chuva, ao espetáculo da vazão que faz jus ao nome do Dilúvio, reunindo o que havia sido separado na sua capacidade de transporte. Se a planície do Dilúvio já não alaga, os sedimentos e a poluição em suas águas chegam mais rápido para acumular-se na foz no lago Guaíba.

Acompanhar o trabalho diário que acontece nas margens do arroio permitiu-nos atualizar a memória dessa canalização para os desafios atuais. É nesse sentido que podemos argumentar que não estamos tratando de um processo histórico acabado, em que camadas de urbanização, de industrialização e de empreendimentos agrícolas teriam sido acrescentadas sobre um estrato anterior do ambiente da bacia hidrográfica. A formação do arroio, e do próprio lago Guaíba, é um processo que segue ocorrendo e atualizando-se e cuja conectividade, que é própria da bacia pela dinâmica hídrica, potencializa outras conexões mais inesperadas. Utilizo coordenação aqui para referir-me ao caráter temporal de constituição da paisagem enquanto registro material em constante formação dessas relações entre forças geológicas, atmosféricas, industriais, orgânicas, em que não se pode estabelecer uma linearidade entre um passado

102 <https://plone.ufrgs.br/arroiodiluvio/etapas-da-revitalizacao>. Último acesso em 28/08/20

“natural” do arroio, pleno de vida, e um presente canalizado, estagnado. Segundo Anna Tsing (2015, p. 168), coordenações são as ações que formam paisagens enquanto assembleias ecológicas, exercidas pelas ações humanas de forma intencional ou indiretamente, com impactos inesperados, mas que também podem ser protagonizadas pelas ações de seres e de forças outras que humanas, sem precisarmos reconhecer nessas distintas coordenações algum tipo de intencionalidade. Participar dessas coordenações é muito diferente da noção de controle, ou mesmo de gestão, seja para “domar” as forças das águas, como nos projetos de engenharia do século XX, seja para revitalizá-las, nos projetos atuais. Entender tais relações como coordenações permite conhecer essas trajetórias em suas temporalidades, que fazem fluxos diversos se confrontarem na bacia do arroio. É uma forma de encontrar alternativas para um futuro, se não “anfíbio”, pelo menos, em que o cotidiano urbano se submeta ao caráter fluvial (e pluvial) dessas paisagens urbanas.

Uma surpresa recorrente entre as pessoas com quem conversávamos, que atravessavam as avenidas que margeiam o Dilúvio, era com a presença de aves, peixes, tartarugas e outros animais que podiam ser avistados em dias de sol nas margens e águas do arroio. Suas características de corredor ecológico para esses animais são as mesmas que potencializam outras surpresas, como a descoberta de grandes quantidades de peixes mortos próximo à foz do arroio na tentativa de cruzar as águas, que careciam de oxigênio, para seus processos reprodutivos. Eventos como esse, mesmo que contribuam para um sentimento de perda dos rios e arroios pela população, de morte de suas águas, também não deixam de motivar revisões na forma de pensar sobre a combinação de forças que pulsam na vida e na morte diária dessas águas.

O arroio Portão, a mortandade de peixes e a soma dos riscos

Outra polêmica recente que contribuiu para esse reenquadramento da memória ambiental do delta do Jacuí e do lago Guaíba é a morte de toneladas de peixes ocorrida em 2006, com a redução de oxigênio pela grande concentração de carga orgânica no rio dos Sinos, que desagua no delta do Jacuí. A tragédia repetiu-se em 2010, com a presença de compostos químicos nas águas e teve relação direta com a ampliação

do risco tecnológico que podemos discutir aqui. Em 2006, o alerta foi dado por pescadores do delta do Jacuí que se depararam com os peixes apodrecendo nas águas. (Christmann, 2020). Após uma série de estudos, foram encontradas irregularidades no lançamento de efluentes por parte de seis indústrias, que foram responsabilizadas judicialmente. O fenômeno agravou-se na piracema, que fazia os peixes percorrerem o trajeto do rio dos Sinos em direção a seus afluentes. Os estudos realizados pela Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (FEPAM) revelam, ao mesmo tempo, o papel pontual das irregularidades ocorridas em arroios da bacia e os demais fatores que degradam a qualidade das águas:

Valores elevados de Condutividade em dias anteriores à primeira mortandade de peixes indicavam uma descarga de efluentes industriais excessiva no arroio Portão, enquanto a seca prolongada e a queda nas vazões concentravam ainda mais a matéria orgânica de origem predominantemente urbana na parte mais baixa e estagnada do rio dos Sinos. Os resultados das análises dos parâmetros físicos, químicos e biológicos avaliados durante os eventos de mortandade comprovaram o desajuste ambiental do trecho onde ocorreu o desastre ecológico e também mostraram a importante contribuição de alguns afluentes para a alteração da qualidade do corpo hídrico principal (especialmente os arroios Portão e Luiz Rau e o canal João Correa). O relatório da equipe técnica apontou que, embora as diferentes fontes industriais pudessem, isoladamente, atender à legislação vigente para disposição de efluentes no corpo receptor, o trecho final do rio dos Sinos estava recebendo uma carga de poluentes muito superior à sua capacidade de suporte, além de concentrar todas as contribuições recebidas de montante. (Rodrigues et al., 2010, p.18)

A tragédia permitiu documentar conectividades entre os diferentes usos das águas da bacia hidrográfica para o saneamento industrial e doméstico. Refiro-me aos usos do solo da região, que produzem efluentes com metais, agrotóxicos e carga orgânica, lançados aos rios em períodos diversos por barragens, agricultura de arroz irrigado, tabaco, erva-mate, fruticultura, pecuária, indústria coureiro-calçadista, petroquímica,

metal-mecânica, automobilística, de celulose, de bebidas e pelo grande volume de esgotos domésticos (Andrade et al., 2019). Foram os estudos desses eventos críticos que levaram a FEPAM a restringir o licenciamento de novos empreendimentos ou a ampliação dos já existentes na bacia hidrográfica do rio dos Sinos, o que nos mostra a lógica seguida também pelo parecer contrário ao Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento “Mina Guaíba” (Possanti et al., 2019).

A existência desse conjunto de atividades como parte do trajeto histórico da paisagem é por si só um limite para aumentar o nível de exigência com a instalação de outras iniciativas de grande impacto na bacia hidrográfica. É a essa dimensão sistêmica que o conceito de risco tecnológico se refere, pois remete a danos de longo prazo em sistemas naturais e à avaliação da probabilidade de eventos críticos com consequências abrangentes, conforme a definição de EGLER (1996) a respeito dos riscos existentes na zona costeira do Brasil. Para isso é preciso entender os rios que compõem a bacia, suas águas e suas margens, para além dos recursos naturais, ou mesmo da combinação de dinâmicas hídricas, pois as atividades industriais, agrícolas e urbanas misturam-se, literalmente, aos seus fluxos diários. Temos, com a bacia do lago Guaíba e suas sub-bacias, um bom exemplo da transformação do conceito de bacia hidrográfica, através do debate em torno da sua resiliência sistêmica, como uma forma de entender a natureza socioeconômica, combinada à natureza geológica e ecológica da bacia (Morita, 2015).

Com a construção de instrumentos legais e administrativos, foi sendo estabelecido um processo de controle sobre a poluição das águas da bacia do lago Guaíba, com iniciativas como o monitoramento da qualidade das águas, a instalação de redes de saneamento de esgotos domésticos, a construção de emissários dos rejeitos direto no canal central de correnteza do rio, e sobretudo, a institucionalização dos comitês de gerenciamento das bacias hidrográficas, para um maior envolvimento de diferentes setores da sociedade no enfrentamento de riscos e na documentação de eventos críticos.

No entanto, a relação entre planejamento e risco tem ocorrido, muitas vezes, levando em conta outro conceito de risco em sua utilização pelo capitalismo corporativo. A antropóloga Hannah Appel (2012),

em sua pesquisa com trabalhadores de plataformas de petróleo *offshore*, longe da costa, no golfo da Guiné, mostra como uma série de procedimentos são realizados para a desvinculação de riscos na produção do petróleo. Desde a terceirização dos serviços básicos na plataforma, aos contratos temporários e intermitentes com equipes internacionais de especialistas, há uma série de proteções jurídicas a serem incorporadas no cotidiano de trabalho quanto aos riscos de acidentes. São todas formas do que a pesquisadora chama de “fantasia do *offshore*”, uma desconexão do empreendimento e, sobretudo, do produto que será vendido no mercado de futuro, das possíveis implicações trabalhistas ou ambientais do funcionamento da plataforma. Para citar dois exemplos, o risco em termos de adoecimento é assumido pelos trabalhadores em função dos contratos temporários, assim como eventuais vazamentos no transporte do óleo são assumidos por empresas encarregadas desse serviço. O risco tecnológico, de impacto do empreendimento, é, então, gerador de novos negócios no setor jurídico e de serviços, na contratação de outras empresas terceirizadas e também nas relações a serem estabelecidas com órgãos administrativos, de licenciamento e de controle, distribuindo o risco de forma desigual na infraestrutura que viabiliza a iniciativa. Poderíamos perguntar, então, como Appel, mas para o caso do delta do Jacuí e da Bacia do lago Guaíba: “Como o risco lucrativo disponível para alguns é viabilizado pelo risco destrutivo assumido por outros?” (Appel, 2012, p.703)

Essa é uma pista interessante para vermos como, apesar da existência, por exemplo, de indústrias do setor internacional de bebidas e petroquímico na bacia, a imensa quantidade de embalagens plásticas produzidas por este setor, encontradas nas águas dos rios e do lago, não são vistas como responsabilidade do setor industrial, mas como um problema a ser resolvido pelos serviços encarregados dos resíduos sólidos e do saneamento, ou mesmo, pela consciência individual de quem descarta seu lixo. Era o que me questionavam pessoas que conheci em minha pesquisa de campo e que conviviam nas ilhas com uma série de atividades de catadores e recicladores dessas embalagens. Apesar de as ilhas serem estigmatizadas por essa conexão com o comércio de resíduos, perguntavam-me: de onde vem todo esse lixo? (Devos, 2007).

Esses riscos se diluem, poderíamos dizer então, nos procedimentos administrativos em que o conceito de bacia hidrográfica, apesar de ser fundamental para colocar o debate, parece insuficiente para resolvê-lo, pois a unidade da bacia como território ecológico e econômico não corresponde à distribuição desigual de riscos e, por vezes, encobre outras conexões do capitalismo corporativo. Appel define como uma “fantasia” essa construção do *offshore* desvinculado desses riscos, pois sua pesquisa mostra a existência de um esforço constante para produzir essa desconexão, que nunca é completa, como vemos nos casos de catástrofes.

Estudos com relação aos recentes desastres com barragens em Minas Gerais (Creado e Helmreich, 2018; Losekann, 2017) discutem como as compensações financeiras podem indenizar em parte o Estado e as propriedades e cidades do entorno do empreendimento que acabam inseridas na própria atividade econômica secundária ao mesmo. Mas não há como compensar o dano feito às águas e às margens à jusante das barragens que, ao se tornarem rios de lama, inviabilizam as condições de continuidade da vida na bacia. Esses eventos críticos aceleram o processo de degradação já acumulado pelas pressões exercidas por tais empreendimentos na bacia, quando o desaparecimento ou a morte massiva de inúmeras espécies de peixes é um dos sinais recorrentes. Ainda, os processos de recuperação de áreas arrasadas por enchentes e catástrofes climáticas vêm dando lugar a novas oportunidades de negócio, na medida em que, mesmo que habitantes de baixa renda de áreas costeiras sejam indenizados, seus territórios vão originando novos empreendimentos de alto padrão econômico, como foi o caso da cidade de Nova Orleans após o furacão Katrina, em 2005, nos Estados Unidos, ou em algumas áreas costeiras na Ásia após as inundações com o Tsunami de 2004, mencionados por Naomi Klein (2007) em sua investigação a respeito desse capitalismo corporativo de desastres.

Morita e Susuki (2019) destacam possibilidades do conceito de zona crítica nas Ciências da Terra para prestarmos atenção a tais áreas consideradas vulneráveis a eventos críticos, visando compreender essas outras conexões e as infraestruturas, por vezes conflitantes, que se entrelaçam na aparente unidade da bacia hidrográfica quando suas conexões hidrológicas encontram essas outras ramificações. O conceito é discu-

tido pelo antropólogo Bruno Latour (2014) como uma maneira de entender de que modo a geomorfologia e economia política combinam-se criticamente em recortes de paisagens onde encontramos tais condições complexas de degradação e níveis de incerteza nas formas de prever suas consequências indiretas. Esses autores referem-se aos deltas de grandes rios, à zona costeira, às áreas desmatadas de florestas, mas sugerem que tais recortes podem ser bem menos amplos do que isto. Este não deixa de ser o procedimento adotado para investigar esses eventos de mortandades de peixes, e de inúmeros estudos na bacia do lago Guaíba, voltados para a análise da qualidade de suas águas e para os indicadores de contaminação, reunidos no texto de Andrade et al. (2019).

Mas o conceito de zona crítica, embora mantenha essa abordagem sistêmica, ainda mantém o recorte de uma lógica terrestre, delimitando uma zona, que muitas vezes, pode encobrir conectividades inesperadas. Fenômenos atmosféricos, como as fortes chuvas, assim como os processos contemporâneos do capitalismo corporativo são, pelo contrário, fluxos que atravessam fronteiras. Seguir esses fluxos é a sugestão de Tsing, Matthews e Bubandt (2019) para prestar mais atenção ao que propicia essa formação de manchas, de mosaicos nas paisagens que estudamos aos seguirmos as relações que provocam fenômenos localizados, capazes de perturbar unidades geopolíticas e geomorfológicas. Poderíamos pensar tais manchas críticas, na bacia hidrográfica do lago Guaíba, com esses recortes menores de investigação, partindo da foz ou da nascente de cursos de água nas sub-bacias menores, dos pontos de captação de água para o abastecimento, das galerias subterrâneas de saneamento, do subsolo de uma esquina da cidade?

Considerações finais

O recorte de pesquisa em pontos de encontro das águas e sedimentos, como a foz dos arroios e córregos ou os deltas de rios, revelam de forma crítica como se combinam forças mais que humanas na transformação de bacias hidrográficas. Diferentemente da unidade que o conceito de bacia hidrográfica institui a um território amplo, esses pontos críticos apontam para descontinuidades e novas conexões menos esperadas entre

água, solo e empreendimentos humanos. Permite entender como as responsabilidades quanto aos impactos tomados em seu aspecto sistêmico se diluem quando riscos se distribuem de forma desigual.

A documentação de eventos críticos, na história dessas bacias hidrográficas, tem o potencial de, ao evidenciar essas conectividades, promover transformações na memória dessas trajetórias de mistura de rios, córregos, lagos e cidades, como vimos nos documentos e textos técnicos analisados, ampliando noções de risco e repensando vulnerabilidades.

Para questionar a visão progressista que os processos administrativos e os empreendimentos de desenvolvimento sustentável mantêm, é preciso entender a capacidade de impacto das obras de infraestrutura para além do controle tecno-político das forças que atuam em bacias hidrográficas. É preciso reconhecer esse grau de incerteza e indeterminação como constituinte das paisagens antropocênicas para melhor habitá-las.

Podemos, então, voltar à experiência de muitos moradores das margens do delta do Jacuí, que não estão mais preparados para os eventos críticos por vir do que os demais habitantes da cidade (e provavelmente estão mais expostos), mas que não se surpreenderiam com essa possível resposta inesperada das águas, pois são os primeiros a conhecê-las, por habitarem literalmente o “encontro das águas”.

Referências

ANDRADE, L. C. de; RODRIGUES, L. R.; ANDREAZZA, R. e CAMARGO, F. A. de O. Lago Guaíba: uma análise histórico-cultural da poluição hídrica em Porto Alegre, RS, Brasil. *Engenharia Sanitária e Ambiental*. Rio de Janeiro, vol.24, n.2., p. 229-237, 2019.

APPEL, H. Offshore work: oil, modularity, and the how of capitalism in Equatorial Guinea. *American Ethnologist*. Vol.39, n.4., p. 692–709, 2012.

ASSIS, K.B. *O Rio que não é Rio*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960.

BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BELO HORIZONTE. Lei Nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/proposta>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BIGGS, D. *Quagmire: Nation-Building and Nature in the Mekong Delta*. Seattle: University of Washington Press, 2010.

BORSAGLI, A. *Rios Invisíveis da metrópole mineira*. Belo Horizonte: Curral Del Rey, 2016.

BRASIL. Lei Federal No. 9433/1997. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sre/alocacao-de-agua/oficina-escassez-hidrica/legislacao-sobre-escassez-hidrica/uniao/lei-no-9433-1997-pnrh>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BROCANELI, P.; STUERMER, M. Renaturalização de rios e córregos no município de São Paulo. *Exacta*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 147-156, jan./jun. 2008.

CHRISTMANN, J. P. *Políticas públicas para a pesca: memórias de pescadores artesanais (Rio Grande do Sul – 2013-2019)*. (Doutorado em Memória e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2020.

CREADO, E.; Helmreich, S. Uma onda de lama: viagem de águas tóxicas, de Bento Rodrigues ao Atlântico brasileiro. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 33-51, 27 abr. 2018.

COPELMI. Mina Guaíba - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. 2018. Disponível em: <http://copelmi.com.br/eia-rima-mina-guaiba/> Acesso em: 28 ago. 2020.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene.” *Global Change Newsletter*, Vol. 41, p.17–18, 2000.

DEVOS, R.V. Uma “Ilha Assombrada” na cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DEVOS, R. V. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, n. 22, p. 51-64, jul.-dez. 2010.

ECKERT, C.; ROCHA, A. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

EGLER, C.A. Risco ambiental como critério para gestão do território: uma aplicação à zona costeira brasileira. Rio de Janeiro, *Revista Território*, v. 1, n.1, p.31-31, 1996.

GOSH, A. *The Hungry Tide*. London: HarperCollins, 2005.

GOSH, A. *The Great Derangement: climate change and the unthinkable*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

GOSH, Amitav. *Gun Island: a novel*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*. Durham, n.6, p.159–165, 2015.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. v. 61. 2006.

GUIMARAENS, R. *A enchente de 41*. Porto Alegre: Libretos. 2009.

KLEIN, N. *The Shock-Doctrine. The rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books / Holt, 2007.

LATOUR, Bruno. Some advantages of the notion of “critical zone” for geopolitics. *Procedia Earth and Planetary Science*. N. 10, p. 3–6, 2014.

LOSEKANN, C. “It was no accident!” The place of emotions in the mobilization of people affected by the collapse of Samarco’s tailings dam in Brazil. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*. Brasília: v. 14, n.2. August 2017. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/cristiana-losekann-it-was-no-accident-the-place-of-emotions-in-the-mobilization-of-people-affected-by-the-collapse-of-samarcos-tailings-dam-in-brazil/> Acesso em: 28 ago. 2020.

MENEGAT, R.; CARRARO, C.C. *Manual para saber por que o Guatiba é um lago: Análise integrada de geologia, geomorfologia, hidrografia, estratigrafia e história da ciência*. Porto Alegre: Armazém Digital. 2009.

PRO-GUAÍBA. Programa. Disponível em: <http://www.proguaiba.rs.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MORITA, A. Infrastructuring amphibious space: the interplay of aquatic and terrestrial infrastructures in the Chao Phraya Delta in Thailand.” *Science as Culture*. Vol. 25, n.1, p.117–140, 2015.

MORITA, A.; Jensen, C. B. Delta ontologies: infrastructural transformations in the Chao Phraya Delta, Thailand. *Social Analysis*, Vol. 61, n. 2, p.118–133, 2017.

MORITA, A.; SUZUKI, W. Being affected by sinking deltas: changing landscapes, resilience, and complex adaptive systems in the scientific story of the Anthropocene. *Current Anthropology*. Vol. 60, Supplement 20, August 2019.

OIT Brasília. Convenção 169 - Sobre Povos Indígenas e Tribais. 7 de junho de 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang-pt/index.htm último acesso: 28 de agosto de 2020.

POLLACK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSANTTI, I.; MENEGAT, R.; MARQUES, G. Sobre a importância estratégica do Rio Jacuí no planejamento de recursos hídricos da região de Porto Alegre e problemas associados ao projeto “Mina Guaíba”. Coletivo Ambiente Crítico. 2019. Disponível em: <https://coletivoambientecritico.wordpress.com/2019/08/23/rio-jacui-o-ultimo-rio-livre-disponivel-para-porto-alegre/> Acesso em: 28 ago. 2020.

QUINTANA, M. Sapato Florido. Porto Alegre: Editora Globo, 1948.

RECKZIEGEL, E. W.; WESCHENFELDER, J.; BAZZAN, T. Avaliação do risco de inundação do Lago Guaíba e Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul/Brasil. *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 221-243, mar. 2020.

RODRIGUES, M.L.K.; LEMOS, C.T.; MACHADO, A.C.M.; FRANCO, C.M.M. Eventos de mortandade de peixes no rio dos Sinos ocorridos no ano de 2006. *Fepam em Revista*, v. 4, n. 1, p. 17-20. 2010.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820- 1821)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.

SATT, M.; ROCHA, A. L. C. da. *Memórias do Mundo*. Documentário, Porto Alegre, 35min. 1997. Disponível em: <https://vimeo.com/439015562> Acesso em: 20 ago. 2020.

SOARES, A. A. S.; CARVALHO, A. C. Plano de renaturalização de trechos de canais urbanos de Belém-Pará-Brasil: contribuições para o planejamento urbano sustentável, e para o tratamento das inundações urbanas. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*. Nov. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/11/planejamento-urbano-sustentavel.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

SYVITSKI, J. P. M. Deltas at risk. *Sustainability Science*. Vol 3, n. 1, p. 23-32, 2008.

SYVITSKI, J. P. M.; KETTNER, A. Sediment flux and the anthropocene. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*. Vol. 369, n.1938, p.957–975, 2011.

SUL21. Justiça manda suspender licenciamento ambiental do projeto Mina Guaíba. 21 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/02/justica-manda-suspender-licenciamento-ambiental-do-projeto-mina-guaiba/> Acesso em: 28 ago. 2020.

TSING, A. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

TSING, A. The political economy of the Great Acceleration, or, how I learned to stop worrying and love the bomb. In: ERIKSEN, T.; STENSRUD, A. (eds). *Climate, capitalism, and communities: an anthropology of environmental overheating*. London: Pluto, p. 24-39, 2019.

TSING, A.; MATHEWS, A.; BUBANDT, N. Patchy Anthropocene: Landscape Structure, Multispecies History, and the Retooling of Anthropology. *Current Anthropology*. Vol. 60, Supplement 20, August 2019.

CAPÍTULO 6

TRABALHO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PAISAGEM URBANA AO SUL DO BRASIL

Margarete Fagundes Nunes

Introdução

O capítulo aborda a complexa ocupação territorial da bacia hidrográfica do rio dos Sinos¹⁰³ e as negociações e conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, ao longo do tempo, na disputa pelos recursos naturais da região. Trata-se aqui, em especial, da cidade de Novo Hamburgo, por sua importância, no transcorrer do séc. XX, como cidade ícone do desenvolvimento industrial do Vale do Rio dos Sinos¹⁰⁴ e do Rio Grande do Sul, constituindo-se como alicerce do paradigma da modernização e do progresso industrial.

Na região dos Sinos, a ocupação e o domínio dos ecossistemas aquáticos e terrestres não estiveram dissociados das diferenciações que operaram no âmbito das relações étnico-raciais. A disputa pelo controle dos recursos naturais, especialmente da exploração dos recursos hídricos e sua mercantilização, tinha como propósitos a implantação e o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.

A reflexão presente neste capítulo resulta de, pelo menos, duas frentes de pesquisa que temos desenvolvido ao longo de quase duas décadas na região dos Sinos. A primeira delas origina-se do diálogo estabelecido com as comunidades negras por meio do qual priorizamos a escuta e o registro das suas memórias coletivas em relação ao trabalho, aos espaços de sociabilidade e aos desafios frente às discursividades em torno das políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira (Nunes, 2009; Nunes e Rocha, 2010; Nunes et. al. 2013). A segunda trata-se de uma interlocução com proprietários, ex-proprietários e funcionários administrativos de empresas curtidoras do Vale dos Sinos, os “narrado-

103 A bacia do rio dos Sinos integra 32 municípios. Possui cerca de 190 km de extensão desde a nascente, no município de Caraá, até a foz, no município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre.

104 O curso principal do rio dos Sinos recebe o nome de Vale do Rio dos Sinos e engloba 14 municípios, entre eles o de Novo Hamburgo. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos>>

res do trabalho industrial”, os quais, em grande parte, são descendentes de imigrantes alemães. Nosso objetivo aqui é relacionar as narrativas etno-biográficas desses sujeitos para que o conhecimento das suas trajetórias nos auxilie na compreensão da cidade e dos jogos da memória, em especial da memória do trabalho e da memória ambiental da/na região (Nunes, Figueiredo, Rocha, 2015; Rocha, Nunes, Figueiredo, 2016; Nunes, Rocha, Figueiredo, 2019).

Em nossa filiação a uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), investimos no estudo das memórias do mundo do trabalho e das relações étnico-raciais no contexto metropolitano de Novo Hamburgo, sob a ótica das rítmicas espaço-temporais que se acumulam na dinâmica do cotidiano de seus habitantes. Nessa perspectiva, enfocamos o encandeamento das narrativas desses habitantes, na intenção de compreender as aproximações e distâncias no modo como eles narram a cidade e/ou a região, como dão sentido às suas vivências locais, à ocupação do território, aos deslocamentos e itinerários citadinos e às transformações do mundo do trabalho e da paisagem urbana.

Filiamo-nos ao conceito de memória ambiental (Devos, 2007; Devos, 2009) no intuito de desvelar o processo espaço-temporal que conforma a ocupação, o povoamento, os usos dos recursos naturais e a formação de mão de obra nos arredores da bacia do rio dos Sinos. Desse modo, ainda que consideremos os processos de trabalho das matrizes extrativista e agropastoril, implantados desde a colonização portuguesa, fixamo-nos no estudo da matriz operário-industrial e de seus desdobramentos, cuja origem está fortemente associada aos imigrantes alemães, mas que contou, ao longo do seu desenvolvimento, com a participação ativa de outros grupos étnico-raciais, os quais foram cruciais para a garantia da produção e do crescimento econômico da região. A crise da indústria coureiro-calçadista, desde o final da década de 90, vem forçando a região a reorganizar-se do ponto de vista da diversificação da sua matriz produtiva.

Seguindo a perspectiva de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), lançamos mão da construção de uma breve arqueologia do mundo do trabalho da região do Vale do Rio dos Sinos a fim de articular as categorias trabalho, paisagem urbana e relações étnico-raciais.

Ao fazermos isso, aproximamos nosso objeto de investigação do campo teórico-conceitual do grupo de pesquisa *Modernidad/Colonialidad*, vinculado ao Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Esses pesquisadores, ao analisarem a ocupação, a exploração e os projetos de desenvolvimento da América Latina ao longo de seu processo histórico, tomam-na como territórios de uma natureza colonizada (Alimonda, 2011) e os problematizam a partir da situação de colonialidade do poder (Quijano, 2005) intrínseca à Modernidade, e que persiste e se atualiza a despeito de o fim do colonialismo.

Apresentamos, a seguir, alguns marcos teórico-conceituais da discussão modernidade\colonialidade que subsidiam a nossa análise ao longo do desenvolvimento do capítulo e que, portanto, reaparecem em outros momentos, por ocasião da discussão específica acerca do Vale do Rio dos Sinos, da paisagem urbana e da segregação territorial.

Da colonialidade dos projetos de desenvolvimento

Segundo o Grupo *Modernidad/Colonialidad* (Quijano, 2005; Alimonda 2011), não se pode pensar a modernidade enquanto um fenômeno descolado, apartado da colonialidade. A compreensão da interdependência entre os conceitos permite-nos olhar de modo crítico para os enunciados eurocêntricos em relação à Modernidade, especialmente os que a tratam como fenômeno isolado e restrito à Europa ocidental. A partir do conceito de giro decolonial, esses autores apresentam-nos a possibilidade de uma diversidade epistêmica, isto é, a oportunidade de olhar, compreender e narrar a Modernidade de um outro lugar e sob uma outra perspectiva de análise (Alimonda, 2011). No caso de nossa investigação – a etnografia da duração aplicada à compreensão das relações étnico-raciais e à paisagem urbana do Vale dos Sinos - afirmamos que o giro decolonial estimula-nos a pensar tanto as atualizações e persistências da colonialidade na América Latina - em relação ao cenário econômico global - quanto a “colonialidade interna”.

Conforme Quijano (2005), uma das grandes consequências da constituição da América enquanto *id-entidad* foi a classificação social da população mundial sob a ideia de raça. O processo colonizador que se constituiu a partir da América permitiu a ascensão de um padrão

mundial de poder que teve a divisão racial do trabalho como eixo. Não obstante a diversidade dos povos africanos e das populações indígenas, “índios e negros” passaram a ser categorias genéricas e explicativas para a diferenciação das alteridades submetidas ao domínio colonial. Raça e divisão do trabalho, portanto, estavam devidamente associadas à nova estrutura de poder que, aos poucos, permitiu a consolidação do capitalismo enquanto sistema-mundo (Wallerstein, 1976) colonial/moderno cuja América e a ideia de americanidade foram fundamentais (Quijano e Wallerstein, 1992). Na divisão social e racial do trabalho do capitalismo colonial/moderno e euro-centrado, os negros foram reduzidos à escravidão, os índios, à servidão, e os brancos, ao trabalho assalariado. À medida que o capitalismo se desenvolvia, o trabalho escravo, ou o trabalho não pago, consolidava-se como exclusividade das raças consideradas inferiores.

Em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*, Quijano (2005) não aborda o incremento teórico que esta divisão racial do trabalho recebe no século XIX, quando a categoria raça passa a fazer parte da discursividade dos “homens da ciência” enquanto categoria analítica. A nosso ver, este momento sela as concepções correntes de hierarquização entre os grupos étnico-raciais e a divisão social e racial do trabalho, dessa vez legitimadas pelo discurso científico.

A discussão de Quijano (2005) possibilita-nos pensar o processo de *re-identificação histórica* de outros povos e de outros territórios sob o estímulo da hegemonia econômica, política e cultural desde a Europa, cujas implicações e conflitos não se resumem ao âmbito das macrorrelações políticas do sistema-mundo capitalista, mas se materializam nas dimensões de uma meso-ética e uma micro-ética (Cardoso de Oliveira, 2000), isto é, nas relações mediadas por órgãos representativos dos Estados-nacionais - na forma de leis, ações, projetos - e nas relações sociais cotidianas.

Não obstante os processos de independência, a partir do século XIX, da maioria das antigas colônias europeias situadas na América, e de grande parte das colônias localizadas na África, no século XX, que encerram o ciclo do colonialismo enquanto ascendência jurídica de um povo sobre outro (o) s povo (s) e outros territórios, persistem formas de dominação econômica e política e, sobretudo, a colonialidade segue seu

curso. Essa enraíza-se no modo de vida, na produção do conhecimento, nas subjetividades, nas ideias e visões de mundo, indo muito além das relações econômicas (Quijano, 2014).

Em *Colonialidad del poder y clasificación social*, Quijano (2014) apresenta cinco formas de controle da existência social praticadas pelo colonialismo: 1. o trabalho e seus produtos; 2. a natureza e os recursos de produção; 3. o sexo e a reprodução da espécie; 4. a subjetividade e seus produtos, incluindo o conhecimento; 5. a autoridade e seus instrumentos. A decolonialidade, neste caso, deve atentar para a desconstrução de todas estas formas de controle, que, se não foram oriundas do capitalismo enquanto sistema-mundo, foram por ele intensificadas ou dele receberam algum matiz especial. No tema aqui abordado, vamos centrar em, pelo menos, três destas cinco formas de controle supracitadas: o trabalho, os recursos naturais e as subjetividades.

A crítica decolonial dos teóricos do Clacso é reforçada neste trabalho pela leitura de Shiva (2002), teórica indiana que integra o pensamento decolonial das epistemologias do Sul. A metáfora Monoculturas da Mente, que dá nome ao livro de Shiva (2002), é utilizada pela autora para sinalizar que os modelos de desenvolvimento moderno-ocidentais, implantados ao sul do mundo, não são nocivos tão somente ao meio-ambiente e à diversidade biológica, mas são uma ameaça à diversidade cultural, aos saberes locais das populações que ali habitam. Portanto, caracterizam-se pela insustentabilidade.

Para Shiva (2002,) a dominação da monocultura não visa se legitimar apenas no solo, mas pretende alojar-se e invadir as mentes por meio da imposição de saberes técnico-científicos ocidentais, incapazes de dialogar com os saberes locais. Os saberes modernos são dominantes e colonizadores. Ao elaborar esta crítica, a autora abre espaço para a proposição e defesa da construção de sociedades sustentáveis que tenham como mote a preservação das diversidades biológica e cultural. Para isso, cunha o conceito de bio-democracia cuja efetivação seria possível por intermédio da valorização dos sistemas locais de saber das próprias comunidades. A autora propõe um *continuum* ecológico entre a floresta e o campo, criticando a silvicultura (reflorestamento) e a monocultura agrícola.

Acrescentamos “a cidade” a este *continuum* ecológico proposto por Shiva (2002) e ressaltamos o trinômio: floresta, campo, cidade. Assim, a crítica decolonial das lógicas desenvolvimentistas da modernidade ocidental e seus impactos ao meio-ambiente e às comunidades locais, muito bem sintetizada pela autora através da formulação da metáfora “monoculturas da mente”, transpomos para os estudos de uma antropologia urbana. Desse modo, analisamos o modelo de desenvolvimento da matriz operário-industrial, implantado na região dos Sinos/RS, as consequências aos ecossistemas terrestre e aquático e, sobretudo, às relações étnico-raciais e à configuração das paisagens urbanas.

Para realizar este intento de conhecer os arranjos entre cidade e natureza, adotamos a perspectiva da etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013) a fim de estudar a experiência do tempo que orienta as ações dos habitantes da cidade com o ambiente. Nossa intenção é desvendar os jogos da memória que tecem, no tempo, as relações entre cidade e natureza, considerando a heterogeneidade e as descontinuidades entre os tempos pensados e os tempos vividos por nossos interlocutores de pesquisa nos espaços urbanos onde eles habitam.

Para a compreensão dos conflitos socioambientais resultantes dos modelos de desenvolvimento implantados na região dos Sinos, temos como referência o conceito de giro-ecoterritorial proposto por Svampa (2011). No entanto, ao utilizarmos o conceito, não temos apenas a intenção de demarcar as tensões, as resistências e as lutas contemporâneas que trazem em seu bojo a “questão ambiental”. Nosso interesse é aproximar o conceito de giro-ecoterritorial à perspectiva da etnografia da duração, isto é, consideramos que os atuais arranjos e sensibilidades em relação à questão ambiental decorrem de gestos anteriores, de maneiras de ser e de fazer que duram no tempo.

A “Bacia dos Sinos” integra diversos ecossistemas na dinâmica de suas águas, bem como abriga distintos projetos de desenvolvimento e, por consequência, inúmeros conflitos socioambientais. Ao operarmos com o conceito de memória ambiental (Devos, 2007; 2009), lidamos com distintas escalas de espaço-tempo e com níveis complexos de articulações entre cidade e natureza que deles decorrem (local, regional, global). A mercantilização e a degradação dos ecossistemas da região

dos Sinos, assim como de tantos outros na América Latina, são herdeiras dos mitos fundacionais da instalação da supremacia racionalista do Ocidente sobre os Trópicos.

É com este entendimento que nossas pesquisas se aproximam das análises críticas das epistemologias do Sul, que se propõem pensar a devastação socioambiental no sul do mundo e, no caso da alusão aos pesquisadores do Clacso, a manutenção da colonialidade do poder e do saber na América Latina. Desse modo, nosso interesse é contribuir com a desconstrução do eurocentrismo presente nas narrativas das ciências sociais e da natureza, legitimado pela racionalidade do Ocidente moderno. Nesta direção, defendemos a construção de etnografias decoloniais capazes de colaborar para a elaboração e a consolidação de estudos críticos aos modelos de desenvolvimento e (in) sustentabilidade socioambiental no Brasil e na América Latina; etnografias que situem os seus objetos de investigação à leitura dos projetos de “desenvolvimento” em curso, em seus diferentes níveis (local, regional, nacional, global), e que questionem a manutenção da situação de colonialidade do poder e do saber dos seus territórios, tanto no que se refere à realidade física desses espaços, quanto às suas dinâmicas socioculturais.

O “Vale do Rio dos Sinos” e o trabalho industrial

Os relatos e escritos historiográficos acerca das primeiras ocupações colonialistas da região do Vale do Rio dos Sinos costumam anunciar o final do século XVIII como momento significativo, quando acontece o projeto colonial de edificação da Feitoria do Linho Cânhamo. No século XIX, a região é escolhida para acolher levas expressivas de imigrantes alemães, e novos conflitos são estabelecidos devido à disputa territorial envolvendo indígenas, negros, portugueses - e seus descendentes - e imigrantes. Na região dos Sinos, instalam-se as primeiras atividades industriais do estado do Rio Grande do Sul, no século XIX, que se vão desenvolver ao longo do século XX.

Em 1927, o município de Novo Hamburgo emancipa-se de São Leopoldo e passa a colocar-se como protagonista da “modernidade e do progresso” e, portanto, merecedor do título de “centro de trabalho e de

cultura, de respeito à ordem, de obediência às leis e de cumprimento de seus deveres cívicos”, conforme as palavras de Leopoldo Petry (1944, p. 14), político e escritor, líder do movimento emancipacionista do município naquele período. A economia de matriz agropastoril da sociedade colonial e suas antigas formas de exploração dos recursos naturais no sul do Brasil começam a ser vistas sob a ótica da degradação e da incapacidade produtiva, cedendo espaço, paulatinamente, para a ascensão e legitimação de outras imagens, tais como as de progresso e “civilização” por decorrência da presença do imigrante alemão (Petry, 1944).

Em pesquisa para a tese de doutoramento, mostramos o quanto as representações e imagens do trabalho e do desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos foram associadas à figura do imigrante alemão, em uma nítida divisão racial do trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho industrial, livre e assalariado não se ligava apenas ao branco, mas ao “alemão”, que representava um modelo superior de branquidade (Nunes, 2009).

Em 1938, época do Estado Novo e das políticas de “abrasileiramento” de Getúlio Vargas, o escritor leopoldense Viana Moog publicou a obra literária *Um Rio Imita o Reno* (1938). O enredo do romance se passa em uma cidadezinha fictícia, denominada *Blumental, Manchester do Brasil*, onde um engenheiro amazonense de descendência indígena, Geraldo, desembarca para realizar obras hidráulicas. Em *Blumental*, o jovem, que se apaixona por uma teuto-brasileira, é discriminado por preconceito de raça e obrigado a deixar a colônia. Conforme a narrativa literária, ao mesmo tempo em que *Blumental* encantava a todos por suas qualidades, as fortes referências étnicas eram uma ameaça à integração tanto regional quanto nacional. Naquele momento, integrar significava ofuscar a identidade étnica (Nunes, 2009).

O discurso de integração naquele período nutria tanto as narrativas literárias quanto as historiográficas e sociológicas. Muitos intelectuais mobilizavam-se para a edificação de uma narrativa de nação fundamentada no ideal da mestiçagem e na ideologia do branqueamento. No caso do sul do Brasil, o ideal de mestiçagem e de democracia cordial precisava ser fortalecido, especialmente nas regiões onde as diferenças étnicas eram marcadamente assinaladas. Nesta perspectiva, o pensamento social que se constituiu no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX,

vinculou-se aos interesses dos governantes que desejavam “abrasileirar os estrangeiros” e ofuscar as identidades étnicas, ao mesmo tempo em que tentavam diminuir as contribuições de negros e indígenas no Estado, fortalecendo a ideologia do branqueamento (Nunes, 2009).

No RS, a forma que se encontrou para “abrasileirar o estrangeiro” foi através da sua aproximação à figura do gaúcho, pois, desde o século XIX, o gaúcho vinha sendo exaltado nas produções literárias e historiográficas como um tipo altivo, valente e guerreiro. Amalgamar a figura do gaúcho à figura do imigrante - alemão e italiano – cumpria um papel relevante na diferenciação do gaúcho brasileiro em relação ao *gaucho argentino* ou uruguaio. Além disso, esta branquidade representada pelo alemão ou italiano, apesar de também europeia, era vista como distinta e superior à branquidade ibérica (Nunes, 2009).

Em 1833-1834, o viajante Arsène Isabelle (1983) já exaltava as virtudes do tipo rio-grandense:

Pensamos estar na Alemanha. Não pude evitar, à vista desta povoação europeia, um sentimento de admiração, porque, em primeiro lugar, fui surpreendido pelo contraste que ofereciam estes lugares, cultivados com cuidado, estes caminhos, abertos penosamente através das colinas, morros e matos, estas pequenas propriedades rodeadas de fossos, profundos ou sebes vivas, esta atividade de agricultores e artesões, rivalizando no desejo da prosperidade comum... com o abandono absoluto em que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim essa falta de atividade, esse espírito de desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos. (1983, p.72)

A colonização do Vale do Rio dos Sinos foi um marco fundamental para a disseminação de fábulas progressistas no Rio Grande do Sul, às quais foram associadas a imagem do imigrante e contribuíram para alimentar as narrativas míticas de administradores e intelectuais interessados na construção de uma perspectiva racional e desenvolvimentista para o estado. Além disso, as colônias de imigração representavam, para as elites locais, um meio eficaz de controlar e oprimir as comunidades indígenas que resistiam à ocupação e colonização dessa região. O tra-

balho assalariado contraposto ao trabalho escravo colocou em cena o imigrante alemão como aquele que passou a ser o responsável por “dignificar” e civilizar” as relações de trabalho (Nunes ,2009).

Às antigas tradições hierárquicas de matriz extrativista e agropastoril, vinculadas à colonização portuguesa, são superpostas outras figuras que se ligam a uma matriz urbano-industrial sob a égide da imigração alemã.

Em nosso entendimento, estas imagens, ao serem produzidas e reproduzidas intensamente e em tom heroico por seus representantes oficiais, apresentam-se como derivações mitológicas das imagens da “luta pela terra” no Rio Grande do Sul, e que, na perspectiva de uma arqueologia do trabalho e da memória ambiental, simbolizam o gesto ancestral de conquista da terra e das águas na memória coletiva das comunidades urbanas do Vale dos Sinos (Rocha, Nunes e Figueiredo, 2016).

Enquanto a figura do imigrante é exaltada nesta memória oficial da conquista das matérias terrestre e aquática da região dos Sinos, a referência a outros grupos, especialmente índios, negros, mestiços e “brasileiros”, é marcada pela “desclassificação social”. Quijano (2005), ao abordar a exploração e a dominação da América, assim como a relação entre os conceitos de modernidade e colonialidade, assinala que, na divisão racial do trabalho que se estrutura em nível mundial a partir da colonização, os índios são associados à estrutura social da servidão, os negros, à escravidão e o europeu branco, ao trabalho livre e assalariado.

A matriz operário-industrial apoia-se na tradição da matriz extrativista e em todas as representações que daí derivam, isto é, na própria concepção de natureza colonizada e, portanto, disponível para que, das suas entranhas, sejam extraídas, arrancadas e tomadas as suas riquezas e, ademais, que seus recursos sejam passíveis de mercantilização e de uso inesgotável. Estas representações perduram no tempo e referendam a importância e a legitimidade da etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), por meio da qual podemos compreender as narrativas dos habitantes da cidade em uma dimensão espaço-temporal, considerando a reverberação de imagens e representações acerca do lugar onde vivem, desde o uso dos recursos naturais, a ocupação urbana, a formação dos territórios e das paisagens urbanas.

Alimonda (2011) lembra que a persistência da colonialidade afeta a natureza latino-americana em dois níveis: enquanto realidade física (a fauna, a flora, a biodiversidade, a vida humana etc); enquanto configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula os ecossistemas e paisagens). Para este autor, tanto para os grupos hegemônicos globais quanto para as elites locais a natureza aparece como “un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes” (Alimonda, 2011, p. 21).

A afirmação da matriz operário-industrial enfatiza as memórias da saga das principais famílias alemãs em prol da disseminação do trabalho livre e assalariado, que aparece associado ao crescimento da indústria do couro e do calçado na região. Ao vincular-se as ideias de modernidade e progresso locais tão somente à figura do imigrante alemão, afastam-se outros grupos étnico-raciais de participar desta construção, ao mesmo tempo que se encobrem as discriminações étnicas e raciais do mundo do trabalho (Nunes et al., 2013; Nunes; Rocha; Magalhães, 2013).

Seguindo o entendimento de Alimonda (2011), o giro decolonial abre espaço para a reescrita das narrativas da Modernidade, conforme a perspectiva dos grupos dominados e sua história de resistência, como uma maneira de recuperar os discursos sufocados e silenciados pelo processo colonizador. Desse modo, o autor apoia-se nos estudos da história ambiental e da ecologia política, adotando como obra de referência o “ecologismo dos pobres” de Martinez-Alier (2005). A nosso ver, para além da dimensão da história de resistência, interessa-nos, também, apreender os agenciamentos de resiliência dessas populações ao longo do tempo, isto é, não apenas a sua capacidade de mobilização, reação e organização coletiva, mas a competência individual e coletiva de superação das intempéries, de enfrentamento da discriminação étnico-racial cotidiana, da criação e sustentação dos seus espaços de sociabilidade e formação de redes de convivência e solidariedade.

Paisagem urbana e segregação territorial

Quando aderimos aos conceitos de giro decolonial (Alimonda, 2011) e de conflitos ecológicos distributivos (Martinez-Alier, 2005),

concordamos com a crítica cultural desses autores à visão eurocêntrica da Modernidade, que se pautou por uma perspectiva economicista e pragmática da relação com a natureza, e com os povos dominados, e, que, portanto, cabe a esses, hoje, a defesa dos recursos naturais como essenciais para o “suporte à vida” (Martinez-Alier, 2005).

Não por acaso há um imbricamento das lutas ambientais e das lutas sociais, antirracistas e identitárias no mundo contemporâneo, visível nas leituras de vários intelectuais latino-americanos (Leite Lopes, 2006; Alimonda, 2011; Svampa, 2011, 2012), que vão destacar o aspecto da ambientalização das lutas e dos conflitos sociais. Neste sentido, não necessariamente só os sujeitos humanos são detentores de direito, mas a própria natureza desponta como passível de direito para a continuidade da manutenção da vida como um todo, numa clara alusão crítica ao antropocentrismo.

Este entendimento faz-nos refletir sobre as formas de ocupação do espaço urbano das cidades brasileiras e as implicações da ambientalização das lutas sociais travadas por esses grupos quando se trata da defesa dos seus territórios. Quijano (2005; 2014) mostra com propriedade o quanto o processo colonizador da América esteve devidamente articulado ao desenvolvimento do capitalismo mundial. As formas de controle e de exploração do trabalho que se constituíram na América, desde a colonização até nossos dias - escravidão, servidão, pequena produção mercantil e trabalho assalariado - não podem ser vistas isoladamente da relação capital-salário e do mercado mundial. As narrativas dos habitantes da cidade, registradas por meio da etnografia da duração, oferecem-nos subsídios para o entendimento do lugar que os grupos étnico-raciais ocuparam - e ainda ocupam - nesta divisão racial do trabalho. A escravidão, a servidão, a posse ou não da terra, a exploração dos recursos naturais, a fixação das moradias, os deslocamentos, a habitação em áreas de risco, as formas de sobrevivência, os ofícios e ocupações são resultados de relações de dominação e de uma nítida divisão social e racial do trabalho.

No caso do Vale do Rio dos Sinos, assim como em outras regiões do Brasil, a retórica desenvolvimentista teve graves consequências do ponto de vista ambiental: desmatamento, destruição de grande parte da fauna e da flora, contaminação das águas dos rios, arroios e córregos. Leopoldo Petry (1944), nas primeiras décadas do século XX, já anun-

ciava o extermínio da fauna dos rios e arroios da região da bacia do rio dos Sinos, em razão dos detritos jogados nas águas pelos curtumes que se localizavam às margens dos leitos dos rios. O autor sinalizava para o desmatamento e a destruição da vegetação das várzeas e banhados em razão da ocupação irregular desses territórios, devido à expansão urbana, fortalecida por fluxos migratórios de trabalhadores que já começavam a atender, naquele período, aos “chamados” das autoridades locais para o preenchimento de postos de trabalho da indústria coureiro-calçadista, que ampliava gradativamente sua capacidade produtiva. Este movimento viveria seu apogeu, mais tarde, nas décadas de 60, 70 e 80, caracterizadas por um intenso fluxo migratório e crescimento urbano.

No Vale dos Sinos, a dinâmica de acumulação apoiou-se na retórica da natureza inesgotável, nas imagens de paisagens de águas abundantes e no impulso do trabalho livre e assalariado como caminho do “progresso”. Na perspectiva da memória ambiental constata-se, por um lado, certa ausência de atribuição de um valor positivo para os antigos modelos coloniais de matrizes extrativista e agropastoril e de suas formas de acumulação em termos dos impactos ambientais, associados à colonização portuguesa no sul do Brasil; por outro lado, tem-se o culto à sua matriz operário-industrial e à intensa exploração dos seus recursos naturais, especialmente hídricos.

A ocupação territorial da região do Sinos pautou-se, desde os primórdios, por referentes étnico-raciais. Nas primeiras décadas do século XX, em Novo Hamburgo, grande parte dos descendentes de alemães habitava o bairro Hamburgo Velho, ícone de fundação da cidade, e também o bairro Mistura, o “novo centro”, junto com alguns descendentes de portugueses, os *brasileiros*; os negros, em sua maioria, viviam apartados dos demais no bairro denominado África.

Quando nós éramos pequenos, o meu pai - o meu pai se criou aqui no bairro - o meu pai sempre dizia pra nós que esse bairro aqui... só que essa história eu não sei nem contar, mas a gente ouviu o pai falar que isso aqui era chamado de África. (...) Tinha dois salões ali. Onde um salão entrava só os brancos, o outro salão entrava só os pretos. Era uma separação. E o meu pai sempre dizia pra nós que as pessoas botavam um botequinho ali pra vender cachaça. Nós presenciamos, nós éramos pequenos, ficávamos todos empoleira-

dos nas cercas, empoleirados nas árvores de noite. Tinha um boteco na frente da nossa casa, os caras bebiam, bebiam... daqui a pouco se agarravam no pau e brigavam, brigavam, brigavam. E a polícia, aquela coisa... Meu pai, “o que eu falei pra vocês, tudo o que botar aqui nesse bairro nada se cria”. (C., moradora do bairro Guarani. Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a memória do Trabalho”).

Nas lembranças da nossa interlocutora, o antigo bairro África, o qual, desde os anos 40, passa a ser conhecido como bairro Guarani, era um lugar desacreditado, estigmatizado, lugar de violência, visto por alguns moradores como um lugar onde “nada se cria”. As populações negras, em sua maioria, viviam à margem da cidade “próspera e ordeira”, excluídos não só da vida cotidiana da cidade, mas também das representações e imagens de trabalhadores responsáveis pelo avanço da cidade.

Os arroios, córregos e rios aparecem nas narrativas dos nossos parceiros e parceiras de pesquisa entrelaçados à memória do trabalho e dos seus itinerários nos espaços da cidade, como na fala da vó Nair (1918-2019), uma das poucas representantes das famílias negras que habitavam o bairro Mistura, no início do século XX.

Então, naquele rio (arroio Luiz Rau) a gente vinha lavar roupa. A mãe lavava, nós já ajudávamos. Ela atirava a roupa que era pra quarar, era tudo grama. Atirava pra cima, nós já íamos estendendo no quadro. Nós já estendíamos, o que era pra torcer, ela atirava pra cima, o arroio lá no fundo. Quando a gente tinha uma folguinha, pegava o anzol, uma varinha, botava o anzol; ali se lavava roupa, ali se pescava, ali se fritava e comia. Ali, a mãe torcia roupa, tinha uns tijolos, e minha mãe levava umas latas para ferver a roupa. Naquele tempo, se fervia roupa, atirava tudo pra cima, e ela lá no fundo, lavando e atirando o que era pra quarar, o que era pra ferver, o que era pra estender. E nós fizemos aquele trabalho, lá em cima, né? E quando a gente tinha uma folguinha, a gente ia e pescava ali. A gente pescava lambari. Quando me lembro, parece mentira que a gente fazia isto. Lembro, mas parece mentira, nossa. Era nossa vida, sempre lavando roupa. A mãe tinha o São Jacó e o Santa Catarina (colégios). Então, para todas estas internadas a mãe é que lavava (a roupa). A gente morava ali, no meio dos alemães (bairro Mistura). Era só nós que ficávamos ali, anos e anos no

meio dos alemães, mas, porque a gente falava alemão, a gente se dava bem. A minha mãe foi a única que se tornou conhecida dentro de Novo Hamburgo, de preta, era minha mãe. Ela fazia todo este serviço: ela cozinhava pra fora, ela cozinhava nos *kerb*, ela cozinhava nas festas dos alemães, tudo. Era casamento, era tudo. Ela foi dos Mosmann, ela foi cozinheira dos velhos Mosmann. Dali em diante, a mãe fazia todos os batizados, as festas de batizado, de comunhão. Ela fez a festa de todos os Mosmann. Agora faz uma ideia, era uns 5 ou 6, ainda tem aí os das construtoras, tem aquele que tem a Macosan. Isto tudo é como filho da mãe. São todos assim, se tem como filhos. [...] Tinha o bairro África, no Guarani, mas nós conhecíamos só de festa, baile, só íamos passear lá. Tudo que era negro morava lá, nós não morávamos lá. Pro lado do Mistura (bairro), quase não tinha brasileiro, até o Rio Branco era tudo alemão. Lá em cima, no Oswaldo Cruz, é que começava a ter brasileiro. Rico era só no centro, e eu estava no meio. (Vó Nair, Acervo da pesquisa As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho).

A memória social do mundo do trabalho no Vale do Sinos alicerça-se sobre as representações do mundo dos brancos (Fernandes, 2007), aqui simbolizados por um modelo de branquidade que destoa das referências ibéricas, ou seja, a branquidade está inserida em uma escala valorativa que coloca o imigrante alemão e seus descendentes como expoentes do progresso e do desenvolvimento, em contraposição não somente às populações negras e indígenas, mas também em relação aos portugueses, espanhóis e seus sucessores. Esta memória social, por vezes, mescla-se às lembranças dos nossos interlocutores de pesquisa, na reverberação das suas memórias individuais e coletivas.

Os arroios não eram só *espaço-lugares* das lavadeiras. Os arroios eram os principais aliados do desenvolvimento industrial que se instalou no Vale do Rio dos Sinos. Os curtumes eram erguidos à beira dos arroios para que em suas águas fossem despejados os dejetos, os resíduos do processo de curtimento.

Os curtumes empregavam muita gente. Tinha os “curtumecos” também. No centro de Novo Hamburgo tinha três curtumes bem no centro, ali, onde é o Shopping hoje, ali era o Curtume

Jaeger, e o Curtume Silveira era onde é a Tumelero hoje. Nesse “curtumeco” ... Eu disse curtumeco quando, na verdade, era curtume. O Curtume Silveira foi muito grande. O Silveira era ao lado do arroio. O Silveira era ao lado do arroio. O Jaeger era junto com o arroio. Então, era fácil botar aquela água suja no arroio e ir embora. Mas, com o tempo, tinha que parar, não podia mais. A cidade cresceu e tinha que fazer aqueles filtros para que a sujeira... para a água ir limpa. (Ex-proprietário de curtume, Novo Hamburgo, 2015. Acervo da pesquisa Etnografia visual dos curtumes do Vale do Rio dos Sinos).

Uma das marcas da afirmação da matriz operário-fabril no Vale dos Sinos, em especial Novo Hamburgo, foi a intensificação dos fluxos migratórios de mão de obra para trabalhar nos curtumes, fábricas de calçados e de acessórios e componentes para para esses produtos, ao longo dos anos 60, 70 e 80 do século XX, momento de consolidação da exportação do sapato.

A maioria ficou no bairro. O bairro foi crescendo, eles foram se desviando, procurando forma de trabalho, aí começou Novo Hamburgo... Também toda essa vizinhança expandiu e procurou oferecer vagas de emprego, que eram muito mais atrativas que os empregos na agricultura, na pecuária. Empregado do patrão na agricultura, na área rural, eles passaram a... Teve muito... vamos dizer, Novo Hamburgo teve muita concentração da raça negra que se fundiu diretamente. Inclusive, hoje, trabalha conosco uma menina, uma senhora, a secretária, que é neta de uma família que morava no pedaço de terra dos meus pais que eram Jacob, e ela era preta e falava alemão e essa, de vez em quando, ela também trabalha com meus pais. Eles, então, vendiam lenha, botavam uma serralheria e compravam uma serra e compravam lenha para distribuir para os moradores, para vender. Era uma forma de vida, tal qual no início a tafona foi também, dava emprego para uma porção de gente na época, a “farinhada”. (Sr. N. Fundo de Origem: Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho”).

Em trabalho anterior (Nunes et. al., 2013), destacamos a importância da mão de obra negra para o desenvolvimento da indústria de

curtimento no Rio Grande do Sul. Afirmamos que as narrativas dos nossos interlocutores apontavam para uma relação entre o saber ancestral dessas populações nos ofícios com o couro, por decorrência do trabalho nas extensas charqueadas do Rio Grande do Sul, quando na condição de mão de obra escravizada.

Neste sentido, cabe retomar a leitura de Alimonda (2011) para a inclusão do discurso desses grupos cujo trabalho foi invisibilizado na *epopeia da Modernidade*, isto é, para as traduções locais desta Modernidade, no intuito de perseguir a tal diversidade epistêmica sobre Modernidade/Colonialidade. Cabe rever o mito fundacional da Modernidade fortalecido pelo evolucionismo social e cultural, que, ao colocar o europeu branco como exemplo de “civilização”, retira da cena da Modernidade diferentes atores, diferentes racionalidades e produções de sentido, diferentes imaginários (Quijano, 2005).

Ballestrini (2013) destaca a importância do pensamento decolonial latino-americano em sua versão mais contemporânea, via Grupo *Modernidad/Colonialidad*, para a ciência política que se edifica na América Latina, ainda que constata baixa adesão entre os intelectuais brasileiros. Salientamos a importância deste pensamento decolonial no interior da antropologia, tanto pela perspectiva da crítica ao etnocentrismo quanto pelo fortalecimento de uma antropologia desde o Sul.

A ilusão desenvolvimentista que alimenta o imaginário local persiste por decorrência da reordenação territorial do mundo do trabalho na região do Sinos, nos anos 90 do século XX, momento em que os negócios da grande indústria coureiro-calçadista são afetados por ajustes fiscais e pela desregulação da política econômica nacional, e passam a valer-se de normas jurídicas para garantir a institucionalização dos seus direitos corporativos, perpetuando seus pactos econômicos privados com os governos estadual e municipal.

A crise do setor coureiro-calçadista na região, no intervalo de tempo entre a década de 90 e os primeiros anos do século XXI, intensifica o que Harvey (2004) denomina “acumulação por despossessão”, que se configura com a ampliação da reprodução do capital acompanhada pela violenta mercantilização dos bens naturais e apresenta no centro da disputa o território e o meio ambiente. No final dos anos 90, começa

a cair o véu da “ilusão desenvolvimentista” alimentada pela indústria coureiro-calçadista, com os altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), a desnacionalização da indústria calçadista, a concorrência de outros centros de produção e os impactos ambientais advindos de sua grande capacidade de concentração de poluentes.

O setor calçadista sofreu uma grande crise, fecharam muitas fábricas, deu um grande desemprego. [...] Não dava pra competir com a nossa mão de obra, com a legislação, não dava pra contratar um operário. Tem que pagar o salário, tem que pagar mais encargos sociais, encargos trabalhistas, décimo terceiro e férias. (Sr. N. Fundo de Origem: Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho”).

A matriz operário-industrial de Novo Hamburgo, sob a nova divisão internacional e territorial do trabalho e da desigualdade social, migra o ramo calçadista para a China, no final dos anos 90 e no limiar do século XXI, deixando atrás parte da indústria do couro e do calçado como fiéis representantes desta cadeia produtiva. Nas primeiras décadas do século XXI, momento em que a cidade e a região buscam alternativas diversificadas para a dinamizar a economia, constata-se que os resultados do modelo de desenvolvimento anterior não se traduziram apenas em cifras, mas também acumularam prejuízos e se materializaram no uso irregular do solo urbano, na contaminação das águas, na formação e crescimento de zonas de sub-habitação, caracterizadas pela precariedade de saneamento básico e condições dignas de moradia.

A contemporaneidade permite-nos realizar uma crítica cultural aos modelos desenvolvimentistas a que foram submetidas as cidades brasileiras, em especial, as edificadas no interior de um circuito metropolitano, onde não se conseguiu conjugar preservação ambiental, instauração de centros industriais e ocupação territorial urbana ordenada e sustentável.

Em geral, os grandes prejuízos ambientais, além da destruição da fauna e da flora, dizem respeito à contaminação das águas de arroios, córregos e rios, do mesmo modo, a persistência da desigualdade social e racial que inviabilizam o acesso democrático à cidade e aos serviços essenciais à grande parte da população urbana.

Neste sentido, retomamos o pensamento de Shiva (2002) sobre a urgente e necessária integração das lutas sociais e ambientais contemporâneas, as quais devem ser mobilizadas em prol da defesa concomitante da preservação da diversidade da natureza e da preservação da diversidade cultural. Segundo esta autora, *viver a diversidade na natureza corresponde a viver a diversidade de culturas. As diversidades natural e cultural são fontes de riqueza e alternativas* (Shiva, 2002, p. 17).

Se este entendimento é o eixo de luta dos povos da floresta, se é o mote da defesa dos territórios indígenas e quilombolas, pode também facultar a realização da crítica cultural dos modelos de progresso das cidades e centros metropolitanos, permitindo a proposição e ascensão de projetos alternativos de desenvolvimento sustentável, capazes de congregiar as diferentes perspectivas: econômica, social, cultural e ambiental.

Considerações Finais

Ao levar em consideração o processo de *acumulação por despossessão* (Harvey, 2004), podemos refletir sobre os distintos graus com que o ideário da modernidade, projetado para os espaços urbanos de Novo Hamburgo e região, se choca com a paisagem natural – sinais do progresso da civilização no Vale do Rio dos Sinos.

Os conflitos ambientais são narrados intensivamente por nossos interlocutores de pesquisa. Segundo o relato de alguns, a inaptidão e a “ignorância” de líderes e representantes do Estado, da indústria curtidora e dos movimentos sociais no trato da “questão ambiental” foram fundamentais para o fechamento de muitos curtumes na região dos Sinos. Na voz de nossos interlocutores, estes conflitos acentuaram-se decisivamente nos anos de 1980, o que ratifica as análises de autores como Svampa (2011, 2012) e Leite Lopes (2006), que apontam as décadas de 70 e 80 como marcos para o giro-eco-territorial e a ambientalização dos conflitos sociais. Desse modo, não se pode olhar para a crise da indústria coureiro-calçadista sem considerar esses embates ambientais, pois, segundo Escobar (2011, p.75), os conflitos ecológicos, econômicos e culturais estão intimamente entrelaçados: “las crisis económicas son crisis ecológicas y crisis culturales.

Ao trabalharmos com a etnografia da duração, conforme propõem Eckert e Rocha (2013), chamamos a atenção para a existência de gestos anteriores que servem de base para as sensibilidades contemporâneas, desde as lutas ancestrais pela defesa e pelos direitos aos territórios (por exemplo, a resistência e a resiliência dos povos indígenas e quilombolas), isto é, os arranjos espaço-temporais e suas formas, as imagens e representações que atuam, ao longo do tempo, para a edificação de uma memória do trabalho e de uma memória ambiental.

Em um momento que o Vale dos Sinos se reorganiza para a diversificação de sua matriz produtiva - especialmente aqueles municípios que abrigaram grande número de empresas da indústria coureiro-calçadista, como é o caso de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha -, abrindo espaço para novas configurações tais como aquelas estimuladas pela indústria criativa, faz-se necessário refletir sobre as dinâmicas socioculturais que consolidaram a matriz operário-industrial, bem como as que sustentaram a crise da indústria coureiro-calçadista e os conflitos ambientais. Neste sentido, as novas configurações são estímulos para que se pense o espaço urbano de modo integrado, colocando em diálogo permanente a diversidade cultural, a biodiversidade e a defesa dos ecossistemas, as relações econômicas e de trabalho. Afora o mundo da academia, e mesmo assim de modo tímido, ainda há pouco espaço em nossas cidades para esta crítica cultural.

Referências

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (coord.). *La Naturaleza Colonizada: ecología política e mineria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ALIMONDA, Héctor; PEREZ, Catalina T.; MARTÍN, Facundo. (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Tomo 1. Buenos Aires: Facundo Martín/CICCUS; México: Universidad Autónoma Metropolitana/CLACSO, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf. Acesso em 24 jul. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, Brasília, n.11. p.89-117, maio/ago. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000.

DEVOS, Rafael Victorino. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DEVOS, Rafael Victorino. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v.12, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a06v12n2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marca-visual, 2013.

ESCOBAR, Arturo. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALI-MONDA, H. *La Naturaleza Colonizada: ecologia política e mineria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p.61-92.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global, 2007.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul -1833-1834*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARTINEZ ALIER, Joan. *El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelon: Icaria/FLACSO, 2005.

MOOG, Vianna. *Um Rio Imita o Reno*. 8. ed. Porto Alegre: Globo; Brasília: INL, 1973.

NUNES, Margarete Fagundes. *O Negro no Mundo Alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. 2009. Tese (Doutorado em An-

tropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NUNES, Margarete F.; ROCHA, Ana Luiza C. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. *Iluminuras*, v.10, n. 23, p. 01-28, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10075>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; MAGALHAES, Magna L.; ROCHA, Ana Luiza C. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de Vó Nair. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 39, p. 269-292, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v19n39/v19n39a11.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NUNES, Margarete F. et al. Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*, v.17, n 2, p. 269-291, jun. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/3122>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; FIGUEIREDO, João A. S.; ROCHA, Ana Luiza C. Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory. *Brazilian Journal of Biology*, v.75, n. 4, sup.2, p. 03-09, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bjb/v75n4s2/1519-6984-bjb-75-4suppl2-3.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; ROCHA, Ana Luiza C.; FIGUEIREDO, João A. S. The memory of labour and environmental memory: the tannery industries of the Sinos River Valley/RS, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 01, p. 173-188, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n1/en_2317-1529-rbeur-21-01-173.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

PETRY, Leopoldo. *O Município de Novo Hamburgo*. Porto Alegre: A Nação, 1944.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p.107-130, set. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CLÍMACO, Danilo A. (org.) *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histó-*

rico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del poder/Aníbal Quijano. Antologías. Buenos Aires, Clacso. 2014. p.285-327. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), “Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System”. *International Social Science Journal*, 134: 549-557.

ROCHA, Ana Luiza C.; NUNES, Margarete F.; FIGUEIREDO, João A. S. Paisagens e Territorialidades da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: uma etnografia do trabalho e da memória ambiental. In: RODRIGUES, Marco A.S.; KAYSER, Ana C.; PEDDE, Valdir (org.) *Rio dos Sinos e Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 17-43.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente*: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaya, 2002.

SVAMPA, Maristela. Modelos de desarrollo, cuestion ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Hector (coord). *La naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en America Latina. Buenos Aires: Ciccus/CLACSO, 2011. p.181-215.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista Observatorio Social de América Latina-OSAL*. Movimientos socioambientales en América Latina. Buenos Aires: OSAL, n. 32, p. 15-38, set. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em 24 jul. 2020.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. 3a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedade complexas. In: SOUZA, J. & BERTHOLD, Ö. (Org.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*: capitalist agriculture and the origins of the Europe World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1976.

CAPÍTULO 7

QUANDO A FERROVIA ENCONTRA A CAMPANHA: MEMÓRIAS E PAISAGENS FERROVIÁRIAS NO SUL DO BRASIL

Guillermo Stefano Rosa Gómez

A maior parte desse capítulo foi escrita em Pelotas, “com todas as influências dessa ambiguidade de suburbe necessária ao entendimento dos desencontros que empurram o campo na direção da cidade e vice-versa” (Hardman, 2005, p. 23).

Introdução

Neste capítulo, reflito sobre os arranjos contraditórios entre a zona rural e a cidade no contexto das memórias do trabalho ferroviário, que foram tema de minha pesquisa de graduação (Gómez, 2015) e de mestrado (idem, 2018). A investigação realizou-se na cidade de Pelotas (RS) entre os anos de 2015 e 2019, tendo como interlocutores/as trabalhadores/as aposentados/as e suas famílias, com faixa etária média de 60 a 80 anos. Meu objetivo foi compreender os impactos da crise das ferrovias no Brasil a partir das memórias narradas, enfocando a interpretação nos esforços de duração.

A comunidade operária com a qual dialoguei estava vivenciando um processo complexo, que combinava as discontinuidades do envelhecimento, da aposentadoria e da “agonia” (Nunes, 2005) das ferrovias brasileiras. Essas pessoas acompanharam, durante suas trajetórias profissionais, a dissolução da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - empresa criada em 1957 e que passou por um processo desestatização no final da década de 1990 -, acarretando demissões, fechamento de estações férreas e redução drástica das atividades (Paradela, 1998). Suas memórias recontam o processo de ruptura com o emprego, mobilizando uma postura “indignada” (Gómez, 2019) e resiliente perante a precarização do modal ferroviário no país, articulando múltiplos projetos que manifestam os “desejos de memória” coletiva (Rapkiewicz, 2018). É no contex-

to do estudo das memórias do trabalho que apresento, neste capítulo, as narrativas das paisagens citadinas e rurais que tramam os dilemas das ferrovias sul-brasileiras e de seu imaginário.

Imagens do moderno em contradição

*“Esse expresso vai a trote
Mais parece um pangaré
Essa carroça é um
Jaboti com chaminé
Eu tenho pena
De quem segue pra Bagé
Seu cobrador, cadê meu troco?
Por favor!
E dá-lhe apito e manivela
Passa sebo nas canelas
Seu maquinista
Eu vou tirar meu pai da força
Por que não joga esse museu
No ferro velho
E compra logo
Um trem moderno japonês”*

(Música: Maria Fumaça – Kleiton e Kledir)

A ferrovia, por excelência, é símbolo da modernidade e urbanidade projetadas pelos esquemas de desenvolvimento dos séculos XIX e XX. O trem é uma das primeiras imagens exibidas no cinema (Carvalho, 2000) e estabeleceu uma nova mentalidade “da pressa, a do chegar logo, a do não ter tempo, a de estar em dois lugares antes separados por dias de cavalgada” (Martins, 2008, p. 16). A locomoção a vapor efetivou-se “mais rápida que todos os meios anteriores de comunicação” (Gleick, 2013, p. 122), impulsionando a urbanização e sendo um dos principais motes da revolução industrial.

Ao mesmo tempo, a narrativa da modernização enquanto “mito da modernidade” (Nascimento, 1998, p. 123) é constituída por antíteses inerentes, como satiriza a letra da canção de Kleiton e Kledir. “Tornar-se moderno” detém em si “perturbações próprias das contradições do sistema capitalista e da ideologia da modernidade” (Eckert, 1995, p.

182), as quais ficam evidentes ao se abordar etnograficamente a “diversidade de respostas locais” (Sahlins, 1990, p. 10) aos pressupostos do sistema mundo.

Um dos símbolos mais emblemáticos do paradoxo moderno das estradas de ferro brasileiras é o da implementação da ferrovia Madeira-Mamoré, erguida em plena selva amazônica, às custas da vida de milhares de trabalhadores. As fotos de Dana Merrill¹⁰⁵ (MIS, 2017) e as palavras dos cronistas e estudiosos dão noção do que significou aquele ímpeto modernizador, que se sustentava no imaginário do embate entre natureza e progresso¹⁰⁶:

Este livro é dedicado à MEMÓRIA de todos aqueles que, desde o século passado, tombaram na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, desde engenheiros a trabalhadores braçais brasileiros e de todas as nacionalidades, *todos empenhados em vencer uma das mais soberbas manifestações da natureza na face da terra* A AMAZÔNIA (Ferreira, 1960, grifo meu).

Esse acontecimento, que evidencia o drama da articulação entre natureza, cultura e trabalho, tem diversos correlatos na história brasileira em que frutificam a perenidade de uma “política do absurdo” (Aráoz, 2020, p. 23). São as incongruências de macro eventos como esse que inspiram a entender a implementação das ferrovias – como um marco da modernidade brasileira — por meio da etnografia, em razão da sua singularidade enquanto observação do particular e pela capacidade de contestar às máximas narrativas. Em especial, adotei uma postura etnográfica aberta ao imaginário que se contrapusesse ao iconoclasmo do cartesianismo (Cf. Durand, 1989), dispondo-se a tomar como relevante as capacidades imaginativas de “sujeitos de carne e osso” (Fonseca, 2006). Com essa chave interpretativa, debruicei-me para entender como os narradores e narradoras, com os/as quais dialoguei durante a pesquisa de campo, arranjavam nas memórias dos tempos vividos as diferentes paisagens constituidoras do trabalho ferroviário no sul do Brasil.

105 O acervo de Dana Merrill pode ser acessado no portal da Brasileira Fotográfica. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6665>>. Acesso em: 29/09/20

106 Escrevi sobre a luta entre homem e máquina, entre natureza e ferrovia, no artigo sobre a construção da masculinidade do maquinista, publicado na Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo (Gómez, 2018b). Sobre heroísmo no embate de trabalhadores versus natureza, ver Cioccarì (2012) e Eckert (1988).

Esses temas surgiram quando percebi um descompasso entre a literatura que abordava a ferrovia como maior símbolo do *urbano* e as recorrentes narrativas da comunidade ferroviária, em suas memórias das práticas e paisagens do mundo *rural*. Suas recordações associavam o trabalho na ferrovia à vivência não exclusivamente citadina, mas também à do “mato”, à da “campanha”, à da criação de animais e à da severidade do clima no trabalho ao relento. Essa memória narrada permitiu um suporte para pensar a ferrovia como um espaço de fricção no qual o urbano, o rural e o trem se encontravam, criando imagens, como as da “estaçãozinha no meio do nada” (Gómez, 2018, p. 20) e de seus causos característicos.

Com o suporte da Etnografia da Duração (Rocha & Eckert, 2013), apresento estes espaços de encontro entre a ferrovia e a “campanha” do Rio Grande do Sul¹⁰⁷, direcionando o olhar antropológico para os aspectos contraditórios da narrativa modernizadora de implementação ferroviária no Brasil que se iam desvelando a partir da escuta atenta das memórias da comunidade operária. Destaco três características desse imaginário do capitalismo ferroviário brasileiro que puderam ser lidas “do avesso” (Said, 2011) a partir da escuta interpretativa dos/as interlocutores/as da pesquisa: a ferrovia como *industrial*, *burocrática* e *urbana*. Esses três elementos serão trazidos ao longo do capítulo por meio de suas ambivalências, incongruências e ironias.

O desafio interpretativo dessa proposta foi pensar a “*memória ambiental da cidade*” (Devos, 2009), adotando uma postura inspirada em clássicas referências (Menezes, 2002) de não oposição entre o rural e o urbano ou entre “modernidade e tradição”, dicotomia que “há muito está entre nós” (Hannerz, 2015, p. 73).¹⁰⁸ Assim, questiono: que cidade é essa, recontada pelas memórias dos/as ferroviários/as aposentados/as, na qual se temporalizam as paisagens do trabalho moderno e suas contradições?

107 A Campanha é uma das microrregiões geográficas do Rio Grande do Sul, onde estão localizadas as cidades que foram objeto desta pesquisa, com exceção de Caçapava do Sul, que pertence à região do Alto Camaquã. Já o termo “campanha” é utilizado pela população no sentido de campo ou zona rural” (Hartmann, 2000, p. 4-5).

108 Em especial, a noção de camponeses-trabalhadores, apresentada por Marilda Menezes (2002, p. 50) é chave para “ultrapassar limitações de proposições teóricas baseadas em dualismos que examinam a realidade social através de oposições exclusivas”. Vai buscar no *hibridismo* das combinações entre formas de trabalho assalariado e camponês a compreensão para as complexas configurações das migrações de trabalhadores entre o rural e o urbano. Para mais sobre essa perspectiva, ver Santos Jr. (2020) e Andrade (2020).

Antropologia da memória em uma cidade média

Realizei a maior parte da pesquisa em Pelotas, uma cidade média, localizada a 350 quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Seu processo de fundação é conhecido e associado pela economia do charque (carne seca), no qual a cidade se constituiu enquanto capital pastoril do Sul, tornando-se referência urbana para a região.

No Rio Grande do Sul, as ferrovias iniciaram as atividades – o primeiro trecho inaugurado em 1874 – sob a responsabilidade da *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Bresil*, empresa de capitais belgas. A atuação das empresas estrangeiras perdurou até 1920, quando o governo do estado encampou a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), rescindindo o contrato com os belgas e, assim, passando a empresa para administração estatal (Flôres, 2007). Esse processo se deu, principalmente, em razão “das críticas do governo e da sociedade gaúcha” (Flôres, 2007, p. 123) ao serviço prestado pela *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Bresil*.

O fundamento econômico básico desde a apropriação da terra gaúcha, no século XVII, foi “a preia do gado xucro” (Pesavento, 1980, p. 9), inclusive sendo esse um mote de diversas disputas territoriais, principalmente com o Uruguai e a Argentina, que deflagravam o conflito das coroas portuguesa e espanhola. A carne seca, que representou a “mercantilização da pecuária” (*idem*, p. 17), foi um componente fundamental na dieta dos escravizados (Vargas, 2013, p. 1) e, posteriormente, consumido pelas camadas populares urbanas (Pesavento, 1980, p. 49).

Pelotas era o “principal núcleo charqueador da Província”, “responsável pela produção de 75% a 90% do charque negociado” (Vargas, 2013, p. 2) no século XIX. A partir da década de 1880, a cidade começou a se tornar uma região produtiva, recebendo também influência das capitais internacionais. A chegada da ferrovia, do telefone e da indústria aconteceu em paralelo com o processo de abandono da mão de obra escrava para o modo de produção capitalista (Soares, 2000; Kowarick, 2019). Desde 1860, o município constituiu-se como uma importante produtora de charque com “a cabeça na Europa” (*idem*, p. 187), mediante a opulência e ideais aristocráticos da elite local (Britto & Martins, 2009, p. 398).

Além de desempenhar uma função econômica, Pelotas integrava uma estratégia militar de fluxos de comunicação, mercadorias e pessoas no intuito de “manter o controle das fronteiras em conflitos” (Silveira, 2003 p. 187). A necessidade de mobilização do capital, prejudicada pela falta de segurança e má qualidade das estradas (Figueira, 2001), abriu portas para um impulso modernizador e consequente desenvolvimento político do capitalismo. O primeiro trecho ferroviário que incluiu Pelotas é o que ligava a cidade de Rio Grande à Bagé, inaugurado em 1884.

Esse impulso, baseado na economia de produtos pecuários, desenvolveu a cidade e a região, tendo continuidade nos processos posteriores de industrialização. Com os “vazios econômicos” deixados pela redução significativa da atividade industrial, já na década de 1970, instaurou-se um declínio econômico.

A cidade teve seu desenvolvimento urbano induzido pela industrialização, principalmente entre os séculos XIX até a década de 70 do século XX, quando esta passa a entrar em declínio, seguindo uma conjuntura que se delineia no cenário nacional e internacional (Cf. Britto & Martins, 2009).

A desindustrialização relegou a economia local ao setor do comércio, atividade mais expressiva contemporaneamente. Digno de nota Pelotas ser considerada uma “cidade universitária”, por sediar uma grande universidade federal, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), além de instituições de ensino privadas, o que impacta diretamente no fluxo de habitantes e na movimentação econômica.

Foi enfatizando que realizava a pesquisa em uma “cidade média” que dei o primeiro passo para considerar essa *escala de cidade* uma variável que influenciava diretamente na articulação das paisagens do rural e do urbano, criadas pelas memórias do trabalho ferroviário. Essa urbanidade específica exigiu um “ajuste de foco” (Magnani, 2002), tendo em conta o “metropolismo” hegemônico dos estudos urbanos.

“O Brasil é menos urbano do que se calcula”, afirma José Eli da Veiga (2002). O autor apresenta como consideramos “urbana” toda a sede dos municípios, desde 1938, a partir de uma lei criada por Getúlio Vargas, o que provoca situações, no mínimo, inusitadas:

O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000 (Veiga, 2002, p. 32).

O problema vai além de um mero quantitativismo, afinal, pesquisar em cidades médias constitui um desafio epistemológico para o antropólogo urbano (Gravano & Silva, 2017). Ter isso em mente inseriu a pesquisa em uma comunidade interpretativa que enfatiza a particularidade do estudo do urbano em “cidades médias”, “cidades do interior” (Nunes, 2013; Noleto et al, 2019, Gravano & Silva, 2017)¹⁰⁹ ou, ainda, da produção de uma reflexão sobre a memória da cidade a partir de suas margens (Devos, 2009).

Minha estratégia foi evidenciar a trama narrativa que forma a particularidade gaúcha deste capitalismo industrial ferroviário. A ferrovia, nas recordações da comunidade trabalhadora, não é nem urbana nem rural, mas um ponto de conexão no qual esses dois universos se encontram. Tratei de pensar como esses mundos surgiam articulados em relatos, tendo o trabalho na ferrovia como conector e, ao mesmo tempo, produtor de fricções e rupturas. O suporte para pensar essas narrativas foram as ferramentas próprias da antropologia da memória. A etnografia da duração (Rocha & Eckert, 2013) ofertava o entendimento da cidade pela palavra narrada de seus habitantes, o que significava mergulhar em suas imagens e combinações criativas das temporalidades vividas. Nesse trajeto, o conceito de paisagem enquanto “experiência

¹⁰⁹ Aqui faço referência a dois dossiês temáticos: sobre cidades médias, na Revista Iluminuras (Gravano e Silva, 2017), e sobre cidades do interior, na Ponto Urbe (Noleto et al., 2019).

humana possível pela evocação das imagens que habitam nossa memória coletiva” (Eckert, 2009, p. 90) foi fundamental para conceitualizá-la “como ambiente trabalhado” (Howard, 2017, p. 49).

Como destaca Luciana Hartmann (2000), há algo de particular nas manifestações orais *da e na* campanha do Rio Grande do Sul. Esses modos de contar envolvem uma maior intensidade e cercania das pessoas com a natureza, com os animais e com o clima. Emergem das narrativas “as descrições da paisagem, do clima, dos sons, das relações com os animais e vão constituindo o ambiente na forma como ele é sentido pelos seus habitantes” (Hartmann, 2000, p. 47). Ouvir narrações desse caráter possibilitou-me entender a configuração particular formada pelo encontro¹¹⁰ da ferrovia - signo historicamente constitutivo da ordenação racional do tempo, do trabalho assalariado, da produção em massa e da modernidade - com as condições econômicas e geográficas de um país como o Brasil, que se configurava em “arquipélagos econômicos” (Silveira, 2003, p. 75), separados por longas extensões de território.

Como fica evidente nos estudos da antropologia do trabalho, as narrativas do mundo urbano contemporâneo e do valor trabalho no Ocidente trazem a reboque significações do conceito de natureza. Em especial, ao recompor uma natureza rememorada por comunidades operárias, entendo que ela própria apresenta “vozes diretas e indiretas” (Cioccarì, 2012, p. 133). O mundo natural ganha estatuto de personagem nas vozes trabalhadoras, podendo ser temido, respeitado, admirado ou, até mesmo, assumindo como inimigo do qual se deve ganhar a batalha diária (Cf. Absi, 2005; Gómez, 2018b; Palermo, 2017). Isso também informa sobre as maneiras como as paisagens de trabalho são rememoradas e recriadas nas narrativas, aspectos que foram/são acessados por meio dos encontros etnográficos.

Se as lembranças dos/as ferroviários/as criavam lugares e espacialidades, cabia o questionamento sobre que locais eram estes. Em um primeiro olhar, tratar-se-ia de “locais de trabalho” que, ao longo da pesquisa, foram percebidos enquanto “espaços de trabalho e vida” (Gómez, 2018, p. 164) por serem produto de uma política paternalista (Lord, 2002) que tem a vila operária como exemplo clássico (Leite Lopes,

110 Ao longo do capítulo, quando menciono a ideia de “encontro”, busco associá-la ao pensamento de Sahlins (1992), no contexto das “cosmologias do capitalismo”.

1978). Isso indicava tanto o controle da empresa sobre seus funcionários, como as relações afetivas estabelecidas em torno de um “modo de vida” que transcendia, e muito, o emprego.

Assim, a “disciplina empresária” (Palermo, 2012) ditava espaços e tempos de “enraizamento” das comunidades de trabalho (Eckert, 2012) e, consequentemente, produzia “lugares da memória” (Nora, 1993), recontados nos tempos presentes. As recordações que recriavam e dramatizavam as condições laborais também eram ativadoras da memória do sensível (Rouchou, 2009), requisitando do etnógrafo que atentasse para o fenômeno do trabalho em seus aspectos sensoriais, sonoros, olfativos, gustativos e experienciais. Com essas chaves interpretativas em mente, lancei-me a um estudo antropológico da memória do trabalho ferroviário em Pelotas, dando vazão ao imaginário do rural que invadia o mundo urbano.

Imagens do campo que habitam a cidade

Lá vai o trem da história, tocando a todo vapor

Cumprindo com seu papel de um menestrel sonhador

Apita e solta fumaça pelas montanhas gerais

Vivendo só de pirraça do meio das capitais

Unindo trilhos urbanos com outros trilhos rurais.

(Música: Trem da História – Rubinho do Vale)

Os primeiros relatos dessas “paisagens do trabalho” começam a ser apresentados aqui pelas palavras transcritas de Rubem Medeiros, ferroviário aposentado, nascido em 1937. Sua experiência como trabalhador de via permanente - serviço basilar e braçal de reparação das vias férreas - e como agente de estação - função burocrática vinculada ao licenciamento de trens -, foi adquirida ao longo de 30 anos de serviço junto à Rede Ferroviária e fundamenta suas memórias e projetos de durar. O mundo rural aparece em suas lembranças, com imediata relação às agruras do trabalho que *se sente*:

O trabalho que a gente sentia, não tinha água encanada, não tinha luz. Era com vela, vela. Ou, se não tinha aquele candeeiro que a gente colocava querosene naquelas meça/mecha(?), e ali, tinha uma mecha ali que acendia com fósforo e aí dava aquela fumaceira e ficava até com o nariz assim, cheio de picumã¹¹¹, por causa da fumaça. A gente respirava aquilo tudo, né? Então, essa era a vida que a gente levava naquela época. Foi uma vida muito dolorosa. Mas, graças a deus, eu tenho saúde. Tô com 80 anos, tenho saúde. Pra ver que o trabalho não faz mal a ninguém. Era isso, obrigado. (Rubem, 16/12/2017).

A natureza intromete-se no cotidiano narrado como denúncia das condições degradantes de trabalho. Estar sujeito ao relento é evidência das hierarquias abusivas e, ao mesmo tempo, parte constituinte de um sujeito que preza o trabalho enquanto valor. A postura indignada submete o trabalho vivido no passado a suas incongruências, percebidas no tempo presente:

E, naquela época, tinha nego mal, rapaz. Via permanente. Era pior que hoje. Era um carrancismo. Se hoje, se tivesse esse monte de coisa que tem, eles processavam até a Rede! Como escravidão! Hã? Tu vê!.

Não, caindo água, e o cara trabalhando feito um bicho. Todo molhado. Hoje não existe mais isso, e na Rede existia. Tuco era isso aí. E não davam, também, aquilo que o cara precisava para trabalhar. Hoje tem que ter luva. Antigamente não tinha. Tem que ter bota, não tinha. Capacete. *Também* não tinha! Visse? Depois que veio essas leis, né? Que tem que dar equipamento de proteção para o cara trabalhar. (Rubem, 23/07/16).

No clássico estudo “O Vapor do Diabo” (1978), José Sérgio Leite Lopes expõe a distinção entre os operários do açúcar da região da zona da mata, em Pernambuco. Essa era baseada na relação de oposição entre o trabalho agrícola e o trabalho fabril (idem, p. 162), em que o primeiro é exposto à intempérie (idem, p. 163), enquanto o segundo é classificado jocosamente como “trabalhadores da sombra”. O trabalhador ferroviário de via permanente, como fica claro na fala de Rubem,

111 De acordo com John Dawsey (2013, p. 129), picumã é uma imagem do campo que habita as cidades: “Picumã! É a fuligem que se prende no interior de casa, na roça, onde se usa fôgão a lenha”.

combina em si esse espaço de complexidades: é um proletário ao relento, um operário assalariado distante do espaço da fábrica e imerso na “campanha”.

O “apelido profissional” (Gómez & Magni, 2017) utilizado para definir os trabalhadores de via permanente recupera do imaginário rural o personagem do “Tucó” e indica esse lugar ambivalente:

Tem um bicho; na cidade não se vê esse bicho. Ele vive no mato, no campo, e ele tá sempre cavando – e quando ele tá cavando, ele faz assim: “tuc, tuc, tuc!”. E o Tucó, quando tá socando o dormente, também faz assim “áhn, áhn,, áhn! [imita o som do esforço do trabalhador]. (Rubem, 04/12/2015).

Em minha interpretação, há algo nessa definição que informa justamente sobre os temas discutidos, que combinam as condições de trabalho, a narrativa dos personagens e as paisagens urbanas e rurais atravessadas e compostas pela ferrovia. Nessa descrição, o ferroviário é sujeito híbrido, que transita pelo imaginário do campo e da cidade.

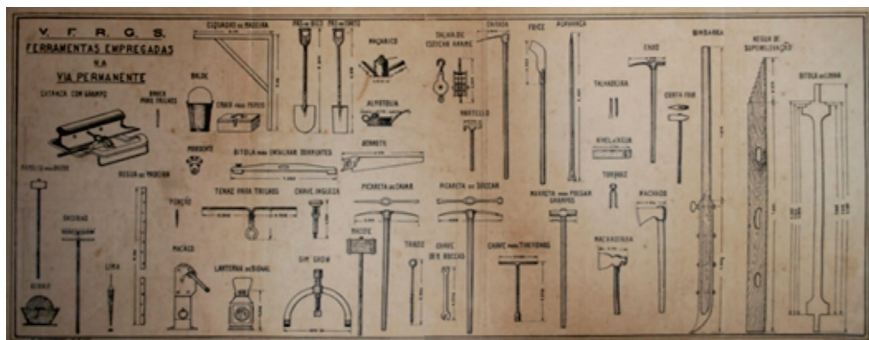


Imagem 1: Ferramentas para produzir paisagens ferroviárias.

Fonte: Manual de instruções para o serviço de linha da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), anos 1950. Acervo pessoal de Marcelo e Calixta Mena.

Outro relato etnográfico de minha interlocução com Rubem, o “Rubinho”, indica a vivência do ferroviário no meio rural, acentuado os aspectos significativos do cotidiano:

Dia 02/07/2017 - Cheguei na casa de Rubinho. Ele, com óculos novo. O antigo, usava “no tempo da Rede”, para trabalhar com papéis. “Achei que minha televisão tava estragada, tudo meio borrado, mas eram meus óculos! (ri)”. Demos uma caminhada pelo bairro, na avenida Duque tem bastante sol. Rubinho me mostrou o Estádio do Farroupilha. Diz que tem assaltos no bairro. Cumprimenta várias pessoas, moradores antigos, jovens e velhos, um certo reconhecimento. Me indica coisas “no fim da linha”. Pergunto o que era o fim da linha. Rubinho estava se referindo ao fim da avenida. “Tem um cara que fazia festa. Cobrava pra entrar” (espaço público). Também comenta do tráfico de drogas.

Ao retornar para casa dele, tomamos um café e comemos um sanduíche. Ele me mostra que o filho trouxe um pão caseiro, comprado em padaria, “que coisa boa”. E eu: “esse Rubinho, em 80 anos já comeu muito pão, é muito criterioso!” Daí ele começou a falar do pai, que também era ferroviário e morava no campo. *O pai cortava dormentes de madeira com um machado*, fazendo achas, mas o fogo iniciava a partir de pequenos gravetos. *O forno era construído com dormentes de aço*, revestido de tijolos. A mãe colocava o pão, mas bem de longe, pra não chegar perto do forno, aquecia e tinha que saber, tinha que ter “a ciência” de quando colocar o pão. “O forno tinha que estar branco por dentro, daí se tirava as brasas dali e colocava o pão. O tijolo esquenta, retém o calor. Era eu que fazia o fogo.” “As brasas que tirava dali era usadas onde, adivinha? No ferro de passar roupa!” Contou do fogareiro, “acendia o fogo ali, dentro de casa, e ficava todo mundo ali na volta pra se aquecer. Aquele montão de filho, às vezes não tinha roupa adequada. A gente dormia vestido. Na casa de madeira sempre tem uma fresta que entra frio. E, de manhã, a água na chaleira tava congelada. É assim, tô falando a verdade.” (Diário de Campo, 02/07/2017). [grifos *post scriptum*].

O dormente é uma peça colocada transversalmente à linha férrea, sobre o qual se apoiam os trilhos. Pode ser feito de madeira, metal ou concreto. Ele é um “mínimo vital” (Candido, 1987) para o funcionamento da ferrovia. Na narrativa de Rubem, vemos como se constitui também parte do meio essencial da população trabalhadora que vivia

no campo. A memória alimentar¹¹² e “sensível” (Rouchou, 2009) foi o que desencadeou a narrativa, mostrando a ferrovia na minúcia da vida cotidiana no meio rural. Comer, mais do que relação biológica, concretiza “um dos modos de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando, assim, uma de suas referências fundamentais no espaço-tempo” (Certeau & Giard, 2013, p. 250).

O próprio local de nascimento de Rubem, bem como de outros personagens que encontrei, chamado por ele de “a grota”, indica estas “imagens do campo na cidade” (Dawsey, 2013, p. 129): “nascer na grota”, ou “uma grota lá para os lados de Bagé”, são alguns dos exemplos. Das memórias de infância, Rubem guarda uma antiga espiriteira de ferro, indicando: “nós fomos criados tudo com isso aqui, eu tirei a ferrugem e pinteí de preto”. Contou que sua mãe levantava de noite e, se quisesse aquecer leite para algum dos filhos, fazia na espiriteira com algum tipo de combustível, sem precisar acender o fogão à lenha.

Certa vez, encontrei Rubem no centro de Pelotas e fomos caminhando até a região portuária da cidade para assistir à apresentação de Andressa Pereira¹¹³, em um evento acadêmico da UFPel, com o trabalho “Sonoridades do Trem na cidade de Pelotas-RS: algumas questões sobre ruído.” Ao longo do trajeto, passamos por um antigo prédio que o aposentado indicou ser “a caixa dos ferroviários”, local em que seu pai e ele mesmo recebiam o salário. Comparou a ausência de burocracia para receber, “hoje tem que provar que tu é tu”. Conversando sobre o salário, perguntei para ele quais os principais usos do dinheiro, se era possível guardar algo. “Não dava para guardar dinheiro”, respondeu ele, “na campanha, os comércios eram caros, pagavam o frete e só tinha aquelas poucas opções, porque eram algumas casinhas, uma ‘vila’”.

112 A alimentação, como método antropológico, tem como referência a clássica monografia de Raymond Firth, “Nós os Tikopia” (1998). Nela, o autor propõe diferentes abordagens para o estudo do parentesco, sendo uma delas a alimentar. De acordo com Firth, a “investigação daquilo que o povo come conduz ao exame da reciprocidade econômica entre marido e mulher, dos métodos de maior cooperação no trabalho, dos sistemas de posse da terra, das oferendas rituais aos ancestrais e deuses em prol da fertilidade. A partir desse ponto, somos levados à história familiar, às relações políticas, especialmente às de chefia; às obrigações e privilégios de adoção, tais como se refletem no alimento; às relações bilaterais entre parentes na utilização dos pomares da família; à relativa prosperidade dos grupos de parentesco, com relação, de um lado, à restrição da população e, de outro, ao atrito social (Firth, 1998, p. 212).

113 Andressa Porto Pereira é mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) cuja dissertação é intitulada “Sonoridades do Trem na cidade de Pelotas-RS: Percepções e Significados” (Pereira, 2017). Com ela, tive diálogos importantes e produtivos durante o processo de pesquisa de ambos, com ajuda mútua e trabalho de campo coletivo.

Contou que viajava até Pelotas de trem e comprava fiado nos armazéns, pagando frete para levar as mercadorias até o lugarejo em que morava. “Na campanha não tinha água, não tinha luz; a família era grande, então o dinheiro era usado com isso, meio saco de farinha, de arroz. Era tudo ensacado. Minha mulher fazia pão caseiro”. A mudança cidade-campo é apresentada como uma transformação no “meio de vida” e nas formas de consumo: “Quando vim para Pelotas, meu meio de vida melhorou muito, não comprei mais em armazém, comprava em supermercado. Mudou minha vida completamente”.

Quando chegamos ao local do evento, o prédio da Universidade, Rubem comentou: “esse Anglo dava serviço!”. Isso porque, onde hoje estão alocadas as salas de aula, reitoria e outras dependências da Universidade Federal de Pelotas, já funcionou um frigorífico, o Anglo. Esse foi um importante espaço para a cidade de Pelotas, integrando os “modernos processos de conservação da carne” (Pesavento, 1980, p. 49), necessários à economia gaúcha.¹¹⁴ O espaço, “desde o final do ano de 2005”, é ocupado pela Universidade Federal de Pelotas (Michelson, 2013, p. 124). A narrativa que o ferroviário me contou durante a caminhada coloca a cidade enquanto um espaço de endividamento para quem vem do campo. A chegada na cidade possibilitava uma alteração radical nas condições de vida, mediada por possibilidades inéditas de consumo.

Marcelo Mena, ferroviário aposentado que desempenhou o trabalho de conservação de linha férrea, narrou uma situação de endividamento, desta vez do próprio sistema de cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). A imagem ativadora da conversa foi um dos antigos talões da cooperativa:

Do meu tempo, já era outro, uns talões mais pequenos, mais compridos, mas era o mesmo, dos pedidos de fazer... Então, a gente mandava, preenchia aquilo ali com o que queria, e vinha um espaço que, se tu quisesse, por exemplo, três metros de tecido para lenços, tu botava embaixo, ali. E aí vinha, mas eles colhiam lá ou mandava o que tinha, que era pra aquilo ali. Mas só que aquilo pro intermédio da Rede, aquilo ia. Aqueles valores iam para ser descontados do salário do empregado! Mas

114 “O frigorífico Rio-Grandense, inaugurado auspiciosamente em setembro de 1917, em Pelotas, revelou-se carente de capitais. Sem condições de operar em larga escala, em inícios de 1921 foi vendido à firma inglesa Westey Brothers, que, posteriormente, colocou-o para funcionar com o nome de ‘Frigorífico Anglo’” (Pesavento, 1980 p. 63).

aquilo ali tu fazia, por exemplo, um pedido agora. Esse mês tu recebia essa mercadoria, dentro deste mês. Aí, estamos em fevereiro, ia passar março. Em abril, fim de abril, tu ia receber o pagamento, aí vir descontado aquilo. Então, aquilo ali, depois de tu entrar naquilo ali, para comprar, para ti te escapar dali, era uma dificuldade, porque aquilo ali tá sempre dois pedidos atrasado! Sempre descontado no salário. Então não tinha jeito, era uma dificuldade.

Eu mesmo, quando eu vim para cá para Pelotas, eu ainda comprava da cooperativa. Tá, mas eu tenho que escapar, *eu já dentro da cidade, né?* Mas aquilo levava três meses para receber desconto daquilo. Aí eu tive que dar um duro sem tamanho. Tinha um irmão que tinha fábrica de mesa de *snooker*, trabalhava com esses troços assim. O salário, com aquele negócio da revolução, eles cortaram o salário de todo mundo. Aquilo era é soldo, né? Porque, era o Exército, era militar o troço, né? Militarismo. Aí trabalhava, não ganhava muito, trabalhava com meu irmão, o finado meu irmão. Então, eu trabalhava em limpeza de mesa, passa mesa de *snooker* pra lá e pra cá, pebolim e esse troço tudo. Aí eu recebia. Ele me pagava por peça. Limpeza de pebolim é a coisa mais desgraçada que existia, porque aquilo ali usavam graxa patente. Os caras por aí, que tinham quantias de mesas alugadas, os cara metiam graxa que era para deslizar mais, bah! Deus te livre, aqueles bonequinhos eram de plástico. Tinha alguns que corroíam, frouxavam. Tinha que limpar tudo para depois tirar os bonequinhos, colocar novo, tinha uma classificação. Aí era chato, né.

Trabalhava nisso aí para ter uma suplementação na minha despesa, e a mulher também trabalhava, fazia limpeza na casa de um cara que tinha comércio na Praça 20 de setembro. Ela lavava roupa para eles também. Aí foi indo, até que conseguia me escapar, aí. Quando parou o desconto, eu disse, graças a Deus, agora nunca mais. Levei três meses para poder. Era descontado, não tinha escape. O que sobrava era para comprar uma carne, algum troço lá fora, uma roupa, um calçado, e assim mesmo não era muito! (Marcelo Mena 05/02/2017).

Essas relações de dependência criadas pelo comércio são parte importante do argumento de David Graeber (2016) sobre a história das relações de dívida. De acordo com o autor, “[o] escândalo secreto do capitalismo é o fato de ele nunca ter sido organizado primordialmente

em torno da mão de obra livre” (Graeber, 2016, p. 440). Nele, emerge, por exemplo, o *truck sistem* “pelo qual o empregado, obrigado a comprar todos os seus suprimentos na loja do empregador, é mantido em dívida irremediável, já que, por lei, é incapaz de abandonar o emprego até sanar a dívida” (Graeber, 2016, p. 439).

Cooperativa dos E. da A. F. R. G. S.		
Assinado de: <i>Alvaro Avila Chagas</i>		RECEITO Nº 16406
RECIBO	Repartição	
15-		
Data		
23/4/1941		
✓ 19	kg. de açúcar	27,500
✓ 15	" arroz	23,250
✓ 10	" farinha de trigo	16,000
✓ 2	" margarina	8,600
✓ 3	" banha	10,400
✓ 2	" herve mate	2,000
✓ 3	" sabão	5,250
✓ 2	" café moído	9,600
✓ 2	" castanhas	7,200
✓ 1	" farinha de mandioca	6,000
✓ 1	" grãos	2,800
✓ 0	" feijão preto	8,000
✓ 1	cf. vinagre	1,300
	total	138,200

Devolução de todos os dias 1941.

Imagem 2: O que compravam os ferroviários gaúchos em 1941.

Fonte: Acervo pessoal de Anabela Medeiros.

“Pra mim a ferrovia tem tudo a ver com o Rio Grande do Sul!”:

Essa frase, de autoria do maquinista aposentado Orlando Chagas, situa a posição desse narrador ao recordar sua experiência de trabalho, que é diretamente relacionada ao deslocamento e, portanto, à relação da cidade com o campo. De acordo com ele, “as pessoas conhecem a ferrovia só dentro da cidade, mas fora da cidade, ela é uma poesia”. Nessa atmosfera da narração poética, Chagas relata que foi em suas viagens que aprendeu os “costumes do interior”, tais como tomar chimarrão, “gostar de fogão a lenha” e “casa de alvenaria”.



Imagem 3: Memórias paisageiras “de dentro da máquina”.

Fonte: Acervo pessoal de Orlando Chagas.

Metáforas ferroviárias do rural e do urbano

Nos diálogos com o maquinista Orlando Chagas tive acesso, pela primeira vez, a um conjunto de metáforas que explicitavam, a partir da ótica ferroviária, a relação rural-urbano. O uso de termos como *prisão* ou *fim de mundo*, demonstram formas de recordação associadas à fricção entre as lógicas do assalariamento e do consumo com a estrutura

própria do trabalho ferroviário ao dispor a mão de obra por grandes extensões de terra.

A gente tava numa *prisão sem grades*. Trabalhei em Roca Sales. Dava quatro da tarde, não tinha pra onde ir. Só saindo de trem, só quando passava um trem. Tinha estações pro lado de Bagé aí, que eu fiquei destacado¹¹⁵, que era só eu, vou te dizer uma coisa... Para pegar uma rádio, às vezes, era difícil. Tinha os telefones internos, então a gente ficava escutando os caras passar serviço um pro outro, ou, às vezes, o chiado! Se não, ficava aquele zumbido. Não pegava televisão, não pegava nada. Aquele silêncio infernal! Só, às vezes, o latido de um cachorro, lá não sei aonde (Orlando – 18/09/2015).

O meu pai, na verdade, tinha olaria. Ele, depois quando ele se casou, entrou na Rede como aprendiz. E como ele tinha o curso de que na época faziam, gurizada que fazia curso de datilografia sabe, ele e foi trabalhar limpando os banheiros na Rede. E aí como precisavam o cargo de datilógrafo e daí falaram com ele, ele pegou e em seguida veio a nomeação. Ele entrou servindo cafezinho, limpando banheiro e terminou a carreira dele como chefe de escritório. Trabalhando só na parte administrativa. Ele teve uma carreira bonita, com o estudo que ele tinha, né. Tinha pouco estudo. Teve uma carreira bem interessante na empresa. E ele não gostava desse serviço, que ele foi criado na campanha, né. Ele, *trabalhar encerrado*, assim, não era o forte. Mas, foi o que veio para ele, como diz o outro né? (Luís Carlos – 06/11/2017).

Aí, como eu trabalhava na estação, eu fui designado para uma estaçãozinha na campanha. Num lugarzinho entre Pinheiro Machado e Pedro Osório, digamos assim, no interior mesmo, na campanha. Daí, quando cheguei lá, os primeiros dois meses foram de treinamento, então tudo era novidade. A gente foi pra Cachoeira do Sul, foi para Rio Pardo, foi para lugares onde tinha bastante movimento. Inclusive, tinha trens de passageiros na época. Para mim era tudo novidade. Daí, quando eu caí na realidade, eu fui para o lugar onde eu deveria ficar. Deu vontade de voltar no primeiro dia. Isolado. Eu cheguei, a gente foi de carro. Meu cunhado até que me levou. Cara, para chegar lá já

115 O trabalhador “destacado” é aquele que está fora da cidade, estação ou trecho onde foi designado, deslocando-se temporariamente pela empresa.

foi um parto, não existia estrada, estrada de campanha mesmo. Daí, quando a gente chegou, tinha um morro assim. Descia aquele morro, tinha uma casinha lá embaixo. Que, mas... É aqui que vou ficar? Não vou ficar, vou voltar, vou voltar agora! Mas aí, cara, quando eu cheguei lá, tinha um rapaz daqui de Pelotas, que morava aqui em Pelotas e trabalhava aqui em Pelotas, e ele tava destacado lá, *justamente porque ninguém queria parar neste lugar*. Então, eles pegavam o pessoal e eles destacavam, dez dias, quinze dias. E eu caí de paraquedas lá, para ficar fixo. Casemiro, olha, um dos piores lugares da ferrovia. Aí, cara, quando cheguei lá, vou dar volta, não vou nem ficar aqui. E aí, meu cunhado não, que isso, primeiro dia. Aí esse rapaz, que era daqui: “Não, cara, não esquentar a cabeça. Isso aqui é uma maravilha. A gente vai caçar, pescar, vamos nos divertir. Isso aqui é uma tranquilidade, tu vais ver. Experimenta ficar. Bom, fui experimentar e tô até hoje.

Guillermo: Tinha família?

Bira: Sim. Eu fui sozinho. Era eu, minha esposa e meu filho, na época tinha 3 anos, não tinha como levar para lá. *Era um fim de mundo*. Aí, através desse rapaz aí, a gente levou uma amizade e realmente a gente saía para pescar, caçar, porque era um negócio tranquilo. “Tirava o teu horário ali, e o resto do dia podia fazer o que quisesse e, *como era uma campanha, a gente podia sair para caçar e pescar à vontade*.”¹¹⁶ Aí o cara foi me cativando. Quando terminou os quinze dias, na hora dele retornar, aí bateu a tristeza, porque daí eu vi que ia ficar. Mas aí, como eu já tava naquela dividida, agora não tem o que fazer, vou ter que encarar. Aí, realmente, fiquei um ano lá. Para ti ter uma ideia, não tinha luz, não tinha água. A água, ela vinha de um cano, uma mangueira de um morro. Atrás da estação é um morro de pedra, passava o dia inteiro correndo aquela água. Aí eu, de onde será que vem essa água. Aí, um dia, a minha esposa foi um dia lá me visitar, foi meu filho. Para ti ter uma ideia, o ônibus ficava a uns 15 km de lá. Tinha que descer e ir caminhar até a estação. Aí, um dia, ela foi lá e foi com meu filho. Aí eu tava lá, com ele, na frente e da estação, um gauchinho, lá de cima do morro, num cavalo: “Olha fulano, não toma essa água que morreu uma vaca.” Eu: Morreu uma vaca, deve ter morrido hoje, né? Aí, eu, quer saber duma coisa, vou lá ver de onde vem essa água. Esse caninho, ela subia aquele morro e tinha uma taipa de uns 10cm. Botaram a mangueira e encheram de

116 “A caça é uma das atividades favoritas de quem mora no campo. Trata-se não apenas de uma estratégia de sobrevivência. Ela também é atividade lúdica” (Dawsey, 2013, p. 137).

terra em cima, e era onde o gado tomava água e tomava banho. Era aquela mesma água, ela corria por gravidade lá pra baixo. E aí, fui ver... Essa tal vaca, que morreu, tava só pele e osso, já tava morta a não sei quanto tempo, cheia daqueles bichinhos, e nós tomando aquela água, mas, graças a Deus, não me deu nem dor de barriga [risos].

Quando vi aquilo ali, aí sim, aí me apavorei, já tava uns 8 meses lá. *Comecei a batalhar para sair de lá*” [grifos meus] (Ubirajara, 12/09/2017).

Nas duas primeiras narrativas, a prisão assume uma função fantástica, que pode tanto se referir ao campo como à cidade. A de Orlando Chagas é uma solitária “prisão sem grades”, preenchida somente por um silêncio opressivo e por um ritmo cotidiano “inexistente”. Os sons do trabalho são as formas de fuga. Ouvir o rádio era o que conectava o trabalhador com os valores do pertencimento coletivo. É interessante contrastar esse exemplo com outra memória sonora de Orlando, ocorrida em frente à Estação Férrea de Pelotas, quando fomos interrompidos repetidas vezes por sons altos de caminhões e ônibus trafegando e por barulhos de uma obra que colocava estruturas para um show. Os sons provocaram a reflexão deste narrador:

Fui trabalhar em Londrina (...). Agora a gente tava falando em barulho, onde era o alojamento. Digamos que era aqui e ali onde tava ele. Aí era o abastecimento das máquinas. E máquina não desliga, máquina de ferrovia chega num lugar, ela fica funcionando e fica abastecendo. Então, ficava toda a noite... Então eu me acostumei com esse barulho aí. Isso aí que vocês tão estranhando, isso, pra mim, não é nada. Isso faz parte, até na hora da entrevista, de relatar alguma coisa da ferrovia tem barulho. Trinta anos passei no ano do barulho” [A entrevista é interrompida momentaneamente por um som alto de uma serra no metal, em uma obra próxima]. “Viste? Mais um. Isso aí é a ferrovia¹¹⁷ (Orlando Chagas - 2015).

Se o som extremo da máquina é um signo da ferrovia, fica fácil entender por que o campo se apresenta como um ambiente prisional para o narrador.

117 Trecho pode ser acessado no YouTube [para legendas, clique em “Ativar Legendas”]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nOwrJwBN2Ps&feature=youtu.be>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Na narrativa de Luís Carlos, aposentado das oficinas ferroviárias que relata a memória de seu pai, invertem-se os papéis: são os ritmos de um trabalho “racional”, imposto pela ferrovia à uma população rural – “da campanha” – que gera desconforto naquela experiência. Trabalhar em um escritório passa a ser uma condição de “encerrado”.

Já na terceira narrativa, produzida por Ubirajara, trabalhador ativo do setor de estação, o rural associa-se com isolamento - apesar dos prazeres da caça e da companhia inicial do colega. A estação era um “fim de mundo” no qual “ninguém queria parar”. A história da vaca morta simboliza, para mim, uma clássica narração da resistência do ser no tempo do mundo rural, representado como agrura. Ao mesmo tempo, põe em relevo a precariedade da qual se foi vítima sem perceber (bebeu da água, não sabendo que estava contaminada, envenenada), algo que “não deu nem dor de barriga”. Assim, Ubirajara demonstra uma resiliência retrospectiva àquela condição, mostrando que aquele ocorrido/fato/evento foi superado.

A ironia da “estaçãozinha”: memórias e hierarquias

Ora, se falei até aqui de trabalhadores que se sentiam em prisões, nada mais justo que também elucidar suas “artes” de escapar. E é assim que continua a narrativa de Ubirajara:

Na época, todo final de mês o chefe saía num auto de linha, percorrendo todas as estaçãozinhas para levar um cheque nominal. A gente recebia através de um cheque nominal. E daí eles nos davam, no máximo, um dia, vinte quatro horas, para receber e retornar. Então, tinha que pegar aquele cheque nominal, vir na cidade mais próxima, que, no caso, ali a mais próxima era Pedro Osório, trocar o cheque, deixava alguma coisa para a família e voltar. Era assim. E daí, toda a vez que ele chegava lá, cara, pelo amor de Deus, me tira daqui, vou abandonar, tô apavorado. Aí, tanto foi que eu insisti, que ele acabou me trazendo pra Pelotas. Aí sim, em Pelotas era tranquilo. Pelotas, trabalhei quase 10 anos (Ubirajara, 12/09/2017).

Essa forma de deslocamento do chefe, ilustra um dos procedimentos que caracterizam a organização do trabalho ferroviário, o “viajar

para inspecionar” [*travel to inspect*] (Clark, 2001, p. 13). Diferentemente dos procedimentos de vigilância “panóptica”, nos sistemas de trabalho ferroviária as chefias tinham que se deslocar pelo território para controlar os trabalhadores.

Anabela Medeiros foi outra de minhas interlocutoras que narrou suas memórias a partir do profundo contato com a ferrovia, por meio do trabalho do pai, Sérgio, que havia sido telegrafista na década de 1930. Essa narradora contou algo parecido com o evento narrado por Ubirajara. A cena que destaco é o momento em que o “trem do inspetor” chega a uma cidadezinha interiorana:

Eu me lembro que, uma vez ia passar o trem onde viajava o inspetor da Viação Férrea. Ele passava de vez em quando nas estações e conversava para ver quais as dificuldades. Fazia lá o trabalho dele. O pai disse assim. Eu me lembro que o pai chegou lá, lá em Suspiro, perto de Bagé. A mãe tinha feito uma fornada de pão, num forno de rua. E o pai disse assim: “Anita, tá chegando aí agora o trem do inspetor. Tu vê um guardanapo aí, o melhorzinho dos teus. E enrola um pão, mas um pão bem grande e manda-lhe aqui para entregar ali na janela para o rapaz, para o cozinheiro deles, que é pro inspetor.” Ah, e eu bem faceira. Eu acho que passei um pouco d’água nos cabelos (risos). Era guria. Eu tinha... Suspiro, eu tinha... A recém tinha me alfabetizado. Eu tava com 6 anos. E aí eu cheguei. O trem parou, o pai disse, “lá, naquela janelinha, ele vai aparecer, daí tu vai e entrega”. Aí o homem era muito delicado. Veio e desceu, pegou, me agradeceu muito, levou lá pra dentro e tal, falou pro inspetor depois. Aí, antes do trem sair, ele mandou me chamar. Eu fui lá e ele me deu um vidro de perfume. Era usado já, tava pela metade o perfume. Perfume “Tabu”. Olha, era um luxo aquilo, só vinha da Argentina. Eu não tinha completando sete anos ainda. O José [marido] diz assim, que eu gosto muito de perfume, mas que é isso, aí a gente se cria. Não é comprando perfume, eu ganhava muito perfume. Eu sempre tinha essa parte a. O pai era muito, uma pessoa muito... Assim, era muito simpático, muito alegre. Todo mundo gostava dele na Viação Férrea. Ali no Cerrito, a gente tinha muita assistência, até alfaiate. O nome do alfaiate era italiano, era Scardelli. Até isso eu lembro (Anabela, 01/02/2017).

Esse relato de Anabela me faz lembrar de uma das mais importantes peças de teatro do escritor ucraniano Nikolai Gógol, chamada “O Inspetor Geral”. A trama se passa em uma pequena cidade, e os diálogos iniciam com o seguinte anúncio do prefeito aos membros das principais autoridades do município: “Chamei-os aqui, meus senhores, para lhes dar uma notícia bem desagradável. Está a caminho um inspetor geral” (Gógol, 2009, p. 47). Assim, anuncia-se a chegada de um funcionário de alto escalão e ordenam-se as providências necessárias para recebê-lo: as ruas são varridas, limpam-se os gorros dos doentes nos hospitais, recomenda-se aos policiais que, se o alto funcionário perguntar se estão todos satisfeitos, deverão responder: “Muito contentes, Excelência!”.

A grande sátira da peça está contida em quando confundem um viajante com este tal inspetor, e essa figura se aproveita da confusão para pedir dinheiro emprestado e receber todos os tipos de agrados. Ao final, quando já é prometido um noivado com a filha do prefeito, ele vai embora da cidade com muitos rublos, frutos de diferentes empréstimos, deixando apenas uma carta em que desvela toda a farsa. O prefeito e sua esposa, o juiz, alguns pequenos proprietários de terras, o médico da província, o chefe dos correios, o inspetor das escolas e demais “pessoas respeitadas na cidade” são todos ludibriados. Lendo a carta, recebem um novo anúncio: chegou à cidade o – desta vez, verdadeiro – inspetor geral. Todos ficam em estado de choque, paralisados (os personagens são substituídos por bonecos de cera, em uma das primeiras montagens da peça). Caem os panos. É por meio da comicidade e do riso que Gógol, escritor ucraniano, faz um retrato acurado da Rússia do século XIX.

Inspirado na literatura de Nikolai Gógol, direcionei uma atenção antropológica ao riso de Bira, que me narrou um imbróglio ocorrido em mais uma dessas “estaçãozinhas” do campo:

Acontecia coisa também, rapaz, quando a gente destacava, na época, em Herval. Era uma estaçãozinha, para cá de onde eu entrei. Ali já tinha luz, tinha tipo uma vilinha já, mais próxima de Pedro Osório. E ali não tinha gente fixo, então a gente destacava, ficava quinze dias, retornava, ficava mais quinze dias. Um dia nós tava indo lá, na estação, para destacar. Eu e um outro colega aqui de Pelotas, chegamos para destacar. Tinha um movimento lá dentro da estação. Que que houve? Chegamos

lá, tinha uma mulher, lavando roupa no chuveiro da estação. No chuveiro! Lavando roupa. Chuveiro quente! Um mundo de roupa lavando! Tá, mas que que é isso? “Ah não, tô lavando roupa...” Como lavando roupa no chuveiro?! “Ah, não, mas isso é nosso.” Como nosso? Isso aí é da ferrovia. E a senhora quem é? Ah, eu sou moradora aí. Todos os dias eu venho aqui e lavo roupa. Então, a partir de hoje, tu não lava mais (risos). Ela disse: “ah, mas essa resistência [peça do chuveiro] é minha!” Não, não é mais. Tirei a resistência. Tá, pode levar tua resistência. Não lava mais roupa. Tu vê, cara, era assim que funcionava. A vizinhança toda ia lá lavar roupa na estação. Com a luz elétrica (Ubirajara, 12/09/2017).

Talvez essa seja a narrativa mais significativa deste (des)encontro dialético de imaginários, para retomar uma expressão de José de Souza Martins (2008). Para o autor, em seu estudo sobre a aparição do demônio na fábrica, o fato de a atualização tecnológica dos processos de trabalho conviver com a aparição do diabo indica a expressão do “tradicionalismo rural invadindo a grande indústria e a produção modernas e nelas se recriando e se atualizando” (Martins, 2008, p. 179). A ferrovia, como produtora de convergências como essas, dá espaço para a narrativa do humor, que revela o descompasso e a particularidade do capitalismo ferroviário.

No caso da lavadora de roupas, contado por Bira, o chuveiro elétrico da estação eleva-se comicamente para o narrador, quase como um bastião tecnológico frente ao “desconhecido” dos pequenos lugares que circundavam e eram produzidos pela chegada da ferrovia. O “descompasso tecnológico” (Martins, 2008, p. 154) manifesta-se como revelador da conexão e das complexidades da ferrovia em seus encontros com o interior do Rio Grande do Sul.

O riso e a burocracia

Outras narrativas, que abordam o desencaixe entre a racionalização moderna e o “mundo tradicional”, são as piadas e causos da comunidade ferroviária. Uma das piadas é a do Agente de Trem, que ouvi mais de uma vez durante trabalho de campo. Ela é mais ou menos assim: Os

Agentes de Estação receberam ordens pelo telégrafo que recomendavam “usar quepe, sobretudo na hora do trem”, pois estaria chegando o Engenheiro. Quando o supervisor finalmente chegou, os funcionários ficaram espantados, pois, em pleno sol a pino, combinado com o calor característico de um dia de verão, os Agentes estavam de pé na plataforma da estação, vestindo o quepe e sobretudo pesados¹¹⁸.

Um livreto publicado pela gráfica da RFFSA, intitulado “Causos Ferroviários” (1988), constitui-se de uma compilação de 20 páginas contendo 15 causos ferroviários, “escolhidos dentre os cento e quarenta e um trabalhos que atenderam ao chamamento do 1º Concurso “Causos Ferroviários – O Causo que eu Conto” (RFFSA, 1988). Observo essa fonte a partir de um entendimento crítico, no sentido de reconhecer que existiu - nessa iniciativa que parte da empresa - um processo de solidificação e de estabilização da memória coletiva (Pollak, 1989). Isso é evidenciado pela apresentação do texto escrita por Fernando Fagundes Netto, presidente da RFFSA à época: “Quando do estabelecimento do Concurso, a intenção foi a de registrar *histórias folclóricas* ocorridas no meio ferroviário *para que as mesmas não se percam com o passar dos anos*” [grifos meus].

Como deixa claro Michael Pollak (1989), estes procedimentos de elaboração de uma “memória oficial” sempre acontecem em uma arena de memórias em disputa. A seleção e a definição de um conjunto de elementos para se lembrar, inevitavelmente exclui outros, criando “memórias subterrâneas” (*idem*, p. 4). É importante mencionar que os autores dos causos publicados nos livros são, em sua maioria, ocupantes de cargos de chefia, o que indica, além da elaboração da memória da empresa por parte dos “de cima”, uma pista para entender *do que e de quem se ri*. Selecionei um dos causos para interpretação:

Aconteceu mais ou menos por volta de 1976, numa das residências da SR-7, situada no interior. O engenheiro residente, recém-chegado na região, confiante na competência do velho mestre de obras ali lotado, já que o mesmo contava um bom tempo de serviço na empresa, resolveu chamá-lo, e perguntou-lhe:

118 A graça da piada está no duplo sentido da palavra “sobretudo”, a qual pode significar tanto “especialmente, mormente, principalmente” como “capa, capote, casaco”.

–Sr. Dias, o senhor tem o desenho da planta baixa deste imóvel residencial? (e detalhou a localização do imóvel). O Sr. Dias, meio embaraçado, respondeu-lhe:

– Planta baixa, doutor!? Tenho não senhor. Mas, vou providenciar, e amanhã mesmo entrego o desenho ao senhor.

No dia seguinte, supercontente por julgar haver cumprido a missão que lhe fora confiada, entrega o desenho ao seu chefe, e diz:

– Não ficou bem desenhada não doutor, mas é uma “palmeirinha”. Foi a planta mais baixa que encontrei lá na casa.

Autor: Norma Lúcia Fernandes Silva Pereira

Supervisor Auxiliar de Administração

SR-7 Cacolé - 10º Lugar

(RFFSA, 1988)

Essas duas piadas, a primeira, contada pelos interlocutores da pesquisa, e a segunda, veiculada por um “meio oficial” da empresa, evidenciam, a complexidade de regras e organização do trabalho na ferrovia que privilegiam um conhecimento letrado. São pilhas de papéis, autorizações, atas, livros de controle, contracheques, manuais de normas de trabalho, informativos e outros, que compunham a mais diversa gama de materiais que os ferroviários mobilizam em seus diálogos comigo. De outra parte, o riso nessas duas piadas situa-se no descompasso da racionalização do trabalho ferroviário, em um sentido weberiano, com a incapacidade da mão de obra disponível em compreender as normativas. O ferroviário Luís Carlos, quando me contou a piada e apresentou a figura do chefe de estação, disse: “o chefe da estação mandava nesses arigó tudo”. A figura do arigó aplica um rótulo (Becker, 2008) ao trabalhador comum, pouco qualificado e pouco escolarizado.

Esse tema mostra que, ao recuperar a “memória subterrânea” (Pollak, 1989) dos trabalhadores e suas táticas microscópicas e cotidianas de subversão das estruturas de poder (Certeau, 1994), também se revela a outra face da moeda: as narrativas e memórias do poder e das hierarquias de trabalho. Assim, foi inescapável, objetivando abordar a construção moderna da ferrovia, dando luz às suas contradições, encontrar discursos que evidenciavam opressões. A figura do trabalhador comum, enquanto *alvo de riso*, foi um dado etnográfico fundamental.

É por meio deste riso, visto sob as lentes etnográficas, que é possível imaginar a violência implícita no processo – ferroviário – “civilizador” que, como ensina Elias (2011), implica o adestramento dos costumes e das emoções. A Rede Ferroviária, enquanto uma gigante empresa burocrática federal, criava uma configuração de trabalho particular, da qual as normas interagiam nas cidades, nas “estaçõezinhas” e no campo. O “sistema mundo” encontrava o tecido local, produzindo uma “cosmologia” (Sahlins, 1992) única.

Conclusões: ferrovia industrial, urbana e burocrática

Neste capítulo, exercitei a função do antropólogo como narrador (Rocha & Eckert, 2005), apoiado nas palavras, tempos e imagens narradas pelos interlocutores e interlocutoras da comunidade ferroviária. A narrativa debruça-se sobre um tema principal: as paisagens do encontro entre rural e urbano, produzidas pela implementação das ferrovias. Mas é claro que, ao mergulharmos nas memórias dos trabalhadores, emergem outros temas em que esses universos são pensados e pelos quais passam por processos de inteligibilidade, tais como o consumo, o assalariamento, a dívida, o poder, o cotidiano e a memória do sensível.

Outro desvio é feito ao anunciar que a pesquisa se centra na cidade de Pelotas, pois acabamos adentrando múltiplas cidades, grotas, vilarejos, estaçõezinhas, campanhas e fins de mundo que operam a espacialização fantástica das memórias do trabalho. Essa multiplicidade vibra nas memórias ferroviárias, dando conta tanto das dimensões afetivas e dos deslocamentos poéticos, como das hierarquias e agruras do trabalho.

Os eixos norteadores propostos no início do texto não são abandonados, ainda que pareçam estar “disfarçados”. Ao longo da escrita, paira o paradigma do moderno e de suas contradições. Retomo as três características do imaginário do capitalismo ferroviário brasileiro que me propus avaliar, tendo agora, na memória da leitora e do leitor, as vozes ferroviárias transcritas e interpretadas. Essas três características são, na verdade, desencaixes, como sugere o tom de ironia que mobilizo, embarcando nas reflexões êmicas da comunidade operária sobre seu próprio trabalho. É o riso – o qual, muitas vezes, tem como alvo

o mais fraco – que revela o contraditório. A ironia é o que desnuda a hierarquia.

Ao regressar a essas características, também estamos falando de máximas contestadas pelo ponto de vista etnográfico. A ferrovia brasileira é *industrial*, mas espalhava mão de obra ao longo de grandes extensões do território, fazendo com que as políticas de controle tivessem de se reinventar, pois o operário não estava reduzido a um espaço controlado e fechado de uma fábrica. É extremamente *burocratizada*, mas que contava com uma mão de obra pouco qualificada e iletrada. É símbolo, por excelência, do *urbano*, mas as memórias dos trabalhadores são das paisagens e do cotidiano rural.

Esses três eixos sintetizam parte da reflexão sobre as cosmologias locais e do seu encontro com o sistema-mundo. Não se trata de uma mera imposição de valores globais, mas, sim, de incorporação desses valores do capitalismo industrial sob o revestimento e a tessitura da cultura local. Atualmente, passados mais de 20 anos das ferrovias privatizadas, somos apresentados a outras contradições, tais como a ausência da multimodalidade dos transportes, o dilema dos combustíveis fósseis ou do irrefreável abuso da natureza. Esses são alguns dos aspectos que revelam, talvez ironicamente - como os causos ferroviários - a tragédia da cultura.

Referências

ABSI, P. *Los ministros del diablo: El trabajo y sus representaciones en las minas Potosí*. Paz: IRD, Instituto de Investigacion para el Desarrollo; Embajada de Francia em Bolívia; IFEA, Instituto Francés de Estudios Andinos; Fundacion PIEB, 2005.

ANDRADE, B. *A máquina e a enxada: Economia moral e acumulação flexível no território das confecções em Pernambuco, Brasil*. Iluminuras, v.21, n.52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.98661>

ARÁOZ, H. M. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020

CALLONI, H. *Nos trilhos da história da ferrovia: Entrevista com Paulo Nilton de Carvalho*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010.

CARVALHO, C. V. *Trem e cinema: modernidade e memória*. Política e Trabalho, Vol. 16, Setembro, 2000.

CHANDLER, A. D. The Railroads: Pioneers in Modern Corporate Management. *The Business History Review*, vol. 39, no. 1, 1965.

CIOCCARI, M. Perigo, riscos e destino: um estudo das percepções de trabalhadores em minas de carvão. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, 2(37), 2012. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14904>. Consulta 2012.

CLARK, J. E. *Railroads in the Civil War: the impact of management on victory and defeat*. Louisiana: State University Press, 2001.

DAWSEY, J. *De que riem os boias-frias? Diários de antropologia e teatro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

DEVOS, R. V. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente. soc.*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 293-306, Dec. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200006>. Consulta dezembro 2009.

ECKERT, C. Do corpo dilapidado à memória re-encantada. In. LEAL, Ondina (Org.) *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.

ECKERT, C. *Os homens da mina*. Revista Ciência Hoje, v. 7, n. 41, p. 36-42, 1988.

ECKERT, C. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012.

ECKERT, C. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In. *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009.

FERREIRA, M. R. *A ferrovia do diabo: História de uma estrada de ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

GÓMEZ, G. S. R. *Cidade, Trabalho e Narrativa: Etnografia Urbana com Ferroviários Aposentados em Pelotas*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais sob Orientação da Dr^a. Claudia Turra Magni. Pelotas/

UFPeL: IFISP, 2015.

GÓMEZ, G. S. R. Etnografia da Crise e da Duração Ferroviária em Pelotas: Um estudo antropológico de memória coletiva. 238 f. *Dissertação* (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

_____. G. S. R. *A locomotiva, o trem e o ferroviário: imagem e memória de uma masculinidade narrada no Sul do Brasil*. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo. Vol. 2, No 4, 2018b. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/418>

_____. G. S. R. *A indignação ferroviária: Envelhecimento e Trabalho em Pelotas/RS*. Revista Iluminuras. v.20, n. 49 p. 83-121, 2019.

HARDMAN, F. F. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOWARD, P. McCall. *Environment, labour and capitalism at sea: "Working the ground" in Scotland*. Manchester: Manchester University Press, 2017.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019

MAGNANI, J. G. C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 17, n. 49, junho/2002.

MIS. *Ferrovia Madeira-Mamoré: Foto MIS/ MIS* São Paulo: SESI-SP, 2017

NOEL, G., & SEGURA, R. (2016). Introducción. La etnografía de lo urbano y lo urbano en la etnografía. *Etnografías Contemporáneas*, 2(3). Recuperado a partir de <http://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/163>

NUNES, I. *Douradense: A agonia de uma ferrovia*. São Paulo: Annablume, 2005.

NUNES, R. B. *A boca a esquina e o recanto: territórios urbanos e memória coletiva no centro de Santa Maria, RS*. Santa Maria: Pallotti, 2013.

PALERMO, H. *Cadenas de oro negro: en el esplendor y ocaso de YPF*. Buenos Aires: Antropofagia, 2012.

PALERMO, H. *La producción de la masculinidad en el trabajo petrolero*. Buenos Aires: Biblos, 2017.

PARADELA, C. L. Desestatização da rede ferroviária federal S/A. Impactos sobre os recursos humanos da administração geral. *Dissertação* de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PESAVENTO, S. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1980.

NOLETO, R.; MAGNI, TURRA, C. e RIETH, Flávia. Cidades do interior, interior das cidades: apresentação, *Ponto Urbe* [Online], 24, 2019, URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/6875>. Consultado 19 julho 2020.

RAPKIEWICZ, Y. S. Cidades, patrimônios e etncolecionadores: uma etnografia das reminiscências ferroviárias no sul do Brasil. 199 f. *Dissertação* de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

RAPKIEWICZ, Y. S. & ECKERT, C. Entre trilhos e temporalidades: o tempo do trabalho nas memórias dos ferroviários aposentados de Porto Alegre. In: ECKERT, C., ROCHA, A.L.C. (Org.). *Etnografias do Trabalho Narrativas do Tempo*. 1ed. Porto Alegre: Pallotti, 2015, p. 276-303.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAHLINS, M. *Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do 'Sistema Mundial*. In: Religião e Sociedade, v. 12, nº 1-2, 1992.

SANTOS JUNIOR, J. *Veredas, inquietações e engajamentos: sobre o desafio de "ler" Marilda Menezes*. Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo, vol.4 nº7, 2020.

SILVEIRA, M. R. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. 2003. XXII, 453 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

SOARES, P. R. R. *Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XIX*. Anos 90. Porto Alegre, nº 14, dezembro de 2000.

WISNIK, J. M. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CAPÍTULO 8

INCA DE ORO (CHILE), LUGAR ONDE A MEMÓRIA PIRQUINERA REVERBERA

Pamela Jorquera

Introdução

As reflexões aqui apresentadas fizeram parte da pesquisa doutoral de Antropologia social desenvolvida entre os anos 2013-2017. Nela morei oito meses em um pequeno povoado minerador do norte do Chile – Inca de Oro- visando compreender as dinâmicas próprias do vilarejo a partir do enfoque da Etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2008, 2011, 2012, 2015). Essa proposta cogita o estudo das multiplicidades de estilo de vida, das visões de mundo, dos códigos ético-morais e das províncias de significação e também dos projetos sociais e dos universos simbólicos que confirmam e que delineiam uma diversidade de formas sociais descontínuas (2011, p. 108). A partir dessa proposta, insere-se a discussão das multiplicidades de estilo de vida em comunidades menores, como é o caso do povoado estudado.

Nessa pesquisa, consegui refletir sobre o tempo, através das narrativas dos sujeitos, visando uma análise delas por meio do estudo da memória, conceito chave para pensar as relações entre tempo e território, reconhecendo como a memória se constrói em torno dos vestígios materiais ainda presentes no povoado, possibilitando que os valores reverberem no vilarejo, na vida social de seus habitantes.

Halbwachs (2011) entendeu o tempo como resultado de convenções e de costumes que dão conta da ordem da vida social, dizendo que a sucessão do tempo, sua velocidade e seu ritmo corresponderão a uma ordem necessária. Como resultado, a vida social implicará um consenso em relação ao tempo e a sua duração. Dessa forma, os homens adaptaram-se rapidamente às divisões do tempo selecionadas, anos e dias, conformando uma estrutura temporal que padronizou as trajetórias ou as durações. Nas palavras de Halbwachs, “a duração é a corrente que

parece passar através de cada um de nós”, existindo, desse modo, tantas durações quanto homens, cada uma com conteúdos diferentes.

Outrossim, Halbwachs (2011) elaborou a hipótese de que a memória, o tempo e o espaço são construções sociais, podendo ser analisadas somente a partir de um olhar sociológico. A principal característica da memória corresponde à forma com que o passado é lembrado, e não no que é lembrado, dando valor à participação do grupo social sobre a reconstrução das lembranças. Mediante esse olhar, Halbwachs aborda a memória como um fenômeno social, rompendo a limitação do conceito ao plano individual. Por causa disso, cada memória individual será um ponto de vista da memória coletiva, variando segundo o lugar social ocupado. Para esse autor, a lembrança será o efeito de uma série de pensamentos coletivos emaranhados, sobre os quais não se poderá atribuir, de forma separada, a existência de uma lembrança, pois elas estarão constituídas pelo conjunto desses pensamentos. Assim sendo, a reconstrução do passado far-se-á no presente e só nele serão encontrados os princípios de seleção e de descrição, não existindo um passado imutável ou independente da experiência presente. Tendo como pano de fundo essas reflexões, neste capítulo adentrei-me nos lugares e espaços vividos no povoado, lugares que instigam a memória de seus habitantes e que permitirão ao leitor imaginar-se ali.

Como assinalou-se, tanto tempo quanto espaço correspondem a construções sociais (Ortiz, 1996), constituindo o estudo do local. O local será entendido como o resultado de uma série de operações de localização, de uma construção contínua e concentrada de universos práticos e simbólicos. Nas palavras de Michel Agier (Vidal, 2003, consulta 2014), o local será “tal como as pessoas vivem na vida cotidiana”. Dessa forma, Inca de Oro corresponde a um espaço-temporal dado em uma sequência de tempo e de espaço.

Nesse contexto, fazer parte do local significará integrar-se, paulatinamente, a uma rede de tênue interconhecimento, na qual os indivíduos que dela façam parte compartilharão um conhecimento baseado na intuição (Bozon, 1984). Cada um apoiar-se-á nessa intuição para debruçar-se sobre os grupos e as outras pessoas, criando um senso comum, permitindo a seus membros pertencer à localidade. Esse interconhecimento intuitivo será baseado na partilha de valores comuns com os

quais os habitantes do local poderão agir dentro de sua estrutura social. Assim, pensar em Inca de Oro a partir do descrito, significou reconhecer a existência de valores comuns compartilhados entre os habitantes do povoado, valores que orientarão suas práticas, suas falas dentro dos limites socialmente construídos e aceitos.

No entanto, os movimentos de pensamento da imaginação construirão também um conhecimento que fará parte da inteligência humana. Esses pensamentos estarão encerrados na memória, e as lembranças deles darão forma à duração. Dessa maneira, a “etnografia da duração” propõe a concepção de um tempo que se passa em diferentes velocidades, tanto percebidos quanto observados, tanto em processos internos quanto externos.

Assim, na memória dos sujeitos, o passado sobrepor-se-á ao presente, formando uma métrica, um ritmo que possibilitará a seriação e as lembranças dos acontecimentos vivenciados segundo uma ordem baseada em intervalos de tempo-espço. A memória, para essas autoras, será produto de uma seleção feita no tempo, obra de uma intenção, derivando em um resultado de seleções hierárquicas de instantes, feitas com base no tempo subjetivo e no tempo no mundo.

O conhecimento proveniente dos pensamentos da imaginação será construído na vida cotidiana e constituirá a duração. O conceito de duração provém da teoria de Bachelard, em sua dialética da duração (apud Eckert e Rocha 2011, p. 8). Por isso, a etnografia da duração considerará os ritmos temporais nas experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, para dar conta das seleções realizadas na hora de lembrar, as autoras fazem uma análise narrativa da cotidianidade dos sujeitos, destacando os acontecimentos importantes nas suas narrações, os dramas na vida cotidiana urbana.

O contexto

O Chile é conhecido mundialmente pela atividade mineradora que desenvolve em seu território. Economicamente falando, a mineração corresponde à quase metade das atividades ali produzidas. Na tabela 1, observam-se os principais minerais explorados, sendo o mais importante o cobre.

Tabela 1: - Produção e reservas no Chile 2019

Mineral	Produção Chile	Participação na produção mundial	Ranking na produção mundial	Participação em reservas mundiais
Cobre	5,79 millones de TM	29%	1	23%
Ouro	37,85 TM	1,1%	14	7%
Prata	1.190 TM	4,4%	7	4,6%
Molibdênio	54,76 mil TM	18,9%	2	7,8%

TM: toneladas métricas.

Fonte: Minería en cifras (Consejo Minero, 2020, 4)

Esse sucesso minerador e sua consequência positiva para o desenvolvimento do país tem profundas raízes históricas, sobretudo no que tange ao território norte, onde existem grandes quantidades de minerais que têm atraído as sociedades desde os tempos pré-colombianos (Salazar, 2003-2004; Salazar e Vélchez, 2014, Romero, 2011).

Nesse sentido, conhecer a história da mineração não diz respeito, somente, à história de um processo econômico e tecnológico, mas também à história de uma cultura, de uma maneira de ser no mundo e de suas transformações (Salazar, 2003-2004). Depois da conquista do Império Inca por parte dos espanhóis, os colonizadores continuaram explorando as minas trabalhadas pelos Incas, porém desenvolveram a indústria ainda mais. Introduziram mudanças na produção, implantaram lavadouros de ouro e estabeleceram novas populações para trabalhar de forma obrigatória.

Na parte norte do Chile localiza-se o chamado *Norte Chico* ou Norte Pequeno. Esse território caracteriza-se pela escassez do recurso hídrico, visto que tem o Deserto de *Atacama*. A presença desse importante bioma fez com que a mineração não tivesse muita ascendência econômica, e a zona ficou conhecida principalmente por ser a fronteira setentrional do chamado reino do Chile. O território possui uma grande quantidade de recursos minerais, desenvolvendo formas próprias de habitar vinculadas ao florescimento da atividade mineradora.

No *Norte Chico*, situa-se a cidade de *Copiapó*, fundada em 1744, com o nome de *San Francisco de la Selva de Copiapó*. As outras cidades da região, nomeadas de *Huasco* e *Vallenar*, foram fundadas em 1755 e 1789. A exploração do ouro converteu *Copiapó* e *Vallenar* em eixos

econômicos da região. Assim, foi crescendo o número de pessoas interessadas em investir nessa atividade e, mesmo sendo uma empresa arriscada, muitos mineradores especializaram-se na busca de veios ricos em minérios. Dessa forma, a região de *Atacama* caracterizou-se por passagens de ciclos de ascensão e queda, tanto da atividade econômica quanto da população. Nesse contexto, seus habitantes deslocavam-se pelo território seguindo os ciclos laborais, mas a mineração sempre se manteve como atividade central.

Nesse período, a exploração dos territórios do *Norte Chico* era feita, principalmente, por empresas individuais, nas quais uma família ou uma pessoa sozinha dava conta de uma jazida, na maioria das vezes, tendo a sorte por parceira. Deste modo, quando um veio, era descoberto e a notícia se difundia, muitos homens confluíam para as redondezas para explorá-lo e, com eles, chegavam investidores, banqueiros, comerciantes e muita diversão. Com isso, criavam-se pequenos assentamentos que ofereciam álcool, jogos de apostas, festas e mulheres aos mineradores. Muitos desses assentamentos, denominados de *Chinganas*, duravam o tempo das explorações, e as pessoas, sem trabalho, partiam atrás de novos sítios de exploração. Nesses territórios, desenvolveu-se uma forma de exploração mineradora que percorreu caminhos diferentes daquela explorada ao abrigo de uma empresa: a *Pirquinería*.

Na *Pirquinería*, as pessoas perambulavam pelo território, neste caso, o deserto, à procura de jazidas ou pontos onde explorar minérios preciosos e, com o passar do tempo, perdiam o sentido de pertença a um lugar único, adotando o deserto como lar, vivendo em liberdade, sem se submeter a ninguém (Arredondo, 2014). Esse minerador, o *pirquinerio*, fazia parte de outra forma de compreender o trabalho na mineração, muito distante da figura do obreiro, presente em outras explorações mineradoras. Em torno da liberdade própria do *pirquinerio*, construiu-se uma figura de homem forte, aguerrido, sem Deus nem lei, sem chefes, sem ataduras, mas também a de uma pessoa aventureira, proveniente de outros lugares do país à procura da riqueza, do sonho da fortuna, pessoa sem família e muito solitária.

Atualmente, esse tipo de mineração continua se desenvolvendo e é denominado de pequena mineração ou de mineração tradicional,

mesmo que sua importância tenha diminuído frente às novas condições econômicas das explorações da Grande Mineração do cobre (Lagos et al, s/d). Nesse contexto, o pequeno povoado de *Inca de Oro*, localizado no *Norte Chico*, apresenta-se como herdeiro dos costumes e da cultura mineradora dessa região do país.

Inca de Oro, um pouco de história

Administrativamente, *Inca de Oro*, pertence à prefeitura de *Diego de Almagro*. Está situado a 110 quilômetros da cidade e capital regional, *Copiapó*, e a 40 quilômetros da cidade *Diego de Almagro*. Falar sobre ele é falar de mineração e, principalmente, do desenvolvimento da mineração tradicional, a *pirquineria*. De fato, *Inca de Oro* reconhece, nessa atividade, sua principal característica e vocação, conforme consta no muro (Fotografia 1), que saúda os transeuntes da estrada. Essa mesma estrada conecta às cidades principais, *Diego de Almagro* e *Copiapó*.



1. Cartaz *Bem-vinda a Inca de Oro*. Fotografia de Pamela Jorquera.

Fonte: Acervo da autora, 2016.

Graças aos investigadores da zona e, às vezes, às informações escutadas no próprio povoado¹¹⁹ (Escalante e Ferreiro, 2001; Pizarro, 2009), sabe-se que as primeiras alusões ao vilarejo datam de 1845, quando as jazidas de ouro, próximas ao atual povoado, como *El Inca* e *La Isla*, foram incluídas em um relatório do Ministério do Interior.

Em 1888, o engenheiro Francisco San Román afirmou que nessas jazidas existia um sistema interminável de veios, mas de difícil extração pela falta da água. Contudo, apesar das dificuldades ambientais, em 1904 a ferrovia uniu o porto de *Chañaral* ao mineral de *El Inca* (esse evento é usado como data de nascimento do povoado). Após nove anos, a jazida de *El Inca* uniu-se a *Pueblo Hundido* (atual cidade de *Diego de Almagro*), também por ferrovia.

No processo de povoamento do vilarejo foi central a presença do trem. Assim, o estabelecimento da ferrovia exigiu que os povoados e a indústria se adaptassem às suas demandas. Nesse sentido, a indústria precisava de grande quantidade de água para funcionar, por isso privilegiavam-se os assentamentos que contivessem esse vital elemento em suas proximidades. O lugar, que depois ficou conhecido como *Inca de Oro*, tinha, nos seus arredores, grande quantidade de sítios com água potável, e poços, entre os quais *Finca de Chañaral*, *El Pingo* e *Chañarquito*. Assim, em *El Inca* construiu-se um reservatório de água, feito de ferro, *cuba*. Esse foi o primeiro nome com que se conheceu o povoado, Estação de *Cuba*.

A partir dos anos 1920, começaram a chegar multidões para tentar a sorte nas minas e, com elas, os primeiros serviços públicos. Na década de 1930, a população sofreu grande aumento, vinda de diferentes lugares – não só mineradores, mas também aventureiros e mulheres. Muitos estrangeiros — iugoslavos, chineses e espanhóis — foram atraídos pela bonança do ouro, os quais migraram de outras cidades do Chile e se estabeleceram no vilarejo à procura de sucesso.

Com o estabelecimento da Caixa de Empréstimo Minerador (CRACREMI), inicia-se a chamada era de ouro do povoado, junto

119 Juan Dario Escalante Rojas: nasceu na cidade de Potrerillos e viveu sua infância em Inca de Oro. Formou-se professor de Química y Ciencias Naturais. Trabalhou por 42 anos na escola “Mercedes Fritis Mackenney”, de Copiapó. (http://www.chanarcillo.cl/articulos_ver.php?id=77773) Guido Pizarro Rojas: formou-se jornalista e professor de História e Geografia. Trabalha no Liceu José Antonio Carvajal, de Copiapó. (http://www.diarioatacama.cl/prontus4_notas/site/artic/20091209/pags/20091209034518.html)

com a construção das primeiras ruas: Avenida *Manuel Antonio Matta* e Avenida *Francisco San Roman*. Inclusive, existia uma separação socio-territorial: atrás da estação ferroviária, na periferia, morava a população de baixa renda, enquanto a população de alta renda - os ricos, grandes mineradores, funcionários públicos e comerciantes-, moravam no centro do povoado.

Durante a década de 1930, no auge minerador de *Inca de Oro*, a população de Inca superava 10.000 pessoas. Além disso, existia todo tipo de serviços: hospital, correios e telégrafos, bombeiros e escolas privadas que, com o tempo, passaram a ser estatais. Também foram construídos hotéis, bancos, locais para a imprensa, serviços privados de saúde. Em 1934, instalou-se um gerador de eletricidade particular, em substituição às lâmpadas de carbureto. Já em 1939, o nome do povoado foi mudado de *El Inca* para *Inca de Oro* dada a proximidade deste ao caminho do inca, ou *Qhapaq Ñan*. A atividade mineradora era muito intensa nesses anos e, ao final de 1940, foi criada a associação de mineradores.

De acordo com alguns pesquisadores, Inca de Oro correspondia, de modo semelhante aos vilarejos próximos, a um centro de vício, de jogo, de álcool e de muitas mulheres:

“Inca de oro era un centro de vicio, de juego, de trago y de mujeres. Había un cahuín casa por medio. Los cabarets más famosos fueron El Chanteclair, La picá la cebolla, La bolita de vidrio, La estrella, Doña Guille, Doña Uva, La turca, La chela, Doña Ronquinque, La Miguelina, La guatona Hilda” (Escalante e Ferreiro, 2001, p. 21)

Dessa forma, os mineradores que trabalhavam semanas completas na mina gastavam o dinheiro conseguido nas casas de mulheres. Inclusive, fala-se que muitos deles compravam roupas novas, roupas sociais e tênis de futebol, mas carregavam suas roupas de minerador para que, quando o dinheiro acabasse, pudessem voltar ao trabalho nas minas. Segundo Paul Treutler (1958), alemão que percorreu o território durante o século XIX, ao chegar aos povoados, os mineradores compravam roupas novas, deixando as velhas jogadas nas ruas, e se dirigiam às *chinguas*, onde gastavam seu dinheiro em jogos, com bebidas e prostitutas.

Naquele tempo era norma que os mineradores despendessem todos os lucros. Não raro, não só perdiam tudo em jogos de azar como também as roupas novas como forma de pagamento das apostas. Quando isso acontecia, voltavam às ruas, à procura das roupas velhas espalhadas pelo chão, escolhiam as melhores para se vestirem e retornar às minas.

O povoado também possuía um teatro de dois andares, que era seu orgulho. No primeiro andar, vendiam tortas, roupas, discos e havia uma sala de cinema que, no princípio, exibia filmes mudos. No segundo andar havia um grande salão de dança. Infelizmente, no ano 1936 houve um incêndio. No lugar do antigo, foi construído outro teatro, mas muito distante da grandiosidade do anterior.

Nos anos 50, as oscilações internacionais dos preços dos metais começaram a ser sentidas. O auge minerador presente no povoado decaiu e, aos poucos, começou o êxodo dos incanos à procura de lugares mais amigáveis (Pizarro, 2009, p. 30). A decadência do povoado refletiu-se no fechamento da estação do trem, transporte que havia sido fundamental na criação do povoado e que, em tempos de bonança, albergou, em suas dependências os chefes da estação, os funcionários, os trabalhadores e o maravilhoso tambor de água que tinha dado o primeiro nome ao povoado. Em seus áureos tempos, a chegada da ferrovia constituiu-se em um evento social, concentrando grande movimentação de trens, tanto de carga quanto de passageiros e correspondência. Com a decadência do produto, provocada pela baixa dos preços após os anos 1950, os trens do Norte foram desaparecendo até se extinguirem completamente. Isso também aconteceu com a estação de Inca de Oro. Com o passar do tempo, todas as instalações foram desmanteladas, tanto por ordem da empresa quanto pelos próprios incanos que aproveitaram para usar os materiais em suas construções, e até o reservatório de água foi roubado.

O vilarejo sofreu importante diminuição em sua população: em dez anos (1992-2002), registrou uma redução de 681 para 355 moradores. Segundo um censo realizado pelos funcionários da prefeitura, no vilarejo, as pessoas morando em IDO seriam 334, porém esse registro foi revisado com os interlocutores, dando, finalmente, o número de 337 pessoas em 2016.

Em termos de gênero, moram na comunidade, principalmente, homens, mas os estudos feitos na zona evidenciam que as mulheres são as que permanecem no povoado, enquanto os homens se movimentam continuamente por motivos laborais se deslocando para outros municípios. De fato, no povoado, percebe-se uma mobilidade muito grande da população, em função das fontes de trabalho. Outra característica própria do lugar é a concentração de habitantes idosos devido à migração das faixas etárias mais jovens. Destaco que a população de idosos aposentados continua trabalhando de modo autônomo, alguns na função de zeladores, jardineiros ou cozinheiras, outros como *pirquineros*, isso porque o benefício das pensões é muito baixo e não lhes dá o suficiente para se sustentarem.



2. *Atuais linhas do trem.* Fotografia de Pamela Jorquera.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

A memória reverbera em Inca de Oro

Os *incanos* possuem um conhecimento profundo e específico do território que habitam. Esse conhecimento minucioso do território tem se corporificado neles; no decorrer dos anos, através das atividades desenvolvidas, por meio dos valores comuns, junto às pessoas com quem têm compartilhado uma vida. A atividade *pirquinera* se baseia nesse conhecimento corporificado; só quem conhece o lugar, quem tem perambulado por ele, quem aprendeu a lê-lo, consegue reconhecer os veios, segui-los, imaginar como eles atravessam a terra e planejar a forma de chegar até eles.

Como mencionei, Inca de Oro nasceu no começo do século XX, produto do desenvolvimento da indústria mineradora da zona e das movimentações das populações envolvidas. De fato, sua origem deveu-se à presença de reservatórios de águas naturais criados pelo homem, os quais permitiram o estabelecimento da linha ferroviária. Naquela época, foi nomeada Cuba pela instalação de um reservatório de água ao lado da estação. Assim como a água atraiu o trem e as indústrias, estas atraíram a população.

Viajando de *Copiapó*- capital da terceira região do Chile- pela estrada C-17 que a une com *Paipote*, *Inca de Oro* e *Diego de Almagro*, chega-se ao povoado. Antigamente, a estrada C-17 correspondia à Pan-americana Norte, mas foi desviada para mais perto da costa com o encerramento das linhas ferroviárias do Norte. Após percorrer 110 quilômetros de asfalto, ladeado por tons beges e similares, e tendo o céu azul do céu e algumas nuvens solitárias no espaço, o vilarejo aparece como um *oásis* bem distante da aridez das montanhas, do calor abrasador do sol, das tempestades de terra e pó.



Figura 1. Mapa Inca de Oro

Fonte: www.googleearth.com

Lentamente, *Inca de Oro* vai se abrindo, mas não de forma fácil. O povoado precisa de tempo para se mostrar, para ganhar a confiança, para saber se poderá se expor sem medo do julgamento, na espera do tempo suficiente para dar a conhecer sua intimidade, seus segredos. Para começar a desvelar sua história e suas histórias, as histórias dos seus habitantes, *Inca de Oro* exige longas caminhadas sob o sol, inúmeras idas e voltas pelas ruas.

Nos primeiros dias em *Inca de Oro*, em 2014, aproveitei para realizar muitas caminhadas, sensibilizar-me com a ambiência e rever pessoas. Nessas múltiplas caminhadas, comecei a entender, a tomar ciência das rotinas, dos estilos de vida de seus habitantes. Nos primeiros dias, meus únicos parceiros foram o sol, minha garrafa de água, minha boina e meu caderno de anotações, e com eles atravessei o povoado mais de uma vez a fim de ter uma ideia espacial do mesmo e identificar lugares significativos, lugares de interação ou de socialização dos *incanos*. Durante esses deslocamentos, surpreendeu-me a tranquilidade das ruas, só interrompida pelo rodar de redemoinhos que provocam fortes levantamentos de terra, fazendo com que os *incanos* fechem as janelas, as portas, ou prendam melhor a roupa pendurada. A falta de asfalto nas ruas deixa a terra circulando ao sabor do vento, sendo difícil manter a limpeza das casas; nelas sempre se pode ver pó, mesmo que a faxina seja feita todos os dias. Nas ruas de *Inca de Oro* não existe nenhum tipo de sinal de trânsito, somente nas entradas do povoado existem lombadas para obrigar os motoristas a baixarem a velocidade quando ingressam na zona habitada.

Durante os primeiros dias em campo, só cumprimentei as pessoas que encontrava na rua, na tentativa de que elas comesçassem a me identificar e se lembrarem de mim com o tempo. As fotos tiradas de espaços, lugares, paisagens, expressam esses primeiros dias, em que me centrei em ter uma ideia do espaço físico no qual me encontrava.

As duras condições ambientais não foram despercebidas por uma pessoa que nunca viveu nelas. Assim, o sol passou a ser meu parceiro nessa viagem, um colega fiel, mas não muito ameno, nessa experiência. Em consequência, essas incursões pelo povoado provocaram-me uma alergia ao sol, manifestada logo nos primeiros dias de minha chegada. Começou com uma coceira no peito que me levou ao consultório médico, que me

indicou uma injeção calmante. Eu deveria tomar cuidado, e minha pele não estava habituada a tomar muito sol. A partir desse momento, não me separei da minha boina, de um lenço com qual cobria o pescoço e da minha garrafa de água. Através do uso desses objetos, passei a ser identificada, dado que era a única pessoa que andava pelas ruas com eles (e mais uma caderneta).

Graças a esses primeiros dias de caminhadas, consegui fazer um mapa, saber os nomes das ruas, as localizações de lugares do povoado. Isso ajudou-me nas falas posteriores com os interlocutores, quando faziam referência à *Inca de Oro* do passado. Assim, consegui acompanhar as diferentes falas, imaginar o espaço à medida que ouvia meus interlocutores ou perguntar-lhes com mais convicção quando queria obter maior informação sobre algo.



Figura 2. Principais ruas de Inca de Oro.
Fonte: Elaborado pela autora.

Inca de Oro possui duas ruas principais que ajudam o caminhante a localizar-se no espaço: a Avenida *Diego de Almeyda*, que vai de Norte a Sul, e a Avenida *Manuel Antonio Matta*, que vai de Oeste a Leste. Ao invés de outras ruas que se perderam pela ação do tempo e do esquecimento, *Diego de Almeyda* e *Manuel Antonio Matta* constituem um eixo que oferece certa segurança no meio desértico.

Diego de Almeyda pode ser considerada a rua principal, pois se junta com a estrada C-17, conectando o povoado com a capital regional, *Copiapó*, pelo Sul, e com a prefeitura da que faz parte, *Diego de Almagro*, pelo Norte. Assim, essa rua é constantemente utilizada por carros, caminhões, ônibus, que falam de um mundo acontecendo fora dali e ao qual *Inca de Oro* continua ligada. Inclusive existe uma esplanada de estacionamento para os carros, situação que fala da movimentação da *Diego de Almeyda*.



Figura 3. Principais ruas de Inca de Oro.
Fonte: geo.virtual2.cl

Diego de Almeyda corre em paralelo aos restos da linha ferroviária, que fica a Leste. Os trilhos localizam-se perto da antiga estação e continuam seu caminho na direção Norte, ao lado da estrada C-17, mas adentrando cada vez mais a Leste, em direção ao deserto.

Nessa rua encontram-se os principais negócios do povoado: mercearias, venda de álcool, cigarros, tudo o que um viajante possa precisar. Nela também estão os armazéns e mais uma padaria, único lugar no qual se pode comprar pão. Também há dois restaurantes, *Zita* e *Mi Pueblo*, além de dois *trailers* com comida, nos quais há todo tipo de

lanches. Um deles situa-se na entrada Norte do povoado, na rua *Diego de Almagro*, e o outro, junto à velha estação do trem.

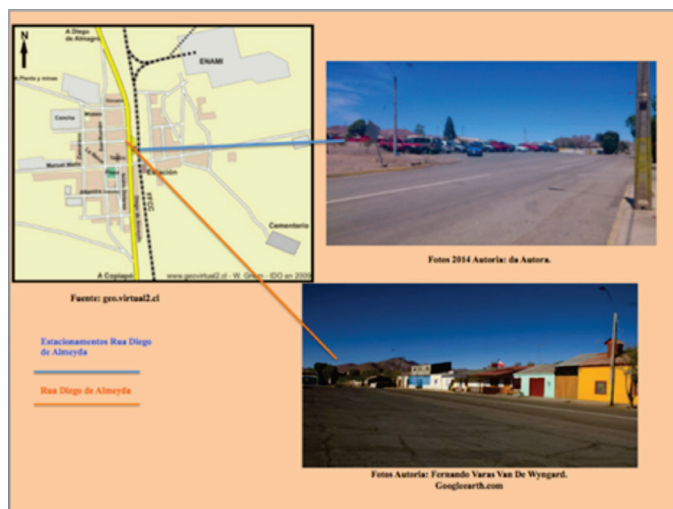


Figura 4. *Rua Diego de Almeyda*.
Montagem elaborada pela autora.

A avenida *Manuel Antonio Matta* atravessa *Inca de Oro* de Oeste a Leste, interceptando *Diego de Almeyda* ao lado da estação ferroviária. Quando caminhei por ela, senti que *Inca de Oro* se conecta com sua história através dessa rua, pois observei uma mistura de casas abandonadas, lugares de grande significação para os *incanos* e as vivendas dos atuais habitantes. Nessa rua veem-se lugares históricos, como o teatro, prédios que lembram as antigas lojas já desaparecidas e o antigo posto de gasolina. Lugares que, atualmente, têm sido ocupados com outras finalidades, porém ainda estão presentes nas memórias dos *incanos* em suas formas anteriores, como se estivéssemos no passado, sendo, com frequência, trazidos ao presente nas falas dos interlocutores.

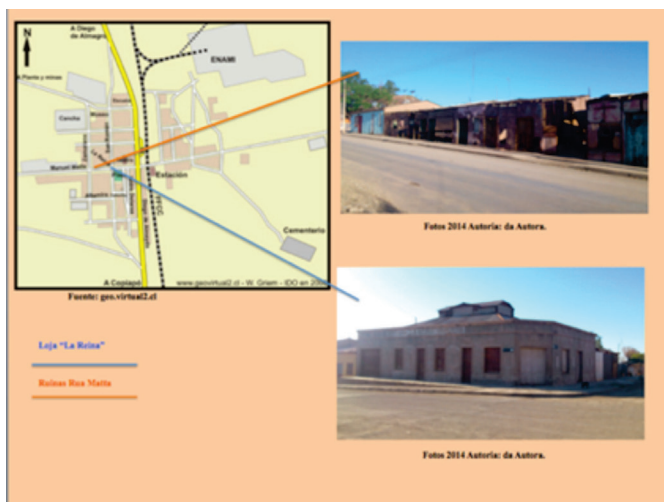


Figura 5. *Casas em ruínas na Rua Manuel Antonio Matta.*
Montagem elaborada pela autora.



Figura 6. *Lugares significativos Rua Manuel Antonio Matta.*
Montagem elaborada pela autora.

Tanto a rua *Diego de Almeyda* quanto a *Manuel Antonio Matta*, atravessadas por outras ruas maiores ou menores, guardam diferentes vestígios da identidade do povoado — o museu, a escola, o campo de futebol. Junto à estação do trem, convertem-se no eixo que une os dois principais bairros do povoado: o bairro Baixo, localizado a Oeste, e o bairro Alto, o Chinês, ao Leste, logo atrás da antiga estação de trem.

O bairro Alto é formado por ruas que ainda mantêm sua forma e limites com clareza e contém importantes instituições do povoado. Assim, na rua *Francisco San Ramón*, localizam-se as sedes das organizações sociais de *Inca de Oro*: os clubes de idosos, a junta de vizinhança, os bombeiros, a delegacia da prefeitura, a polícia, as igrejas. E, na pequena rua *Isidro Dolarea*, vê-se a Associação Mineradora. Na intersecção entre esta pequena rua e a *Manuel Antonio Matta* está a praça, importante lugar de encontros no povoado.

O bairro Baixo, situado logo após a antiga estação de trem, é menor que o Alto. Tem poucas ruas e muitas delas perderam a clareza de seus limites. Também há casas antigas, e os prédios abandonados são maiores. Após a estação, vem a rua *Zoilo Rojas*; *Juan Godoy* e *Cuba* são as últimas. Para o Sul, as ruas *Cuba* e *Zoilo Rojas* finalizam o povoado por esse lado, havendo ali somente um sítio vazio, o deserto. A uma boa distância, seguindo na direção Sul, veem-se ruínas de antigos currais de porcos, construídos em pedra. Na frente deles, e na direção Leste-Sul, está localizado o cemitério de *Inca de Oro*. Para o Norte, na direção Leste, também estão as instalações da ENAMI¹²⁰, as casas dos seus guardiões, assim como o lugar em que os mineradores trabalham seus materiais. Esta usina de tratamento pertence à ENAMI, mas é administrada pela Associação Mineradora.

Somente após longas caminhadas feitas em diferentes horários e durante vários dias, *Inca de Oro* ensinou-me suas rotinas. De manhã, as ruas do povoado acham-se vazias; a maior parte dos *incanos* encontra-se em suas casas, trabalhando, cozinhando, limpando. Algumas mulheres passam a vassoura nas entradas das suas casas; o cuidador da praça varre e rega as plantas e as árvores, enquanto o responsável por limpar as ruas percorre *Inca de Oro* com suas vassouras, pás, lixeira e seus três

120 Empresa Nacional de Minería

cachorros atrás dele. O sol, que saiu às 7h da manhã, bate forte nas cabeças e nos corpos das pessoas que estão na rua. Pode-se observar esse movimento até, aproximadamente, às 12h, quando os *incanos* deixam as ruas e vão almoçar, seja em suas próprias casas, seja nos restaurantes. Só voltarão às ruas por volta das 16h30min ou às 17h da tarde, quando o sol diminui sua intensidade.

À tarde, os *incanos* regressam às ruas. Aproveitam para fazer trâmites, comprar pão, comprar algo para acompanhar o café da tarde. Alguns saem para falar com os amigos, mas também para fugir do calor que sentem em casa. Assim, muitos ficam sentados na praça ou em ambientes que oferecem sombra. Além da praça, lugar para fugir do sol, há os bancos posicionadas na parte externa do restaurante *Mi Pueblo*, localizado na rua *Diego de Almeyda*. Nesse local, os *incanos* sentam-se para conversar e afugentar o calor, beber um refrigerante e, principalmente, ver quem aparece pela rua, quem estaciona seu carro, à procura de alguma novidade para comentar.

Por volta das 18h30min, os trabalhadores, acomodados nas diferentes casas de hospedagem, começam a retornar de um dia laboral. Visitam o comércio para comprar refrigerantes ou cigarros, também para brincar nas máquinas de jogos que alguns dos estabelecimentos disponibilizam. Próximo das 20h, as pessoas voltam para suas casas. Nesse horário faz um pouco de frio devido ao vento, e as ruas começam a ficar escuras, iluminadas somente pela lua e pelas estrelas que surgem no céu.

Assim, vagarosamente, *Inca de Oro* começou a mostrar-me suas rotinas. Soube que, nas intersecções formadas pelas principais ruas, havia espaços de encontros, de socialização entre os *incanos* que, em determinados horários do dia, tentavam fugir do sol e do clima, ou procuravam passar um bom momento conversando com outros vizinhos. Esses espaços eram também espaços vividos, lugares (Certeau, 2000) em que se identificavam interações que mostravam costumes bem marcados dentro do povoado, um deles conhecido como a *esquina de los aburridos/esquina dos entediados*. Com o passar dos dias, fui me integrando às experiências diárias e comecei a conhecer os interlocutores que me acompanhariam nessa viagem etnográfica.

Nas ocasiões em que fiquei sentada na *esquina de los aburridos/esquina dos entediados*, os interlocutores falaram-me sobre como era

o vilarejo antigamente, marcando a diferença com a atualidade. Sentados nessa esquina, olhavam para a avenida *Antonio Matta* e vinha-lhes à mente a grande quantidade de bares, lugares para jogar, beber e dançar que se localizavam ao longo da rua. Também as mulheres que entrevistei, e que trabalhavam nesses locais, algumas só como garçonetes, outras como prostitutas¹²¹; comentaram de como “essas ruas ferviam”: pessoas caminhando, comprando, vendendo, sobretudo quando os mineradores desciam das minas e gastavam o dinheiro ganho depois de semanas de árduo trabalho. Escutar as conversas é ouvir uns complementando a fala do outro Acrescentam os detalhes sobre os eventos e lugares que se destacam em suas lembranças. Assim, apareciam prédios extintos, como o hospital, ao lado da esquina onde se reuniam, a loja que existia justo nessa esquina ou o salão de bilhar na esquina da frente, onde podiam jogar e beber.

Nessa esquina também os escutei falar sobre a mineração realizada no povoado, a *pirquinería* e, por certo, sobre as diferenças relacionadas à atual forma de exploração mineradora. Uma dessas diferenças diz respeito às condições de trabalho, caracterizada pela desorganização e bagunça dos lugares de exploração. Por exemplo, na *mina vieja* mina velha, trabalhavam muitos mineradores e sempre ocorriam brigas. Os policiais estavam acostumados com essas brigas e, quando essas começavam, solicitavam às pessoas que os deixassem descansar um pouco. Em algumas dessas brigas, usavam armas brancas, e algumas pessoas foram mortas. Quando isso acontecia, os corpos eram jogados em lugares afastados, fora da cidade, e ninguém sabia mais deles.

Assim sendo, salientavam que o minerador era bebedor e esbanjador. O dinheiro ganho era gasto com rapidez. Mais naquela época, em que o povoado tinha muitos bares, locais para se entreter e, como já havia afirmado, muitas prostitutas; “*habían tantas chiquillas*/havia muitas moças”. Assim, muitos lembravam como bebiam muito e como gostavam de dançar, gastando tudo nos locais de entretenimento.

As ruas de *Inca de Oro* falam de um passado longínquo; as casas abandonadas, os quarteirões completos, deixados ao agir do sol, do deserto, do tempo, lembram a época do auge do povoado. A esse passado pode-se ter acesso através do imaginário dos *incanos*, que o rememoram

121 Os interlocutores, ao falarem comigo, não usaram o termo prostituta, mas apenas mulheres ou “aquelas mulheres que falam de tudo”.

e o constroem no tempo presente. Mostram, como salienta Halbwachs, que o tempo e o espaço correspondem a construções sociais e são parte da memória coletiva do povoado (2011).

Assim, a memória corresponde a um fenômeno social que se constrói nas lembranças dos incanos. Essa reconstrução faz-se no momento presente, achando só nele os princípios de seleção e descrição. Através das inúmeras conversas que mantive com as pessoas na rua, constatei que não existe passado imutável ou independente da experiência presente. Muitas vezes, quando me protegia do sol embaixo das árvores folhosas da praça, as pessoas me contavam como era o povoado antes, e que na rua *Manuel Antonio Matta* havia muitos bares, lugares onde se podia beber e dançar e também conhecer mulheres. As ruínas nessa avenida são de bordeis, onde os *pirquineros* gastavam os lucros do trabalho de semanas.

Os incanos, de forma fluida, quase sem necessidade de perguntas, lembram-se do passado e, ao percorrê-lo, recriam em suas mentes aqueles anos; recriam as imagens, as pessoas, os sons. Muitas vezes, contaram-me que, perto da praça, havia um posto de gasolina. O posto localizava-se na rua *Isidro Dolarea*, antes de chegar na Avenida *Manuel Antonio Matta*, mas sofreu um incêndio e foi reaberto na mesma avenida, mas em frente ao Armazém Minerador, propriedade dos chineses. Atualmente, nessa loja está uma casa de acomodações onde os trabalhadores das empresas próximas pernoitam. O segundo posto de gasolina também sofreu um incêndio, e, daquela vez, os *incanos* tiveram que fugir para os morros próximos, porque pensaram que tudo explodiria por causa da quantidade de benzina. No entanto, isso não aconteceu, pois não havia benzina.

Uma de minhas interlocutoras, Dona Clara, trouxe o imaginário desse passado ao presente da seguinte forma;

Habían más chinos, también, donde estaba la plaza, habían más chinos, pero eso se quemó, después los chinos se pusieron allá donde tiene el local del Lalol, que tiene las máquinas, ahí era después el almacén minero. / Havia mais chineses, também, onde estava a praça havia mais chineses, mas isso se incendiou, depois os chineses colocaram-se lá onde há o negócio/o comércio do Lalo, que tem as máquinas; aí era, depois, o armazém minerador. (Don Clara)

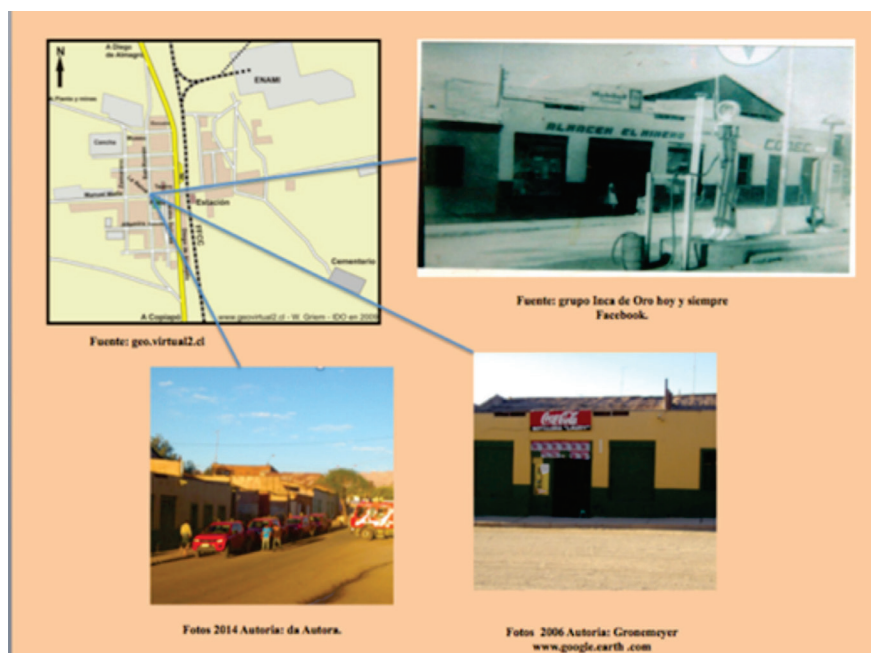


Figura 7. Reutilização de lugares: Almacén El Minero/ Bottlería Laudy/ Casa de acomodações do Lalo.

Montagem elaborada pela autora.

Considerações finais

Neste capítulo, apresentei como a memória reverbera nas falas dos incanos, puxada pelos vestígios materiais ainda presentes no vilarejo e que lhes permite a duração não só do povoado, da atividade *pirquinera*, também deles mesmos por meio das lembranças.

As falas com os diferentes interlocutores durante a pesquisa permitem dar conta da cotidianidade vivida nas ruas de *Inca de Oro*. Nelas as pessoas dividem o tempo, conversam; na terminologia de Georg Simmel, eles jogam o social. Assim, a memória do povoado reverbera.

As ruas do povoado, principalmente *Diego de Almeyda* e *Antonio Matta*, configuram lugares de sociabilidade nos quais os interlocutores experimentam a memória e vivenciam o povoado, conformando lugares nos quais a reminiscência ressoada mostra a partilha de experiências so-

cioculturais sobre as quais negociaram seus projetos de vida particulares (Velho, 2013). A memória contida nessas ruas não só mostra a importância do que é lembrado, mas também a forma com que é lembrada (Halbwachs, 2011). Os interlocutores vivenciam um sentimento de simultaneidade de experiências comuns.

A memória construída e compartilhada revela um passado que se sobrepõe ao presente, não sendo independente dessa experiência atual que o instiga a surgir. Nesse sentido, “poderíamos dizer que “passado”, “presente” e “futuro” constituem, embora se trate de três palavras diferentes, um único e mesmo conceito; porém, só na experiência humana existem como linhas demarcatórias” (Elias, 1998, p. 62). Somente no presente os interlocutores selecionam os eventos que trarão à tona. Por trás dessas seleções houve uma intenção, um propósito, ou seja, elegem aquelas lembranças de forma hierárquica (Eckert e Rocha, 2011).

A maior parte de meus interlocutores compartilha uma vida difícil e, desde a infância, eles tiveram de se relacionar com o mundo do trabalho. Dentro ou fora do núcleo familiar, o trabalho foi o eixo das suas vidas. A atividade *pirquinera*, como escolha, levou-os a enfrentar riscos e vícios que, muitas vezes, produziram a desordem e a solidão, porém também lhes deu a oportunidade de experimentar a liberdade. De acordo com as falas dos interlocutores desta pesquisa, o trabalho de *pirquinero* seduz pela liberdade que traz consigo — liberdade para tomar decisões, trabalhando sem horário, sem chefes, sem hierarquia.

Desta maneira, o capítulo discorreu sobre acontecimentos lembrados, destacando os valores próprios do vilarejo; o valor da honra, da atividade *pirquinera*, o valor do esforço e a coragem que lhes demandou a atividade, sendo a valorização do trabalho o que os caracteriza.

A intenção da memória revelada neste documento está dada pela duração tanto do povoado, quanto dos interlocutores. Para eles durarem no tempo, precisam que a memória do povoado seja lembrada e que a atividade seja conhecida pelas novas gerações. Assim, a *pirquineria* deve ultrapassar a Inca de Oro.

Referências

- ARREDONDO, R. *La trashumancia en la minería del Norte Chico*. Departamento de Cultura y Turismo, Ilustre Municipalidad de Diego de Almagro, 2014.
- BOZON, M. *Vie quotidienne et rapports sociaux dans une petite ville de province. La mise en scène des différences*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1984.
- CERTEAU, Michel de. *La invención de lo cotidiano I*. México: ITESO. 2000.
- COCHILCO. Comisión Chilena del Cobre. Disponível em www.cochilco.cl. Consulta 7 julho 2015.
- ECKERT, C E ROCHA, A. Etnografia, Saberes e práticas. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008 p. 9 a 24. Série Graduação.
- ECKERT, C. E ROCHA, A. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. *Revista de Ciências Sociais*. Nº 34. 2011 107-126. Disponível em: periodicos.ufpb.br
- ECKERT, C. E ROCHA, A. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Porto Alegre: ABA Publicações, 2015
- ECKERT, C. *Memória e Trabalho: Etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Porto Alegre: Editora Appris, 2012.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- ESCALANTE, J.; FERREIRO. J. *Inca de Oro*. Historias y vivencias de un Pueblo minero. Copiapó: LOM ediciones, 2001.
- GeoVirtual2. 2013. Disponível em: www.geovirtual2.cl
- HALBWACHS, M. *Memoria colectiva y memoria histórica*. Zaragoza: Ed. Prensa, Universitarias de Zaragoza, España, 2011.

LAGOS, E.; BLANCO, H.; TORRES, V.; BUSTOS, B. *Minería, Minerales y Desarrollo Sustentable en Chile*. [Sem data de publicação].

ORTIZ, R. *Um outro território. Ensaio sobre a mundialização*. São Paulo: Ed. Olho d'água, 1996.

PIZARRO, G. Elías Jacobs Jalaf. *El periodista minero de Inca de Oro y Copiapó*. Copiapó, LOM, 2009.

ROMERO, I. Pirquineros del Oro de la Sierra Jesús María. *Una mirada etnográfica. Memoria para optar al título de Antropólogo Social*. Santiago, Universidad de Chile, 2011.

SALAZAR, D. "Arqueología de la Minería: Propuesta de un Marco Teórico". *Revista de Antropología* N°17. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. 2003-2004.

SALAZAR, D. e VILCHES, F. La arqueología de la minería en el centro-sur Andino: Balance y perspectivas. *Estudios Atacameños* N° 48. 2014. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S071810432014000200003&script=sci_arttext. Consulta em 2014.

TREUTLER, P. *Andanzas de un alemán en Chile 1851-1863*. Santiago de Chile: Editorial del Pacífico, S. A, 1958.

VELHO, G. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Velho, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 2013, p. 87 a 109.

VIDAL, D. América Latina y la Antropología de la ciudad. Entrevista con Michel Agier, en *Anuario Americanista Europeo*. N° 1. 2003. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3165967>. Consulta em 2014.

CAPÍTULO 9

DAS SOCIABILIDADES ÀS SOCIALIDADES DO MERCADO: UM ENSAIO SOBRE FORMAS, RELAÇÕES E ENCONTROS EM PORTO ALEGRE (RS) E SÃO PAULO (SP)

Viviane Vedana

Passados 12 anos da defesa da minha tese de doutorado (Vedana, 2008), os mercados e as feiras-livres, em suas dinâmicas de troca, negociação e agitação, seguem sendo fenômenos que me interessam e intrigam. Embora em minhas pesquisas atuais tenha mudado o universo empírico no qual realizo etnografia - dos mercados de rua e feiras-livres, com foco nos hortifrutigranjeiros no doutorado, para os mercados de peixe na pesquisa recente¹²² - ainda são as práticas e socialidades que performam estes mercados que me interessam e que me conduzem a refletir sobre as formas de troca e de comércio, sobre cadeias de suprimentos e circulação do alimento (Vedana, 2008) entre cidades e países, sobre o urbano e as infraestruturas do capitalismo que incidem sobre estes eventos. A ideia de socialidade segue a proposta de Strathern de uma “matriz relacional que constitui a vida das pessoas” (Strathern, 2014, p. 236), que não necessariamente passa pela pressuposição da existência de uma “experiência de comunidade” (Strathern, 1999, p. 169), como a autora aponta. Lembro de que o conceito de sociabilidade em Simmel tampouco é reduzido ao lazer ou ao que Strathern chamou de “empatia” (Strathern, 1999, p. 169) e que estaria subjacente a este conceito na antropologia britânica (segundo a autora). Para Simmel (1983), o conflito, por exemplo, também se estabelece como uma forma de sociabilidade. O que leva Strathern a reformular esta ideia é sua base na separação entre as noções de indivíduo e sociedade, tomadas como autocontidas, como unidades separadas. Sigo Strathern, pois sua proposta de socialidade como matriz de relações permite-me incluir os vínculos

122 Meu projeto de pesquisa intitula-se “The afterlife of fish: fish schools in movement in distribution and conservation systems” e objetiva seguir os peixes em sua cadeia produtiva. O trabalho de campo ocorre na CEAGESP, em São Paulo. Também, desde 2013, tenho acompanhado, junto com colegas da UFSC, a pesca da tainha em Florianópolis e o desdobramento dos resultados da pesca nos mercados locais.

com outros seres e coisas, o que Anna Tsing chamou de socialidades mais que humanas (Tsing, 2019a). Seguir os peixes - como propõe meu projeto de pesquisa atual - significa conhecer seus modos de existência específicos no que concerne a ambientes, pessoas e coisas. No entanto, argumento que, no caso dos mercados, estas socialidades também acontecem a partir de relações de sociabilidade. O que tentarei demonstrar é que estas são coisas interligadas. Para isso, é importante já explicitar o que chamei acima de “infraestruturas do capitalismo” (Tsing, 2019b) e que me ajudam a “reconectar” as dimensões econômicas com as dinâmicas culturais, relacionadas às práticas cotidianas do mercado.

Anna Tsing, ao refletir sobre o Antropoceno, desafia-nos a pensar os projetos infraestruturais que modificam a terra, a água, a atmosfera, descrevendo estas infraestruturas e seus efeitos materiais. Para a autora, exemplos destas infraestruturas são as *plantations*, as fábricas, as transações internacionais, entre outros aspectos que se constituem como “projetos de conquista” e transformam materialmente a paisagem. São infraestruturas próprias do capitalismo, como as cadeias de suprimento e de produção de alimentos. Tenho pensado, portanto, junto com estas autoras, como os modos de existência dos mercados, em diferentes escalas (da socialidade das vendas cotidianas às estruturas globais de comércio) estão imbricados nestas bases de transformação da paisagem, vivendo junto com seus efeitos.

Em minha tese de doutorado, inspirada pela abordagem proposta por Cornelia Eckert e Ana L.C. da Rocha para os estudos urbanos, relacionada a uma etnografia da duração (Eckert, Rocha, 2005) e à atenção para as camadas temporais que dão forma às cidades e seus espaços – tanto a partir das práticas como a partir das narrativas de seus habitantes – realizei estudo etnográfico em feiras-livres das cidades de Porto Alegre (RS/Brasil), São Paulo (SP/Brasil) e Paris (França). Foi a partir desta abordagem que tomei como ponto de partida de minha pesquisa de doutorado a ideia de que os mercados eram arranjos sociais que duravam no tempo da cidade, ou seja, recomeçavam, tanto no tempo cíclico da semana, como nos tempos disruptivos das transformações urbanas mais drásticas como abertura de avenidas ou aterramentos¹²³ que produziam seus efeitos na vida do mercado. Nesta etnografia, observei as artes de nutrir (Certeau;

123 Ver Monteiro (2004); Bohrer (2001).

1996) o urbano, realizadas por feirantes de procedências diversas que, semanalmente, montavam suas bancas de venda nas ruas das cidades e, assim, ofereciam aos fregueses alimentos de vários tipos. Artes de nutrir que também eram compostas pelos fregueses que habitavam os caminhos das feiras-livres, escolhendo seus produtos, conversando com feirantes e vizinhos, fazendo o mercado acontecer. Não só os espaços internos às feiras-livres eram observados durante minha etnografia, mas também as ruas e praças do entorno destas feiras. Procurei observar as práticas de bairro e a relação das pessoas com os arredores do mercado, além de compreender, a partir de práticas cotidianas e narrativas dos fregueses das feiras-livres, a ideia de vizinhança e a noção de bairro que estas práticas ensejavam. Nestas conversas, as memórias dos bairros ecoavam e eram elaboradas tanto por feirantes que habitavam há muitos anos o bairro a partir de seu trabalho, como por fregueses moradores que viram muitas transformações acontecerem. Aqui neste texto, irei ater-me ao bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, onde realizei a maior parte da minha pesquisa etnográfica, e ao Mercado do Produtor¹²⁴, que acontecia neste bairro.

Já nesse momento de minha trajetória de pesquisa, interessavam-me as formas a partir das quais determinados tipos de alimentos poderiam chegar até os mercados de rua e até mesa a dos consumidores, vindo de lugares distantes. Um dos momentos marcantes do trabalho de campo em Porto Alegre, no Mercado do Produtor, foi a conversa com Henrique, feirante que comercializava alhos e temperos, quando este me conta que o alho que vendia na feira-livre procedia da China¹²⁵. Como pretendo retomar mais à frente neste texto, esta conversa levou-nos a considerar tanto as transformações pelas quais passou a cidade de Porto Alegre – que Henrique analisava a partir de suas próprias transformações como feirante – como a complexidade das cadeias de suprimentos que faziam chegar alimentos até a mesa dos fregueses. Esta, entre outras histórias, ouvi durante os momentos em que acompanhei os dias de feira de feirantes e fregueses, conversando sobre suas ideias e saberes sobre como os

124 O Mercado do Produtor, até o momento de finalização da minha tese, constituía-se como uma associação de feirantes com aproximadamente 100 associados, entre produtores e comerciantes, que organizava as atividades do grupo em diferentes bairros da cidade de Porto Alegre, desde 1982. Nem todos os feirantes que compunham o Mercado do Produtor eram produtores. Muitos deles eram comerciantes; compravam seus produtos na CEASA/RS e vendiam na feira-livre.

125 Eu conto, muitas vezes, esta mesma história, pois tornou-se paradigmática para minhas reflexões. Perdoo-me o leitor cansado desta referência.

alimentos circulam entre a produção, os atacados, os varejos, as feiras e a casa do consumidor. Tanto Henrique como outros feirantes me ensinaram muito, não sobre um alimento em especial, mas sobre a variedade de produtos que vendiam. Como dizia Andromeide, feirante do Marché Maubert, em Paris, para satisfazer o consumidor era preciso saber como cada fruta chegou até a banca do mercado e, também, ajudá-los a imaginar combinações e receitas. Os trajetos dos alimentos produziam igualmente histórias, nas trocas de receita e nas conversas na beira da banca, entre fregueses e feirantes. A grande maioria dos feirantes que conheci, e com os quais mantive uma relação mais sistemática durante a pesquisa de doutorado, revendiam produtos que compravam em grandes entrepostos comerciais, como a CEASA, no Brasil, ou o Marché International de Rungis, na França, e com isso tinham grande conhecimento sobre os trajetos que os produtos vendidos percorriam ao longo de sua cadeia produtiva e usavam esse saber como forma de relação com seus fregueses, na medida em que também conheciam as preferências destes.

Minha tese foi construída a partir da atenção às práticas cotidianas mais elementares das cidades, como comprar comida, ao mesmo tempo em que apontou para os aspectos mais globais da comercialização dos alimentos, ao considerar as conexões entre lugares, pessoas e produtos que eram informadas pela procedência de cada alimento e todo o aparato necessário para o seu consumo. Nas conversas com fregueses e feirantes sobre o tempo dos alimentos, ou seja, o tempo que transcorre de sua produção até a mesa do consumidor, considerando aí o tempo em podem permanecer saudáveis no dia de feira, ponderamos ainda sobre o tempo das mudanças que ocorriam na cidade: edificações, aumento da malha viária e crescimento dos transportes, canalizações de riachos e aterros de beira de rio, mudanças na paisagem urbana que tiveram como efeito mudanças também nos mercados. Penso que a atenção a estas transformações conecta este texto ao tema deste livro – a memória ambiental –inclusive com o estudo que venho realizando em mercados de peixe.

Atualmente, realizo pesquisa etnográfica na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP¹²⁶, mais especificamente no pavilhão de atacado de pescados da instituição, onde procuro

126 <http://www.ceagesp.gov.br/>

seguir a vida dos peixes após a captura. Tenho acompanhado também as temporadas da pesca da tainha em Florianópolis com dois outros colegas¹²⁷ do grupo de pesquisa CANOA, do qual participo na Universidade Federal de Santa Catarina, e observado os processos de comercialização deste peixe, seja no âmbito local, seja na própria CEAGESP. Esta pesquisa se estende para estabelecimentos de médio e pequeno porte como feiras-livres, peixarias e restaurantes, desde que indicados nas conversas que se iniciam na praia em relação à pesca da tainha - ou na própria CEAGESP. Minha intenção nesta pesquisa tem sido compreender as transformações do peixe (ou do pescado) em mercadoria e alimento, transformações estas que emergem dos encontros dos peixes com diferentes sujeitos e objetos na produção desta cadeia de comercialização. Como o trabalho de campo tem indicado, da CEAGESP partem algumas linhas de encontro - da pesquisa e do pescado - com outros lugares e formas de consumo: feiras, peixarias, supermercados e restaurantes. Ao seguir estes encontros, observo que o mercado de pescados coloca temas importantes à consideração: se de um lado há um incentivo ao consumo de frutos do mar como parte de um estilo de vida e de alimentação saudável, de outro, surgem inquietações sobre o manejo dos recursos marinhos e do estoque de peixes¹²⁸. Este manejo incide diretamente sobre os pescadores e suas relações com a pesca, industrial ou artesanal e também com o mercado de pescado. Reflexões sobre a cadeia produtiva do pescado apontam que, devido à característica perecível desta “mercadoria”, torna-se relativamente simples estudar seus fluxos; por outro lado, indicam a complexidade que certa informalidade nas relações entre pescadores, barqueiros, atravessadores, comerciantes aportam ao estudo desta cadeia produtiva (Mussolini, 1989; Sarpio, Kirman, Dosi, 2011). Dessa forma, são estas socialidades diversas, que incluem pessoas, objetos e peixes, o objeto da etnografia que desenvolvo agora.¹²⁹

127 A pesquisa sobre a pesca da tainha está vinculada ao grupo e pesquisa CANOA - coletivo de estudos em ambiente, percepções e práticas da UFSC, e é produzida pelos colegas Rafael Victorino Devos, Gabriel Coutinho Barbosa e por mim.

128 <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/estoques-de-peixe-podem-acabar-ate-2048-diz-estudo-4551822>

129 Em tempos de COVID-19, parte desta pesquisa foi afetada pela impossibilidade de “estar em campo”. A temporada da pesca da tainha em Florianópolis, em 2020, foi mantida pelo coletivo dos pescadores, ainda que com uma série de restrições ligadas aos cuidados sanitários com o contágio, como o uso de máscara e a evitação de aglomerações. A festa da tainha, que acontece na CEAGESP, no entanto, não ocorreu esse ano.

Minha proposta neste texto é descrever aspectos destes mercados estudados em diferentes momentos de pesquisa, com ênfase na compreensão das infraestruturas que os constituem e que acabam incidindo sobre a paisagem da cidade. No caso do Mercado do Produtor, pretendo apresentar algumas situações que apontam para as tentativas de ordenar o espaço da rua e que tem consequências nas feiras-livres. Para isso, aciono as conversas que mantive com alguns feirantes e suas memórias sobre estas situações, presentes em minha tese de doutorado. Conforme aponta Tsing (2019b), penso que as obras públicas (que, segundo ela, são cada vez menos públicas) se caracterizam também por serem projetos de governança com efeitos materiais sobre a paisagem e sobre os modos de existência. A pesquisa de Mazon (2010) aponta para a construção das Centrais de Abastecimento no Brasil (CEASAS) no final da década de 1960 como um projeto de centralização do abastecimento das cidades que teve consequências importantes nas formas de produção agrícola, além de objetivar a retirada dos comércios de alimento das ruas. A permanência das feiras-livres segue nas ruas de várias cidades brasileiras, o que nos indica que estes mercados não são regidos apenas pelas forças institucionais que os regulam, mas, principalmente, pelas práticas cotidianas que os compõem diariamente. Se, de um lado, a construção das Centrais de Abastecimento tinha como um de seus objetivos reordenar as ruas, por outro, este projeto de centralizar o comércio de alimentos também perturbou não só a paisagem local, como as formas de produção em termos mais gerais. Não pretendo criar dicotomias entre os mercados de rua e as centrais de abastecimento, muito menos apontar qual, dentre os mercados, teria o impacto mais grave, mas sim colocá-los em relação, observando suas conexões a partir do que contam os interlocutores desta pesquisa em suas histórias e através das descrições das infraestruturas da CEAGESP. Retomando algumas discussões que propus no doutorado, em especial a ideia das cidades como um ambiente sociotécnico, elaborada por Leroi-Gourhan (1970), procuro compreender como a questão do abastecimento urbano de alimentos é parte importante das construções e reconstruções pelas quais passam as cidades. Neste sentido, prestar atenção às infraestruturas do capitalismo significa olhar para a prática ordinária de ir à feira e seguir as múltiplas socialidades que este gesto comporta.

Muitas das reflexões que me acompanham ainda hoje com relação à dimensão sociotécnica dos mercados já estavam enunciadas em minha tese de doutorado, embora talvez não totalmente desenvolvidas. Penso que este texto pode remeter-nos a algumas reflexões a respeito de como os alimentos percorrem estas cadeias de comercialização e sofrem transformações, sendo tomados ora como alimento, ora como mercadoria, bem como as implicações que estas mudanças podem ter na qualidade dos alimentos que consumimos. Como tentarei mostrar adiante, as práticas que constituem os mercados de peixes - aqui pensados a partir da CEAGESP, principalmente - não se encerram nas dinâmicas de compra e venda, mas envolvem inúmeros outros processos: as tecnologias de transporte, armazenamento e conservação, as habilidades de tratamento e beneficiamento do pescado, as redes de comunicação entre pescadores, comerciantes e intermediários, instituições de abastecimento e instituições de controle sanitário, os saberes sobre as espécies de peixe e suas possibilidades culinárias, entre uma série de outras rotinas próprias desta cadeia produtiva que medeiam os processos de individuação dos peixes, ou seja, como são compreendidos ora como mercadoria, ora como alimento. Tais entendimentos estão mediados pelos objetos e pelas práticas de compra, venda, beneficiamento, estocagem e distribuição.

Espero que a reflexão produzida neste texto possa contribuir para o debate sobre a memória ambiental proposto neste livro, ao demonstrar, através da etnografia, como alguns dos processos temporais de transformação dos mercados, alteram também as formas de alimentação, os entendimentos sobre a comida e a mercadoria, e incidem sobre o cotidiano das cidades.

Infraestruturas de construção e destruição

O Mercado do Produtor que acontecia (ainda acontece) no largo Zumbi dos Palmares, em Porto Alegre, era um lugar de encontro. Como muitos interlocutores repetiram diversas vezes, era “uma terapia” (Vedana, 2008, p. 162) para muitos de seus frequentadores. Os feirantes começavam a montar a estrutura da feira ainda na madrugada, por volta das 4 horas da manhã, e às sete já circulavam os primeiros fregueses. Às 10 horas da manhã, os corredores do mercado estavam lotados

de pessoas. Ouvíamos conversas, trocas de receitas, piadas, pregões dos feirantes anunciando seus produtos. A feira é uma festa! Nas ruas do entorno, pessoas carregando suas sacolas ou arrastando seus carrinhos demonstravam sua adesão a esta forma de convivência de bairro. Alguns feirantes e fregueses se conheciam de longos anos. Contaram-me suas histórias, ríamos juntos das piadas que faziam parte do dia de feira, passávamos várias horas da manhã em torno de uma ou outra banca, conversando. Terapia para alguns, muito trabalho para outros, mas, certamente, um momento de encontro entre pessoas de lugares diferentes, com mercadorias também vindas de muito longe, algumas vezes.

Em 2006, meus interlocutores de pesquisa, feirantes do Mercado do Produtor de Porto Alegre, estavam receosos e irritados com o anúncio da Prefeitura da cidade sobre a implementação dos Portais da Cidade¹³⁰, um projeto de criação de terminais de ônibus, integrados com centros comerciais, que seriam instalados em alguns pontos da cidade, entre eles no largo Zumbi dos Palmares. Os moradores do bairro Cidade Baixa, onde se localiza o largo, também não estavam contentes com essa novidade. O objetivo da prefeitura era diminuir o tráfego de carros e ônibus no Centro da cidade, apostando, assim, num sistema integrado onde moradores vindos de bairros diversos chegariam até os terminais através das linhas de ônibus, ou mesmo de carro, e ali tomariam um coletivo circular até o centro. O trânsito de ônibus também seria controlado, por isso a proposta de uma linha circular, que apenas deixaria os passageiros em pontos específicos, mas não teria no Centro da cidade o seu ponto final. Embora a proposta de redução do trânsito no Centro da cidade fosse louvável, inclusive em sua preocupação com o impacto ambiental do tráfego na região, haja vista ser este um espaço agradável para se circular a pé, com muitos prédios históricos e ruas peatonais, tal medida desconsiderou, naquele momento, os diversos usos do largo Zumbi dos Palmares, um espaço que até os dias atuais acolhe eventos culturais e políticos, bem como a feira-livre do Mercado do Produtor. Como o próprio nome do largo evidencia, este é também um espaço importante para as memórias negras da cidade, já que homenageia Zumbi dos Palmares e a antiga ocupação deste terri-

130 Neste link é possível encontrar a proposta mais detalhada sobre o projeto. O vídeo é de 2009. <https://vimeo.com/3605085>

tório por estas populações. Além disso, parte do descontentamento da associação de moradores do bairro Cidade Baixa relacionava-se ao fato de a proposta investir em espaços fechados e comerciais para o lazer, já que a propaganda em torno do projeto dos portais indicava o quanto as ruas eram perigosas, sujas e desordenadas¹³¹, necessitando, assim, de um ordenamento a partir destes locais de comércio e circulação mais controlados. O projeto foi aprovado na câmara de vereadores em 2006 e estava em fase de licitação, pois seria efetivado a partir de uma PPP - Parceria Público-Privada. O projeto teria o prazo até o ano de 2010 para ser finalizado. Com muita mobilização dos moradores do bairro, dos feirantes e de outros usuários do largo Zumbi dos Palmares, esse projeto não chegou a ser implementado e o largo continua como um importante espaço de sociabilidade na cidade de Porto Alegre. Infelizmente, o site da prefeitura onde constavam estes dados foi desativado, o que nos impede de analisar quais os motivos que levaram ao fracasso do projeto. De toda forma, recuperei esta história que mobilizou feirantes e fregueses em 2006, e nos anos subsequentes, como um mote para refletir sobre como são pensados os processos de transformação urbana e, sobretudo, como a rua é sempre colocada neste lugar do caos, da sujeira e do descontrole. Os mercados de rua, por sua vez, são constantemente atingidos por esta racionalidade de ordenamento das ruas, muitas vezes sendo vistos como promotores da desordem. Há aqui, é certo, uma contradição, pois os mercados de rua são ao mesmo tempo parte dos atrativos turísticos das cidades e responsáveis pela sujeira das ruas, nesta visão racionalizada dos projetos urbanísticos.

Teresa Caldeira, em *Cidade de Muros* (2000), propõe-nos reflexões sobre a “implosão da vida pública moderna” (Caldeira, 2000, p. 301). Em suas descrições sobre São Paulo, ela argumenta que o crescimento das cidades, o aumento da população, os projetos de expansão, bem como as narrativas sobre a violência determinam os usos que faze-

131 Infelizmente, todos os links que remetiam ao projeto da prefeitura daquele ano não estão mais disponíveis para consulta. É possível localizar alguns fóruns de discussão na internet sobre o tema, mas nada que possa ser de fato compreendido como fonte oficial. O que pude acompanhar na época deste debate, o descontentamento dos moradores da cidade, estava em dois pontos principais correlacionados: 1) o caráter de imposição do projeto, pois não fora discutido com a população; 2) a relação pouco explícita da prefeitura com entidades privadas na execução do projeto. Acrescento um terceiro ponto, menos enfatizado, mas também presente, relativo justamente a essa ideia de que a rua precisaria ser ordenada. Os moradores do Bairro Cidade Baixa mobilizaram-se contra o projeto justamente para proteger esse espaço de sociabilidade.

mos do espaço e estes usos mesmos direcionam-se cada vez mais para o abandono das ruas e para o cercamento dos condomínios, relegando à rua o espaço do crime e da desordem. De certa forma, ao longo do livro, vamos observando que não só as narrativas sobre violência e crime apontam que o violento é sempre o outro (Caldeira, 2000), conforme propõe a autora, como também a rua seria este espaço da “não civilização” para boa parte da população e, principalmente, para governadores e prefeitos que, ao longo da história, se engajam em projetos de reestruturação urbana que afastavam as pessoas da rua. O projeto dos Portais da Cidade é um destes exemplos de planos de intervenção nos quais as formas de uso da rua são, ou se pretende que sejam, domesticados. É claro que não podemos desconsiderar o fato de que o crescimento urbano segue ascendente e que, no último censo do IBGE, a população de Porto Alegre estava em 1.409.351 pessoas e que a estimativa de crescimento para 2020 seria de 1.488.252 habitantes¹³². De fato, já desde o início do século XXI o crescimento das cidades tem colocado questões fundamentais de planejamento urbano para os gestores. O ponto crucial, no entanto, é que este planejamento esteja associado sempre com narrativas de progresso que definem os parâmetros das soluções encontradas para as cidades¹³³. Um destes parâmetros é a associação direta de consumo e conforto, com modernização e limpeza. O consumo moderno seria o consumo dos shoppings e centros comerciais. A rua é apenas um lugar de passagem, e não de encontros e sociabilidades. A publicidade dos Portais da Cidade, em 2006, prometia um centro da cidade mais limpo e seguro e dizia o seguinte:

Ônibus mais rápido e seguro.

Serão prédios de alto padrão, com comércio e prestação de serviços, totalmente cobertos, climatizados, seguros, que oferecerão alternativas variadas de comércio e alimentação. Os Portais terão escadas rolantes para o deslocamento dos passageiros, locais para descanso e total acessibilidade para portadores de deficiência. Tudo para que você possa esperar o transporte ao seu bairro em plenas condições de conforto e segurança.

(...)

132 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>

133 Ver Proença Leite (2007) e também Lefebvre (2001).

Você vai sair do seu trabalho, ir a uma das 24 estações (novas paradas no centro, cobertas e confortáveis) e, em no máximo 03 minutos, estará embarcando. Assim, você não terá mais aquela longa espera na fila, exposto à ação dos assaltantes. Todo o sistema será equipado com câmeras de vigilância, e os portais serão prédios fechados, também equipados com câmeras, e vigiados por profissionais de segurança. Será o fim dos assaltos para quem precisa de ônibus para sair ou chegar ao centro.” (Vedana, 2008, p. 207)

Esta ideia de cidade, onde conforto e consumo se associam para justificar edificações e obras que, em princípio, ignoram os usos da rua pela população não é novidade. Voltando ao caso do Mercado do Produtor, se neste período da proposta de criação dos Portais da Cidade, em 2006, os feirantes se engajaram numa disputa com a prefeitura de Porto Alegre para permanecer usando o largo Zumbi dos Palmares, no final da década de 1960 e início de 1970 foram seus pais e avós que brigaram pela permanência da feira-livre nos arredores dos bairros Cidade Baixa e Praia de Belas. A cidade de Porto Alegre sofreu uma série de transformações urbanas na primeira metade do século XX, relacionadas ao aterro do lago Guaíba para ampliação da zona central da cidade, visando a construção de caminhos que ligassem a zona Norte e a zona Sul e a promoção da urbanização da região hoje conhecida como Praia de Belas¹³⁴. Na década de 1950, alguns destes projetos relacionavam-se ao aterramento de uma extensão do lago Guaíba nas imediações do bairro Praia de Belas, que justamente faz divisa com o bairro Cidade Baixa nas proximidades da rua João Alfredo. Até a canalização do arroio Dilúvio¹³⁵ o “riacho” corria ao longo da rua João Alfredo, na época, rua da Margem, e parte do comércio de hortifrutigranjeiros (entre outros produtos) ocorria em barcos ou carretas nesta região, abastecendo a zona Sul da cidade, bem como o bairro Cidade Baixa e seu entorno (Vedana, 2004, p. 187). Nas conversas com meus interlocutores sobre suas memórias da cidade, a referência à Praia de Belas como a “primeira CEASA” de Porto Alegre era constante¹³⁶. Segundo eles, barcos e

134 Ver a dissertação de mestrado de Bohrer (2001).

135 A canalização do arroio Dilúvio iniciou na década de 1940 e levou em torno de 20 anos para ser finalizada. Ver: Burin (2008.)

136 “A construção da Ceasa/RS teve início na década de 1970 e, em 1973, os produtores e atacadistas começaram a ser transferidos do bairro Praia de Belas para o novo complexo, no bairro Anchieta, inaugurado oficialmente em 8 de março de 1974.” Fonte: <https://estado.rs.gov.br/ceasa-quatro-decadas-de-qualidade-alimentar> Consulta 2008.

carretas vindos de diversas partes do estado aportavam ali para vender seus produtos. Com os projetos de aterramento do lago Guaíba e a construção da av. Loureiro da Silva, combinados com a implementação da política de abastecimento nacional que criou as Centrais de Abastecimento em todo o país, os feirantes viram-se impelidos a reivindicar a sua permanência com as vendas na rua:

“Antigamente o falecido meu avô e meus tios, eles tinham chácara. Aí eles forneciam leite, tinham tambo de leite, tinha chácara. Então muita coisa eles traziam para o Centro, eles vendiam leite, lenha e verdura... Então, naquela época, não existia caminhão. Era carreta, vinha de carreta, era um dia de viagem até aqui o Centro. Hoje tu faz em 30 minutos. Eles levavam um dia pra descer, aí voltavam no outro dia pra casa. Vendiam aqui no Centro, aqui na Praia de Belas. Antigamente era aqui na Praia de Belas a... o que hoje é a CEASA, né? Antigamente o comércio era feito aqui na Praia de Belas. O Mercado, eles buscavam aqui. Eles compravam tudo aqui.” Entrevista com Henrique (Vedana, 2008, p. 191)

Tanto os aterros e a abertura de avenidas, como a criação das centrais de abastecimento seguiam o mesmo entendimento sobre a rua e sobre a cidade: a necessidade de abrir espaços, organizar, higienizar¹³⁷. Conforme podemos ler no site da CEASA/RS:

Em 1970 o comércio de hortifrutigranjeiros era praticado em mercados obsoletos e, assim como na rua, não havia nenhum tipo de regulamentação, nem de higiene; não havia fiscalização fitossanitária, não havia classificação da fruta, não havia sistemas de embalagens padronizadas.

Em 1972 foi criado o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac), delegando à Cobal, hoje Conab, a organização e a expansão do setor de hortifrutigranjeiros. Neste momento, o mercado começa a se organizar tendo o produtor e o atacadista a oportunidade de trabalhar em um espaço limpo. Com fiscalização fitossanitária, sistemas de embalagens padronizados e, o melhor, o comprador na sua porta; as Ceasas começam a ser construídas.

Em articulação com estados e municípios, foram implantadas 21 centrais de abastecimento no país. A iniciativa gerou bene-

137 Ver, por exemplo, Abreu Filho, Silvio Belmonte (2006).

fícios para toda a cadeia produtiva e para o consumidor final, pois a partir do momento em que a concentração de ofertas ocupava o mesmo local, poderia melhorar o processo de padronização, adequação de embalagens e incentivo à produção para exportação. (Grifos meus) <https://ceasa.rs.gov.br/historia/Consulta> 2008

Como aponteí acima, a racionalidade de um tempo progressista está na base destes projetos de governança que prospectam futuros a partir de uma perspectiva muito linear sobre o tempo. Como podemos ver em vários projetos urbanísticos no Brasil, questões como a mobilidade urbana, por exemplo, são tratadas como um problema automobilístico que exige abertura de largas avenidas, em vez de investir nas múltiplas possibilidades de deslocamentos pela cidade que não envolvam o transporte individual¹³⁸. Embora o projeto sobre os Portais da Cidade estivesse voltado para melhorias no transporte público, o ponto que encontro em comum deste com outros programas, como é o caso dos aterros e a abertura de avenidas, e mesmo a política de abastecimento, é esta representação sobre as ruas como espaços da desordem. É possível prever que a construção destes terminais em locais como o largo Zumbi dos Palmares teriam impacto significativo na vida cotidiana do bairro, nas práticas dos feirantes que, certamente, precisariam deslocar suas atividades de comércio para outro ponto da cidade, nas atividades culturais que também precisariam ser deslocadas, além, é claro, dos efeitos e impactos de uma construção deste porte na paisagem do bairro, não só em termos da preocupação estética com a edificação, mas das condições ambientais do lugar. A longo prazo, as condições que exigiam a construção dos terminais poderiam repetir-se, talvez não mais no centro da cidade, mas no bairro Cidade Baixa. Como, então, pensar a cidade a partir do chão? Quero dizer, como tomar as práticas cotidianas relacionadas ao mercado de rua, por exemplo, como formas de compreender o viver junto da cidade? É evidente que o crescimento urbano exige soluções de grande porte para o abastecimento alimentar das cidades, mas como pensá-las a partir do local? É claro que esta é uma questão controversa, tendo em vista que os próprios feirantes estão mediando a

¹³⁸ Com relação a este tema, há um excelente dossiê organizado na revista *Tempo Social*, da USP, sobre Mobilidades. Ver <http://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/9349> Consulta 2008.

relação dos fregueses com os alimentos vindos, muitas vezes, de outros países; não são todos representantes de uma produção local. Por outro lado, suas práticas de venda são localizadas e pessoais, de intensa relação com os fregueses e com o espaço onde criam a feira cotidianamente.

O objetivo aqui não é o de contestar estas obras em si, ou de elaborar uma crítica que desconsidere os desafios do crescimento urbano, como mencionei acima. O que gostaria de pensar a partir destes projetos e das conversas com estes interlocutores é o fato de que as soluções que estas obras propõem, em geral, se desdobram em transformações infra-estruturais cujos efeitos materiais a longo prazo são desconhecidos, mas que incidem de forma intensa na paisagem e nas práticas urbanas. No caso do mercado, o que podemos observar é que o impacto destas obras - aqui me refiro tanto ao aterro do lago Guaíba, quanto à construção da avenida Loureiro da Silva e à implementação da CEASA - transformou a produção e o comércio. Se tomarmos o exemplo particular da família de Henrique, de pequenos produtores que plantavam hortaliças na Lomba do Pinheiro, observamos que, com o passar do tempo, deixaram de produzir para a venda e passaram a comercializar os produtos comprados na CEASA/RS. O fluxo comercial de frutas e verduras que percorriam os rios do interior do estado até a capital perde espaço para o transporte dos produtos via caminhão, incentivados pela construção de estradas. Ainda, a tese de doutorado de Márcia Mazon (2010) ajuda-nos a compreender como o projeto de criação das CEASAS no Brasil pressionou agricultores para a homogeneização da produção, a fim de que a oferta dos mesmos produtos fosse regular para atender o consumo de grande escala. Além disso, Mazon nos mostra como, na década de 1990, as Centrais de Abastecimento passaram a ser consideradas obsoletas, pois já não cumpriam as exigências mínimas de tecnologia de armazenamento e comunicação exigidas para o rastreamento dos produtos. É interessante observar como estes projetos, que apostam num tempo do progresso, entram eles mesmos em ciclos de obsolescência. O que este sistema tem como efeito material direto é a valorização cada vez maior de comércios de atacado, bem como uma produção ao estilo *plantation*, em larga escala.

É ainda no início da década de 1970 que se introduzem no Brasil as propostas da Revolução Verde, que segue os mesmos princípios

de progresso aplicado à agricultura, com o incentivo cada vez maior para o uso de defensivos agrícolas, de mecanização do campo e de padronização das lavouras, afetando intensamente os pequenos agricultores. Precisamos estar atentos ao fato de que estas obras e políticas públicas que envolvem edificações, transporte e abastecimento acontecem ao mesmo tempo de forma independente e interconectadas. Independente, pois a produção dos aterros ou a abertura de avenidas na cidade de Porto Alegre pouco têm relação com a implementação das centrais de abastecimento pelo Brasil, mas interconectadas, pois, juntas, promovem perturbações consideráveis nos modos de vida da população e nas condições ambientais.

“Que nem esse alho aqui, esse alho nosso agora... às vezes dizem assim ‘ah, mas por que tu não produz?’ O alho, ele dá uma vez por ano. Novembro, dezembro é época de colheita. Então chega por março, abril, termina a safra nossa. Aí o que acontece? Tu tem que ir buscar alho fora. Esse alho aqui é argentino... aquele lá da ponta lá, ó... esse aqui, é chinês...”

P: E não é mais caro, então?

“Não, a China incentiva muito. Eles têm subsídio deles lá, que diminui um monte. Tu vê esse alho aqui, chega da China ao mesmo preço do alho nosso, que vem de trinta quilômetros daqui. Ele vem do outro lado do mundo... Tu bota a despesa... de lá pra cá, vem de navio, aí desce em Santos. De Santos até aqui é carreta, né?... Então tu bota dois frete em cima, bota mais a comissão, mais os impostos que eles pagam... Então o produto nosso aqui... que nem as feiras, né?... ali na frente, é produção. Aquilo ali tudo é produção deles mesmo. Tem gente que produz... Agora, aquilo ali ó, é caixaria. Aquilo lá eles pegam na CEASA. Não tem como tu produzir tudo aquilo, porque tem época que o tomate é paulista, então tem a safra nossa. Tem tomate nosso que só dá em janeiro. Passou janeiro, depois só no ano que vem. Então, fora disso, vem tomate de Goiás, de... Tem que continuar vendendo...” Entrevista com Henrique (Vedana, 2004, p. 204).

Conversar com Henrique sempre foi um momento muito interessante do meu trabalho de campo, pois sempre aprendi muito. Nessa conversa, algumas coisas chamam a atenção. Quando menciona que o

alho vem do outro lado do mundo e ainda chega mais barato do que o alho local até a feira, Henrique aponta para uma das principais características do comércio de alimentos em tempo de globalização: o limite imposto pela sazonalidade da produção local é superado pelas cadeias de suprimentos internacionais. Mas, para “vir de outro lado do mundo”, este alimento - ou melhor, suas redes de comercialização - mobilizam e criam um conjunto complexo de infraestruturas: uma escala de produção que possibilite a exportação em grande volume, um aparato técnico que permita a estocagem, a conservação e o transporte desta mercadoria entre fronteiras internacionais, tecnologias de triagem e de distribuição do produto já no país de destino, sem contar a intensa rede de comerciantes, intermediários e negociações que movimentam essa cadeia. Um segundo ponto a ser destacado na fala de Henrique é essa dimensão do transporte da mercadoria: primeiro de navio, que atravessa a distância entre os dois países, e depois de carreta, que vai percorrer diferentes estados e cidades do Brasil.

Todo este aparato de transporte e distribuição requer intervenções nos terrenos e nas paisagens para que possam se conformar à passagem dos caminhões: construção de estradas e viadutos, abertura de túneis, que exigem outras tantas tecnologias de produção das paisagens urbanizadas: concreto, cimento, ferro e aço sobrepõem-se ao solo para sustentar os pesados caminhões e suas mercadorias. William Cronon, em *Nature's Metropolis* (1991), apresenta-nos uma detalhada descrição da domesticação da paisagem dos arredores de Chicago, desde meados do século XIX, com a construção de canais no Great Lake, a abertura de estradas e a construção de linhas férreas que levassem mercadorias até a cidade. Em sua análise, vai costurando os fios que unem o surgimento de grandes fazendas de milho e trigo com o desenvolvimento urbano de Chicago, mostrando as interdependências entre a cidade e campo que o autor não vê como coisas separadas, mas como parte de um mesmo processo de construção de dessa cidade como um grande mercado. A ênfase do livro está justamente em seguir as infraestruturas que são elaboradas para abastecer a cidade, apontando para as mudanças tanto na forma de produção agrícola, como na comercialização ao longo do tempo. As imagens propostas no livro remetem às histórias contadas por Henrique e outros feirantes sobre as

mudanças na paisagem de Porto Alegre, relacionada às formas de venda e ao escoamento da produção que vinha do interior do estado do Rio Grande do Sul. Ainda, podemos pensar no final da sua fala “tem que continuar vendendo”, como um indício das conexões entre este feirante do Mercado do Produtor e toda a cadeia de suprimentos que envolve o abastecimento de alho no Brasil e em Porto Alegre. “Tem que continuar vendendo” situa os processos de adaptação destes sujeitos às tecnologias de produção e comércio que seguem essa racionalidade do progresso. O que Henrique nos diz é que as soluções locais ou em menor escala acabam sobre-determinadas pelas estruturas de conquista do espaço e do tempo: do espaço no sentido dos efeitos materiais da produção das estradas e do tempo, na tentativa de superar a sazonalidade e a perecibilidade dos produtos alimentícios frescos.

Entretanto, a despeito de toda essa transformação e de toda essa tecnologia que envolve a produção alimentar – ou, talvez, justamente por causa dela – o mercado de rua segue acontecendo, repetindo suas formas de ser no cotidiano da cidade. A desordem da rua ainda faz parte dos desejos dos cidadãos que vão à feira escolher suas compras tocando, apertando e cheirando cada um dos produtos que querem comprar, trocando receitas e rindo das piadas dos feirantes. A feira-livre é o espaço do tempo longo, de “perder” tempo. Não se organiza na mesma lógica da comercialização nos grandes entrepostos comerciais como as CEASAS e a CEAGESP. O que a análise destas infraestruturas de transformação me permitem ver são as conexões globais, conforme nos mostra Anna Tsing em *Friction* (2005), que podem ser pensadas como arranjos ou encontros de interesses heterogêneos e que se constituem com base na diferença – formas de aliança, de fusões, empréstimos, traduções.

É esta interação pela diferença que a leva a adotar o termo fricção como possibilidade de etnografar tais conexões globais. As fricções presentes no mercado podem ser observadas nestas transformações pelas quais passam os alimentos e que se refletem nas transformações da paisagem urbana. A fricção fala de conexões globais que se localizam, e este parece ser o movimento presente neste ambiente sobre-humanizado das cidades.

Conexões e Encontros

Entre a pesquisa de doutorado e a atual, realizei um período de trabalho de campo na CEASA/RS durante meu pós-doutorado na UFRGS¹³⁹. Neste período, minha pesquisa acontecia no Galpão do Produtor, setor da CEASA/RS destinado a escoar a produção local do Rio Grande do Sul. Foi com esse estudo que comecei a observar as diferenças entre as vendas no mercado de rua e no atacado. Mesmo no Galpão do Produtor, com uma dinâmica menos intensa de vendas do que o pavilhão de pescados que pesquisei atualmente, ficou evidente que as temporalidades na CEASA eram outras, bem como as formas de negociação. Nas conversas com Henrique, no Mercado do Produtor, soube que alguns compradores têm seus fornecedores preferidos e que as compras são rápidas, muitas vezes, já previamente combinadas. Mesmo assim, algumas negociações de compra e venda aconteciam diretamente no Galpão do Produtor na CEASA/RS, da mesma forma que ocorrem também no pavilhão de pescados da CEAGESP, como tenho observado atualmente. Foi refletindo sobre estas questões relacionadas ao comércio em grande escala que optei por seguir os efeitos materiais da cadeia produtiva do pescado no Brasil, a partir da pesquisa no pavilhão de pescados da CEAGESP, em São Paulo, e da pesca da tainha em Florianópolis, Santa Catarina, (considerando que esta tainha de Florianópolis também chega na CEAGESP). Tenho optado por compreender o mercado - aqui no caso, a CEAGESP, mas também as redes de comercialização que conectam pescadores, intermediários e comércios locais e regionais - como um sistema técnico de conservação e de distribuição do pescado.

Pensar o mercado como um sistema técnico não significa tratá-lo como pré-determinado por sua infraestrutura material, mas sim observar como essa materialidade é ao mesmo tempo produzida e produtora das práticas que o envolvem. A atenção a esta materialidade permite-me compreender as infraestruturas que envolvem a cadeia produtiva do pescado e investigar seus efeitos na pesca, no trabalho dos pescadores e comerciantes e mesmo nas paisagens, seja da pesca, seja dos mercados. A concepção de sistema ao qual me refiro aqui aproxima-se das reflexões de Bateson (1986) sobre o sistema mental: é a relação entre informa-

139 O projeto, coordenado pela Profa. Cornelia Eckert, estava vinculado ao PPGAS/UFRGS e intitulava-se “Trabalho e Cidade: etnografia da memória do trabalho na cidade moderno contemporânea” e foi contemplado com bolsas CAPES/PNPD.

ções percebidas e ações em resposta a estas informações que criam um sistema. O mercado, como um sistema técnico, emerge na ação dos trabalhadores (considerando suas diferentes posições neste contexto), que interagem entre si e com a materialidade do mercado (peixes, gelo, caixas, caminhões, etc.)¹⁴⁰. Tenho observado, portanto, como os objetos técnicos deste comércio, e também os peixes, ensinam práticas específicas em sua conexão e práticas que fazem este mercado. As dinâmicas de venda e de encontro são muito diversas daquelas dos mercados de rua e nos conectam, de certa forma, tanto com a rua - a partir dos feirantes que compram seus peixes na CEAGESP - quanto com o comércio global - a partir da distribuição de produtos de outros países que chegam ao Brasil a partir do pavilhão de pescados da CEAGESP.

Um sistema técnico como o mercado implica habilidades específicas dos sujeitos envolvidos nos processos de comercialização: sejam as habilidades gerenciais relacionadas às negociações com pescadores, com o transporte e conservação do pescado, sejam as de comercialização e de negociação entre vendedores e compradores, de organização da plataforma de vendas na CEAGESP, de manutenção da refrigeração dos peixes frescos, do beneficiamento do pescado, entre tantas outras. A observação destas práticas e habilidades tem demonstrado as contradições que aparecem na cadeia produtiva do pescado: de um lado, um enorme investimento técnico de conservação dos peixes em barcos e caminhões frigoríficos, na logística de transporte e armazenamento que faz o pescado circular mundialmente. De outro, a intensa precariedade do trabalho – de pescadores, comerciantes e mesmo dos donos das empresas distribuidoras, em alguns casos, bem como das negociações de valor do pescado; pescadores que ficam muitos dias no mar, barqueiros que pensam sua trajetória e sua vida cotidiana como ordenada e, de certa forma, comandada pelo trabalho, comerciantes que vivem na incerteza das vendas.

O entreposto comercial da CEAGESP é considerado o terceiro maior do mundo¹⁴¹ (Neiva et al., 2010) em termos de volume de co-

140 Para uma análise da concepção de sistema sociotécnico, que também serve de inspiração para este projeto, ver Mura, 2011.

141 A publicação a qual faço referência não leva em conta o mercado Tsukiji em Tóquio, no Japão, este sim considerado o maior mercado de peixes do mundo (Bestor; 2004), possivelmente, porque está tratando de entrepostos comerciais de todos os tipos de produtos, como hortifrutigranjeiros, pescados e carnes.

mercialização, bem como no tocante às conexões globais com os outros países que ali escoam sua produção, ficando atrás, apenas, dos entrepostos de Paris e Nova York. Além disso, chegam até a plataforma de pescado da CEAGESP caminhões de todas as regiões do país. Em especial, muitos dos produtos ali comercializados são oriundos da pesca em Santa Catarina, estado considerado um *hub* de distribuição de pescado para o resto do Brasil (Estrella et al., 2014). Ao mesmo tempo, estas conexões globais (Tsing, 2005) emergem de encontros específicos entre pescadores, barqueiros e empresários da pesca que negociam constantemente os termos destas relações. Evidenciam-se, na conversa com empresários que têm espaço de venda na CEAGESP, os conflitos e as negociações com pescadores sobre o tempo em alto mar, sobre o valor das cargas entregues, sobre seus direitos trabalhistas. Nas interlocuções com os órgãos governamentais, sobre as zonas de proteção ambiental, sobre os impostos e taxas etc. Da mesma maneira, outras fricções acontecem no encontro com compradores, estas nem sempre conflitantes, a depender da temporalidade e da qualidade das relações que ali se constituem. Tsing (2015), ao seguir a cadeia de comercialização do cogumelo matsutake, colhido nas florestas do Óregon, nos Estados Unidos, e vendido como iguaria no Japão, propõe que o comércio vive nos constrangimentos e possibilidades do capitalismo, que são criativamente acionados pelas pessoas em seus encontros, com temporalidades distintas daquelas propostas pelas ideias de progresso. Para seguir os cogumelos (Tsing, 2015) ou os peixes, mais do que uma atenção ao tempo progressivo, importa contemplar os ritmos e os movimentos que constituem os encontros.

Os movimentos de corpos, objetos, mercadorias, temporalidades, trajetórias e trocas que fazem encontrar peixes de procedências diversas com comerciantes atacadistas, com donos de restaurantes, feirantes, comerciantes do varejo, com clientes, consumidores, compradores etc., mostram-nos como o peixe se transforma. Peixe bom, peixe fresco, peixe fraco, mercadoria, alimento são algumas das transformações que pude observar em campo a partir da atenção a estes movimentos e encontros. Os encontros entre o pescador e o peixe; entre o peixe, o pescador e o comerciante atacadista; entre este atacadista e chefs de cozinha,

feirantes, comerciantes são mediados ainda por inúmeros outros – com o barco, com o gelo, com os caminhões e caixas, com objetos técnicos que no decurso da ação – de compra, venda, pesca, beneficiamento do pescado e que nos falam dos conjuntos de práticas e habilidades envolvidas nestas trocas comerciais. Assim, se um conjunto de práticas *enact* (Mol, 2002) o mercado, este também propicia o desenvolvimento de habilidades que podem ser observadas, se seguirmos o que as pessoas fazem e as transformações sofridas pelas coisas. Habilidades de tratar e armazenar o peixe, de cortar ou “sangrar” determinadas espécies para melhor conservação, de escolher os pescados superiores para expor e vender, de cozinhar e preparar a refeição, entre inúmeras outras. Ao pensar em práticas e técnicas, não me refiro simplesmente à ação de um sujeito sobre uma matéria, mas a um conjunto de relações e mediações que promovem transformações nos entes envolvidos nesse encontro.

Para compreendermos a dimensão que o comércio de pescados tem na CEAGESP, é importante apresentar alguns dados gerais. São 1.500 municípios do país, 22 estados brasileiros e 19 países que escoam sua produção no pavilhão de pescados da instituição. Alguns dos funcionários da CEAGESP com quem conversei consideravam-na uma pequena cidade, onde circulam diariamente em torno de 50 mil pessoas e 12 mil veículos. O volume médio de comercialização do pescado chega a 200 toneladas/dia de peixes de 97 espécies – os de água salgada representam 60%, os de cativeiro, 30% e os importados, 10%. Como em outras CEASAS do país, a CEAGESP abriga prédios administrativos, comércios de lanche e restaurantes; galpões de armazenagem de produtos, fábrica de gelo, lojas de embalagens, espaços destinados ao beneficiamento do pescado e muitos outros estabelecimentos que movimentam diariamente o mercado. É um entreposto para hortifrutigranjeiros, pescados e carnes, vendendo tanto no atacado como no varejo. O atacado do pescado na CEAGESP acontece em duas plataformas - também chamadas de *pátios* pelos comerciantes -, que são espaços cobertos e abertos nas laterais, com um chão de concreto.

A comercialização acontece durante as madrugadas (entre 2h e 6h da manhã) e é considerada pelos funcionários da CEAGESP como uma bolsa de valores do pescado, pois ali é decidido o valor médio de cada

espécie de peixe para todo o estado de São Paulo diariamente. O processo de negociação para a compra é discreto e rápido: comprador e vendedor trocam poucas palavras e, em geral, o cliente já fez uma rápida passagem pelas “bancas” para escolher suas compras. Já para fazer essa descrição, mudo os termos com que vinha lidando até agora: de freguês e feirante passo para comprador e vendedor. Não à toa, as formas da troca são muito diferentes aqui. Nos momentos em que estive em campo, pude reconhecer caminhões frigoríficos de diversas regiões do Brasil, bem como de outros países, como Argentina, Chile e Uruguai. Destes caminhões saem pilhas de caixas de peixe e gelo que, aos poucos, fazem a arquitetura do pavilhão. São muitas espécies de peixe e outros frutos do mar que estão à disposição do olhar - e algumas vezes ao toque - dos compradores. Com essa organização do espaço pelas caixas empilhadas pelas empresas distribuidoras, os corredores que sobram para a circulação são estreitos e disputados por compradores que passam, observando os peixes à venda, e por carregadores, que puxam carrinhos repletos de caixas para quem já escolheu suas compras. Os corpos se deslocam, ajustando seus movimentos à cadência dos movimentos coletivos pelos corredores. Alguns dos grandes comerciantes que têm seu espaço na CEAGESP possuem também embarcações, contratam pescadores e negociam com estes a expectativa sobre a pesca, o tempo do barco na água etc. Outros não possuem embarcação, mas negociam, então, com pescadores “independentes”. Alguns destes comerciantes têm seus clientes fixos, organizam seus preços a partir destas relações.

Em conversas com os comerciantes permissionários da CEAGESP, ou seja, donos de distribuidoras de pescado que têm um espaço no pátio da instituição, ouvi constantemente sobre o “peixe bom”. Aos poucos, compreendi que esse peixe bom - bom para vender, uma boa mercadoria - derivava da qualidade de sua cadeia produtiva: do manejo do peixe na pesca e das suas formas de armazenamento no barco, até os modos de conservação antes da venda. Estas rotinas e procedimentos de cuidado com o pescado garantem seu sabor e frescor para que ele não se torne um “peixe fraco”. Meus interlocutores chamavam de “peixe fraco” aquele que, mesmo podendo ainda ser considerado fresco, já estava há mais de 15 dias fora do mar. Há todo um aparato técnico que se dedica

a garantir o maior frescor possível para os peixes que serão comercializados nos grandes atacados e mesmo nas feiras e peixarias. O gelo é um elemento fundamental de conservação do pescado e está nos barcos, caminhões e nas caixas transportadoras – na CEAGESP e nas feiras está constantemente sendo repostado – de forma que uma fábrica de gelo foi instalada nas dependências do entreposto para dar conta da demanda pelo produto. Ainda segundo meus interlocutores, alguns peixes são armazenados em barcos com sistema de refrigeração da água, de forma que o peixe capturado fique submerso num tanque de água marinha gelada no interior da embarcação. Cuidados como estes precisam ser redobrados no percurso de compra da CEAGESP para as feiras-livres, que possuem uma infraestrutura com menos recursos e, portanto, precisam “vender o peixe” com maior celeridade para evitar desperdícios. Tendo em vista a perecibilidade do pescado, muitas negociações fazem parte desta cadeia técnica do pescado/desse produto: comerciantes que tendem a reduzir o tempo do barco no mar, diminuindo a quantidade de insumos e iscas dos pescadores, e estes que procuram manter-se o máximo de tempo possível na água para um resultado de pesca maior. Todos estes aspectos ainda se combinam com as condições ambientais da pesca, sobretudo no que concerne à sazonalidade das diferentes espécies vendidas na CEAGESP.

Como as pesquisas de Shingo Hamada e Richardo Wilk (2019), e também de Heather Swanson (2013) apontam, tanto os processos de produção do pescado, como as estratégias de comercialização produzem efeitos diretos sobre as práticas alimentares dos consumidores finais de peixes. Heather Swanson (2013), ao realizar sua pesquisa comparando criações de salmão em Hokkaido, no Japão, no noroeste pacífico dos Estados Unidos e nas ilhas Chiloé, no Chile, mostra-nos como este processo transformou as relações com o peixe, seja no comércio, seja na culinária, nas formas de uso desta mercadoria. A autora também apresenta as mudanças nas relações de trabalho e nas paisagens locais a partir da criação de salmão. Em suas análises, noções sobre peixes bons ou ruins, saborosos ou não, também mediavam as relações de produção e de comercialização, estando orientadas pelas comparações que seus interlocutores produziam a respeito de como se criava salmão em cada

um dos lugares que ela pesquisou. Durante meu trabalho de campo, evidenciou-se que comerciantes que vendem peixes na CEAGESP tendem a considerá-los produtos, mercadorias e mesmo dinheiro, enquanto boa parte de seus clientes (que em geral não são os consumidores finais) avaliam as possibilidades de mediação ou combinação entre este produto um tanto impessoal com as necessidades de seus clientes particulares. Já nos restaurantes – abastecidos por estes mediadores – o valor do pescado é avaliado por sua condição de alimento.

Aqui poderia fazer um percurso inverso. Se, no caso do Mercado do Produtor, passei das sociabilidades da feira-livre para as socialidades das transformações urbanas que afetam o mercado, no caso da CEAGESP podemos seguir das infraestruturas que constroem este entreposto comercial em suas conexões globais para as práticas que retomam a forma da feira-livre. Ainda que o peixe seja individuado em mercadoria e dinheiro e negociado em grandes quantidades, há momentos em que se celebra o encontro com o peixe-alimento, como é o caso da festa da tainha, que acontece no mês de agosto, ou das feiras do peixe que ocorrem na Semana Santa, ambos na CEAGESP. Mais uma vez, a forma do mercado como feira e rua se repete no contexto de uma das maiores centrais de abastecimento da América Latina. E, das grandes quantidades de peixe que são comercializadas no pavilhão do pescado, passamos para a venda no varejo, para as escolhas dos peixes a partir das trocas e conversas com os vendedores. Seguir as socialidades mais que humanas (Tsing, 2019a) e observar as infraestruturas que constituem os mercados tem me permitido avançar nas considerações sobre o alimento como, ao mesmo tempo, um mediador de relações cotidianas e uma mercadoria que traz em si as histórias e as marcas das ruínas do capitalismo.

Dessa forma, penso que olhar para as transformações na paisagem urbana relativas às formas de abastecimento pode ainda nos dizer muito sobre nossas formas de viver no Antropoceno. A voracidade das transformações urbanas, muitas vezes justificadas pela necessidade de nutrir a cidade, parece devorar muito mais do que terra e água - como no caso de Porto Alegre - mas também nossa criatividade de pensar soluções baseadas no encontro. Nestes anos de pesquisa sobre o mercado, talvez

seja de fato a complexidade da relação entre tempo e paisagem que a proposta de seguir os alimentos - e os peixes - tem demonstrado. Como disse um dos interlocutores da minha pesquisa de doutorado sobre os aterros em Porto Alegre, “não sei se um dia a natureza vai querer de volta o lugar dela” (Fonseca, entrevista, 2006). Esta imaginação sobre as infraestruturas do capitalismo e as qualidades da água e da terra que é o precisamos levar em consideração.

Referências

ABREU FILHO, S. B. *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BATESON, G. *Mente e Natureza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BESTOR, T. C. *TSUKIJI: the fish market at the center of the world*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2004.

BOHRER, M. D. *O aterro Praia de Belas e o aterro do Flamengo*. (Dissertação de Mestrado), - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BURIN, C. W. *Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado X ambiente construído*. (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34; Edusp, 2000.

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano 2*. Artes de Nutrir. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CRONON, W. *Nature's Metropolis: Chicago and the great West*. New York and London, W.W. Norton & Company, 1991.

DEVOS, R. V.; Vedana, V.; Barbosa, G. C. Fish news: perceptual skills, technique and distributed cognition in mullet fishing. *Vibrant*, v. 16, 2019.

ECKERT, C. ROCHA, A. L. C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ESTRELLA, F. et al. *Relatório Técnico: Comercialização de pescado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro*. 1 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

HAMADA, S.; WILK, R. *Seafood: ocean to plate*. New York And London: Routledge, 2019.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. 1 ed. London and New York: Routledge, 2000.

LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEROI-GOURHAN, A. *O Gesto e a palavra 2: memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1970.

MAZON, M. da S. *Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e mercado em questão*. 2010. (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) - Pós-graduação em Sociologia e Política, Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOL, A. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham, Duke University Press, 2002.

MONTEIRO, C. Porto Alegre no século XX: crescimento econômico e mudanças sociais. In: Dornelles, B. *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MURA, F. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011.

MUSSOLINI, G. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NEIVA, C. R. P. et al. *O mercado de pescado da região metropolitana de São Paulo*. Santos: INFOPESCA, 2010.

PROENÇA LEITE, R. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju: SE, Editora UFS, 2007.

SARPIO, S.; KIRMAN, A.; DOSI, G. *The Emergence and Impact of Market Institutions: the wholesale market for fish and other perishable commodities*. Pisa, Itália, Laboratory of Economics and Management, 2011.

SIMMEL, G. *Simmel*. Sociologia. (org) Evaristo de Moraes Filho, São Paulo: Ática, 1983.

STRATHERN, M. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: CosacNai-fy, 2014.

STRATHERN, M. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, Rio de Janeiro: v. 5, n. 2, p. 157-175, Oct. 1999.

SWANSON, H. *Caught in Comparisons: Japanese Salmon in an Uneven World*. 2013. (Tese de Doutorado) - Curso de Antropologia, California: University of Santa Cruz, 2013.

TSING, A. *Friction: An Ethnography of the Global Connection*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2005.

TSING, A. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton, Princeton University Press, 2015.

TSING, A. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019^a.

TSING, A. *More than human anthropocene*. In: Conferência de Encerramento da VII REACT – Reunião de Antropologia das Ciências e da Tecnologia, UFSC, Florianópolis, 2019^b.

VEDANA, V. Fazer a feira: estudo etnográfico das artes de fazer de feirantes e fregueses da Feira-Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social) IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEDANA, V. No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. 2008. *Tese* (Doutorado em Antropologia Social) - IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CAPÍTULO 10

MEMÓRIA AMBIENTAL DAS ÁGUAS URBANAS NA BACIA DO UNA, EM BELÉM (PA)

Pedro Paulo Soares

Introdução

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, possui 1,432,884 habitantes, distribuídos em uma área de 1,247,690 km², sendo uma das maiores cidades do Norte do Brasil. Localizada na faixa da linha do Equador, Belém tem clima tropical em que, durante o ano, há apenas uma estação seca e outra bastante chuvosa. A água dessas chuvas é drenada pelas 14 bacias hidrográficas que recortam a Região Metropolitana de Belém. A maior dessas bacias é do Una, onde habitam aproximadamente 400.000 pessoas e que ocupa mais da metade do sítio urbano de Belém. Dentro de uma área de 36,64 km², 19% de seus territórios são compostos por áreas alagáveis e sujeitas à influência das marés. Este trabalho trata das relações entre a cidade de Belém (PA) e suas águas, por meio das experiências de moradores com o saneamento ambiental na bacia hidrográfica do Una¹⁴².

Neste artigo, a cidade é pensada a partir da comunidade interpretativa da Ecologia Política (Robbins, 2015) e da Ecologia Política Urbana (Heynen, 2013; Kaika, 2005; Swyngedouw, 2009) cuja abordagem é focada na produção contínua de ambientes construídos – uma sacionatureza – pela interação entre humanos e não-humanos, no caso presente, a água. Esses processos de metabolização da natureza para produzir a cidade são, no entanto, tensionados por relações de poder que resultam em desigualdades no acesso ao saneamento ambiental, à moradia digna e à saúde pública. Ao mesmo tempo, também são distribuídos socialmente os riscos e os impactos ambientais, sociais e econômicos dos processos de urbanização, como as inundações, a falta de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, além do contato com o lixo e com a poluição.

142 Os dados presentes neste artigo fazem parte da pesquisa que deu origem à tese de doutoramento intitulada “Memória ambiental na Bacia do Una: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)” (Soares, 2016).

A cidade das águas – subterrâneas, canalizadas, poluídas, violentas – é uma cidade de fluxos, isto é, dos processos socioecológicos corporificados na vida urbana (Swyngedouw, 2009). Esses fluxos são capazes de contar muitas histórias sobre a cidade, seja sobre a trajetória de seus habitantes, seja sobre a criação de arranjos entre cidade e água ao longo do tempo. Esses arranjos são percebidos no cotidiano dos migrantes pobres que deslocaram para Belém e criaram estratégias para viver em terrenos alagadiços ou inundáveis. Porém, também se manifestam na forma de projetos de urbanização e de controle do elemento hídrico conduzidos pelo Estado, como ocorreu na bacia do Una e será discutido no decorrer do artigo.



Figura 1. A bacia do Una em Belém (Elaboração de Luã Gustavo das Neves).

O percurso pelos temas das transformações urbanas e da relação entre cidade e natureza conduz à categoria de memória ambiental. Este elemento teórico-conceitual encontra-se nos trabalhos de Rafael Devos (2007; 2008) e Devos et al. (2010), assim como no material disponi-

bilizado na plataforma eletrônica do Projeto Habitantes do Arroio¹⁴³. A primeira forma de conceber o que é memória ambiental dá-se a partir das reflexões clássicas de Maurice Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva. De inspiração durkheimiana, a ênfase dessa análise destaca o aspecto coletivo das lembranças que são localizadas e reconhecidas conforme a sua organização em quadros sociais da memória (Halbwachs, 1925).

Para Halbwachs (1925; 2006) a memória seria “enquadrada” por uma instituição social específica em que ocorre a transmissão de valores e conhecimentos como, por exemplo, a família, a escola ou o grupo religioso. O “quadro ambiental” seria, então, mais um dos quadros sociais da memória, sobretudo no atual contexto de progressiva institucionalização das relações entre cidade e natureza que caracteriza as formas modernas de planejamento e gestão das cidades. De acordo com a definição de Devos (2008, p. 64),

[...] tal memória ambiental é pensada enquanto um ‘quadro social’ contemporâneo da memória da cidade, nos termos de Halbwachs, e principalmente como parte de um processo de ambientalização da forma como os habitantes passam a compreender as transformações na paisagem urbana e nos estilos e condições de vida das populações que ensaiam pertencimentos diferenciados aos territórios da cidade.

A segunda perspectiva sobre memória ambiental seria aquela que propõe o exame de um processo característico da modernidade chamado de “ambientalização” dos conflitos sociais. José Sérgio Leite Lopes (2006, p. 34) define “ambientalização” como um fenômeno de importância análoga a outros processos como os de industrialização ou de proletarianização que estiveram em evidência no século XIX e início do século XX. A “ambientalização” pode ser entendida como a transformação das condutas relativas ao meio ambiente que vêm ocorrendo no Estado e em mentalidades, pelo menos, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972 (Leite Lopes, 2006, p. 34). O processo apontado pelo autor diz respeito à utilização cada vez mais recorrente da questão am-

143 O projeto intitulado “Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas” – coordenado pela antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha – é responsável por uma série de pesquisas sobre conflitos relacionados à utilização dos recursos hídricos urbanos de Porto Alegre. O material obtido no referido projeto de pesquisa encontra-se no Blog Habitantes do Arroio, disponível em: <<http://habitantesdoarroio.blogspot.com.br/>>.

biental como fonte legitimadora na argumentação de conflitos, o que incorre em uma re-politização do termo “meio ambiente”. No entanto, a “ambientalização” também se reflete na subjetivação individual das normas referentes aos cuidados com este ambiente.

Esta transformação das subjetividades em relação à questão ambiental marca a forma como os sujeitos reconstróem o passado, tendo como base um presente ambientalizado, principalmente quando estão imersos em um contexto de crise ambiental. A memória dos rios e igarapés¹⁴⁴ de Belém sendo utilizados por seus habitantes para pesca e banho, por exemplo, tende a aflorar na atual conjuntura em que as águas dos canais transbordam, levando de volta às suas margens o lixo e o esgoto sanitário que é irregularmente despejado nesses cursos d’água. Logo, observa-se a ambientalização das memórias afetivas de coletivos humanos sobre seus espaços de pertencimento, lazer e moradia.

A terceira forma de conceber a memória ambiental liga-se à compreensão de Gilbert Durand (2002) acerca da dimensão antropológica¹⁴⁵ da vida, a partir da imersão no domínio ontológico do imaginário. A perspectiva de Durand (2002) aponta para a dimensão transcendental da relação entre homem e ambiente, que resulta na produção de símbolos que compõem o grande repositório de imagens e conjunto de imagens da humanidade chamado de imaginário.

Em Durand (2002), a bipartição entre o homem e o ambiente não coincide com a distinção clássica da tradição antropológica culturalista que associa humanidade à cultura, e natureza aos demais elementos do cosmos que estariam em afinidade ou em oposição ao homem (Descola, 2003). Durand (2002), ao contrário, apresenta o homem-indivíduo como ser natural, na medida em que este é visto como o *locus* de imperativos biopsíquicos como gestos pulsionais¹⁴⁶ e

144 A noção de igarapé é comum na Amazônia, referindo-se a um curso d’água de proporções variáveis, que pode indicar a existência de um córrego ou de um pequeno rio que banha certa região, com extensão bastante diversa.

145 O termo “antropológico” é empregado no sentido de ser um estudo sobre o homem enquanto espécie biológica e como ser simbólico.

146 Termo que Durand encontra na obra de Gaston Bachelard, os gestos pulsionais são “os gestos principais do animal humano em direção ao seu meio natural, prolongado diretamente pelas instituições primitivas, tanto tecnológicas como sociais do homo faber”, constituindo-se como “os eixos das intenções fundamentais da imaginação” (Durand, 2002, p. 41). A imaginação de um movimento – o gesto – supõe a imaginação de uma matéria correspondente (Durand, 2002, p. 42), o que implica a gênese recíproca entre gesto e ambiente. As constelações de imagens organizam-se em torno de imagens de gestos como, por exemplo, o gesto ascensional ou o gesto rítmico.

dominantes reflexas¹⁴⁷, característicos do humano enquanto espécie. O ambiente, por sua vez, é considerado por Durand (2002, p. 51) como ambiente técnico-cultural ou ambiente tecnológico humano, concepção que é emprestada de André Leroi-Gourhan (1987).

É na confluência dos gestos pulsionais com o ambiente técnico, transformado por estes gestos, que emergem as imagens simbólicas que orientam a existência humana no mundo. A partir das reflexões de Durand (2002), a memória ambiental pode ser entendida como a memória humana por excelência, ao remeter aos processos pelos quais o ser humano se constitui concomitantemente como espécie biológica e como ser simbólico. Esses processos não poderiam ser encadeados sem uma relação de troca de estímulos e transformação mútua entre homem e ambiente.

Assim, a memória ambiental em uma perspectiva durandiana aponta para a constituição dos símbolos e imagens referentes à experiência humana de relações diádicas com um meio que é, ao mesmo tempo, objeto da ação humana e agente sobre o corpo e o espírito do homem. Neste trabalho, a memória ambiental é composta pelas imagens que remetem ao contato entre a população de Belém e as águas da cidade. Entre essas imagens-símbolo estão fotos de época, imagens de jornal, fotografias tiradas pelos próprios moradores da bacia do Uma, ou mesmo as imagens produzidas em campo pelo pesquisador. Neste imaginário sobre a Belém e a bacia do Una, também se encontram imagens textuais nas narrativas de viajantes e literatos, bem como as imagens veiculadas nos relatos dos habitantes da cidade. No imaginário durandiano, estas narrativas expressam as rítmicas de conquistas e de ruínas dos territórios-mitos que variam nos seus conteúdos, mas que se repetem em suas formas e estruturas ao longo do tempo.

O artigo está organizado da seguinte forma: além desta introdução e das considerações finais, a primeira seção apresenta uma reflexão sobre a relação de Belém com suas águas e sua imaginação por literatos, viajantes, planejadores e acadêmicos. O itinerário pelas imagens da cidade e suas águas é uma “arqueologia da paisagem” (Devos, 2008, p. 87) que

147 Para Durand, os principais gestos humanos são classificados de acordo com a reflexologia do século XIX, realizada por Vladimir Betcherev a partir da observação do comportamento de recém-nascidos. Durand trabalha com a noção de “dominantes reflexas”, isto é, “os mais primitivos conjuntos sensoriais- motores que constituem os sistemas de ‘acomodações’ mais originários na ontogênese e nos processos de assimilação constitutivos do simbolismo” (Durand, 2002, p. 47). As três principais dominantes reflexas seriam a dominante de posição, a de nutrição e a copulativa.

evoca práticas e discursos sobre a relação entre cidade e água, articulados por de imagens e ideologias que estão constantemente ressurgindo nos projetos e devaneios urbanos sobre Belém. Esse processo culmina com a execução de um projeto de urbanização em larga escala ocorrido em na bacia do Una na virada do século, tema da sessão seguinte. Adiante, apresento a bacia do Una transformada e – na medida do possível – urbanizada, mostrando as contradições presentes nesse espaço. Os personagens indicados narram os gestos de fundação do território e evidenciam a sua relação com o lugar de moradia. Também, em alguns casos, os sujeitos da pesquisa apresentam níveis diferentes de interação com o Estado, na medida em que a memória ambiental nesses lugares é, em parte, mediada por políticas públicas relativas à água. As experiências de seus habitantes revelam a bacia do Una não como um bloco monolítico que foi alvo de projetos tecnocráticos, mas como espaço vivido e territorialmente plural.

Flor das águas

Durante vários meses eu costumava visitar esse distrito, dois ou três dias por semana, e nunca deixei de obter alguma espécie de ave, réptil ou inseto novo para mim. Parecia ser um epítome de tudo o que as porções úmidas das matas do Pará podiam produzir. Esta infinita diversidade, o frescor do ar, as formas estranhas e variadas de vegetação, a ausência completa de mosquitos e outros sevandijas, e mesmo o silêncio e semiobscuridade solenes se combinavam para tornar meus passeios por aí sempre agradáveis e proveitosos. Tais sítios são paraísos para um naturalista, e, se é um contemplativo, não há situação mais favorável para abandonar-se a esse pendor. (Bates, 1944, p. 83-84).

O trecho acima narra os passeios do célebre naturalista Henry Walter Bates pelas margens do rio Una, em Belém, no século XIX. O inglês apreciava visitar os “arrabaldes” da cidade, sobretudo as propriedades das margens do rio Una como olarias e fazendas de gado cujos proprietários eram, em sua maioria, europeus. Misto de viajante e homem de ciência, Bates não só caminhou pelas florestas da bacia do Una, como também navegou por seus igarapés. Aquela selva era seu lugar favorito, “um paraíso”, em suas palavras.



Figura 2. Olaria Una (Vasquez, 1995)

O status de paraíso, no entanto, não durou muito tempo. Nos séculos XIX e XX, o ímpeto modernizador – ou o que Maria Kaika (2005) chamou de “projeto prometeico da modernidade”¹⁴⁸ – atingiu os cursos d’água de Belém e de diversas cidades dos trópicos brasileiros. Este projeto implicava uma determinada (est)ética em relação às águas que percorriam o interior das cidades. Porém, a adoção de um modelo de urbanização e de políticas públicas relativas aos rios urbanos não se deu sem dilemas, como escreveram Valle e Oliveira (2003, p.158) sobre a Manaus do século XIX:

Os caminhos dos igarapés eram também os caminhos das novas ruas. O desafio da engenharia europeia contra a natureza, diante da decisão da escolha de um modelo de urbanização: construir Veneza ou Paris nos trópicos? Decide-se traçar linhas retas, aplinar-se, superar obstáculos. Trazer para a floresta os boulevards parisienses era o maior desafio.

Valle e Oliveira (2003) expressam que, em Manaus, houve a adesão a um modelo parisiense, o que não ocorreu de modo diferente em

¹⁴⁸ Trata-se do processo histórico e geográfico que começa com a industrialização das sociedades e com sua urbanização, que implica a imposição da racionalidade industrial sobre o ambiente. Em outras palavras, o projeto prometeico da modernidade é animado pela crença de que é possível dominar a natureza a por meio da tecnologia, do trabalho e do investimento de capital (Kaika, 2005).

Belém. Assim como em Manaus, igarapés foram aterrados e pântanos foram ensecados. A água era pensada como acidente, obstáculo. Esse projeto civilizacional também se reproduziu em cidades como Porto Alegre, que possui grandes áreas aterradas, inclusive um bairro inteiro construído em aterro que avança sobre o lago Guaíba. Além disso, a capital do Sul meridional também desviou e canalizou seu principal o curso d'água, o arroio Dilúvio (Devos, 2008). A experiência de Porto Alegre, mesmo acontecendo na década de 1940, pode ser compreendida como a manifestação tardia de um ideário haussmanniano¹⁴⁹. Tratou-se, antes de tudo, de um modelo de urbanização que retificou parte do traçado urbano e criou grandes avenidas para a circulação na cidade. No entanto, essas medidas também significaram um processo autoritário de higienização social, que resultou no remanejamento de populações pobres e negras que moravam próximas ao centro para bairros distantes (Devos, 2008, p. 77).

Em Belém, a construção da antinomia entre água e cidade aparece em uma passagem do poeta Augusto Meira Filho, em uma coleção de ensaios publicada em 1973:

Quatro pétalas se estendendo do eixo da matriz pelas terras pardas dos barrancos, dilatando, expandindo seus próprios rumos, vencendo baixadas, matas e pirizais, transformando os fundamentos do presépio no mais opulento centro de cultura e progresso da Amazônia Brasileira (Meira Filho, 1973, p. 44).

As ruas, enquanto “pétalas”, indicavam que a cidade era uma flor. Saída das águas, a flor agora via nesse elemento o seu antagonista. A vocação de “opulência” e “progresso” só seria realizada “vencendo baixadas, matas e pirizais”, ou seja, conquistando a cidade de suas águas. As ideologias de disciplinamento da água passariam por diversos renascimentos ao longo da história de Belém, permanecendo no repertório de técnicos e gestores até os dias de hoje. Este processo de redundância de ideias estaria, porém, sempre calcado no mito prometeico do progresso e do triunfo da racionalidade técnica aplicada a uma natureza vista como caótica (Kaika, 2005).

¹⁴⁹ Georges-Eugène Haussman administrou em Paris a partir de 1853, criando um conjunto de reformas urbanísticas e sanitárias pensadas como solução para problemas sociais e econômicos do regime de Napoleão Bonaparte. Na prática, isso se refletiu na expulsão das camadas populares do centro da cidade e na adoção de uma estética urbana caracterizada pelo vazio e pela monumentalidade (Harvey, 2012).

No entanto, muitas vezes a impossibilidade de domesticação técnica dos rios e de sua incorporação à vida social na cidade implicou a desvalorização dos cursos d'água e de suas margens. Antônio Penteado (1968), em seu “Estudo de Geografia Urbana”, relata que, na década de 60, a região que compreende a Avenida Senador Lemos – então chamada de Estrada da Sacramento – começou a receber a indústria e, consequentemente, moradores. As margens do rio Una e de seus tributários mais próximos atraíram fábricas de papel, óleos vegetais, parafusos, embalagens e sabão. Penteado explica a preferência de empresas por se instalarem naquelas imediações da bacia do Una:

[...] água em abundância, e baixos cursos de igarapés, que podem encaminhar às águas de Guajará os possíveis resíduos industriais; possibilidade de acesso das matérias-primas pela baía de Guajará, já que muitas indústrias poderão ter seus respectivos trapiches de desembarque (Penteado, 1968, p. 370).

O “local predileto” de Bates, no século XIX, agora aparecia como um misto de bairro popular e tímido núcleo industrial onde cresciam as ocupações populares às margens de seus igarapés. Os moradores mais antigos dos bairros do Telégrafo, Sacramento e Barreiro são capazes de evocar imagens catastróficas dos rios e igarapés da bacia do Una, convertidos em local de escoamento de dejetos industriais. É o caso de Dona Barroso, moradora da comunidade Nova Aliança, no bairro da Sacramento, uma senhora de 81 anos (em 2013) cujo pai trabalhava pescando peixe e camarão nos igarapés. Ela conta:

Tu sabe o que fez essa sujeira? De não prestar mais essa água aí desses tempos pra cá? Foi a Facepa¹⁵⁰. Quando ela abriu as comportas com aqueles venenos todos, aí não prestou mais. Era uma fedentina, uma fedentina. Eu queria que tu visse o estrago de tanto peixe. De tanto peixe que morreu nesse igarapé. A gente ia pra pegar com paneiro, eles tavam rodando, aqueles traíra assim grande, Jeju. Tudo peixe do Igarapé, do rio. A gente pegava, abria ele, já tava podre. Eles vinham e já tavam podres, com a força daquele veneno da Facepa. Aí, quem que ia comer? Ninguém. Acho que nem urubu comia, porque tava envenenado.

150 Fábrica de Papel da Amazônia S.A.

A bacia do Una sentia os efeitos da inserção da Amazônia na divisão regional do trabalho no Brasil e a consolidação da região como uma fronteira econômica após a década de 50. Como assinala Penteadó (1968), a instalação de fábricas na região dava-se a partir de investimentos oriundos de outras regiões do país e era parte de um plano de desenvolvimento nacional. Em nome de uma ideia de progresso, os mitos desenvolvimentistas de época consideraram conveniente a poluição dos rios de Belém, um processo que se tornou irreversível nas décadas seguintes.

À poluição industrial, seguiu-se a poluição por esgotamento sanitário, reflexo da ausência de políticas de saneamento básico e de habitação de interesse social. A partir da década de 60, observa-se também o adensamento populacional de terrenos alagáveis e das encostas de igarapés por migrantes pobres vindos, em sua maior parte, do interior do estado e sem acesso ao mercado formal de terras na capital. Nessas áreas, os moradores organizaram-se conforme suas lógicas próprias, em um intrincado sistema de casas, ruas e pontes construídas sobre a água. Periodicamente as casas eram inundadas pelas marés ou pelas chuvas.

Essas formas de habitação popular, conhecidas como “baixadas”, tornaram-se a expressão daquilo que o pensamento racionalista e tecnocrático caracterizaria como desordem. As “formas informes” (Rocha, 2003, p. 3) das baixadas – e a dificuldade de refletir sobre elas – fizeram das baixadas uma evidência do fracasso do projeto modernizador europeu para o novo mundo. Conquistar a cidade das águas parecia uma realização cada vez mais distante e dispendiosa, na medida em que agora implicava intervir em baixadas vistas como populosas, caóticas, disformes e que distorceram o racionalismo presente nas formulações de uma cidade retificada e livre de suas águas.

“A obra que está mudando Belém”

O Projeto Una¹⁵¹ foi a tentativa mais ambiciosa de intervenção urbanística nas baixadas de Belém para resolver problemas habitacionais e de saneamento, o que implicou a reprodução de estratégias de supressão na natureza a partir do controle e domesticação das águas urbanas. Cer-

¹⁵¹ Também chamado de Projeto de Drenagem, Vias, Esgoto e Água das Zonas Baixas de Belém, Projeto de Macro-drenagem da bacia do Una ou, simplesmente, PMU.

tamente não foi a primeira obra de macrodrenagem ocorrida na capital. Desde a década de 1960, o antigo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) já executava obras pontuais de canalização de cursos d'água em Belém, com destaque para o canal da Avenida Tamandaré (entre 1962 e 1967), o resquício de um antigo pântano denominado Piry, e para a avenida Visconde de Souza Franco (entre 1968 e 1973), onde antes existia o igarapé Das Armas/Almas¹⁵² (Trindade Júnior, 1997).

O Projeto Una tampouco foi a primeira intervenção na bacia do Una. No final da década de 1970, uma parte do igarapé São Joaquim foi retificada, e seus moradores foram reassentados em um conjunto habitacional, no que se convencionou chamar de experiência piloto do Projeto Una (Abelém, 2018). O Projeto Una, no entanto, foi a primeira experiência de macrodrenagem executada sobre o território de uma Bacia Hidrográfica (36,64 ha) e também a primeira grande obra realizada em Belém com financiamento de uma instituição financeira multilateral, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O total de investimentos no projeto foi de US\$ 312.437.727 (Pará, 2006). Executada entre 1993 e 2004, a macrodrenagem da bacia do Una ainda é a maior expressão institucional da memória ambiental das águas em Belém.

Os documentos da época davam destaque à magnitude das obras, como aparece abaixo, em um relatório da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) que caracterizava o projeto antes de sua execução:

O Projeto foi concebido com o objetivo de marcar o início de uma grande transformação a ser procedida nas Baixadas do Una, com reflexos na Cidade de Belém como um todo. Assim sendo, serão implementadas através dos Projetos, obras de retificação dos igarapés e revestimento de suas margens; obras de microdrenagem com a execução de sarjetas, caixas captadoras de águas pluviais, redes coletoras e demais dispositivos; obras de implantação de sistema viário compatível e equipamentos comunitários importantes e necessários, além de outras.

¹⁵² A denominação faz referência à presença de um posto militar nas imediações do igarapé, mas também evoca a Revolução dos Cabanos, ocorrida entre 1835 e 1837. O nome igarapé das “armas” indica que os revolucionários escondiam suas armas nas margens do córrego. Depois de mortos, seus espíritos eram vistos vagando pelas margens do igarapé, que também passou a ser chamado “das almas” (Trindade Júnior, 1997).

Complementarmente, será realizado um amplo programa de educação comunitária, sanitária e ambiental, no sentido de dotar as populações de conhecimento e instrumentos capazes de manter os benefícios conquistados, preservando o meio ambiente e assegurando a conquista de uma melhoria de suas condições de vida, meta tão ansiosamente desejada. (Feitosa, 1994, p. 247).

Em relação às intervenções nos cursos d'água, um relatório do Governo do Estado publicado em 2006 contabilizou que o projeto trabalhou em 24,9 km de canais e construiu 1,8 km de galerias subterrâneas (Pará, 2006). A Macrodrenagem da bacia do Una ainda foi completada pela instalação de comportas na foz dos canais do Una e do Jacaré, de modo a evitar a livre entrada das águas da baía do Guajará no interior da cidade e, assim, evitar inundações (Pará, 2006). A partir de então, antigos igarapés se tornaram canais de drenagem; seus fluxos em direção à baía do Guajará foram bloqueados, e uma bacia hidrográfica foi transformada em um sistema técnico para o acúmulo de águas pluviais e de esgoto.



Figura 3. Projeto Una (Informativo, 1999).

O Projeto Una representa um ponto nodal na memória ambiental da bacia do Una, pois foi uma política pública que alterou substancialmente a paisagem urbana e os modos de vida de seus habitantes, sobre-

tudo no que diz respeito à relação com a água. Ao mesmo tempo, o projeto é apenas a expressão, em um determinado momento cultural, deste longo trajeto antropológico (Durand, 1996) de fundação, conquista e domesticação da natureza em Belém. Ele evoca o esforço constante de refundar a cidade desejada, uma cidade capaz de realizar sua vocação para a grandeza por meio da aplicação da técnica e da racionalidade progressista sobre a natureza amazônica. Tamanho investimento de capital e trabalho seria capaz de suprimir a natureza e criar um espaço homogêneo? Seria possível livrar Belém da imaginação urbana de venezas tropicais, paraísos perdidos e águas destruidoras?

Bacia do Una: um mosaico de territórios e experiências

Seu Zeca, seu Evandro e a Passagem São Benedito

Em um domingo do mês de fevereiro de 2013, uma amiga me levou para conhecer seus vizinhos na passagem São Benedito, bairro da Sacramenta. A São Benedito abriga uma grande feira que se estende até as margens do canal São Joaquim. Este canal, um dia, já foi chamado de Igarapé, um dos principais afluentes do igarapé do Una. Antes do PMU, entre as décadas de 1970 e 1980, um trecho do igarapé São Joaquim já havia sido alargado e transformado em canal para drenar a água da região, o que se chamou, na época, de experiência piloto do Projeto Una (Abelém, 2018). Hoje em dia, o Canal São Joaquim é o maior canal de Belém, estendendo-se por aproximadamente 9 quilômetros até os limites da cidade com sua Região Metropolitana¹⁵³.

Em meio à feira há uma entrada. A viela estreita, pavimentada com blocos hexagonais, chama-se Passagem Santos. É lá que moram as famílias de seu Zeca e seu Evandro. Entramos na casa de Zeca, e me sentei no confortável sofá de sua casa. Imediatamente ele começou a falar sobre o local onde mora:

Hoje em dia, você procura um pedacinho pra morar aqui e não tem. Mais quem quer por causa da localidade! E como era antigamente e como tá hoje. Aqui você encontra qualquer coisa,

153 “Localizado entre os bairros do Barreiro, Sacramenta e Telégrafo, o canal São Joaquim destaca-se por ser o maior canal urbano de Belém, possuindo 8,96 Km de extensão e uma área total de 31,28 Km” (Belém, 2013).

farmácia. Aí então, hoje em dia, você abre sua porta e você encontra aí, sabe? Dá pra pegar ônibus daqui pra Icoaraci, daqui pra Marituba, pra todas essas localidades. Pra todo lugar que você quer transporte, tá saindo. E antigamente, não. Daqui pra pegar um ônibus, você tinha que ir lá pra Senador Lemos, passando essa pista que passava o trilho, não era? O trilho do trem, pra ir lá pra Senador Lemos, que era onde passava os ônibus. Na época, de madeira, aqueles ônibus. E hoje você procura uma casa pra alugar e você não encontra mais. Pra você ver que é tudo coladinha uma na outra. Antigamente era uma casa aqui e a outra, uns cinco metros pra chegar na outra.

Seu Zeca falava sobre as transformações na região, a qual antes era composta por casas palafitas e que hoje se converteu em uma área valorizada na cidade de Belém. De fato, a urbanização promove a valorização dessas áreas e o consequente aumento do oferecimento de serviços existentes nos centros urbanos. As palavras de Zeca, ao mesmo tempo em que já trazem consigo um relato sobre as transformações da paisagem do bairro, também mostram como a baixada virou centro.

Em outra ocasião em que retornei à área, fui apresentado a seu Evandro, um senhor de 80 anos, natural do município de Barcarena. Ele chegara a Belém há mais de 50 anos, quando veio morar na casa de uma de suas irmãs para estudar e trabalhar na capital. Quando se casou, foi morar na área da São Benedito, que começava a ser ocupada por casas palafitas. As narrativas de seu Evandro contam sobre a época de fundação da comunidade por um grupo de pessoas cuja imagem ressoa na de “heróis míticos” (Eliade, 2000, p. 47) que primeiro chegaram à área e exerceram controle sobre aquelas terras alagadiças. Auxiliado por seu Zeca, seu Evandro contou:

Evandro: É o seguinte: eu moro aqui há 45 anos. Eu fiz a casa aqui número 11. Toda a madeira que eu trouxe eu joguei na água, no igarapé, e fui nadando com ela, levando até subir lá na frente. Eu construí minha casa bem alta, porque a água... A minha casa tinha 1,20, o assoalho, porque a água, ela vinha mais ou menos um metro. Tu ficava com 20 centímetros morando, o resto era tudo água. Bom, mas, antes de eu vir morar aqui, tinha outros moradores, né? Antigos aqui. Inclusive o seu Orlando! Orlando mesmo, o nome dele?

Zeca: Era o seu Fernando.

Evandro: Seu Fernando! O seu Fernando, ele criou a família dele praticamente pescando! Ele ia lá no mar, entrava pelo Igarapé e trazia peixe pra sustentar a família dele aqui. Foi a época que eu cheguei, mas ele já estava.

A estreita relação com a água não se evidencia apenas pela proximidade das casas com o igarapé. Antes da existência de comportas na boca do igarapé do Una, este igarapé comunicava-se livremente com a baía do Guajará, conduzindo as canoas a outras massas de água, que seu Evandro define como “mar” por seu grande volume. Para alguns moradores, o igarapé e o rio eram meios de convivência e recursos, na medida em que deles tiravam seu sustento.

A área da Rua São Benedito foi inteiramente beneficiada pelo Projeto Una. Mesmo após sucessivas intervenções do Estado, a identificação dos moradores com o local ainda passa pelo processo de produção social do meio para moradia. Os gestos de fundação e o processo de preparação do terreno para torná-lo habitável antecede Projeto de Macrodrenagem e se consolida sobre diversas camadas de memória e de trabalho incorporado ao ambiente. É o que fala seu Evandro no trecho de entrevista a seguir:

Evandro: E aqui, essa Passagem Santos tinha um morador aqui, que ele tinha dificuldade pra andar, não tinha uma perna. Aí não podia andar por cima de ponte. Aí construímos uma ponte. Antes nós construímos uma ponte da São Benedito, na Mirandinha pra lá. Aí atingia a minha casa e atingia a casa dele. Mas ele não podia andar por cima de ponte por causa da perna, né? Aí a Celpa¹⁵⁴ tinha um bocado de poste, poste aí de 10 metros, 8 metros, e nós fizemos aí uma barragem aqui, fizemos uma barragem entre o Igarapé e a parte mais fixa, né? Bom, aí continuou. Mas nós achamos muita dificuldade pra andar. Aí foi a ocasião que surgiu o serviço da Macrodrenagem da bacia do Una. Aí foi cavado esse... [...] Esse canalção que hoje em dia chamam de São Joaquim. Ele foi cavado, e os moradores daqui, mais ou menos uns 12 homens, nós se reunimos e fumo aterrar. Aterramos carregando terra da beira do canal que tiraram,

154 Centrais Elétricas do Pará (CELPA) – Empresa pública responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado, hoje privatizada e adquirida pelo Grupo Equatorial Energia.

aquela terra, lama com pau, tudinho. E nós fizemos essa passagem Santos aqui entre Mirandinha e São Benedito. Com isso, já não foi preciso mais ponte, já tinha a passagem aterrada pelos moradores. Foi o Zequinha, o Horácio, Zé Maria, Alfredo e outras pessoas. E nós concluímos.

A narrativa de seu Evandro mostra que a ação dos moradores sobre aquele ambiente resultou em transformações significativas que antecedem e, em alguns casos, até coincidem com as obras do PMU. A respeito do exemplo dado por seu Evandro sobre o aterramento das ruas pelos próprios moradores com a terra extraída da escavação do canal, percebe-se que as intervenções dos residentes sobre a rua ocorreram nas franjas das grandes ingerências do Estado na área. Observa-se que as ações sobre o meio seguem o fluxo das necessidades consideradas elementares, como a locomoção de uma pessoa com deficiência pelo lugar. Também atuam as redes de solidariedade entre vizinhos na forma de mutirão, quando a criatividade do grupo se serve de árvores derrubadas para construir pontes e dos refugos do Estado – os postes da Companhia Elétrica aparentemente abandonados – para fazer uma barragem de contenção das águas do antigo igarapé, de modo a aterrar a Passagem Santos.

A criação das pontes e ruas que remetem à conquista de um território está ligada a eventos cotidianos que fundam estes episódios em torno de uma simbólica mítica e religiosa, como conta seu Evandro: “Então, essa dádiva de São Benedito, o nome de São Benedito, ela foi criada!” A origem desta comunidade – inclusive de seu nome – está consubstanciada a uma espécie de ritual fundador:

Bom, depois surgiu uma festividade aqui, né? Não sei quem foi que criou. Essa festividade era a festividade de São Benedito, né? E havia uma procissão. Essa procissão, ela saía por dentro de canoa e ponte de açazeiro, uma ponte de açazeiro que eles faziam, até mais ou menos uns duzentos metros adentro. Então, passava essa procissão de São Benedito. Vinha, pegava canoa, atravessava esse igarapé e pegava a ponte de açazeiros que eles mesmos faziam. Esse eu assisti!

Bom, aí foi, foi, conclusão: hoje essa procissão ainda passa aí, mas passa como? Não é preciso mais canoa, não é preciso mais ponte, porque fizeram realmente a macrodrenagem; fez praticamente ali-

cerço aqui dentro e construiu uma ponte asfaltada em cima do Igarapé velho dessa parte e tem duzentos metros mais ou menos, né?

A São Benedito e seus narradores trazem à tona a dimensão mítica e mística da ocupação dos territórios urbanos em Belém. O imaginário dos narradores refunda constantemente a comunidade, assim como a procissão de São Benedito, que ocorre ano após ano. Isso chama a atenção para o caráter cíclico do tempo da vida cotidiana que muitas vezes se sobrepõe à linearidade proposta pela lógica da História (Durand, 2008). O tempo do cotidiano, ao contrário, é cíclico como o calendário religioso e revivido constantemente nas narrativas, na memória dos lugares e nas práticas, como a procissão que se renova e se transforma, tal qual a comunidade que lhe dá nome.

Seu Jorge Luís e o Conjunto Santos Dumont

Em uma reunião do Fórum das Municipal das Vítimas de Alagamentos em Belém¹⁵⁵, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2013, chamou-me a atenção o depoimento de seu Jorge Luís: “Eu realmente moro em uma bacia, uma bacia que se enche d’água”, disse ele, dirigindo-se às autoridades presentes. A “bacia” à qual Jorge Luís se referia ironicamente era o Conjunto Santos Dumont, no bairro da Maracangalha, local onde mora há mais de 20 anos.

Quando o entrevistei em sua casa, seu Jorge Luís contou-me que morou até os 7 anos de idade no oeste do Pará, em uma ilha chamada Coaraí. Disse ele que hoje se leva dois dias para chegar de Belém até lá, mas, na época em que veio para Belém com sua família, a viagem durava cerca de 12 dias. Por esta razão, além das dificuldades de comunicação à distância, não manteve muito contato com a família em seu local de origem, tendo retornado à ilha apenas em 1982 e em 1995. Hoje tem 64 anos de idade.

Militante do Partido dos Trabalhadores, seu Jorge Luís participou de movimentos populares de reforma urbana em Belém desde a década

¹⁵⁵ Este fórum foi criado em 2013 por iniciativa de uma vereadora do Partido dos Trabalhadores para troca de informações entre moradores de diferentes áreas afetadas por inundações e alagamentos em Belém. O fórum buscou interlocução com a prefeitura municipal e com órgãos do sistema de justiça, além de organizar ações judiciais individuais de moradores contra a prefeitura por danos morais e materiais em função dos alagamentos.

de 80. Ele também é operário da construção civil e trabalhou como supervisor de obras do Projeto Una. Por esta razão, conhece os solos da região e os canais construídos, lembrando a grande profundidade das estacas fincadas nas áreas de cada canal para dar suporte às obras de engenharia civil do Projeto Una. Foi quando achei oportuno perguntar se havia construído a sua casa da mesma forma, isto é, com estacas para dar sustentação à construção em lama profunda. Seu Jorge Luís, porém, surpreendeu-me com a resposta:

Aqui, não, porque aqui, pra história. Aqui era feito de terra firme a até seis metros de profundidade, até dois! Tem lugar aqui que até dois metros de profundidade é terra firme. Isso aqui era terra firme! Pra elemento histórico, pra quem não conhece a história, toda essa área aqui era terra firme, não tinha lama isso aqui, não! Isso era uma selva. Uma selva mesmo, uma selva bonita! Uma selva que a gente caminhava por aqui quando era garoto. [...] E a gente vinha brincar, vinha aqui pra Marambaia, atravessava a pé pra Marambaia, aquele negócio todo. Onde tá essa Júlio César, nós vimos duas vezes a Júlio César, que era só uma estradazinha, ir pro fundo em época de inverno. Faziam uma ponte aí, vinha o inverno e ia tudo pro fundo.

Então, o que aconteceu aqui nessa área? Essa área aqui era toda em terra firme, toda ela! Aqui nessa selva, aqui tinha muito igarapé e muita árvore frutífera. E pássaro, macaco, jacaré, isso era verdade, cobra. Era uma selva completa! As frutas que mais tinham aqui era açaí, cupuí, ingá xixica, e aquela folha que, antigamente, pra quem não sabe, antigamente o peixe e a carne não eram embrulhados nem com saco plástico nem com papel, era uma folha que eu não me lembro mais o nome dela; tinha um nome aquela folha. Então, aqui tinha muito. A gente vinha pra cá, fazia um rolo e ia vender pros peixeiros, pro pessoal dos açougues aquela folha, que eles embrulhavam as mercadorias com aquela folha.

A descrição de seu Jorge Luís sobre a selva que ele e seus amigos atravessavam imediatamente remete aos escritos de Henry Walter Bates (1944) sobre a bacia do Una. A imagem da selva paradisíaca repleta de frutas e animais – dádivas e perigos – da infância de seu Jorge Luís convergia com o “paraíso dos naturalistas” que Bates havia encontrado no século XIX.

Hoje uma área alagada, o conjunto Santos Dumont já fora uma floresta de terra firme no passado. Por sua vez, as áreas alagadas de antes, hoje, estão situadas em terrenos secos e altos, como a avenida Julho César, que conduz até o aeroporto internacional de Belém. Essa era a história do solo sobre o qual seu Jorge Luís construiu sua casa. O solo e o relevo da cidade não existem enquanto natureza autônoma e independente da ação humana, mas são gerados a partir de um processo de urbanização que implica criação e destruição das paisagens existentes, sobretudo as paisagens hídricas. No trecho de entrevista a seguir, seu Jorge Luís fala sobre a poluição industrial nos igarapés e a criação de áreas consideradas degradadas ambientalmente:

O Almir Gabriel, ao assumir a prefeitura, ele tomou como medida uma proteção à fábrica de papel. Como fazer isso? Qual foi a forma que ele achou conveniente pra fazer isso através das articulações dele? Hoje se diria que a forma correta seria a Facepa construir filtros de defesa dos rios. E ela tem hoje, inclusive, ela hoje tem isso. Mas, naquele momento, não foi essa a ideia. A ideia do governo foi escavar o igarapé, que naquela época não era São Joaquim, era Três Tubos o nome que se dava. Botar o nome de São Joaquim e escavar esse canal até lá no Una pra escoamento dos dejetos da Facepa. E assim foi feito. De que maneira? Quando da escavação do canal pra escoamento a partir do rio dos dejetos da Facepa, os caras, quando escavaram, eles não pegaram o produto da escavação e levaram pra outro lugar. Não, eles só fizeram jogar para as margens do canal. Eles abriram o canal e jogaram a terra, os pedaços de pau, tudo que eles iam tirando, pras margens do canal, tanto pro lado da Sacramenta, quanto pro lado daqui.

E assim foi feito até lá no Una. E assim se criou uma barreira. Nas margens dos canais, que geralmente a gente chama de beijo, aqui na comunidade, “o beijo do canal”, mas tecnicamente se chama de margem do canal, se criou aquele beijo assim, na margem do canal. E, automaticamente, iniciou o processo da construção da cuia de vários setores como o da Sacramenta entre a Pedro Álvares Cabral, que já era alta, e aqui o canal, como a passagem Bandeirantes, passagem Santo Antônio, que foram todas pro fundo. Literalmente, virou um rio. Um rio, não, uma lagoa. Teve que ser feito estiva. A mesma coisa foi aqui. Como aqui era só mato, não tinha casas ainda, certo? No

primeiro inverno que veio, virou um rio. Só que a água, a água tomou conta de todo o setor. O rio tava lá, escoava, sim. Mas ficava água presa, água retida aqui nessa área. Como não tinha ninguém morando, não se fez estiva como se fez do canal lá pra Pedro Álvares Cabral.

Seu Jorge Luís narra o processo de surgimento do que os especialistas chamam de bolsões de alagamento (Fernandes Júnior, 1989). Estes bolsões – ou cuias – correspondem a terrenos situados fora da influência direta das marés, mas que se encontram constantemente alagados em virtude da elevação de áreas ao seu redor e da dificuldade de escoamento de suas águas. A criação de “cuias” no interior de quadras e em terrenos inteiros nas baixadas é um dos muitos impactos do processo de urbanização de Belém. Trata-se de políticas públicas responsáveis por produzir mais desigualdades urbanas, na medida em que a elevação de vias e terrenos sem o planejamento adequado altera a dinâmica do escoamento das águas pluviais e servidas, criando alagados permanentes. Além disso, essas políticas acabam tendo como impacto a criação de configurações urbanas em que as fronteiras entre a cidade legal e a cidade ilegal estão embaçadas. Seu Jorge Luís fala sobre essas questões quando prossegue sua narrativa:

O tempo veio, e as árvores, devido a esse sistema e essa água que, quando o inverno vinha, transbordava pra cá, a mata que havia aqui foi toda apodrecendo. Foram caindo, as árvores foram secando. E, automaticamente, os animais foram desaparecendo todos, a maioria. Só ficaram o jacaré. O jacaré sobrevive em qualquer sistema. A sucuri, aquele negócio todo. Mas a maioria das aves e dos outros animais foram desaparecendo. As árvores, acabou literalmente. Ficou só os troncos. Açaizeiro ficou só os troncos, e por aí afora.

Qual foi a atitude da população? Em vez de cobrar do governo uma atitude sensata, buscar uma outra forma, foi invadir a área! Essa foi a forma que a população achou. O que foi feito na ocupação? Se pegou e derrubou todas as árvores grandes, gigantes que tinham aqui. Uns pra fazer da madeira, muitas vezes, esteio da casa. Outras vezes, era pra fazer esteiamento das pontes que fizeram, das estivas que foram construídas. E essas estivas eram todas feitas com peças de açaizeiro. Tavam secos. Chegava, cortava o açaizeiro

e se fez grandes estivas, todas com tronco de açazeiro. E assim foi nascendo essa população aqui, que logo de imediato veio pra cá com 400 famílias. Ou 400 pessoas. Parece que foi 400 pessoas. Não foi família, não, que muitas vieram pra cá sem família. Foram 400 pessoas que assumiram, fizeram as divisões territoriais aqui. Fizeram as pontes, as estivas do jeito que dava na cabeça mesmo, e aí começou a briga por infraestrutura a partir daí.

A narrativa de seu Jorge prosseguiu, falando sobre como a área alagada foi posteriormente aterrada com lixo, inclusive lixo hospitalar. As mudanças na região continuaram a acontecer em virtude da ocupação da área. Porém, este processo não resultou necessariamente na urbanização do Conjunto Santos Dumont:

Com o tempo, muita coisa foi modificando, umas pra melhor, outras pra pior. Também eu não tenho uma definição. Por quê? Porque, a partir de certos aterramentos nas ruas e algumas estivas saindo, foi-se descobrindo a necessidade de que se construísse fossas, porque não tinha mais pra onde os dejetos escoarem. Aí começou a serem construídas as fossas a céu aberto. Onde, até hoje, onde se constrói uma fossa séptica de qualquer forma, ela vai pro meio da rua, pros tais de buracos e valas a céu aberto. De qualquer maneira. Automaticamente, não deixa de ser uma fossa, apesar de ser séptica, não deixa de ser a céu aberto. Veio as questões eleitorais, e todo tempo que tinha uma eleição, aparecia aquele monte de carrada de aterro aí. Aterro pra cá, aterro pra lá, aterro pra ali. Veio o Projeto Una, o Projeto Una tem vários problemas de inclusão e não inclusão. Por quê? Porque várias situações causaram a não execução dessa área. Primeiro, a questão política. As pessoas que ocuparam essa área, a maioria delas, não são de Belém. É discriminação mesmo; foi discriminação mesmo. E a maioria não votava. A maioria talvez vote, mas uma boa parte ainda não vota em Belém.

A construção da casa de seu Jorge Luís passa pela trajetória do lugar que, tendo sido uma floresta de terra firme, foi convertido em um alagado para, posteriormente, ser aterrado. Trata-se, portanto, de impactos ambientais da urbanização de Belém, que têm como um de seus efeitos a criação de novas áreas de assentamentos precários. Este processo é narrado por seu Jorge Luís como um mito de origem da comunidade em que

vive. Um mito, porém, não como concepção fantasiosa, mas no sentido de que a narrativa é contada a partir de significados mobilizados para dar entendimento às questões que são relevantes para Jorge Luís e seus vizinhos nos dias de hoje: os alagamentos e a ausência de saneamento.

Também é um mito, porque seus significados excedem o episódio narrado, apontando para estruturas do imaginário (Durand, 1996) que permitem refletir sobre como as experiências humanas no mundo físico e cultural são mediadas por imagens e símbolos. O mito da ruína reinterpretado no processo de degradação ambiental do canal São Joaquim e da floresta da infância de Jorge Luís aparece como base de um momento histórico e sociocultural no qual a cidade oferece a natureza de seus rios e florestas remanescentes como sacrifícios diante do altar do progresso.

Antônio Carlos e o Canal Antônia Nunes

Conheci Antônio Carlos em uma das muitas reuniões, audiências públicas ou fóruns de discussão sobre alagamentos em Belém, nos quais realizei observação participante durante a pesquisa etnográfica. Antônio Carlos é morador do bairro do Umarizal, na rua João Balbi próximo à passagem Professora Antônia Nunes, a qual margeia o canal de mesmo nome. O canal Antônia Nunes ocupa três quadras na convergência entre os bairros de Nazaré, São Brás, Umarizal e Matinha, uma área bastante valorizada do ponto de vista do capital imobiliário. O bairro do Umarizal, por exemplo, é hoje um dos mais caros e verticalizados de Belém. Antes conhecida como “baixa da São Jerônimo”, a vizinhança de Antônio Carlos era um alagadiço por onde corriam alguns cursos d’água em direção ao canal do Galo. Hoje a área faz parte do centro da cidade, embora muitos moradores antigos ainda permaneçam no local. Este é o caso de Antônio Carlos, que nasceu na João Balbi e hoje mora no mesmo lugar com a família que constituiu e uma tia idosa, da qual é curador.

A área, no entanto, passa por problemas de inundação por transbordamento do canal Antônia Nunes. Antônio Carlos explica:

O nosso problema é aqui na Rua João Balbi, entre travessa Nove de Janeiro e passagem Antônia Nunes. Vem desde a fase de execução do Projeto Una. A chuva que deu impacto maior,

que foi um metro de água dentro de casa, foi dia 24 de abril de 2005. Infelizmente, não tenho registro fotográfico dela. Eu perdi várias coisas aqui em casa. Perdi livro, perdi documentos importantes. E quando foi no ano seguinte, 2006, mais uma vez, foi no dia 20 de abril de 2006. Tem uma filmagem da TV Cultura que tá inclusive no *youtube*¹⁵⁶, que entrou mais uma vez água dentro de casa. Em 2007 continuou. Em 2008, meu vizinho começou a fotografar a situação aqui na João Balbi. Quando foi em 2008, foi ajuizada a Ação Civil Pública pelo Ministério Público. Quando foi em 2009, nós estivemos mais uma vez no Ministério Público com o Dr. Benedito Wilson Sá, que ele chamou a prefeitura. E a prefeitura falou que só tinha problema na vila Freitas e na vila Maria de Fátima¹⁵⁷, no bairro da Pedreira. E, com isso, eu me senti na obrigação de filmar, a partir daí, a situação que nós vivenciamos desde a execução do projeto, com a inundações aqui na João Balbi e na passagem Antônia Nunes.

A trajetória de Antônio Carlos com relação a essas inundações passa por diversas perdas e pela repetição do problema durante anos. No entanto, ele também dá início à mobilização de seus vizinhos, ao domínio de ferramentas como o *Youtube* e outras redes sociais para expressar-se sobre o problema, culminando na judicialização da questão, quando denúncias sobre alagamentos na bacia do Una dão origem a uma Ação Civil Pública Ambiental. Para conferir substância às suas denúncias, ele também assume a responsabilidade de registrar as suas condições de vida durante as inundações.

156 O vídeo citado está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JZ4FQ9DjLsM>

157 Vila Freitas e vila Maria de Fátima são dois logradouros onde residem moradores que, assim como Antônio Carlos, efetuaram denúncias ao Ministério Público Estadual.



Figura 4. Efeito do transbordamento do canal Antônia Nunes (Acervo pessoal de Antônio Carlos e da FMPBU).

Antônio Carlos explica que, diferentemente dos outros canais da bacia do Una, que foram urbanizados apenas a partir da década de 90 com o projeto de macrodrenagem, o canal Antônia Nunes recebeu obras ainda na década de 70. A precocidade das obras de drenagem nestes lugares mostra a importância estratégica da urbanização desta região da cidade para o crescimento urbano e a expansão das áreas centrais nos anos 1970. Para Antônio Carlos, o bairro mudou radicalmente desde a década de 70, enquanto o canal continuou o mesmo. A intensa verticalização na região e o consequente crescimento populacional nos bairros

adjacentes aumentaram a demanda de água e esgoto para o pequeno canal. Ponto mais baixo entre terrenos altos, a passagem Antônia Nunes continuou atraindo o escoamento cada vez maior das águas de todos os quarteirões ao redor. O resultado desta dinâmica são as constantes inundações que atingem a área ano após ano.

Antônio Carlos defende que, por fazer parte do sistema de drenagem da bacia do Una, o canal Antônia Nunes deveria ter recebido obras do Projeto Una, de modo a evitar a piora nas condições de vida de seus moradores. Ao invés disso, o canal permaneceu subdimensionado. A rua não recebeu pavimentação nem obras de drenagem superficial. Também constatei em muitas de minhas visitas à área que uma boa parte das casas não está ligada à rede de esgotamento sanitário, despejando seus dejetos diretamente no canal. Além disso, o canal está com capacidade de armazenamento de água reduzida, pois não recebe manutenção, como relata Antônio Carlos:

Qualquer chuva que dá hoje transborda, porque, ao invés da prefeitura de Belém ter um controle com o lixo que é jogado na José Malcher, e também com o assoreamento do canal, muitas vezes eles vêm aqui fazer obras paliativas [...] E, muitas vezes, é só pra dizer pra população que a prefeitura tá fazendo manutenção, a dragagem do canal, quando, na verdade, não tá fazendo nada. Até porque, em toda a extensão do canal, o canal tá comprometido, o canal Antônia Nunes.

Juntamente com outros moradores da bacia do Una atingidos por inundações, Antônio Carlos vem movendo uma Ação Civil Pública Ambiental contra o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e a Cosanpa pela obrigação de fazer a manutenção no conjunto de obras do Projeto Una e pela realização de obras que ficaram pendentes após o encerramento do projeto. Esse processo, originado a partir de denúncias ao Ministério Público Estadual (Pará, 2008), tramita desde 2008, sem resultados conclusivos. Alguns moradores, organizados a partir dessa Ação Civil Pública e com intuito de fazer pressão sobre os poderes Executivo e Judiciário, formaram, em 2011, a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU). Identificada como um movimento social urbano pelo direito à cidade (Harvey, 2012), a FMPBU possui

perfis nas redes sociais (*facebook* e *instagram*), além de um *blog*¹⁵⁸ no qual são registradas as atividades do movimento e onde são realizadas denúncias de inundações e de falta de manutenção dos canais. O *blog* também funciona como um repositório do amplo acervo de imagens, textos e documentos produzidos por moradores da bacia do Una, constituindo-se como parte do patrimônio etnológico da relação entre a cidade e suas águas.

Antônio Carlos possui um grande talento para redigir abaixo-assinados, petições e encaminhamentos, assim como para pesquisar, armazenar e catalogar matérias de jornal e documentos diversos sobre a questão da bacia do Una. Certamente o bom trato com documentos é uma característica da profissão de bibliotecário, a qual Antônio Carlos exerceu durante muitos anos. Por muitas vezes, a casa de Antônio Carlos serviu como ponto de encontro entre ele, o pesquisador e outros moradores. Nestas ocasiões, redigíamos documentos juntos, trocávamos material sobre a bacia do Una e discutíamos sobre nossas impressões a respeito do que havíamos ouvido em reuniões ou audiências públicas. Nessas oportunidades, Antônio Carlos também refletia sobre o futuro. Certa vez, durante uma entrevista, ele pôde se expressar sobre o significado de sua permanência no local de moradia e sobre a duração de sua experiência em conflito com a finitude do ser:

Eu já moro aqui há 53 anos e não tem perspectiva de melhora. Querem que a gente saia daqui pra outro local. Pra vender pra uma imobiliária dessas a preço de banana. Mas só que eu penso assim: enquanto deus me der força e enquanto deus me der vida, enquanto eu viver... Assim como eu nasci aqui, eu vou morrer aqui. A minha mãe morreu aqui, na João Balbi, a minha avó morreu aqui, na João Balbi, o meu avô também morreu aqui. Então aqui a minha tia tem o mesmo pensamento: morrer aqui, na João Balbi.

158 Disponível em: <http://frentebaciadouna.blogspot.com/> .

Considerações finais

Este capítulo apresentou um quadro parcial e situado das experiências e vicissitudes das relações com o saneamento e com a água em Belém, principalmente na bacia do Una. Situadas, enquanto processo de longa duração, essas experiências compõem uma memória ambiental das águas urbanas na bacia do Una, que se expressou em imagens de acervo, nos relatos de viajantes e em outras fontes documentais. Essa memória também é potencializada nas narrativas dos moradores da bacia do Una e, em alguns casos, na produção de imagens, *blogs* e redes sociais que falem sobre a sua trajetória, sua relação com o lugar e sobre suas condições de vida.

A problemática da relação entre Belém e suas águas ainda não foi esgotada. Em março de 2020, em meio à pandemia global do COVID-19, a prefeitura municipal e o governo do estado decretaram estado de emergência, em virtude da dimensão das inundações urbanas em Belém. Moradores da bacia do Una e de outras áreas de Belém continuaram a sofrer com a falta de abastecimento de água e com inundações por transbordamento de canais que recebem esgotamento sanitário e esgotamento hospitalar. A pandemia exacerbou ainda mais a distribuição desigual dos riscos e dos impactos ambientais da urbanização em Belém.

A experiência observada na bacia do Una vem sendo replicada em outras bacias hidrográficas da cidade como na bacia do Tucunduba e na bacia da Estrada Nova. Nestes casos, a produção de socionaturezas continua sendo mediada por políticas públicas responsáveis pela reprodução de desigualdades e pela marginalização de territórios e suas populações. A memória ambiental ajuda a situar os limites e as possibilidades na implementação de políticas públicas como parte de um processo de longa duração de embate e assimilação entre a cidade e suas águas. Ao mesmo tempo, as vivências dos habitantes da cidade em meio a esses processos chamam a atenção para os gestos cotidianos de criação e recriação da cidade, o que pode acontecer por meio da ocupação e domesticação do solo, das estratégias para viver em meio à água, ou mesmo quando grupos e indivíduos interferem em processos políticos e jurídicos para negociar a produção do espaço urbano.

Referências

- ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e pra quem?* Belém: UFPA/ NAEA, 2018.
- BATES, H. W. *O naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Brasiliana, 1944.
- BELÉM. Prefeitura Municipal. *Canal São Joaquim recebe ações de limpeza da PMB*. 2013. Disponível em: <ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=15350>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2003.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 22, p. 51-64, jul.-dez. 2010.
- DEVOS, R. A memória ambiental de cronistas e “memorialistas”. *Mouzeion*. Canoas, v. 2, n. 3, p. 64-90, 2008.
- _____. *A Questão Ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arque-tipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *Ciência do homem e tradição: o novo espírito antropológico*. São Paulo: Triom, 2008.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- FEITOSA, D. *Macro drenagem e água potável em Belém do Pará*. Documentário histórico. Belém: COSANPA: Multisoft, 1994.
- FERNANDES JÚNIOR, D. *Recuperação de áreas urbanas: o problema das baixadas de Belém*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, 2012.

HEYNEN, N. Urban Political Ecology I: the urban century. *Progress in Human Geography*, v. 38, n.4, p.1-7, 2013.

INFORMATIVO do Governo do Estado do Pará 1995-1998. 3 Dez. 1999, p. 36.

KAIKA, M. *City of flows: Water, modernity, and the city*. New York: Routledge, 2005.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.12, n.25, p. 31-64, jan.-jun. 2006.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra 2 – memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1987.

MEIRA FILHO, A. *Contribuição à História de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

PARÁ. Companhia de Saneamento do Pará. *Informações gerais sobre o Projeto Una*. Belém, 2006.

_____. Ministério Público Estadual. *Processo nº 0014371-32.2008.814.0301*. Petição Inicial. Belém, 2008.

PENTEADO, A. R. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. 2º Volume. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

ROBBINS, P. *Political Ecology: a critical introduction*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2015.

ROCHA, A. L. C. As Figurações de Lendas e Mitos Históricos na Construção da Cidade Tropical. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9177>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SOARES, P. P. M. A. *Memória ambiental na Bacia do Una. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.99-120.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. *Produção do solo e uso do espaço urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

VALLE, A. S.; OLIVEIRA, J. A. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos igarapés. In: OLIVEIRA J. A. et. al. (Org.). *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003, p. 151-84.

VASQUEZ, P. *Mestres da fotografia no Brasil*. Coleção Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

CAPÍTULO 11

PAISAGENS HÍDRICAS E MEMÓRIA AMBIENTAL: SOBRE IMAGINÁRIOS E IDENTIDADES
UMA ETNOGRAFIA DE ÁGUAS URBANAS NO LANDWEHRKANAL, BERLIM, ALEMANHAAna Luiza Carvalho da Rocha¹⁵⁹

Este capítulo aborda parte dos dados de pesquisa reunidos durante a realização do projeto “Memórias de Paisagens e Territorialidades: Estudo Etnográfico sobre Imaginário, Identidades e Dinâmicas da Cultura na Vida Urbana – Canal Saint Martin/Paris (que não será objeto deste artigo) e Landwehrkanal/Berlim”, com bolsa pós-doutorado do CNPq, como parte da realização de estágio sênior no Instituto Latino-Americano/Universidade Livre de Berlim e no Centro NAVILLE/ Universidade Evry d’Essay, sob a supervisão dos professores Ingrid Kummels (Diretora do Instituto de Estudos Latino-Americanos – Universidade Livre de Berlim) e Stephen Bouqin (Diretor do Centre Pierre Naville – Universidade d’Evry Val d’Essonne/Evry).

O eixo central da pesquisa do estágio sênior dirigiu-se, por um lado, para a compreensão das práticas cidadinas dos usos de recursos hídricos, orientadas para a construção de formas de vida sustentáveis no mundo urbano contemporâneo; e, por outro, a partir da etnografia nos canais Saint Martin e Landwehrkanal, para o estudo das dinâmicas culturais diferenciadas, por meio das quais as comunidades urbanas respectivas vêm operando com o tema da gestão de águas urbanas.

Sua origem remonta-se diretamente aos resultados da pesquisa etnográfica conduzida por mim, pelos colegas Ana Paula Marcante Soares e Rafael Devos e pelas bolsistas de iniciação científica Renata Tomaz do Amaral Ribeiro e Debora Beck, durante os anos de 2009 a 2012, sobre o tema de

159 Agradeço aqui à CAPES pela Bolsa Estágio Sênior que me possibilitou a pesquisa da qual este artigo se origina: a CAPES financiou o meu estágio sênior em Berlim e Paris.

memória ambiental, paisagem, risco e gestão de águas urbanas no canal do Arroio Dilúvio, em Porto Alegre, denominada “Habitantes do Arroio”¹⁶⁰.

O capítulo vincula-se também aos resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizada sobre memória de aterros e planícies de inundação em Porto Alegre e região metropolitana; a um projeto que tem por meta a etnografia das transformações urbanas que vêm ocorrendo na orla norte do Lago Guaíba, na antiga zona industrial da cidade e desdobra-se no estudo da memória do trabalho coureiro-calçadista no Vale do Rio dos Sinos, onde se observa a presença dos impactos ambientais para cidade de Novo Hamburgo e cidades vizinhas; além de projetos vinculados ao Laboratório de Linguagens e tecnologias, da Universidade FEEVALE, em parceria com a colega Margarete Fagundes Nunes (Rocha, Nunes e Figueiredo, 2015, 2019). Como pano de fundo estão as políticas de revitalização de cursos de águas em contextos urbanos brasileiros, entre eles os estudos das metrópoles brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (Frúgoli, Andrade e Peixoto, 2006), além de reflexões que venho desenvolvendo sobre memória ambiental e o trajeto antropológico que configura paisagens hídricas no âmbito das políticas públicas de reordenação urbana.

Na pesquisa sobre o canal Saint-Martin e o Landwehrkanal, aderi, por um lado, à etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2003) para registro audiovisual do fluxo do viver urbano nas regiões da cidade por onde suas águas se deslocam, em adesão ao estudo dos itinerários urbanos e das formas de sociabilidade das e nas cidades brasileiras contemporâneas, que é a tradição do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, Biev, há mais de vinte anos. Por outro lado, em ambos os casos, a pesquisa nutriu-se dos estudos das modernas sociedades complexas, desenvolvidos pela Antropologia Urbana no Brasil, os quais sugerem a relevância de investigarem-se estruturas espaço-temporais (Eckert e Rocha, 2005) que presidem o teatro da vida cotidiana dos habitantes nos grandes centros urbano-industriais do País, sob a óptica de gestos, olhares, itinerários, dramas e intrigas que conformam as paisagens e seus territórios: a Etnografia da Duração (Eckert e Rocha, 2009).

160 O projeto “Habitante do Arroio surgiu com a finalidade descrever e interpretar tanto as estratégias imaginadas, quanto os espaços praticados que orientavam os gestos de ocupação que as populações dos diferentes bairros mantinham com as águas do arroio Dilúvio. Para atingir essa meta criou-se o blog habitantesdoarroio.blogspot.com (e, posteriormente, o portal <http://www.ufrgs.br/memoriaambientalpoa>) onde os dados da pesquisa de campo eram progressivamente disseminados nas redes sociais via WEB. Esse projeto teve financiamento do CTHIDRO-CTSAUDE e CNPq.

Isso posto, na perspectiva de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013a) e da etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2013b), em parceria com minha colega, tenho procurado investigar a polissemia de significados atribuídos às formas de vida social nas e das grandes metrópoles contemporâneas, cujas dinâmicas culturais próprias desafiam inúmeras vezes a lógica redutora das políticas públicas no Brasil (Magnani e Torres, 2000; Caldeira, 2003; Oliven, 1982; Durham, 2004; Proença Leite e Fortuna, 2009).

Descobrimo Berlim e suas paisagens hídras

Em particular, relato minha experiência sobre etnografia audiovisual ao longo da paisagem urbana que acompanha o percurso do Landwehrkanal, em Berlim, focando a memória ambiental de sua comunidade urbana e a bacia semântica (Durand, 1996) em que desabrocham no tempo os gestos de revitalização das águas do canal para aquela metrópole, partindo do tempo presente que resulta uma outra Berlim, recriada a partir da queda do “muro da vergonha” e da reunificação da Alemanha, após os anos 1990, e com a qual interagi em minha pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa em Berlim (tanto quanto em Paris) perseguiu toda uma tradição de pensamento de antropólogos que fundaram a Antropologia Urbana no Brasil, em referência à pesquisa em torno de unidade/descontinuidade, fragmentação/homogeneização das formas de vida social nos grandes centros urbanos do país (Velho, 1981). Assim, a pesquisa situa-se no corpo das reflexões que abarcam as publicações: *O Tempo e a Cidade* (2005) e *Antropologia da e na Cidade, Interpretações sobre as Formas Urbanas* (2013a), *Memória do Trabalho* e *Etnografia de Rua, Estudos de Antropologia Urbana*, ambos de 2015, em que eu e minha colega, Cornelia Eckert, procuramos desenvolver uma proposta de estudos sobre dinâmicas contraditórias que configuram os ritmos temporais e as lógicas espaciais situacionais da vida urbana das cidades brasileiras.

Advogo, neste artigo, a relevância do estudo do “trajeto antropológico” (Durand, 1989a) que con-forma os laços de adesão ou evitação de grupos urbanos a determinadas paisagens hídras que desenham a vida nas metrópoles contemporâneas, assim como da investigação do cortejo de símbolos, ritos, mitos e tradições arcaicas das quais fazem parte. Por

derivação, e não por acaso, assumo a perspectiva do trajeto antropológico de Durand (1989a), para uma leitura do clássico tema da paisagem (Couquelin, 2000), agora sob a óptica de uma etnografia das paisagens hídricas do canal Landwehr, em Berlim, isto é, relaciono o conceito de paisagem ao de imaginário, tendo como foco de investigação as formas sociais de usos das águas urbanas ao longo do canal sob a perspectiva das origens de sua comunidade urbana.

Nesse contexto interpretativo, ainda que os temas da “questão ambiental” e da gestão de águas urbanas tenham como referência histórica o debate em torno da escassez mundial de água doce e de sua qualidade, defendo aqui que ambos não podem prescindir, por um lado, de estudos mais profundos acerca das formas como os cursos de águas se apresentam aos olhos dos habitantes dos grandes centros urbanos contemporâneos (Devos, 2007), e, por outro, de uma reflexão sobre as práticas ancestrais de uma comunidade de destino nos territórios onde habitam.

As paisagens hídricas guardam motivações simbólicas profundas já que suas formas e arranjos remontam-se “à incessante troca que existe no nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras” de uma comunidade de destino e as “intimações objetivas que emanam do meio cósmico social” onde habitam, numa releitura das ideias de Durand aplicada aos estudos da memória ambiental (Durand, 1989a, p. 29). Disso resulta que cada um dos lugares das nossas metrópoles contemporâneas, apesar dos discursos racionalistas redutores, possuam uma alma singular – o que Maffesoli (1990, p. 210) denominaria de *genius loci*, ou seja, traduzindo em seu interior “uma verdadeira memória coletiva”, vetor do estar-junto-com que lhes atribui suas atmosferas específicas.

Gostaria de destacar, nesta minha leitura do conceito de trajeto antropológico, meu necessário retorno aos estudos fenomenológicos de Bachelard (1988) sobre os processos de extraversão e introversão da imaginação criadora sobre a matéria, para pensar a modelagem das paisagens, relacionando-os à diversidade das personalidades éticas e aos comportamentos estéticos dos diferentes grupos humanos (Leroi-Gourhan, 1975).

Lembro aqui que, nos termos de Simmel (1996), o conceito de paisagem resulta da criação humana sobre uma natureza “morta”, e guarda as determinações de uma cena poética, transformada em pura

arte, criação material e obra da imaginação humana. A “natureza” tocada pela “cultura” não permanece, assim, esteticamente indiferente ao trajeto antropológico da humanidade no planeta, o que resulta, nos termos de Sansot (1996), no dever de ter sempre em mente a apreensão da poética dos territórios urbanos segundo a ambiência sensível que ele comporta, com os habitantes desenhando para si formas singulares do viver coletivo em seus processos incessantes de acomodação-assimilação ao seu ambiente cósmico.

Nesses termos, as paisagens resultam dos gestos de acomodação de um corpo coletivo às intimações objetivas do meio cósmico onde habitam, sempre mediados por suas interações, no plano da imaginação criadora, pelas acomodações subjetivas e assimiladoras, com as suas diversas matérias. Aqui, no meu caso, os cursos de rios, arroios, lagos e lagoas etc. Nesses termos, consideramos que uma paisagem qualquer se conforma através da passagem do tempo, fruto de uma dinâmica incessante do movimento do gesto humano sobre a matéria, gestos esses não considerados como simples encadeamento de ações, mas como cadeia de sentidos (Leroi-Gourhan, 1975).

As obras de infraestrutura hídrica, tais como barramentos, eclusas, hidrovias, aquedutos, canais, pivôs para irrigação, especialmente, são transformadoras das paisagens, e introduzem em paisagens naturais o elemento da ação humana. Ora, um canal, obviamente é uma estrutura básica do sistema hidráulico que resulta da interação das sociedades humanas sobre o fluxo concentrado de um curso de água, obtendo dele uma parte oriunda de um canal natural ou de outra origem de água. E, no trajeto antropológico que originou essa modalidade de obra da cultura humana, os canais surgem por diferentes razões práticas e motivações simbólicas: abastecimento, limpeza urbana, lazer, irrigação, navegação, até o funcionamento de moinhos e mineração, uma das características do mundo romano, além de significar posse, poder, domínio e controle de coisas e pessoas. Na perspectiva de uma arqueologia e história dos canais no Ocidente, é usual a referência às práticas transmitidas pela romanização de inúmeras sociedades e culturas humanas que estiveram sob a influência do processo civilizacional do Império Romano, e adaptaram tais práticas aos problemas locais, em razão dos

usos e funções dos cursos das águas, alterando-as segundo as necessidades de suas populações e de acordo com a paisagem ou território por elas ocupados (Salomon et al., 2014).

Do ponto de vista dos estudos sobre memória e duração (Rocha e Eckert, 2010) reconheço, finalmente, que, em toda a paisagem, habitam mitos, símbolos, significados a serem etnografados pelo antropólogo, que assume a figura do narrador urbano, atuando para que o *genius loci* persevere seu percurso através do Tempo. No plano da função fantástica (Durand, 1989a) que, nos estudos da etnografia da duração, subsidia os jogos da memória, toda a paisagem traz sempre uma luta do homem contra as feições devastadoras de Cronos. Nesse sentido, viver uma paisagem é viver um tempo comprimido na forma de um espaço, pois, para construí-la, torna-se necessário antes imaginá-la e, através dos trabalhos da imaginação, afrontar, confrontar, adentrar a matéria terrestre da qual ela se faz (Eckert e Rocha, 2011).

Os primeiros passos da pesquisa

Iniciei minha etnografia nos diversos percursos que contemplam o Landwehrkanal no interior da paisagem urbana berlinense, interpretando-os sob as vestes do tema ecologização do mundo (Maffesoli, 2006), decorrente de um processo de ambientação da memória coletiva dos grupos humanos que fundaram os atuais territórios de pertença de seus habitantes. Quanto mais adentrava esse terreno, mais o trabalho de campo desafiava-me a compreender a revitalização das margens do canal, além das experiências urbanas recentes de seus habitantes com o movimento em defesa das árvores que conformam suas paisagens, e onde situo, por exemplo, o *blog* Landwehrkanal (<https://baumschutz.wordpress.com/>), criado em 2009, reunindo os habitantes que por ali circulam e vivem.



Figura 1



Figura 2

Iniciei, então, um percurso intelectual cujos passos retomo aqui, no esforço de refletir sobre as atuais paisagens hídricas do canal Landwehr, compreendendo os *mitologemas* e os *ideologemas* (Durand, 1983, 1997) oriundos dos contos e narrativas nórdicas do passado da Alemanha. Refiro-me à pregnância dos gestos ancestrais da configuração do *sermo mythicus* que denomina a “cultura germânica”, o que não era exatamente o que eu tinha em mente, quando iniciei meu estagio sênior, e suas reverberações na formação do I, II e III Reichs, assim como sua mortificação no interior da Alemanha pós-guerra e de sua divisão em dois territórios (1945-1989) – a Alemanha oriental (República Democrática Alemã, RDA) e a Alemanha ocidental (República Federativa da Alemanha, RFA), ambas originárias do mundo pós II Grande Guerra.

Dessa divisão decorre a de Berlim em duas, a Berlim oriental (zona de ocupação soviética) e a ocidental, para, finalmente, renascer com outras roupagens ao longo da reconstrução da cidade, após a queda do “muro da vergonha”, ocorrida em 9 de novembro de 1989, e onde, na época de meu estagio sênior, assisti ao impressionante processo de revitalização das margens das águas do canal como parte da reunificação do país.

Ao longo do trajeto da pesquisa, portanto, foi como parte dos “imponderáveis da vida real” que me desviei do que havia projetado como meu campo de estudos, tendo em vista o desafio de remontar-me às camadas superpostas no tempo que deram origem aos territórios situados em torno do canal Landwehr, atenta à compreensão da construção de formas de vidas sustentáveis nas grandes metrópoles contemporâneas, em particular Berlim, e sua reserva mitológica. Ou seja, minha

atenção voltou-se para o estudo do simbolismo vegetal que acompanha os rearranjos das ambiências dos cursos de suas águas em paisagens diversas, repletas de árvores, conformando pequenos bosques com trilhas – algumas para pedestres, outras para ciclistas –, sempre com grandes gramados e jardins, muitos deles com áreas de lazer e de esportes. Nas margens, entrecortadas por pontes de arquiteturas dos mais diversos estilos e perpassadas em determinados percursos por estações de metrô, há aqui e ali bancos onde se podem ver muitas pessoas sentadas. Tudo isso, enfim, conduzia-me a refletir sobre o complexo de afetos e representações que orientam o processo atual de reconstrução de parte dessa paisagem berlinenses aos mitos diretores, e às situações que unem os habitantes da cidade às áreas verdes que circundam o canal Landwehr e ao curso de suas águas.

Foi, portanto, nesse cenário que busquei, por meio de diferentes olhares, não só habitar um pedaço singular de um país, a Alemanha, mas também visitar suas imagens fundacionais e escutar as estórias que os espíritos das águas nos contam. Isso acabou me levando a compreender as modalidades das políticas urbanas de revitalização como tributárias da pregnância dos gestos ancestrais da configuração do *sermo mythicus* que denomina a “cultura germânica” e seus “mitologemas” (Durand, 1983, 1997).

A situação etnográfica em Berlim

A cidade de Berlim possui um sistema fluvial complexo que desempenhou importante papel em termos de navegação livre, assim como Paris. Em ambas as cidades, essas funções têm evoluído bastante ao longo do tempo, e continuam sempre se ajustando às novas necessidades dessas metrópoles, agora cada vez mais projetadas como áreas de lazer e de turismo, abdicando de seu sentido original.

Em particular, em Berlim, o rio Spree e os seus canais na paisagem urbana foram relevantes na memória coletiva da comunidade urbana local, pois serviram, após o fim da II Grande Guerra, como separação natural entre a Alemanha do leste e a Alemanha do oeste. Em determinados pontos, ainda hoje, pode-se descobrir a referência às “vítimas do muro”

e seus esforços de evasão da Berlim “comunista”¹⁶¹. Nas proximidades da porta de Brandemburgo¹⁶² (onde se iniciou a destruição do “muro da vergonha”, nos anos 90 do século XX), as mortes ocorridas na tentativa de atravessar o rio Spree e seus canais estão marcadas num memorial das vítimas do muro de Berlim, com cruzeiros brancos, onde consta a data de seu falecimento. Igualmente, nas proximidades do portal de Brandemburgo, nos arredores do rio Spree, é que encontramos em Berlim o monumento consagrado ao Holocausto, dedicado às vítimas judias do genocídio perpetrado pelos nazistas durante a Segunda Grande Guerra.



Figura 3

O canal Landwehr mede aproximadamente 11 km de comprimento. Teve o curso de suas águas redirecionado para rio Spree, importante hidrovia da cidade de Berlim, entre 1845 e 1850, de acordo com os planos de Peter Joseph Lenné, conectando-se em sua parte superior com o Rio Spree, no Osthafen (Eastern Porto), em Friedrichshain, e na sua parte inferior, em Charlottenburg, fluindo através dos bairros de Kreuzberg e Tiergarten, conectando-se com os canais Neukölln e Teltow.

Na época de sua construção, na região de Treptow, o canal (inaugurado em 1850) era cercado de uma paisagem de bairros industriais, pobres e populosos, e suas águas serviam para abastecimento da cidade

161 Após o fim da guerra fria, no levantamento das vítimas do muro de Berlim, foi frequente a menção, entre os períodos de 1961 a 1984, de morte por afogamento ou morte a tiros durante as tentativas de fuga da Berlim oriental na travessia de seu curso d'água e de seus canais rumo a Berlim ocidental.

162 Entre o rio Spree e o muro havia, portanto, uma terra de ninguém, onde as pessoas que eram encontradas tentando ultrapassar as fronteiras entre as duas Alemanhas eram fuziladas.

de Berlim, que se expandia além de seus limites iniciais.¹⁶³ Foi, portanto, um canal projetado para deslocar o antigo tráfego concentrado até meados do século XIX no curso das águas do rio Spree, e tem sua origem influenciada pelo crescimento dos limites da cidade e o surgimento de novos bairros¹⁶⁴.

As águas do canal Landwehr, como as do Spree, guardam uma reserva mitológica de situações e acontecimentos históricos de toda a sorte. Por exemplo, Rosa de Luxemburgo, após a sua execução, teve seu corpo ali despejado, tendo sido encontrado seis meses depois. Durante a II Grande Guerra, foi no canal que morreram afogados inúmeros civis e vítimas da guerra que encontravam abrigo em seus muros de contenção, fugindo do avanço do exército russo do distrito de Tiergarten, último reduto do exército alemão contra as tropas aliadas.

Nos dias atuais, o canal Landwehr tem suas áreas ribeirinhas formadas por diversas ocupações, tendo enfrentando nos últimos tempos uma luta da população original do bairro pluriétnico (turco-asiático-italiano) de Kreuzberg em defesa da preservação das árvores em suas margens e, para além dessa comunidade, da acessibilidade do canal à população em geral da cidade. Uma boa parte de seus trajetos, pontes e percursos liga as residências das camadas sociais mais abastadas da região. Após a queda do Muro de Berlim, Kreuzberg, situada na periferia da Berlim ocidental, de repente viu-se no meio da cidade novamente. Nas últimas duas décadas, o bairro teve uma das populações mais jovens de todos os bairros da cidade europeus; estatisticamente, sua população foi trocada por completo duas vezes. Atualmente, ao longo do curso das águas do canal que cruza os limites de Kreuzberg, podemos encontrar inúmeros personagens da cena urbana local, tais como artistas, músicos, atores, boêmios de toda a sorte, frequentadores de bares, cafés e restaurantes que se situam nos arredores do canal, assim como pessoas ocupando suas margens para descansar ou comer ao ar livre. Foi precisamente por sua posição estratégica na Berlim pós-guerra que

163 Paris é uma das poucas cidades do mundo a ter um sistema de abastecimento de água dupla, incluindo o veículo água não potável para lavar ruas, parques e jardins de rega, operações de limpeza em esgotos e alguns usuários privados.

164 O canal Saint Martin estende-se por 4,5 km de comprimento, e mais 2 km subterrâneos. Com um percurso que corta os arrondissements X e XI, liga a bacia de La Villette ao porto do Arsenal, que se comunica com o Sena. Entretanto, foi em fins do século XIX que as águas se conformaram à imagem verdadeiramente parisiense da cidade, a partir das reformas higienistas de Haussmann.

escolhi esse bairro não apenas como coração de minha pesquisa sobre o canal Landwehr, mas também como lugar de moradia em meu estágio sênior de pesquisa ao longo de pouco mais de três meses. Foi a partir desse ponto que iniciei meus estudos sobre a memória ambiental das paisagens hídricas daquela região da cidade.

Na perspectiva de uma etnografia da viagem

A pesquisa segue a perspectiva da etnografia de viagem (Payen, 2011), ou do olhar-viajante (Silveira, 2010) no espaço e no tempo, como procedimento de investigação que inspira dispositivos de gravação e estéticas audiovisuais na região dos bairros que ambos os canais cruzam, tanto na cidade de Berlim¹⁶⁵, quanto na de Paris. Ou seja, as gravações e os registros audiovisuais acompanharam as diferentes formas de constituição das paisagens hídricas do Landwehrkanal, em Berlim, entendendo-se o conceito de paisagem para os efeitos de “fazer-ver”, isto é, produto cultural dos arranjos espaço-temporais diversos de gestos de ocupação das áreas que circundam o seu corpo hídrico, e a transformam de um *pays* (província/terra natal) em *paysage* (paisagem) (Roger, 1997).

Nesse sentido, sob o olhar-viajante, mergulho na reserva mitológica das lembranças da constituição da cidade de Berlim à beira de suas águas e as suas ligações subterrâneas com a memória coletiva dos processos fundacionais de uma comunidade de destino. A pesquisa em acervos, sem dúvida, muito contribuiu para a minha compreensão dos laços simbólicos profundos e latentes que unem as atuais paisagens hídricas do canal às paisagens ancestrais das florestas e dos bosques presentes nas narrativas míticas acerca dos povos germânicos. Com a atenção voltada para as ambiências urbanas do entorno do Landwehrkanal estava o olhar curioso, e, em múltiplos pontos, ignorante de toda uma espessura mítica presente nessa paisagem, que me guiava em direção às suas águas e arredores. O uso do plano de gravação como janela que enquadrava e organizava seus elementos nos termos de uma paisagem revelou-se para

¹⁶⁵ Empregamos a mesma metodologia de pesquisa já desenvolvida para o caso da pesquisa etnográfica audiovisual nos canais do arroio Dilúvio, em Porto Alegre, e dos arroios Pampa e Luis Nau, em Novo Hamburgo, no Vale do Rio dos Sinos.

mim como uma estratégia para registrar a “natureza ajardinada” (Roger, 1997, p. 51-52) das águas do Landwehrkanal, rumo à decifração de alguns de seus arsenais mitológicos possíveis (Durand, 1983, 1992), mesmo sem ter domínio algum da língua alemã.

No percurso de minhas notas visuais de campo, observava os canais que compõem a paisagem urbana de Berlim, a partir da relação singular da comunidade urbana berlinense com seus cursos de águas e os poderes públicos locais, e percebi que se destacava uma preocupação constante não apenas com a manutenção de suas áreas verdes, mas também com a criação em tais territórios de um cinturão verde de praças e parques, denominados “jardins monumentos”, que reuniam os bairros ao seu antigo curso d’água. Inicialmente, por desconhecer a reserva de motivações simbólicas de uma memória ambiental da e na cultura germânica, herdadas pela comunidade urbana berlinense de seus antepassados, surpreendia-me constantemente com o fato de que os usos das águas do canal, ainda sob o processo de reconstrução da cidade como capital da Alemanha (pós anos 1990), sempre vinham associados aos ideologemas (Durand, 1994) da floresta e do bosque como forma de recuperação de suas margens e de melhorias na qualidade de vida de seus moradores, e onde o movimento Árvores para Berlim e o Canal Landwehr para Todos, ambos do *blog* Landwehrkanal, destacavam-se. Para mim, tornava-se evidente não se tratar, portanto, meramente de um processo orientado para implantação de técnicas alternativas da cidade de Berlim explorar as águas fluviais da cidade em razão de alagamentos ou transbordamento de seus corpos hídricos, ocasionados pelo processo de impermeabilização da superfície das microbacias existentes no solo urbano ou para o provimento de abastecimento de águas de sua população. Voltei-me, assim, para suas razões profundas.

Com essa intenção, iniciei minha jornada rumo à história das águas para as mais diversas civilizações urbanas como a mesopotâmica, grega e romana. Em particular, dediquei-me à história dos canais no Ocidente, onde é usual a referência às práticas transmitidas pela romanização de inúmeras sociedades e culturas humanas que estiveram sob a influência do processo civilizacional, as quais foram adaptadas aos problemas locais em razão dos usos e funções dos cursos das águas, e

alteradas segundo as necessidades de suas populações ou território por elas ocupados (Salomon et al., 2014). Esse foi, portanto, o meu percurso e para o qual convoco o leitor a me seguir.

Sob o ângulo dos estudos de memória das águas urbanas, considero fundamentais os estudos de Salomon et al. (2014, p. 3), assim como outros pesquisadores da área da eco-história, sobre os canais romanos, cuja história dessas estruturas contempla processos socioambientais dispostos no tempo e não apenas no espaço (Faisse, 2018; Grove, 1997; Deléage e Hémerly, 1989; Lekan e Zeller, 1985; Deveze, 1962). Transpor os estudos da história dos canais romanos para o caso da memória ambiental que cerca a recuperação das margens e das águas do canal Landwehr na paisagem de Berlim pode parecer algo distante, mas não é o caso, se enfocarmos um tal processo nos termos de uma etnografia da duração.

Para o autor e seus parceiros de investigação (Salomon et al., 2014, p. 5), a história dos canais abarca o estudo das “modificações antropogênicas” que pode ser observado seja “na manutenção do canal (redesenho, limpeza), nas modificações relacionadas à infraestrutura (restauração de píeres dedicados ao desvio de água)”, seja no processo continuado de “adição de estruturas (estruturas laterais; estruturas transversais como reservatórios, tanques, eclusas, barragens e extensões da rede de canais). Tais “modificações antropogênicas” são aqui interpretadas como parte do trajeto antropológico que acompanha o processo civilizacional da construção das cidades do e no Ocidente, e tributário, portanto, da própria expressão das motivações simbólicas que orientam não apenas o pensamento ocidental sobre as ações que dela derivam sobre o ambiente natural e vice-versa. Ou seja, o que aqui nomeamos como paisagens hídricas dos canais, e que o autor relaciona às “transformações antropogênicas”, integrariam, na leitura que sustento aqui, parte de um certo trajeto antropológico da sociedades ocidentais, urbanas e industriais as quais evocam valores e símbolos peculiares da troca incessante entre o “animal humano” (na busca de seus instrumentos) em relação à imaginação das matérias diversas que configuram o seu meio cósmico – e que, para Durand (1989a), tem como guia o estudo dos símbolos. A razão desse deslize semântico não será gratuita para o caso aqui descrito. Meu esforço é o de compreender a organicidade entre o processo de

recuperação da paisagem hídrica do canal Landwehr e seus usos para lazer e deslocamentos na cidade cuja estética de seus arranjos ficam a meio caminho entre jardins cultivados e ambiências que aludem um ecossistema florestal a partir de suas relações com a preservação dos valores simbólicos e dos gestos ancestrais que marcam ainda hoje o que se costuma denominar a “etnicidade germânica”.

Com estes breves comentários, explico algumas questões importantes de meus estudos sobre memória ambiental e paisagens hídricas. A primeira delas diz respeito ao fato de que os atuais grandes centros urbano-industriais repercutem esse processo civilizacional que deu origem ao Ocidente moderno, embalados pelo simbolismo fundamental das águas seja para o bem, seja para o mal, em sua estreita vinculação com os complexos culturais que lhe atribuem significados diferenciais no plano do imaginário. Dessa forma, tanto as águas que se fazem presentes no grande ecossistema saariano quanto as que correm pelas florestas escandinavas não têm em si próprias os mesmos valores simbólicos, ocupando lugares distintos na memória ambiental de suas comunidades de destino. Assim como as pontes e os sistemas de drenagem e de abastecimento construídos pelas sociedades humanas, os canais resultam de gestos e técnicas associados aos usos das águas, e sua matéria igualmente a outras tantas obras das culturas humanas que se originam dos gestos e técnicas de domesticação de outras matérias, tais como fogo, ar e terra.

A modelagem dos cursos das águas e todo o seu cortejo e flutuações de símbolos no Ocidente originam-se, portanto, nos territórios do antigo império romano, abastecido por águas por intermédio da construção de aquedutos ou através de canais subterrâneos que as conduziam desde as nascentes – montanhas ou terrenos mais elevados – até as terras mais baixas, ainda que tivessem, no caso da antiga Roma, de cavar túneis para que o declive dos cursos de água chegasse até as suas cidades.¹⁶⁶ Essas águas eram tanto usadas para limpeza das casas e das praças quanto para o abastecimento das fontes, termas e banhos, tendo os aquedutos como sistema de drenagem da água, na medida em que a civilização romana se expandia além dos limites dos fluxos das águas das

¹⁶⁶ Empregamos a mesma metodologia de pesquisa já desenvolvida para o caso da pesquisa etnográfica audiovisual nos canais do arroio Dilúvio, em Porto Alegre, e dos arroios Pampa e Luis Nau, em Novo Hamburgo, no Vale do Rio dos Sinos.

nascentes e das fontes que lhes serviram nos tempos iniciais do império. Mas, como vou abordar mais tarde, foi no início do século XIX, que se destacou, na Europa ocidental e em suas colônias, a “febre dos canais”, posteriormente substituída pela “febre das ferrovias”, tendo em vista a grande expansão econômica e industrial da época, levando inúmeros países à construção de canais artificiais, reunindo suas áreas produtivas a seus principais centros urbanos e industriais.

Florestas, bosques e águas e as suas flutuações míticas

Na Alemanha, os rios desempenham um papel relevante não apenas para a economia, mas também para a própria história da formação do país como nação, e, em particular, as vias fluviais que cortam a região oeste do país – onde se situam alguns de seus importantes centros urbanos, núcleos industriais, zonas agrícolas, vinícolas e minas –; em contraponto, a região nordeste, repleta de lagos, hoje tem relevante papel no turismo nacional, e, em sua maioria, suas águas dirigem-se do sul para o norte, sendo que muitos dos cursos dos rios nascem em florestas, indo em direção à sua embocadura. Em razão de sua excelente infraestrutura, o Reno e seu sistema de canais navegáveis conecta-se com outros cursos de águas como o Danúbio que, por sua vez, atua como uma segunda artéria fluvial que atravessa a Alemanha, a Áustria, a Hungria e a Romênia¹⁶⁷.

Para os germanos, os rios como o Reno e o Danúbio são importantes fronteiras simbólicas da imagem dos “filhos da natureza”, em contraposição às atuações das legiões dos romanos ao longo da formação do Império Romano. Por exemplo, os territórios situados na margem esquerda do Reno estão na origem das tentativas frustradas de romanização em larga escala na região Germânia. Ali, próximo das nascentes do Reno, localizavam-se as tribos germânicas de origem gaulesa, o alto curso das águas desse rio (a alta Germânia), a região de florestas e montanhas que contrastavam com o que transcorria na margem ocidental, e a Germânia Inferior, que equivaleria hoje à atual Alemanha¹⁶⁸. E, por

167 Importante destacar que a Alemanha foi pioneira na tecnologia de construção de conexões artificiais entre canais, tendo sido, ao longo da II Grande Guerra, alvo de inúmeros ataques pelas forças aliadas.

168 A Germânia Superior foi uma província do Império Romano, situada na região da Germânia e assim nominada por estar no “alto” curso do Reno em relação à Germânia Inferior, mas próxima da foz.

seu turno, no auge do período romano, o Danúbio¹⁶⁹ também se destacou por ser, ao mesmo tempo, fronteira marcada pela presença de acampamentos militares e sede de fortalezas construídas em razão das constantes investidas do “mundo bárbaro” sobre o Império Romano. Foi ao longo de suas águas que as tropas românicas em operação se moviam e eram abastecidas. Em suas águas, os navios romanos deslocavam-se movidos à vela e remo, tendo na proa um esporão utilizado para colidir com as embarcações inimigas.

Da foz do Reno até a do Danúbio, ou seja, na região situada entre as duas bacias hidrográficas constituiu-se, assim, uma área de contínuo desenvolvimento econômico onde se cruzavam religiões do Cristianismo e outras de origem diversas, como o culto ao caráter viril de Mitras (o Deus da Luz) e as grutas. Importante ressaltar que, no território-mito da Germânia superior, na região mística da Floresta Negra (*Schwarzwald*), prosperaram as lutas das tribos germânicas contra Roma que culminaram com o declínio do seu poder imperial na região, espaço fantástico (Durand, 1989a), em torno do qual se vai circunscrever a bacia semântica (Durand, 1996) dos mitos fundacionais do complexo cultural celta-germânico e suas derivações na memória ambiental da Alemanha moderna. Na confluência de suas águas é que vai prosperar, para o bem ou para o mal, o culto à fúria guerreira de seus deuses “bárbaros”, consolidado na estilística do romantismo alemão oitocentista (Lewi, 1989; Silva e Albuquerque, 2017) em sua batalha literária contra os avanços do império napoleônico sobre grande parte da região da Germânia.

São em tais territórios-mitos (Maffessoli, 2006) que as paisagens hídras, em forte combinação com as florestas, gerarão mais tarde a figura arquetípica da “nobreza natural” dos povos germanos, “filhos da natureza”, não apenas das “horrendas florestas”, de seus “pântanos fétidos” em contraste com o gosto romano pelos banhos, pelas fontes etc. (Schama, 1996, p. 85). São mitos diretores que se esgotarão nos meandros da Alemanha nazista e nos excessos das narrativas dominantes e mortificantes da “pureza racial” dos povos germânicos em relação a outros povos. Mas

169 Ao longo do período romano, o Danúbio foi estratégico para as forças de intervenção romana, zona intercâmbios de todos os tipos com o mundo bárbaro e o anel viário militar ao longo do qual as tropas em operação se moviam e que o transporte pretendia para seu abastecimento.

como o destino de todo mito, como afirma Durand, (1996, p. 101), “é incerto”, é no esgotamento e inflação do estado anterior de tais mitos que se dará a ressurgência dos “filhos da natureza” com outras roupagens, a do ecologismo, num processo que permanece ainda hoje nas formas como as margens do canal Landwehr, em Berlim, vão sendo recuperadas num diálogo intenso com jardins, gramados e árvores plantadas em suas margens que, em muitas das suas passagens, sempre me davam a ilusão de uma cobertura “natural”.

As paisagens hídricas e a memória ambiental berlinense

A seguir, portanto, persigo, na memória ambiental da formação do complexo cultural germânico, a constatação do *sermo mithicus* das águas e do espaço fantástico (Durand, 1989a, 1989b) nos altos das montanha e das floresta por Braudel (1966), aqui interpretado nos termos durandianos (Durand, 1982, 1994) como “destino” de um fluxo mítico.

Perseguindo o argumento que aqui desenvolvo, inicio minha conversão aos estudos dos mitos da natureza e da floresta que estão na origem histórica da Alemanha como Estado-Nação e do movimento romântico alemão *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto) em sua reação às hostes do racionalismo iluminista que predominava na Europa ocidental do século XVIII, segundo o qual a “floresta”, em contraste com a “vida urbana”, manifesta-se como expressão do sagrado e da transcendente origem divina do mundo. Portadora de uma mística, a floresta e suas paisagens derivadas conduziriam a um conhecimento pela via da emoção (ou talvez do “irracional”) em contraponto àquele ancorado na razão – um movimento que se nutria dos contos e histórias do folclore nórdico, como o caso dos contos de Grimm (Lewi, 1992), aos quais todos nós, em algum momento de nossa infância, tivemos acesso.

Passo, progressivamente, a reconhecer a força mítica da floresta e da natureza das áreas verdes na morfogênese das paisagens que abraçam os rios e canais de Berlim, como o caso do bairro aristocrático de Charlottenburg-Wilmersdorf, próximo ao Spree, localizado no lado oeste de Berlim, e onde se situam os jardins do Palácio de Charlottenburg (*Schlossgarten Charlottenburg*), na outra margem o Parque Austríaco (*Österreich-Park*). Na região em que as águas do rio Spree correm para o canal Lan-

dwehr, há importantes parque e praça que ornamentam o curso das águas desse canal – o *Karlsbad Park* e a *Lutzowplatz*, na área do Tiergarten. A modelagem de espaços verdes invade o canal Landwehr, e prossegue entremeando o curso de suas águas com florestas, jardins e mata plantadas. Aí se localiza a impressionante região formada pelo Jardim Zoológico berlinense (*Großer Tiergarten*): uma vasta área verde entrecortada de cursos d'água, formando pequenos lagos, e por uma enorme avenida, a *Bunderstrasse*, que tem em seu centro o grande pórtico circular onde se situa a Coluna da Vitória (*Siegesäule*) e, no final, o Portão de Brandemburgo (*Brandenburger Tor*). Todas são áreas de convívio coletivo apropriadas pela comunidade berlinense para piqueniques, práticas de esporte, corrida ou simplesmente para andar de bicicleta.

Seguindo o fluxo das águas, vou reconhecendo a difusão do mito das florestas e dos “filhos da natureza” ao redor do Landwehrkanal, como os casos do *Bockler Park*, da *Sportplatz*, onde se localiza o mercado turco das quintas-feiras, do *Maybachufer*, e, prosseguindo, a retomada na paisagem da *Weichselpplatz*, do *Tischtennisplatten*, do *Gorlitzepark*, do *Grillplatz* (mais próximo a foz do Spree), *Marie-Juchacz-Denkmal*, próximo da Ponte *Hallesches Tor* e da *Hallesches Ufer*; a *Blücherplatz*, na cercania da *Waterloo Ufer*; do *Elise-Tilse Park* e do *Mendelssohn-Bartholdy-Park*, próximos da *Potsdamer Platz* e o seu quarteirão, área mais moderna de Berlim totalmente reconstruído como símbolo de uma cidade unificada¹⁷⁰.

O mito da floresta invade também as imagens que fabrico de determinados locais nas margens do canal Landwehr, em geral, próximos às inúmeras pontes que cortam seu curso de águas. Ali descubro os *biertgärten* (jardins das cervejas), áreas comuns, onde há grandes mesas coletivas (*stammtischs*) usadas para a sociabilidade de fim de tarde ou fins de semana, onde se pode rir, se divertir, conversar entre amigos e ainda almoçar, tudo regado a cerveja. E permanecem invadindo o olhar da câmera quando me volto para as áreas do entorno, onde constato que, abraçando as margens reflorestadas do canal, encontram-se praças de alimentação ao ar livre, com árvores, restaurantes e bares.

170 Essa foi uma das regiões mais movimentadas da antiga cidade e que ficou totalmente destruída durante a II Grande Guerra, tendo sido, posteriormente, dividida em duas pelo muro, tomando por década um terreno vazio esquecido.

Avanço em meus estudos das paisagens hídricas do Landwehrkanal, e percebo que reparar os canais de Berlim e áreas adjacentes, após a queda do “muro da vergonha”, insere-se em políticas urbanas de recuperação dessas áreas para o processo de reconciliação entre os territórios da Berlim oriental e a Berlim ocidental, assim como de sua comunidade com a natureza de seus cursos d’água, derivados da agitação do tempo sobre suas diferentes estruturas espaciais daí provenientes. O reestabelecimento das margens do canal Landwehr não coloca como central o abastecimento d’água de Berlim ou o saneamento da cidade. Vem associado à reconciliação de uma comunidade urbana com o drama romântico, no sentido simbólico, do que se poderia chamar “espírito germânico”, que persevera, a seu modo, ainda hoje nas ambiências que o cercam.

As trilhas ao redor dos canais passam, então, a ser para mim um convite a caminhadas, à apreciação bucólica dos cursos de águas, da navegação turística em alguns de seus trechos; à observação dos trabalhos de ajardinamentos e de plantio de árvores diversificados, das sociabilidades em lagos construídos ao longo do seu percurso e das formas como os moradores locais aproveitavam suas áreas de lazer, e onde, em alguns trechos, ocorrem feiras e situam-se bares, geralmente próximos a algumas de suas inúmeras pontes.

O olhar-viajante conduzia-me a refletir a respeito do lugar que o canal Landwehr ocupava nesse gesto de toda uma comunidade urbana restituir o culto da natureza ao curso de suas águas, em alusão ao antigo ecossistema das florestas da antiga Alemanha. As paisagens hídricas traduziam-se para mim em uma paisagem humanizada das margens dos canais berlinenses, revertendo não apenas as imagens de saturação do antigo ecossistema da região em razão da chamada “revolução industrial” – que se estendeu pela Europa ocidental por vários séculos, mas também possibilitando a reordenação da eficácia mitológica do culto aos “filhos da floresta” e dos “pântanos” da desordem semântica que lhes havia submetido o III Reich.

Foi nessa direção, dos simbolismos das águas e dos canais para a cidade de Berlim, e que se dá no sentido oposto ao que vemos nos grandes centros urbanos do Brasil, que procurei conhecer mais os laços que

unem tais gestos à política de conservação da paisagem e da natureza e à mística da civilização germânica que não apenas presidiu o sonho nazista de preservar a pureza ariana, mas que também remonta ao próprio mito fundacional da floresta primeva e seus seres fantásticos na configuração do Ocidente moderno (Harrison, 1992), em particular, dos germanos como comunidade de destino, ao mesmo tempo em que essas florestas são transformadas em grandes clareiras para a ocupação e exploração econômica.



Figura 4



Figura 5

Nesse percurso, aprofundei a leitura de obras (Confinio, 1993; Rollins, 1999; Lekan, 1999; Vitte, 2017) que abordavam o surgimento do culto à Natureza como parte de uma “topografia nacionalista”, em que a noção de proteção da natureza (*Naturschutz*) e a proteção do lar (*Heimatschutz*) fundiam-se em uma dimensão estética particular (Vitte, 2017). Em sua maioria, os historiadores e geógrafos que se dedicaram ao estudo das políticas de preservação da paisagem e de conservação da natureza, durante o regime nazista (1933-1945) na Alemanha, constataram que o III Reich, como “império alemão”, apropriou-se do ideário romântico do II Reich que evocava as relações intrínsecas que uniam o caráter do povo germânico à dádiva da natureza (Rollins, 1999).

As rítmicas temporais, as paisagens hídricas e os “filhos da natureza”

Berlim e sua paisagem urbana passa por diferentes rítmicas nas formas montanhosas, suas florestas e seus cursos d'água, e onde o arquétipo da “natureza” e de seus filhos persevera como um símbolo místico que está na estrutura fundacional não apenas da identidade, mas também do processo civilizacional alemão no interior da Europa ocidental, um percurso que considero fundamental ser remontado nos termos de uma mitanálise tanto quanto de uma mitocrítica (Durand, 1979, 1989b, 1996).

A Alemanha possui regiões fisiográficas muito grandes, como terras baixas que conformam a planície do norte, com inúmeros vales fluviais; a região das mesetas centrais que abrange um território de montanhas suaves, vales fluviais, rios e vales bem definidos; e as cadeias montanhosas que incluem como cordilheiras *Eifel* e *Hunsrück*, *Taunus*, *Spessart* e *Fichtelgebirge*. Os contrafortes do Jura e um grande bosque, na Floresta Negra, estão a sudoeste. No extremo sul, estão os Alpes Bávaros. A maioria dos grandes rios alemães estão na região ocidental. O mais importante é o Reno e seus afluentes, Neckar e Ruhr. Outros rios importantes são Elba, Danúbio, Oder e Neisse.

Na antiga ordem territorial romana, os rios, as florestas e as montanhas da Magna Germânia, assim como os pântanos, sempre foram associados a uma luta constante com a identidade tribal histórica dos povos germânicos pertencentes à esfera cultural da Gália oriental, e, acima de tudo, dos celtas, principalmente dos que abandonaram a margem direita do Reno, e se estabeleceram na margem esquerda, rumo a oeste, para o interior. Por isso, foram capazes de manter sua identidade apesar da presença do Império Romano na região, partilhando os valores tradicionais de uma sociedade de guerreiros e criadores, com seu teatro de culto à “fúria guerreira” e a seus deuses bárbaros, e vinculados organicamente com a região que habitavam: a Germânia. Foi, porém, no século II d. C., durante o império de Marco Aurélio, que as origens étnicas dos povos germânicos foram associadas aos “pântanos imundos” e às florestas (Schama, 1996), em oposição a *civitas* – as cidades romanas. Essa associação torna-se central nessa verdadeira “guerra de ima-

gens” (Gruzinski, 1990) em que a figura humana do mundo da Magna Germânia, em contraste com a construída pelo mundo latino, passa a ser avaliada moralmente, segundo a proximidade maior ou menor com seu “estado de natureza”.

O forte valor do simbolismo arcaico associado aos elementos paisagísticos da alta Germânia aponta para as matas e as florestas como morada dos bárbaros em sua convivialidade com bestas ferozes, seus cultos e iniciações religiosas em estreita sintonia com a geografia fantástica da região. Tudo isso desempenhava um papel religioso e fundamental, portanto território temido, impenetrável, ameaçador e morada de mistérios e seres estranhos. Era uma paisagem que contrastava com a bacia mediterrânea, onde as florestas haviam dado lugar a uma civilização urbana. Nos termos de Schama (1996), os germanos, por sua vez, “ferozes e primitivos”, contrapunham-se, assim, à luxúria, à propriedade e ao gosto pelos segredos que habitavam o mundo latino¹⁷¹.

A força primitiva das paisagens hídricas e as florestais (como o caso da Floresta de Teutoburgo) contrapõem-se às nações latinas do sul e àquelas do oeste da Europa. Com o passar do tempo permanecem, derivam, mas não se desgastam em termos de sua potência simbólica de fundação de uma comunidade de destino – aquela contemplada na imagem da “cultura germânica”. Mais tarde, suas raízes vão crescer no coração da constituição do I Reich, ou seja, o Sacro Império Romano da Nação Germânica, numa espécie de reencarnação com valor invertido. Após a derrocada do Império Romano Ocidental pela “invasão dos bárbaros”, tendo como monarca Oto I, em 962, é a sua mística que vai fazer renascer os mitologemas dos povos dos pântanos e das florestas no interior das tradições herdadas do império de Carlos Magno e as suas aspirações de supremacia na Europa.

171 Como apontam os historiadores, os povos germânicos não estavam organizados socialmente em Estados, mas em comunidades tribais que funcionavam por meio de “assembleia de guerreiros”. Viviam praticamente do pastoreio e da agricultura, não conheciam cidades, e suas migrações, progressivamente, resultaram no processo de desagregação do Império Romano do Ocidente, fazendo com que as fronteiras romanas nas regiões do Reno e do Danúbio fossem rompidas.

Conforme aponta Elias (1997), na “corrente sanguínea da cultura germânica” do I Reich perseveram as imagens arcaicas da invencibilidade de suas tribos originárias. Uma promessa heroica de um império que, mais tarde, sofrerá um revés promovido pelas lutas e conflitos internos constantes entre os príncipes regionais protestantes reinantes e a casa imperial, católica, distanciando o processo civilizacional da Germânia do ritmo que pautava a formação do Estado nas outras sociedades europeias da época.

No Estado Alemão medieval, a mitologia das florestas, das águas e dos pântanos, vai, assim, propagar-se, conduzindo o culto da aspereza da Germânia ancestral a um novo deslocamento, cujo marco inicial é a Guerra dos Trinta Anos e seu cortejo de epidemias, mortes, fome, devastações florestais e de bosques, por onde transitavam bandos de homens, pilhando, queimando e matando sob o protetorado da nobreza. Tal situação recrudesce com a chegada de Napoleão Bonaparte I ao poder, em 1806, na França, e de seu sonho igualmente faustiano de construir seu próprio império continental como modo de unificar a Europa, e, logo após, com a perda do prestígio e poder da dinastia da Casa dos Habsburgo em meio a rivalidades com outras dinastias.

Nessa época, o território onde hoje se situa Berlim era uma residência ducal. Assim permaneceu até meados do século XIX, momento em que sua paisagem urbana de poucas praças e áreas verdes, além daquela que existia na avenida *Unter den Linden*, a qual dava acesso ao jardim real do *Großer Tiergarten*, antiga área de caça da nobreza local, transformou-se. Foi ao longo do II Reich que a atual região de Berlim teve suas áreas úmidas drenadas, para dar lugar a caminhos, a amplos relvados, a clareiras, a jardins e a pontes cortados por pequenos cursos d’água, lagos e pequenas ilhas cobertos por grupos de árvores. Havia também o *Invalidenpark*, localizado na antiga área de plantação de hortas que abastecia os incapacitados pela guerra que habitavam a Casa dos Inválidos.

Mas é sob os escombros das aspirações monárquicas e soberanas de Napoleão III que se ergue o II Reich (1817-1918), celebrado como o II Império Alemão (*II Deutsches Reich*), sob regime monárquico ampliado por conquistas coloniais de vários domínios ultramarinos espalhados pela África, Ásia e Oceania. É numa tal ambiência psicossocial que a

fecundidade das imagens das florestas, repleta de bruxas, feiticeiras, caçadores, lobos e ursos ferozes, como despontam nos contos dos irmãos Grimm (Andre, 2019), vai renascer em meio à transformação das paisagens urbanas da Alemanha do II Reich, repleta de áreas cultivadas, jardins, árvores e gramados que recriavam uma paisagem florestal “plantada” onde os habitantes da cidade podiam caminhar ou explorar suas ambiências e atmosferas, ao lado das águas, sob a modelagem de canais.

Da unificação da Alemanha, em 1817, até a abdicação do Imperador Guilherme II, em 1918, Berlim permaneceu sua capital, e os estados da Alemanha rapidamente industrializaram-se, com pontos fortes em carvão, ferro (e depois aço), produtos químicos e ferrovias. Em uma Europa ocidental cada vez mais adepta de uma civilização urbana, na Alemanha do II Reich, em que a *Wald* (floresta natural) transforma-se na *Forst* (floresta plantada), é notadamente esse o instante em que, na Alemanha, propagam-se os fundamentos do movimento romântico alemão (na literatura, na poesia, na música, nas artes plásticas etc.) e cuja sensibilidade vai explorar o laço profundo, arcaico e duradouro que une a alma do povo alemão, sua língua, suas tradições e seus folclores à terra onde ela fincou suas raízes, ou seja, nas florestas e nas matas (geradas pela imaginação medieval) nas quais esse povo viveu seus momentos mais heroicos.

Foi um período em que o apreço pela “floresta plantada” entre os berlinenses deu origem à criação de faixas projetadas para as vias internas de deslocamento de Berlim e para as suas áreas adjacentes, além da remodelação do *Kleiner Tiergarten* que fazia parte das áreas de caça que passavam a ser sacrificadas com a criação de trilhas e áreas de lazer. Nas proximidades das águas do Spree, ao norte da capital, nasce o importante porto fluvial de Nordhafen (hoje transformado em áreas verdes), com o objetivo de desafogar o intenso tráfego marítimo que ali se concentrava. Da mesma forma, importantes canais fluviais urbanizados começavam a ser construídos, como o caso do Landwehrkanal, os quais foram ampliados ao longo do curso dos anos, originando conexões entres eles no interior da malha urbana da época.

Rapidamente, o novo império germânico rivaliza, no plano econômico, com a maior potência da época, a Grã-Bretanha, apesar de ter chegado tarde na disputa colonial por territórios. Ele consegue assegurar um império

ultramarino de dimensões respeitáveis, e projeta-se, sob regime monárquico, como um moderno estado nacional, centralizado, com soberania sob todo o seu território, em conformidade com os modelos que já haviam seguido as outras nações europeias e americanas. Nesse momento, a centralidade do tema da floresta alemã (*Deutscher Wald*) finca novamente suas raízes na construção da identidade nacional alemã, no plano do imaginário, para a formação da nação germânica em fins do século XIX, em contraponto com a cosmovisão das cidades como parte do domínio da civilização francesa sob as vestes do império napoleônico na Europa.

Mas é, explicitamente, a partir de 1880, com o governo de Bismarck que o *sermo mithicus* das narrativas literárias, poéticas, artísticas, musicais, e até mesmo das de cunho científico, reverbera mais uma vez a ideia da pureza racial no complexo cultural germânico, referindo-se à de pureza natural a partir do ideário do *Heimat* (Rollins, 1999, p. 6), e, dessa feita, pela via da “militarização da natureza”. Segundo o autor, nesse momento, consolida-se uma “topografia nacionalista”, em que a noção de proteção da natureza (*Naturschutz*) e a proteção do lar (*Heimatschutz*) se fundem em uma dimensão estética e onde as relações entre a identidade cultural da “germanidade” e a “paisagística” articulam-se de forma organizada em torno de um território específico, moldando a *Volk* alemã. Todas elas são expressões tributárias de determinadas figuras míticas e mitos diretores de uma memória ambiental “germânica” e de suas paisagens fantásticas.

Uma perspectiva que o colonialismo alemão transplantou para suas colônias em África e Ásia, reviveu o que Elias (1997) denominaria de “dicotomia ocidental” entre cultura e natureza e a polêmica entre “preservação” *versus* “desenvolvimento”, imposta às colônias ultramarinas, e nas quais a vida selvagem é vista como um empecilho à civilização. Tal paisagismo germânico vai ancorar as práticas do “sanitarismo colonial” como forma de redução de doenças de transmissão animal associada à fauna selvagem, e que resultou em matanças indiscriminadas de inúmeros mamíferos associados à transmissão de tais doenças. O imaginário colonial germânico nutria-se seja em África, seja na China, da mesma mística de civilização germânica (Corrêa, 2011; Daher, 2013), pautando-se pelo imperativo “domesticação da natureza”, o que representou,

ironicamente, o desmatamento de áreas de florestas naturais na intenção de tornar tais regiões “produtivas”. O processo de “imperialismo ecológico” (Crosby, 1986) descreveria, assim, essas formas de posse territorial do II Reich como características do processo de colonização “germânica” em África e Ásia, de fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Eram espécies de medidas de proteção ambiental que atuavam como instrumento de controle dos recursos naturais de suas colônias, tanto quanto das populações que nelas habitavam (Dahuer, 2013). A ambiência psicossocial da colonialidade germânica comporia, na nascente Alemanha, o ideologema tanto das primeiras leis de proteção da natureza (*Naturschutz*) quanto da fundação de organizações não governamentais, inspiradas na lógica romântica de que cada comunidade deveria cuidar do seu *habitat*, protegendo árvores, rios e florestas em prol da vida selvagem, e seguindo rigorosamente as assim chamadas políticas de planejamento e conservação da paisagem regional (*Landschaftspflege*). (Wettengel, 1993, apud Lekan, 1999).

De uma forma ou outra, desde fins do século XIX é que perseveraram os mitos fundacionais do paisagismo das florestas como forma de preservação e manutenção da germanicidade, significando, ao mesmo tempo, que a defesa da “paisagem”, simbolicamente, estava associada ao gesto de defesa do caráter nacional. É um gesto que se intensifica após a II Grande Guerra, na morfogênese das políticas urbanas para as cidades alemãs atingidas pela guerra. Elas retomam a pregação a respeito da preservação dos rios, das florestas, dos lagos, do solo, dos animais, reunidos, segundo os fundamentos do romantismo alemão, numa totalidade harmônica. O contexto geográfico de Berlim acolhe o culto às árvores, às áreas verdes e à “natureza” em sua paisagem urbana. Os jardins eram criados cuidadosamente como lugares de exercício, recuperação, conversa sociável, e onde o contato com a natureza representava formação e aperfeiçoamento dos costumes. A concepção romântica da floresta (Lewi, 1992) contrapunha-se ao deserto das cidades francesas, à futilidade da vida na corte, numa crítica ao racionalismo, à técnica e à modernidade que figurava na Europa do século passado e que vai germinando e dando novos frutos; um nacionalismo singular ligado espiritualmente à floresta, agora em sua feição de bosque ou de arvoredo.

O advento do II Reich representou para Berlim, portanto, um dos seus momentos mais marcantes na forma como os jardins públicos e os canais de suas águas habitam a memória ambiental da sua comunidade urbana, não apenas para o processo de ampliação das áreas destinadas à criação de parques públicos, mas também para a manutenção de suas áreas verdes e seus viveiros. Plantação de árvores, criação de balneários, campos esportivos e instalações de lazer constituem as melhorias da paisagem urbana local. Em decorrência, a capital alemã, sob os efeitos da industrialização, institui uma estrutura de planificação urbana para neutralizar os problemas sociais e sanitários em habitação, criando-se um zoneamento para suas áreas, seguido de um plano de tráfego e de um plano de espaço aberto em toda a cidade e, já nos primórdios do século XX, até mesmo um estabelecimento de um plano de uso da terra para a Grande Berlim.

Foi, porém, no transcurso da fundação do III Império Alemão (III *Reich*), numa revisita aos mitos fundacionais do Sacro Império Romano-Germânico (séc. XIII), que a “cultura germânica” descobre o lado nefasto das imagens arcaicas da natureza (*Naturschutz*) e da proteção do lar (*Heimatschutz*), com a ascensão do regime nazista, sob o comando de Adolf Hitler. A nostalgia das imagens da floresta da Europa oriental, repleta de grandes árvores, como carvalhos e nogueiras, de arbustos e musgos que contrastavam em densidade e volume com a floresta plantada em linhas, enchia, como diriam alguns, o coração e os olhos da Alemanha de uma felicidade profunda e secreta, ainda que as florestas veneradas como seiva para a cultura germânica estivessem sendo exploradas de forma intensiva¹⁷².

A Berlim sob o III Reich sofreu, como muitas outras cidades alemãs, reflexos de teorias raciais nazistas sobre a tópica sociocultural (Durand, 1996) originária dos “filhos das florestas” e dos “bárbaros dos pântanos”. Em sua perspectiva, as grandes metrópoles europeias (em oposição ao *locus* simbólico da morada “ariana” da floresta e dos bosques) eram consideradas a fonte da degeneração moral da “raça huma-

172 Por um lado, os usos dos mitos da antiga Magna Germânia criam fronteiras imaginárias entre os povos, numa outra dimensão, diferenciando os germânicos, povos das florestas e “filhos da natureza”, dos eslavos “povos das estepes”, assim como dos judeus, “povos do deserto”. Estas eram consideradas as bases morais para a retórica nazista da pureza racial em alusão ao povo alemão.

na”, em alusão às formas do “ser judeu”. Diferentemente do II Reich, as políticas de preservação da paisagem e conservação da “natureza” durante o regime nazista não apenas eram as responsáveis pela “personalidade nacional”, mas também pautavam a unidade de seu poder. Nessa rítmica espaço-temporal, montanhas, rios e florestas passaram a compor a propaganda nazista em seu culto à pureza do solo alemão e à pureza dos frutos da natureza humana que ali brotavam. Conforme aponta Rollins (1999, p. 7), é dessa época a criação de leis voltadas para a proteção da paisagem na bacia do rio Reno, como já indicado, cosmologicamente considerado pelos alemães como o berço (*Heimat*) que hospedava a alma do povo alemão. Segundo o autor, a reforma ambiental veiculada pelo nazismo significou um grande processo de reconstrução das florestas nativas e as que existiam foram transformadas em “reservas naturais nacionais”, “sinônimo racial e de purificação racial” (Rollins, 1999, p. 10).

Tragicamente, como resultado da II Guerra Mundial, a paisagem urbana de Berlim foi devastada. Prédios históricos, residências, canais, parques e monumentos foram totalmente destruídos (um terço do total da capital) ou irremediavelmente danificados; milhões de metros cúbicos de escombros espalhavam-se pela cidade. Espaços verdes tinham sido destruídos para a construção de *bunkers*, trincheiras e barricadas, ou eliminados por bombas durante a batalha entre alemães e tropas aliadas que avançavam pela cidade. Ao final, arvoredos dos antigos parques e praças haviam sido destruídos para uso da madeira como combustível. A paisagem urbana de Berlim sofreu o maior revés de sua história.

O lamento pelas mortes das árvores (Rollins, 1999, p. 6), a devastação das plantações e a destruição do solo por bombardeios e a construção de trincheiras em decorrência da II Grande Guerra e, logo após, a divisão da Alemanha em duas (oriental e ocidental), além de sua recomposição posterior à queda do muro, proporão, todavia, um outro percurso, mais feliz, para os mitos diretores das águas e das florestas na memória ambiental dos germânicos, agora no território de uma comunidade urbana unificada, como presenciei em meu estudo sobre o Landwehrkanal, em Berlim.

À guisa de conclusão

Chego, assim, ao final de meu relato da experiência etnográfica em Berlim, reconhecendo que as paisagens hídricas do Landwehrkanal e de suas margens não compõem apenas parte de uma política de defesa da natureza e de reflorestamento da cidade em áreas destruídas pelas guerras e devastadas pela separação de sua comunidade, a partir da construção do muro que dividiu a Alemanha em duas.

No pós-guerra, na Berlim oriental, o foco foi a reconstrução de instalações desportivas do *Pionierpark*, como locais para encontros nacionais e internacionais de jovens, a construção de áreas residenciais simples e espaços residenciais verdes, um complexo formado de prédios de apartamentos, creches, jardins de infância e escolas, e centros de recreação, instalações desportivas, centros de bairro e elementos de estrada verdes. Havia a preocupação com a manutenção dos espaços abertos largos, a recuperação de parques atingidos pela guerra e a construção progressiva do muro e de seu sistema de proteção contra fugas. Os parques foram planejados no âmbito desses espaços residenciais, inclusive integrados nelas. As áreas amplas foram reservadas para futuros desenvolvimentos verdes. Na Berlim ocidental, ao longo do curso das águas do Spree, na área central da cidade, e seguindo o percurso dos canais dentro do perímetro urbano, antigas vias de transporte de cargas, assim como seus portos, foram transformadas em espaços verdes. O embelezamento de Berlim passa a ser prioridade para a recuperação de suas áreas verdes, devastadas pelos bombardeios das forças aliadas.

As paisagens hídricas berlinenses que eu buscava registrar, principalmente, conduziram-me por caminhos antes não previstos. Elas me levaram a olhar as tribulações dos mitos fundacionais dos “filhos da natureza” na formação de uma comunidade de destino, rumo à secularização de suas figuras míticas, o que permitiu aos cursos de águas que banham a cidade de Berlim serem integrados, organicamente, ao paisagismo florestal da malha urbana, ao longo do seu longo percurso.

Considero que, na reconstrução de Berlim, a reconciliação da comunidade urbana local não se deu apenas no diálogo com os arquétipos das florestas e dos seus “filhos da natureza”. A paisagem berlinense re-

descobriu, no pós-guerra, por exemplo, a mística das montanhas, que renasce no conceito de cascalho-montanha como forma de dar um destino aos escombros, incluindo o de plantio de árvores e vegetação por sobre eles, para moldar o renascimento da capital alemã, antigamente dividida em duas por um muro.

Com a reunificação da Alemanha, as duas Berlins foram reunidas mais uma vez por uma administração comum, tendo o centro da cidade interligado às áreas circundantes por parques e espaços verdes ao longo dos rios, canais e linhas ferroviárias. Os espaços públicos abertos (praças, jardins da cidade, parques de bolso, parques urbanos, áreas de ruas arborizadas e quintais) assumem um valor significativo na reconstrução de Berlim a partir de sua grande variedade de formas. Um programa verde de emergência incluía a restauração do *Großer Tiergarten* e a *Humboldthain*. A reconstrução da cidade, começando por seus jardins públicos, foi retomada no coração da memória ambiental dos berlinenses que habitavam essa parte da cidade, a partir de um conjunto de leis para a proteção de monumentos, da natureza, do desenvolvimento urbano associado intimamente à gestão de espaços verdes, nos moldes do *open-space*. As chamadas tiras verdes formavam uma rede interligada entre si e, por vezes, as principais grandes tiras verdes interligavam-se por caminhos peatonais. A presença dos canais foi aqui fundamental, e todos foram restaurados. A concentração de residências na antiga parte central da cidade foi abandonada em favor de construção de áreas residenciais mais afastadas. O centro foi considerado área de reconversão, tendo sido construído um sistema de transporte que unia as áreas residenciais às comerciais e às industriais, por vezes, ameaçando a presença dos jardins e das áreas verdes.

Nas últimas décadas, as áreas laterais do banco do Spree, Landwehrkanal e Teltowkanal ganhou importância como espaço de lazer perto do centro da cidade. Em Friedrichshain-Kreuzberg vários parques, espaços verdes e as chamadas «janelas verdes», nas laterais dos bancos do rio têm sido desenvolvidas com base no plano de mitigação urbana para novos projetos de edificação, priorizando a criação de espaços verdes na região de seus rios, lagos e canais.

A sincronicidade mítica do culto à “paisagem natural”, à floresta, às montanhas persiste, assim, de muitos modos, na preservação dos cursos

de águas, tanto em Berlim quanto nas outras cidades alemãs, redesenhando com novas formas as paisagens dos bairros que são por elas cortados. No caso de Berlim, o canal e o fluxo de suas águas fazem parte dessa extensão lógica e cosmológica de reconciliação de uma comunidade urbana reunificada com o sentimento da *Heimat*, como vimos, agora em outros termos. A organicidade entre o percurso artificial das águas do canal e o arranjo estético de suas margens faziam de suas paisagens hídricas uma expressão estética com os temas fundacionais do culto à paisagem teutônica e da etnicidade germânica retomados nos termos de uma Berlim unificada, moderna, urbana e industrial, capital da Alemanha.

O desgaste do “chauvinismo ambiental” (Rollins, 1999) e uma revisão do ideário da proteção florestal que o II Reich defendia em suas colônias apresentam-se, hoje, na Alemanha, sob outras vestes; dessa tópica sistêmica que reúne os filhos das florestas aos grandes centros urbanos, para o bem ou para o mal, desponta agora o culto dos berlinenses a parques, a praças, a hortas urbanas e a áreas ajardinadas, assim como às sociabilidades coletivas em espaços abertos (*open spaces*) que, atualmente, predominam nas margens das águas do canal Landwehr, principalmente quando se pensa uma cidade que foi devastada pelas bombas ao longo da II Grande Guerra, e que, logo depois, sem trégua, foi dividida por um muro.

Penso que essa foi a forma pela qual uma comunidade urbana pôde reconciliar-se com suas tradições culturais – e, ao mesmo tempo, disciplinar as múltiplas paisagens em ruínas (o Memorial do Muro de Berlim, a Igreja da Memória (*kaputte kirche*), a *Anhalter Bahnhof* etc.) transformadas em museus (o Museu do Holocausto, o Museu *Checkpoint Charlie*, a Topografia do Terror etc.). A dimensão estética originar-se-ia do homem das florestas no coração do teatro da vida urbana berlinense contemporânea.

Uma etnografia que se ocupe de cursos de águas urbanas precisa dedicar especial atenção não apenas às feições sonoras e visuais do fluxo de suas águas, mas também às suas outras facetas, tais como as margens, as árvores, o trânsito, os prédios, os viadutos, as pontes, os animais, as avenidas que compõem cenários singulares ao longo de seu

percurso e, no decurso do tempo, no interior de uma cidade. No caso do canal Landwehr, o desafio foi interpretar as paisagens hídricas diversas que nele habitam, reunidas numa totalidade orgânica e cósmica, e que foram moldadas pelos diversos momentos históricos vividos por uma comunidade urbana. Elas acomodam e assimilam, no tempo e no espaço, os diferentes usos, articulados entre si, daqueles que se apropriam de suas margens e do curso de suas águas, segundo suas respectivas motivações simbólicas.

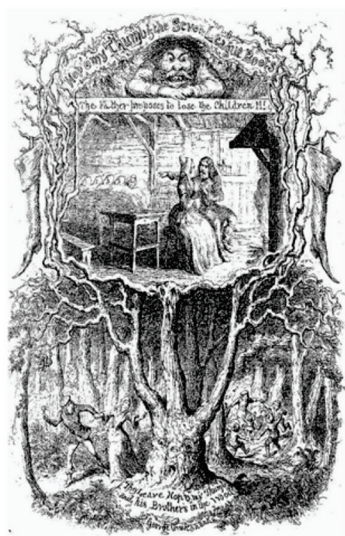


Figura 6



Figura 7

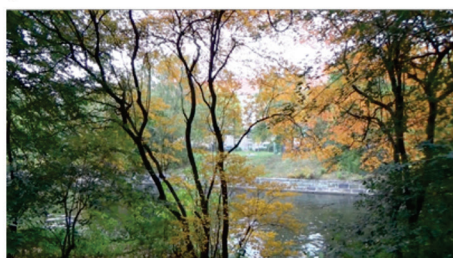


Figura 8

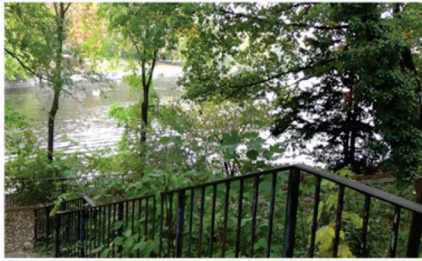


Figura 9



Figura 10



Figura 11



Figura 12



Figura 13

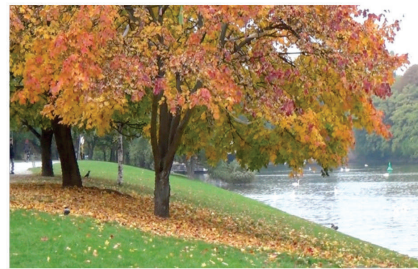


Figura 14

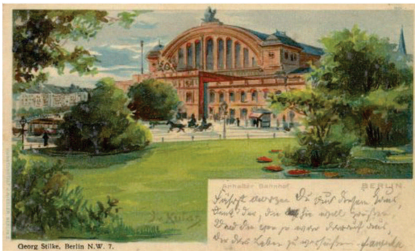


Figura 15

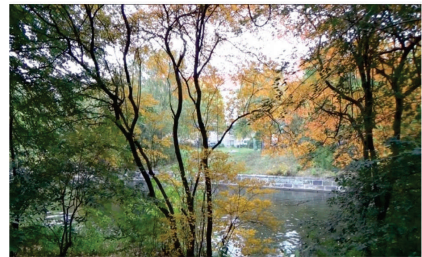


Figura 16



Figura 17



Figura 18



Figura 19



Figura 20

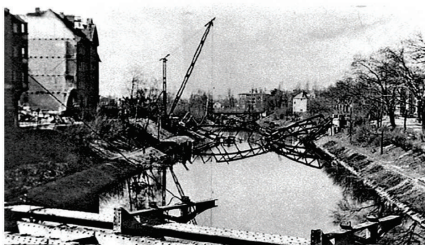


Figura 21

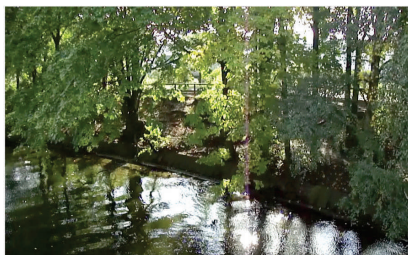


Figura 22

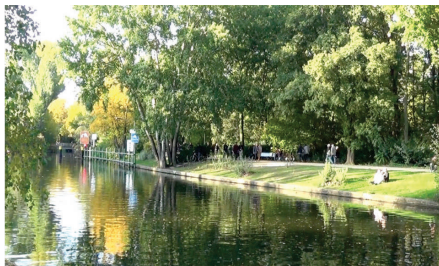


Figura 23



Figura 24



Figura 25

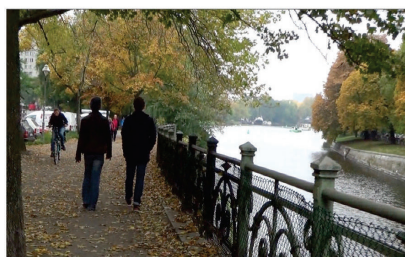


Figura 26

Lista de figuras

Fig. 1. Cartão postal, Pharos, Leporello: Wo ist die Mauer? (Die Mauer heute)

Fig. 2. Henri Cartier-Bresson, Berlim, 1962. Disponível online: <https://www.peterfetterman.com/artists/75-henri-cartier-bresson/works/35421>. Acesso: 14/12/2013.

Fig 3. Percurso do Landwehrkanal, Berlim, Disponível online: <https://m.megaconstrucoes.net/?construccion=landwehrkanal#&ui-state=dialog>. Acesso: 14/12/2013.

Fig.4. Kundgebung der Amtswalte. Disponível online: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso: 17/10/2013.

Fig 5. Fotografia Georg Pahl. NS-Boykott gegen jüdische Geschäfte. Berlim, 1 de abril de 1933. Disponível on line: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso: 17/10/2013.

Fig. 6. Ilustração e Edição George Cruikshank. London: D. Bogue / Routledge, Warne & Routledge, 1853, 1854 & 1864. Disponível online: <https://www.davidbrassrarebooks.com>. Acesso: 22/08/2019.

Fig.7. Hallesches Tor und Belle- Alliance-Platz. Ansichtskarten/M/Kreuzberg Berlin, 1900. Disponível online: <http://www.zeno.org/Ansichtskarten>. Acesso: 14/12/2013.

Fig. 8. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Baerwaldbucke, Berlim 2013, Ana Luiza C. Da Rocha.

Fig. 9. Landwehrkanal, Berlin, 1945. Disponível online: <https://br.pinterest.com/pin>. Acesso: 17/10/2013.

Fig. 10. Potsdam após o bombardeio 1945, ruínas a margem do canal Landwehr. Disponível online: <https://www.potsdam.de/content/1933>. Acesso: 14/10/2013.

Fig. 11. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Potsdamer Brucke, Landwehrkanal, Ana Luiza C, da Rocha, Berlim, 2013.

Fig. 12. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Urbanhafen, Berlim, 2013, Ana Luiza C. da Rocha

Fig.13. Ilustração e Edição George Cruikshank. The History of Jack & the Beanstalk. Routledge, Warne & Routledge, 1853, 1854, 1854 & 1864. London: D. Bogue. Disponível online: <https://www.davidbrassrarebooks.com>. Acesso: 22/08/2019.

Fig. 14. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Urbanhafen, Berlim, 2013, Ana Luiza C. da Rocha

Fig. 15. Canal Landwehr, 1946. Fotografia Cecil F.S. Newman © Stadtmuseum Berlin. Disponível online: <https://www.tagesspiegel.de/mediacenter/fotostrecken/berlin>. Acesso: 14/10/2015.

Fig. 16. Fotografia Peter Shagen Landwehrkanal, Berlim em 22/09/1986 Canal Landwehr entre Treptow/Kreuzberg. Disponível on line: <https://www.flickr.com/photos>. Acesso: 14/10/2013.

Fig. 17. Cartão postal, Berlin, Kreuzberg, Anhalter Bahnhof, 1899. Ansichtskarten/M/Kreuzberg Berlin. Disponível: <http://www.zeno.org/Ansichtskarten>. Acesso: 14/12/2013.

Fig.18. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Hercule Ufer, Landwehrkanal, Berlim, 2013, Ana Luiza C. Da Rocha.

Fig. 19. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Planufer, Landwehrkanal, Berlim, 2013, Ana Luiza C da Rocha.

Fig. 20. Ruínas do canal Landwehr em Kreuzberg Corneliusbrücke, 1945. Disponível online: <https://www.pinterest.de/pin>. Acesso: 20/10/2013.

Fig. 21. Teltow brücke, Landwehrkanal, 1945. Disponível online: <https://www.berlinluftterror.com/blog/steglitz>. Acesso: 14/12/2013.

Fig. 22. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Flutgraben, direção foz do rio Spree, Landwehrkanal

Fig. 23. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização). Tiertgarten, Landwehrkanal, Ana Luiza C, da Rocha, Berlim, 2013.

Fig. 24. Fotografia PETER SHAGEN, Berlin, 22/09/1986 Landwehrkanal zwischen Treptow/ Kreuzberg. Disponível online: <https://www.flickr.com/photos>. Acesso: 14/10/2013

Fig. 25. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Hercule Ufer, Landwehrkanal, Ana Luiza C, da Rocha

Fig. 26. Frame Documentário Paisagens hídricas em Berlim (em fase de roteirização) Waterloo Ufer, Brachvogelstrassw., Landwehrkanal, Berlim, 2013, Ana Luiza C. da Rocha.

Referências

ANDRE, M. La forêt, une passion allemande. *Magazine Books*, La forêt et nous, special été, n. 99, juillet/aout, Paris, 2019.

AUGÉ, Marc. Voyage et ethnographie. La vie comme récit. In: *L'Homme*, Récits et rituels. t. 39, n.151. p. 11-19, 1999.

BACHELARD, G. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1966.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003.

CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. Paris: PUF, 2000.

CONFINO, A. The national as local metaphor: Heimat, national memory and the German empire, 1871-1918. *History and Memory*. v. 5, p. 52-85, Spring/ Summer, 1993.

CORRÊA, S. M. de S. Cultura e Natureza na “África alemã”. In: *Tempos Históricos*, v. 15, 2. Sem., p. 363-381, 2011.

CROSBY, A. *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge University Press, 1986.

DELÉAGE, J.-P.; HÉMERY, D. De l'éco-histoire à l'écologie-monde. *L'Homme et la société*. n. 91-92, p. 13-30, 1989.

DEPRAZ, S. Ancrage culturel d' un imaginaire. De la forêt aux parcs naturels allemands, une mise en scène de l'univers du conte? *La Grande Oreille. La revue des arts de la parole*, n. 24, p.54-58, juil. 2005. Numéro thématique: Bois et sous-bois: contes en forêt.

DEVEZE, M. “Les forêts de l' Allemagne au XVe siècle”. *Revue Forestière Française*. Paris, v.6, 1962.

DURAND, G. *Beaux-arts et archétypes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989b.

DURAND, G. *Figures mythiques et visages de l'œuvre*. Paris: Berg International, 1979.

DURAND, G. *Introduction `a la myhtologie: mythes et sociétés*. Paris: Hatier, 1994.

DURAND, G. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod, 1989a.

DURAND, G. *Champs de l'imaginaire*. Grenoble: ELLUG, 1996.

DURAND, G. *Mito e sociedade*. A mitanálise e a sociologia das profundezas. Lisboa: Presença, 1983.

DURAND, G. *Mito, símbolo e mitologia*. Lisboa: Presença, 1982.

DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura*. Ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013a.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *As metrópoles contemporâneas e seus ritmos temporais*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013b.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. *Revista de Ciências Sociais, Política e Trabalho*, n. 34, p.107-126, abr., 2011.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia de rua e a câmera na mão. *Revista Eletrônica Studium*, Campinas: Unicamp, 2001/2002.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

ELIAS, N. *Os alemães*. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAÏSSE, C. et al. Palaeoenvironmental and archaeological records for the reconstruction of the ancient landscape of the Roman harbour of Narbonne (Aude, France). *Quaternary International*, v. 463, p. 124-139, 2018.

FRÚGOLI, H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Pucminas/EdUSP, 2006.

GROVE, R. *Ecology, Climate, and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940*. Cambridge: Cambridge Press, 1997.

GRUZINSKI, S. *La Guerre des Images - de Cristophe Colomb à "Blade Runner" (1492-2019)*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1990.

HARRISON, R. *Foreots*. Essai sur l'imaginaire occidental. Paris: Flammarion, 1992,

LEKAN, T. Regionalism and the politics of landscape preservation in the third Reich. *Environmental History*, v. 4, n. 3, p. 384-404, Jul., 1999.

LEKAN, T. ZELLER, T. (Eds.). *Germany's nature: cultural landscapes and environmental history*. Piscataway, NJ: Rutgers University Press, 2005.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra: a memória e os ritmos*. Lisboa: Ed 70. 1975. v. 2.

LEWI, A. *Le sentiment de la nature chez les écrivains romantiques*. Paris: Bordas, 1992.

MAFFESOLI, M. *Au creux des apparences*. Pour une éthique de l'esthétique. Paris: Plon, 1990.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

- MAGNANI, J. G. e TORRES, L. *Na metrópole*. São Paulo: Edusp/Fapesp. 2000.
- OLIVEN, R. G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- PAYEN, P. Éléments d'une anthropologie du voyage Lévi-Strauss et Hérodote. *Caravelle*, n. 96, p. 179-200, 2011.
- PROENÇA LEITE, R.; FORTUNA, C. (Orgs.) *Plural da cidade*. São Paulo: Almedina, 2009.
- ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. *RUA*, a. 16, n. 1, p. 121-145, 2010.
- ROCHA, A. L. C. da; NUNES, M.F.; FIGUEIREDO, J. A. S. Memória do trabalho e memória ambiental: as indústrias de curtume do Vale do Rio dos Sinos/RS. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 1, p. 173-188, 2019.
- ROCHA, A. L. C. da; NUNES, M.F.; FIGUEIREDO, J. A. S. Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory. *Braz. J. Biol.*, São Carlos, v. 75, n. 4, supl. 2, p. 3-9, dez. 2015.
- ROGER, A. *Court traité de paysage*. Paris: Gallimard, 1997.
- ROLLINS, W. H. Imperial shades of green: conservation and environmental chauvinism in the German colonial project. *German Studies Review*, v. 22, n. 2, May 1999.
- SALOMON, F.; PURDUE, L.; GOIRAN, J.-P.; BERGER, J.-F. Introduction to the special issue: Roman canals studies – main research aims. *Water History*. v. 6, p. 1-9, 2014.
- SANSOT, P. *Poétique de la ville*. Paris: Payot et Rivages, 1996.
- SCHAMA, S. *Paisagem e Memoria*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SILVA, D. G. G.; ALBUQUERQUE, M. da C. Hail Arminius! O pai dos alemães! a construção mítica da unificação alemã entre 1808 e 1875. *Topoi*, v. 18, n. 35, p. 330-355, jul. 2017.
- SILVEIRA, F. L. A. As paisagens missioneiras gaúchas nos relatos de viagem, ou por uma etnografia do olhar-viajante nas Missões. *Revista Iluminuras*, v. 11, n. 26, 2010.
- SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n.12, p. 15-24, set. 1996.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VITTE, A. C. A preservação da paisagem e a conservação da natureza no III Reich. *Confins: Revue franco-brésilienne de géographie. Revista franco-brasileira de geografia*, n. 32, set. 2017.

CAPÍTULO 12

O TEMPO E AS ÁRVORES EM PORTO ALEGRE (BRASIL) E ATHENS (EUA)

Cornelia Eckert

A árvore que sofre é o apogeu da dor universal
Bachelard, 2001, p. 222

A árvore e a cidade

Quando terminei o segundo grau em uma cidade do interior e me mudei para Porto Alegre (RS, Brasil) era final de 1975. Eu ainda não havia ingressado na universidade, mas passei a morar em casa de estudante (CEUPA) para fazer um curso pré-vestibular. Neófito em movimentos estudantis, logo entendi o que eram os tempos de ditadura, pois o debate político na Casa era intenso. Um dos temas, mesmo que ainda embrionário, era a questão ambiental. Em um dos debates promovidos sobre o assunto, lembro de escutar sobre um movimento de resistência em que um jovem estudante havia subido em uma árvore para evitar o seu corte. Alguns moradores da Casa, haviam testemunhado o acontecido. Fiquei impactada com a coragem do jovem no enfrentamento à polícia em plena Ditadura, em um ato de resistência ao autoritarismo do prefeito Thompson Flores, que mandara cortar 25 árvores para favorecer a construção do viaduto Imperatriz Leopoldina, no centro.

Certamente era a primeira vez que eu vinculava, em uma perspectiva política, a relação entre árvores e cidades, mas somente algum tempo depois, entenderia que aquele gesto seria considerado o reconhecimento público da existência do, então, emergente movimento ecológico não somente em Porto Alegre, mas no Brasil.

Para contar melhor este episódio, protagonizado pelo, então, estudante de Engenharia Carlos Alberto Dayrell que, em 1998, recebeu pela Câmara de Vereadores o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre, recorro a um documentário televisionado para o Canal Futura, intitulado *Um pé de quê?*¹⁷³, apresentado pela atriz Regina Casé e produzido em

173 Canal Futura, 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=tYhhf4943DM>, Acesso em 9 de julho 2018.

2015 em Porto Alegre. Nesta produção audiovisual, a atriz entrevista o engenheiro agrônomo Carlos Dayrell, residente no interior do Estado de Minas Gerais. O tema do programa era a árvore tipuana. A entrevista desenrola-se na Avenida João Pessoa ao lado de uma tipuana localizada em frente à faculdade de Direito, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, campus Centro. Na entrevista, Regina pergunta ao engenheiro, o que ocorrera no dia 15 de fevereiro de 1975 e por que havia uma placa de bronze em sua homenagem no muro da faculdade de Direito. Carlos relata que era aluno na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estava a caminho da faculdade de Engenharia para fazer sua matrícula, quando se deparou com várias tipuanas de grande porte derrubadas. Tratava-se de uma execução da Prefeitura, que previa o corte das árvores pela Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) para favorecer a passagem de carros na construção do Viaduto Leopoldina. Membro de um organismo não governamental pró-ecologia, Carlos, chocado com a cena, subiu em uma das tipuanas para impedir o seu corte.

Os trabalhadores da prefeitura pararam suas máquinas, e a polícia foi chamada. As negociações para a descida atraíram uma multidão. Logo, emissoras de televisão e rádio transmitiam o evento. Mais dois jovens também subiram na árvore, Teresa Jardim e Marcos Saraçol. Os ambientalistas José Lutzenberger e Augusto Carneiro da AGAPAN, também vieram apoiar o manifesto. Nas negociações, ficara decidido que Carlos iria conversar com o prefeito para suspender o corte das árvores que restavam. Enquanto dois jovens permaneciam na árvore, Carlos e o representante do movimento ambientalista foram recebidos pelo chefe de Obras da Prefeitura. Com a concordância administrativa da suspensão dos cortes, retornaram ao local para encaminhar a descida dos dois jovens que lá permaneciam. Mas, na descida, a polícia usou de violência e lançou bombas de gás para reprimir a manifestação. Os jovens foram presos e encaminhados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos de controle do regime militar e depois libertados pela intervenção de advogados do movimento ambientalista. A árvore não foi cortada e permanece até hoje.

Carlos testemunha que seu ato foi influenciado pelas falas de José Lutzenberger, um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), criada em 1971, que havia sugerido, numa palestra, esta forma de resistência: subir na árvore para impedir o seu corte.

Por ocasião do descerramento de uma placa em sua homenagem, em 1998, José Lutzenberger lembrava, em seu discurso, que o prefeito mandara derrubar as árvores durante as férias, pensando que não haveria estudantes:

Thompson esqueceu que era dia de matrícula. Surpreso, o prefeito argumentou que iria derrubar 25 árvores para melhorar o tráfego, mas estava plantando 20 mil nos bairros. Aí, preparamos um manifesto que começava mais ou menos assim: ‘Argumentar que não tem importância derrubar 25 árvores velhas, porque estão sendo plantando 20 mil novas, seria como dizer não importa que morra o nosso velho e sábio prefeito; estão nascendo tantos bebês’ (Villar, 2018, p. 1).

A árvore proprietária de si mesma

Em 2017, elaborei um projeto para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o tema da Memória Ambiental em Porto Alegre, intitulado *Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos*, objetivando tratar, entre outros aspectos, da arborização urbana. Aprovado em 2018, passei a dedicar-me ao estudo de acervos e revisei meu material etnográfico desenvolvido nos últimos 15 anos. Ainda em 2018 (de setembro a novembro), tive a oportunidade de estudar em Athens, no estado da Geórgia (EUA), junto com a colega, antropóloga, Ana Luiza Carvalho da Rocha. Nesse breve período de “licença-capacitação” estivemos ligadas ao *Humans and Environmental Change Lab*, coordenado pelo professor Donald R. Nelson, na Universidade da Geórgia, nos especializando em Antropologia Ecológica. Aproveitamos a estadia para desenvolver uma Etnografia na Cidade, um estudo de Antropologia Urbana Ambiental na interface com a Antropologia da Imagem.

Chegando em Athens, o que mais a mim impressionou na pequena cidade universitária, de 127.330 mil habitantes, foi, decididamente, a densidade da arborização. Provavelmente, em nenhuma outra, a presença da árvore me parecera, antes, tão imponente. Categoricamente, posso dizer que fui afetada pelas árvores em Athens.

Ao final de nossa estada, apresentamos aos pesquisadores do laboratório nossa experiência de “Etnografia nas Ruas” (Eckert e Rocha, 2014), observando e documentando com produção de imagens, o contexto ambiental em Athens. Em nossa palestra, optamos por apresentar nosso entusiasmo como um processo interpretativo de pesquisa etnográfica, com base no conceito de memória ambiental, categoria analítica central de nosso projeto. Expusemos nosso estudo de caso e demonstramos como elaboramos uma coleção de imagens no âmbito do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, correlacionando esta experiência às nossas pesquisas sobre o tema em Porto Alegre, cidade de nossa morada e trabalho.¹⁷⁴ Explicamos tratar-se de:

Empreitada orientada pelo método da convergência de Gilbert Durand, pelo qual relacionamos as narrativas etnográficas produzidas a partir de documentos visuais, sonoros e textuais, antigos e recentes, resultantes de pesquisas em acervos ou de etnografias. No Biev, o método de convergência nos ajuda na perspectiva experimental no campo das tecnologias e da *web* com a etnografia hipertextual (Rocha e Eckert, 2016).¹⁷⁵

Nossa breve pesquisa em Athens começou nas redes digitais sobre a história e a política de arborização. Tanto a documentação histórica quanto os folders turísticos faziam referência a uma árvore lendária: *The tree that owns itself*.¹⁷⁶

A referência jurídica a esta árvore nos incitava a uma pergunta: Como pode um proprietário de um pedaço de terra não pagar seus impostos e não precisar responder por este ato perante a justiça? É que o proprietário, neste caso, era uma árvore. Um não humano, para usar uma terminologia de Tim Ingold (2017). Ficamos encantadas com esta intriga e saímos em busca da famosa árvore.

174 Refiro-me ao projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, do Laboratório de Antropologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e por mim.

175 “O método de convergência reúne alguns procedimentos complexos, como analisar, separar, agrupar e ordenar os documentos etnográficos obtidos em campo (sonoros, visuais e escritos), tendo em vista a forma ou a feição de seus arranjos para a descrição dos fenômenos da cultura, segundo a compreensão de determinadas estruturas figurativas que os conformam. A natureza experimental deve-se a um claro compromisso ético e político de crítica aos próprios cânones da disciplina e à sua abertura para a interdisciplinaridade e a inventividade”. (Rocha e Eckert, 2020).

176 Como no site <https://www.visitathensga.com/listings/the-tree-that-owns-itself/234/>.

Foi preciso atravessar uma rodovia estadual e subir um pequeno morro calçado com pedras de paralelepípedo para chegar ao local que havíamos marcado no mapa. Rodeada de belas casas típicas da região, com grandes jardins, encontramos a frondosa árvore em um canteiro que avançava sobre a rua. Tiramos várias fotos e um *self* para testemunhar que ali havíamos estado.

Na realidade, a árvore “dona de si” original adoecera e havia sido derrubada por um temporal em 9 de outubro de 1942. Mas, de suas sementes, fora obtida uma nova muda. Este processo de germinação foi realizado sob os cuidados do *Junior Ladies Garden Club*, que replantou a muda no mesmo local em 9 de outubro de 1946. A historietta em torno desta árvore mergulhava-nos em uma memória ambiental, confirmada na entrevista com uma professora brasileira aposentada da Universidade da Geórgia (UGA), a porto-alegrense Carmen Tessler: “Aqui todo mundo conhece a lenda deste carvalho. Tem gente que vem de longe para conhecê-la. Era de um professor da universidade que a adotou e a emancipou.”

Em uma placa monumental, próxima da árvore, podia-se ler: “Pois, em consideração ao grande amor que tenho por esta árvore e ao grande desejo que tenho por sua proteção, para sempre, transmito inteira posse de si mesma e todas as terras em oito pés da árvore em todos os lados. Sir William H. Jackson.”

O site da prefeitura trazia mais subsídios:

O terreno em que a árvore se encontra era originalmente propriedade do coronel William H. Jackson, um professor da Universidade da Geórgia. Diz a lenda que, no início de 1800, o professor Jackson, por amor ao grande carvalho, transferiu a propriedade da árvore e do terreno para si mesmo, com 2,5 metros a partir dela em todos os lados. Uma escritura original não foi localizada, mas a comunidade de Atenas reconheceu o título da árvore e tomou medidas para protegê-la. O filantropo George Foster Peabody pagou para instalar o cercado ao redor da árvore (ACC, 2018, consulta 4 setembro 2020).

Ficamos surpresas em descobrir um “romântico ecologista” do século XIX e o valor por ele dado a um carvalho. Logo lembramos do estudo de Luc Ferry, intitulado *A nova ordem ecológica* (Ferry, 2009), em

que o autor analisa as árvores como “sujeitos de direitos”. Ferry estuda os processos que concederam status jurídico aos seres não humanos em nome dos direitos da natureza e contra o antropocentrismo.

As árvores pareciam ter, para nós, um papel cada vez mais especial em Athens. Resolvemos dedicar nossa etnografia ao tema da arborização; na realidade, uma etnografia da duração, para o qual a intensa produção de imagens e pesquisa em acervos é fundamental (Rocha e Eckert, 2007, 2013, 2015, 2016).

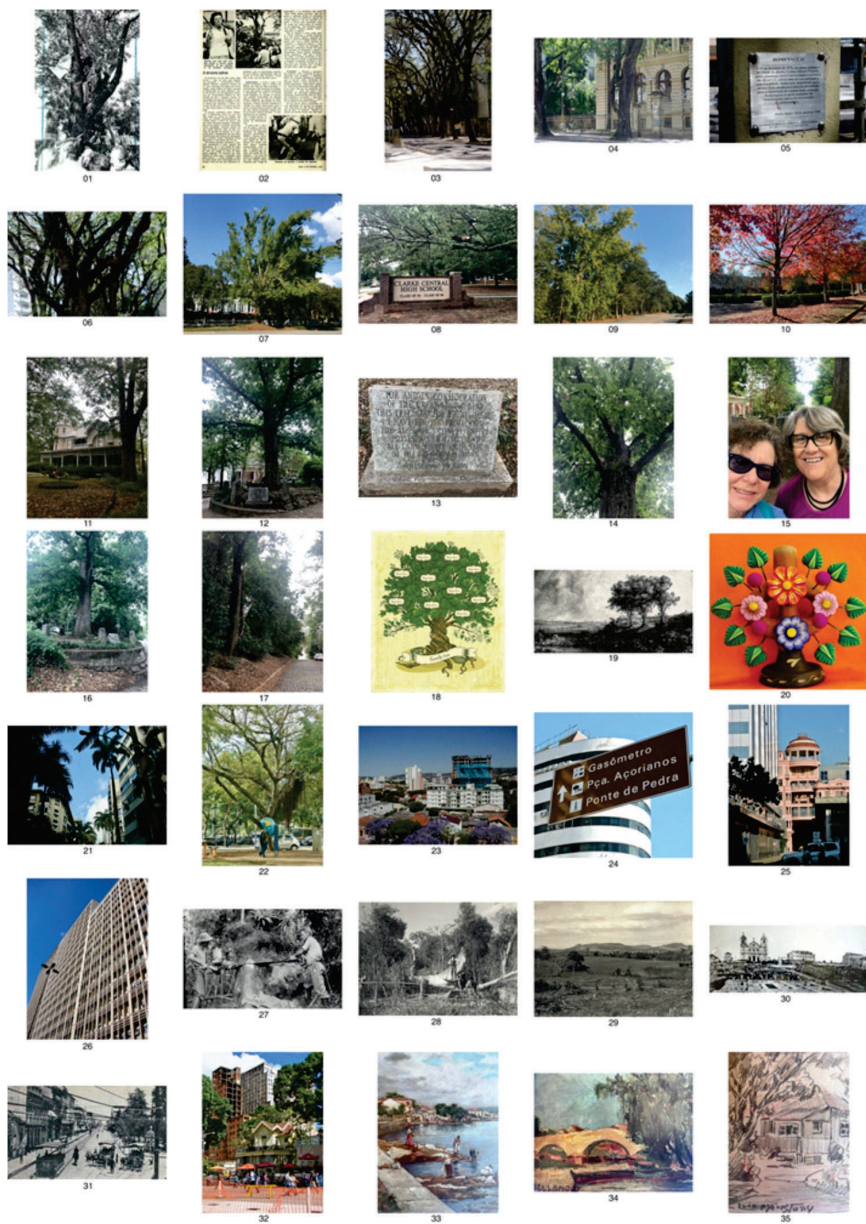
As novas sensibilidades no Ocidente

Keith Thomas, em *O homem e o mundo natural* (1988), percorre as mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais de 1500 a 1800. Embora sua análise se concentre na Europa, o revisitamos aqui, por se dedicar ao tema da árvore. Segundo Thomas, no século XVII emerge um debate em torno das novas sensibilidades, ampliando a preocupação moral em relação aos seres vivos negligenciados. Mas será somente no século XVIII que, de fato, encontraremos na literatura uma referência mais expressiva sobre a emergência de novos sentimentos de aversão às tradições depredadoras, em obras que retomam referências quinhentistas, como Montaigne (1533-1592), Shakespeare (1564-1616), etc., em suas preocupações com a natureza e de benevolência para com todos os seres. Montaigne, por exemplo, sugeriu que as árvores e plantas deveriam ser tratadas com humanidade. David Hume (1711-1776) considerou que o “cuidado com as criaturas era exigido pelas leis de humanidade” (Thomas, 1988, p. 210). Ideias que se consolidavam no final do século XVIII, já com a ciência botânica, que admitia que as plantas eram criaturas sensíveis, com isso reajustando a tradição antropocêntrica.

A nobreza, os clérigos rurais educados e as novas classes médias profissionais são apontadas pelo autor como adeptos do cultivo de árvores e flores, impregnados pelo valor do paisagismo. Estamos ainda citando o livro de Thomas, que fala desses tempos de crescente interesse por árvores e flores no processo civilizatório em sua expressão de satisfação emocional, como, por exemplo, estima.¹⁷⁷ Processo lento, testemunham os autores elisabetanos que narram que as árvores que

¹⁷⁷ Ver também Norbert Elias (1993).

não rendessem frutos eram derrubadas pelos empreendedores agrícolas, como Sir Walter Blith, em 1653, que se orgulhava dos vistosos campos de trigo sobre as antigas florestas (Thomas, 1988, p. 234).



Enquanto as colônias dos poderosos impérios europeus viam seu patrimônio florestal sendo dizimado em nome do triunfo da civilização (queimadas, agricultura, pastagem animal, etc.), no início do período moderno, na Inglaterra, opera-se uma guinada de atitude em relação à emergente preservação de árvores. Em vista da crescente necessidade de madeira para fins de construção e para combustível, surge uma lógica do plantio de árvores como recurso autorrenovável e valioso, que recorre à aplicação de penalidades contra a derrubada ilegal de árvores. A observar-se, porém, as variáveis dessa lógica: um dos primeiros motivos, o econômico, posto ser a madeira necessária para uso e lucro; à época, não menos importante, sua utilização para embelezamento de parques reais, dignificando o cenário em tradições como a da caça a cervos ou, finalmente, para deleite da elegante sociedade em seus passeios e caminhadas a pé em Londres, como no reinado de Carlos I, em torno do Hyde Park (Thomas, 1988, p. 245)¹⁷⁸, aspectos que devem ser analisados sob a perspectiva da história da paisagem (Corbin, 2001). A qualificação de insalubre aplicada a propriedades “obstruídas por árvores”, predominante no século XVII (Thomas, 1988, p. 249), foi compreendida como cultivo aristocrático, misturando o sensório ao lucro, substituindo a afirmação social por um senso estético elevado e, mesmo, patriótico. Escreve Thomas: “As árvores haviam deixado de ser um símbolo de barbárie ou uma mera mercadoria econômica: tinham-se tornado parte indispensável do cenário da vida da classe superior.” (1988, p. 250).

No final do século XVIII e início do XIX, as árvores estão fortemente presentes nas artes, em livros, poesias e pinturas. Conjuntura de forte contribuição do Romantismo alemão e aproximação entre razão e sensibilidade com Shiller, Goethe, além, e sobretudo, da efervescência da Filosofia da Natureza de Alexander Von Humboldt, em seu cientificismo e aprimoramento do conceito de paisagem (Silveira, Vitte, 2018).

Manifestos poéticos contra o corte de velhas árvores evoluíram para uma visão de idolatria das árvores nessa era romântica, quando chegaram a ser vistas como “os primeiros templos de Deus”, na América do século XIX pelos transcendentalistas (Thomas, 1988, p. 258). Na aristocracia inglesa, as árvores não raro eram simbolizadas nos retratos

¹⁷⁸ Segundo Roy Porter (2000), a área equivalente ao Hyde Park foi adquirida em 1536 pelo rei inglês Henrique VIII. O Hyde Park foi somente inaugurado em 1637, pelo rei inglês Carlos I.

de famílias como ramificação de gerações, representando “as grandiosas mansões da Inglaterra” que faziam referência às “árvores ancestrais” da nobreza, em que o corte de uma árvore-símbolo por vingança ofenderia a honra da linhagem. Tornava-se comum entre os lenhadores e jardineiros a terminologia antropomórfica sobre a condição da árvore. Os poetas expressavam-se em relação às árvores como a “uma hierarquia análoga à que vigia na sociedade humana” (Thomas, 1988, p. 260-262).

As leis, para quem prejudicasse uma árvore, tornavam-se mais rigorosas; mesmo o hábito de aparar as árvores foi condenado e considerado ato repugnante no leste da Inglaterra (declaração de Arthur Young), ou, como pregava o poeta escocês James Grahame, “o livre crescimento das árvores simbolizava a liberdade do homem inglês em geral” (Thomas, 1988, p. 264).

Como pondera Luc Ferry, é no próprio Ocidente que os seus delitos passam a ser considerados e punidos (Ferry, 2009, p. 33). Complexo movimento deste universo moderno em seu poderio de industrialização e modernização! Mostra o autor que é na própria cultura ocidental que a atenção dirigida à natureza será produzida e decorrerá no âmbito de projetos democráticos que incentivam as reivindicações de direitos humanos, como os direitos à vida, ao descanso e aos lazeres, à saúde e ao cuidados médicos, etc., “tão características da relação moderna dos indivíduos com um Estado liberal que se tornou protetor” (Ferry, 2009, p. 34).

O tempo e a árvore da vida

A relação da vida com as árvores está presente em muitos mitos, significando nascimento e fertilidade. Assim como os astros, empresta harmonia dramática ao tempo cíclico. Entre outros mitos, o das três árvores, “tal como aparece em certos evangelhos e apocalipses apócrifos, não é mais que um duplicado do mito das três idades” (Eliade, 1974, p. 254), presente em muitas representações, como na pintura de Rembrandt, em *As três árvores – 1643*, significando vida.

Pertencendo ao regime noturno no quadro isotópico das imagens (Durand, 1989, p. 83), a figura da árvore revela uma estrutura sintética e dialética, portanto, constitucionalmente ambígua. Tema dos devaneios naturais em Bachelard, este pondera que o ciclo dos astros é reproduzido

pelo vegetal, isomorfo do ritmo: “O tempo, na formação do mundo, é representado na árvore cosmológica, a imagem primeira, a imagem ativa, que produz todas as outras imagens” (Bachelard, 2001, p. 223-228). Estamos tratando do simbolismo vegetal que, em suas múltiplas epifanias, “contamina toda a meditação sobre a duração”, que testemunha a passagem do tempo, do nascer ao morrer (Durand, 1989, p. 203).

Nas árvores, sempre associadas a águas fertilizantes, prepondera a verticalidade, que simboliza a vida. Na tendência a sublimar-se, ao verticalizar a sua mensagem simbólica, a imagem da rítmica cíclica é facilmente confundida com a fantasia progressista (Durand, 1989, p. 232). Em termos bachelardianos, por sua verticalidade, “a árvore cósmica humaniza-se e torna-se símbolo do microcosmos vertical, que é o homem” (Bachelard, 2001, p. 207 e 229).

A falácia do tempo “vertical” e as cidades modernas

Problematizo a fundação das cidades modernas configuradas sob o reino messiânico das aspirações verticalizantes e progressistas, negando a reciprocidade cíclica, a contradição, a inversão, a queda, a crise, paradoxos singulares no mundo ocidental.

O processo de domesticação da natureza - guiado pelos gestos fundacionais das cidades - emerge marcado pelo culto ao progresso. As cidades modernas mostram sua face contraditória, evidenciando que os valores do individualismo progrediram em compasso com as lógicas hierarquizantes e opressoras, produzindo, na esteira do capitalismo industrial, a exclusão, a segregação e o empobrecimento de populações concentradas nos contextos urbanos, condições essas teorizadas sob a lupa da ecologia urbana dos anos 40 e 50, formada por intelectuais da chamada Escola de Chicago e pioneiros nos estudos da sociologia e da antropologia da cidade.

O mito do progresso relaciona a consolidação das cidades à modernização econômica, urbana e social, recheada de inovações políticas, culturais, técnicas e tecnológicas, gestando novas formas de sociabilidade e ordens espaciais com o predomínio de discursos hegemônicos conservadores com respeito à manutenção das estruturas de poder local, mas abertas à circulação de ideias globais progressistas. Emerge, dessa

perspectiva, a agitação do pensamento crítico na figura de movimentos de contestação, que compreendem mudanças na produção e na correlação de forças internacionais. Tempos de consolidação de um campo científico e de avanços teóricos para desvendar as contradições, os antagonismos e as desigualdades de uma sociedade urbana, segregada e hierarquizada, fato verificado em nossa história, do Brasil colônia à República.

Minha terra tem palmeiras

A Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, de 1857, ufana uma natureza *brasiliensis* que escamoteia o sopro da destruição denunciada na obra de José Augusto Pádua (2002) sobre o pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). A depredação no Brasil colônia do ecossistema florestal é ritmada por ciclos extrativos e agrícolas (madeira, ouro, açúcar, algodão, café, borracha, cacau, soja, etc.). A devastação ambiental da linha brasileira litorânea onde, em especial, emergiram os núcleos urbanos, arrasou mangues, arroios, florestas, colinas, matagais, etc., operada pela lógica dos colonizadores de estabelecer, pela exploração direta da natureza e pela domesticação ambiental, a conquista de riquezas e a consolidação do poderio explorador. A destruição ambiental “foi um elemento constitutivo da própria lógica da ocupação colonial do Brasil” (Pádua, 2002, p. 79).

Em nome do triunfalismo do progresso, somavam-se aos males do escravismo os problemas da monocultura. Os perigos da falta de diversidade agrícola, da extravagância da devastação e do esgotamento foram representados na literatura e nas artes antiescravocratas. Pádua analisa a obra escrita de José Bonifácio (1763-1838) para encontrar em sua postura um projeto cultural das “luzes” (Pádua, 2002, p. 13) e a emergência de uma política conservacionista ambiental. O princípio pedagógico iluminista de José Bonifácio considera a destruição dos recursos naturais, como o impacto do desflorestamento, em suas imbricações socioeconômicas. Todavia, o faz sob uma perspectiva conservadora. Sua política propunha uma ação pública enérgica, mesclando “o intervencionismo da tradição pombalina com os novos argumentos científicos que então afloravam, especialmente a partir da economia da natureza”

(Pádua, 2002, p. 141), aproximando a racionalidade teórica da ciência à racionalidade prática da ação política.

O escandaloso tráfico e os maus tratos contra os índios e negros eram cantados na poética da destruição, como a crítica de Manoel de Araújo de Porto-Alegre, de 1845, considerado na análise de Pádua como de uma estética do sofrimento individual e subjetivo, “uma espécie de dor estética pela destruição de algo imensamente belo e generoso”, como bosques, rios, almas (Pádua, 2002, p. 162). A crítica à destruição ambiental emerge vinculada a uma política sanitária, que consistia na elaboração de planos gerais de salubridade para as cidades, como percebe o autor na análise dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina, entre 1830-1850. De acordo com esse plano de salubridade, a valorização do meio natural constituía a base teórica do patriotismo naturalista do pensamento médico brasileiro, e de um conjunto da elite intelectual, a favor do potencial de civilização dos trópicos, como previam as teses de Humboldt em seus *Quadros da natureza*, de 1808 (Pádua, 2002, p. 182-183).

Na guinada dos ciclos extrativistas para a égide do avanço da liberdade comercial e industrial, as cidades brasileiras modernizam-se sob a lógica positivista de aperfeiçoamento do processo civilizador, como na obra do engenheiro e naturalista Guilherme Capanema, que via no colapso das antigas civilizações, pela destruição florestal, o alerta para a sociedade brasileira e sugeria ao Brasil imperial a adoção urgente de uma política de plantio de árvores, provocando a fundação, em 1860, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que levanta o problema florestal urbano na capital do II Império (Pádua, 2002, p. 210-217). O plantio de árvores em áreas urbanas consolida-se relacionando sistematicamente mananciais de água e salubridade pública.

A nova ordem ecológica

A partir dos anos 1970, podem-se caracterizar as mudanças de ordem mundial que promovem um diálogo sobre a responsabilidade humana em face da destruição da biodiversidade (conceito criado na época), desgastada pelos interesses consumistas. Pesquisadores cientistas do mundo inteiro anunciam a crise ambiental causada pelos altos níveis

de poluição e pelo esgotamento dos recursos naturais em razão ou em função da lógica da produção capitalista sobre o planeta Terra, e anunciavam a urgência do debate sobre o princípio de responsabilidade dos Estados-nação. Na propagação da crise ecológica global, acirra-se um embate entre novos atores sociais (que sustentam um processo de politização da ecologia) e os donos do poder, obcecados, em seus modelos desenvolvimentistas, por planejamentos urbanos de ordem consumista, caracterizados pela insustentabilidade ambiental.

O despertar do “espírito crítico” (Bachelard) ecológico acende-se com a valorização das teorias em prol da duração da vida no planeta Terra, como a “ecologia cultural”, de Julien Stewart no início dos anos 60 (Harris, 1979), a “teoria de Gaia”, de James Lovelock (1988), da *autopoiesis*, de Francisco Varela e Humberto Maturana, nos anos 70 (Maturana e Varela, 2001, 2013), da “ecologia do espírito”, de Gregory Bateson, de 1977, “da ecologia complexa”, de Edgar Morin (1977, 1980), do “contrato natural”, de Michel Serres, de 1990 e, sintetizando, de uma antropologia apoiada na reflexão relacional inaugurada pelo mestre Claude Lévi-Strauss, a teoria do perspectivismo (Viveiro de Castro, 2020), e, por fim, uma “nova ordem ecológica” (Ferry, 2009). Ao nível de uma política internacional, emerge uma ação global institucionalizada pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Sob esta lógica de negociação mundial, os Estados-nação passam a agenciar protocolos que tangem o direito internacional com questões sobre a biodiversidade, como a Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em que foi assinada a “Agenda 21”¹⁷⁹.

Porto Alegre nos tempos fundacionais

A cidade de Porto Alegre, desde cedo, recebeu fortes incentivos para a arborização urbana, seja no centro histórico, seja ao longo dos eixos radiais em direção ao Sul, ao Leste e ao Norte, conectando o centro à ponta rodeada pelo lago Guaíba. A localidade que viria a se tornar a capital do estado foi formalmente fundada em 26 de março de 1772, após a chegada de 60 famílias açorianas. Estas se instalaram perto das

179 Sobre a Agenda 21, sugerimos <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

águas do rio e fundaram o Porto dos Casais. Desde os tempos imperiais, a localidade foi dividida entre distritos de diferentes vocações - seja a comercial, seja a industrial - e arrabaldes rurais, com forte centralidade em torno da Praça da Harmonia (hoje Praça da Matriz).

No século XIX, as aquarelas e fotografias mostram uma vegetação rala nas áreas nobres construídas: palácio do governo, igrejas, arsenais, ópera. No entanto, as praças proliferam - Alfândega, XV (quinze), Redenção - com plantio de árvores.

O início do século XIX, de 1830 a 1845, foi agravado pela oposição das forças revolucionárias republicanas no sul do Brasil contra o Império. A força revolucionária, na carismática figura de Bento Gonçalves, teve domínio sobre Porto Alegre de 1835 a 1836, quando foi retomada pelo Conde de Porto Alegre, segundo o cronista Francisco Riopardense de Macedo (1999).

A imagem em frente ao palácio do governo mostra a visita de dom Pedro II, em agradecimento à lealdade imperial. Mas o ar republicano estava se aproximando. Em 1888, foi declarada a Lei Áurea, com a libertação dos escravos e a Proclamação da República, esta, em 1899. O estado do Rio Grande do Sul tinha seu cenário modificado, principalmente, pela forte imigração. Na capital, “o progresso” instalava-se com a abertura de centros industriais e comerciais, com a aceleração das exportações pelo porto local, com o aumento do equipamento urbano, especialmente de transporte, com a instalação do bonde e, por fim, com a rede rodoviária e ferroviária, que completavam a intensificação da vida cultural.

A cidade republicana apoiava-se na ideologia positivista de “ordem e progresso” sob o governo do presidente estadual Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros e pelo planejador de política urbana, José Montaury. Nas iconografias apresentadas na coleção de Fernando Cacciatore de Garcia publicadas no catálogo intitulado *Paisagens de Porto Alegre* (comemoração aos 243 anos de Porto Alegre, em 24 de março de 2015), a presença de arvoredos entre os casarios baixos é destaque, como na obra de 1899 do viajante Otto Dinger. Em primeiro plano, as *lavadeiras na Praia do Riacho*, lavam no lago e estendem as roupas sobre pedras. Algumas árvores e arbustos entre as casas mostram a pitoresca paisagem de um nascente povoado. Na pintura de Francisco Bellanca

intitulada *Ponte do Riacho*, da década de 1920, a paisagem é tomada de árvores. Na tela de S. Egly, a *Ponte do Riacho* na Rua da Figueira, de 1935, é cercada de árvores. O grafite de Luiz Maristany de Trias, de 1940, intitulado *Ponte de Pedra do Riacho*, traz igualmente forte presença de arbustos e de arvoredo com casas nas proximidades e postes de eletricidade.¹⁸⁰ De 1942, o grafite de Trias representa o *Lago do Parque Farroupilha*, a paisagem é predominantemente arborizada, com plantas típicas de proximidade da água, em contraste com seu grafite anterior, de 1939, da *Rua Senhor dos Passos, Praça Dom Feliciano*, onde predominam os plátanos. Apreciei, do mesmo artista, os grafites que representam o *Bairro dos Alemães*, nos entornos do clube Sogipa, que registram a presença de árvores e jardins. Outro retrato do autor, de 1942, traz uma árvore vistosa a beira do lago no *Bairro Praia de Belas* e uma população em seu lazer de passear para apreciar a paisagem. O grafite *Casarios* na Praça da Cidade Baixa, de 1941, mostra arbustos e arvoredos densos. Interessante é o volume de arvoredos do *Bairro Terezópolis*, em grafite de Luiz M. de Trias, de 1940. É neste bairro que encontro a informação sobre a Festa da Árvore na Praça Guia Lopes, de 1911. Segundo dados do historiador Sérgio Costa Franco, nesse ano a Intendência Municipal cuidou da arborização, conforme sua consulta ao Jornal do Comércio de 12 de agosto de 1911: “Terminou ontem a plantação das árvores da Avenida Terezópolis, local onde se realizará no dia 7 de setembro a Festa das Árvores. Foram colocados 280 pés de plátanos” (Franco, 1988, p. 401). A Festa da Árvore rendeu um monumento dedicado à sua preservação, que ainda se encontra na Praça Guia Lopes.

A cidade mais arborizada do mundo

Todo porto-alegrense sabe: Porto Alegre, hoje com 1.472.482 habitantes, é a capital mais verde do Brasil, embora a mesma frase possa

180 Segundo Sérgio da Costa Franco (1988) o Conde da Figueira, governador da Capitania entre 1818 e 1820, mandou abrir o “Caminho de Belas”, atual Avenida Praia de Belas, ainda não havia ponte no Riachinho – atual Arroio Dilúvio - para ligar as chácaras ao centro da cidade. No governo do Visconde de São Leopoldo foi construída uma ponte de madeira sobre o Riacho, junto à sua foz no Guaíba, um pouco mais abaixo da atual Ponte de Pedra. Essa primeira ponte de madeira sofreu repetidos danos e passou por várias reconstruções, em 1830, depois da enchente de 1833 e em 1844. Em 1846, durante o período de pacificação da província rio-grandense, o Conde de Caxias, então presidente, decide construir uma nova ponte, de pedra, na embocadura da Rua da Figueira, lugar mais favorável ao trânsito público. Foi aberta ao público em 1848, ainda em obras, possibilitando o fechamento da ponte de madeira. Um século mais tarde o riacho foi retificado e a ponte transformada em monumento, tombada pelo município em 1979.

ser escutada a respeito de outras capitais, como João Pessoa, capital da Paraíba. Outro *leimotiv* divulgado nas redes sociais é que Porto Alegre tem a rua arborizada mais linda do mundo, sugestão original do *blog* português *A sombra verde*. Esta referência vem acompanhada de fotografias da rua Gonçalves de Carvalho.

O tunel verde de tipuanas da rua Gonçalves de Carvalho chama a atenção por sua imponência em um bairro (divisa dos bairros Independência e Floresta) caracterizado por prédios altos, institucionais ou residenciais, e um *shopping* de grandes proporções, instalado em espaço revitalizado onde funcionou uma antiga cervejaria, num prédio original de 1873 (sendo a última empresa a Brahma). O asfalto, neste trecho, não foi implantado, e sobrevivem os paralelepípedos que dão maior vazão à água da chuva, o que ajuda na preservação.

A fama da rua com suas tipuanas deve-se ao artista plástico Cesar Cardia, por conta do *blog Amigos da rua Gonçalves de Carvalho* (Cardia, 2018). Este *blog* se dedica à preservação das árvores, iniciado em 2005, quando uma empresa tentou construir um estacionamento no local, ameaçando cortar algumas delas. Os moradores locais, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência (AMABI), sob a liderança do dentista Haeni Ficht, organizaram-se em um movimento de resistência. Este evento resultou no tombamento do conjunto de árvores. Foi decretado Patrimônio Histórico, Cultural, Ecológico e Ambiental do município em junho de 2006. Desde então, a associação pela preservação é mantida.

Para o militante ambientalista Cardia, líder da associação do bairro após o falecimento do dentista Ficht, estas árvores foram plantadas por moradores cerca de 70 a 100 anos atrás. Já em outras referências, as mais de cem árvores do gênero tipuana, enfileiradas em aproximadamente 500 metros de calçadas, teriam sido plantadas no final da década de 1930 por trabalhadores de origem alemã, empregados na antiga cervejaria local.¹⁸¹

As reformas urbanas predominaram no século XX. Os prefeitos que se sucederam no Partido Republicano Rio-Grandense (José Montauray, Otávio Rocha, Alberto Bins) seguiam o tripé hausmaniano de

181 Rua mais bonita do mundo fica em Porto Alegre. SBT, 24 de agosto de 2011; Rua de Porto Alegre ganha fama de 'mais bonita do mundo'. Folha de S. Paulo, 11 de setembro de 2011; O comerciante Gonçalves de Carvalho; Rua Gonçalves de Carvalho é Patrimônio de Porto Alegre. Jornal Já, 7 de junho de 2006.

urbanização, favorecendo a modernização, ao mesmo tempo, dos transportes, do saneamento e dos equipamentos urbanos. Em Porto Alegre, um plano elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Antônio Maciel (1914) acelerava a expansão dos sistemas viários (Ferraz, 2000). Os planos de expansão sucediam-se e recebiam atenção paisagística com a plantação de palmeiras-da-califórnia e jacarandás, na Avenida Bom Fim (Osvaldo Aranha), nos anos 1940, que ladeia o Parque Farroupilha, bem como com a arborização nas demais vias, como na Avenida João Pessoa (Franco, 1988).

Como outras cidades modernas, Porto Alegre foi marcada pela gestão de governos positivistas que se sucederam, mesmo que não hegemônicos, dados os expressivos movimentos de oposição. Os investimentos urbanos são de toda ordem, implicando empréstimos externos e dívidas enormes por equipamentos urbanos importantes para a expansão de um crescente desenvolvimento industrial e comercial. Algumas administrações se destacaram no plantio de árvores, como o comprovam o 1.150.000 árvores da gestão de Guilherme Socias Villela (anos 1970).

Hoje, a política de árvores segue o Plano Diretor de Arborização Urbana da Prefeitura Municipal, com controle do inventário por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM, 2020).



36



37



38



39



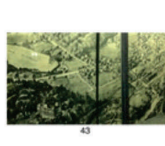
40



41



42



43



44



45



46



47



48



49



50



51



52



53



54



55



56



57



58



59



60



61



62



63



64



65



66



67



68



69



70

Uma cidade com vocação ambiental

Pesquisando sobre a fundação da cidade de Athens, encontramos, no livro de Ernest C. Hynds (2009, p. 9), referenciado o ano 1806 como a data em que foi elevada à categoria de cidade, com um governo composto por uma comissão de três membros. Passando o pórtico do *campus* da Universidade da Geórgia, ao lado de um prédio milenar (*Old College*), encontramos uma placa em que constam informações sobre o terreno cedido pelo Estado americano em 1784, de 40.000 acres de terra, para o funcionamento de uma universidade. Assim, em 1785, foi fundada a Universidade da Geórgia, bem antes da fundação da cidade. Os dizeres na placa informavam, ainda, que esta territorialidade teria sido pioneira na qualidade de concessão pelo governo para o funcionamento de uma universidade, sendo o primeiro presidente, e autor do estatuto da escola, em 1976, Abraham Baldwin. Uma cidade, portanto, com forte vocação educacional, tendo iniciado, nos diz o Prof. Nelson, com a formação em Agricultura, depois Direito e Arte Mecânica. Mas, a esta, juntou-se, sem dúvida, a vocação ambiental.

Na entrada da biblioteca principal, deparamos-nos com mapas antigos, datados do período da fundação da universidade. Um rio navegável (*Oconee River*) sobressaía-se e poucas casas esparsas estavam representadas, tanto quanto uma rara vegetação. Já a pintura panorâmica do artista plástico Albert E. Downs, no museu da universidade, representa uma imagem mais arborizada da cidade em sua fundação, ladeada por áreas de mata no entorno do Lago Pirraeus. Na monografia de Thomas Reed, de 1949, encontramos referência à colônia de Athens, apresentando espessa floresta. Hynds noticia que, em 1991, Athens mudou sua razão social para Athens–Clarke County, atualmente com cerca de 217.000 habitantes, sendo uma referência nacional como cidade universitária.

Na biblioteca da UGA, buscamos informações sobre uma política pública favorável ao plantio e à conservação do patrimônio das árvores comunitárias. Na mapoteca, uma atenciosa professora de Geografia, aposentada, apresentou-nos inúmeros mapas antigos da cidade, sempre com acentuado índice de árvores. Esclarecia-nos a professora haver na localidade um programa especial de políticas públicas relacionadas ao cuidado comunitário das árvores. Buscamos, então, informações na

própria prefeitura, onde uma recepcionista orientou-nos que encontraríamos todas informações no *site* do condado - <https://athensclarkecounty.com/>>. Nele achamos os dados sobre o Departamento de Planejamento e o item “Portaria de gerenciamento de árvores”.

De fato, o *site* é muito completo com informações sobre as árvores comunitárias, pois contém os documentos que gerenciam as árvores da comunidade do condado de Athens-Clarke. A portaria sobre as árvores foi emitida em 2005 pela prefeitura e pela Comissão do Condado de Athens-Clarke, para proteger este recurso natural vital “por seus benefícios ambientais, sociais e econômicos” e com a intenção de regulamentar quantidade, qualidade e distribuição de árvores na cidade.

A Escola Florestal e de Recursos Naturais

O *campus* da Universidade da Geórgia, em Athens, é de grandes proporções. Entre as escolas que nos interessavam visitar (por sua relação com ecologia, e meio ambiente), optamos por conhecer mais de perto a Escola Florestal e de Recursos Naturais Daniel B. Warnell. Na portaria, simpáticas secretárias atenderam-nos e nos forneceram-nos um *folder* e informações de um *site*. Consta nele que a escola foi fundada em 1906; que prepara líderes na conservação e gestão sustentável de florestas e outros recursos naturais renováveis, “usando as mais recentes tecnologias para aplicações no mundo real”.

Na saída, sentamos em um banco e ficamos assistindo a uma aula ao ar livre. Em frente a uma árvore de média proporção, a professora orientava sobre suas características. Pegou uma folha na mão e, após explicações, entregou-a aos alunos, que a passavam de mão em mão; outros pegavam folhas no chão e faziam suas observações. Folhas no chão havia em abundância; afinal, estávamos no outono.

No folheto sobre a faculdade, podíamos ler que ali o estudante aprende a gerenciar árvores individuais ou pertencentes a comunidades, a florestas e a espaços verdes, públicos e privados. A formação é em Engenharia Florestal, com ênfase em Árvores Comunitárias. O profissional ali aprovado passa a operar como especialista, avaliando árvores em centros urbanos, realizando planejamentos comunitários e projetos relacionados a árvores que envolvam educação ambiental na comuni-

dade. Também pode especializar-se em Direito Ambiental, no desenvolvimento de leis para a proteção de árvores, aplicar-se à formação de líderes locais para proteger e manejar as árvores de maneira sustentável. Outras especializações são voltadas às áreas rurais e suburbanas.

Além disso, no contexto urbano, o estudante pode especializar-se em árvores que crescem em desfiladeiros urbanos, em ruas, rodovias, pátios, parques, cemitérios, escolas, passagens, em rotas de serviços públicos e edifícios. Por meio do conhecimento da biologia e da fisiologia das árvores, de sua biomecânica, de manutenção, cuidados com a saúde e avaliação de risco. Consta no referido site que:

[...] os arboristas abordam a gama de desafios enfrentados pelas árvores em ambientes restritos de engenharia humana. Os arboristas também usam novas tecnologias para melhorar a eficácia e a segurança no trabalho, como tecnologia de *drones*, *software* e dados de análise espacial e dispositivos de medição de resistência.

Nesse site consta ainda uma ampla lista de mercado de trabalho em contextos urbanos e rurais. Os graduados podem receber o certificado da *International Society of Arboriculture*. Entre as várias disciplinas, algumas eram desenvolvidas no Jardim Botânico do Condado. Decidimos então fazer uma visita “etnográfica” a este parque.

O maior parque da América Latina nos tempos modernos

Hoje, 2020, estou com 64 anos. Quando eu era criança, à época no terceiro ou quarto ano primário, encontrava nos livros de Geografia informações sobre ser o Parque Farroupilha, o maior da América Latina. Este recebeu várias denominações ao longo de sua história: Campos da Várzea do Portão (1807), Campo do Bom Fim (1867), Campo da Redenção (1884) e Parque Farroupilha (1935). Há muito, o famoso parque perdeu este título, mas continua um importante patrimônio verde que mitiga o impacto da poluição do ar nesta área da cidade, por muito tempo apelidado de pulmão de Porto Alegre.

Originalmente um curral de gado (e campo de treinamento militar), o potreiro da várzea foi promovido a características de parque para

receber a Mostra Estadual de 1901, nos moldes das grandes exposições parisienses. Ganhou melhorias no já citado plano Maciel, de 1914, mas foi em 1927 que recebeu um projeto de ajardinamento sob a denominação de Parque Paulo Gama (um roseiral), sob os auspícios do intendente Otávio Rocha. Na gestão do prefeito Alberto Bins, foi contratado, em 1928, o urbanista francês Alfredo Agache, com um robusto projeto de ambientação, com plantio, lago, eixo de passeios, etc. De setembro de 1935 a janeiro de 1936, ocorreu a exposição comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, um evento inaugurado pelo presidente do Brasil, Getúlio Vargas, entre outras autoridades. Na ocasião, recebeu uma nova razão social, a de Parque Farroupilha (Decreto Municipal 307/35). A sua jardinagem, desde então, é constante. Em 3 de janeiro de 1997, foi registrado pela prefeitura de Porto Alegre como espaço público destinado, além de lazer, feiras livres (Feira Ecológica, Brique da Redenção), festas e manifestações públicas (Maciel, 2014; Lima, 2016).

Zona de alagamento, e até mesmo de coleta de lixo no século anterior, nunca deixou de ser um terreno disputado entre governo e especulação imobiliária. Dos 69 hectares originais, seus limites atuais são de 35,7 hectares, com 45 monumentos em seu interior. Alguns desses espaços são ocupados pela universidade, pela escola, por auditório, mas também por posto de gasolina e comércio. Em 1941, foram implantados jardins com árvores e um recanto (Oriental, Europeu, Alpino e Solar) (Germani, 2016). Também abrigava um pequeno zoológico, extinto há alguns anos.

Registros (*site* PMPA, 2018) indicam que, especificamente no Parque Farroupilha, existem cerca de 10.000 árvores, contando, dentre elas, espécies nativas brasileiras e regionais. Muitas são espécies nativas, como a *Erythrina cristagalli* L. (corticeira do banhado), a *Phytolacca dioica* L. (umbu ou imbu), a *Erythroxylum deciduum* A.St.-Hil. (co-cão), a *Schinus terebinthifolius* Raddi (aroeira vermelha), a *Eugenia uniflora* L. (pitanga), o *Butia* sp. (butiá) (Lima, 2016). Existem também plantas exóticas (como *Eucalyptus*, *Platanus x acerifolia* e *Washingtonia*), mesmo que desaconselhadas pela Comissão Nacional do Meio Ambiente, por influência do evento paradigmático “Rio de Janeiro, Cúpula da Terra”, de 1992.

Sujeita a intensas controvérsias sobre cercamento, ou não, do parque, de tempos em tempos esta polêmica volta ao debate, promovida por associações de bairro, prefeitura, imprensa, etc., devido à insegurança para a pessoa física, por um lado, e à depredação de inúmeros monumentos, como o auditório Araújo Vianna, e do patrimônio vegetal. O parque segue em sua vocação paisagística, somada a outras concepções que habitam nosso imaginário, como contexto de feiras ecológicas, de movimentos sociais e/ou, simplesmente, como importante área de lazer e de preservação ambiental, como mostram as imagens que produzimos em exercícios etnográficos, desenvolvidos pelos estudantes de pós-graduação em Antropologia Visual, disciplina que lecionamos em 2009. Na ocasião, nossos/as estudantes entrevistaram frequentadores e trabalhadores do parque, produziram fotografias, filmes e sons ao longo de uma semana.

Se o Parque Farroupilha (ou Redenção) é o mais emblemático da cidade, mais outros sete se destacam no patrimônio vegetal, como o Parque Moinhos de Vento e o Parque Marinha do Brasil, além de 617 praças e 3 unidades de conservação sob a administração da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da prefeitura municipal de Porto Alegre¹⁸².

Movimento ambiental em Porto Alegre

Pesquisando sobre manifestações contra cortes de árvores em Porto Alegre, chegamos, entre outras entidades, à Associação Gaúcha de Proteção Ambiental. Esta é emblemática para referir-nos ao movimento ecológico gaúcho em sua política de vigilância e de denúncia contra agressões ambientais. Um dos gestos de resistência foi a denúncia do corte de 3.650 árvores, em 2017, realizado pela Secretaria Municipal, sem atender às normas do licenciamento ambiental, ou contrariando-as. O licenciamento ambiental é previsto em lei; ora, a gestão da conservação ou de corte de árvores é incumbência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada em 1976, com a função de supervisionar e fiscalizar áreas públicas, como praças, parques, jardins e ruas, mas também áreas privadas.¹⁸³

182 Os parques em bairros distanciados, mais importantes na conservação, são o Morro Santana, o Parque Saint-Hilaire e a reserva biológica do Lami. Nestes parques, as espécies nativas e, em especial, as frutíferas, são predominantes.

183 As ações seguem a Seção VII, da Lei Complementar nº 757/2015, que regula os procedimentos para poda e supressão de árvores em áreas privadas. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=122.

A AGAPAN continua sendo uma referência nacional no que tange ao movimento ambientalista. Em sua trajetória, sobressai-se o nome de um ambientalista que fez história, e que está muito presente na memória dos porto-alegrenses envolvidos com a questão ecológica. Trata-se de José Lutzenberger (1926-2002), um dos fundadores, junto com um grupo de ecologistas do primeiro organismo não governamental em prol da ecologia, na luta pela questão ambiental. Foi criada em 27 de abril de 1971, vindo ele a ser eleito como seu primeiro presidente, e Augusto Carneiro, o primeiro secretário. Nela militavam igualmente Magda Renner e Hilda Wrasse Zimmermann. Tempos depois, Lutzenberger foi substituído na presidência por Flávio Lewgoy, referência na luta contra poluentes. Em 1987, Lutzenberger fundou um grupo chamado Gaia, com foco em questões globais e, um ano depois, ganhou do New York Times o prêmio *Right Livelihood*, em reconhecimento ao seu trabalho.

O foco principal de sua fundação era opor-se aos cortes e podas indiscriminados. Este militante logo se tornou famoso tanto na luta contra o uso de agrotóxicos, como na produção de moranguinhos e na contestação contra a empresa de celulose Borregaard, instalada na vizinha Guaíba e cujas chaminés propagavam uma fumaça e um cheiro horrível em toda a Porto Alegre. Jamais esquecerei daquele cheiro que se apoderava de toda a cidade. Eu acompanhava os feitos deste ambientalista na imprensa, honrada em ser sua vizinha e de poder passar todos os dias em frente à sua casa, onde havia uma placa com o seu nome.

Uma erva ao lado de uma árvore continua ainda hoje a ser a marca da entidade, simbolizando sua luta pela flora e a fauna. Não há artigo, estudo, tese sobre ambientalismo sem referência a este líder, como a tese de Isabel Carvalho (2001), intitulada *A invenção do sujeito ecológico*; a tese de Elenita Pereira (2016), *A ética do convívio ecossustentável, esta uma biografia de José Lutzenberger*. Uma biografia, claro, não sem dilemas e conflitos, em especial ao ocupar o cargo de ministro de Estado no governo Collor (1990-1992). Mas sua militância deixou rastros, como a fundação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), instituída em 1999, órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA). O cartum de Luís Carlos, publicado no jornal local Zero Hora, Porto Alegre, de 19 de maio de 1979 (APJL),

sintetiza o papel que Lutz, como era chamado pelos mais próximos, desempenhou na luta ambiental. No desenho, carrega uma árvore nos braços, enquanto foge de homens armados de machados.

A copa do mundo que cortou árvores

Tempos de Copa do Mundo, anos 2013 e 2014, a cidade de Porto Alegre preparava-se para ser sede de jogos do campeonato mundial. O planejamento urbano previa, sobretudo, viabilizar um eixo viário para a fluidez do trânsito entre o aeroporto, situado na Zona Norte, e o estádio de futebol, localizado em direção à Zona Sul, passando pelo centro da cidade. A urbe foi tomada de reformas urbanas.

Para duplicar uma avenida que liga o centro ao estádio de futebol, a prefeitura previu o corte de 115 árvores de grande porte para o alargamento da pista. Ainda em janeiro de 2013, iniciou o corte das primeiras árvores. Um grupo de ambientalistas, em sua maioria jovens, passou a acampar no local para impedir a destruição de mais árvores. Em 29 de maio daquele ano, porém, durante a madrugada, um batalhão de policiais entrou no acampamento e prendeu os manifestantes. Ainda pela madrugada, foi iniciado o corte. O barulho das motosserras invadiu a noite. Mesmo sob protesto dos moradores, 100 árvores foram cortadas. Em março 2014, mais oito foram suprimidas sob a palavra orgulhosa de ‘missão cumprida’ do secretário de Gestão, Urbano Schmitt.¹⁸⁴

Nesse período, coordenei um projeto de Antropologia Visual com os pesquisadores do Núcleo de Antropologia Visual, em que percorremos as ruas que receberiam (2013), e receberam (2014), a intervenção de reformas. Com a metodologia a que denominamos de Etnografia de Rua: fotografamos, filmamos e gravamos, em diferentes e várias ocasiões, os eixos viários em transformação. Nosso projeto consistia em captar através de imagens o processo de destruição criativa e de criação destrutiva (expressão de Joseph Schumpeter) nos eixos viários previstos para receber o evento futebolístico. As imagens das áreas devastadas pelas reformas da copa fazem parte do nosso acervo e foram divulgadas em exposições fotoetnográficas intituladas *Os ritmos de construção destrutiva*

184 Refiro-me ao artigo publicado no *site*: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/prefeitura-de-porto-alegre-corta-ultimas-arvores-para-obra-da-copa.html>>.

e de destruição construtiva nos tempos de Copa: oficina de etnografia de rua e de etnofotografia no Navisual, Porto Alegre (RS, Brasil) 2013 e 2014, que fizemos circular em eventos científicos e publicamos na revista Fotocronografia (2016).

O Jardim Botânico em Porto Alegre

Como moradora de Porto Alegre, passear no Jardim Botânico sempre foi um lazer prazeroso. Hábito de muitos porto-alegrenses, com gratuidade de ingresso. Num dia de sol, nada mais agradável do que uma caminhada pelas trilhas entre as árvores do jardim. Frequentemente, percebia filas de crianças para visitar o Museu de Ciências Naturais e a Fundação Zoobotânico do Rio Grande do Sul, no coração do Jardim Botânico. Mas este quadro idílico mudou radicalmente a partir de 2015.

Em 2014, o governador Ivo Sartori foi eleito para administrar o estado do Rio Grande do Sul, gestão que se prolongou até 2019. Embora uma de suas primeiras decisões tenha sido aumentar o salário dos parlamentares e o seu próprio, além de perdoar dívidas bilionárias de empresas privadas, entre outras ações neoliberais, declarou que o estado estava falido e propôs uma política de contenção, com o fechamento de 11 instituições estaduais, a grande maioria das quais com suas fundações de pesquisa. Com seu fechamento, a consequente demissão de seus funcionários. Entre essas fundações, a Fundação Zoobotânica em Porto Alegre, afetando diretamente o Museu e o Jardim Botânico.

A resistência de habitantes de Porto Alegre era constituída de “amigos” do Jardim Botânico - pesquisadores, professores, estudantes, ecologistas, ambientalistas, *habitués* -, que passaram a se envolver em um longo movimento de embate contra o decreto de falência emitido pelo estado, colocando todo o acervo botânico de pesquisa - com 140 plantas ameaçadas de extinção -, em condição de abandono. Uma sequência de manifestações passou a ser organizada, como os seguidos abraços simbólicos ao Jardim Botânico e atos de repúdio em frente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, no centro da cidade.

O início da formação deste patrimônio começa no século XIX. O próprio imperador do Brasil designou essa região para receber espécies

de flora, mas as mesmas nunca chegaram ao destino. Somente em 1953 (Lei 2.136), a área foi destinada à criação de um parque ou jardim botânico (em 50 ha). Para a elaboração do projecto foi formada uma comissão. Entre seus membros estava o professor e religioso Teodoro Luís, indicado para coordenar os trabalhos de implantação, iniciados em 1957, com o plantio das primeiras espécies seleccionadas: uma coleção de palmeiras. Quando foi aberto ao público, em 10 de setembro de 1958, já contava com uma coleção de quase 600 espécies.¹⁸⁵ O património arbóreo cresceu nos anos seguintes, recebendo o reforço do centro de pesquisa Fundação Zoobotânica (FBZ), instalada junto ao Parque Zoológico e ao Museu de Ciências Naturais. As espécies privilegiadas - como Myrtaceae, Rutaceae, Myrsinaceae, Bignoniaceae, Fabales, Zingiberales, entre outras -, eram o tesouro de biólogos e botânicos.

A extinção da FBZ simplesmente condenava ao abandono um acervo de 653 espécies arbóreas, com cerca de 3 mil exemplares, além de um conjunto de plantas engarrafadas, o banco de germoplasma e um banco de sementes, para a preservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, património fundamental não somente para a pesquisa e a visitação, mas para a reconstituição de áreas do ecossistema regional em crise.

Entre tantos outros traumas de uma metrópole, num país com tantos dilemas como o Brasil, a resistência estava sendo perdida. Lastimando a situação, incentivei um orientando de mestrado, pesquisador do Núcleo de Antropologia Visual que coordeno, a acompanhar este movimento ambiental de resistência, produzindo um filme etnográfico para ajudar na divulgação desta crise e, com este material, produzir sua dissertação. Diogo Dubiela (2019) dedicou-se intensamente a acompanhar o cotidiano dos administradores e pesquisadores da Fundação Zoobotânica e dos trabalhadores do Jardim Botânico, como antigos jardineiros. Conviveu igualmente com membros do movimento de resistência contra o fechamento da instituição. Eu o acompanhei em algumas manifestações, não só de contestação, mas também com o objetivo de nos aproximar de algumas lideranças. Como sempre, aproveitamos para fotografar, filmar e, claro, colaborar com as atividades propostas, como pinturas de cartazes e compra de camisetas em prol do movimento.

185 Dados pesquisados em <http://www.jb.fzb.rs.gov.br/>.

A situação era gravíssima. A extinção da FZB, como é carinhosamente chamada, teve seus três setores (Jardim Botânico, Museu de Ciência Natural e o Zoológico, ambientado em outro contexto) extintos. Situação irreversível e autorizada pela Lei n. 14.982, de 16 de janeiro de 2017. Mas as manifestações não cessaram.

Em setembro de 2018, o Jardim Botânico completou 60 anos. Combinamos usar camisetas com dizeres *Não à extinção da fundação* e encontrar-nos na FZB. Não permitiram a entrada de visitantes no dia comemorativo. O Movimento Gaúcho pelo Meio Ambiente, amigos do Jardim Botânico, cientistas e alunos da Fundação Zoobotânica mobilizaram-se para, mais uma vez, protestar no portão de entrada. Mas as demissões, as aposentadorias forçadas e as transferências não cessaram e esvaziaram a instituição. Em 2018 e 2019, o complexo ficou sem representação, e seu último administrador foi exonerado em 2019. A imprensa alternativa lançou denúncias em órgãos como *Carta Aberta*, *Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais InGá*, *Apedema RS* e *MoGDe-MA - Em defesa da Vida!* denunciando a perda iminente de 10 coleções, embaladas com 2.094 exemplares de espécies raras, endêmicas, do patrimônio do estado do Rio Grande do Sul, ameaçadas de extinção. Mas, as mobilizações não conseguiram impedir o desmonte da instituição, mesmo contrariando um artigo que definia esta estrutura como patrimônio ambiental do estado do Rio Grande do Sul.

A cidade perdeu, num curto prazo, todos esses anos de pesquisas e a construção de uma área de preservação ambiental. Diogo, em sua dissertação, intitulada *A FZB não tem preço, tem valor! Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul*, e no seu filme, recompõe este processo de desmanche, de luta e de luto do movimento ambientalista do estado.

O presente texto (a dissertação) e o filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* constituem-se como dispositivos de memória da luta política em defesa desse patrimônio e da autonomia da produção de conhecimento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul (Dubiel, 2019, p. 109).

Jardim Botânico em Athens: um valor ambiental

O antropólogo francês Louis Dumont enfatiza, em sua teoria da hierarquia, o tema das ideologias como um sistema de ideias em um processo relacional, no qual um sistema de valores se sobrepõe situacionalmente a outros, ao que ele denomina de teoria da hierarquia de valores (Dumont, 1993, 1997).

Visitar o Jardim Botânico de Athens remete-nos à tal teoria. Podemos propor que o valor ecológico é exaltado no projeto de conservação (e de pesquisa) das espécies da flora no Jardim Botânico desta cidade. Esta percepção contrasta com a situação de área similar em Porto Alegre, que hoje vivencia uma crise ambiental implicada na nefasta política de governo do estado ao desenvolver um programa econômico-liberal, desengajado do valor ecológico.

No imenso parque americano, provido de carrinhos elétricos, as florestas se estendem a perder de vista. Estamos no Jardim Botânico estadual da Geórgia, no conservatório de horticultura, de 313 acres, trilhas para caminhadas e programas educacionais para crianças e adultos, conforme anuncia o *site* oficial.

À medida que avançamos, tiramos diversas fotos do patrimônio de árvores. Em vários momentos, percebemos, no meio da floresta, um grupo de estudantes com camisetas da universidade, atentos à fala de um professor. Seguimos as placas para chegar aos jardins. À entrada do Centro de Visitantes, fomos recebidas por uma senhora idosa na bilheteira, e por outra, no setor de informação. Fomos informadas da existência de várias organizações de trabalho voluntário compostas por aposentados, amigos do jardim e da horta, ex-alunos, doadores, pais e mestres, todas elas dedicadas ao trabalho comunitário.

Nesse edifício, construído numa espécie de estufa, encontram-se a parte administrativa, a boutique e um café. Em uma pequena piscina, encontramos espécies a nós familiares por sua origem tropical, como a vitória-régia. No pátio exterior, o jardim se encontra muito bem apresentado, com guias de todos os tipos. Em cada setor, nos deparamos com grupos de crianças recebidas por pesquisadores e estagiários da UGA. Conversamos com um desses monitores, que explicou que ali as crianças aprendem a plantar. Dispunha ele de um equipamento pre-

parado com terra, vasos e pás, à espera das crianças. Em outro setor, em frente a uma cabana em miniatura, uma estagiária contava histórias fantásticas sobre esquilos, rodeada de crianças com máscaras de bichos, etc. Mais adiante, um pesquisador distribuía pequenos tubos que serviam de binóculos, através dos quais as crianças deveriam focar em falsos pássaros (feitos em tecido ou papelão), distribuídos entre arbustos e árvores.

Era evidente a forte relação entre a pesquisa científica e o Jardim Botânico, com sólida presença da universidade. Igualmente, fica evidente a presença da comunidade civil, como clarifica o *flyer* que lemos, informando que se trata de associações de apoio que oferecem cursos de várias naturezas. Algumas árvores recebiam placas com nomes de doadores. Fotografei uma placa que anunciava a doação de sete clubes de jardinagem ao lado de sete árvores de azevinho.

As árvores comunitárias

Nossa habitação universitária em Athens ficava em um *campus* rodeado de árvores, cuidadas diariamente por uma equipe de funcionários da UGA. Havia também esquilos, flores e, claro, estudantes, pesquisadores ou professores. Entre caminhadas aleatórias e outras pré-roteirizadas no mapa - este, cedido pelo escritório de turismo -, éramos frequentemente estimuladas a buscar as ruas com nomes de árvores. Na Rua do Carvalho, por exemplo, de fato constatamos um grande exemplar da espécie, que se destacava na paisagem do lugar. Tanto era grande o número de árvores de grande porte, quanto o de árvores menores. Estas recebiam protetores metálicos, ou de madeira, e eram abundantemente adubadas.

Apesar do intenso frio, decidimos também conhecer a orla do rio, para deparar-nos com mais uma zona ambiental protegida da cidade, aberta ao público, com placas de recomendação sobre depósito de lixo. Os lagos, seja no interior do *campus*, seja em zonas mais afastadas, eram sempre lugares preservados, mas abertos ao lazer dos cidadãos. No Lake Herrick (Parque Memorial), havia cenários de preservação ambiental e de trabalho comunitário. Por fim, visitamos mais um museu florestal, levadas gentilmente por uma colega do Laboratório, a antropóloga Emily Y. Horton. No museu, muitas atividades interativas para crianças

com proposta de educação ambiental e a possibilidade de realizar uma trilha na floresta para conhecer as espécies.

Por detrás desta atenção à árvore e ao meio ambiente, havia uma associação civil, ou melhor, uma comunidade que se dedica ao cuidado das árvores seguindo a regulamentação das “árvores da comunidade do condado de Athens-Clarke”, adotada em 2005 pelo prefeito e pela Comissão do Condado de Athens-Clarke, com a intenção de normatizar a quantidade, a qualidade e a distribuição de árvores dentro dessa área.

Obtivemos estas informações na pesquisa intitulada “Benefícios das Árvores Urbanas, Florestas Urbanas e Comunitárias: Melhorando Nossa Qualidade de Vida”, também conhecida como Relatório Florestal R8-FR71, publicada em setembro de 2003 pelo Departamento dos Estados Unidos de Agricultura da Região Sul. O objetivo principal da comunidade, era, e continua a ser, o de promover as árvores. O texto do relatório explicava:

Além da estética e do bem-estar emocional, as árvores desempenham funções importantes que protegem e melhoram a saúde e a propriedade dos moradores da cidade. As árvores literalmente limpam o ar, absorvendo poluentes atmosféricos e liberando oxigênio. Reduzem o escoamento de águas pluviais e erosão; elas temperam o clima; elas podem economizar energia; elas criam *habitat* para a vida selvagem; elas podem melhorar a saúde, servir como telas e fortalecer a comunidade. Elas contribuem para a economia e o modo de vida de uma comunidade. (R8-FR71, 2018).

Os membros, eleitos e voluntários da comunidade, possuem uma sede para seus encontros e a organização de eventos, onde debatem sobre o legado das árvores e as políticas públicas e comunitárias sobre o gerenciamento das mesmas, seja sobre as árvores na cidade, seja sobre as das florestas comunitárias, que envolvem os cidadãos do condado de Athens.

Árvores de Porto Alegre

Podemos encontrar dados sobre as árvores de Porto Alegre em muitas fontes, como na cartilha sobre a arborização urbana, intitulada *A cida-*

de das árvores, apresentada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam)¹⁸⁶ e o Atlas Ambiental de Porto Alegre, organizado por uma equipe interdisciplinar da UFRGS, coordenado, entre muitos outros pesquisadores, pelos professores Rualdo Menegat e Maria Luiza Porto. Material lançado em 1988, tem hoje uma versão digital e, como depositário, o Centro de Documentação e Acervo Digital de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que recomendo para a pesquisa sobre o tema ambiental na cidade. Já, na cartilha, mais modesta, encontramos a distribuição das espécies em bairros mais centrais, predominando algumas como ligustro, jacarandá, cinamomo, plátano, perna-de-moça e tipuana. Aliás, a fonte desta cartilha é o próprio Atlas Ambiental (2020).

Porto Alegre, em 2018, totalizava 22.205.701 metros quadrados de áreas verdes.¹⁸⁷ Os túneis de árvores em ruas da cidade tornaram-se famosos, como a já citada Rua Gonçalo de Carvalho (tipuanas), mas também a Rua Fernando Gomes (jacarandás), a Av. Osvaldo Aranha (palmeiras-da-califórnia), a Av. Mariland (guajuviras), além da presença, não rara, de plátanos, pitangueiras, manduïranas, canafistulas, salso-chorão, araucárias e a esplendorosas *flamboaiã*.¹⁸⁸ Os 72 túneis verdes, como são denominados, são protegidos por lei de 30 de maio de 2012, a partir da proposição do vereador Beto Moesch (PP) na gestão do prefeito José Fortunati. Muitos postais trazem estas paisagens acompanhadas com ditos como “a cidade mais arborizada do mundo”, ou a “rua arborizada mais linda do mundo”.

Além dos túneis de árvores, frequentemente listados nas memórias dos porto-alegrenses, há bairros residenciais com forte presença de extremosas, ipê-roxo ou amarelo, que predominam entre as 18 espécies mais comuns entre as já citadas 173 espécies registradas. Na primavera, é prazeroso, em Porto Alegre, ver os tapetes de flores de ipês que cobrem as ruas.

Todo porto-alegrense sabe que no verão, após as altas temperaturas, se esperam tormentas, fortes chuvas com trovoadas, ventos e queda de raios. Acostumados com as cheias cíclicas do Lago Guaíba, essas tormentas são previsíveis e trazem sempre queda de árvores. O dia 29 de janeiro de

186 A SMAM é o órgão gerenciador do verde urbano em Porto Alegre, regido pela lei complementar 65/81, que institui a Lei do Impacto Ambiental, Decreto n. 8.186/83, que determina ser proibido podar, remover ou transplantar vegetais sem o prévio exame e consentimento da Smam. www.portoalegre.rs.gov.br/smam.

187 A atividade de regulamentação e preservação é realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que segue o Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas, de março de 2000.

188 Houaiss: subst. fem. assim aportuguesado.

2016 foi um desses dias, em que a árvore na calçada da casa de minha família tombou, assim como centenas em vários bairros. Acompanhei o processo de retirada da árvore caída na rua, por funcionários da prefeitura, com um exercício fílmico e fotográfico. A operação de limpeza envolveu um grande número de trabalhadores e voluntários da Defesa Civil.

Este evento será sempre lembrado por ter sido uma explosão atmosférica, com a avaria de 3 mil árvores e sem perda de vida humana, somente com grandes estragos de patrimônios (contruídos e ambientais). As árvores mais atingidas foram no Parque da Marinha, ao lado do Lago Guaíba. Durante muito tempo, foi possível acompanhar, pela imprensa, a discussão sobre o que teria acontecido. A prefeitura, relatando os prejuízos com o “tufão”; os biólogos, consultados por jornalistas, denunciando o descuido na preservação das árvores.

Seja em nível estadual, seja em nível municipal, todas as unidades sofrem atualmente um processo de corte de verbas e de redução do funcionalismo público destinado ao cuidado de preservação. Uma situação que só se agrava se considerarmos o patrimônio de 1 milhão de árvores em vias públicas em Porto Alegre. Estas estão inventariadas em 308 espécies exóticas e 360, nativas, classificadas por estética, localização, raridade e potencial sementeiro:

O inventário - um dos primeiros feitos Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), criada em 1976 - ganhou uma atualização que será publicada nos próximos dias. O levantamento foi coordenado por Lísia Ely, funcionária secretária que bancou a detetive e pesquisou praticamente sozinha o paradeiro de quase 1,8 mil árvores. Os resultados mostram um pouco da gestão verde da Capital. Mais de metade delas saíram da lista: ou porque já não existiam mais ou porque o endereço estava errado. O tombamento é apenas uma parte da preservação. Outras regras existem para transplante, poda e supressão, e quem fizer isso sem autorização é multado. Atualmente, 87% das árvores de Porto Alegre são plantadas pela própria Smam e apenas 13% por cidadãos (GZH, 2020).

Entre as árvores tombadas pelo patrimônio ambiental, uma das mais famosas fica na Av. Siqueira Campos, bem próximo ao prédio da Prefeitura Municipal. Sempre me impressionou ver aquela paineira em uma

rua tomada de prédios, avançando na calçada, em frente a uma garagem. Desde a década de 1950, esta paineira é motivo de conflito entre algumas gestões da prefeitura para derrubá-la e de defensores de sua preservação (RBS, 2020). A história mais conhecida é a de que o empresário Luiz Siegmann, dono da loja Bromberg, gostava de admirá-la da janela de seu escritório. A paineira já era apelidada “a paineira do Bromberg”, como referência para um ponto de encontro na rua Siqueira Campos (Franco, 1988). Pela década de 1950, a prefeitura quis derrubá-la para ampliar a rua. Leda Siegmann Düvelius, uma das filhas de Siegmann, narrou em uma reportagem que seu pai procurou o prefeito e pediu que a árvore fosse preservada, comprometendo-se, em troca, a pagar uma taxa de imposto pelo espaço que a árvore ocupava na via (RBS, 2019). A paineira foi mantida sem a cobrança de imposto e, tombada pelo município como patrimônio histórico em 1970. Hoje ela porta uma placa em bronze que homenageia o “amigo e defensor” da paineira, objeto furtado em 2012 (o que atualmente se tem é uma réplica).

O jardim da memória

A última entrevista que fizemos em Athens, em novembro 2018, foi num pequeno e antigo prédio onde funcionam a Faculdade de Meio Ambiente e *Design* e o Programa de Certificado de Ética Ambiental. A profa. Dorinda Dallmeyer, escritora, professora, geóloga, naturalista e diretora do programa de ética ambiental, nos recebeu. Primeiramente, na sala da direção; depois, em percurso no jardim. Dorinda é diretora há 12 anos e, rindo muito, diz que está às vésperas de sua aposentadoria “para a próxima semana”.¹⁸⁹ E prosseguiu: “Antes de falar sobre o curso que dirijo, vou contar para vocês a história desta casa e deste jardim”. Ligamos a câmera, com seu consentimento, e ela disse ser ele um memorial que homenageia as 12 fundadoras do *Ladies Garden Club* de Athens, o primeiro clube de jardinagem da América organizado, em 1891, por estas mulheres.

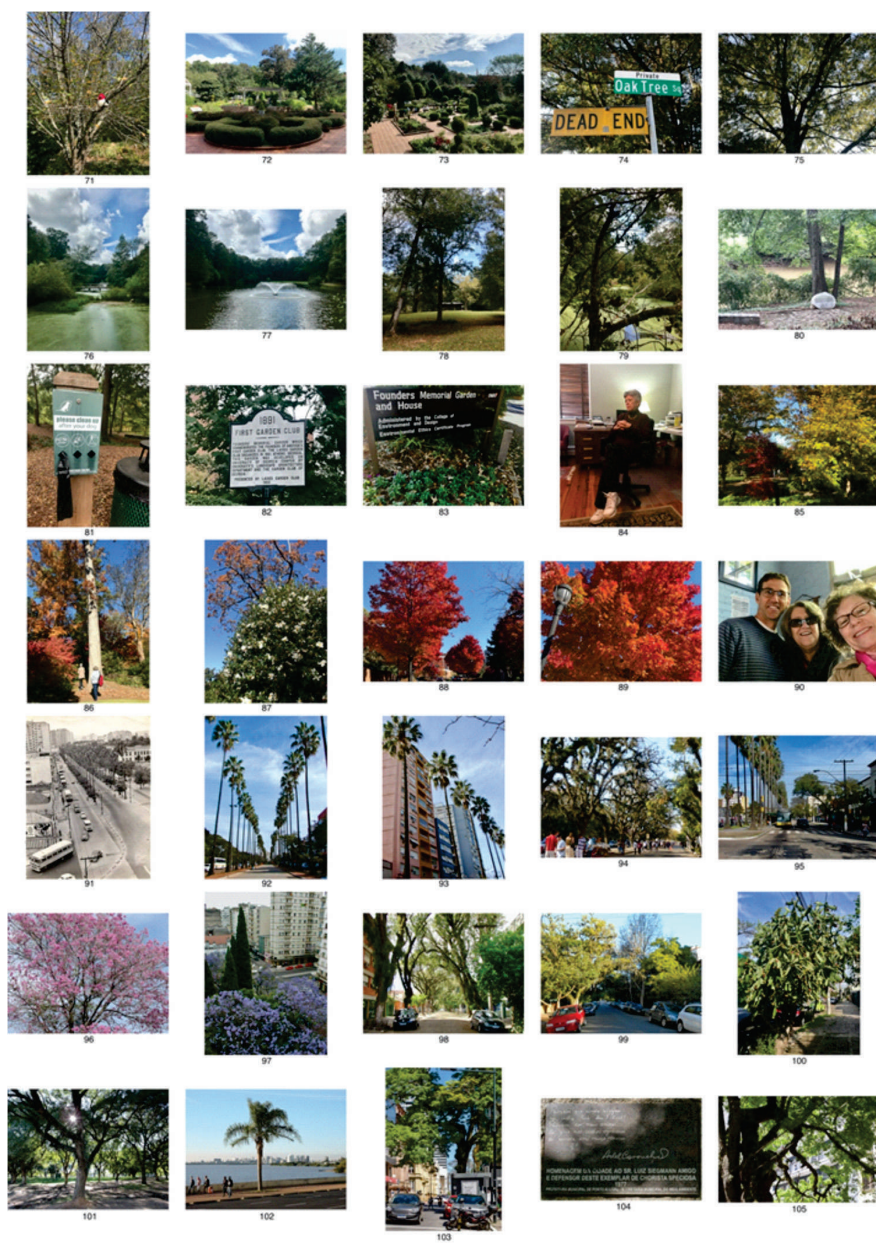
¹⁸⁹ Autora de livros sobre mulheres no Direito Internacional, usos civis do espaço, globalização e ética ambiental, NAFTA, a negociação de disputas de fronteiras marítimas e ética ambiental marinha. https://ced.uga.edu/news_and_events/dorinda_dallmeyer_director_of_environmental_ethics_certificate_program_to_retire_december_2018/. Acesso em: 2 jul. 2019.

É um jardim-museu, com 300 espécies de árvores, plantas e flores, digamos, históricas, seja pela raridade e necessidade de conservação, seja pela sociabilidade da jardinagem que implica um trabalho comunitário. Ainda tem um pequeno depósito com o material que as mulheres fundadoras usavam, as vestimentas, não sei se consigo mostrar para vocês.

Dorinda repassou-nos uma monografia com dados sobre a história do clube de jardinagem. Ali encontramos a informação de que Hubert Bond Owens teria sido o fundador e primeiro reitor do programa de Arquitetura Paisagística da UGA. Na década de 1930, o *The Garden Club of Georgia* financiou seu projeto. Dean Owens era funcionário e aluno do Departamento de Arquitetura Paisagista, e concluiu o projeto em 1946, recebendo muitos prêmios.

Hoje, este jardim - de 2,5 acres - e o prédio tombado são administrados pela Faculdade de Meio Ambiente e *Design* e servem como recurso de ensino e jardim público para todos os usuários do *campus* e, além disso, está aberto a visitantes. “A jardinagem é muito valorizada na Geórgia”, acrescentou Dorinda. “Já recebemos prêmios pela paisagem de nosso jardim da Sociedade Americana de Arquitetos Paisagistas. [...] Athens, de fato, é muito privilegiada em seu paisagismo. Temos muitas árvores centenárias, vocês já devem ter escutado falar na árvore dona de si mesma, não é?”

Respondemos que sim, que já havíamos visitado o *campus* e que conhecíamos a árvore dona de si mesma. Dorinda contou-nos que outras árvores são historicamente famosas, como o velho carvalho que inspirou Aldo Leopold, um importante ambientalista e poeta, a escrever *The Good Oak*. Trata-se de um velho carvalho, *Quercus nigra*, que fica no *campus* norte, próximo à *Jackson Street*. Presenteou-nos, então, com um manuscrito de sua autoria (Dallmeyer, 2013), em homenagem a Aldo Leopold - na realidade, uma espécie de guia ambiental, propondo uma caminhada afetiva pelos *campus* da UGA e pela cidade, com citações dos livros deste escritor, nos quais ele descreve sua passagem por Athens.



Perguntamos, ainda, sobre o curso de Ética Ambiental ministrado por Dorinda, considerado apoio aos cursos de Ecologia e Meio Ambiente, dando formação em Filosofia Ambiental, Direito Internacional, Política Ambiental e Ecologia, não somente para alunos, mas também para ajudar os professores a abordarem este tema. “Somos formalmente parte da Faculdade de Meio Ambiente e Design. É um projeto caro, que depende de subvenção”. Conta que sua pesquisa teve financiamento da MacArthur Foundation, do U.S. Institute of Peace, da Ford Foundation, da Embaixada do Canadá, da National Science Foundation e da Hewlett Foundation.

Levou-nos, então, a caminhar pelo jardim, contando-nos algumas especificidades de cada uma de suas áreas: “Tudo aqui está tombado e consta no Registro Nacional de Locais Históricos”. Pedimos para circular no *Arboretum*, que conta com espécies como nogueira, noz-pecã, carvalho, algodoeira, o pessegueiro, etc. “Muitas das plantas que consideramos essencialmente sulistas, como camélias, azáleas, cerejeiras em flor, vieram do Japão ou da China”, acrescenta Dorinda. Por fim aconselhou que fizéssemos o *walking tour*, que ela sugere no guia publicado. Nos despedimos agradecendo a oportunidade de entrevistar esta pesquisadora renomada e, ainda, por ter tido uma aula de botânica e história.

Nós e as árvores: uma etnografia da duração

Em 2019, dei uma palestra sobre a pesquisa com árvores em Athens para minhas colegas e para estudantes em Florianópolis, na UFSC. Colegas que assistiram à palestra, informaram-me de que havia uma exposição sobre árvores na Fundação Cartier de Arte Contemporânea em Paris. Por sorte, estava inscrita em um congresso internacional de Antropologia e pude visitar essa exposição, que durou até novembro 2019. Era de grande proporções e compreendia a história das árvores no mundo desde a arte indígena até a arte digital. Segundo os curadores, a exposição era dedicada a explorar a perspectiva estética e científica da árvore, tendo como tema central o ambiente e o clima. Os painéis expostos informavam que “a exposição apresenta a diversidade de concepções das árvores pelos humanos nas diversas experiências de arte e em pesquisas científicas (botânica, arquitetura, etc)”. Na minha visita, interpretei a atenção dada pelos curadores à relação da árvore com a

memória humana, sensorial, afetiva, comunicacional, cultural e social, cobrindo um arco de tempo de 4,6 milhões de anos (hipótese temporal da formação da Terra), até 2015. Consistiu uma fantástica coleção de imagens sobre a relação dos humanos com as árvores no tempo.

Em síntese, este é o objetivo da Etnografia da Duração: produzir uma coleção de imagens com base em pesquisa nessa área, disponibilizada em suporte web no âmbito do projeto do Banco de Imagens e Efeitos Visuais <https://www.ufrgs.br/biev/>, coordenado pela colega Ana Luiza Carvalho da Rocha, e por mim. Neste sentido, “um esforço que nos aproxime da confrontação planetária das culturas e um recenseamento” do tema da memória ambiental, para promover um “museu imaginário”, que, segundo palavras de Gilbert Durand, não pode ser apenas um museu com base na antropologia do imaginário, mas deve ser “um quadro composto das esperanças e temores da espécie humana, a fim de que cada um nele se reconheça e se revigore” (Durand, 1988, p. 105-106). Um projeto que, ainda segundo as palavras do autor (1989, p. 260), não se poderia se reduzir a dicotomizar o espaço e o tempo, mas, antes, situar essas categorias na inter-relação com base em uma “fantástica transcendental”, uma fisiologia da função de imaginação. Em outras palavras, numa imaginação criadora do impulso oriundo do ser. Neste sentido, estaríamos também concebendo a vida em termos de linhas e fluxos nos quais a matéria, biológica e cultural, indistintamente, pulsa sem continentes (Ingold, 2017; Steil, Carvalho, 2012).

As árvores, como qualquer outro ser ambiental no contexto urbano, é colocada aqui em alto-relevo para argumentar sobre essa dinâmica entre cidade e natureza, em que a etnografia nos propicia a pesquisa com imagens em um dinamismo relacional.

No processo civilizatório, a árvore foi aprendida como matéria econômica, de troca comercial. No processo urbano *par le biais* da modernização, a árvore se transforma em um dos motes do deleite paisagístico, do devaneio do romantismo. Contemporaneamente, não se reduz a simbolizar o ciclo de vida, mas a própria condição de vida pela sustentabilidade ecológica. Afinal, árvore é vida e está viva, porque é “um organismo celular cujo crescimento é alimentado por reações de fotossíntese e regulado pela ADN no núcleo da célula” (Ingold, 2017, p. 122).

Produzir imagens no processo etnográfico e etnografar acervos e documentos sobre árvores em contextos urbanos teve por base indagar a respeito das rítmicas temporais que envolvem a história destes lugares em contextos econômico-políticos mais amplos nas experiências de se viver nestas cidades. Cidades fundadas sob a égide de um projeto moderno-ocidental, na lógica do triunfalismo do progresso devastador, com base num tempo linear - fábula ideológica - em ataque à própria duração da nossa vida no planeta. Mas, por sorte, operamos com a dialética da duração (Bachelard, 1988), de modo a visualizar o projeto da duração a partir da noção de ritmo, de movimento transformador do trajeto humano.

Essa mobilidade temporal que encarna a continuidade humana estimula-nos ao estudo da memória ambiental acionada no campo do imaginário, que entendemos como um trajeto antropológico, como uma incessante troca entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações acomodadoras que emanam do meio cósmico e social (Durand, 1984, p. 29), o que supõe postular pela gênese recíproca do gesto pulsional ao meio material e social, e vice-versa.

Na longa história das relações humanas no ecossistema, apoiamos-nos em autores da linhagem dos hermeneutas instauradores que sustentam a noção de memória como espaço fantástico, permitindo conceber nas experiências dos espaços vividos o tempo em suas imagens e em seus imaginários (Bachelard 1988, 2001, Durand, 1989). Em outras palavras, a “epifania de mistérios” (Durand, 1988, 1989).

A forma como as árvores são concebidas nas cidades estudadas implica reconhecer a multiplicidade dos gestos de criação e destruição, vinculados às formas diferenciadas de políticas ecológicas e relações ambientais com este símbolo da vida. A memória ambiental postulada nesta forma de narrar as experiências temporais dos habitantes nas cidades coloca o desenvolvimento ao lado da duração, e não do nefasto progresso, atualizando do passado somente o que é da ação imaginante, as imagens que só duram por terem razões para durar (Bachelard, 1988, p. 92).

Um processo em que a própria Antropologia se requer politizada e “ecologizada” (Ther Rios, 2006, p. 110) para o enfrentamento prático e conceitual de um processo de “tecnicização” do problema ambien-

tal, em que os enigmas climáticos, e seus impactos na biodiversidade, se tornam centrais. Um movimento no interior da disciplina que rompe com a perspectiva de considerar a natureza como algo externo. Pela tradição intelectual de Gregory Bateson, Merleau-Ponty e, mais recentemente, Tim Ingold, perfilhamos que a natureza é “um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo em que, como efeito-bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas” (Foladori, Taks, 2004).

Neste ponto, a Etnografia da Duração dialoga com a Ecologia Política e com a História Ambiental como possibilidades de adentrar às constelações de imagens que veiculam o trajeto antropológico da “construção destrutiva e da destruição construtiva” de cidades no contexto ocidental, em suas trocas incessantes com os ecossistemas em que se enraízam.

Como sugere Simon Schama (1996, p. 25), relacionar paisagem e memória instiga-nos a escavar abaixo de nosso nível de visão convencional, com a finalidade de trazer à tona as narrativas de mitos e memórias existentes sob a superfície. Um ato de restauração, sugere Walter Benjamin, que nos induz a reconhecer a perda, a fragilidade de uma ordem anterior, um movimento ao mesmo tempo de retomada do passado (porque o passado, enquanto passado, só pode reaparecer como não-identidade consigo mesmo) e de abertura para o futuro, inacabamento constitutivo (Benjamin, 1993, p. 68), posto que também transformação do presente, tal que, “se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado” (Benjamin apud Gagnebin, 1999, p. 16).

Nesse restauro das experiências da memória compartilhada, existe a intenção de religar a comunidade da narrativa aos lugares itinerantes da memória ambiental (Ricoeur, 2000, p. 186 e p. 311). Há um projeto de compreensão do tempo narrado (Ricoeur) e uma poetização das experiências temporais (Benjamin) que nos autorizam, por um lado, uma perspectiva crítica da linearidade do tempo da vida, e, por outro, uma adesão à arte de narrar as memórias ambientais.

Que o legado maior de uma narrativa sobre a memória ambiental seja o de seduzir a plantar, regar, cuidar, preservar este ser vivo que é a

árvore, posto que nenhuma geração futura carece perder este patrimônio ambiental, ao contrário, que sempre possam conviver com a beleza de sua estética, apreciarem seus frutos e sua sombra amiga.

Lista de imagens

Foto 01 – No dia 15 de fevereiro de 1975 o estudante Carlos Alberto Dayrell sobe na árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS na Avenida João Pessoa, para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil. Fonte: arquivo AGAPAN.
Foto 02 – <http://goncalodacavalho.blogspot.com/2014/05/dayrell-em-porto-alegre.html> Fonte: revista Veja, 1975.

Foto 03 – A árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS em que o estudante Carlos Alberto Dayrell subiu para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Foto 04 – Idem.

Foto 05 – Placa em homenagem a Carlos Alberto Dayrell, descerada na Faculdade de Direito da UFRGS no dia 28 de abril de 1998. No mesmo dia recebeu o título de Cidado Honorário de Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Foto 06 – A árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS em que o estudante Carlos Alberto Dayrell subiu para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Foto 07 – Árvores na cidade de Athens. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 08 – Idem.

Foto 09 – Idem.

Foto 10 – Idem.

Foto 11 – Residência coletiva de estudantes com pátio com muitas árvores. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 12 – A árvore, dona de si mesma. Carvalho replantado em 1946. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 13 – Declaração de Sir William H. Jackson. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.

Foto 14 – Vista da árvore dona de si mesma. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.

Foto 15 – Self das pesquisadoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, que testemunha “ter estado ali” na pesquisa de campo. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.

Foto 16 – Vista do terreno com a árvore dona de si mesma. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 17 – Rua de acesso ao monumento com o carvalho tombado como patrimônio da cidade. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 18 – Modelo de árvore genealógica. Imagem comprada para citação <https://www.123rf.com/Genological-tree-on-old-paper-background-Family-tree-in-vintage-style-Pedigree-Copyright-Tatiana-Tsyhanova>

Foto 19 – A paisagem com as três árvores. Obra de Rembrandt van Rijn, 1643. Druckgrafik ID da imagem 666666 Wopseweder, Kunsthalte, Friedrich Netzel

Foto 20 – Árvore da vida, objeto da cultura popular mexicana. Porto Alegre, Brasil, 2010. Foto: Cornelia Eckert

Foto 21 – A cidade e o progresso. Rio de Janeiro, Brasil, 2011. Foto: Cornelia Eckert

Foto 22 – Idem.

Foto 23 – A cidade e o progresso. Rio de Janeiro, Brasil, 2004. Foto: Cornelia Eckert

Foto 24 – Idem.

Foto 25 – Idem.

Foto 26 – Idem.

Foto 27 – Colonos cortando tronco de árvore. Paraná, Brasil, 1937. Acervo de Bruno Eckert. Foto: autor desconhecido

Foto 28 – Idem.

Foto 29 – Colonos preparando o roçado. Memória das Cabras, Paraná, Brasil, 10 de agosto 1937. Acervo de Bruno Eckert. Foto: autor desconhecido

Foto 30 – Praça da Matriz com tropas Militares da Guerra do Paraguai. Porto Alegre, 1864. Fonte: Prati.com.br. Foto: Luiz Terragno

Foto 31 – Praça da Aflição século XIX. Porto Alegre, Brasil. Fonte: Prati.com.br. Foto: autor desconhecido

Foto 32 – Praça XV. Porto Alegre, Brasil, 2012. Foto: Cornelia Eckert

Foto 33 – Obra de Otto Dreger. Porto Alegre, 1899. Fonte: Coleção Fernando Cacciatore de Garcia. Exposição 243 anos de Porto Alegre, março e abril 2015. Paisagens de Porto Alegre. Acervo: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Brasil.

Foto 34 – Óleo sobre tela “A Ponte do Riacho” de Francisco Belloc. Porto Alegre, 1920. Foto: Idem. Acervo: Idem

Foto 35 – Grafite e lápis de cor, Antigo pavilhão no Club Sôgipa, de Luiz Maristany de Trías. Porto Alegre, 1940. Foto: Idem. Acervo: Idem

Foto 36 – Grafite de Luiz M. de Trías. Bairro “Terezópolis”. Porto Alegre, 1940. Foto: Idem. Acervo: Idem.

Foto 37 – Praça Guaíbas, Bairro Terezópolis, Porto Alegre, Brasil, 2020. Fonte: Vivamapio.com. Foto: autor desconhecido

Foto 38 – Rua Gonzalo de Carvalho, Bairro Independência Porto Alegre, Brasil. Década 2020. Fonte: <https://www.viajail.com.br/porto-alegre/> Foto: Raphael Capra

Foto 39 – Rua Gonzalo de Carvalho. Porto Alegre, Brasil, década 2020. Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2014/01/conheca-a-rua-que-ficou-famosa-por-ser-e-mais-bonita-do-mundo-e-e-no-brasil/>. Foto: Adalberto Cavalcanti Adreani

Foto 40 – Pórtico da Universidade da Geórgia. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Por ocasião da visita do casal Arabella e Ruben Oliven. Foto: Cornelia Eckert

Foto 41 – Placa da UGA. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 42 – Pátio e biblioteca da UGA. Athens, EUA, 2 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 43 – Ilustração dos primórdios da UGA no hall de entrada da biblioteca. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 44 – Ilustração dos primórdios de Athens. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Acervo: Mapoteca da UGA. Foto: Cornelia Eckert

Foto 45 – Árvore no campus da UGA. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 46 – Parque com ônibus para estudantes no fundo. Athens, EUA, 26 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 47 – Estudantes assistem aula ao ar livre na Escola Florestal e Recursos Naturais Daniel B. Wamell, UGA. Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 48 – Jardim de ensaio. UGA. Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 49 – Árvore no pátio da Escola Florestal e Recursos Naturais, UGA. Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 50 – Parque Farruquilha ou Redenção, Porto Alegre, Brasil. Fonte: <https://www.viajail.com.br/porto-alegre/> Foto: Anderson Fetter

Foto 51 – Parque Farruquilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 16 setembro 2006. Foto: Cornelia Eckert

Foto 52 – Estudantes da disciplina de Antropologia Visual e da Imagem desenvolvendo pesquisa etnográfica com os trabalhadores do Parque Farruquilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 17 de setembro 2009. Foto: Mabel Zeballos

Foto 53 – Parque Farruquilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 25 de setembro 2009. Foto: Mabel Zeballos

Foto 54 – Dia de domingo no parque da Redenção ou Farruquilha. Porto Alegre, Brasil, 16 setembro 2006. Foto: Cornelia Eckert

Foto 55 – Logomarca da AGAPAN, Porto Alegre, Brasil

Foto 56 – Cartas de convocação da Audiência Pública para o dia 18 de março 2013 contra o corte de árvores. Porto Alegre, Brasil, 2013. Fonte: <http://www.agapan.org.br/2013/03/>

Foto 57 – Árvore cortada pela prefeitura por ocasião das reformas urbanas para receber a Copa de 2014. Porto Alegre, Brasil, 18 de junho 2013. Foto: Gabriela Jacobsen

Foto 58 – Manifestantes fazem protesto contra corte de árvores em Porto Alegre, Brasil. Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/02/manifestantes-fazem-protesto-contra-corte-de-arvores-em-porto-alegre.html>. Foto: reprodução/RBS TV

Foto 59 – Jardim Botânico em Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 08 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 60 – Idem.

Foto 61 – Fundação Zoobotânica. Porto Alegre, Brasil, 8 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 62 – Preparação para os protestos contra o fechamento da Fundação Zoobotânica. Porto Alegre, Brasil, 8 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 63 – Evento de protesto contra o fechamento da Fundação Zoobotânica. Porto Alegre, Brasil, 08 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 64 – Abraço ao Jardim Botânico. Porto Alegre, Brasil, 29 de novembro 2016. Fonte: https://www.jornalodocomercio.com/_conteudo/2016/11/politica/533864-abraço-ao-jardim-botanico-tenta-impedir-extinção-da-fundação-zoobotanica.html. Foto: Marcelo G. Ribeiro/UC

Foto 65 – Entrada do Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 66 – Floresta do Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 67 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 68 – Placa em homenagem aos doadores de mudas de árvores. Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 69 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 70 – Idem

Foto 71 – Pássaros feitos espalhados nas árvores pelos professores para serem mirados por crianças através de binóculos. Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 72 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 73 – Idem.

Foto 74 – Rua do Carvalho. Athens, EUA, outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 75 – Árvore do tipo carvalho. Nome científico Quercus, na rua do Carvalho. Athens, EUA, outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 76 – Memorial Parque. Athens, EUA, 26 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 77 – Idem.

Foto 78 – Idem.

Foto 79 – Idem.

Foto 80 – Parque Rio Ocoee Norte. Athens, EUA, 25 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 81 – Placa de alerta para coleta de dejetos de cachorros. Athens, EUA, 25 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 82 – Placa em homenagem as mulheres que fundaram o primeiro clube de jardinagem. Athens, EUA, 16 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 83 – Founders Memorial Garden. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 84 – Entrevista com Profa. Dorinda Dallmeyer. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 85 – Arboredo no pátio do Memorial. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 86 – Profa. Dorinda Dallmeyer mostra o patrimônio de árvores no jardim memorial. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 87 – Idem.

Foto 88 – Árvores no campus da UGA. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 89 – Árvore em Athens, centro. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 90 – Self com o orientador Prof. Don Nelson. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert

Foto 91 – Avenida Oswaldo Aranha em Porto Alegre. Fonte: <http://antiparportalegre.no.comunidades.net/fotos-1961-1980>. Foto: autor desconhecido

Foto 92 – Palmeiras da Califórnia na Avenida Oswaldo Aranha. Porto Alegre, 13 de maio 2013. Foto: Cornelia Eckert

Foto 93 – Idem.

Foto 94 – Árvores na rua José Bonifácio. Oficina no Núcleo de Antropologia Visual, Navisual “Etnografias fotográficas: estudo de roteiro de pesquisa: Transformaciones y sociabilidades en la Avenida José Bonifácio”. Porto Alegre, Brasil, outubro 2010. Foto: Angélica Alarcón Torres/Navisual

Foto 95 – Palmeiras da Califórnia. Avenida João Pessoa, Porto Alegre, Brasil, 12 de fevereiro 2006. Foto: Cornelia Eckert

Foto 96 – Ipi-Rosa. Bairro São Geraldo, Porto Alegre, Brasil, 12 de agosto 2012. Foto: Cornelia Eckert

Foto 97 – Ipi-Rosa. Praça Daltro Filho, esquina com Avenida Borges de Medeiros, Porto Alegre, Brasil, 28 de outubro 2002. Foto: Cornelia Eckert

Foto 98 – Túnel verde entre as 72 protegidas pela lei de 30 de maio de 2012, a Lei dos Túneis Verdes, de autoria do vereador Beto Bloesch (PP), na gestão do prefeito José Fortunati. Avenida Polônia, bairro São Gerardo, Porto Alegre, Brasil, 13 de abril 2015. Foto: Cornelia Eckert

Foto 99 – Pátio, cinamomo, goiabeira, etc. árvores comuns nas ruas de Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 23 de junho 2013. Foto: Cornelia Eckert

Foto 100 – Cactus. Rua Livramento, bairro Rio Branco, Porto Alegre, Brasil, 25 de setembro 2020. Foto: Cornelia Eckert

Foto 101 – Parque Marinha do Brasil. Porto Alegre, Brasil, 27 de maio 2014. Foto: Cornelia Eckert

Foto 102 – Idem

Foto 103 – Paineira tombada como patrimônio histórico situada na Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Foto 104 – Placa em homenagem à Luiz Siegmund, quem impeliu o seu corte, dona da loja Bromberg. Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Foto 105 – Paineira tombada como patrimônio histórico. Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Referências

- ACC. <https://www.accgov.com>>. Acesso em: set. 2018.
- AS TRÊS ÁRVORES, 1643. <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Rembrandt-van-Rijn/268787/As-Três-Árvores,-1643.html>>. Acesso em: jul. 2020.
- ATLAS de Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/atlas/>>. Acesso em: set. 2018.
- BACHELARD, G. *La dialectique de la durée*. Paris: Quadrige/PUF, 1982.
- BACHELARD, G. *L'intuition de l'instant*. Paris: Stock, 1992.
- BACHELARD, G. *O ar e os sonhos, ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BATESON, G. *Vers une écologie de l'esprit*. 1. Paris: Seuil, 1977.
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, volume III. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CANAL FUTURA. <https://www.youtube.com/watch?v=tYhhf4943DM>>. Acesso em: set. 2018.
- CARDIA, C. *Blog Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho*. <http://goncalodecarvalho.blogspot.com>>. Acesso em: set. 2018.
- CARVALHO, I. C. de M. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- CATALOGO - Coleção Fernando Cacciatore de Garcia. *Paisagens de Porto Alegre*. Acervo Prefeitura de Porto Alegre. 24 mar. 2015.
- COMAM. http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/resolucao_5_comam_republicacao_final.pdf>. Acesso em: mar. 2020.
- COURBIN, A. *L'homme dans le paysage*. Paris: Les éditions textuel, 2001.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DUBIELA, D. *A FZB não tem preço, tem valor! Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul*. 2019. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, IFCH - UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUMONT, L. *Homo hierarquicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DURAND, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

ECKERT, C et al. Itinerância da Expografia — Na Porto Alegre da Copa, os ritmos de construção destrutiva ou destruição construtiva: oficina de etnografia audiovisual no Navisual, 2013 e 2014. *Revista Fotocronografia*. Porto Alegre, v. 1, n. 2—2016.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. (Org.). *Etnografia de rua, estudos de antropologia urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento. Goiânia, UFG. *Revista Eletrônica Hawò*, 2020, V.1 <https://medium.com/fotocronografias>>. Acesso em: ago. 2020.

ELIADE, M. *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot, 1974.

ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FERRY, L. *A nova ordem ecológica*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FOLADORI, G. Foladori; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Revista Mana*, v. 10, n. 2. Rio de Janeiro. Oct. 2004. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200004>. Acesso em: ago. 2020.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal, 1988.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GERMANI, A.M. G. Estudo sobre o uso de espécies vegetais nos projetos paisagísticos para as áreas verdes públicas de Porto Alegre. *Dissertação* (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6392>>. Acesso em: 13 out. 2016.

GZH. Lista de árvores tombadas em Porto Alegre atualizada sem incluir novos exemplares. Inventário de quase 700 itens criado por decreto nos anos 70 mantém espécies nativas e exóticas. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2015/05/lista-de-arvores-tombadas-em-porto-alegre-e-atualizada-sem-incluir-novos-exemplares-4765560.html>>. Acesso em: jun. 2020.

HARRIS, M. *El Desarrollo de la teoria antropológica*. Madrid: Siglo XXI, 1979. p. 567-596.

HYNDS, E. *Antebellum Athens and Clarke County, Georgia*. Athens: University of Georgia Press, 2009.

INGOLD, T. *Estar vivo, ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2017.

JACKS, N. *et al. Porto Alegre Imaginada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

LIMA, G. C. de. Levantamento do conhecimento dos frequentadores do parque Farroupilha a respeito das espécies vegetais do parque. 2016. *Monografia* apresentada como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2016.

LOVELOCK, J. *The ages of Gaia*. London, New York: Norton, 1988.

LUZ, L. F. PARQUE FARROUPILHA. Composição e Caráter de um Jardim Público de Porto Alegre. 1999. *Dissertação* (Mestrado) Porto Alegre, 1999.

MACEDO, F. R. de. *Estudo Plástico da Vegetação*. Porto Alegre: DAFA, UFRGS, 1977.

MACEDO, F. R. de. *Porto Alegre, história e vida de uma cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1973.

MACEDO, S. S. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: Coleção Quapà, 1999.

MACIEL, J. L. (Org.). *Trilhando os parques de Porto Alegre. Educação ambiental: interpretar e sensibilizar para transformar*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

MATURANA, H., VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases fisiológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA y VARELLA. *Autopoiésis*. Disponível em: http://www.john-deweycollege.cl/cms/UPIMGS/archivos/CON_172/_VARELA.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

MORIN, E. *La Méthode I; La Nature de la Nature II; La Méthode La Vie de la Vie*. Paris: Points, 1977, 1980.

PADUA, J. A. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, E. M. *A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger*. 2016. (Tese) - PPGH, IFCH, UFRG, Porto Alegre, 2016.

PMPA. <https://prefeitura.poa.br>>. Acesso em: set. 2018.

PORTER, R. *London: A Social History*. London, Penguin UK, 2000.

RBS – Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/10/a-arvore-que-resistiu-a-historia-da-paineira-fincada-na-calçada-da-rua-siqueira-campos-em-porto-alegre-cj8npqb8x026l01mqqbvzi14m.html> Isadora Neumann / Agência RBS>. Acesso em: jul. 2018/ jan. 2019.

REED, T. W. (1870-1950). *History of the University of Georgia*. Athens, Georgia, University of Georgia, 1949. Disponível em: http://dlg.galileo.usg.edu/cgi-bin/ebind2html.pl/reed_c01?seq=1>. Acesso em: nov. 2018/jul. 2020.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RIOPARDENSE DE MACEDO, F. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Unid. Editorial, 1999.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Antropologia da e na cidade*. Interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavisual, 2015.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2016.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SILVEIRA, R. W. D.; VITTE, A. C.. A paisagem em Humboldt. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf> >. Acesso em: 3 nov. 2018.

SIMMEL, G. *A filosofia da paisagem*. Covilhã: LusoSofia, 2009.

STEIL, C. A. CARVALHO, I. C. M (Org.). *Cultura, percepção e ambiente, diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, Capes, 2012.

TECHNICAL GUIDE to Tree Conservation in Athens-Clarke County, Georgia. Pdf Acesso em: set. 2018.

THE TREE THAT OWNS ITSELF Disponível em: <https://www.visitathens-ga.com/listings/the-tree-that-owns-itself/234/>>. Acesso em: set. 2018.

THER RIOS, F. Complejidad territorial y sustentabilidade: notas para uma epistemologia de los estudios territoriales. *Revista Horizontes Antropológicos*. Ano 12. n. 25, PPGAS, Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2006, p. 105-116.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VILLAR, R. Carlos Alberto Dayrell é Cidadão de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.agirazul.com.br/agirazul/aa13/daycida.htm>>. Acesso em: set. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Revista Mana* v. 2, n. 2. Rio de Janeiro, out. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>>. Acesso em: 2 de jun. 2020.

AUTORAS E AUTORES

Ana Luiza Carvalho da Rocha - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil e FEEVALE, Novo Hamburgo, RS, Brasil, miriabilis@gmail.com. Doutora em Antropologia Social pela Paris V, Sorbonne, França, 1994. Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela UFRGS e em PPGs na FEEVALE. Coordena o Banco de Imagens e Efeitos Visuais. <https://www.ufrgs.br/biev/> Porto Alegre, RS, Brasil.

Cornelia Eckert - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, chicaeckert@gmail.com. Doutora em Antropologia Social pela Paris V, Sorbonne, França, 1992. Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela UFRGS. Coordena o Núcleo de Antropologia Visual e o Banco de Imagens e Efeitos Visuais. <https://www.ufrgs.br/biev/> Porto Alegre, RS, Brasil.

Cydney K. Seigerman - Universidade de Geórgia, cydneykate@uga.edu. Doutorado em Antropologia e a Conservação Integrativa pela Universidade de Geórgia, EUA. Atua no Laboratório de Humanos e Mudanças Ambientais dirigido por Donald Nelson. Athens, GA, EUA.

Donald R. Nelson - Universidade de Geórgia, dnelson@uga.edu. Doutor em Antropologia com especialização em Análise Espacial e Sensoriamento Remoto pela Universidade de Arizona. Atua no Departamento de Antropologia e o programa de conservação integrativa. Athens, GA, EUA.

Fernanda Rechenberg – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil, fernandarechenberg@gmail.com. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Professora do Instituto de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAL. Maceió, AL, Brasil.

Flávio Leonel Abreu da Silveira – Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, flabreu@ufpa.br. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2004. Atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela UFPA. Coordena o Grupo de Pesquisa Antropologia das Paisagens: memórias e imaginários na Amazônia. Belém, PA, Brasil.

Gianpaolo Knoller Adomilli - Universidade Federal do Rio Grande, FURG Rio Grande, RS, Brasil, giansatolep@gmail.com. Doutor em Antropologia

Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2007. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental PPGA-FURG. Coordena o Núcleo de Estudos Saberes Costeiros - NECO <https://neco.furg.br> Rio Grande, RS, Brasil.

Guillermo Stefano Rosa Gómez – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, guillermorosagomez@gmail.com. Doutorando em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Pesquisador do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) e do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV). Porto Alegre RS, Brasil.

Margarete Fagundes Nunes - Universidade Feevale, marga.nunes@feevale.br. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Atua no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e no Mestrado profissional em Indústria Criativa/Universidade Feevale. Novo Hamburgo, RS, Brasil.

Pamela Jorquera - Universidade do Chile, Santiago do Chile, pjorquera@facso.cl. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2017. Atua no Departamento de Antropologia da Universidade do Chile, faz parte do Comitê acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural e em Análise Sistemática Aplicada à sociedade da Universidade do Chile, Santiago do Chile, Chile.

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, pedropaulo.soares@yahoo.com. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2016. Bolsista PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais da Amazônia Globalizada e do Programa de Apoio à Reforma Urbana da UFPA. Belém, Pará, Brasil.

Rafael Victorino Devos - Universidade Federal de Santa Catarina, rafaeldevos@yahoo.com. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. É pesquisador do Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA PPGAS UFSC) e do Instituto Brasil Plural (INCT IBP UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

Raul L. P. Basílio - Universidade da Geórgia, Athens, GA, Estados Unidos, rb40935@uga.edu. Doutor em Antropologia pela Universidade da Geórgia. Pesquisador do Laboratório de Human and Environmental Change, sob a supervisão de Dr. Donald R. Nelson. Athens, GA, EUA.

Viviane Vedana - Universidade Federal de Santa Catarina, vi_vedana@yahoo.com.br. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. É pesquisadora do Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA, PPGAS, UFSC) e do Instituto Brasil Plural (INCT, IBP, UFSC). Florianópolis, SC, Brasil.

Esta coletânea reúne 12 capítulos que destacam o tema da memória ambiental tendo por base pesquisas antropológicas em contextos urbanos. Nosso desafio é o de propor, em termos teóricos e metodológicos, uma etnografia da duração, inspiração que concebemos a partir da leitura da obra de Gaston Bachelard, aplicada aos estudos das paisagens urbanas. Para consagrar este tema, caro ao projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelas organizadoras, participam deste livro pesquisadores vinculados atualmente ou no passado recente ao BIEV, bem como colegas parceiros da Universidade de Geórgia (EUA), que atuam no Laboratório de Mudanças Ambientais. Estes textos inéditos correspondem ao desafio etnográfico de mergulhar nas múltiplas imagens dos/das cidadãos/as que contribuem para moldar os pensamentos e as ações do seu ser e estar no mundo no interior de uma narrativa de si no “Tempo”.



ABA PUBLICAÇÕES

